



RELATÓRIO 2012

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO



FUNDAÇÃO AIS

ORGANIZAÇÃO DEPENDENTE DA SANTA SÉ

RELATÓRIO 2012
LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO

EDIÇÃO INTERNACIONAL

Aid to the Church in Need (ACN) International
Bischof-Kindermann Strasse 23
D-61462 Königstein - Alemanha

EDIÇÃO PORTUGUESA

Fundação AIS

PRESIDENTE DA COMISSÃO EDITORIAL

Peter Sefton-Williams

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Attilio Tamburrini

COMISSÃO EDITORIAL

Reinhard Backes (Alemanha)
Marc Fromager (França)
Javier Menendez-Ros (Espanha)
Roberto Simona (Suíça)

SECRETARIADO EDITORIAL

Nathalie Ruettimann

COLABORADORES

Paolo Affatato, Asia News, P. Stefano Caprio, Rodolfo Casadei,
Centro de Libertad Religiosa (CELIR UC) de la P. U. C. de Chile,
P. Bernardo Cervellera, Camille Eid, Annie Laurent, Luca Mainoldi,
Andrea Morigi, Oscar Sanguinetti

TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS

Sofia Söndergaard

REVISÃO

Alexandra Ferreira, Pilar Rocha, Catarina Martins, Félix Lungu

MAPAS

© GEOnext - De Agostini

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Clássica – Artes Gráficas

DATA

Outubro de 2012

ISBN

978-972-8991-27-2

© Fundação AIS

Rua Prof. Orlando Ribeiro, 5 D
1600-796 Lisboa
Tel. 217 544 000
www.fundacao-ais.pt

Produção do CD
Centrocopie Verbano Gruppo CCV
Via Nemorende, 45 a/b
00199 Rome, Italia

É autorizada a publicação parcial ou integral dos
textos desde que se cite a fonte. Todas as informações
disponibilizadas neste livro dizem respeito ao período entre
Janeiro de 2011 e Abril de 2012.

ÍNDICE DOS PAÍSES

| | | | |
|---------------------------------|----|----------------------------------------|-----|
| AFEGANISTÃO | 17 | CHILE | 80 |
| ÁFRICA DO SUL | 20 | CHINA | 82 |
| ALBÂNIA | 21 | CHIPRE | 109 |
| ALEMANHA | 22 | COLÔMBIA | 111 |
| ANDORRA | 24 | COMORES | 112 |
| ANGOLA | 25 | CONGO BRAZZAVILLE | 113 |
| ANTÍGUA E BARBUDA | 26 | COREIA DO NORTE | 114 |
| ARÁBIA SAUDITA | 27 | COREIA DO SUL | 119 |
| ARGÉLIA | 29 | COSTA DO MARFIM | 120 |
| ARGENTINA | 31 | COSTA RICA | 121 |
| ARMÊNIA | 33 | CROÁCIA | 123 |
| AUSTRÁLIA | 35 | CUBA | 125 |
| ÁUSTRIA | 36 | DINAMARCA | 127 |
| AZERBAIJÃO | 38 | DOMINICA | 128 |
| BAAMAS | 44 | EGIPTO | 129 |
| BANGLADECHE | 45 | EL SALVADOR | 133 |
| BARBADOS | 47 | EMIRADOS ÁRABES UNIDOS | 135 |
| BARÉM | 48 | EQUADOR | 136 |
| BÉLGICA | 50 | ERITREIA | 138 |
| BELIZE | 53 | ESLOVÁQUIA | 144 |
| BENIM | 54 | ESLOVÊNIA | 146 |
| BIELORRÚSSIA | 56 | ESPANHA | 147 |
| BOLÍVIA | 57 | ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA | 151 |
| BÓSNIA HERZEGOVINA | 59 | ESTÓNIA | 155 |
| BOTSUANA | 62 | ETIÓPIA | 156 |
| BRASIL | 63 | FIJI | 161 |
| BRUNEI | 65 | FILIPINAS | 162 |
| BULGÁRIA | 66 | FINLÂNDIA | 166 |
| BURKINA FASO | 67 | FRANÇA | 167 |
| BURUNDI | 68 | GABÃO | 170 |
| BUTÃO | 69 | GÂMBIA | 171 |
| CABO VERDE | 70 | GANÁ | 172 |
| CAMARÕES | 71 | GEÓRGIA | 174 |
| CAMBOJA | 72 | GRANADA | 175 |
| CANADÁ | 73 | GRÉCIA | 176 |
| CATAR | 75 | GUATEMALA | 177 |
| CAZAQUISTÃO | 77 | GUIANA | 178 |
| CHADE | 79 | GUINÉ BISSAU | 180 |

| | | | |
|-------------------------|-----|----------------------------------|-----|
| GUINÉ CONACRI | 181 | MICRONÉSIA | 275 |
| GUINÉ EQUATORIAL | 182 | MOÇAMBIQUE | 276 |
| HAITI | 183 | MOLDÁVIA | 277 |
| HOLANDA | 185 | MÓNACO | 279 |
| HONDURAS | 187 | MONGÓLIA | 280 |
| HUNGRIA | 189 | MONTENEGRO | 281 |
| IÉMEN | 191 | NAMÍBIA | 282 |
| ÍNDIA | 192 | NAURU | 283 |
| INDONÉSIA | 205 | NEPAL | 284 |
| IRÃO | 214 | NICARÁGUA | 289 |
| IRAQUE | 215 | NÍGER | 291 |
| IRLANDA | 218 | NIGÉRIA | 292 |
| ISLÂNDIA | 219 | NORUEGA | 302 |
| ISRAEL | 220 | NOVA ZELÂNDIA | 303 |
| ITÁLIA | 223 | OMÃ | 304 |
| JAMAICA | 226 | PALAU | 305 |
| JAPÃO | 227 | PANAMÁ | 306 |
| JIBUTI | 228 | PAPUA NOVA GUINÉ | 307 |
| JORDÂNIA | 229 | PAQUISTÃO | 308 |
| KIRIBATI | 230 | PARAGUAI | 318 |
| KUWAIT | 231 | PERU | 320 |
| LAOS | 234 | POLÓNIA | 322 |
| LESOTO | 239 | PORTUGAL | 323 |
| LETÓNIA | 240 | QUÉNIA | 324 |
| LÍBANO | 241 | QUIRGUISTÃO | 325 |
| LIBÉRIA | 243 | REINO UNIDO | 331 |
| LÍBIA | 244 | REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA | 335 |
| LIECHTENSTEIN | 245 | REPÚBLICA CHECA | 336 |
| LITUÂNIA | 246 | REP. DEM. DO CONGO (RDC) | 337 |
| LUXEMBURGO | 247 | REPÚBLICA DOMINICANA | 338 |
| MACEDÓNIA | 248 | ROMÉLIA | 339 |
| MADAGÁSCAR | 250 | RUANDA | 341 |
| MALÁSIA | 251 | RÚSSIA | 342 |
| MALÁUI | 259 | SALOMÃO | 346 |
| MALDIVAS | 260 | SAMOA | 347 |
| MALI | 261 | S. CRISTÓVÃO E NEVES | 348 |
| MALTA | 262 | S. MARINHO | 349 |
| MARROCOS | 263 | S. TOMÉ E PRÍNCIPE | 350 |
| MARSHALL | 264 | S. VICENTE E GRANADINAS | 351 |
| MAURÍCIAS | 265 | STA. LÚCIA | 352 |
| MAURITÂNIA | 266 | SEICHELES | 353 |
| MÉXICO | 267 | SENEGAL | 354 |
| MIANMAR | 269 | SERRA LEOA | 355 |

| | |
|-----------------------------------------|-----|
| SÉRVIA E KOSOVO | 356 |
| SINGAPURA | 360 |
| SÍRIA | 361 |
| SOMÁLIA | 363 |
| SRI LANKA | 368 |
| SUAZILÂNDIA | 371 |
| SUDÃO | 373 |
| SUDÃO DO SUL | 379 |
| SUÉCIA | 382 |
| SUIÇA | 383 |
| SURINAME | 384 |
| TAILÂNDIA | 385 |
| TAIWAN | 387 |
| TAJIKUISTÃO | 388 |
| TANZÂNIA | 392 |
| TERRITÓRIOS PALESTINIANOS E GAZA | 393 |
| TIMOR LESTE | 395 |
| TOGO | 396 |
| TONGA | 397 |
| TRINDADE E TOBAGO | 398 |
| TUNÍSIA | 399 |
| TURQUEMENISTÃO | 401 |
| TURQUIA | 403 |
| TUVALU | 406 |
| UCRÂNIA | 407 |
| UGANDA | 409 |
| URUGUAI | 411 |
| USBEQUISTÃO | 413 |
| VANUATU | 418 |
| VENEZUELA | 419 |
| VIETNAME | 421 |
| ZÂMBIA | 430 |
| ZIMBABUÉ | 431 |

LIBERDADE RELIGIOSA: UM DIREITO HUMANO BASEADO NA DIGNIDADE HUMANA

A dignidade humana é a base e o alicerce da liberdade religiosa. Para falar sobre liberdade religiosa, é importante lembrar que a pessoa humana e a dignidade humana são pontos de referência essenciais.

Partindo daqui, vemos que a liberdade religiosa é em primeiro lugar um direito humano. Evidentemente, ela também implica deveres, sobretudo o dever de respeitar a liberdade dos outros. E, reconhecidamente, a experiência efectiva de liberdade religiosa depende em grande medida da forma como este dever é respeitado. Contudo, seria errado ver a própria liberdade religiosa como estando enraizada no dever que as outras pessoas têm de não a infringir. A liberdade religiosa existe em primeiro lugar como um direito que pertence a cada pessoa.

Conceptualizar a liberdade religiosa como um direito humano intimamente ligado à dignidade humana tem muitas implicações. Aqui estão algumas delas.

Primeiro, a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa mesmo antes de esse direito poder ser reconhecido pelo Estado ou por qualquer outra autoridade competente. Embora o Estado promulgue os direitos humanos, ele não os cria. Limita-se a reconhecer a sua existência.

Isto não significa que o reconhecimento do Estado não seja importante. Pelo contrário, em cada sociedade organizada para a promoção da dignidade humana, a democracia e o Estado de direito devem ser acompanhados por medidas que garantam a protecção efectiva dos direitos humanos.

Apoiar os direitos humanos é, por isso, um elemento fundamental na legitimidade do sistema democrático e um dos papéis principais de qualquer sistema legal consiste em garantir a protecção desses direitos. No entanto, o papel do Estado, por mais importante que seja, tem de ser limitado em relação aos direitos humanos. Quando uma medida governamental desrespeita um direito humano básico, a legitimidade deste fica posta em causa. Uma situação complicada que se segue a esta situação consiste em saber quem é competente para decidir. Em última análise, a consciência de cada um tem o poder de decidir. Correndo o risco de consequências muito dolorosas, a objecção de consciência é, assim, a maior expressão da dignidade de escolha.

Uma segunda implicação do papel da dignidade humana é que a liberdade religiosa não pode ser vista isoladamente, independentemente de outros direitos básicos. A dignidade humana diz respeito à pessoa humana como um todo, com todas as suas dimensões

consideradas em conjunto. Neste sentido, os direitos humanos devem ser vistos de forma global, pois são indivisíveis. Quando são implementados em conjunto, de forma coordenada e harmoniosa, reforçam-se mutuamente.

Tentar encontrar uma hierarquia de direitos é uma tarefa complicada. Por mais legítimo que possa ser quando se destina a garantir uma melhor protecção dos direitos desejados, como a vida e as questões do espírito, uma hierarquia leva muitas vezes a prioridades que não respeitam a dignidade humana na totalidade. É o caso, por exemplo, quando os direitos civis e políticos são vistos como menos importantes do que os direitos económicos, sociais e culturais, ou vice-versa.

A necessidade de uma abordagem global também não deve ocultar outra necessidade, nomeadamente o prestar tanta atenção quanta a necessária para a protecção dos valores de elevada categoria. Principalmente, a dimensão espiritual na dignidade humana é tão importante que requer especial atenção se queremos implementar eficazmente a liberdade religiosa. Esta merece atenção particular porque toca no que é o valor mais elevado dos seres humanos. Além disso, respeitar esta liberdade em qualquer sociedade constitui um excelente teste para medir como é que os direitos humanos são respeitados em geral nessa sociedade.

Uma vez que está ancorada na dignidade humana, a liberdade religiosa não só diz respeito à totalidade do ser humano como também a cada indivíduo. Tal como outros direitos humanos, a liberdade religiosa é um princípio universal. Não pode ser relativizada culturalmente alegando que tem origem noutra cultura.

No entanto, uma vez que a definição e implementação da liberdade religiosa evoluíram ao longo do tempo, factores históricos e sociológicos distintos influenciaram a sua evolução conforme cada sociedade. Como consequência, nenhuma sociedade tem necessariamente o direito de impor a sua noção de liberdade religiosa a outras. Em vez disso, as sociedades com diferentes conceitos de liberdade religiosa devem entrar em diálogo umas com as outras.

Uma vez mais, a necessidade de respeito mútuo entre culturas não significa por sua vez que a liberdade religiosa se pode basear no mínimo denominador comum. A referência original à dignidade humana deve funcionar como um pano de fundo partilhado e não pode permitir abordagens minimalistas ou exclusivamente negativas.

A referência fundamental à dignidade humana tem também outra implicação. Uma vez que cada ser humano é não só um indivíduo único e insubstituível, mas também por natureza um ser social que depende activamente dos outros, a sua filiação num grupo social ou sociedade organizada é indispensável para a sua realização.

Os seus direitos não fazem sentido a não ser que o ser humano possa exercê-los com outros seres humanos. A liberdade religiosa em especial não faz sentido se for limitada ao eu interior de um indivíduo. Não tem razão de existir a não ser que possa ser exercida no contexto social no qual o indivíduo vive.

Consequentemente, as pessoas que partilham a mesma religião têm o direito de a praticar em conjunto. Assim, o grupo que constituem também tem direito à liberdade religiosa. Isto significa que a liberdade religiosa deve ser exercida de formas visivelmente significativas na sociedade, desde que a ordem pública e os direitos dos outros grupos sejam mantidos.

Nalgumas sociedades ocidentais, a liberdade religiosa desenvolveu-se sobretudo como o direito a não acreditar, segundo as circunstâncias históricas dos séculos XVIII e XIX. Contudo, é importante lembrar que o seu corolário é o direito a acreditar, abertamente e como grupo.

Conceptualizada desta forma, a liberdade religiosa é essencial ao bem comum, definido como “a soma das condições de vida social que permite que os grupos sociais e os seus membros individuais tenham acesso relativamente preciso e directo à sua própria realização.” (*Gaudium and Spes*, 26.1).

Pode dizer-se que uma sociedade respeita o bem público se ajudar a criar as condições que permitem que cada indivíduo satisfaça o seu potencial em todas as dimensões que a sua dignidade humana permite. Assim, a sociedade deve rejeitar todas as formas de totalitarismo, incluindo o totalitarismo religioso. Da mesma forma, não pode instalar-se numa abordagem puramente individualista.

Uma vez que as instituições governamentais são justas e legítimas ao ponto de pretenderem o bem comum, o Estado e outras entidades públicas têm o dever de respeitar a liberdade religiosa e de garantir que ela é respeitada. Da mesma forma, se as autoridades públicas têm o dever de promover o bem comum, esse dever também o têm os indivíduos, grupos e intermediários privados. Não só cabe ao Estado respeitar a liberdade religiosa como também aos vários protagonistas sociais.

Uma vez que faz parte do bem comum, a liberdade religiosa beneficia cada membro da sociedade, bem como a sociedade como um todo. Vista em termos dos seus aspectos de afirmação (o direito a acreditar) e negação (o direito a não acreditar), a liberdade religiosa favorece a paz, bem como o bem-estar individual e colectivo.

Negar a dimensão espiritual da pessoa humana ou relegá-la para o eu interior implica não corresponder aos desafios que as aspirações religiosas naturais da humanidade geram na sociedade, sobretudo quando eles são expressos de formas que são percebidas como ameaçadoras por outros segmentos da sociedade.

Uma solução que corresponde às necessidades da dignidade humana requer o reconhecimento e protecção não só do direito a não acreditar, mas também do direito a acreditar, tanto ao nível individual como dos grupos, incluindo nas formas que são significativamente visíveis para todos, em termos dos constrangimentos à ordem pública e da obrigação de defender os direitos dos que têm ideias diferentes.

As sociedades que vão contra a liberdade religiosa não só agem contra as pessoas, mas também contra a comunidade. Mesmo que o caminho para uma atitude aberta e construtiva seja cheio de armadilhas, é o único através do qual podemos respeitar a dignidade de todos, bem como o bem de cada comunidade humana.

Nicolas Michel

Professor de Direito Internacional (Genebra)
e Consultor do Pontifício Conselho "Justiça e Paz"

GUIA DE CONSULTA

Objectivos e metodologia

Este relatório foi compilado com o apoio de um grupo de investigadores, académicos e jornalistas que agregaram e tornaram disponível informação com origem principalmente em fontes internacionais, relatórios de vários grupos religiosos diferentes e depoimentos de testemunhas oculares nos locais. O objectivo foi o de proporcionar uma imagem abrangente, que fosse contudo detalhada, da liberdade religiosa no mundo e com a maior objectividade possível. O relatório tenta permitir as diferentes religiões, crenças e agrupamentos religiosos que falem por si próprios, evitando quaisquer juízos de valor sobre os credos ou convicções que estão na base das suas práticas e dos ensinamentos religiosos.

Acreditamos que o objectivo e a utilidade deste relatório consistem principalmente em tornar disponível, dentro do contexto de um todo organizado, notícias, factos, situações e testemunhos pessoais que de outra forma correriam o risco de ficarem no silêncio ou perdidos entre a avalanche de informação diária. Esperamos que proporcione um entendimento mais completo dos direitos e deveres relativos à liberdade religiosa, e dos direitos humanos de modo mais geral, os destaques específicos deste relatório.

Estrutura e formato

As entradas dos países registam e descrevem a situação actual e os acontecimentos mais recentes no que diz respeito à liberdade religiosa nos respectivos países. Elas encontram-se organizadas de acordo com o seguinte formato:

- uma descrição resumida do enquadramento jurídico e institucional em relação ao direito à liberdade religiosa;
- o relato de qualquer melhoria ou deterioração na situação durante o período sob análise;
- o relato de episódios de intolerância ou de perseguição cometidos pelas autoridades ou por grupos religiosos contra outros grupos.

Fontes jurídicas e factuais consultadas

No que diz respeito às fontes de informação, em termos gerais, estas estão enumeradas no apêndice, depois da secção relevante. Estas fontes são provenientes, como se pode ver nas fontes religiosas citadas, de uma variedade de crenças e confissões religiosas diferentes; para as restantes, os relatórios são fornecidos por organizações e agências internacionais que estão

ligadas à questão dos direitos humanos e, mais especificamente, à liberdade religiosa. Para outra informação obtida localmente as fontes por vezes não são citadas, por razões de segurança pessoal.

Um agradecimento especial e devido aos funcionários do Departamento de Projectos da sede internacional da Ajuda a Igreja que Sofre, cuja dedicação na verificação da informação dada e, em muitos casos, o conhecimento directo dos problemas envolvidos, contribuíram grandemente para o êxito na realização deste projecto.

Estatísticas

As estatísticas indicadas são obtidas a partir de uma variedade de fontes que foram escolhidas com base na sua credibilidade e integridade.

Os dados mais básicos, como o número de habitantes, são, para muitos países, o resultado de estimativas e não são baseados em relatórios de censos genuínos, os quais, ou não existem nestes países, ou são cientificamente dúbios. Os dados reportados são obtidos a partir dos dados fornecidos pela ONU.

A composição religiosa dos vários países é o aspecto mais complexo e difícil de verificar, como os estudiosos deste campo muito bem sabem. Para alguns países existem estudos cientificamente credíveis, mas para outros é preciso, por vezes, confiar em números fornecidos pelas partes directamente interessadas, o que claramente não nos proporciona uma imagem passível de verificação.

Dada a necessidade de fazer uma escolha, decidimos, para os cristãos em geral e para as outras religiões e movimentos, por dados reportados e estimativas proporcionadas pela *World Christian Database* (Base de Dados Cristã Mundial), considerada pelos académicos da sociologia das religiões uma das fontes mais seguras. Em alguns casos, que estão adequadamente indicados, foram usadas estimativas de especialistas que julgamos serem dignos de confiança. Fomos buscar as estatísticas sobre refugiados e desalojados aos sítios da Internet do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e do Centro de Monitorização dos Deslocados Internos (IDMC) do Conselho Norueguês de Refugiados.



PAÍSES

AFEGANISTÃO



A liberdade religiosa é extremamente limitada no Afeganistão.. De acordo com a Constituição afegã de 2004, “A religião do Estado [...] é a religião sagrada do Islão”, o que torna de facto a *sharia* (lei islâmica) na lei do país. A liberdade religiosa ou a liberdade de expressão não são explicitamente protegidas, mas a Constituição diz que “Os seguidores de outras religiões são livres de praticar a sua fé e de desempenhar os ritos religiosos dentro dos limites das disposições legais.” No entanto, outra cláusula afirma que “nenhuma lei pode ser contrária às crenças e disposições da religião sagrada do Islão” e estipula que o sistema legal deve implementar esta cláusula, aplicando a lei islâmica onde não houver nenhuma outra lei. Além disso, quaisquer mudanças que sejam contrárias aos princípios da lei islâmica são proibidas¹.

Divergir da ortodoxia prevalecente é punível por lei. Os juristas afegãos e as organizações da sociedade civil não hesitaram em dizer que o respeito pelos direitos humanos não é garantido, embora estes estejam a tornar-se mais importantes.² Os afegãos comuns não são autorizados a discutir o papel da religião na sociedade, o estatuto das minorias religiosas ou a interpretação dos preceitos islâmicos.

Segundo a Constituição, os juízes devem ser formados em lei afegã e jurisprudência islâmica. O Supremo Tribunal tem um gabinete especial cujo pessoal é constituído por clérigos, a Direcção-Geral das *Fatwas* e da Prestação de Contas, que emite *fatwas* (decretos legais) sobre questões religiosas, sociais, morais e culturais.

Acima de tudo há o Conselho Ulemá em Cabul, que inclui influentes académicos sunitas e imãs, e que aconselha o presidente Hamid Karzai sobre questões legais e religiosas.

Em 2010, o Conselho pediu ao presidente que fizesse cumprir a *sharia* a nível nacional e em várias ocasiões emitiu normas que limitam a liberdade de expressão, os direitos das mulheres e a liberdade dos meios de comunicação social.

No Afeganistão, a liberdade de conversão (do Islão) é totalmente proibida. Em 2011, o Governo acusou pessoas por “ofensas religiosas” como apostasia e blasfémia.

Os talibã e outros grupos armados ilegais favoráveis a uma aplicação rígida do Islão também realizaram actos de violência e intimidação contra cidadãos afegãos.

Apesar da presença de forças militares internacionais há mais de dez anos, as minorias religiosas ainda são encaradas como uma batalha difícil em potência.

¹ A Constituição do Afeganistão, 26 de Janeiro de 2004.

² Agência *Fides*, 26 de Fevereiro de 2011.

Segundo a lei afegã, as religiões para além do Islão não podem ser pregadas e muitas leis são discriminatórias contra as minorias religiosas.

O Código Penal afegão permite que os juízes reportem à *sharia* quaisquer questões que não estão explicitamente cobertas pelo próprio código ou pela Constituição, como por exemplo a apostasia e a conversão. Consequentemente, esses crimes podem ser punidos com a pena de morte.

Em 2011, embora não tenha sido levada a cabo qualquer execução oficial pelo Estado por apostasia, algumas execuções sumárias ocorreram de facto. Dois homens cristãos foram também detidos com acusações de apostasia.

Apostasia e execuções sumárias de cristãos

A minúscula comunidade cristã do Afeganistão é vulnerável e tem de praticar a sua fé secretamente, pois não existem igrejas no país. Os seus membros têm sido alvo de detenções e violência. Os poucos cristãos afegãos que existem são sobretudo convertidos do Islão e são por isso forçados a esconderem a sua fé sob risco de vida.

A sua situação piorou quando uma televisão local, a *Noorin TV*, emitiu uma cassette em 2011 mostrando alguns afegãos a serem baptizados em Maio de 2010. O vídeo desencadeou uma tempestade de críticas por parte das estruturas religiosas conservadoras do país. O presidente Karzai foi forçado a declarar que o seu Governo iria localizar os convertidos, legitimando assim uma “caça aos convertidos” em 2011.

Mais de vinte pessoas foram detidas. No final, todas elas foram libertadas excepto um homem, Said Mussa, cujo caso atraiu a atenção da comunidade internacional e da comunicação social.

Mussa ficou detido durante seis meses numa prisão em Cabul, onde enfrentou a pena de morte. Acabou por ser libertado por pressão dos EUA e da comunidade internacional³, e mais tarde deixou o país com a sua família.

Shoaib Assadullah sofreu o mesmo destino. Detido em Outubro de 2010, ficou na prisão durante seis meses em Mazar-i-Sharif, acusado de “proselitismo” por ter dado uma Bíblia a um amigo. Também ele foi libertado em Abril de 2011.⁴

A brutal execução de Abdul Latif, um muçulmano afegão da zona de Herat que se tinha convertido ao Cristianismo, tem, contudo, sido descrita como “um exemplo”. Um vídeo colocado *online* apresenta quatro talibãs a decapitar o cristão perante a câmara, como aviso a qualquer afegão que queira seguir a religião do “infel”.⁵

Siegbert Stocker e Willi Ehret, dois trabalhadores humanitários cristãos da organização *Serving in Mission* no Afeganistão, também pagaram com as suas vidas o seu compromisso em solo afegão. Tinham sido raptados em Agosto de 2011, provavelmente por talibãs.⁶

Um ano antes, os talibãs também visaram outros trabalhadores de organizações cristãs, acusando-os de proselitismo sob o disfarce de trabalho social.

Frequentemente, a única solução para os cristãos é fugirem do país. Para evitarem a morte ou a perseguição, sete famílias afegãs que se tinham convertido ao Cristianismo escaparam para a Índia, onde no entanto ainda enfrentam o perigo de serem repatriadas.⁷

³ *AsiaNews*, 25 de Fevereiro de 2011.

⁴ *International Christian Concern*, 20 de Abril de 2011.

⁵ *World Magazine*, 22 de Junho de 2011.

⁶ *Serving in Mission*, 9 de Setembro de 2011.

⁷ *International Christian Concern*, 13 de Maio de 2011.

Muçulmanos xiitas e outras minorias

A situação da minoria muçulmana xiita do Afeganistão melhorou consideravelmente desde o fim do regime talibã, que os perseguia sem dó nem piedade.

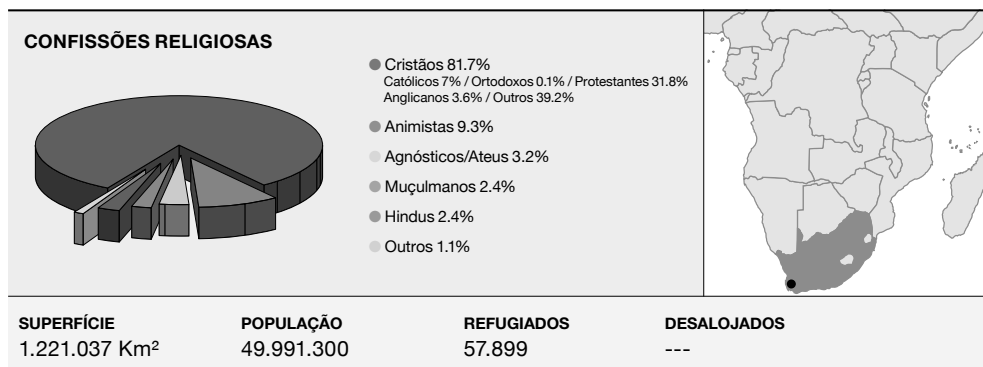
A maior parte dos xiitas são Hazara, um grupo étnico que foi duramente discriminado no passado devido a uma variedade de razões políticas, étnicas e religiosas. Hoje em dia, os muçulmanos xiitas Hazara participam plenamente na vida pública: alguns até ocupam lugares importantes no Parlamento e no Governo de Karzai.

Em 2011, os xiitas afegãos conseguiram celebrar em público os seus feriados tradicionais sem incidentes.

Outras minorias religiosas também viram a sua situação melhorar desde a queda dos talibãs. Por exemplo, os hindus e os siques têm sido autorizados a praticar a sua fé e têm os seus próprios locais de culto públicos, e durante o ano de 2011 não foi relatado qualquer incidente grave.

Por contraste, a pequena comunidade bahá'í do país continua a levar uma existência clandestina. Em 2007, a Direcção-Geral das *Fatwas* e Prestação de Contas deliberou que a fé bahá'í era uma “forma de blasfémia”.

ÁFRICA DO SUL



A mais recente Constituição sul-africana foi promulgada a 10 de Dezembro de 1996 e entrou em vigor a 4 de Fevereiro de 1997. A sua Carta de Direitos (Capítulo 2) proíbe todas as formas de discriminação com base na religião, reiterando que todos têm direito a praticar a sua religião e a participar nas actividades de grupos religiosos.¹

Os grupos religiosos não precisam de se registar.

A educação religiosa é permitida nas escolas estatais e não é obrigatória.

Algumas das escolas geridas pela Igreja Católica assumiram o carácter de “escolas estatais de propriedade privada”. Isto reforça o papel de serviço que estas escolas prestam ao bem comum. A educação religiosa e o culto são totalmente garantidos nas escolas católicas.

A liberdade religiosa é garantida legalmente, mas os bispos sul-africanos lamentaram o facto de que a Igreja tenha de lutar para ser ouvida, sobretudo em questões como a moral sexual e as formas apropriadas de usar a riqueza numa sociedade que se está a tornar cada vez mais materialista.

No seu relatório para a sessão plenária da Conferência Episcopal Católica da África Austral (SACBC), que inclui os bispos da África do Sul, Botsuana e Suazilândia, o Arcebispo Buti Tlhagale de Joanesburgo, que também é o presidente da SACBC, disse: “É relativamente fácil apreciar o papel público da Igreja Católica na área dos serviços sociais, saúde e projectos de desenvolvimento... O que falta nos espaços públicos das nossas sociedades é a voz da Igreja Católica (ou do sector religioso) que procura genuinamente envolver o público nas questões morais e éticas que afectam a sociedade como um todo.”²

As dezasseis Igrejas Cristãs principais da África do Sul (incluindo a Igreja Católica) expressaram a mesma avaliação numa declaração emitida no final do seu encontro anual na província de Gauteng.

“A nossa nação”, disseram os líderes cristãos, “está em estado de crise, uma crise de dignidade e disciplina, uma crise de educação e crises nas nossas comunidades. Em conjunto, as comunidades cristãs podem ajudar a dar a volta a esta situação e ajudar a restaurar a dignidade de todas as pessoas que servimos.”³

Foi dado um passo em frente positivo quando uma rádio católica, a *Rádio Veritas*, recebeu finalmente a sua licença de emissão após onze anos de obstáculos burocráticos.⁴

¹ www.info.gov.za/documents/constitution

² Agência Fides, 27 de Janeiro de 2011.

³ Agência Fides, 19 de Outubro de 2011.

⁴ Serviço Noticioso Católico, 15 de Maio de 2011

ALBÂNIA



Tanto no preâmbulo como no texto dos Artigos 10 e 24, a Constituição albanesa de 1998¹ decreta já o direito à liberdade religiosa e também o direito a tratamento igual para todas as religiões por parte do Estado, que reconhece igualmente o seu estatuto jurídico. As relações cordiais entre as diversas confissões religiosas ajudaram a criar uma atmosfera positiva geral neste país. Não existe uma religião estatal específica, todas as religiões são iguais aos olhos das autoridades civis e não há educação religiosa nas escolas. A maior parte dos crentes cristãos pertence ou à Igreja Ortodoxa Autocéfala ou à Igreja Católica. Os grupos religiosos não precisam de se registrar e as religiões predominantes (ortodoxos, católicos, muçulmanos sunitas e a comunidade muçulmana bektashi) gozam de muitos privilégios oficiais devido à sua presença histórica na região. Todos os grupos religiosos são autorizados a abrir contas bancárias e a ser proprietários de terras e edifícios.

Não há relatos de quaisquer alterações institucionais ou legislativas, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa durante o período a que este relatório se refere.

Conflitos importados

O activismo de jovens imãs treinados na Turquia e na Arábia Saudita é, no entanto, uma causa de preocupação.

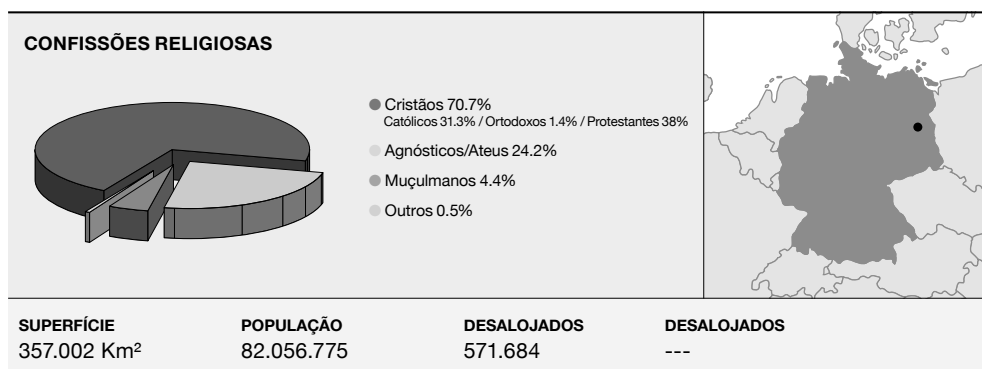
Uma versão mais intolerante e rigorosa do Islão, diferente da tradicionalmente praticada na Albânia, é propaganda através de escolas islâmicas financiadas pelo estrangeiro.

Surgiram muitas tensões entre as diferentes comunidades muçulmanas, envolvendo inclusivamente cristãos nalguns casos.²

¹ <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/untc/unpan013810.pdf>

² ACNNews, 18 de Julho de 2012

ALEMANHA



Na República Federal da Alemanha, as igrejas e as organizações religiosas são fundadas com base nos rendimentos fiscais. Os cidadãos contribuem com uma percentagem do seu imposto sobre o rendimento, apoiando o grupo a que pertencem oficialmente. Os que não pertencem a qualquer grupo religioso estão autorizados a atribuir a sua percentagem de imposto a causas civis. Nestes casos não há indicação nos seus bilhetes de identidade do trabalho sobre a pertença a qualquer associação.

Intolerância e discriminação contra os cristãos

O Observatório da Intolerância e Discriminação contra os Cristãos publicou o seu relatório a 19 de Março de 2012,¹ apresentando uma lista de situações graves de discriminação em países europeus. Por exemplo, em Março, na Alemanha, uma mãe de doze filhos, Irene Wiens, foi detida durante quarenta e três dias depois de se ter recusado a inscrever os seus filhos em aulas de educação sexual, que tanto ela como o marido consideravam indecentes. O caso foi apresentado ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

O mesmo relatório descreve sete casos de profanação de cemitérios entre Maio e Outubro de 2011 – em Velen, Schöna, Niedereschach, Westerkappeln, Essen, Ostbevern e Mülheim, enquanto foram cometidos nove actos de vandalismo contra locais de culto entre Abril e Novembro de 2011 – em Reinbek, Neumuenster, Heidelberg, Ascheberg, Kallenhardt, Rüthen, Vohwinkel e Munique. Em Frankfurt, a procissão de Sexta-feira Santa da comunidade católica croata foi interrompida por um protesto repentino da juventude do Partido Verde contra a proibição de dançar (que existe no estado federal de Hesse) em certas festividades religiosas. Além disso, a 21 de Agosto de 2011, em Wassenberg-Myhl, uma representação da crucificação de Jesus Cristo foi pintada de preto, enquanto em Setembro de 2011 um grupo de ateus radicais colocou um vídeo no YouTube mostrando vários crucifixos a serem violentamente destruídos durante a visita do Papa Bento XVI à Alemanha.

Minorias religiosas

Os muçulmanos na Alemanha gozam de grande liberdade na prática da sua religião. Contudo, a sua integração total na sociedade alemã permanece um problema.

Tal como noutros países ocidentais com comunidades imigrantes de muçulmanos, existe um debate contínuo na Alemanha sobre o modo de vestir islâmico, sobretudo o das mulheres. A questão é se é legítimo proibir lenços de cabeça ou pelo menos roupas que cubram a face em locais públicos ou em instituições públicas (como por exemplo escolas, universidades, gabinetes governamentais) aos estudantes, trabalhadores e funcionários públicos.

¹ www.intoleranceagainstchristians.eu/publications/report-2011.html

Um exemplo deste conflito é a lei do estado federal de Hesse, que desde o início de 2011 proibiu os representantes oficiais e trabalhadores da administração pública de usarem o véu total, conhecido como *niqab* ou *burqa*, no local de trabalho.²

“Mantêm-se certas áreas onde a lei e as práticas islâmicas e outras práticas tradicionais entram em conflito, incluindo o chamamento para a oração, o ritual de abate *halal* ou *kosher*, e a segregação dos rapazes e raparigas mais velhos durante as aulas de ginástica. Os rituais de abate entram em conflito com as leis de protecção dos animais, embora haja disposições legais para isenções.”³

Num incidente separado, por exemplo, certos grupos e indivíduos críticos do Islão político organizaram protestos em Colónia contra a construção de uma mesquita financiada pela Turquia.⁴

Diversos líderes muçulmanos protestaram contra o pedido feito pelo ministro do Interior Hans-Peter Friedrich, solicitando-lhes que erradiquem o extremismo disponibilizando informação sobre as actividades que ocorrem nas mesquitas. O debate, que desde 2006 tem ocorrido no quadro da Conferência Alemanha-Islão patrocinada pelo Ministério do Interior, tornou-se extremamente difícil devido à recusa das comunidades islâmicas em colaborar no processo de redução da radicalização e às desculpas por elas apresentadas. Essas desculpas incluem as palavras ditas pelo próprio ministro, quando na sua primeira conferência de imprensa como ministro afirmou: “Dizer que o Islão tem lugar na Alemanha não é um facto apoiado pela História.”⁵

Volker Kauder, líder da facção parlamentar dos Democratas Cristãos alemães (CDU), é um dos políticos na Alemanha que se mostra comprometido com os cristãos perseguidos no mundo. Mas também luta pelo direito à liberdade religiosa para todas as comunidades religiosas. Em Agosto defendeu o direito de os muçulmanos construírem mesquitas na Alemanha: “Os que falam de liberdade religiosa devem abrir o espaço a outras religiões.” Anteriormente nesse ano tinha causado controvérsia quando argumentou que, embora os muçulmanos pertençam à Alemanha e gozem dos seus direitos plenos enquanto cidadãos do Estado, o Islão não pertence à Alemanha no sentido de que não fez parte da tradição e identidade da Alemanha.

Foram perpetrados actos de violência contra minorias religiosas na Alemanha por alguns grupos e indivíduos, com uma tendência para aumentarem os actos dirigidos à comunidade judaica.

Em Fevereiro de 2011, um rapaz alemão de 15 anos de idade foi condenado por ter participado num ataque a diversas crianças judias em Hannover. Este episódio envolveu muitas crianças de origem árabe que participavam num festival de arte realizado em 2010 e que gritaram *slogans* antisemitas, atirando gravilha contra um grupo de crianças judias que representavam danças tradicionais.⁶ O grupo de atacantes de origem árabe, identificados mas não acusados pela polícia, incluía três menores e um deficiente de 19 anos de idade, por isso, o rapaz alemão foi o único a ir a julgamento perante o tribunal penal.⁷

² www.bbc.co.uk/news/world-europe-13038095

³ U.S. Department of State – International Religious Freedom Report for 2011

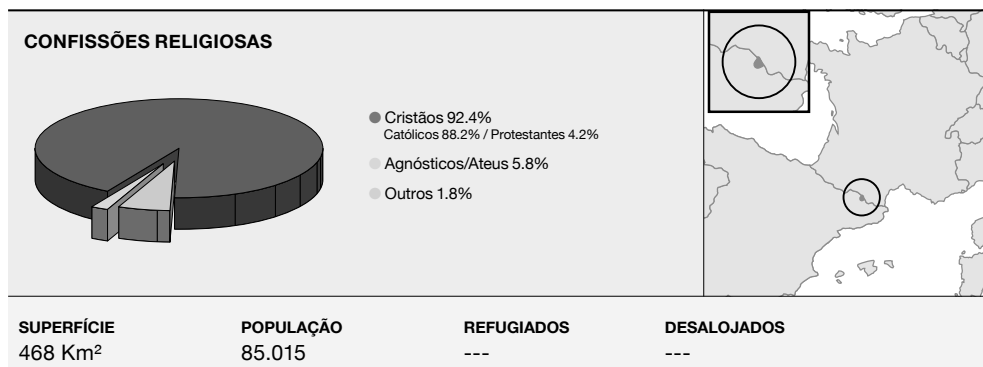
⁴ www.german-times.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3725&Itemid=86

⁵ guardian.co.uk, 4 de Março de 2011

⁶ www.bbc.co.uk/news/10406344

⁷ Deutsche Presse-Agentur, 7 de Fevereiro de 2011

ANDORRA



A Constituição de 1993, no Artigo 11, garante total liberdade religiosa para todos, embora reconheça a relação particular do país com a Igreja Católica Romana, de acordo com as tradições de Andorra, um principado governado pelo chefe de Estado francês e pelo Bispo espanhol católico da Diocese de Urgel.¹

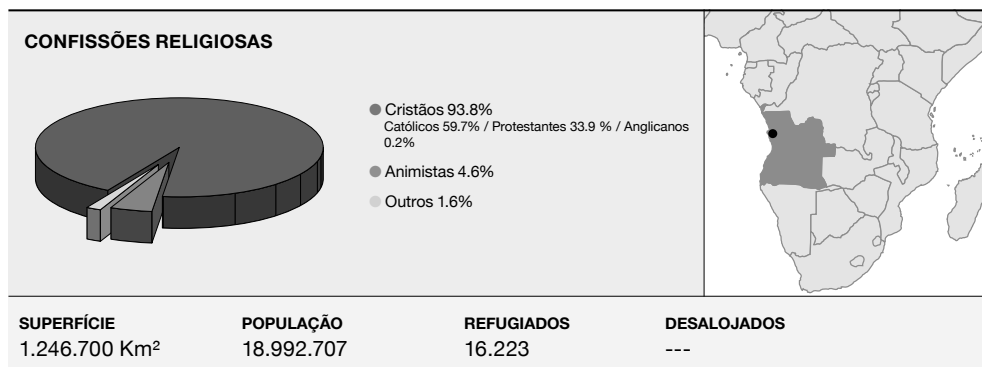
As relações com a Igreja Católica são regulamentadas pela Concordata de 2008.² O acordo diz respeito à nomeação do Bispo de Urgel, ao estatuto da Igreja Católica em Andorra, ao casamento canônico e à educação religiosa.

Durante o período analisado não houve acontecimentos negativos relativamente ao respeito pela liberdade religiosa.

¹ http://www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file_id=187171

² Pontificia Università della Santa Croce – José T. Martín de Agar, *I Concordati dal 2000 al 2009*, Libreria Editrice Vaticana, Cidade do Vaticano 2010, pp. 19-28

ANGOLA



A Constituição prevê a liberdade religiosa e o Estado é geralmente tolerante em relação a todos os credos religiosos e permite a prática pública da religião.

O Artigo 10, além de estabelecer a separação entre Estado e Igreja e o Estado secular, requer que o Estado não só permita a liberdade de culto mas também “proteja as igrejas e as religiões e os seus locais e objectos de culto, desde que elas não ameacem a Constituição e a ordem pública e cumpram a Constituição e a lei”.¹

A lei exige que cada grupo religioso se registre e define como pré-requisito para o registo que cada grupo tenha pelo menos 100.000 membros em pelo menos dois terços das províncias do país. Na prática, este aspecto nega o reconhecimento a muitos grupos, sejam eles pequenos grupos de muçulmanos ou as centenas de pequenas Igrejas Evangélicas, muitas das quais são originalmente do Congo ou do Brasil e ainda aguardam reconhecimento.

De qualquer forma, não há provas de que as autoridades tenham impedido os grupos religiosos não registados de realizarem as suas actividades. Contudo, apenas os grupos registados podem abrir escolas e estabelecer locais de culto.

Nalgumas partes do país, sobretudo no norte, certos hábitos religiosos tradicionais ainda são praticados, incluindo nalguns casos sacrifícios rituais, abuso de menores e actos de “magia”.

As agências governamentais, os grupos de Igreja e as organizações da sociedade civil continuaram a realizar campanhas contra estas práticas. De acordo com o Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR), os casos de práticas abusivas diminuíram significativamente devido a campanhas e directivas governamentais.²

Não foram reportadas alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relacionados com a liberdade religiosa durante o período deste relatório.

¹ <http://www.governo.gov.ao/Constituicao.aspx>

² Departamento de Estado Norte-Americano, *International Religious Freedom Report for 2011*

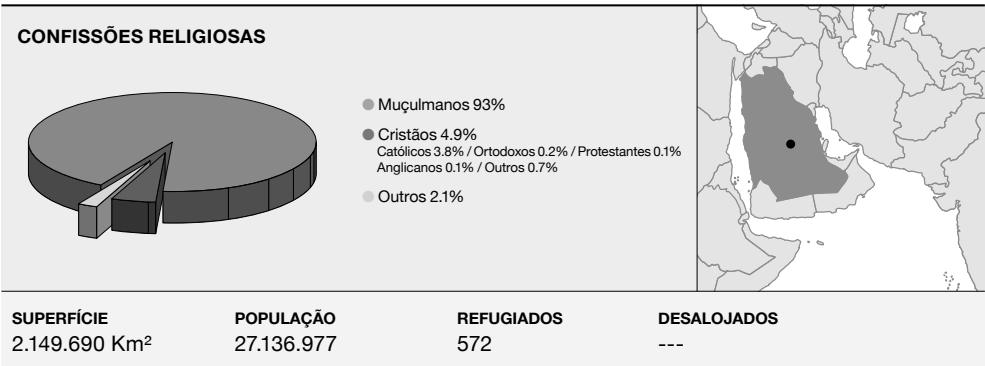
ANTÍGUA E BARBUDA



O direito de exercer a total liberdade religiosa encontra-se consagrado no Artigo 11º da Constituição de 1981, que também garante o direito de mudar de religião e o direito de a ensinar livremente. Os grupos religiosos não são obrigados a registrar-se, mas o registo dá-lhes o direito a isenções tributárias com a finalidade de construir ou de restaurar locais de culto.

Na prática não foi relatada nenhuma violação de tais direitos.

ARÁBIA SAUDITA



O reino wahabi continua a ser descrito por todos os observadores internacionais como um país especialmente preocupante, devido às persistentes violações da liberdade religiosa tanto do ponto de vista legal como factual.

O reino wahabi foi igualmente ameaçado pelos levantamentos populares que abalaram grandes partes do mundo árabe em 2011. Circularam apelos *online* para organizar protestos, ao mesmo tempo que intelectuais e activistas de direitos humanos dirigiam pedidos ao rei Abdullah solicitando mudanças sociais e constitucionais. A família real saudita adoptou uma estratégia dupla para se opor à ameaça. Por um lado, os líderes religiosos wahabi mais importantes foram mobilizados para repudiar os protestos, descritos como sendo “contra o Islão”. Em primeiro lugar, os líderes religiosos wahabi usaram os minaretes para avisar que a ira de Deus iria cair sobre os crentes que participassem em protestos pacíficos organizados para ocorrerem após as orações do meio do dia, enquanto em segundo lugar as autoridades religiosas oficiais avisaram sobre uma conspiração iraniana liderada por xiitas da Província Ocidental com o objectivo de causar *fitna* (caos) e dividir a Arábia Saudita. Recorreram a todo o reportório de opiniões wahabi contra os xiitas, que descreveram historicamente como hereges e, mais recentemente, agindo como uma quinta coluna para o Irão.

Além desta estratégia religiosa confessional, as autoridades usaram o método da ‘cenoura’, distribuindo ajuda económica significativa à população saudita e ameaçando usar a força contra os que violassem a lei.

A 6 de Março de 2011, o Conselho Supremo dos Ulemás Sauditas considerou “não islâmico” que se recorresse a protestos e petições para pedir reformas no reino, seguindo o exemplo das revoluções árabes. O Conselho, presidido pelo Jurisconsulto Supremo da Arábia Saudita, emitiu uma declaração reiterando que “os protestos são proibidos neste país e a maneira islâmica de alcançar o bem comum consiste em aconselhar”.

O Ministro do Interior, por seu lado, anunciou na televisão estatal que todas as formas de protesto e marchas eram proibidas na Arábia Saudita, acrescentando que as forças de segurança usariam de todos os meios disponíveis para impedir qualquer tentativa de pôr em risco a ordem pública. O ministro afirmou que “as normas do reino proibem categoricamente todos os tipos de protestos, marchas ou ocupação, uma vez que estes vão contra a *sharia* e os valores e tradições da sociedade saudita”. Estes anúncios seguiram-se a uma série de protestos que eclodiram nas regiões povoadas sobretudo por xiitas, em especial a leste do país, incluindo apelos para seguir o exemplo das revoluções na Tunísia e no Egipto que foram colocados *online* nas redes sociais.

CRISTÃOS

Nos últimos anos tem havido cada vez mais declarações dos representantes sauditas afirmando que os trabalhadores não muçulmanos são autorizados a prestar culto em privado. A noção do significado de “privado” mantém-se contudo vaga. O Governo saudita tem reiterado que, desde que os encontros de não muçulmanos se mantenham em pequeno número e sejam realizados em casas privadas, nenhuma força de segurança irá intervir. Contudo, esta posição oficial é violada, uma vez que continua a haver casos envolvendo raides da Polícia Religiosa a casas privadas nas quais estão a ser realizados encontros de oração.

Outra razão para preocupação surgiu durante este período entre os cristãos e todos os residentes do reino que não são muçulmanos: o período de tempo excessivamente longo que é necessário, por vezes mesmo semanas, para obter autorização para repatriar os corpos dos trabalhadores estrangeiros que morram neste país. A Arábia Saudita não permite que os não muçulmanos sejam enterrados no país. Esta questão foi levantada durante uma visita à Arábia Saudita por uma delegação norte-americana.

Durante o período abordado por este relatório, houve vários casos de cristãos que foram detidos. Nalguns casos, as notícias das suas detenções não foram transmitidas, alegadamente de modo a garantir um resultado positivo nas negociações para a sua libertação entre o Governo e as autoridades nos seus países de origem.

Em Janeiro de 2011, dois cristãos indianos, Yohan Nese, de 31 anos, e Vasantha Sekhar Vara, de 28 anos, foram detidos durante um raide levado a cabo pela Polícia Religiosa a uma casa privada em Batha, na província de Riade, onde estava a decorrer um encontro de oração. Os dois indianos foram mais tarde condenados a trinta e quatro dias de prisão. Enquanto estavam detidos, os dois membros da comunidade pentecostal “Rejoice in the Church of the Lord” passaram por condições terríveis. Agentes policiais pressionaram-nos a converter-se ao Islão, ao mesmo tempo que não tinham espaço na cela para se sentarem. Por isso, para conseguirem dormir, um tinha de ficar de pé para que o outro conseguisse deitar-se. Quando a detenção foi noticiada, o embaixador indiano disse que não havia nada que pudesse fazer, pois a detenção tinha a ver com questões religiosas. Os dois trabalhadores foram inesperadamente libertados a 12 de Julho de 2011 e deportados para a Índia a 24 de Julho. Enquanto esteve na prisão, Vara foi pressionado a converter-se ao Islão.

A 12 de Fevereiro de 2011, um cristão eritreu, Mussie Eyob, foi detido por ter falado sobre Cristianismo com um grupo de muçulmanos numa mesquita em Jedá, um “crime” que implica a pena de morte na Arábia Saudita. Eyob, que inicialmente foi diagnosticado como sofrendo de problemas de saúde mental, foi visto por médicos que o confirmaram como capaz de ser sujeito a julgamento e ser condenado. Depois foi transferido para a famosa prisão de alta segurança em Briman e, passados cinco meses, em Julho, foi libertado e deportado para a Eritreia.

ARGÉLIA



Na Argélia, as questões religiosas são regulamentadas por um decreto muito restritivo datado de 28 de Fevereiro de 2006, que submete a prática de todas as religiões, com excepção do Islamismo, à autorização administrativa e condena todo o proselitismo não muçulmano. Este decreto também estabelece uma condenação de dois a cinco anos de prisão e uma multa que vai de 500.000 a 1 milhão de dinares (de €5.000 a €10.000) para quem “incite ou constrinja um muçulmano a converter-se a outra religião, ou quem, para este fim, use meios de aliciamento, ou instituições didácticas, educativas, de saúde, sociais ou culturais, ou instituições de formação, ou qualquer outra instituição ou meios financeiros”, ou de facto “invente, coloque ou distribua documentos, material impresso ou gravações audiovisuais, ou qualquer outro instrumento ou meio destinado a enfraquecer a fé de um muçulmano”. Os muçulmanos, por seu lado, têm toda a liberdade para pregar e converter.

Há duas Igrejas que gozam de estatuto legal: a Igreja Católica, constituída por quatro dioceses, herdeira do período colonial e que sobreviveu à independência (1962), e a Igreja Protestante da Argélia, reconhecida em 1975, que inclui crentes da Igreja Reformada e dos movimentos neo-protestantes (evangélicos, pentecostais, baptistas e metodistas).

As conversões de muçulmanos argelinos aumentaram significativamente durante vários anos, sobretudo em Cabília, embora as conversões também ocorram noutras regiões. A maior parte dos convertidos pertence agora a movimentos evangélicos, que estão a baptizar até seis argelinos por dia, de acordo com dados oficiais de 2010, mas têm poucos lugares de culto, pois as autoridades negam-lhes autorizações de construção. Em Cabília, sobretudo em Tizi-Ouzou e nas áreas circundantes, eles também estão expostos à hostilidade dos muçulmanos. Alguns muçulmanos estão interessados no Catolicismo, agora que a Igreja Católica é menos rígida em relação aos requisitos do baptismo. Contudo, a Igreja sofre com a reacção ao sucesso apostólico dos neo-protestantes. O Governo argelino, conseqüentemente, restringe agora o número e a duração dos vistos de entrada de todo o pessoal da Igreja Católica, sacerdotes, religiosos e mesmo trabalhadores leigos necessários para as actividades ordinárias da Igreja, enquanto os que conseguem obter vistos devem restringir as suas actividades no país. Além disso, foram confiscados ocasionalmente livros de orações no aeroporto.¹

Para um argelino, tornar-se cristão significa ficar exposto à injustiça e a audiências legais nos tribunais, como testemunha Mahmoud Yahou, baptizado em 1994 e pastor

¹ *Zenit*, 24 de Outubro de 2010

desde 1998. “A nossa vida diária está cheia de assédios e abusos. Há olhares obscenos, a violência de certas declarações, rumores absurdos relativamente a hábitos das nossas comunidades, já para não falar da supervisão e controlo incessantes levados a cabo pela polícia.” As autoridades recusaram renovar o passaporte argelino de Yahou porque enquanto “cristão ele é um traidor ao seu país”. O presidente da câmara de Ath Atteli, perto de Tizi-Ouzou, onde Mahmoud vive, ordenou que a comunidade cristã renegasse a sua fé. A 12 de Dezembro de 2010, acusado pelo sistema judicial de ter aberto um local de culto ilegal (uma simples casa) nessa aldeia e de ter “disponibilizado uma casa para os estrangeiros” (embora com vistos regulares), Yahou foi condenado a três meses de prisão com pena suspensa e multado em 10.000 dinares (€100). Quatro outros convertidos argelinos foram levados a julgamento com ele.²

Muitos outros casos semelhantes relativos a pessoas que se converteram ao Cristianismo foram relatados depois da segunda metade de 2010. Em Setembro de 2010, dois trabalhadores cristãos, Hocine Hocini e Salem Fellak, encontrados a comer num comboio durante o Ramadão, foram a julgamento num tribunal em Aïn El-Hammam (Cabília) por “um ataque e uma ofensa aos preceitos do Islão”, mas foram depois libertados graças à mobilização de activistas dos direitos humanos.³

Em Maio de 2011, Karim Siaghi, que se converteu em 2007, foi obrigado a aparecer em tribunal por “insultar o Profeta” depois de ser denunciado pelo seu vizinho. Alegadamente, ele tinha recusado cumprir uma ordem do seu vizinho que o obrigava a prestar homenagem a Maomé e, em vez disso, entregou-lhe um DVD com a vida de Cristo. Foi condenado a cinco anos de prisão sob um rigoroso regime. A sentença enfatizava que “Ele tinha negado as acusações, mas a sua apostasia é uma assumpção de culpa.”⁴

A Argélia também é influenciada pelas monarquias da Península Árabe e pelos levantamentos políticos que ocorreram nos países vizinhos (Tunísia, Marrocos e Líbia), onde os partidos islâmicos ganharam a maioria dos votos nas eleições que se seguiram às revoluções de 2011. Esta re-islamização teve como consequência a adopção de medidas que restringem a liberdade dos muçulmanos por parte do Estado argelino. Por exemplo, é ilegal os argelinos darem nomes não muçulmanos aos seus filhos ou inscreverem-nos em escolas privadas, uma vez que a religião do Estado não é aí ensinada. As autoridades também encerraram muitos bares, discotecas e cinemas, mesmo em Argel, supervisionando igualmente um respeito rigoroso pelo jejum de Ramadão feito pelos muçulmanos.⁵

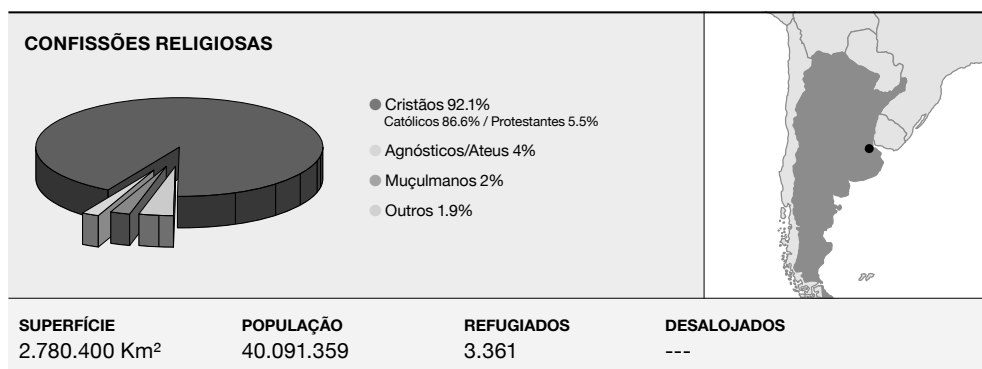
² *Le Figaro-Magazine*, 24 de Dezembro de 2010

³ *United States Commission on International Religious Freedom 2012 Annual Report*

⁴ *Le Figaro*, 23 de Novembro de 2011

⁵ *Le Monde*, 1 de Fevereiro de 2012

ARGENTINA



Situação legislativa

A Constituição da República da Argentina, adoptada em 1853 e após uma sucessão de alterações até 1994, ao mesmo tempo que afirma na Secção 2 que “O Governo Federal apoia a religião da Igreja Católica Apostólica Romana”, também garante a liberdade religiosa para todos os seus habitantes no Artigo 14. Durante o período em questão, não foram relatadas nenhuma novas leis que afectem a liberdade religiosa.

A Câmara de Deputados argentina proclamou o dia 25 de Novembro a nível nacional como ‘Dia da Liberdade Religiosa’ para marcar o 30.º aniversário da Declaração de Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação com Base na Religião ou Crença (Assembleia Geral das Nações Unidas, 25 de Novembro de 1981).

O Conselho Argentino para a Liberdade Religiosa (CALIR), em associação com o Departamento Geral para as Religiões da Cidade Autónoma de Buenos Aires, organizou uma celebração pública para marcar a ocasião, na presença de representantes oficiais e líderes de várias igrejas e grupos religiosos.¹

Actos de intolerância

Da parte das autoridades governamentais, não houve violações relatadas de direitos religiosos ou actos de comportamento intolerante em relação aos crentes. Contudo, vários actos individuais de intolerância foram relatados.

A 1 de Julho de 2011, em Plottier, uma cidade na Província de Neuquén, um grupo de estudantes evangélicos numa escola estatal foi castigado pelo seu director por rezar durante o intervalo. Este acto teve repercussões em toda a comunidade. No início, o director foi despedido, mas depois foi novamente readmitido.²

A 28 de Setembro de 2011, um membro da comunidade judaica em Flores, um bairro de Buenos Aires, foi atacado verbal e fisicamente a caminho de uma sinagoga local com os seus dois filhos. O atacante não identificado entrou depois no templo, onde insultou e gozou com os presentes.³

A 30 de Agosto de 2011, num acto de vandalismo, o monumento à Bíblia na Praça Sáenz Peña, na cidade de Paraná (Província de Entre Ríos), foi desfigurado com tinta preta.

¹ “Día de la Libertad Religiosa 2011,” Conselho Argentino para a Liberdade Religiosa (CALIR) www.calir.org.ar/celebracion25-11-2011.htm

² “Declaración 01 de Julio 2011 - oración en escuela estatal neuquina,” *ibid.* [www.calir.org.ar/comu01072011.htm]

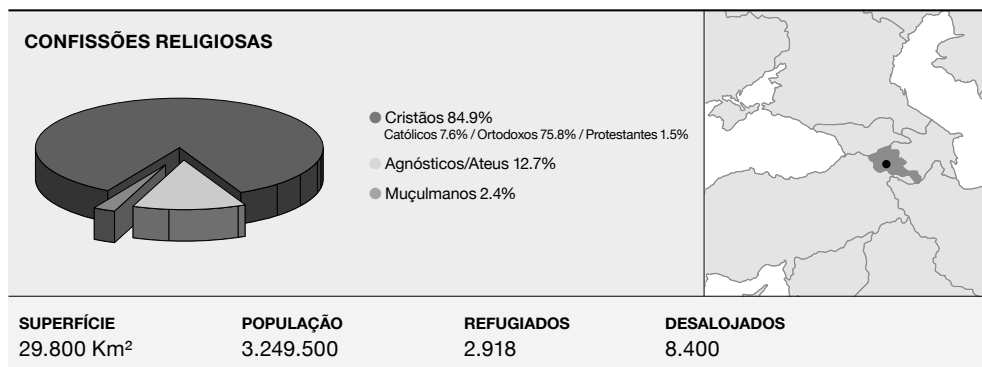
³ Franco Varise, “Brutal agresión antisemita en Flores,” in *La Nación*, 28 de Setembro de 2011 [www.lanacion.com.ar/1409837-brutal-agresion-antisemita-en-flores].

Esta estrutura tinha sido erigida com os esforços conjuntos de vários grupos religiosos, incluindo evangélicos, católicos e judeus. O Governo local também tinha contribuído.

Este acto de vandalismo é uma ofensa segundo a Lei argentina n.º 23.592 Contra a Discriminação, além de ser uma violação do Artigo 14 da Constituição.⁴

⁴ “Declaración 24-08-2011 – Ataque Monumento a la Biblia (Paraná),” Consejo Argentino para la Libertad Religiosa (CALIR) [www.calir.org.ar/comu24082011.htm].

ARMÉNIA



Situação legal

Uma nova proposta de lei sobre religião foi anunciada a 12 de Julho de 2011. Caso seja aprovada, irá modificar a lei de 1991 (alterada em 1997 e 2001), regulamentando as relações entre a República da Arménia e a Igreja Apostólica Arménia, além de alterar o código penal e o código administrativo do país. A proposta de lei irá penalizar qualquer pessoa que convide outros a tomarem parte na sua fé. Irá também impor o registo obrigatório dos grupos religiosos com vinte e cinco ou mais membros e penalizar qualquer infractor.

Outras disposições legais levantaram suspeitas devido à sua ambiguidade. Para muitos, elas surgem como normas arbitrárias destinadas a restringir a liberdade religiosa das pessoas que não pertencem à Igreja Apostólica Arménia. Segundo a Constituição arménia de 2005, esta Igreja é reconhecida como tendo uma “missão histórica exclusiva” enquanto “Igreja nacional na vida espiritual, no desenvolvimento da cultura nacional e na preservação da identidade nacional do povo arménio”.

As principais disposições legais da proposta de lei parecem inspirar-se na ideia de que “permitir” a liberdade religiosa é algo perigoso, e que os grupos religiosos devem ser sujeitos a um escrutínio especial. Por exemplo, a proposta de lei propõe banir as suas “actividades secretas”, o uso da sua “influência de pregação sobre as pessoas de outras religiões”, a expressão de “convicções que são incompatíveis em relação à liberdade de consciência, religião ou crença”, ou ainda o controlo “da vida privada, saúde, bens e comportamento” dos seus membros. As pessoas serão forçadas a agir de acordo com a Constituição e as leis da Arménia e a respeitar as religiões ou a filiação teológica de outras pessoas.

Pregar às crianças com menos de 14 anos de idade sem o consentimento dos seus pais será proibido. Esta disposição legal está incluída numa proibição mais alargada que tem a ver com a chamada “caça à alma” (*Hogevorsutyun* em Arménio), o termo usado no Artigo 4 da proposta de lei, que define este aspecto como “proselitismo impróprio” e procura prevenir toda a pregação a pessoas de outras religiões “para fins de mudança da sua fé”, usando ou ameaçando usar “violência física ou psicológica”, fornecendo ajuda material ou apoio social, aproveitando a dependência dos indivíduos durante a pregação, incentivando ao ódio a outras religiões ou organizações religiosas ou “perseguido” uma pessoa mais do que uma vez.

Para estimular a sua eficácia, a proposta de lei pune a “caça à alma” segundo uma nova disposição legal do Código Penal, Artigo 160, parágrafo 1. Tratando-se de indivíduos,

a pena pode incluir multas até 300 vezes o valor do salário mínimo ou uma sentença de prisão de até dois meses. Tratando-se de grupos, implicará uma multa até 500 vezes o valor do salário mínimo ou uma sentença de prisão de até dois anos¹.

O Artigo 5 da proposta de lei distingue as comunidades de acordo com o seu tamanho. Aos grupos com menos de vinte e cinco membros adultos é negado o reconhecimento legal, enquanto aos grupos com vinte e cinco ou mais membros adultos será dado esse reconhecimento. Contudo, de acordo com o Artigo 6, o segundo grupo terá de se registar.

Segundo outra proposta de disposição legal, o Artigo 205, parágrafo 3, do Código Administrativo², os líderes das organizações religiosas que se recusarem a registar receberão multas de entre 100 a 600 vezes o valor do salário mínimo.

O novo procedimento de registo definido no Artigo 6 parece ser um pretexto para recolher dados sensíveis sobre grupos religiosos, como por exemplo ‘quotas de membro’, detalhes sobre os seus programas, dados sobre os seus membros ou líderes, incluindo as suas moradas. As organizações religiosas terão de disponibilizar este tipo de informação anualmente e torná-la pública na Internet. Se não o fizerem, serão punidas com penas de 300 a 500 vezes o valor do salário mínimo.

O Artigo 7 da proposta de lei sobre religião dá ao Ministério da Justiça o poder de recusar o pedido de registo de um grupo. O Artigo 13 permite que o Ministério vá a tribunal para mandar suspender o registo de um grupo. O Artigo 14 permite encerrar organizações religiosas se estas tiverem fornecido informações falsas, promovido o ódio étnico ou religioso, ou se não tiverem cumprido os requisitos da lei.

O Artigo 8 da proposta de lei também define os direitos das organizações religiosas e regulamenta a forma como elas realizam as suas actividades internas, incluindo o culto e a educação, tornando-as sujeitas a registo. Ao fazê-lo, compromete seriamente o direito individual à liberdade religiosa.

Segundo o Artigo 9, as organizações não serão autorizadas a aceitar fundos de governos, indivíduos ou organizações estrangeiros. Se o fizerem, ficarão sujeitas a multas que vão de 700 a 1000 vezes o valor do salário mínimo.

Um artigo de Felix Corley³ apresenta muitas preocupações levantadas por defensores dos direitos humanos e membros de certas minorias religiosas, incluindo Stepan Danielyan do Centro de Colaboração para a Democracia, que vê a proposta de legislação como um passo atrás em relação à lei em vigor, e o Pastor evangélico René Leonian, que também é crítico em relação à iniciativa do Governo.

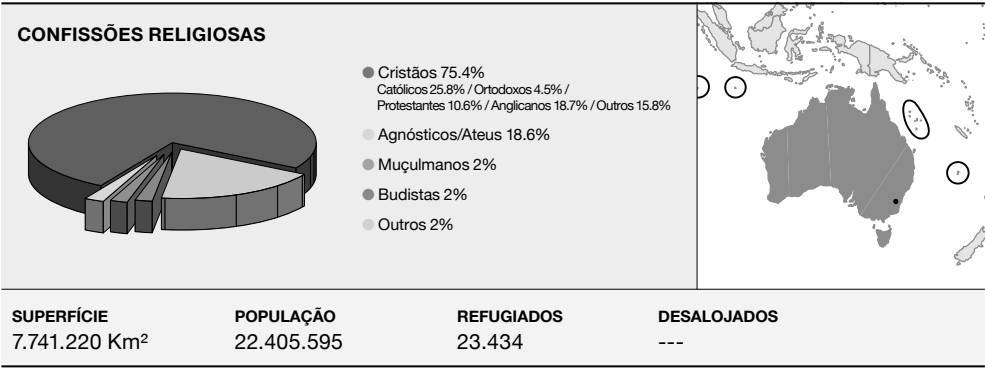
¹ Centro de Colaboração para a Democracia, http://religions.am/eng/index.php?option=com_content&view=article&id=97:coverage-of-religious-issues-in-the-armenian-media-2010&catid=1:articles

Comité Arménio de Helsínquia, http://www.armhels.com/DownloadFile/344eng-Freedom_of_Religion_in_Armenia.pdf

² http://www.forum18.org/Archive.php?article_id=1593

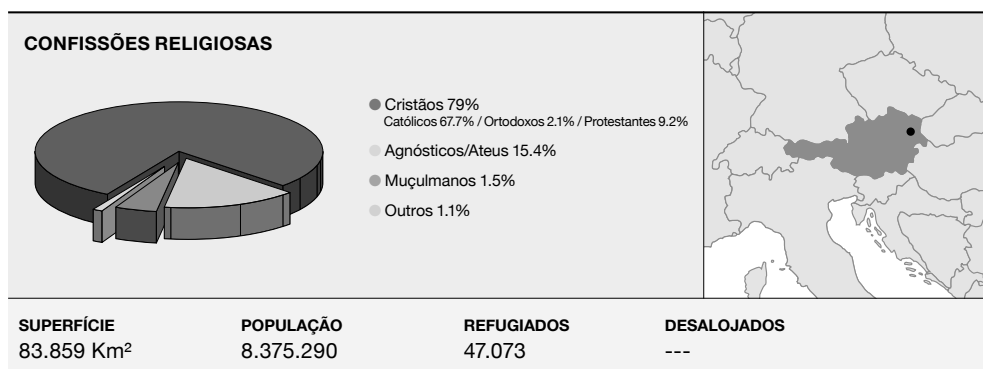
³ *Forum 18 News*, 14 de Julho de 2011

AUSTRÁLIA



A liberdade religiosa não levantou nenhum problema neste país pois está garantida pela Constituição e é respeitada pelas autoridades. Os grupos religiosos podem operar livremente sem terem de se registrar. O ensino religioso encontra-se disponível nas escolas públicas, caso seja solicitado pelos pais, e é frequentemente proporcionado por voluntários.

ÁUSTRIA



Segundo a perspectiva do direito à liberdade religiosa, a principal novidade legal está ligada aos requisitos sobre a ordem pública. O Partido do Povo (ÖVP) apresentou em Junho de 2011 uma proposta de lei sobre o fenómeno do incitamento ao ódio religioso, propagado sobretudo pela pregação do ultra-extremismo islâmico. A ministra do Interior, Johanna Mikl-Leitner, e a ministra da Justiça, Beatrix Karl, partilham as intenções dos deputados signatários desta proposta de lei, que prevê até dois anos de prisão para quem pregar o ódio, aprovar ataques terroristas em público na presença de um mínimo de trinta pessoas e participar em campos de treino paramilitar.¹

Entretanto, as iniciativas para desenvolver o diálogo inter-religioso também continuam ao nível político. Especificamente, a 28 de Agosto de 2011, o vice-chanceler e ministro dos Negócios Estrangeiros, Michael Spindelegger, encontrou-se com Fuat Sanac, o recentemente nomeado presidente do Grupo Religioso Muçulmano da Áustria (IGGiÖ), no centenário do reconhecimento formal do Islão na Áustria em 1912. De acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros, o representante do Governo enfatizou a importância do “desenvolvimento específico do Islão na Europa e da sua compatibilidade com o estilo de vida europeu”. O Sr. Spindelegger assinou mais tarde um acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, o príncipe Saud al-Faisal bin Abdulaziz Al Saud, relativo à criação do Centro Internacional Rei Abdullah Bin Abdulaziz para o Diálogo Inter-religioso e Intercultural (KAICID)².

No entanto, de acordo com um estudo realizado pelo Centro de Estudos do Futuro, 45% dos entrevistados acreditam que há uma probabilidade muito elevada de surgirem conflitos entre austríacos e imigrantes muçulmanos.³

O Relatório Anual do ODIHR, o Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos da Organização de Segurança e Cooperação na Europa, publicado em Novembro de 2011 e intitulado *Hate Crimes in the OSCE Region - Incidents and Responses* [Crimes de Ódio na Região da OSCE – Incidentes e Respostas], relata um caso no qual uma mulher turca foi fisicamente atacada e insultada por causa das suas origens e da sua fé islâmica.

A ONG Observatório para a Intolerância e a Discriminação contra os Cristãos está registada na Áustria. O Observatório tem uma página na Internet⁴ que monitoriza situa-

¹ *Austrian Times*, 26 de Junho de 2011

² *Associated Press*, 13 de Outubro de 2011

³ *Austrian Times*, 2 de Outubro de 2011

⁴ www.intoleranceagainstchristians.eu

ções em que os cristãos são discriminados na Europa e em 2011 publicou um relatório detalhado.

Embora a República da Áustria não tenha fornecido ao ODIHR dados sobre crimes de ódio cometidos contra cristãos ou contra pessoas de outras religiões, a Santa Sé e o Observatório para a Intolerância e a Discriminação contra os Cristãos reportaram um ataque físico grave contra um jovem católico⁵ e dois casos envolvendo danos infligidos a bens da Igreja.⁶

Este mesmo Observatório relatou que, em Setembro de 2011, em Viena, apareceram graffitiis com as palavras “Porcos cristãos destroem o mundo”, acompanhados de um símbolo anarquista. Os actos de intolerância contra os cristãos tornaram-se cada vez mais frequentes e o caso mais grave envolveu um professor de uma escola preparatória de Innsbruck, que foi repreendido por ter expressado opiniões anticristãs ofensivas na sala de aula, resultando em oposição por parte dos pais dos alunos.⁷

⁵ *Information from the Holy See NPC*, 24 de Março de 2011

⁶ www.intoleranceagainstchristians.eu/fileadmin/user_upload/Five-Year_Report_Intolerance_against_Christians_in_Europe_-_online_version.pdf

⁷ *Tiroler Tageszeitung online*, 25, 26 e 29 de Março de 2011

AZERBAIJÃO



Perspectiva geral

Este país, de maioria muçulmana xiita, é actualmente governado por tendências nacionalistas e secularistas poderosas. Apesar do facto da Constituição definir o Azerbaijão como um Estado laico, a liberdade religiosa foi sujeita a restrições significativas durante o período em análise.

O Estado alterou a legislação existente para limitar ainda mais a liberdade religiosa e de credo, impondo novas sanções e medidas de censura contra os grupos religiosos. As violações das normas que governam a religião foram transferidas da lei administrativa para o código penal e são agora puníveis com pena de prisão e pesadas multas.

De acordo com a organização *Human Rights Watch*, o respeito pelos direitos humanos deteriorou-se no Azerbaijão em 2011. O Governo aumentou as restrições a todos os grupos religiosos.¹

No seu relatório anual sobre a situação da liberdade religiosa, o Departamento de Estado Norte-Americano referiu que, embora a Constituição do Azerbaijão garanta a liberdade religiosa, as leis e as políticas governamentais limitam severamente esse direito na prática.

As autoridades monitorizam de perto os grupos religiosos “não tradicionais”, sobretudo as minorias, porque não têm uma longa história no país. Fazem-no acima de tudo através de uma entidade criada para o efeito, a Comissão Estatal para o Trabalho com as Associações Religiosas.

Durante o ano em questão, houve relatos de abusos e discriminação baseados na religião ou nas crenças pessoais, e hostilidade de facto contra grupos que realizam proselitismo, como por exemplo as testemunhas de Jeová, os cristãos evangélicos e outros grupos missionários, incluindo os muçulmanos.²

Um estudo profundo sobre a liberdade religiosa no Azerbaijão foi publicado pelo *Forum18*, uma organização de investigação e informação. O estudo concluiu que “a liberdade religiosa ou de crença e os direitos humanos a elas associados, como por exemplo a liberdade de expressão e de associação, permanecem altamente restritas”³ neste país do Cáucaso.

¹ *Human Rights Watch, World Report 2012*

² Departamento de Estado Norte-Americano, *Religious Freedom Limited in Azerbaijan*, 31 de Julho de 2012

³ Corley, Felix, “Azerbaijan: Religious freedom survey”, in *Forum18*, 17 de Abril de 2012

O estudo documentou muitos dos abusos diários, como por exemplo tentativas por parte do Estado de impedir a discussão sobre as várias infracções; representantes governamentais públicos a comportarem-se como se a lei não colocasse quaisquer limites às suas acções; julgamentos sem processo equitativo; detenções arbitrárias e castigos; um labirinto de controlos estatais restritivos sobre os crentes; um regime de censura subtil; encerramento forçado de locais de culto; proibição de rezar em público; a expulsão de cidadãos estrangeiros que estejam a exercer o direito à liberdade de crença; e a grave situação relativa aos direitos humanos em Nakhichevan, um enclave do Azerbaijão nas fronteiras entre o Irão, a Arménia e a Turquia.

“O objectivo”, sugeria o estudo, “parece ser ajudar a impor o controlo estatal sobre a sociedade, incluindo qualquer actividade da sociedade civil independente, e tornar todo o exercício dos direitos humanos dependente da autorização do Estado.”

Alterações à lei da religião

Em Dezembro de 2011, no seguimento da aprovação por parte da câmara única do Parlamento em Julho, o presidente do Azerbaijão, Ilham Heydar Aliyev, assinou as novas normas sobre religião, passando-as a lei.⁴

O preâmbulo da nova legislação diz que a lei “serve para a implementação da Liberdade Religiosa [...] de acordo com a Constituição da República do Azerbaijão e os acordos internacionais.”

Desde 1992, quando foi adoptada, a lei foi alterada catorze vezes. De cada vez, as alterações impuseram maiores restrições à liberdade religiosa. Muitas destas alterações foram preparadas em segredo, sem qualquer consulta pública, e apresentadas ao Parlamento, onde o Novo Partido do Azerbaijão, do presidente Aliyev, tem a maioria, no seguimento das eleições de 2010.

Após a alteração de 2009, o Artigo 12 da lei diz: “As organizações religiosas apenas podem funcionar depois de se registarem junto da entidade estatal relevante.” Assim, um grupo de pessoas não pode expressar as suas crenças em público sem autorização governamental. E o registo implica um longo processo burocrático.

Uma das mudanças introduzidas em 2011 obriga agora a que as organizações ou comunidades religiosas tenham cinquenta membros adultos, em vez de dez. Ao mesmo tempo, o Estado reservou para si próprio o direito de rejeitar sem recurso qualquer pedido de registo e de obtenção de estatuto legal.

As mudanças em relação à educação religiosa foram assim particularmente significativas. Segundo as alterações de Julho de 2011, o Artigo 6 da lei apresenta os critérios que devem ser cumpridos antes de qualquer grupo poder disponibilizar educação religiosa. Apenas as organizações registadas perante o Estado podem oferecer educação religiosa em instalações específicas às quais tenha sido concedida uma “autorização (licença) especial emitida pela entidade executiva relevante” (Artigo 10).

Outras alterações requerem que todas as comunidades muçulmanas entreguem um relatório ao Conselho Muçulmano do Cáucaso a descreverem as suas actividades; e também limitam a todos os cidadãos do Azerbaijão o direito de estabelecerem comunidades religiosas muçulmanas (Artigo 8).

⁴ Ibid, “Azerbaijan: Latest repressive laws signed by President,” in *Forum18*, 15 de Dezembro de 2011

Finalmente, há um vasto leque de multas mais pesadas (algumas aumentaram dez vezes) e penas de prisão para os que infringirem a lei, no seguimento de alterações paralelas ao Código Penal. As actividades religiosas ilegais podem ser punidas com penas de prisão até dois anos. A produção, venda e distribuição de literatura religiosa não autorizada podem ser punidas com multas até 9.000 manats (11.500 dólares americanos) e até cinco anos de prisão.

À luz destas novas normas, foi pedido às comunidades religiosas existentes que voltem a registar-se. Contudo, diversos grupos não conseguiram obter estatuto legal, incluindo todas as mesquitas independentes que não faziam já parte do Conselho Muçulmano do Cáucaso, quase todos os grupos protestantes (incluindo baptistas, adventistas do sétimo dia e pentecostais), bem como testemunhas de Jeová.

As Igrejas Protestantes que foram autorizadas a registar-se novamente incluem a comunidade luterana do Redentor de Baku, três comunidades molokanes de Baku, Sumgait e Hilmilli, bem como a Igreja da Nova Vida de Baku. Em cerca de 2.000 comunidades religiosas que existem no país, 406 foram registadas antes de 2001. Desde Abril de 2012, apenas 570 comunidades religiosas foram registadas, no seguimento das alterações de 2011 (550 delas muçulmanas, vinte de outras confissões religiosas). Nenhuma tinha sido acrescentada desde Novembro de 2011.⁵

O activista muçulmano Ilgar Ibrahimoglu Allahverdiev referiu que “estas alterações são anticonstitucionais e violam a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e as disposições legais sobre direitos humanos das Nações Unidas”.⁶

Acordo entre o Governo e a Igreja Católica

Como consequência do acordo alcançado com o Governo, a Igreja Católica não foi penalizada pelos novos acordos sobre a lei religiosa e pode dar continuidade à sua missão.

A 29 de Abril de 2011, a Santa Sé e a República do Azerbaijão assinaram um acordo na sede do Comité Estatal para o Trabalho com as Associações Religiosas em Baku que estabelece os parâmetros legais para as relações entre o Estado e a Igreja Católica.

O acordo, que tem oito artigos, define o estatuto legal da Igreja Católica do Azerbaijão. Garante aos católicos, entre outras coisas, o direito a professar e praticar a sua religião em público. E apoia o direito de a Igreja Católica organizar e levar a cabo a sua missão de acordo com o Direito Canónico. Concede à Igreja e às suas instituições o estatuto legal, garantindo a livre comunicação entre a comunidade católica local e a Santa Sé. Dá igualmente à Santa Sé o direito de nomear um Ordinário com responsabilidade por este círculo eclesial. Finalmente, regulamenta a concessão de vistos de residência e trabalho ao pessoal da Igreja.⁷

De acordo com o Mons. Claudio Gugerotti, Nuncio Apostólico do Azerbaijão, o tratamento histórico poderá criar um modelo para acordos noutras países com uma maioria muçulmana. O acordo dá à Igreja Católica e às suas instituições maior reconhecimento e segurança na lei, disse o prelado. Contudo, na sua perspectiva, a maior mudança vai ser simbólica: mostra de facto como é que “uma pequena minoria pode ter liberdade religiosa no âmbito da lei”.⁸

⁵ Corley, Felix, “Azerbaijan: Religious freedom survey,” in *Forum18*, 17 de Abril de 2012

⁶ Ibid, “Azerbaijan: The latest devious move to control religious communities”, in *Forum18*, 6 de Junho de 2011

⁷ *Vatican Information Service*, “Agreement between Holy See and Republic of Azerbaijan”, 30 de Abril de 2011

⁸ Kerr, David, “Holy See and Azerbaijan strike historic agreement”, in *Catholic News Agency*, 7 de Julho de 2011

Dificuldades para os cristãos

Algumas comunidades cristãs passaram por maiores dificuldades, porque as novas normas as forçaram a voltar a registar-se. Embora se tenham candidatado ao registo, muitas não conseguiram obtê-lo. Assim, não são reconhecidas nem são autorizadas pelo Estado.

No caso dos baptistas, a polícia invadiu alguns dos seus encontros de oração. Num dos raids contra a assembleia baptista em Neftechala, o Reverendo Telma Aliev, a sua mulher e toda a congregação foram levados para serem interrogados. As autoridades encerraram a sua igreja, selando o edifício, e apreenderam todos os livros encontrados lá dentro, porque “sem registo vocês não podem rezar”.⁹

Na cidade litoral de Sumgait, um juiz emitiu um aviso contra o Reverendo Pavel Byakov, chefe da comunidade baptista, contra futuros serviços religiosos não autorizados.¹⁰

Na mesma cidade, em Maio de 2011, a polícia invadiu três igrejas protestantes durante três dias sucessivos, impedindo-as de realizarem o culto dominical. Foram impostas pesadas multas a alguns membros da comunidade.¹¹

A batalha legal entre a Igreja da Maior Graça de Baku e as autoridades chamou a atenção da opinião pública. Os representantes governamentais procuraram de facto retirar o registo a esta comunidade de 400 membros usando as normas que tinham entrado em vigor em 2009. A própria Igreja tinha sido reconhecida em 1993.

O Comité Estatal foi a tribunal para pedir que o local de culto fosse encerrado, alegando que a Igreja Protestante não tinha apresentado toda a informação necessária, incluindo pormenores sobre a sua doutrina, tradições, atitudes para com a família, o casamento e a educação, bem como dados pessoais sobre os seus membros e fundadores.¹²

Em Janeiro de 2011, os representantes governamentais irromperam subitamente por uma cerimónia religiosa realizada pelos Adventistas do Sétimo Dia na cidade de Sumgait. Forçaram os presentes a sair e apreenderam DVDs e literatura religiosa.¹³ Acabou por haver um laivo de esperança para a comunidade. Após a expulsão de um antigo líder adventista, o russo Ivan Uzun, e de outro, Moldavian Gheorghiy Sobor, ter sido impedido de regressar, a comunidade procurou entrar em diálogo com o Governo de modo a encontrar uma solução para o problema. Depois de um encontro bem-sucedido entre líderes da Igreja e representantes governamentais, as hipóteses de o grupo obter reconhecimento governamental melhoraram claramente, muito mais do que as tensões anteriores poderiam ter levado a acreditar.

Os grupos protestantes, pentecostais, baptistas, adventistas e outros grupos cristãos permanecem contudo bastante insatisfeitos com as novas normas de registo.

Restrições aos muçulmanos do Azerbaijão

Os muçulmanos do Azerbaijão – ou azeris – viram refreadas as suas actividades de oração e culto. O controlo do Estado tornou-se mais preciso. Os grupos não filiados no

⁹ Corley, Felix, “Azerbaijan: Without registration you can't pray”, in *Forum18*, 22 de Dezembro de 2011

¹⁰ Ibid, “Warned for meeting without state permission, legal status applications still delayed”, in *Forum18*, 27 de Julho de 2011

¹¹ Ibid, “Azerbaijan: Police “did well” in Sumgait raids”, in *Forum18*, 18 de Maio de 2011

¹² Abbasov, Shanin, “Azerbaijan: Religious freedom case nears decision”, in *Eurasianet*, 19 de Abril de 2012

¹³ Krause, Bettina, “Step forward for church-state relations in Azerbaijan”, in *Adventist News Network*, 8 de Fevereiro de 2011

Conselho Muçulmano do Cáucaso não são autorizados a operar. É o próprio Conselho quem nomeia os imãs para as mesquitas.

O Governo está a tentar desenvolver um clero autóctone, inspirado nos valores e tradições locais, de modo a travar a invasão de formas estrangeiras de culto. Por esta razão, olha com desconfiança para todas as formas independentes do Islão e tenta controlar todos os “grupos não-alinhados” através do Comité Estatal para o Trabalho com as Associações Religiosas e o Conselho Muçulmano do Cáucaso. Em geral, as autoridades destroem todas as formas ou demonstrações de independência.

Esta abordagem intransigente é justificada, segundo dizem, pela necessidade de combater o extremismo e impedir o terrorismo. No entanto, as comunidades religiosas independentes e os membros da oposição dizem que as autoridades exageraram a ameaça muçulmana de modo a ganharem o apoio do Ocidente. O risco é que as polícias repressivas empurrem alguns grupos pacíficos na direcção da *jihad*. Esta radicalização é de facto evidente entre os salafistas. O desafio para as autoridades é travarem os grupos violentos ao mesmo tempo que garantem a liberdade de culto.¹⁴

Mubariz Gachae, imã de uma pequena comunidade perto de Baku, foi ameaçado com a cadeia no final de Dezembro de 2010 a não ser que deixasse de realizar actividades religiosas não registadas.

Membros de uma mesquita sunita encerrada à força na cidade de Gyanja disseram que as únicas actividades religiosas que estão autorizados a realizar agora são encontros de oração sob vigilância policial em pequenos grupos em casas privadas.¹⁵

Em Janeiro de 2011, crianças em idade escolar na cidade central de Yevlakh não foram autorizadas a participar nas orações de sexta-feira na Mesquita sunita de Juma. Um jovem, Elvin Mamedov, recebeu uma pena de prisão de dois dias por não ter obedecido a uma ordem da polícia após ter protestado contra os agentes de polícia locais.¹⁶

Depois de o imã turco Ahmet ter deixado o enclave de Nakhichevan, a mesquita de Juma foi controlada pela comunidade xiita, deixando os sunitas sem um local de culto.

O mesmo aconteceu com uma comunidade sunita em Qobustan, que viu a sua mesquita encerrada e selada em Março de 2011 sem explicação.

O deputado parlamentar Fazil Gazanfaroglu Mustafaev queixou-se do contínuo encerramento forçado de locais de culto, mas os representantes governamentais rejeitaram as acusações.¹⁷

Recusa em reconhecer as testemunhas de Jeová

As testemunhas de Jeová estão entre os grupos que não conseguiram ganhar o reconhecimento estatal segundo as novas normas. Por isso, continuam a encontrar grandes obstáculos para professarem a sua fé.

Originalmente, as testemunhas de Jeová tinham-se registado em 1999 e os seus membros conseguiram prestar culto durante dez anos. Contudo, em 2009, depois de novas e mais medidas restritivas terem forçado todos estes grupos a voltarem a registar-se, não

¹⁴ “Islamism in Azerbaijan”, in *Euractiv*, 8 de Março de 2012

¹⁵ Corley, Felix, “Azerbaijan: Pressure and punishments for worship without state permission increasing?”, in *Forum18*, 24 de Janeiro de 2011

¹⁶ Ibid, “Azerbaijan: Schoolboy prayer ban leads to two-day prison sentence”, in *Forum18*, 16 de Fevereiro de 2011

¹⁷ Ibid, “Azerbaijan: True believers aren’t concerned”, in *Forum18*, 5 de Abril de 2011

conseguiram assegurar o reconhecimento. Segundo as novas normas, as testemunhas de Jeová permanecem num estado de incerteza e são consideradas “ilegais”.

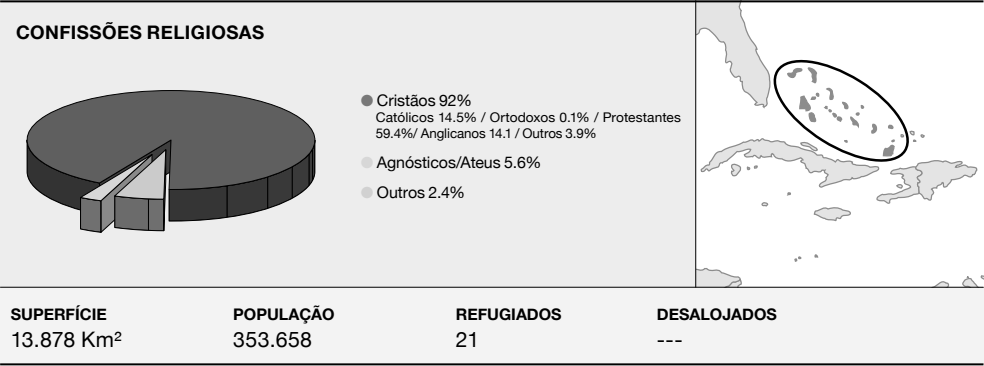
Na realidade, a polícia continua a assediá-las durante os seus encontros pacíficos. As normas restritas de censura impedem-nas de importar literatura religiosa para seu uso.

Os tribunais do Azerbaijão impuseram pesadas multas às testemunhas de Jeová por distribuírem literatura ou por participarem em actividades de culto.

Em resposta, as testemunhas de Jeová apresentaram dez queixas contra o Azerbaijão ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, sobre questões de liberdade de culto, censura e encarceramento de objectores de consciência.¹⁸

¹⁸ European Association of Jehovah's Witnesses, “Religious freedom concern in Azerbaijan”, 27 de Setembro de 2011

BAAMAS

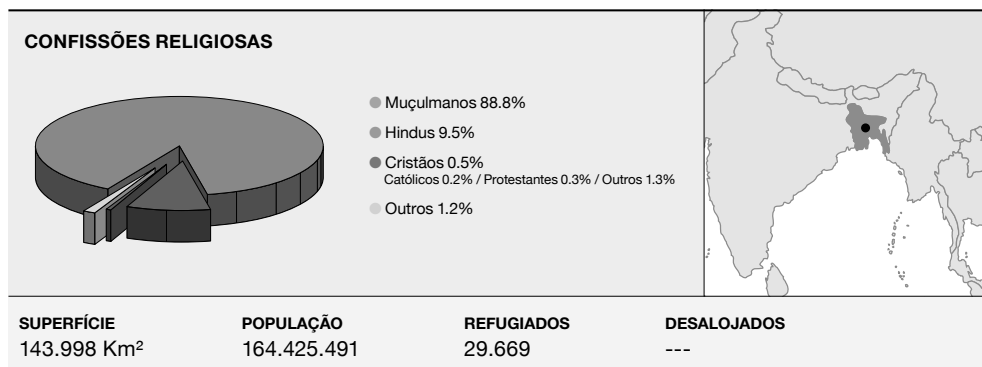


A Constituição da Comunidade das Baamas, datada de 1973, garante a total liberdade religiosa (Artigo 12º), protegendo tanto os direitos individuais como os direitos dos grupos religiosos. Também proíbe o Estado de interferir nos assuntos internos dos grupos religiosos. A herança cristã do país é destacada e é-lhe concedido um reconhecimento especial na vida social e na educação, incluindo a educação pós-secundária.

Ao mesmo tempo, as minorias cristãs não são sujeitas a qualquer tipo de discriminação.

Apenas algumas práticas com origem no Vudu (Obeah) trazidas por imigrantes haitianos foram proibidas, por motivos de ordem pública e porque envolvem formas de intimidação e a prática ilegal da medicina.

BANGLADECHE



Aspectos legais e constitucionais

O Bangladesh é um país predominantemente muçulmano, o terceiro maior país muçulmano no mundo.

No seguimento de alterações feitas por um Governo provisório em 1988 à Constituição de 1972, o Islão é agora a religião oficial do Estado. No entanto, estas alterações foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal em 2010.

A Constituição concede a todos os cidadãos o direito de professar, praticar e promover a sua religião.¹ Ensinar religião é também permitido nas escolas privadas geridas por comunidades religiosas.

A 29 de Dezembro de 2008, a Liga Awami chegou ao poder, conseguindo 263 dos 350 lugares do Parlamento. A Liga é um partido secular fundado em 1949 que levou o Bangladesh à independência do Paquistão sob a liderança do Xequê Mujibur Rahman.

Contra os que queriam restaurar a religião secular original de acordo com as decisões do Supremo Tribunal de Julho de 2010, que consideraram inconstitucionais as alterações de 1988, a primeira-ministra do Bangladesh, Xequê Hasina (filha do Xequê Mujibur Rahman) afirmou que iria mantê-las.

Se prevalecesse a decisão do Supremo Tribunal, os partidos de base religiosa, que são exclusivamente islâmicos, seriam declarados ilegais. Segundo a antiga Constituição, os partidos baseados na religião foram proibidos.

A primeira-ministra Xequê Hasina é contra a introdução da *sharia*, como deseja a Frente de Unidade Islâmica, mas ainda assim quer manter alguns elementos islâmicos na Constituição.²

A 21 de Junho, o Governo defendeu a alteração que torna o Islão na religião do Estado.³

A 7 de Março de 2011, o Governo adoptou a Política Nacional de Desenvolvimento das Mulheres, de modo a promover a igualdade de género em questões de propriedade, herança e trabalho.⁴

Mais de 120 pessoas foram detidas a 4 de Abril de 2011, no seguimento de uma greve geral (*hartal*) convocada pelo Comité de Implementação da Lei Islâmica, que se opõe à lei acima referida, considerando que ela viola os princípios islâmicos ao conceder às

¹ Constituição da República Popular do Bangladesh, http://bdlaws.minlaw.gov.bd/pdf_part.php?id=367&vol=15&search=1972

² *AsiaNews*, 8 de Junho de 2011

³ Agência *Fides*, 22 de Junho de 2011

⁴ Agência *Fides*, 8 de Março de 2011

mulheres os mesmos direitos de herança que os homens. Em Daca, a capital, 103 pessoas foram presas. Outras quinze foram detidas em Faridpur e mais três em Naravangani.

Confrontos violentos com a polícia ocorreram em Daca, Mirpur, Kakrail, Malibagh e outras cidades.⁵

Disputas por questões de terra

Os habitantes das aldeias tribais em Chittagong Hill Tracts, ao longo da fronteira sudeste do Bangladesh com a Índia e Mianmar, entraram novamente em confrontos com os colonos bengalis que querem colonizar a área com o apoio do exército e da polícia.

O facto de os colonos serem muçulmanos e as comunidades tribais serem sobretudo budistas com alguns animistas e cristãos faz com que o conflito se assemelhe a um conflito religioso. Na realidade, para os especialistas, esta é sobretudo uma questão política e social, mesmo que as comunidades tribais culpem os muçulmanos por vários actos, uma vez que, na sua perspectiva, os bengalis e os muçulmanos são uma e a mesma coisa.

A 17 de Fevereiro de 2011, dois residentes de aldeias tribais ficaram feridos e vinte e três casas foram demolidas num ataque levado a cabo pelos colonos muçulmanos bengalis.⁶

A 14 de Abril de 2011, um grupo de bengalis avançou para terrenos *jummas*, assim chamados devido ao sistema de cultivo autóctone, de modo a retirarem-nos à população indígena. Contudo, a sua tentativa falhou, porque os povos tribais atacaram os colonos, causando quatro mortes.

A 17 de Abril, cerca de cinquenta aldeias tribais *jummas* foram atacadas no distrito de Khagrachari (Chittagong Hill Tracts). Mais de 200 casas foram totalmente destruídas pelo fogo. Dois templos budistas foram destruídos. Quatro colonos bengali e mais de vinte membros tribais, incluindo mulheres e crianças, ficaram feridos. Além disso, fontes não confirmadas mas de confiança afirmaram que quarenta estudantes universitários desapareceram sem deixar rasto.⁷

Entretanto, os colonos bengali organizaram-se para defenderem os seus direitos, criando um grupo chamado Luta pelos Direitos do Povo em Chittagong Hill Tracts (FPRCHT), que funciona como uma força paramilitar apoiada pela polícia local.

Agora crescem receios de que alguns colonos tribais estejam a colocar achas na fogueira para recomeçar a insurreição que pôs fim ao acordo de paz de 1997, após mais de vinte anos de guerra.

Considerado inicialmente como inconstitucional, o acordo de paz de Chittagong Hill Tracts acabou por ser apoiado pelo actual Governo, mas provou ser ineficaz.

⁵ AsiaNews, 4 de Abril de 2011

⁶ AsiaNews, 22 de Fevereiro de 2011

⁷ AsiaNews, 27 de Abril de 2011

BARBADOS



O Artigo 19º da Constituição de 1966, emendada em 1974, 1981 e 1984, garante em pormenor a total liberdade religiosa, o que também se aplica ao sector educacional. Quase toda a população é cristã e pertence principalmente à fé anglicana.

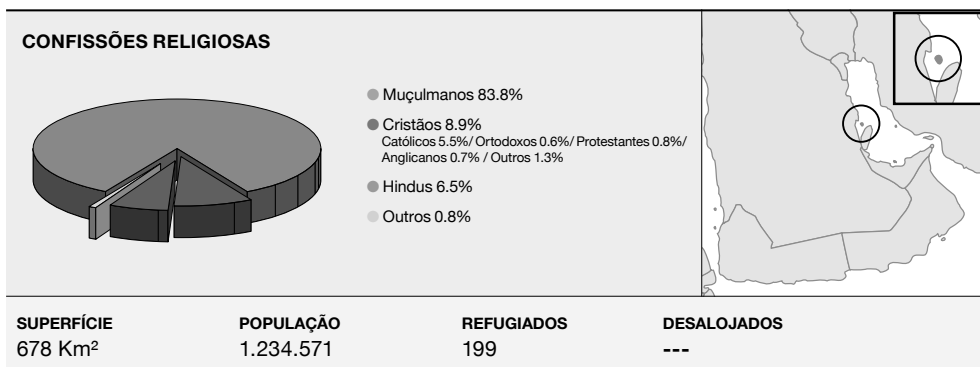
Os grupos religiosos registados desfrutam de benefícios fiscais.

Os missionários estrangeiros têm de ter um visto, o qual é fácil de obter.

Não há relatos de eventos que estejam em conflito, na prática, com tudo aquilo que está garantido pela Constituição.

A pequena minoria muçulmana (aproximadamente 4000 membros), que é resultado da imigração, possui três mesquitas e um centro cultural islâmico.

BARÉM



A Constituição estabelece que o Islão é a religião do Estado e que a *sharia* é a fonte da legislação. Embora haja um grau de liberdade religiosa para não muçulmanos, o proselitismo é desencorajado, as publicações anti-islâmicas são proibidas e, embora não puníveis por lei, as conversões do Islão a outra religião são muito dificultadas devido à discriminação social. O Estado também exerce um controlo restrito sobre as actividades religiosas das comunidades islâmicas xiitas e sunitas, e, embora exista uma maioria xiita, o poder político está firmemente nas mãos da família real sunita.

Os xiitas, 70% dos 530.000 cidadãos deste pequeno estado, têm-se queixado há algum tempo de que são alvos de discriminação religiosa e política por parte do Governo. Afirmam que os círculos eleitorais para o Parlamento são organizados de maneira a garantir uma maioria sunita, e que os sunitas de outros países foram naturalizados e são recrutados pelo exército e pela polícia. Os xiitas também protestam contra o facto de o sector público nomear sobretudo sunitas, especialmente para os ministérios da defesa e do interior, e sobretudo para as posições de topo, afirmando igualmente que os sunitas são privilegiados na atribuição de alojamentos e em todas as decisões governamentais.

Em Dezembro de 2010 surgiram confrontos entre a polícia e os habitantes xiitas de pelo menos duas aldeias (Karranah e Malikiyah) depois de as forças de segurança terem retirado várias faixas pretas colocadas para comemorar o mês sagrado de Muharram. No seguimento da “Primavera Árabe”, a oposição organizou um levantamento popular a 14 de Fevereiro de 2011 que rapidamente ganhou a aparência de uma revolta xiita. No final de Fevereiro de 2011, a libertação de vinte e três militantes xiitas e um apelo a que se chegasse a um acordo, feito por sete grupos da oposição, acalmou ligeiramente a atmosfera de violência dos dias anteriores. A 26 de Fevereiro, após anos de exílio, Hassan Mushaimaa regressou a Manama. O líder da oposição xiita foi considerado demasiado radical para se juntar aos manifestantes. Mushaimaa disse que esperava que o actual Governo caísse para que as reformas desejadas por toda a maioria xiita do país pudessem ser implementadas.

Após semanas com manifestantes a ocuparem a Praça Pérola de Manama, o Governo pediu ajuda militar a outros países do Golfo da Arábia e 1.500 soldados sauditas e 500 soldados dos Emirados Árabes Unidos foram enviados. O Governo do Barém ordenou um recolher obrigatório em Manama, proibindo todos os protestos. Vinte e quatro pessoas, entre as quais quatro polícias, foram mortos nos confrontos, o que abalou o país.

Houve várias reacções à destruição de mesquitas xiitas (*husseiniya*) durante e após os levantamentos. A 22 de Abril, um líder do movimento al-Wifaq disse ao jornal diário

as-Safir que a polícia e o exército do Barém tinham usado bulldózers para destruir pelo menos vinte e sete *husseiniyas* e cerca de cinquenta edifícios a eles ligados, dos quais dez se encontravam na aldeia de Nuwaidrat, o local de nascimento do líder xiita Abdul-Wahab Hussain, que foi condenado em Junho a prisão perpétua por um tribunal militar após ter sido acusado de tentativa de derrube do regime.

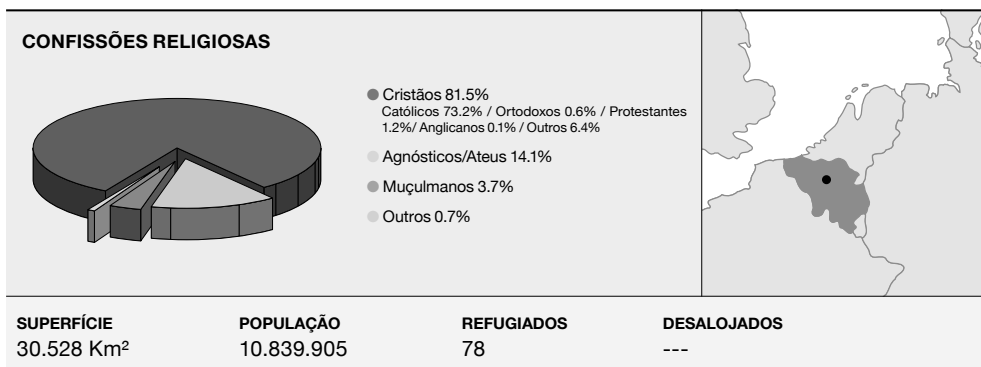
Numa declaração conjunta emitida a 18 de Maio, cinco líderes religiosos xiitas do Barém denunciaram a destruição de mesquitas xiitas como “um grave ataque a locais sagrados e à liberdade de culto”. Os líderes religiosos exigiram que a comunidade internacional tomasse medidas contra estas violações. A declaração foi uma resposta a outra declaração feita pelo Ministério da Justiça na qual se afirmava que estes eram edifícios “ilegais” construídos sem autorização e não mesquitas. Esta declaração foi automaticamente rejeitada pelo Gabinete dos Bens Religiosos Xiitas do Barém. “Algumas destas mesquitas foram construídas há vinte ou trinta anos, enquanto outras datam de há muitos séculos atrás”, disse o Xequê Ali Salman, um membro da al-Wifaq, acrescentando que a sua presença era anterior aos regulamentos governamentais sobre autorizações. Em Dezembro de 2011, os residentes da aldeia de Nuwaidrat, a sul da capital Manama, começaram a retirar o entulho com o intuito de reconstruírem as suas mesquitas. “Já estamos a trabalhar para reconstruir as sete mesquitas”, disse um dos residentes à agência de notícias alemã DPA. “No início da semana a polícia e as autoridades municipais tentaram dissuadir-nos”, acrescentou.

Em 2011 havia cerca de 750 mesquitas xiitas e 460 mesquitas sunitas no país. Os fundos do orçamento do Governo alocados para a construção de novas mesquitas foram divididos entre as duas comunidades. Nos novos centros urbanos, como por exemplo as vilas de Hamad e Issa, onde a população é mista, as autoridades tendem a privilegiar os sunitas.

Fontes

The Independent, The Guardian, As-Safir, BBC, Reuters.

BÉLGICA



Nova legislação sobre a “destabilização mental”

A 16 de Junho de 2011, tal como proposto pelo deputado socialista André Frédéric, a Comissão de Justiça do Parlamento belga aprovou a introdução de um projecto-lei que criminaliza a “destabilização mental” dos outros e o aproveitamento da “situação dos que estão enfraquecidos”, projecto-lei que contém muitas disposições legais destinadas a atingir os “movimentos tipo seita”. Uma análise detalhada dos muitos pontos deste projecto-lei indica que ele se destina de facto a introduzir um novo tipo de crime, baseado não em acções de indivíduos ou grupos, mas nas suas crenças e doutrinas religiosas. Além disso, as tentativas de converter pessoas podem ser apresentadas como um “abuso da fraqueza” e na realidade, no texto em debate no Parlamento, várias práticas religiosas são actualmente descritas como “sujeição psicológica” ou “técnicas capazes de minar a capacidade de discernimento” e definidas como criminalmente puníveis, com penas que vão de um mês a dois anos de prisão.¹

Caso esta lei seja aprovada, o trabalho dos médicos estará seriamente em risco, pois já não se atreverão a ordenar qualquer tratamento para os que estiverem gravemente doentes. Mas a ameaça afectará igualmente as verificações fiscais aos contribuintes vulneráveis, bem como as técnicas de marketing ou de venda de bens extremamente dispendiosos. De uma perspectiva estritamente religiosa, contudo, o efeito de uma lei restritiva como a lei proposta pelo deputado Frédéric poderá levar à ilegalização de baptismos, do jejum, etc., e mesmo pôr em risco a própria missão das organizações religiosas, ao mesmo tempo que cria dúvidas sobre a legitimidade das circuncisões nos círculos islâmico e judaico. As mesmas restrições poderão também afectar os programas desportivos ou militares, reduzindo igualmente a liberdade de autodeterminação das agências de emprego, das ordens contemplativas, dos movimentos juvenis, dos hospitais, dos lares de idosos e, na prática, de qualquer tipo de organização no sector social.

Elaborada de acordo com a lei francesa About-Picard de 2001, na qual o projecto-lei belga se parece ter inspirado, o novo crime implicaria uma declaração por parte da polícia e dos tribunais quanto à validade de práticas e crenças religiosas específicas, de modo a determinar se elas constituem abuso. Esse procedimento abriria caminho para a discriminação contra as minorias religiosas, ao mesmo tempo que concederia às autoridades estatais o papel arbitrário de “polícia da consciência”.

¹ *Worldwide Religious News*, 14 de Junho de 2011.

A lei sobre o uso do véu total

A opinião pública tem estado envolvida numa amarga controvérsia relativa à lei que proíbe as mulheres de usarem o véu total, comumente conhecido como *niqab* ou *burqa*, que as impede de serem identificadas. A lei que regulamenta esta questão, em vigor desde 23 de Julho de 2011, pune as transgressoras com uma pena de 137.50 euros e um máximo de sete dias de prisão.

A nova lei resulta de longos procedimentos de aprovação que foram frequentemente interrompidos por crises políticas e institucionais no país. Quando o assunto foi novamente colocado na ordem de trabalhos do Parlamento, no seguimento de uma proposta do Movimento Reformador (MR) francófono de centro-direita, na sua versão final, a lei tinha a vantagem de apresentar disposições legais claras e harmonizadas para todo o país, após várias disposições legais locais terem sido postas em causa por algumas opiniões críticas. Deve também referir-se que a lei não faz qualquer referência ao véu tradicional usado pelas mulheres muçulmanas de acordo com o seu costume religioso.

Disciplinas religiosas e ideológicas na escola

Ward Kennes, membro do Parlamento flamengo pelo CD&V [Partido Democrata Cristão flamengo], interveio como porta-voz para os Assuntos Religiosos do grupo parlamentar do CD&V durante o debate de uma proposta apresentada pelo VLD [Democratas Liberais flamengos] e pelo Partido Verde, destinada a estabelecer por decreto que as disciplinas religiosas e ideológicas (ética independente de confissão religiosa ou uma das religiões reconhecidas) devem dedicar uma parte do tempo de ensino a outras religiões e ideologias.

O CD&V é um proponente aberto do encontro e do diálogo com outras religiões e ideologias. No entanto, o diálogo só pode dar fruto quando constrói uma convicção pessoal que é praticada. Isto já está a ser posto em prática hoje em dia em todas as escolas, e também é apoiado pelas entidades que organizam as disciplinas religiosas e ideológicas. A melhor forma de alcançar este objectivo é, por isso, através da auto-regulamentação. Ward Kennes considera que uma forma de regulamentação na qual o Governo define o conteúdo das disciplinas religiosas e ideológicas é irreconciliável com o sistema belga de separação entre o Estado e a Igreja.

Resolução sobre a situação das minorias cristãs e outras minorias religiosas

A 21 de Junho de 2011, o Comité de Política Externa do Parlamento flamengo deu o seu apoio unânime a um projecto de resolução sobre a situação das minorias cristãs e de outras minorias religiosas e ideológicas no Médio Oriente, Norte de África e Ásia.

O deputado flamengo Ward Kennes, que apresentou a resolução, está satisfeito com este apoio que se estende a todas as bancadas parlamentares: “Tal como o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu, o Parlamento flamengo está também a adoptar uma posição clara sobre várias infracções recentes à liberdade de praticar, alterar ou abandonar a própria religião ou ideologia.”

Na resolução, o Parlamento flamengo pede ao Governo flamengo que, na sua cooperação com países terceiros, tenha em conta o seu respeito pela liberdade religiosa, que preste atenção à situação das minorias religiosas e ideológicas, e que tenha o máximo cuidado quando conceder licenças para exportação de armas para países nos quais os direitos das minorias religiosas estão a ser infringidos. Na sua resolução, o Parlamento

flamengo afirma o seu compromisso para com a liberdade religiosa, de consciência e de pensamento, e pede a todas as autoridades religiosas que promovam a tolerância e façam esforços para combater o ódio e o extremismo violento.

Multiculturalismo

De acordo com um estudo intitulado *L'Iris et le Croissant*, realizado pelo Professor Felice Dassetto da Universidade Católica de Lovaina, podem surgir problemas de coexistência como consequência do aumento do tecido social multicultural em várias cidades belgas. O estudo relata que 25% dos residentes em Bruxelas, ou entre 250.000 e 300.000 pessoas, são de origem muçulmana, 10 a 15% dos quais praticam a sua religião no âmbito de associações religiosas e culturais e nas setenta e sete mesquitas da capital belga.²

Episódios de intolerância

Após ataques a líderes da Igreja Católica, contra quem ainda há alegações não provadas de negligência em lidar com o abuso de crianças por parte de sacerdotes e a não disponibilização de ajuda a pessoas em perigo, existe uma investigação em curso, mas não foram ainda apresentadas acusações formais.

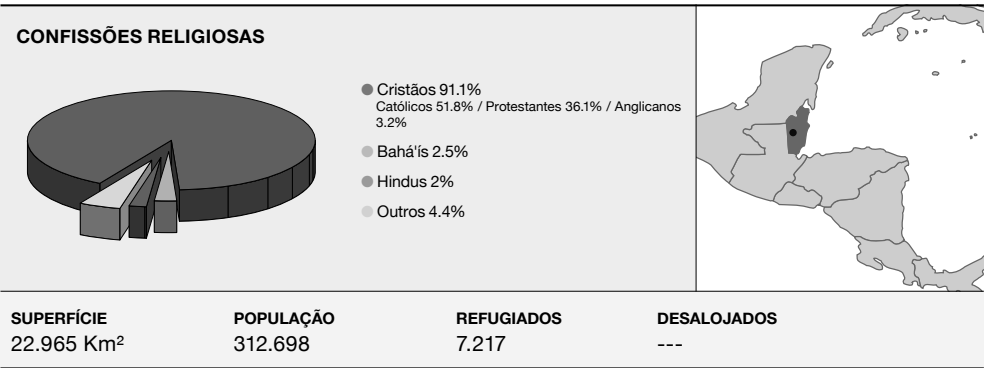
Ocorreram acontecimentos violentos, como por exemplo o incêndio da igreja paroquial de Saint Lucie em Begijnendijk³, enquanto em Couvin, na Diocese de Namur, sete igrejas foram danificadas,⁴ não havendo quaisquer provas de uma ligação com intolerância religiosa.

² *De Morgen*, 18 de Novembro de 2011.

³ www.7sur7.be, 13 de Agosto de 2011.

⁴ www.christianophobie.fr, 26 de Março de 2012.

BELIZE



O Artigo 11º da Constituição de 1981 define em pormenor os direitos à liberdade religiosa, incluindo o de professar publicamente a fé de cada pessoa, tanto individualmente como em associação com outros, a liberdade para proporcionar a instrução religiosa e de ter as suas próprias escolas, e a liberdade para mudar de religião.

Estes direitos são também respeitados na prática e não há relatos de eventos que estejam em conflito com a legislação constitucional.

A maioria da população é cristã e predominantemente católica. Existem pequenas minorias de seguidores de outras religiões não cristãs, mas não há relatos de eventos ou comportamentos opressivos a eles dirigidos.

BENIM



A Constituição protege a liberdade de religião e o Governo em geral respeita este direito nas suas políticas, tentando protegê-la de abuso de poder governamental ou privado e apoiando a prática livre da religião.

Em geral há boas relações entre os diferentes grupos religiosos, o que tem contribuído para um sólido desenvolvimento da liberdade religiosa.

A visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI, de 18 a 20 de Novembro de 2011, criou uma impressão importante no país, tal como relatado pelo *Osservatore Romano*¹ pela mão do Bispo de Cotonou, Antoine Ganyé. No mesmo artigo, o P. Pamphile Fanou, pároco da Igreja de São João Baptista e encarregado da pastoral das prisões, disse “que, no seguimento da leitura da Exortação Apostólica, *Africae munus*, o Governo enviou advogados e juizes a visitarem periodicamente as prisões e a tornarem-se pessoalmente conscientes não apenas de possíveis erros judiciais, mas também das condições vividas pelos presos, corrigindo assim possíveis abusos”.

Católicos

Há dez distritos eclesiais, 338 paróquias e 801 centros pastorais, apoiados por onze bispos, 811 sacerdotes, 1.386 religiosas e padres, trinta membros leigos de instituições seculares e 11.251 catequistas. Há 308 seminaristas de seminários menores e 497 seminaristas de seminários maiores.

Ao todo, 57.771 estudantes participam em 234 instituições educativas católicas, desde infantários até universidades. Entre as instituições no Benim que pertencem à Igreja ou são geridas por sacerdotes ou religiosos encontram-se doze hospitais, sessenta e quatro clínicas, três centros de tratamento da lepra, sete lares de idosos ou para pessoas deficientes, quarenta e um orfanatos e infantários, três centros de aconselhamento familiar e outros centros pró-vida, e três outros institutos.²

Outras religiões

Há muitos muçulmanos no norte e no sudeste do país e os cristãos vivem sobretudo no sul, especificamente em Cotonou, a capital económica do país. Quase todos os muçulmanos são sunitas, enquanto os poucos muçulmanos xiitas emigraram sobretudo para o Médio Oriente.

Muitos cristãos e muçulmanos praticam igualmente os ritos religiosos indígenas.

¹ *Osservatore Romano*, 9 de Março de 2012

² Agência *Fides*, 16 de Novembro de 2011

Não é pouco comum no Benim que os membros da mesma família pratiquem o Cristianismo, o Islão e as religiões indígenas tradicionais, sobretudo o vudu, ou uma combinação de várias crenças.

Este sincretismo religioso nas famílias e comunidades permitiu a propagação de uma atitude de tolerância religiosa a todos os níveis da sociedade e em todas as regiões.

No período examinado por este relatório não houve acontecimentos significativos a relatar, nem houve quaisquer sinais de violação do direito à liberdade religiosa.

BIELORRÚSSIA



Em Janeiro de 2011, um comité especificamente criado pelo Governo bielorrusso elaborou e aprovou um Programa de Desenvolvimento para questões religiosas, relações nacionais e cooperação com cidadãos a viverem no estrangeiro no período de 2011 a 2015.

Foram aprovadas várias alterações ao Código Tributário e do Imposto Sobre o Rendimento, de modo a dar um estatuto de isenção fiscal a doações feitas para construção e manutenção de locais de culto. Em Junho, foi esboçado e aprovado um decreto governamental dirigido à cooperação entre escolas e institutos de formação e associações religiosas.

Durante o ano de 2011, foi aplicada pressão por parte do Governo a associações e grupos religiosos minoritários que se recusaram a cumprir várias formas de registo e a fornecer dados pessoais como por exemplo impressões digitais. Em Novembro, Fiipp Kirun, um jovem baptista da Igreja Nova Vida, foi detido e condenado por se recusar a cumprir as normas acima referidas. Em Agosto, a polícia interrompeu o serviço dominical realizado por uma comunidade evangélica numa casa privada na cidade de Zhodino, na região de Minsk. O juiz condenou o proprietário a pagar uma multa por acolher na sua casa “uma grande reunião com ritos religiosos na qual foram cantados hinos e onde se conversou sobre Deus”. Em Fevereiro, na cidade de Gomel, um serviço dominical baptista levado a cabo num apartamento foi interrompido e foi confiscado material áudio e vídeo. O proprietário foi multado por ter organizado uma “reunião de oração não autorizada”. Em Kostjukovich, na região de Mogilev, a polícia ordenou a evacuação de um apartamento onde uma comunidade baptista não registada estava a realizar um encontro religioso.

Em Janeiro, activistas pertencentes às organizações “O Direito à Fé” e “Parem o 193.1!” lançaram um apelo solicitando a abolição do Artigo 193, parágrafo 1, do Código Penal bielorrusso, que pune com sentenças de até dois anos de prisão todos os que pertençam a grupos religiosos não registados. A União Europeia também se opõe a esta lei, no quadro da legislação sobre o respeito pelos direitos humanos.

Fontes:

Portal cristão bielorrusso: <http://churchby.info>, editora Natalia Vasilevicha

Sítio evangélico: <http://www.newlife.by>

Revista católica “Dialog”, editor S. Mudrov

<http://www.materik.ru>

www.belarus21.by

BOLÍVIA



Situação legislativa

A Carta Fundamental, aprovada a 25 de Janeiro de 2009 através de um referendo, revogou o antigo Artigo 3 que reconhecia e apoiava a religião católica, apostólica e romana, além de garantir o exercício público de todas as outras religiões. O Artigo 4 da nova Constituição afirma: “O Estado respeita e garante a liberdade religiosa e das crenças espirituais, de acordo com as respectivas ideias de cosmos. O Estado é independente da religião.”

A Bolívia também tentou reconhecer a importância das crenças pré-cristãs no preâmbulo da nova Constituição, na qual o Estado da Bolívia é refundado “com o poder da nossa Mãe Terra (Pachamama) e graças a Deus.”

A “*Ley de Derechos de la Madre Tierra*” (Lei de Direitos da Mãe Terra), aprovada em Dezembro de 2010, declara no Artigo 3: “A Mãe Terra é considerada sagrada, tendo em conta as perspectivas mundiais das nações e dos povos indígenas camponeses”, equiparando-a de facto a uma divindade.¹

Não houve mudanças à legislação em termos de leis estatais durante o período analisado por este relatório.

A 12 de Julho de 2011, o Conselho Municipal de La Paz aprovou um decreto municipal que declara que a imagem da Virgem do Carmo e a festa religiosa de 16 de Julho constituem um ‘Património Cultural Material e Imaterial, Histórico e Religioso’².

A questão da indigenização

Em Março de 2011, o presidente Evo Morales criticou os bispos católicos por não terem participado nas celebrações governamentais inter-religiosas, afirmando que isso significava uma discriminação contra as confissões religiosas presentes no encontro. Em resposta a esta crítica, o Arcebispo Auxiliar de Cochabamba, presidente da Comissão Episcopal para a Educação, referiu-se às palavras do presidente dizendo: “Não se pode falar de discriminação, mas sim de respeito pelas pessoas”, explicando que a Igreja Católica tem normas universais como por exemplo o Cânone, os ensinamentos da Igreja, as palavras do Santo Padre e os ensinamentos de todos os Bispos da América Latina. “Temos normas precisas e claras que nos dizem que não podemos participar em ritos que não sejam os da Igreja Católica, como por exemplo o Pachamama ou o K’oa, que para nós são sinais de desorientação em relação ao nosso povo. O povo é simples, o

¹ www.scribd.com/doc/44900268/Ley-de-Derechos-de-la-Madre-Tierra-Estado-Plurinacional-de-Bolivia

² www.celir.cl/v2/Boletines/bjulVI.pdf

povo é católico e, por isso, a participação de um bispo nestes ritos religiosos andinos seria muito perigosa para nós, pois iria confundir o povo. Esta é uma das razões pelas quais não participámos.”³

A 12 de Abril de 2011, a Conferência Episcopal Boliviana publicou uma carta intitulada “Os católicos na Bolívia hoje, uma presença de esperança e compromisso”, na qual, entre outras questões, a Conferência denunciou as actuais tendências na Bolívia “para explorar a experiência religiosa do povo de modo a criar ritos paralelos aos sacramentos cristãos católicos ou outras expressões populares das crenças na nossa Igreja”⁴.

A 6 de Maio de 2011, o Ministério da Cultura organizou um festival colectivo enquadrado num programa intitulado “Casamentos Colectivos da nossa Identidade”.

Nessa ocasião, 354 casais participaram para reafirmarem as suas identidades celebrando o casamento de acordo com os ritos das suas religiões pré-cristãs.

Ao explicar o significado desta cerimónia, o ministro-adjunto para a Descolonização, Félix Cárdenas, disse: “Estes casamentos estão a dirigir-se à *Sociedade do Bem Viver*, em direcção a um novo processo de civilização que cria um Estado Plurinacional.”⁵

A ideia de uma “*Sociedade do Bem Viver*”, usada no Artigo 8 da Constituição, faz parte da intenção dos círculos culturais do partido do presidente Morales de pôr em prática um conteúdo ideológico anticapitalista e pró-indígena, baseado no culto da Mãe Terra (Pachamama)⁶.

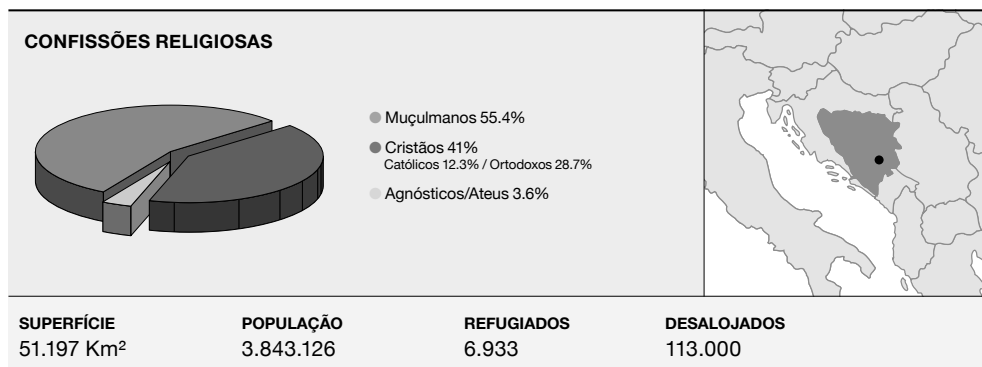
³ www.celir.cl/v2/Boletines/bjmarV1.pdf

⁴ www.iglesia.org.bo/iglesia/recursos/documentos/pdf/los_catolicos_en_la_bolivia_de_hoy_3.pdf

⁵ www.cambio.bo/noticia.php?fecha=2011-05-06&idn=44586

⁶ lapatriaenlinea.com, 18 de Abril de 2010.

BÓSNIA HERZEGOVINA



Legislação

A implementação dos Acordos de Dayton de 1995, que puseram fim ao conflito étnico-religioso, fez surgir a actual Constituição. Com o tempo, esta tem causado extrema fragmentação do poder legislativo e administrativo. Por exemplo, alguns especialistas contaram pelo menos onze formas de Governos locais.¹

A liberdade religiosa² é reconhecida no Artigo 2, parágrafo 3, da Constituição de 1995 da Bósnia Herzegovina. O próprio país está dividido em duas entidades políticas distintas, a Federação da Bósnia e Herzegovina (croata-muçulmana) e a República Srpska (sérvia) ou República de Srpska, incluindo o distrito de Brčko, cada uma das quais com o seu próprio Governo e Parlamento.

A liberdade religiosa também é regida pela Lei da Religião e pelas normas administrativas que lhe dizem respeito. Além disso, o Ministério da Justiça criou uma conservatória conjunta para todas as religiões, enquanto o Ministério dos Direitos Humanos e dos Refugiados tem poder para documentar todas as violações à liberdade religiosa.

Segundo a legislação existente, qualquer grupo com pelo menos 300 adultos pode candidatar-se por escrito ao Ministério da Justiça para criar uma Igreja ou uma comunidade religiosa. O ministério tem de responder no prazo de não mais de trinta dias. Se a sua resposta for negativa, os candidatos podem apresentar recurso ao Conselho de Ministros.

Os pais têm o direito de enviar os seus filhos para escolas privadas. Existem escolas confessionais muçulmanas, católicas e ortodoxas sérvias em várias cidades. Nas escolas 'europeias' geridas pela Igreja Católica, o programa curricular é concebido para ensinar os alunos a viverem em contextos étnica e religiosamente diversificados.

As autoridades locais reconhecem como feriados nacionais os dias santos do maior grupo local.

As leis existentes não foram alteradas durante o período em análise.³

Discriminação étnico-religiosa

Em termos práticos, uma vez que a etnicidade e a religião são coincidentes, os membros dos grupos minoritários nas zonas mistas sofrem discriminação social e administrativa.

¹ Gian Matteo Apuzzo, "Bosnia Erzegovina: la frammentazione dell'inclusione sociale," in *Osservatorio Balcani e Caucaso*, 1 de Março de 2012. <http://www.balcanicaucaso.org/aree/Bosnia-Erzegovina/Bosnia-Erzegovina-la-frammentazione-dell-inclusione-sociale-112861>

² Constituição da Bósnia Herzegovina - http://www.servat.unibe.ch/icl/bk00000_.html

³ *International Religious Freedom Report for 2011*, Departamento de Estado Norte-Americano, Gabinete para a Democracia, Direitos Humanos e Trabalho.

Muçulmanos, católicos e ortodoxos sérvios relataram muitos casos de violência e intolerância étnico-religiosa. Enquanto minoria, os católicos têm de lutar para sobreviver nas zonas predominantemente muçulmanas da Federação Bósnia e Herzegovina, bem como nas áreas predominantemente sérvias da República Srpska.

Numa declaração recente feita por telefone à Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, o Cardeal Vinko Puljic, Arcebispo de Sarajevo, queixou-se da discriminação sistemática contra os católicos na Bósnia Herzegovina. Apesar de promessas da comunidade internacional, muitos católicos croatas não podem regressar às zonas predominantemente sérvias. Actualmente, mais de 200.000 estão ainda a aguardar o regresso a casa.

Os católicos que vivem na federação croata-muçulmana também são vítimas de intolerância. De acordo com o prelado, os muçulmanos controlam tudo e estão a tentar fazer com que os católicos saiam do país. As funções políticas são da responsabilidade exclusiva dos muçulmanos e os católicos ficam em desvantagem quando procuram emprego.

Após a guerra, o processo gradual de islamização deve-se em parte a investimentos de países muçulmanos, em especial o Irão e a Arábia Saudita.

A comunidade internacional também tem desempenhado um papel no favorecimento dos muçulmanos, enquanto a Croácia esqueceu os católicos bósnios, concentrando a sua atenção agora na entrada na União Europeia.

Mesmo assim, o Arcebispo disse que estava satisfeito com os progressos feitos no diálogo com o jurisconsulto supremo da Bósnia Herzegovina, Mustafa Cerić.⁴

Para os muçulmanos na República Srpska, a religião é uma marca da identidade étnica, mesmo que a prática religiosa se limite muitas vezes a idas à mesquita e à participação nos acontecimentos importantes da vida (nascimentos, casamentos e funerais).

Por seu lado, os ortodoxos sérvios enfrentam dificuldades na Federação da Bósnia e Herzegovina.

O sistema legal continua a ser um obstáculo na defesa dos direitos religiosos das minorias. Um exemplo é a polícia, que raramente detém pessoas que se envolvam em vandalismo contra edifícios religiosos ou que ataquem sacerdotes de Igrejas ou comunidades minoritárias. Por vezes, as autoridades locais até põem limites às cerimónias religiosas das minorias.

Quando as pessoas são detidas, raramente são levadas a tribunal. Muitas vezes, a importância dos actos de vandalismo é minimizada ou eles são explicados como incidentes isolados causados por jovens, toxicodependentes ou pessoas mentalmente instáveis, em vez de serem considerados como preconceito religioso.

As autoridades locais discriminam muitas vezes os grupos mais pequenos em termos de serviços ao público, segurança e educação. Por exemplo, os sacerdotes das minorias em Sarajevo, Banja Luka e Mostar queixaram-se de discriminação contra eles em relação à forma como podem tratar de propriedades ou aceder a serviços municipais. E também lamentaram a falta de protecção e a incapacidade da polícia de investigar casos de assédio e vandalismo contra eles.

⁴ "Bosnia ed Erzegovina: cattolici discriminati," in *Aiuto alla Chiesa che soffre*, 23 de Janeiro de 2012. <http://acs-italia.org/comunicati-stampa/comunicato-bosnia-2/>

Alguns grupos religiosos enfrentam obstáculos quando tentam candidatar-se ao reconhecimento legal. Este ainda é o caso da Aliança de Igrejas Protestantes e Evangélicas na Bósnia Herzegovina, porque o Ministério da Justiça não aprova o uso do termo “aliança”.

A construção de locais de culto ilegais em terrenos privados e públicos continuou a ser um problema e uma fonte de tensões e conflito na região. Em muitas ocasiões, estes casos foram usados para fins políticos. Com frequência, esses edifícios foram construídos com o total entendimento de que eram ilegais, mas com a intenção de enviar uma mensagem política às minorias religiosas sobre quem detém o poder em certas áreas. Por exemplo, a igreja ortodoxa sérvia construída em 1996 em terrenos de uma mulher bósnia, Fata Orlovic, em Konjevic Polje, ainda permanece de pé hoje em dia, apesar de um tribunal ter ordenado a sua demolição em 2004.

A mulher bósnia foi expulsa da aldeia durante a guerra e perdeu vinte e nove parentes em Srebrenica. Quando regressou, pediu que o edifício fosse demolido, mas, apesar das suas exigências legais, a estrutura ainda permanece de pé. A situação ficou fora de controlo por dez vezes. A mais recente data de 11 de Setembro de 2011, quando cerca de cinquenta sérvios liderados por alguns sacerdotes ortodoxos tentaram entrar na igreja que as autoridades tinham selado, de modo a celebrar a Eucaristia. Seguiu-se uma grande luta com paus entre igual número de sérvios e de bósnios.⁵

As autoridades não aplicaram de maneira equitativa as leis existentes sobre a propriedade privada e a construção de locais de culto. Por exemplo, a 17 de Agosto de 2011, responsáveis públicos deitaram abaixo uma mesquita perto de Livno alegando que a comunidade muçulmana local, na sua perspectiva, não seguiu os procedimentos para obter a autorização para transformar um edifício doado num local de culto.

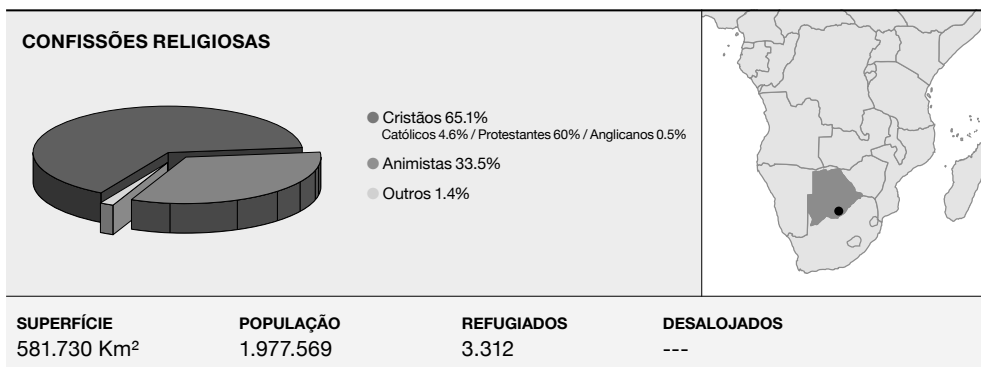
Ainda há algumas questões legais a envolver a restituição de propriedades e bens apreendidos pelos comunistas após terem tomado o poder no seguimento da Segunda Guerra Mundial. Diversos responsáveis usam este problema como uma arma política contra os líderes religiosos, a quem por vezes é pedido dinheiro para acelerar o processo de restituição.

Em Sarajevo, a Igreja Ortodoxa sérvia continua a exigir a devolução de um edifício actualmente ocupado pela Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Sarajevo, bem como uma indemnização pelos terrenos nos quais a Assembleia Parlamentar da Bósnia Herzegovina foi construída.

O Conselho Inter-religioso decidiu que o edifício deve ser devolvido à Igreja Ortodoxa sérvia. A 9 de Junho de 2010, o Governo da Bósnia Herzegovina, a cidade de Sarajevo, e a Faculdade de Economia e Comércio assinaram um acordo para esse fim que incluía um plano para construir novas instalações para a faculdade até 2011. Apesar disso, as autoridades não têm tido pressa em cumprir os termos do acordo.

⁵ *il Manifesto*, 12 de Novembro de 2011.

BOTSUANA



A Constituição,¹ promulgada em 1966, reconhece a liberdade religiosa (Artigo 11) e o Governo respeita esta disposição legal.

Esta liberdade apenas pode ser suspensa por razões importantes de interesse público, como por exemplo a defesa nacional, a saúde nacional ou a ordem pública, e desde que essa suspensão seja “razoavelmente justificável numa sociedade democrática”.

Os grupos religiosos devem registar-se tal como todas as outras organizações ou instituições, mas os procedimentos de registo são geralmente rápidos. Sem registo, uma organização não pode assinar contratos ou abrir uma conta bancária. Os responsáveis de uma organização não registada podem ser punidos com multas ou mesmo anos de prisão.

Cada comunidade religiosa é livre de construir locais de culto e pode estabelecer locais para educação religiosa às suas próprias custas. A educação religiosa também faz parte do programa curricular nas escolas públicas.

No período analisado por este relatório, não houve acontecimentos significativos nem relatos de violações do direito à liberdade religiosa.²

¹ <http://www.commonlii.org/bw/legis/const/1966/1.html>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

BRASIL



Legislação

Durante o período analisado por este relatório não foram feitas mudanças à legislação sobre liberdade religiosa.

O Artigo 5 da Constituição brasileira sanciona e protege amplamente a liberdade religiosa.

Não há religião do Estado, nenhuma obrigação de registo e todas as associações religiosas são livres de organizarem as suas actividades. As relações entre a Igreja Católica e o Estado são regulamentadas pela Concórdia de 1945.

A Lei do Código Criminal aprovada em Dezembro de 1998 inclui crimes contra o sentimento religioso e o respeito pelos mortos. Além disso, a lei pune com até cinco anos de prisão todos os crimes resultantes de actos de violência ou ódio baseados em intolerância religiosa, e também autoriza os tribunais a julgarem, multarem e prenderem os que forem encontrados a distribuir, exhibir, escrever, criar ou produzir material anti-semítico.

Ao aplicar esta lei, a 25 de Abril de 2011, um juiz brasileiro condenou um antigo inspetor de polícia a quase dois anos de prestação de serviços à comunidade por ter ofendido uma mulher que usava o véu islâmico no Rio de Janeiro.¹

Católicos

Com base nos dados disponibilizados num recenseamento recente, o Centro de Políticas Sociais do Governo federal calculou que o número de católicos no Brasil permaneceu estável desde 2003 e que esta estabilização não ocorreu apenas num grupo etário mas é constante para todas as idades.

A Conferência Episcopal emitiu várias declarações relativas à situação no país no que diz respeito aos direitos humanos fundamentais e ao respeito pelo Estado de direito.

A 30 de Janeiro de 2012, por exemplo, a Conferência Episcopal emitiu uma declaração oficial condenando as práticas escravagistas que ainda existem no Brasil, urgindo o Governo a tomar medidas para eliminar estas situações nas quais crianças, homens e mulheres são mantidos em condições miseráveis e forçados a trabalhar nas quintas ou nas florestas detidas pelo Estado.²

¹ <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/juiza-condena-ex-delegado-a-um-ano-e-11-meses-de-detencao-por-injuria-preconceituosa-20110425.htm>

² www.cnbb.org.br/site/imprensa/noticias/8559-conselho-episcopal-pastoral-da-cnbb-divulga-nota-oficial-sobre-trabalho-escravo

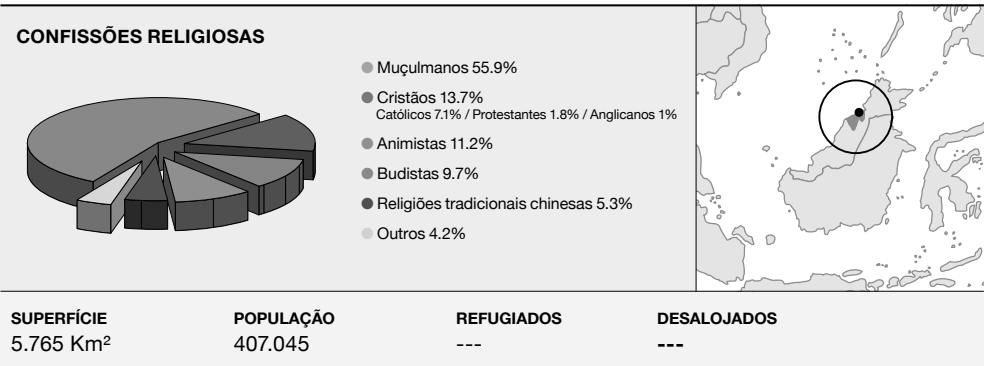
O assassinio do sacerdote católico P. Romeu Drago em sua casa, na cidade de Montes Claros, a 19 de Fevereiro de 2011, pareceu ser consequência de um assalto e não motivado por questões religiosas.³

Outras confissões religiosas

Não tem havido quaisquer notícias de violência ou atitudes hostis em relação a direitos e liberdade religiosa das minorias cristãs e não cristãs.

³ *Agência Fides*, 26 de Fevereiro de 2011.

BRUNEI



Segundo a Constituição de 1959, o Islão Salafi é a religião do Estado. A liberdade religiosa é reconhecida mas as leis restringem a prática de outras religiões que não o Islamismo Salafi. O proselitismo não é permitido para religiões não muçulmanas e é proibido importar qualquer material de índole religiosa. Os artigos e as imagens de outras crenças são censurados na imprensa. Os grupos religiosos que não sejam Salafi têm de se registrar e indicar os nomes de todos os seus membros. A participação em grupos não registrados é também punível com tempo de prisão. Sejam de natureza religiosa ou não, todas as reuniões públicas que envolvam cinco ou mais pessoas devem ser previamente autorizadas. O uso de habitações privadas para reuniões religiosas é proibido. A existência de escolas cristãs é permitida, mas não o ensino do Cristianismo. Do mesmo modo, os cursos sobre a religião islâmica são obrigatórios para todos os alunos.

Os casamentos entre muçulmanos e não muçulmanos não são permitidos e todos os indivíduos não muçulmanos que se queiram casar com mulheres muçulmanas têm obrigatoriamente de se converter. Os muçulmanos que queiram mudar de religião têm de obter uma autorização pública, mas as pressões sociais são de tal ordem que é virtualmente impossível fazê-lo.

Em termos gerais, o Governo impede os clérigos não muçulmanos de entrar no país e não permite a construção ou a realização de obras em edifícios religiosos não muçulmanos.

Não houve relatos de mudanças institucionais significativas ou de qualquer incidente expressivo relativamente à liberdade religiosa durante o período de tempo considerado.

BULGÁRIA



A Constituição búlgara, criada em 1991 e revista por diversas vezes até 2007, contém o Artigo 13, que garante o direito à liberdade religiosa, faz a separação entre o Estado e as instituições religiosas, e designa a Igreja Ortodoxa como “religião tradicional” do país.¹

O Governo atribui benefícios fiscais especiais à Igreja Ortodoxa, bem como a alguns outros grupos que historicamente estiveram presentes no país, como por exemplo muçulmanos, católicos e judeus.

A lei proíbe os grupos não registados de praticarem a sua fé em público. Legislação muito debatida datada de 2002 transferiu a responsabilidade do registo para o Tribunal Municipal de Sófia, que gere a actualização do registo de confissões religiosas e partidos políticos. A entidade formalmente responsável pelo registo é a direcção do gabinete para os assuntos religiosos, cujo papel contudo permanece algo ambíguo.

Não existem restrições à liberdade de acção dos grupos registados. Dois seminários ortodoxos, uma escola judaica, três escolas islâmicas e uma universidade islâmica, um centro cultural muçulmano, um seminário para diversas confissões cristãs protestantes e uma faculdade de teologia existem e trabalham livremente. A Bíblia, o Corão e outro material religioso em búlgaro são importados ou publicados no país sem restrições. São publicadas regularmente revistas religiosas.

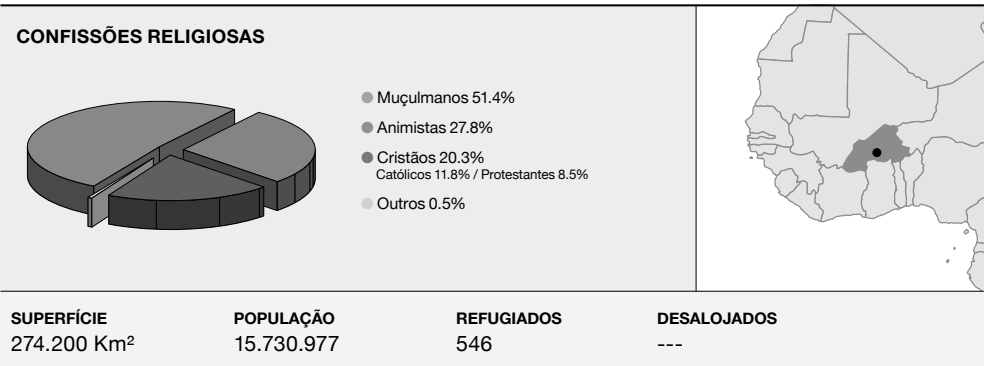
Não há indicações de que o Governo tenha de alguma forma discriminado quaisquer grupos ao devolver os bens confiscados e nacionalizados durante o período comunista. A lei aprovada para lidar com a questão foi alargada até 2013 para permitir que os grupos religiosos tenham tempo suficiente para apresentar recursos.

No período em análise, surgiram notícias de incidentes de intolerância e discriminação contra alguns grupos religiosos por parte de algumas autoridades locais e polícia. Isto acontece sobretudo no caso de grupos não tradicionais que se queixam de discriminação e preconceito por parte das autoridades locais nalgumas vilas, apesar de estarem legalmente registados através do Tribunal de Sófia. O Artigo 19 da legislação de 2002 sobre a denominação dos grupos religiosos afirma que os grupos registados podem adquirir estruturas localmente e que o registo nacional é suficiente. Apesar disso, alguns municípios exigiram o registo formal a nível local.²

¹ <http://www.parliament.bg/en/const/>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

BURKINA FASO



A Constituição reconhece o direito à liberdade religiosa e o Estado protege o direito de cada cidadão professar a religião da sua escolha. As organizações religiosas têm de se registar e a falta desse registo é passível de multa. Durante o período avaliado neste relatório, a nenhum grupo religioso foi negado o registo.

As escolas públicas não proporcionam instrução religiosa, mas os vários grupos religiosos podem criar as suas próprias escolas, com o Governo a supervisionar a validade académica dos seus currículos. A Igreja Católica gere trinta e oito jardins-de-infância, com 2643 alunos; 108 escolas primárias, com 23014 alunos; cinquenta e oito escolas do segundo e terceiro ciclos, com 19876 alunos (*Fides*, 20 de Março de 2010, citando o Anuário Estatístico da Igreja).

Grande parte da população ainda segue as convicções e rituais tradicionais, frequentemente professados de uma forma sincretista, juntamente com outras religiões. Sobretudo em zonas rurais, os habitantes expulsam por vezes as anciãs suspeitas de serem bruxas. A Igreja Católica financia o Centro Delwende, o qual aloja estas mulheres, acolhendo ainda pessoas sem-abrigo. O Estado, bem como outras organizações religiosas e leigas privadas, também gere e financia alguns centros semelhantes.

BURUNDI



Legislação

O Governo respeita a liberdade religiosa, reconhecida por todos na Constituição de 2005. Os grupos religiosos são obrigados a registrar-se, mas os procedimentos apenas duram umas semanas. O pedido deve incluir os estatutos, a morada do país de origem do grupo e informação adicional sobre o conselho de administração e o seu representante. No período em análise não há indicação de grupos religiosos a quem tenha sido negado o registo.

Os grupos religiosos que não se registam não têm autorização para realizar as suas actividades em público e os seus centros, locais de encontro e locais de culto podem ser encerrados. A lei exige penas pesadas para os transgressores, mas não se faz cumprir há anos.

A situação de segurança

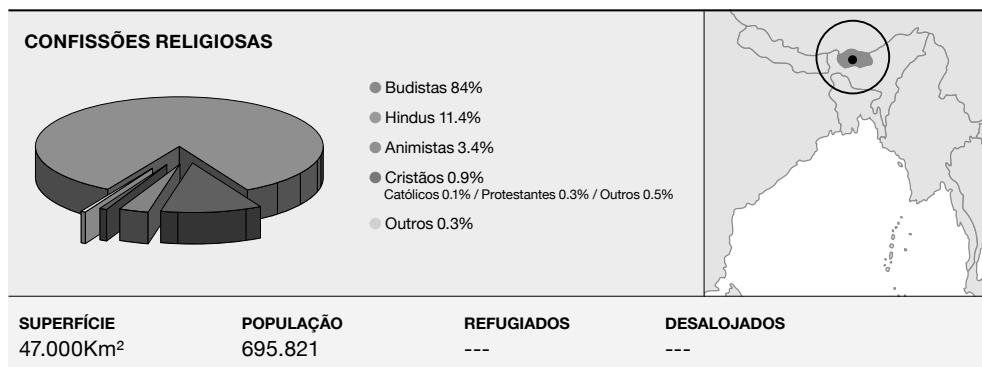
A situação de segurança em várias partes do país não é boa e isso estende-se aos membros das comunidades religiosas. Em Novembro de 2011, a Irmã Lukrecija Mamic da congregação *Ancelle della Carità* (Missionárias da Caridade) e um voluntário, Francesco Bazzani, foram mortos durante uma tentativa de roubo, enquanto outra irmã italiana, a Irmã Carla Brianza, foi ferida e teve de ser submetida a uma cirurgia.¹

A fraca situação de segurança foi condenada pelos bispos católicos na sua mensagem de Natal de 2011, que referiu não apenas o assassinio e o roubo, mas também os desaparecimentos.²

¹ Agência *Fides*, 28 de Novembro de 2011

² Agência *Fides*, 13 de Dezembro de 2011

BUTÃO



A Constituição, que entrou em vigor em 2008, reconhece a liberdade religiosa, e o Budismo *Mahayana*, anteriormente considerado como religião do Estado, é descrito como “legado espiritual do Butão”. O rei é o “protector de todas as religiões” (Artigo 3).¹

É garantida total liberdade religiosa a todos os cidadãos e são proibidas todas as formas de coerção das escolhas religiosas (Artigo 7, parágrafo 4).

A grande comunidade hindu é respeitada e, finalmente, as pequenas minorias cristãs gozam de suficiente liberdade religiosa no seu trabalho de caridade e apostolado, apesar de serem proibidas as actividades de culto público. Mas ainda não existe nenhuma legislação que permita reconhecer o estatuto legal das comunidades não budistas.²

As restrições à entrada de pessoal religioso no país foram abolidas e não existem normas específicas relacionadas com a publicação de material religioso.

Em Março de 2011, o Arcebispo de Guwahati (Índia), Thomas Menampampil, conseguiu realizar uma visita não oficial a várias pequenas comunidades católicas e protestantes no país.³

A educação religiosa é autorizada apenas nas escolas geridas por comunidades religiosas e não nas escolas públicas.

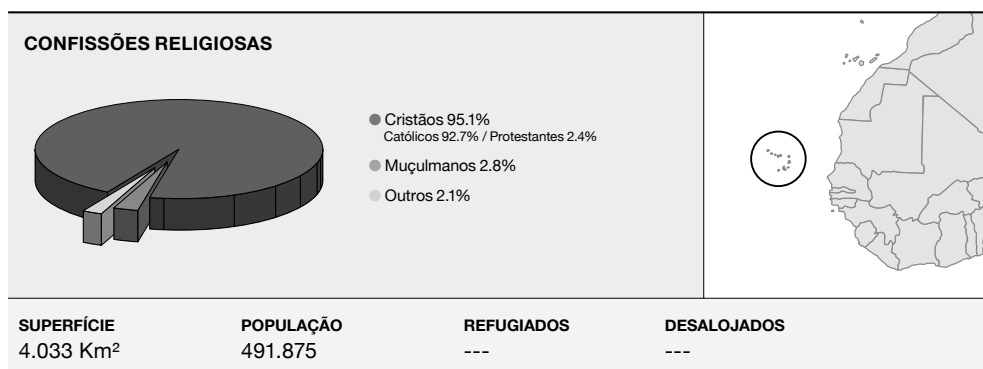
Durante o período deste relatório, não foram noticiadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ [http://www.constitution.bt/TsaThrim%20Eng%20\(A5\).pdf](http://www.constitution.bt/TsaThrim%20Eng%20(A5).pdf)

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

³ *AsiaNews*, 22 de Março de 2011

CABO VERDE



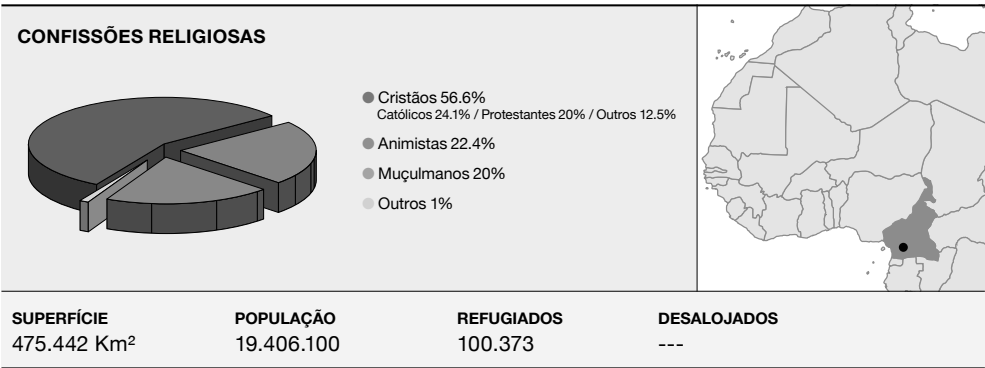
A Constituição estabelece a liberdade religiosa e o Governo geralmente respeita este direito tentando, a todos os níveis, protegê-lo e esforçando-se por não tolerar qualquer forma de abuso.

O Código Penal, em vigor desde 2004, define que as violações da liberdade religiosa são crimes puníveis com sentenças que variam entre três meses e três anos de prisão.

Não existe qualquer religião de Estado; pelo contrário, a Constituição estabelece uma separação clara entre o Estado e a Igreja, e proíbe o Estado de impor qualquer convicção religiosa. No entanto, a Igreja Católica desfruta de um estatuto privilegiado na vida do país. Por exemplo, o Governo proporciona à Igreja Católica tempo de antena gratuito na televisão, tempo esse destinado a actividades religiosas. Todas as associações, quer sejam religiosas, quer sejam laicas, têm de se encontrar registadas junto do Ministério da Justiça a fim de assim obter estatuto jurídico. Ao abrigo da Constituição e das leis que regulam a actividade associativa, esse registo é obrigatório. Não existem quaisquer incentivos particulares para o registo e não existem quaisquer sanções para o não cumprimento dessa regra. A única desvantagem consiste no facto de que os grupos não registados não podem solicitar e desfrutar, enquanto associações, de benefícios ou de empréstimos, quer estes sejam privados, quer sejam governamentais.

Durante o período de tempo considerado, não ocorreram acontecimentos ou mudanças significativas.

CAMARÕES



A liberdade religiosa e o Estado secular foram decretados no preâmbulo da Constituição, que não foi alterada desde 1972,¹ e são respeitados pelas autoridades. Os grupos religiosos são obrigados a registar-se para desempenharem quaisquer actividades e não podem operar sem reconhecimento, embora na prática vários grupos religiosos de menor dimensão continuem a fazê-lo, pois os procedimentos de registo podem ser muito demorados.

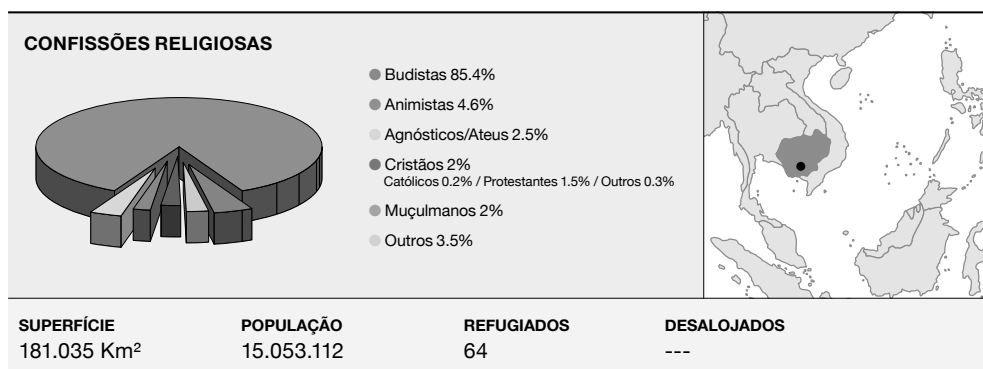
Existe grande tolerância religiosa neste país, onde há coexistência de grupos islâmicos e cristãos sem problemas de maior e organização de cerimónias de oração comuns, embora tenha por vezes havido relatos de tensões ao nível local.

O Estado permite as escolas privadas geridas por grupos religiosos, tanto cristãos como muçulmanos, e também lhes concede apoios. Existem igualmente universidades geridas por organizações religiosas.

A prática de bruxaria é considerada um crime quando se destina a influenciar as pessoas de modo a obter dinheiro. Contudo, as práticas religiosas tradicionais não são consideradas crime. Mesmo assim, a população tem comportamento discriminatório, mandando embora mulheres mais velhas acusadas de serem bruxas e mesmo crianças afectadas por deficiências físicas ou mentais, ou outras características “diferentes”.

¹ http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=191418

CAMBOJA

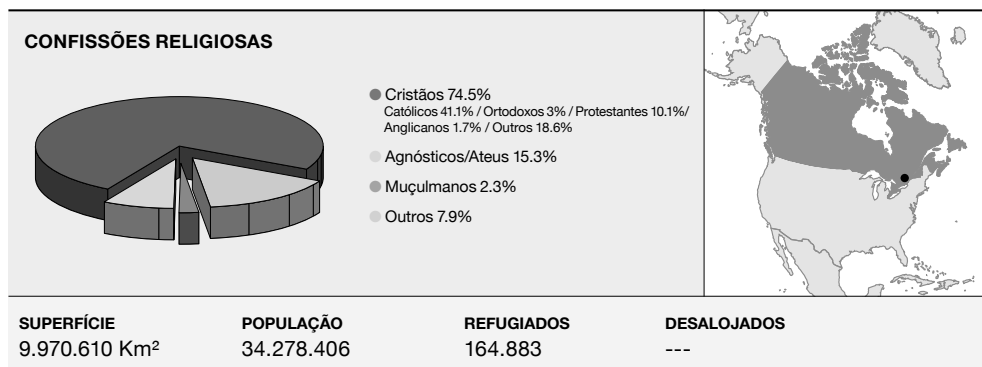


Relativamente à liberdade religiosa não houve mudanças durante o período de tempo considerado, nem relatos de violação, por parte das autoridades, dos princípios sancionados pela Constituição de 1993, que no Artigo 43º garante a liberdade religiosa e proíbe todas as formas de discriminação com base na convicção religiosa. No entanto, o mesmo artigo reconhece o Budismo como a religião do Estado.

Todos os grupos religiosos têm de se registar, inclusive os grupos budistas, para poderem conduzir as suas actividades ou construir os seus lugares de culto, mas se não se registarem não são penalizados por isso. Os grupos missionários cristãos podem funcionar livremente, embora uma directiva emitida a 26 de Junho de 2007 proíba o proselitismo “porta à porta”, a distribuição de literatura cristã no exterior das igrejas e outras práticas consideradas como intrusivas, tais como o uso de altifalantes. O mesmo regulamento também proíbe “fazer uso do dinheiro ou de incentivos materiais” para conseguir obter conversões, uma regra que não se aplica aos budistas mas que é dirigida em primeiro lugar aos cristãos evangélicos, que são acusados frequentemente de oferecer alimentos, roupas e aulas de inglês gratuitas para persuadir as pessoas a converter-se. Além disso, é também requerida uma autorização especial para a construção de igrejas. O consentimento do Estado é também requerido para a construção de locais de culto e escolas religiosas, que devem ser construídos a pelo menos 2 km de distância de qualquer outro. No entanto, esta exigência não é estipulada para os escritórios administrativos destes grupos religiosos.

As aulas de doutrina budista são obrigatórias nas escolas públicas, mas não nas escolas dirigidas por grupos não-budistas.

CANADÁ



A abordagem canadiana em questões de religião é a favor do multiculturalismo e não reconhece qualquer religião como superior. Basicamente, a liberdade de religião inclui a dimensão de que cada pessoa é livre de acreditar no que quiser e de professar as suas crenças; e simultaneamente uma dimensão na qual ninguém pode ser forçado a reconhecer qualquer religião em particular ou a agir contra as suas crenças.

No Canadá, esta liberdade tem sido interpretada como necessitando de uma “adaptação razoável” por parte das minorias. Por isso, as leis devem ser adaptadas caso tenham um efeito discriminatório num indivíduo ou num grupo, por causa das suas características particulares.

Levantar o véu da controvérsia

Em relação a esta situação, podemos relembrar a Comissão Bouchard-Taylor, que foi estabelecida no Quebec em 2007 para examinar a questão da “adaptação razoável” às diferenças culturais. Em 2008, esta Comissão recomendou que o Governo proibisse os seus trabalhadores de usarem o *hijab*, ou qualquer outro símbolo religioso visível. Em 2010, o Governo do Quebec apresentou a Proposta de Lei n.º 94, proibindo as mulheres em postos de trabalho da linha da frente do Governo de usarem roupas religiosas que cobrissem a face. A proposta de lei não foi aprovada.

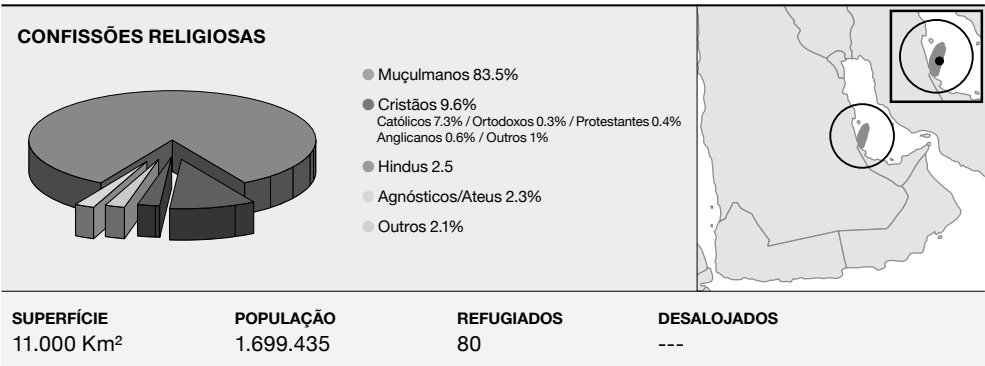
Não é só no Quebec que usar o *niqab* ou a *burka* cria controvérsia. A 12 de Dezembro de 2011, o ministro canadiano da Imigração, Jason Kenney, anunciou que as mulheres muçulmanas no Canadá teriam de destapar as suas faces para recitar o juramento de cidadania quando se tornam cidadãs canadianas. Em Ontário, há uma queixosa num julgamento de ataque sexual que se recusou a testemunhar sem um véu a cobrir-lhe a face. Isto levou a um caso que foi actualmente levado perante o Supremo Tribunal do Canadá, pois os advogados argumentam que precisam de ver as expressões faciais durante o testemunho. Este tipo de exemplos é frequente.

Defender a liberdade religiosa ou promover a política?

No Outono de 2011, o ministro federal dos Negócios Estrangeiros, John Baird, anunciou planos para criar um Gabinete da Liberdade Religiosa. Tal como explicou, o objectivo do gabinete será de monitorizar o estado da liberdade religiosa em todo o mundo, promover a liberdade de religião como objectivo principal para a política externa canadiana e promover políticas e programas que apoiem a liberdade de religião. Mas esta explicação não convenceu toda a gente.

Um dos cépticos foi Alex Neve, presidente da Amnistia Internacional do Canadá, que disse que estava desejoso de observar a evolução desta situação. Preocupa-o que o gabinete possa tornar-se num veículo para promover uma certa política interna para com os imigrantes. O Sr. Neve referiu que a liberdade de religião pode ter uma “relação contenciosa” com outras preocupações sobre direitos humanos essenciais, como por exemplo a liberdade de expressão e a igualdade entre homens e mulheres. Até agora, o gabinete ainda não foi criado.

CATAR



Apesar do seu tamanho pequeno, o Catar exerce influência considerável nos países da região, por causa da sua enorme riqueza.

A Constituição de 1972 declara o Islão como religião do Estado e a lei muçulmana como a principal fonte da legislação. O reconhecimento do estatuto legal das minorias religiosas e a promoção de encontros inter-religiosos regulares tornou o Catar num dos países muçulmanos mais abertos a respeitar a liberdade religiosa.

Desde 2009 que o Governo do Catar patrocina uma organização chamada Centro Internacional de Doha para o Diálogo Inter-religioso (DICID), com o objectivo de promover o diálogo inter-religioso. O DICID organiza periodicamente conferências internacionais em Doha dedicadas a assuntos ligados à cooperação e ao diálogo entre religiões.

Em Outubro de 2010, mais de 200 participantes, entre os quais se encontravam cristãos, judeus e muçulmanos de cinquenta e oito países diferentes, participaram na 8.^a Conferência de Doha sobre Diálogo Inter-religioso. O tema desse ano foi “Criar a nova geração com uma base de valores e tradição: perspectivas religiosas” e foi patrocinada pelo DICID e fortemente apoiada pelo Xequê Hamad bin Khalifa Al Tani. A conferência teve a participação do Arcebispo Pier Luigi Celata, secretário do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso em representação da Igreja Católica, do Mons. Khaled Akasheh, chefe da secção muçulmana do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso, do Arquimandrita Macario, representante das Igrejas Ortodoxas no Catar, dos Metropolitanos Nikiphoros e Isaiah da Igreja Ortodoxa de Chipre, do Abade Phillip do Patriarcado de Moscovo e do Reverendo Saurin Celaru em representação do Patriarcado Romeno na União Europeia.

Os representantes das três religiões monoteístas concordaram que os locais de culto das três religiões não deviam ser transformados em locais hostis ao diálogo, pois arriscavam-se a ser usados para provocar atitudes exclusivistas e hostis. Os líderes religiosos puseram ênfase no facto de as três confissões religiosas terem experimentado a repressão e de, por isso, ser muito importante trabalharem para ultrapassar a ignorância e garantir que as diferenças são respeitadas.

O DICID também organizou uma mesa redonda inter-religiosa a 19 de Março de 2011 intitulada “O papel da educação no fortalecimento dos laços entre comunidades no Catar”, com a participação de inúmeros académicos e representantes da sociedade civil. Entre os temas abordados estiveram os valores religiosos, as comunicações interconfessionais promovidas pelas escolas e os pontos de vista das religiões sobre o papel da educação na construção das sociedades.

A 9.^a Conferência de Doha sobre Diálogo Inter-religioso, realizada entre 24 e 26 de Outubro de 2011, foi organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Catar e pelo DICID. O tema da conferência foi “Meios de comunicação social e diálogo inter-religioso: uma nova relação”.

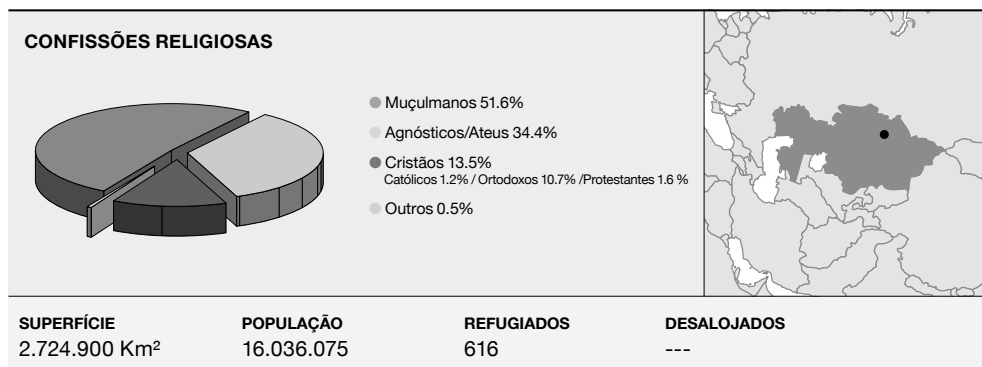
Entre as Igrejas Ortodoxas locais que participaram nesta conferência estiveram o Patriarcado de Jerusalém e o Patriarcado de Moscovo, representados pelo Diácono Dimitry Safonov do Departamento de Relações Externas da Igreja. O fórum teve a participação de cerca de 200 representantes do mundo cristão, muçulmano e judeu provenientes de cinquenta e cinco países. O ministro da Justiça do Catar, Hassan bin Abdullah al-Ghanim, foi um dos oradores. Entre os assuntos examinados estiveram a “Ciência e religião” e os “Benefícios de usar os meios de comunicação social no diálogo inter-religioso”.

Fontes:

<http://www.dicid.org/english/index.php>

L'Osservatore Romano

CAZAQUISTÃO



Legislação

Depois da queda da União Soviética, o Cazaquistão, liderado desde 1989 pelo presidente Nursultan Nazarbayev, cuja nomeação foi confirmada nas eleições de Abril de 2011 com uma maioria de 95%, foi considerado por muitos como um exemplo a ser seguido, devido ao seu progresso no caminho para a democracia e pelo nível alcançado em termos de direitos humanos e pluralismo religioso.¹

No entanto, nos últimos anos, o Governo aumentou o seu desejo de fortalecer o controlo estatal sobre todas as actividades religiosas.² Um passo adicional nesta direcção consistiu na aprovação de duas novas leis contendo graves restrições legais à liberdade religiosa.

Aprovadas a 13 de Outubro de 2011 e respeitando os desejos do presidente Nazarbayev, estas leis destinam-se à nacionalização das comunidades religiosas, seguindo o modelo de controlo aplicado pelo presidente chinês. Apenas a Igreja Ortodoxa russa e a comunidade islâmica cazaque, consideradas como fazendo parte da tradição do país, estão isentas destas restrições. Para sobreviver a nível nacional e evitar sanções, outras comunidades religiosas devem agora provar que têm pelo menos 5.000 membros. O missionário italiano e professor universitário P. Edoardo Canetta, que ensina no Cazaquistão há onze anos, disse: “As novas leis relativas ao registo e controlo das comunidades religiosas estão a pôr em risco a Igreja Católica no Cazaquistão, esperando-se também restrições a vistos para líderes religiosos estrangeiros. Cerca de 50% dos sacerdotes e bispos católicos vêm de outros países.”³

A aplicação das novas leis sobre liberdade religiosa resultou no desaparecimento de 579 comunidades protestantes, seitas islâmicas e comunidades de crentes com menos de cinquenta membros registados. De acordo com Kairat Lama Sharif, que é responsável pelos assuntos religiosos, o número de grupos religiosos caiu 13% desde que as disposições legais entraram em vigor a 21 de Outubro. Muitas comunidades protestantes, entre as quais cristãos baptistas e adventistas do sétimo dia, vão agora ser obrigadas a realizar cerimónias em casas privadas e sob supervisão estrita por parte das autoridades. O Governo cazaque enviou uma carta a todas as comunidades convidando-as a cumprir as novas normas ou a cessar imediatamente as suas actividades. As autoridades deram às comunidades um ano para provar que têm o número necessário de crentes para

¹ U.S. Department of State – International Religious Freedom Report for 2011

² http://www.forum18.org/Archive.php?article_id=1624

³ AsiaNews, October 18th 2011

obter o registo. No entanto, durante este período, nenhuma comunidade com menos de cinquenta membros será autorizada a realizar celebrações públicas, mesmo que de acordo com as leis anteriores.⁴

Situação geral

A situação geral caracteriza-se sobretudo pelos três elementos que se descrevem a seguir:

Um aumento do número de comunidades islâmicas que não pertencem à Associação Espiritual de Muçulmanos do Cazaquistão (AEMC), a maior parte das quais fundadas no estrangeiro e com membros que pertencem aos grupos da sociedade cazaque mais fracos e mais alienados, ao mesmo tempo que também atraem jovens intelectuais da classe média;

A divisão de muçulmanos com base em grupos étnicos, devido à “cazaquização” imposta pelos líderes religiosos da AEMC, de modo a compensar a falta de autoridade aos olhos dos outros por parte dos grupos étnicos cazaques (uigures, uzbeques, tártaros, etc.);

O activismo dos chamados “grupos religiosos não tradicionais”, pequenas comunidades reunidas em torno de um “professor”, e a sua tentativa de penetrar nas instituições estatais.

Numa entrevista ao jornal *Kazakhstanskaja Pravda*, o presidente da Agência de Assuntos Religiosos (AAR), K. Lama Sharif, disse que a ameaça extremista no país não é apenas teórica e que, para se opor a ela é necessário que toda a sociedade concentre os seus esforços. A ideia de envolver o desenvolvimento do Islão moderado é considerada como a única alternativa às diversas ideologias radicais. Neste contexto, foram realizados encontros e cursos sobre prevenção do terrorismo e do extremismo religioso em todo o país.

Os representantes da AEMC acreditam que a melhor garantia para propagar o Islão moderado é assegurar que todas as mesquitas demonstrem submissão a uma autoridade central. No ano passado, o projecto de registar todas as mesquitas em todas as regiões como sucursais da AEMC continuou. Deve ter-se em conta que todas as mesquitas registadas se tornaram propriedade da AEMC.⁵

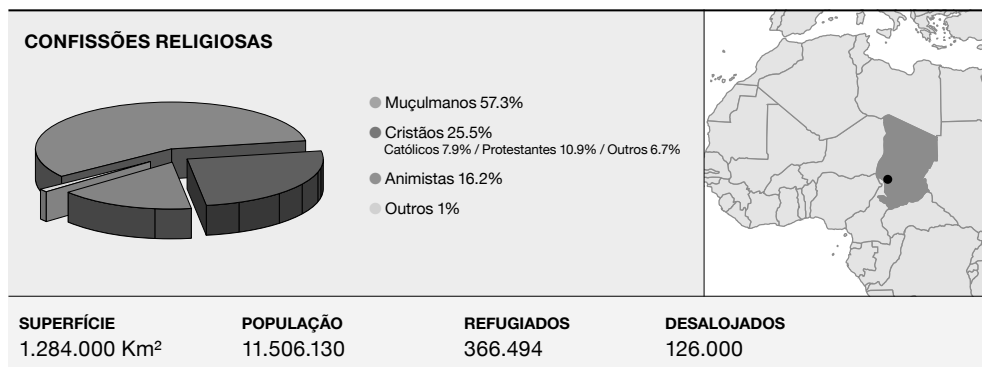
Diversas organizações relataram que houve violações da liberdade religiosa no Cazaquistão, precisamente devido a estas políticas destinadas a prevenir e lutar contra o terrorismo e o extremismo religioso, bem como à criação da Agência de Assuntos Religiosos e à aplicação dos seus planos para propagar o Islão moderado baseada no princípio “um país – uma religião”.⁶

⁴ AsiaNews, February 23rd 2012

⁵ Institute for Political Solutions www.ipr.kz/analytics, escrito por O. Kuzmina e M. Saldyrbayeva

⁶ AsiaNews, 29 de Julho de 2011

CHADE



A Constituição, que entrou em vigor em 1996,¹ estabelece o secularismo do Estado (Artigo 1) e garante a liberdade religiosa (Artigo 27) e a liberdade de educação para a família (Artigo 38).

Em geral, o Estado respeita este princípio, embora imponha restrições e proibições a grupos que são considerados violentos.

Com exceção da religião autóctone, todos os grupos religiosos são obrigados a registrar-se. Esta é uma formalidade que ocorre sem qualquer abuso de autoridade. A educação religiosa é permitida nas escolas privadas muçulmanas e cristãs, mas é proibida nas escolas públicas.

A coexistência entre muçulmanos e cristãos é geralmente pacífica, embora esporadicamente haja tensões devido à presença de grupos islâmicos extremistas e tensões entre grupos radicais e moderados de muçulmanos.

O Governo exerce controlo indirecto sobre as actividades dos grupos islâmicos através do Conselho Superior para os Assuntos Islâmicos, o qual, em acordo com o presidente da república, nomeia o grande imã, o líder espiritual muçulmano. O Conselho também supervisiona as actividades religiosas em geral, incluindo a supervisão das escolas muçulmanas árabes e da educação superior.

Um representante da comunidade religiosa é membro do Colégio de Gestão do Rendimento, uma entidade que participa na distribuição dos rendimentos provenientes do petróleo. Este lugar é alternadamente preenchido por um líder islâmico e por um líder cristão, mudando a cada quatro anos.²

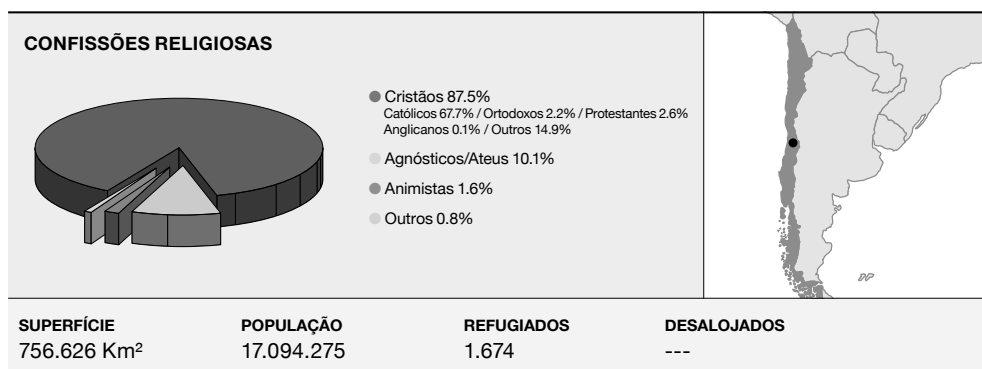
Para evitar conflitos sociais, a proibição de realizar proselitismo em público aplicada desde Julho de 2007 ainda está em vigor. Contudo, os grupos locais podem pedir permissão às autoridades para realizarem proselitismo.

Durante o período deste relatório, não foram noticiadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ http://www.kituoachakatiba.org/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=127&Itemid=2

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

CHILE



Legislação

Tanto a dimensão privada como pública da liberdade religiosa é expressa no reconhecimento constitucional da Igreja Católica como tendo estatuto jurídico público, bem como ao permitir que outras organizações sejam formadas com base na lei comum ou recorrendo à lei de 1999 sobre organizações religiosas. As instituições religiosas que escolherem esta última opção serão reconhecidas como tendo estatuto jurídico público e graças a este reconhecimento gozam, entre outros benefícios, de isenções fiscais, de protecção dos seus ministros religiosos e de facilidade de prestação de cuidados pastorais nas prisões, nos hospitais e entre as forças armadas. A educação religiosa é disponibilizada pelo Estado e pelas escolas oficialmente reconhecidas no país, de acordo com o número de alunos que a solicitem.

No período em análise por este relatório não houve quaisquer mudanças na lei ou nos regulamentos relativos à liberdade religiosa.

Valores inegociáveis

As iniciativas destinadas a legalizar as uniões de facto entre casais heterossexuais e homossexuais, e o debate contínuo sobre o aborto¹ resultaram num intenso debate na sociedade civil, com as comunidades cristãs católicas e não católicas a adoptarem uma posição muito crítica em relação a estes projectos – tal como expressado numa carta colectiva enviada ao presidente da república e aos membros das comissões legislativa e judicial.²

Comunidades cristãs não católicas / Outras religiões

A 12 de Maio de 2011 foi inaugurada uma capela evangélica na Escola Militar do exército chileno, no quadro da regulamentação dos cuidados pastorais nas forças armadas e nas forças de segurança pública.³

Em Junho de 2011, o Governo enviou aos ministérios indicações relativas aos cuidados religiosos prestados nos hospitais, nas prisões, dentro das forças armadas e das forças de segurança pública, e relativas ao respeito pela igualdade religiosa nas escolas. A informação também continha indicações sobre a necessidade de defender os cuidados

¹ www.zenit.org/article-40583?l=spanish

² http://documentos.iglesia.cl/conf/documentos_sini.ficha.php?mod=documentos_sini&id=4143&sw_volver=yes&descripcion=

³ www.onar.gob.cl/wp-content/uploads/2011/06/comunicado-009-13-may-11.pdf

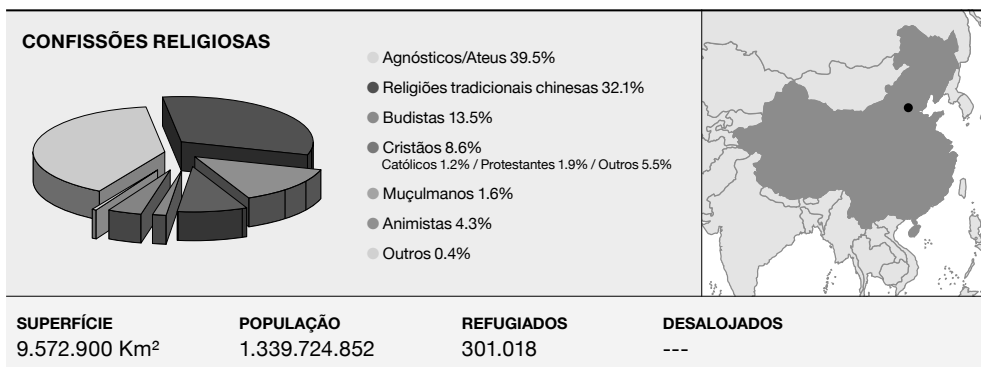
pastorais e a participação voluntária no culto e nos rituais de todos os membros das forças armadas e das forças de segurança pública, o direito pleno de todos os detidos de receberem cuidados pastorais regulares e o facto de os hospitais não estarem autorizados a impedir que os pacientes recebam cuidados pastorais.⁴

Além disso, as iniciativas legais começaram tendo em vista o reconhecimento dos dias sagrados dos muçulmanos e dos bahá'ís. Estes planos incluíam observar estas festividades e a proibição de obrigar outros a observá-las ou a praticar actos de culto contrários às convicções pessoais⁵.

⁴ www.minsepres.gob.cl/2011/06/gobierno-envia-instructivo-a-ministerios-para-garantizar-ejercicio-de-libertad-de-culto-e-igualdad-r/

⁵ www.senado.cl/prontus_galeria_noticias/site/artic/20110124/pags/20110124171740.html

CHINA



O ano de 2011 na China foi caracterizado por um grande número de violações dos direitos humanos e da liberdade religiosa. Além das ferramentas de controlo existentes usadas pelas comunidades religiosas oficiais (e da criminalização das actividades de comunidades não oficiais ou a viver na clandestinidade), os problemas dos grupos religiosos pioraram devido ao seguinte:

Receios de Pequim de que também a China fosse atingida por uma “Primavera” semelhante à que varreu ditadores do poder no norte de África e no Médio Oriente. Os analistas foram rápidos a indicar semelhanças entre os países destas regiões e a China (um Governo ditatorial, um grande fosso entre ricos e pobres, ausência de liberdades fundamentais, desemprego e forte apoio à mudança entre a juventude). Estes receios tornaram o regime ainda mais desconfiado de qualquer actividade religiosa não autorizada explicitamente.

A iminente mudança na liderança política do país. Está previsto que o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao deixem os seus lugares provavelmente em Outubro de 2012. Espera-se que Xi Jinping e Li Keqiang os substituam. Os dois novos líderes são “principelhos”, filhos de oficiais de topo do partido, conhecidos pelo seu pragmatismo e compromisso com o reforço da situação económica e política da China na arena internacional. Contudo, conflitos internos facciosos fizeram correr ondas de choque em todo o partido. O caso de Bo Xilai, ou “principelho maoísta”, é um exemplo desses casos. Para ganhar apoio da opinião pública doméstica, muitos reavivaram os *slogans*, canções, atitudes e métodos do tempo de Mao Zedong e procuraram demonstrar a sua própria correcção ideológica atacando os supostos “inimigos”, incluindo as comunidades religiosas.

Mais do que em qualquer outro ano, tem havido uma série de cristãos (católicos e protestantes), muçulmanos e budistas (tibetanos), bem como dissidentes, advogados de direitos humanos, activistas pró-democracia, bloggers, artistas (como Ai Weiwei), e jornalistas.

Desde o início do ano, as agências de segurança receberam mais poderes para “apanhar” e deter “suspeitos” durante meses sem fim com base em questões de segurança nacional, terrorismo ou corrupção. Estão planeadas alterações às leis existentes para impedir que as pessoas tenham direito a informar o seu advogado ou família em caso de detenção. Segundo a lei chinesa, as pessoas já podem ser colocadas em prisão domiciliária até seis meses sem qualquer acusação formal. Segundo uma alteração proposta, as autoridades poderão também deter “suspeitos” em locais secretos que não são uma

prisão ou uma esquadra de polícia. Embora ainda não tenha sido adoptada, a alteração proposta já foi posta em prática no caso de Ai Weiwei e de muitos outros crentes.¹

A China tem receio de que o descontentamento possa assumir uma forma religiosa, reforçando as fileiras daqueles que querem mais liberdade e menos controlos. Ao mesmo tempo, alguns dissidentes estão a voltar-se para a religião, em especial para o Cristianismo, como base ideal para o seu activismo. Muitos converteram-se e foram baptizados, algo que está inclusivamente a acontecer dentro do partido, forçando os representantes oficiais a impor sanções explícitas.

Na edição de meados de Dezembro da revista *Qiu Shi* (*À Procura da Verdade*), uma revista ligada ao partido, Zhu Weiqun, vice-presidente da Frente Unida, fez um aviso. “Se deixarmos que os membros do partido acreditem na religião”, escreveu, “isto vai inevitavelmente levar a divisões internas na organização e ideologia do partido”. Depois de fazer carreira sobre a questão do Tibete e de boicotar todo o diálogo com o Dalai Lama, Zhu Weiqun acrescentou ao estilo maoísta: “Todas as religiões, sem excepção, são idealistas por natureza. Na filosofia, há um conflito fundamental entre materialismo e idealismo – nenhum deles pode coexistir, seja ao nível individual ou ao nível do partido político.”

De acordo com Zhu, permitir que os membros do partido tenham uma fé religiosa iria minar o Marxismo e a ideologia orientadora do país, enfraquecendo o partido na luta contra os movimentos separatistas (ou seja, budistas tibetanos e muçulmanos uigures), ao mesmo tempo que ofuscaria o papel do partido no controlo das religiões.²

Na edição seguinte da revista *À Procura da Verdade*, no ano passado, o próprio Hu Jintao se insurgiu “contra os poderes hostis” que estão a tentar “ocidentalizar” a China. Embora a China tenha alcançado o estatuto de poder mundial importante, ainda está atrasada em termos de “influência discreta”, e não consegue influenciar o mundo. Por isso, precisa de tomar “medidas poderosas” para parar a colonização cultural do Ocidente, argumentou Hu Jintao.

Para Hu, que além de ser presidente da China também é secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), “A força global da cultura chinesa e a sua influência internacional não são proporcionais ao estatuto internacional da China.” Por esta razão, a China precisa de fazer mais esforços para desenvolver a cultura chinesa, de modo a corresponder às “exigências espirituais e culturais crescentes das pessoas”. Ao mesmo tempo, “Temos de estar conscientes da gravidade e complexidade das lutas e tomar medidas poderosas para as prevenir e lidar com elas.”

Para alguns analistas, a luta contra os poderes “hostis” inclui uma luta contra o Cristianismo e o Catolicismo, que são vistos como “a essência da cultura ocidental”.

“Os poderes internacionais hostis estão a reforçar os seus esforços para nos ocidentalizar e dividir”, escreveu Hu num artigo, referindo que “os campos ideológico e cultural” são os seus alvos principais.

Nos seus discursos, os membros do partido referem-se muitas vezes ao Vaticano e ao Papa como “poderes estrangeiros” que procuram destruir a China sob “a aparência da religião”.³

¹ *AsiaNews.it*, 29 de Agosto de 2011

² *Xinhua*, 18 de Dezembro de 2011

³ *Qiu Shi*, 1 de Janeiro de 2012

Católicos

No caso específico dos católicos, 2011 viu a Associação Católica Patriótica Chinesa (ACPC), a Frente Unida e os representantes pró-regime da Igreja oficial ameaçarem ordenar dezenas de novos bispos sem o consentimento da Santa Sé. A ACPC é a entidade governamental oficial que controla a Igreja oficial.

Anthony Liu Bainian, presidente honorário da ACPC, disse que a Igreja na China continuaria a “auto-eleger” e “auto-consagrar” os seus bispos sem mandato papal.⁴

O Bispo excomungado Guo Jincai disse também que a Igreja na China iria ordenar bispos auto-eleitos em pelo menos “sete dioceses”⁵.

Ao longo do ano, a Santa Sé disse por diversas vezes que o mandato papal para os bispos recém-ordenados era um aspecto essencial da fé católica e uma necessidade intrínseca ao Credo.

Ao mesmo tempo, a Santa Sé reiterou – tal como o fez Bento XVI na sua Carta aos Católicos Chineses em 2007 – que o objectivo da Associação Católica Patriótica Chinesa de construir uma Igreja independente, separada do Papa, era “incompatível” com a fé católica.

Apesar disto, a ACPC e o Governo não se inibiram de interferir nas ordenações episcopais. Algumas foram canceladas, outras foram adiadas. Outras ainda foram realizadas ilegalmente (sem mandato papal).

Em diversos casos, os bispos excomungados impuseram a sua presença em ordenações regulares, embora, de acordo com a doutrina católica, eles não pudessem aproximar-se sequer dos sacramentos. Noutros casos, de ordenações ilegais, os bispos fiéis ao Papa foram forçados pela polícia a participar no acontecimento.

Ordenações episcopais

O Governo atrasou a ordenação do P. Shen Guoan como Bispo de Hankou (Wuhan, Hubei), marcada para 9 de Junho, sem uma explicação. Ainda assim, uma vez que não tinha mandato papal, a ordenação teria sido ilegal. Contudo, o presidente honorário da ACPC, Anthony Liu Bainian, avisou o Vaticano de que “não interferisse no trabalho dos bispos auto-eleitos e auto-ordenados”.

Os católicos locais, as religiosas da diocese e o próprio candidato estavam contra a ordenação e recusaram-se a apoiar a decisão da ACPC. As religiosas chegaram mesmo a organizar uma manifestação pública para exigir liberdade religiosa total e respeito pela fé católica.⁶

A ordenação do P. Joseph Sun Jigen como Bispo Coadjutor da Diocese de Handan (Hebei), marcada para 29 de Junho, foi cancelada pelo Governo sem explicação. A nomeação do P. Sun tinha sido aprovada pela Santa Sé e o Governo estava de acordo com ela.

A polícia levou o bispo nomeado de 43 anos de idade a 26 de Junho, no final de um retiro espiritual de cinco dias. Até esse dia, a festa do Corpo de Cristo, o P. Sun tinha estado em retiro a preparar-se para a cerimónia de consagração episcopal. Tinha estado em Weihui, na província de Henan, com o P. Joseph Huai, o chanceler diocesano de

⁴ *Afp*, 22 de Junho de 2011

⁵ *China Daily*, 22 de Julho de 2011

⁶ *Ucanews.com*, 1 de Junho de 2011

Handan. Em conjunto, os dois tinham planeado regressar à sua diocese, quando, de repente, os representantes da segurança pública de Handan os forçaram a entrar num veículo da polícia.

Quando a viatura policial chegou a Handan, o P. Huai insistiu que ambos os sacerdotes fossem autorizados a regressar às suas dioceses. Em vez disso, foram conduzidos para a cidade vizinha, Shahe, onde a polícia colocou o P. Huai noutro veículo e o levou sozinho de volta para Handan. O P. Sun, contudo, foi forçado a continuar a viagem com a polícia para norte, em direcção a Shijiazhuang.

De acordo com fontes locais, a ordenação foi cancelada porque não se chegou a acordo sobre quais os bispos que participariam na cerimónia. Os sacerdotes e o novo bispo tinham querido que todos os prelados convidados estivessem em comunhão com o Papa. A ACPC e o Ministério dos Assuntos Religiosos queriam incluir alguns bispos excomungados.⁷ Mas a diocese levou a melhor sobre as autoridades ao ordenar secretamente o Mons. Sun Jigen a 21 de Junho de 2011.⁸

A 29 de Junho, o P. Paul Lei Shiyin foi ordenado Bispo de Leshan (Sichuan) sem mandato papal. Sete bispos em comunhão com o Santo Padre participaram na celebração. Por ordem da Associação Católica Patriótica Chinesa, a missa foi realizada precisamente no dia de São Pedro e São Paulo.

Esta foi a primeira ordenação na sequência da emissão de uma declaração por parte da Santa Sé em relação à excomunhão dos membros do clero que participem em ordenações ilegais, seja como candidatos ou bispos ordenantes.

O Bispo Lei Shiyin, de 48 anos de idade, tornou-se sacerdote a 30 de Novembro de 1991. Actualmente é membro da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, uma entidade consultiva do Parlamento chinês. É também vice-presidente da Associação Católica Patriótica Chinesa e é o antigo presidente da ACPC em Sichuan.

O Vaticano contactou o candidato urgindo-o a não prosseguir com a ordenação. Para a Santa Sé, o P. Lei Shiyin não era um candidato adequado para a função pastoral. Dias após a ordenação, o Gabinete de Imprensa da Santa Sé anunciou a excomunhão (*latae sententia*) do bispo ordenado e a possível excomunhão dos bispos que participaram no acontecimento.⁹

A 14 de Julho, o P. Joseph Huang Bingzhang tornou-se Bispo de Shantou (Guangdong) numa ordenação ilegal (sem mandato papal). Oito bispos em comunhão com o Papa participaram na cerimónia. Alguns deles disseram mais tarde que tinham sido forçados a participar. O Mons. Paul Pei Junmin, designado como presidente da celebração, conseguiu resistir e não ir à cerimónia.

O Vaticano não autorizou a ordenação porque Shantou já tem um bispo, o Mons. Zhuang Jianjian, que foi ordenado secretamente em 2006 com um mandato do Vaticano, mas não é reconhecido pelo Governo e foi sempre impedido pela Associação Católica Patriótica Chinesa. Para o Vaticano, o novo candidato à Sede Episcopal não era “digno” da função por causa do seu envolvimento na política.

Nascido em 1967, o P. Huang Bingzhang iniciou os seus estudos no seminário de Wuchang (Wuhan) em 1985. Ordenado em 1991, trabalhou na Catedral de S. José como

⁷ AsiaNews.it, 27 de Junho de 2011

⁸ UCAN, 11 de Julho de 2011

⁹ AsiaNews.it, 29 de Junho de 2011

pároco. Desde 1998, tem sido membro do Congresso Nacional do Povo, o Parlamento chinês. É também um dos vice-presidentes da Associação Católica Patriótica Chinesa aprovada pelo Governo, além de ser presidente da Associação Católica Patriótica de Guangdong.¹⁰

Neste caso igualmente, o Vaticano anunciou a excomunhão do bispo ordenado e a possível excomunhão dos bispos ordenantes, que chegaram ao ponto de serem participantes voluntários no acontecimento.¹¹

A 25 de Julho, *Xinhua* publicou uma declaração da Administração Estatal para os Assuntos Religiosos (AEAR) denunciando as “ameaças irrazoáveis e brutais” do Vaticano, bem como as suas “acusações contra a ordenação de bispos da Igreja Católica Chinesa”, em especial as ordenações de Leshan (29 de Junho de 2011) e Shantou (14 de Julho de 2011).

Na sua declaração, a AEAR disse que a excomunhão “fere profundamente” os católicos chineses e “causa grande tristeza” aos sacerdotes e aos leigos, usando os mesmos termos (“fere profundamente” e “causa grande tristeza”) usados pelo Vaticano para descrever as reacções da Igreja universal e do Papa às ordenações ilegais. A AEAR insistiu que os “dois novos bispos ordenados (ou seja, excomungados) são devotos da fé, têm integridade e competência, e são apoiados pelos seus sacerdotes e leigos”.

De acordo com a agência do Governo, o Vaticano também tinha “ameaçado” os bispos e sacerdotes com a excomunhão na década de cinquenta e isso tinha tido como consequência que “os sacerdotes e os leigos da Igreja Católica chinesa tinham sofrido um grande trauma histórico”. Em resposta às “ameaças” do Vaticano, a AEAR emitiu as suas próprias ameaças quando disse: “A maior parte dos sacerdotes e leigos vai ser resoluta na escolha do caminho da independência e auto-organização com bispos auto-eleitos e auto-ordenados.”¹²

No que é considerado como uma vingança contra as “ameaças” do Vaticano em relação à questão das excomuniões contra os envolvidos nas ordenações episcopais em Leshan e Shantou, o P. Franco Mella, do Instituto Pontifício das Missões Estrangeiras (PIME), foi retido na fronteira chinesa em Julho. Após intenso interrogatório, foi enviado de volta a Hong Kong. O missionário do PIME de Hong Kong tinha estado a trabalhar com uma escola em Shaanxi.

O caso do P. Mella não é um caso isolado. Nas semanas que o antecederam, outros sacerdotes e leigos católicos de Hong Kong e da Itália foram retidos e reenviados para os seus locais de origem, apesar de terem um visto de entrada válido. Outros viram os seus vistos de trabalho serem cancelados.

De acordo com fontes em Hong Kong, o Governo tem uma lista de vinte e três *personae non gratae* por causa de manterem contactos entre o Vaticano e a Igreja na China.¹³

A 30 de Novembro, o Mons. Peter Luo Xuegang foi ordenado Bispo Coadjutor de Yibin (Sichuan) sem mandato papal. Contudo, o Bispo excomungado Paul Lei Shiyin (de Leshan) participou na cerimónia contra a vontade da Santa Sé, que exige que os bispos excomungados não participem em ritos católicos.

¹⁰ *AsiaNews.it*, 14 de Julho de 2011

¹¹ *AsiaNews.it*, 16 de Julho de 2011

¹² *Xinhua*, *AsiaNews.it*, 25 de Julho de 2011

¹³ *AsiaNews.it*, 27 de Julho de 2011

Até ao último minuto, a Santa Sé e os fiéis esperavam que Lei Shiyin não participasse. No entanto, diversos representantes do Vaticano não sabiam que ele viria à consagração. Lei Shiyin, que estudou com o Mons. Luo, é o bispo de uma diocese vizinha. É também presidente da Associação Católica Patriótica Chinesa em Sichuan e um apoiante de uma Igreja “independente” e “patriótica”.

Nos dias que antecederam a ordenação, deu uma entrevista em que alegou que a Igreja na China se tinha “tornado adulta” e tinha seguido o seu próprio caminho. Dias mais tarde, vangloriou-se de ter concelebrado com os outros bispos “como um deles”.

Temendo que a sua presença pudesse criar resistência entre os fiéis, as autoridades disseram aos milhares de participantes que viessem à igreja três horas antes da hora marcada e que se submetessem a um detector de metais. Não foram autorizados a tirar fotografias ou a filmar a cerimónia.

De acordo com membros do partido, “o Vaticano tem espiões que, assim que a cerimónia termina, enviam fotografias para Roma e para todo o mundo”. As páginas de Internet da Diocese de Sichuan foram bloqueadas durante todo o dia.¹⁴

Numa declaração, o director do gabinete de imprensa do Vaticano expressou “desaprovação e consternação perante a presença de um bispo excomungado, o que “agrava a sua posição canónica”.

Normalmente, referiu, “a presença do Bispo Lei Shiyin deveria ter sido totalmente excluída e implicaria consequências canónicas para os outros bispos que participassem na cerimónia”. “Nesta circunstância, é provável que eles não consigam impedi-lo sem grande inconveniência”, explicou.¹⁵

Para o Cardeal Joseph Zen de Hong Kong, a ordenação de Yibin representa “o triunfo do controlo estatal sobre a liberdade religiosa dos fiéis”.

O Mons. John Hung, Arcebispo de Taipei, está igualmente consternado com as alegações de Pequim de que tem direito a controlar as ordenações. Na sua perspectiva, “as empresas que muitas vezes abrem escritórios na China têm direito a nomear pessoas à sua escolha para gerirem o seu negócio. Por contraste, Pequim quer escolher os bispos da Igreja Católica [...]. Ou seja, a Igreja tem menos direitos que uma simples loja.”¹⁶

Controlos sobre ritos, instituições religiosas e seminários

O Governo ameaçou controlar o orfanato criado pelo Mons. Julius Jia Zhiguo, Bispo de Zhengding na clandestinidade. Caso o realize, será um acto de vingança das autoridades contra a recusa “teimosa” do prelado em aderir à Associação Católica Patriótica Chinesa (ACPC).

Em Dezembro de 2010, o Sr. Yin do Departamento da Frente Unida, o Sr. Guo do Secretariado Político, o Sr. An do Gabinete de Assuntos Religiosos de Jinzhou, o Secretário do Partido Comunista da aldeia de Wu Qiu e o Sr. Chen do Gabinete de Segurança Pública de Shijiazhuang levaram o Bispo Jia em três ocasiões diferentes, numa tentativa de o forçarem a assinar um documento de desvinculação segundo o qual colocaria os órfãos a seu cargo sob responsabilidade do Governo e concordaria em mandar embora as trinta religiosas católicas que trabalham no orfanato.

¹⁴ *AsiaNews.it*, 30 de Novembro de 2011

¹⁵ *Vatican Radio*, 30 de Novembro de 2011

¹⁶ *AsiaNews.it*, 1 de Dezembro de 2011

Estes representantes do partido ameaçaram o Mons. Jia com mais uma “sessão política” de longa duração se ele não assinasse o documento. Disseram-lhe que o Governo levaria as crianças quer assinasse quer não. O prelado recusou-se a assinar e voltou-se em vez disso para o escritório central do Gabinete de Assuntos Religiosos de Pequim, que lhe disse que este era um assunto local, fora da sua jurisdição.

O Mons. Jia, de 75 anos de idade, passou mais de quinze anos na prisão. Desde 1980, quando se tornou bispo na clandestinidade, tem sido sucessivamente colocado em prisão domiciliária, detido durante meses sem fim e sujeito a sessões políticas para o forçar a submeter-se à ACPC.¹⁷

A polícia isolou a aldeia de Gonghui (Hebei) para impedir que os católicos se reúnam para uma última despedida ao Mons. Andrew Hao Jinli, o Bispo de Xiwanzi na clandestinidade que faleceu a 9 de Março aos 95 anos de idade. A Diocese de Xiwanzi (Hebei), que faz parte da Igreja na clandestinidade, tem cerca de 15.000 membros e localiza-se a 260 km a norte de Pequim, perto da fronteira com a Mongólia Interior. Desde o dia da morte do bispo, todas as estradas que levam à aldeia foram encerradas e o dia do funeral foi mantido em segredo.

Muito amado pela sua comunidade, o Mons. Hao tinha formado muitos sacerdotes da Igreja na clandestinidade. Passou pelo menos vinte anos na prisão por causa da sua fé e sofreu décadas de controlos opressores, mas sempre se recusou a aderir à Associação Católica Patriótica Chinesa.¹⁸

A 13 de Janeiro, os seminaristas de Hebei conseguiram que fosse nomeado um bispo como seu novo reitor e um novo comité de orientação que não incluía qualquer político. Anteriormente, em Novembro e Dezembro de 2010, 100 seminaristas tinham entrado em greve e realizado manifestações para retirarem um político local, Tang Zhaojun, do lugar de reitor adjunto do seu seminário.¹⁹

Detenções e tortura

O P. Zhang Guangjun, da Diocese de Xuanhua (Hebei), foi detido a 13 de Janeiro e ficou preso até 29 de Março. Durante esse período foi torturado por causa de se ter recusado a aderir à Associação Católica Patriótica Chinesa.

No dia da sua detenção, o P. Zhang foi levado por representantes oficiais vestidos como técnicos de uma empresa de gás para um hotel no condado de Zhoulu, onde foi sujeito a privação do sono durante cinco dias. Após ter sido brevemente libertado por altura do Ano Novo chinês, foi novamente detido a 8 de Março, severamente espancado e torturado. A 29 de Março, os seus parentes foram autorizados a levá-lo da prisão para receber tratamento médico. Tinha feridas na cabeça e nas pernas.

Em Março, pelo menos oito sacerdotes da mesma diocese foram forçados a submeter-se a sessões de estudo obrigatórias para aprenderem a política religiosa do Governo. Eram eles Tian Yongfeng, Pei Youming, Hu Huibing, Liang Aijun, Wang Yongsheng, Yang Quanyi, Gao Jinbao e Zhang Guilin.

Calcula-se que desde a década de noventa mais de vinte sacerdotes de Xuanhua e Xiwanzi tenham sido detidos, espancados, encarcerados e forçados a participar em

¹⁷ *Kung Foundation*, 12 de Janeiro de 2011

¹⁸ *AsiaNews.it*, 12 de Março de 2011

¹⁹ *AsiaNews.it*, 15 de Janeiro de 2011

sessões de estudo para os induzir a “registarem-se” perante as autoridades e a porem fim à sua associação à Igreja na clandestinidade.²⁰

A 9 de Abril, no condado de Yanqing perto de Pequim, dois polícias à paisana levaram o P. Chen Hailong de Xuanhua (Hebei), que tinha sido sacerdote na clandestinidade durante dois anos. O P. Chen foi mantido em isolamento durante pelo menos dois meses num “hotel” desconhecido, onde sofreu de malnutrição ao ponto de desmaiar.

As autoridades que o detiveram também o interrogaram sobre membros importantes da Igreja na clandestinidade, tentando constantemente convencê-lo a aderir à Associação Católica Patriótica Chinesa e a cortar todos os laços com o Papa. Para ultrapassar a solidão e o sentimento de abandono, o P. Chen desenhou uma imagem da Eucaristia na parede da sua cela, passando todo o tempo a rezar em frente ao símbolo do Santíssimo Sacramento.²¹

A 3 de Agosto, quatro sacerdotes da comunidade na clandestinidade em Heze (Caozhou, Shandong) foram levados pela polícia e encarcerados na prisão do condado de Dongming, onde sofreram isolamento e malnutrição. A detenção/rapto ocorreu à noite numa casa de Luquan (condado de Dongming), onde os quatro tinham ido para um retiro espiritual com outros sacerdotes. A polícia de segurança pública saltou o muro da propriedade e entrou nas instalações a pretexto de que estava a perseguir “alguns ladrões”. Em vez disso, forçou os sacerdotes, que tinham estado a dormir, a irem com eles.

Actualmente, os quatro homens – o P. Wang Chengli, de 48 anos, administrador da Diocese de Heze; o P. Zhao Wuji, de 50 anos; o P. Li Xianyang, de 34 anos; e o P. Sun Guichun, de 38 anos – ainda estão na prisão.

A polícia recusou todos os pedidos de visita até agora. Além disso, negou aos prisioneiros alimentos e bebidas adequados para os forçar a aderir à Associação Católica Patriótica Chinesa.

Entretanto, representantes governamentais tentaram recolher provas para usar contra os sacerdotes em tribunal. A alguns dos fiéis foram de facto oferecidos subornos ou receberam ameaças para os levar a falar contra os sacerdotes.

Alguns membros da Igreja tentaram sem sucesso falar com a polícia para encontrar formas de tirar os quatro sacerdotes da prisão. Embora não tenham conseguido, conseguiram saber que os quatro homens tinham sido sujeitos a intensos interrogatórios por parte dos representantes da segurança nacional e dos agentes locais da segurança pública, bem como por parte de agentes do Gabinete para os Assuntos Religiosos.²²

A 3 de Setembro, diversos indivíduos não identificados atacaram e espancaram uma religiosa e um sacerdote que estavam a pedir a devolução de duas propriedades da Igreja em Kangding (Sichuan). A Madre Xie Yuming sofreu ferimentos na cabeça e no peito e foi levada para o hospital. O P. Huang Xusong sofreu apenas ferimentos menores e não foi levado para o hospital. Os dois foram atacados porque estavam a tentar reafirmar os direitos de propriedade da Igreja sobre duas escolas que tinham pertencido à Diocese de Kangding até passarem a ser controladas pelo Governo na década de cinquenta.

Com base nas normas definidas por Deng Xiaoping, as duas propriedades, uma antiga escola primária e uma escola para rapazes, deveriam ter sido devolvidas à diocese. Mas

²⁰ *AsiaNews.it*, 12 de Abril de 2011

²¹ *Ucan*, 4 de Agosto de 2011

²² *AsiaNews.it*, 6 de Agosto de 2011

a escola primária já tinha sido demolida pelo Governo, que tinha dado o terreno a uma empresa privada. A escola para rapazes é actualmente usada como residência para representantes governamentais do condado de Moxi.

A sede episcopal de Kangding (na prefeitura tibetana autónoma de Garze) está actualmente vaga e é administrada pela Diocese de Leshan, que é gerida pelo Mons. Lei Shiyin, que foi ordenado a 29 de Junho de 2011 sem aprovação papal.

A devolução das propriedades da Igreja tomadas após a subida ao poder de Mao Zedong é uma questão complicada. Em diversas ocasiões, o Governo central tinha dito que esses bens deveriam ser devolvidos aos seus legítimos donos, mas a ACPC e o Gabinete para os Assuntos Religiosos (GAR) tinham sempre recusado os pedidos de restituição. Em vez disso, muitas das propriedades em questão tinham sido transferidas para agentes da ACPC do GAR como sua propriedade privada.²³

Condenações

A 25 de Agosto, o Governo chinês condenou o P. Wang Chengli, administrador diocesano de uma comunidade na clandestinidade na Diocese de Heze (Caozhou) na província de Shandong, a dois anos de “reeducação através de trabalhos forçados”. O P. Wang tinha sido detido a 3 de Agosto, em conjunto com outros sacerdotes que foram mais tarde libertados. Finalmente, o sacerdote de 48 anos de idade foi transferido da prisão de Dongming em Heze para o Centro de Reeducação em Jining, a mais de 150 km de distância. O Governo não autorizou a sua família ou qualquer outra pessoa a visitá-lo. O P. Wang tem tensão alta e a sua família está preocupada com a sua saúde.

Algumas fontes católicas em Heze acreditam que ele foi condenado porque se recusou a aderir à ACPC. As mesmas fontes também disseram que a condenação do P. Wang poderia estar relacionada com a ordenação do Bispo oficial da Igreja de Heze.

Nascido em Yanzhou, o P. Wang foi ordenado em 1991. Durante vários anos, geriu a comunidade de Heze na clandestinidade e celebrou vinte anos de sacerdócio no ano passado.

A “reeducação através de trabalhos forçados” é uma pena administrativa imposta pelos Gabinetes de Segurança Pública, numa tentativa de ‘reformatar’ os dissidentes políticos e religiosos sem julgamento ou possibilidade de recurso.²⁴

Guerra ao santuário de Sheshan

No ano passado, tal como todos os anos, o Governo e a polícia impuseram novamente proibições e restrições aos católicos chineses que procuraram peregrinar ao santuário nacional de Nossa Senhora de Sheshan no dia da sua celebração, 24 de Maio.

No passado, dezenas de milhares de católicos oficiais e na clandestinidade vieram de todo o país ao santuário. Em 2007, Bento XVI pediu à Igreja universal um Dia Mundial de Oração para que a Igreja na China seja celebrada em cada ano neste mesmo dia, 24 de Maio.

Desde 2008, quando o dia escolhido pelo Papa foi celebrado pela primeira vez, o Governo tentou impedir que os fiéis participassem, impedindo os católicos na clandestinidade e limitando o número de peregrinos de outras dioceses. Apenas os grupos de católicos da Diocese de Shanghai foram autorizados a realizar a viagem. Este ano,

²³ *Ucan*, 7 de Setembro de 2011

²⁴ *AsiaNews.it*, 26 de Agosto de 2011

novamente, a segurança em Sheshan foi muito restrita, com inúmeros policiais, detectores de metais, controlos diversos e câmaras de vigilância a filmar todo o espaço.

O Bispo Auxiliar de Shanghai, Mons. Aloysius Jin Luxian, de 95 anos, não veio no dia definido, mas celebrou missa no santuário a 1 e 11 de Maio. Nesta última ocasião, ele queria informar os fiéis de que a Santa Sé tinha aceite a causa de beatificação do primeiro convertido de Shanghai, Paul Xu Guangqi (um contemporâneo de Matteo Ricci), mas foi impedido de o fazer pela Associação Católica Patriótica Chinesa.

Da mesma forma, os sacerdotes na clandestinidade em Shanghai foram “levados pela polícia para um passeio turístico a expensas do Governo”, para não poderem realizar a peregrinação a Sheshan tal como tinham planeado. Como os sacerdotes foram retirados à força, nenhuma das comunidades clandestinas da cidade conseguiu celebrar missa. Tendo sido proibidas de realizar a viagem a Sheshan, muitas comunidades organizaram orações alternativas e visitas a santuários marianos nas suas próprias dioceses.

Ainda assim, apesar das dificuldades, milhares de católicos foram à peregrinação no dia festivo, liderados pelo Bispo Auxiliar de Shanghai, Mons. Xing Wenzhi²⁵.

Protestantes

Durante muitos anos, as comunidades protestantes da China sofreram uma grave falta de liberdade religiosa, muitas vezes sob a forma de perseguição selvagem. Este ano, o Governo teve mão ainda mais pesada do que o habitual, temendo que os encontros descontrolados dos protestantes pudessem ser a semente para a ‘Primavera Árabe’ chinesa. De facto, ao longo do ano, as autoridades de Pequim tiveram receio de que os distúrbios que arrasaram o norte de África e o Médio Oriente pudessem chegar à China.

Pensa-se que os protestantes do país sejam entre 50 a 80 milhões, de acordo com as estimativas mais optimistas. A maior parte deles prefere ficar longe das comunidades oficiais controladas pelo Governo. Numa tentativa de dificultar o seu crescimento, as autoridades proibiram todos os encontros entre protestantes e chineses estrangeiros. Além disso, encerraram muitos edifícios usados pelos protestantes, destruíram as suas igrejas e ameaçaram senhorios que pudessem arrendar-lhes os seus espaços. E também detiveram crentes protestantes em grande número.

Mesmo assim, os protestantes resistiram resolutamente aos abusos e encerramentos, pedindo em vez disso às autoridades que respeitassem os direitos tal como garantidos (teoricamente) na Constituição da China. Alguns foram ao ponto de se dirigir ao Parlamento chinês, o Congresso Nacional do Povo, para se expressarem sobre o que achavam ser uma injustiça.

Em Maio de 2011, um grupo de dezassete Igrejas protestantes anunciou uma petição dirigida a Wu Bangguo, membro do Politburo e presidente do Parlamento. Esta foi a primeira vez que tantos grupos cristãos apresentaram uma petição pública ao Governo. Nela afirmaram: “Durante sessenta anos, o direito à liberdade religiosa garantido pela Constituição aos cristãos do país não foi posto em prática.” A petição não só pedia respeito pela liberdade religiosa, de acordo com os princípios da Constituição, como também pedia ao Congresso do Povo que adoptasse uma lei que garantisse a liberdade religiosa, em vez de deixar a questão a regulamentações que os governos provinciais podem usar e abusar.

²⁵ UCAN, 25 de Maio de 2011

As Igrejas também deploraram as políticas violentas que levaram ao longo dos anos ao encerramento das igrejas “clandestinas” e “domésticas” e à destruição dos seus edifícios. A petição acusou igualmente a China de não respeitar a cláusula da liberdade religiosa da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual Pequim é oficialmente signatária. “A liberdade religiosa”, diz a Declaração, “inclui a liberdade de reunião, associação, expressão, educação e evangelização”.

Os líderes das Igrejas clandestinas insistem que são cristãos e cidadãos de pleno direito, e que “amam o seu país” e desejam muito “rezar pelo Governo” e pela China, que está a assumir um papel cada vez mais importante e responsável na comunidade internacional.²⁶

Proibição de viajar

A 18 de Janeiro, as autoridades impediram Wang Yi, um conhecido cristão na clandestinidade, de embarcar num avião em Chengdu (Sichuan) com destino a Hong Kong, onde deveria dar uma palestra sobre a organização e desenvolvimento das Igrejas Evangélicas.

Wang, que defendeu os direitos humanos e organizou diversas igrejas domésticas, estava com três outros cristãos quando foi detido. Os seus colegas foram libertados umas horas depois e conseguiram chegar a Hong Kong. Wang também acabou por ser libertado, mas quando tentou chegar ao aeroporto foi novamente detido e levado para a esquadra. A polícia de Chengdu alegou que o líder cristão não estava preso, mas não conseguiu dizer porque é ele estava a ser detido.²⁷

Violência contra lugares de culto e pessoas

A 23 de Fevereiro, a polícia de Yangdang, na província central de Hubei, destruiu um centro cristão legal. Quando invadiram o local, os membros do centro estavam a estudar os regulamentos do Gabinete para os Assuntos Religiosos. Um grupo de mais de 180 polícias, liderados pelos chefes da polícia local e pelo Gabinete para os Assuntos Religiosos, comandou a operação. Usaram gás lacrimogénio, espancaram os presentes, incluindo duas mulheres (uma delas idosa) e partiram o equipamento do centro.

De acordo com testemunhas oculares, apesar dos pedidos insistentes dos que ficaram feridos no incidente, nenhum deles foi “levado para hospital para tratar as suas feridas”. Em vez disso, “vários cristãos foram algemados e espancados com brutalidade”.²⁸

No início de Abril, as autoridades locais em Guangzhou (Guangdong) obrigaram a igreja de Tianyun, que tem uma congregação com cerca de 200 membros, a cessar todas as suas actividades religiosas.

Outra igreja, em Rongguili, que tem uma congregação de 4.000 membros, também se encontrou numa situação difícil quando a cidade obrigou o dono do terreno no qual a igreja se localizava a revogar o contrato de arrendamento.²⁹

Em Junho, membros da Igreja da Aliança de Todas as Nações em Shanghai e membros da Igreja Liangren em Guangzhou juntaram-se nas ruas para rezar, em protesto contra a sua expulsão das instalações que estavam a arrendar.³⁰

²⁶ *AsiaNews.it*, 13 de Maio de 2011

²⁷ *Radio Free Asia*, 19 de Janeiro de 2011

²⁸ *China Aid*, 22 de Março de 2011

²⁹ *AsiaNews.it*, 1 de Abril de 2011

³⁰ *AsiaNews.it*, 22 de Junho de 2011

O escritor dissidente Yu Jie fugiu para os Estados Unidos com a sua mulher e o seu filho de 3 anos. Yu receava pela sua segurança e da sua família, após receber ameaças das autoridades por causa das suas críticas intrépidas à liderança do partido comunista.

Yu, de 38 anos, é autor de um grande livro, *China's Best Actor: Wen Jiabao* [O Melhor Actor da China: Wen Jiabao], no qual critica o actual primeiro-ministro da China, acusando-o de hipocrisia, de projectar a imagem de um “avô bondoso”, quando de facto sempre perseguiu o poder enquanto tentava limitar riscos e evitar o conflito político. Proibido na China continental, o livro foi publicado em Hong Kong, onde teve sucesso comercial.

Quando estava em Pequim, Yu também liderou uma comunidade protestante clandestina que não foi autorizada a prestar culto. “Até me tiraram a liberdade de publicar no estrangeiro. Senti que, como escritor e como cristão, já não tinha liberdade para me expressar e para praticar a minha religião. Por isso, escolhi vir para os Estados Unidos, onde posso viver livremente”, explicou.

Yu chegou aos Estados Unidos a 12 de Janeiro de 2012, como convidado de uma comunidade cristã da Virgínia. Contudo, jurou continuar a escrever e trabalhar pelos seus amigos e “não vai desiludi-los”³¹.

A comunidade de Shouwang

Em Abril, a Igreja de Shouwang, a maior comunidade protestante de Pequim, com cerca de 1000 membros, sobretudo homens de negócios e professores, foi notícia de primeira página.

A 1 de Abril, o Governo disse ao proprietário do local onde os membros se encontravam para prestar culto que cancelasse o contrato de arrendamento. O local propriamente dito é um grande cenário para filmes que foi transformado num salão de encontros e num local de culto.

Esta não é a primeira vez que Igreja de Shouwang é assediada. Nos últimos anos, as autoridades ameaçaram os seus membros em diversas ocasiões, forçando-os a mudar de local de encontro mais de vinte vezes.

Em Novembro de 2009, quando a Igreja foi forçada a sair uma vez mais, os membros tiveram que se encontrar num parque durante duas semanas para celebrar a missa dominical.

A Igreja comprou 1.500 m2 num edifício comercial por 27 milhões de yuans. Apesar de receber o dinheiro, o proprietário recusou-se a dar as chaves do lugar aos representantes da Igreja depois de ser pressionado pelas autoridades.

Uns meses antes, a comunidade tinha sido despejada de um espaço de restauração depois de o Governo ter dito ao proprietário que não o arrendasse aos cristãos.

A Igreja entregou um pedido de registo em 2006, mas ainda não obteve resposta por parte das autoridades.

Depois da última expulsão, o Reverendo Jin Tianming disse que ele e os membros da sua congregação teriam de encontrar-se novamente num parque. Contudo, segundo a lei chinesa, os encontros não autorizados não são permitidos. Mas, para o Reverendo Jin, “Não temos outra escolha. Vamos enfrentar as consequências da nossa decisão.”

³¹ *Radio Free Asia*, 12 de Janeiro de 2012

No domingo 10 de Abril, a comunidade reuniu em público no bairro de Haidian (a norte de Pequim) para celebrar a liturgia. Quando a polícia chegou, detiveram cerca de 200 membros da congregação.

Um dia antes, o Reverendo Jin Tianming e quatro outros pastores da comunidade também tinham sido detidos. A maior parte deles acabou por ser libertada com um aviso para não ir mais à Igreja Shouwang.³²

Uma semana mais tarde, a 17 de Abril, a polícia prendeu os líderes e deteve cerca de cinquenta membros da comunidade Shouwang, novamente para impedi-los de celebrar missa ao ar livre. No dia anterior, a polícia deteve o Reverendo Jin Tianming. Foi interrogado durante doze horas e mantido na prisão durante a noite.

Também no mesmo dia, durante a noite, a polícia levou o Reverendo Li Xiaobai e a sua mulher durante umas horas. Na manhã seguinte, fizeram o mesmo ao Reverendo Zhang Xiaofeng. Tanto Li como Jin foram colocados em prisão domiciliária.³³

A comunidade colocou uma mensagem *online*, apelando aos fiéis para celebrarem a Semana Santa em público, apesar da possibilidade de detenção. Quando as pessoas começaram a chegar ao local escolhido, a polícia procedeu à sua detenção antes do início da cerimónia.³⁴

A 1 de Maio, mais trinta membros da Igreja Shouwang foram parar à prisão, ao mesmo tempo que dezenas de outros membros foram colocados em prisão domiciliária. A polícia deteve as pessoas assim que elas chegaram e levou-as para a prisão por uma ou duas noites. Também impediram três jornalistas da *Al-Jazeera* de chegar à zona e ficaram com as suas cassetes vídeo.³⁵

A 7 de Maio, mais quinze membros da congregação foram presos quando tentavam realizar uma celebração litúrgica num parque público em Zhongguancun (Haidian). Como de costume, a polícia deteve as pessoas e prendeu-as durante alguns dias antes de as libertar. Quando foram libertados, alguns fiéis disseram que estavam “felizes” por terem conseguido rezar e cantar hinos na prisão, “proclamando o Evangelho aos guardas prisionais”.³⁶

A 15 de Maio, pela sexta vez consecutiva, a polícia, em grande número, deteve treze membros da congregação Shouwang assim que eles tentaram rezar numa praça na zona do mercado de Zhongguancun.

Dias antes, a Igreja de Shouwang queixou-se que dez membros da sua congregação foram despedidos porque se tinham recusado a deixar a comunidade.

Os proprietários despejaram mais trinta membros das suas casas perante a pressão das autoridades.³⁷

A 22 de Maio, mais membros da comunidade foram detidos, incluindo uma mulher com cerca de 80 anos e uma criança de 2 anos. Ambas foram libertadas passadas umas horas. Os outros ficaram na prisão durante mais uns dias.³⁸

³² *China Aid*, 16 de Abril de 2011

³³ *AsiaNews.it*, 18 de Abril de 2011

³⁴ *AsiaNews.it*, 20 de Abril de 2011

³⁵ *AsiaNews.it*, 2 de Maio de 2011

³⁶ *AsiaNews.it*, 8 de Maio de 2011

³⁷ *AsiaNews.it*, 16 de Maio de 2011

³⁸ *AsiaNews.it*, 23 de Maio de 2011

A 5 de Junho, a polícia prendeu mais vinte membros da Igreja de Shouwang, quando tentaram rezar juntos numa praça.

Antes de 4 de Junho, o aniversário do massacre de 1989 na Praça de Tiananmen, a polícia convocou dezenas de cristãos como advertência. Outros foram colocados em prisão domiciliária durante vários dias para prevenir protestos ou orações públicas.

A polícia foi ao ponto de ameaçar fazer com que alguns dos membros da Igreja fossem despedidos dos seus empregos. Por causa disso, quatro líderes da Igreja, incluindo um pastor e dois diáconos, desinteressaram-se da decisão de se encontrarem na praça para rezar.³⁹

No domingo 19 de Junho, a polícia prendeu mais quinze cristãos de Shouwang (dezasseis de acordo com outras fontes) quando tentaram realizar uma oração na Praça Zhongguancun de Pequim.

O Movimento Três Autonomias (MTT), a entidade governamental oficial que supervisiona os protestantes chineses, enviou representantes às esquadras para ajudar os polícias a “educar” e “avisar” os cristãos detidos, e impeli-los a aderirem à Igreja oficial. Contudo, para os protestantes clandestinos, a MTT “serve o Partido e não a Deus”.

Dois dos detidos não foram libertados. Os outros foram enviados para diversas esquadras para serem interrogados. Depois de receberem um aviso, foram libertados passadas umas horas. Os interrogadores tentaram envolver os detidos em questões teológicas, de modo a questionar se as acções da Igreja de Shouwang obedeciam à fé cristã.⁴⁰

Detenções

A 13 de Março, doze protestantes na clandestinidade reuniram-se em casa de Weng Zemei, na aldeia de Maan (condado de Baihe, Shaanxi), para rezar. O chefe da polícia local, Xia Huashan, acompanhado de dois agentes, interrompeu a oração e prendeu os doze membros da pequena comunidade. Dez foram libertados imediatamente, mas dois foram mantidos na prisão: o dono da casa, Weng, e Zhang Yongkang. A polícia também apreendeu todas as Bíblias e livros religiosos encontrados no local.⁴¹

Às 10 horas da manhã do dia 26 de Julho, a polícia chinesa deteve vinte e um líderes protestantes na clandestinidade, acusando-os de “usarem uma organização religiosa para minar a lei nacional”.

De acordo com fontes locais, dezenas de polícias interromperam um encontro religioso na cidade de Wuhai, na Mongólia Interior. Os pastores locais e os sacerdotes seus colegas de Shizuishan, na província de Ningxia, também se encontravam no encontro. Os líderes cristãos estavam a reunir para planear as actividades das respectivas Igrejas. A polícia deteve todos e apreendeu tudo o que encontrou: Bíblias e mesmo esteiras de bambu sobre as quais os presentes estavam sentados. Os prisioneiros foram levados para o Centro de Detenção de Wuhai. Depois de uma visita médica, seis foram libertados devido a problemas de saúde. No entanto, em clara violação da lei, a polícia não informou as famílias sobre as detenções e não preencheu os impressos apropriados.

Em vez disso, a polícia chegou mesmo a extorquir dinheiro das famílias dos líderes cristãos. Depois de manter os prisioneiros detidos durante quinze dias, a polícia visitou as

³⁹ *AsiaNews.it*, 6 de Junho de 2011

⁴⁰ *Radio Free Asia*, 22 de Junho de 2011

⁴¹ *AsiaNews.it*, 24 de Março de 2011

suas famílias para exigir o pagamento de 50.000 yuans (cerca de 7.800 dólares americanos) pela sua libertação. Depois de o dinheiro ter sido angariado com grande esforço, o caso foi remetido ao Gabinete de Segurança Pública. No Gabinete, um representante do Governo exigiu mais dezenas de milhares de yuans das famílias para libertar os detidos, ameaçando enviá-los para campos de trabalhos forçados ou acusá-los de crimes mais graves, caso não pagassem.⁴²

A 2 de Janeiro de 2012, Pequim reconheceu pela primeira vez em vinte meses que Gao Zhisheng, um advogado, estava a ser mantido na prisão na província ocidental de Xinjiang. Tinha sido detido em Fevereiro de 2009 e não se tinha ouvido falar dele desde então. Gao era um cristão que tinha trabalhado de graça em nome dos membros de minorias sociais e religiosas na China.

A confirmação da sua detenção chegou quando o seu irmão, Gao Zhiyi, foi informado. De acordo com este, Zhisheng estava provavelmente na prisão de Shaya. Contudo, a prisão não podia ser contactada por telefone, e o Gabinete de Segurança Pública do Condado de Shaya afirmou que não tinha nenhuma informação sobre o caso.

Em Dezembro, a agência noticiosa oficial da China, *Xinhua*, confirmou que Gao tinha sido novamente detido “por violar os termos da sua liberdade condicional”. No entanto, não deu quaisquer esclarecimentos adicionais sobre o caso. Ao enviá-lo para Xinjiang, uma província remota e inacessível, ficou claro que as autoridades queriam impedir quaisquer visitas ao prisioneiro.

Gao Zhisheng é um dos dissidentes mais respeitados na China. Membro do partido, teve uma carreira brilhante como advogado e foi considerado um dos dez melhores advogados da China. No entanto, quando se converteu ao Cristianismo, decidiu dedicar-se a defender todos os que são acusados de crimes inventados sempre que exigem liberdade religiosa, democracia e justiça.⁴³

Tortura

Detido pela polícia a 19 de Fevereiro, Jiang Tianyong, um advogado cristão dissidente, foi sujeito a dois meses de abusos, ameaças e tortura. O seu “crime” foi a decisão de defender o direito dos cristãos à liberdade religiosa e os direitos dos activistas pró-democracia, das pessoas que vivem com sida e dos membros do Falung Gong.

Jiang Tianyong disse que, após a sua detenção, foi levado para um lugar desconhecido onde foi espancado durante dois dias seguidos. Depois disso, foi forçado a ficar de pé durante quinze horas enquanto era sujeito a um interrogatório por parte das forças de segurança. Sempre que “errava” ou respondia “não sei”, era também ameaçado e humilhado.

Num tom arrogante, os seus algozes disseram-lhe: “Aqui podemos fazer as coisas de acordo com a lei. E também podemos não fazer as coisas de acordo com a lei, porque estamos autorizados a não fazer as coisas de acordo com a lei.”

Uma noite, quando foi pontapeado e esmurrado, perguntou ao seu acusador: “Eu sou um ser humano, você é um ser humano. Porque é que está a fazer uma coisa tão desumana?” Enfurecido, o homem atirou Jiang ao chão e gritou: “Você não é um ser humano!”

⁴² *China Aid*, 24 de Agosto de 2011

⁴³ *AsiaNews.it*, 2 de Janeiro de 2012

Jiang foi libertado sessenta dias mais tarde depois de ter assinado oito promessas. Se alguma delas for quebrada, foi avisado de que iriam prendê-lo a ele e à sua mulher. Uma das promessas que foi forçado a fazer foi informar o Gabinete de Segurança sobre todas as pessoas com quem se encontrou e as questões que discutiu.⁴⁴

Condenações

Em Julho, o Reverendo Shi Enhao, vice-presidente da Aliança da Igreja Doméstica Chinesa (AIDC), foi condenado na cidade de Suqian (Jiangsu) a dois anos de reeducação através do trabalho (*laogai*), que é a forma como os trabalhos forçados são conhecidos. A polícia tinha detido Shi a 31 de Março e manteve-o preso durante doze dias e novamente a 21 de Junho, por suspeita de “usar a superstição para minar o processo da lei”. Ser enviado para um campo *laogai* é uma forma de detenção administrativa que pode ser imposta sem julgamento ou a assistência de um advogado.

A AIDC é uma das maiores Igrejas Domésticas da China, com muitos milhares de membros. Nos meses que precederam a condenação do reverendo, os serviços de segurança pública tinham ordenado que a Igreja suspendesse os seus encontros. E também apreenderam viaturas, instrumentos musicais e 140.000 yuans (22.000 dólares americanos) em donativos que pertenciam à Igreja. A polícia ameaçou igualmente as três filhas de Shi e os seus maridos.⁴⁵ Por razões desconhecidas, o Reverendo Shi Enhao foi libertado no início de 2012, embora tenha sido condenado a pelo menos mais um ano de prisão.⁴⁶

Muçulmanos

Para os muçulmanos chineses, 2011 foi um ano de ainda maior repressão, sobretudo nas regiões de Xinjiang e Ningxia, onde vivem importantes comunidades muçulmanas.

Durante décadas, os muçulmanos uigures de Xinjiang foram suspeitos de separatismo, de quererem ser independentes da China e de criarem um Turquestão Leste independente. Por causa disto, foram acusados de “terrorismo”. Pequim também alegou que eles estão ligados à rede da al-Qaeda. Na realidade, os uigures querem mais autogoverno económico e político para Xinjiang, que é cada vez mais colonizada pela etnia chinesa han, que já se tornou na maioria na província.

Dada a situação, a China impôs há algum tempo controlos apertados às mesquitas, às escolas e às famílias, incluindo uma proibição de dar educação religiosa a menores de 18 anos. Além disso, as autoridades chinesas são rápidas a aplicar a pena de morte a qualquer pessoa que possa minar a ordem social.

A repressão deste ano, que piorou, deve-se ao receio de Pequim de que possam emergir na China movimentos inspirados na Primavera Árabe. Por esta razão, tomou “medidas repressivas novas e violentas” em Março de 2011.

Para o líder uigure Rebiya Kadeer, sedado nos Estados Unidos, “Embora a China tenha mudado a sua tática, não mudou os seus ataques às crenças religiosas do povo uigure, às suas identidades culturais, liberdade de expressão e vida económica, que

⁴⁴ *South China Morning Post*, 14 de Setembro de 2011

⁴⁵ *Compass Direct News*, 29 de Junho de 2011

⁴⁶ *AsiaNews.it*, 25 de Janeiro de 2012

são fundamentais para o projecto do Governo chinês de fazer uma assimilação rápida do nosso povo na China.”⁴⁷

Na abordagem ao Ramadão, a China decidiu atacar “as actividades religiosas ilegais”, ou seja, actividades que não estão sob o controlo do regime.

O aumento da repressão teve início após alguns protestos uigures terem acabado em tragédia. A 19 de Julho, um grupo de uigures tinha-se manifestado em Hotan contra detenções indiscriminadas e a apreensão forçada da sua terra. De acordo com fontes chinesas, os manifestantes tinham realizado uma “acção terrorista” quando incendiaram a esquadra de Hotan. Dois manifestantes, dois reféns e um polícia morreram no incidente. Por sua vez, o Congresso Uigur Mundial, sediado na Alemanha, afirmou que a polícia tinha disparado sobre protestantes pacíficos, matando vinte pessoas e ferindo outras setenta.⁴⁸

Ao levantar o espectro do terrorismo, a China conseguiu influenciar os seus vizinhos e obter a sua cooperação na violação dos direitos humanos e da liberdade religiosa. A 9 de Agosto, com a cumplicidade do Governo do Paquistão, cinco uigures que tinham passado a fronteira para o Paquistão foram reenviados para a China. A sua extradição seguiu-se a distúrbios e “acções terroristas” que foram relatados em Kashgar e Hotan.

Algemados e com um capuz na cabeça, os cinco uigures foram trazidos pelas autoridades paquistanesas para o aeroporto internacional Benazir Bhutto em Islamabad e colocados num voo das Linhas Aéreas da China do Sul com destino à China. Uma mulher, Manzokra Mamad, a sua jovem filha e o seu filho adolescente fizeram parte do grupo de cinco dissidentes.⁴⁹

Em 2011, a região de Ningxia, onde vivem muçulmanos hui com reputação de moderados, foi também palco de incidentes. A 30 de Dezembro, mais de 1000 polícias com equipamento anti-motim confrontaram os residentes da aldeia de Taoshan, perto da cidade de Hexi, que estavam a protestar contra a demolição da sua mesquita. Os representantes governamentais locais alegaram que o edifício tinha sido demolido porque era “uma estrutura ilegal”. Durante o confronto, cinquenta pessoas ficaram feridas e outras 100 foram detidas.⁵⁰

Budistas

Para os budistas, sobretudo os budistas tibetanos, 2011 vai ser lembrado como o ano em que o Dalai Lama desistiu do poder político para passar a desempenhar um papel exclusivamente espiritual. O passo espelhou o seu desejo de contrapor as acusações chinesas de que era um “separatista”, um político que queria tornar o Tibete independente do resto da China. Em vez disso, o líder espiritual do Tibete tinha sempre insistido que as suas exigências se limitavam à autonomia cultural e religiosa para o seu povo no Tibete, em Sichuan e Qinghai.

Para a China, a decisão do Dalai Lama se demitir foi simplesmente um “truque” do seu grupo restrito. De facto, as autoridades chinesas continuam a acusar o líder espiritual chinês de conspirar para levar a região do Tibete à independência.⁵¹

⁴⁷ *AsiaNews.it*, 24 de Março de 2011

⁴⁸ *AsiaNews.it*, 19 de Junho de 2011

⁴⁹ *Human Right Watch*, 1 de Setembro de 2011

⁵⁰ *Information Centre for human rights and democracy, Hong Kong*, 3 de Janeiro de 2012

⁵¹ *AsiaNews.it*, 11 de Março de 2011

A exigência de liberdade religiosa por parte dos budistas tibetanos é paralela à exigência de proteger a língua e a cultura tibetanas, que estão ameaçadas pela colonização han. Para alguns grupos tibetanos isso não é suficiente e eles exigem a independência do Tibete.

Este ano, as autoridades de Pequim reagiram às exigências tibetanas apertando os seus controlos nas três regiões com populações tibetanas significativas. Como parte dos seus ataques, detiveram monges e leigos, invadiram mosteiros e enviaram um grande número de pessoas para a prisão. E também não se refrearam de executar algumas.

A 16 de Março de 2011, o suicídio pelo fogo (auto-imolação) tornou-se na principal forma de protesto contra a ditadura da China e uma maneira de exigir o regresso do Dalai Lama.

Embora esta forma de acção directa se esteja a espalhar, não impediu a repressão. Pelo contrário, a China está cada vez mais a influenciar os seus vizinhos (a Índia e o Nepal) sobre a maneira de lidarem com os tibetanos. Cada vez mais, os tibetanos nestes países estão a ser privados dos seus direitos religiosos e políticos, à medida que os líderes vêem a sua influência reduzida.

Campanha de repressão no Tibete

Em Fevereiro de 2011, a China decidiu resolver o problema tibetano atacando o Dalai Lama e os seus seguidores. Num encontro sobre o desenvolvimento do Tibete e das regiões tibetanas, Jia Qinglin, um poderoso membro do Comité Permanente do Politburo, disse que o Governo comunista da China deve “renovar os seus esforços contra a influência do Dalai Lama” no Tibete. “É necessário”, disse, “melhorar as vidas dos tibetanos e tornar” o Tibete “numa região mais segura”. Acrescentou que a situação deve ser tratada com cuidado, mas que “o grupo restrito do Dalai Lama tem de ser travado antes que cause mais danos”.⁵²

Temendo mais manifestações no Ano Novo tibetano, a China declarou no início de Março que o Tibete estava proibido aos turistas e aos jornalistas, que podiam ter sido testemunhas desagradáveis de episódios de repressão.⁵³ O Tibete permaneceu proibido aos turistas até ao final de Julho, provavelmente para evitar distúrbios relacionados com o 1 de Julho, o dia em que todo o país celebrou o 90.º aniversário da fundação do Partido Comunista Chinês.⁵⁴

Auto-imolações

A 16 de Março, Phuntsok, um monge de 21 anos do mosteiro de Kirti (condado de Ngaba), morreu após ter-se auto-imolado. Realizou este acto para comemorar os protestos que irromperam a 16 de Março de 2008 (meses antes dos Jogos Olímpicos de Pequim). Na altura, os soldados chineses tinham disparado sobre manifestantes desarmados, matando pelo menos treze perto do mosteiro e mais 200 em todo o Tibete. A polícia e alguns transeuntes tentaram apagar as chamas que engoliram o corpo de Phuntsok, mas acabou por surgir uma disputa entre as pessoas no local e a polícia que queria retirar o corpo.

Usando barras de metal, os polícias bateram nas pessoas, detendo várias. No decurso do seu ataque, a polícia também forçou as lojas a encerrarem. Os monges de

⁵² *AsiaNews.it*, 26 de Fevereiro de 2011

⁵³ *AsiaNews.it*, 8 de Março de 2011

⁵⁴ *AsiaNews.it*, 17 de Junho de 2011

Kirti estavam entre as pessoas detidas e levadas para diferentes esquadras de polícia. O abade do mosteiro de Kirti e outros líderes conseguiram que as autoridades libertassem sete monges, alguns dos quais já tinham sido detidos anteriormente.

Desde o dia do sacrifício de Phuntsok, o mosteiro de Kirti (onde vivem mais de 2.500 monges) tem estado cercado pela polícia. Os monges não foram autorizados a deixar o espaço, nem foram autorizados a receber alimentos de fora.⁵⁵ Desde o início de Abril, agentes policiais patrulham o espaço do mosteiro, impedindo os monges mais idosos de realizarem o ritual *kora* à volta do mosteiro. Também criaram postos de observação e plataformas para guardas.

De acordo com o Centro Tibetano para os Direitos Humanos e a Democracia (TCHRD), mais de trinta e três pessoas foram detidas, vinte e quatro das quais ainda não foram libertadas (oito monges e 16 leigos).⁵⁶

Às 12h30 de 15 de Agosto, Tsewang Norbu, um monge de 29 anos, também conhecido como Norko, imolou-se pelo fogo na ponte Chume (Binghelu em chinês), no centro da cidade de Tawu (Daofu em chinês), na prefeitura autónoma de Kandze (Gandze em chinês), Sichuan. De acordo com testemunhas, Tsewang bebeu gasolina, regou as suas roupas e incendiou-se, gritando “Nós, tibetanos, queremos liberdade”, “Viva o Dalai Lama” e “Deixem o Dalai Lama regressar ao Tibete”.⁵⁷

Às 14 horas de 3 de Outubro, um jovem monge tibetano do mosteiro de Kirti incendiou-se no mercado de legumes da cidade de Ngaba, Sichuan. À medida que ardia, Kalsang segurava a imagem do Dalai Lama e exigia direitos e liberdade religiosa no Tibete. A polícia apagou as chamas, mas o estado do jovem monge de Kirti ainda é desconhecido.

Nos meses anteriores, começando em Março, oito outros monges de Kirti imolaram-se pelo fogo. Com início em Março, a polícia chinesa tomou controlo do mosteiro, isolando-o da zona circundante.⁵⁸

Ao meio dia de 15 de Outubro, Norbu Dramdul, um monge tibetano de 19 anos, incendiou-se em Ngaba (Sichuan), gritando “Liberdade para o Tibete” e “Deixem o Dalai Lama voltar”. A polícia atirou água às chamas. Também espancou gravemente o monge e levou-o num carro, segundo testemunhas oculares. Não se sabe nada sobre o seu estado. Dramdul era um monge do mosteiro de Kirti.⁵⁹

A 18 de Outubro, o Governo tibetano no exílio anunciou que uma religiosa budista de 20 anos de idade, Tenzin Wagmo, se imolou pelo fogo para exigir liberdade para o Tibete e o regresso de Dalai Lama. O seu acto de sacrifício foi confirmado pelo mosteiro de Kirti (para homens) no exílio, do qual provêm muitos outros mártires religiosos. Tenzin foi a nona pessoa a auto-imolar-se desde Março, mas foi a primeira mulher a fazê-lo. Fontes do Governo tibetano no exílio disseram que a religiosa se incendiou perto do seu mosteiro, o convento de religiosas de Mamae Dechen Choekhorling, a cerca de 3 km da cidade de Ngaba (Sichuan).

O comunicado de imprensa do Governo dizia que, envolvida em chamas, a religiosa cambaleou na rua cantando e gritando *slogans* contra os chineses e a favor de um Tibete

⁵⁵ *AsiaNews.it*, 17 de Março de 2011

⁵⁶ *AsiaNews.it*, 12 de Abril de 2011

⁵⁷ *Reuters*, 15 de Agosto de 2011

⁵⁸ *Radio Free Asia*, 3 de Outubro de 2011

⁵⁹ *AsiaNews.it*, 17 de Outubro de 2011

livre e do regresso do Dalai Lama. Apesar da proibição da polícia, o seu corpo foi levado para o convento para um velório. A tensão em torno do convento Mamae, o maior na área, com 350 religiosas, manteve-se elevada.⁶⁰

A 26 de Outubro, a Rádio *Free Asia*, citando fontes locais, relatou que em Sichuan, um monge tibetano se tinha imolado pelo fogo com querosene, em protesto contra a opressão chinesa, gritando “Viva o Dalai Lama!” O seu nome era Dawa Tsering e tinha 31 anos. Auto-imolou-se em frente ao mosteiro de Kardze (Ganzi em chinês) depois de ter gritado para os outros monges que se mantivessem unidos contra o Governo de Pequim. Outros monges que estavam presentes disseram que o ouviram gritar “Viva o Dalai Lama!”

Os monges conseguiram retirar Dawa Tsering das chamas e levá-lo para um hospital de Kardze, seguidos pela polícia. As forças de segurança chegaram ao hospital em grande número e isolaram-no do exterior. Um monge no hospital disse que Dawa Tsering recusou todos os tratamentos, que o seu rosto e o seu corpo tinham sofrido grandes queimaduras, e que estava todo enfaixado. Disse também que pediu ao pessoal do hospital que o deixasse morrer.⁶¹

A 1 de Dezembro, um antigo monge tibetano foi levado para o hospital depois de se incendiar. O incidente ocorreu em Khamar, uma área em Chamdo (Ghangu em chinês), perto do mosteiro de Karma. O homem de 46 anos, Tenzin Phuntsog, gritou *slogans* e atirou panfletos para o ar antes de se auto-imolar e o seu gesto foi o primeiro deste tipo na região autónoma do Tibete. Todos os casos anteriores ocorreram em Sichuan.

De acordo com fontes tibetanas exiladas na Índia, que estiveram em contacto com os habitantes locais, “o antigo monge estava profundamente perturbado e frustrado com a imposição de restrições no mosteiro de Karma e o encarceramento de muitos monges. [...] Entre as autoridades chinesas”, alguém “falou sobre a possibilidade de encerrar o mosteiro”. Phuntsog ficou muito abalado por causa desta ameaça e falou frequentemente sobre isso em público.⁶²

Mortes suspeitas

Chadrel Jampa Trinley Rinpoche, o abade que presidia à comissão encarregada de reconhecer o 11.º Panchen Lama, morreu aparentemente por veneno que lhe foi administrado pelos agentes do regime chinês que o tinham detido desde 1995. Enquanto enviado do Dalai Lama para o Tibete, reconheceu um rapazinho, Gedhun Choekyi Nyima, como o Panchen renascido, o segundo mais alto líder espiritual no Budismo tibetano. Depois desta detenção, foi condenado a seis anos de trabalhos forçados e três anos na prisão. Após a sua libertação, foi colocado em prisão domiciliária.

A 17 de Maio de 1995, Chadrel Jampa Trinley Rinpoche e Jangpa Chung-la foram detidos no aeroporto de Chengdu. Os dois eram respectivamente presidente e secretário da comissão para a busca da reencarnação do Panchen Lama, a segunda mais alta função espiritual no Budismo tibetano. Os dois foram acusados de “ameaçar a segurança do Estado” e “divulgar segredos nacionais”. Foram condenados em 1997 após dois anos

⁶⁰ *AsiaNews.it*, 18 de Outubro de 2011

⁶¹ *Radio Free Asia*, 25 de Outubro de 2011

⁶² *AsiaNews.it*, 2 de Dezembro de 2011

de trabalhos forçados. Depois de uma longa doença, Chung-la morreu em Novembro de 2010 por falta de tratamento médico enquanto estava em prisão domiciliária.⁶³

Detenções

As autoridades chinesas continuaram a deter inúmeras pessoas. Seguem-se relatos de alguns dos casos mais importantes.

A 5 de Fevereiro, surgiram relatos de que Kalsang Tsultrim, mais conhecido como Gyitsang Takmig, tinha sido detido em Dezembro de 2010. É conhecido pelo seu trabalho de preservação da língua e cultura tibetanas.⁶⁴

A 19 de Maio, Gatsetsang Lobsang Choephel, um jovem monge do mosteiro de Kirti, foi detido porque se recusou a submeter-se a ordens emitidas pela polícia chinesa. Durante mais de um mês, a polícia manteve o mosteiro sob controlo, impedindo as pessoas de entrarem ou saírem. Todos os monges foram sujeitos a “reeducação patriótica”. Qualquer pessoa que se recusasse a colaborar ou a declarar a sua lealdade à “pátria chinesa” era detida e levada.

Antes de Lobsang Choephel, um natural da área de 27 anos, juntamente com dois outros monges, Lobsang Jinpa e Lobsang Dorjee, tinha sido levado e preso durante dez dias sem acusação formal.

Surgiram relatos sobre frequentes detenções de monges, mas dadas as medidas de segurança apertadas, poucas notícias passam para fora.

A 21 de Abril, os militares levaram consigo cerca de 300 monges. Apenas vinte e quatro acabaram por ser autorizados a regressar às suas famílias no condado de Golok Chigdril (Qinghai) algumas semanas mais tarde. Não se sabe nada sobre o destino dos outros.⁶⁵

A 23 de Junho, a polícia chinesa deteve mais sessenta tibetanos em Kardze (Ganzi em chinês), no sudoeste da província de Sichuan. Os monges e os residentes locais “estavam a manifestar-se pela independência do Tibete, o regresso do Dalai Lama ao Tibete, a liberdade religiosa e a libertação dos monges já detidos”. Pequim tinha aumentado a segurança local a 6 de Junho, quando os protestos começaram.⁶⁶

A 12 de Julho, as autoridades comunistas na região autónoma do Tibete detiveram oito monges budistas que se tinham recusado a participar em actividades organizadas para marcar o 90.º aniversário da fundação do Partido Comunista Chinês (PCC). A população local também se tinha recusado a participar nas celebrações.

A polícia e alguns líderes políticos no condado de Nangchen tinham ido ao mosteiro de Surmang para informar os monges que tinham de participar num curso sobre ‘Educação Legal’. O “curso” foi-lhes imposto porque se tinham recusado a participar nas celebrações de 1 de Julho para marcar o aniversário da fundação do PCC.

Imediatamente após o anúncio das celebrações, oito monges – Karma Samten, Jigtak, Sherab, Gaya Tashi, Urgen Samten, Karma Soepa, Karma Monlam e Dosam – tinham-se ido embora, recusando-se a participar. Por essa razão, foram detidos e levados à força para a prisão do condado.⁶⁷

⁶³ *AsiaNews.it*, 25 de Novembro de 2011

⁶⁴ *Tchrd*, 6 de Fevereiro de 2011

⁶⁵ *Tchrd*, 27 de Maio de 2011

⁶⁶ *Radio Free Asia*, 25 de Junho de 2011

⁶⁷ *AsiaNews.it*, 14 de Julho de 2011

A 20 de Agosto, as autoridades chinesas detiveram um monte tibetano, Jigme Guri (Gyatso), enquanto estava alojado no Hotel Z-hong Yan na cidade de Tsoe (Hezhou em chinês), Kanlho, prefeitura autónoma tibetana, província de Gansu.

Fontes locais disseram que a polícia tinha feitos buscas intensas ao seu quarto no mosteiro, apreendendo um computador e diversos CDs. Acima de tudo, levaram cerca de trinta imagens do Dalai Lama (vinte grandes e dez pequenas) que Gyatso estava a guardar nas suas instalações. Outros monges estavam presentes na altura da sua detenção. A polícia não deu qualquer explicação para as suas acções.

Nascido numa família pobre na aldeia de Lhutang, Jigme Guri, de 44 anos, era membro do mosteiro de Labrang. Já tinha estado sob o escrutínio das autoridades chinesas em Março de 2008, quando o detiveram enquanto regressava do mercado local. Mantido numa prisão especial, foi torturado durante meses por suspeita de participar na sublevação de 2008 liderada pelos monges. Tinha duas detenções anteriores.⁶⁸

A 21 de Novembro, outro monge com o nome de Gyatso, de 42 anos, foi levado da sua cela e detido. Nascido na família de Ratsa, tornou-se monge quando ainda era muito jovem. Tinha dado aulas no mosteiro de Kirti (Sichuan) antes de este ter sido encerrado.

No mesmo dia, o Centro Tibetano para os Direitos Humanos e Democracia confirmou a detenção de mais um monge, Lobsang Gendun, de 48 anos, estudante no Kalachakra College em Kirti. A sua detenção ocorreu a meio de Outubro. Em ambos os casos, não foi dada nenhuma razão para as detenções.

Entretanto, a situação em Kirti e Ngaba permanece muito tensa. Pelo menos 200 polícias foram destacados permanentemente para monitorizar todos os movimentos.⁶⁹

Condenações

Em Março, Trulku Jangchub e Pesang, dois monges do mosteiro de Jophu, condado de Jomda, na prefeitura de Chamdo, foram condenados a três anos, e dois anos e meio de prisão respectivamente, por protestarem contra a apropriação de terrenos do mosteiro. No final de 2009, as autoridades chinesas decidiram ocupar terrenos do mosteiro de Jophu para “fins de desenvolvimento”. Os monges protestaram, insistindo que a escritura de propriedade dos terrenos datava de há muito tempo atrás. A sua reivindicação era apoiada por residentes locais.

Em Dezembro de 2009, a polícia deteve Trulku por ter liderado os protestos. Em Janeiro de 2011, Pesang foi preso pela mesma razão. De acordo com o Centro Tibetano para os Direitos Humanos e Democracia, os dois monges foram torturados na prisão. No caso de Pesang, teve de ser levado para o hospital.⁷⁰

Na primeira metade de Julho, pelo menos treze monges budistas foram detidos e enviados para a prisão. Dois deles, Sonam Choegyal e Sonam Nyima, ambos com 19 anos, foram condenados a três anos de prisão pelo seu papel nas manifestações do ano anterior. Não se sabe nada sobre o destino dos outros.⁷¹

A 2 de Julho, um tribunal no condado de Kardze (Sichuan) condenou três religiosas do convento de Gyemadrak a três anos de prisão por gritarem *slogans* de apoio à independência do Tibete e ao Dalai Lama. As religiosas, Jampa Choedon, de 31 anos;

⁶⁸ *AsiaNews.it*, 25 de Agosto de 2011

⁶⁹ *AsiaNews.it*, 26 de Novembro de 2011

⁷⁰ *AsiaNews.it*, 4 de Maio de 2011

⁷¹ *Tchrd*, 11 de Julho de 2011

Sheh Lhamo, de 21 anos; e Yangchen, de 28 anos, foram detidas a 15 de Junho de 2011 quando protestavam no mercado do condado de Kardze, gritando *slogans* do tipo “Libertem o Tibete”, “Devolvam o Dalai Lama ao Tibete” e “Viva o Dalai Lama”. Foram condenadas apenas uns dias antes de a China celebrar o 60.º aniversário da “libertação pacífica” do Tibete de 11 de Julho de 1951. Na mesma ocasião, Pequim publicou o Livro Branco no qual alegava que tinha trazido a paz e a prosperidade ao país.⁷²

A 15 de Julho, dois monges tibetanos foram condenados a três anos de prisão. Ambos eram do mosteiro de Kirti, um alvo importante da repressão chinesa. Os monges, Lobsang Khedup, de 36 anos, e Lobsang Gyatso, de 39 anos, tinham sido detidos em Maio de 2011 no mosteiro de Kirti, condado de Ngaba. A 21 de Abril de 2011, quando a polícia chinesa deteve um grande número de monges do mosteiro de Kirti, os dois monges, em conjunto com muitos dos seus confrades, reuniram no mosteiro, exigindo que a polícia os deixasse em liberdade ou os prendesse a todos.⁷³

No final de Julho, Dhonyoe Dorjee, outro monge do mosteiro de Kirti, foi condenado a três anos de prisão. Actualmente está na prisão de Mein-Yang, perto de Chengdu, Sichuan. Não se sabe nada sobre o seu julgamento, sobre o tribunal que o condenou, sobre quando é que ele foi julgado ou quais as acusações que lhe foram feitas. Dhonyoe Dorjee, de 34 anos, foi ordenado quando era muito jovem no mosteiro de Kirti, onde foi detido a 8 de Abril de 2011. Tem estado em isolamento desde então.⁷⁴

A 20 de Agosto, um tribunal de Kandze condenou Samphel Dhondup, um activista tibetano de 23 anos, a três anos de prisão por se ter manifestado no início de Julho, exigindo “Liberdade para o Tibete” e o “regresso do Dalai Lama”. No entanto, duas outras pessoas que tinham protestado com ele foram libertadas imediatamente após a detenção. A condenação de Samphel demonstra que a política de mão de ferro de Pequim para com o Tibete não revela sinais de abrandamento.

O Centro Tibetano para os Direitos Humanos e Democracia soube da sentença apenas a 1 de Setembro. Relatou que, antes das detenções, agentes de segurança pública tinham espancado violentamente três activistas que tinham estado a distribuir panfletos com as frases ‘Liberdade para o Tibete’, ‘Viva Sua Santidade o Dalai Lama’ e ‘Que o Dalai Lama e todos os tibetanos se possam unir em breve’.⁷⁵

A 29 de Agosto, Tsundue Lobsang, um monge tibetano que tentou ajudar o confrade monge Phuntsog a esconder-se foi condenado a onze anos de prisão por “homicídio intencional”, após um julgamento que durou um único dia. Na realidade, Tsundue tinha tentado ajudar Phuntsog, escondendo-o após ele ter-se imolado como forma de protesto e ter sido espancado pela polícia. Tsunde, de 46 anos e do mosteiro de Kirti (Ngaba, em Sichuan) tinha sido professor do seu sobrinho Phuntsog, que se imolou a 16 de Março. Tsunde ficou preso a partir de 12 de Abril. De facto, para muitos residentes tibetanos locais, Phuntsog não morreu por causa do fogo mas devido às feridas causadas pelos espancamentos.⁷⁶

⁷² Tchrd, 15 de Julho de 2011

⁷³ AsiaNews.it, 21 de Julho de 2011

⁷⁴ AsiaNews.it, 28 de Julho de 2011

⁷⁵ AsiaNews.it, 1 de Setembro de 2011

⁷⁶ AsiaNews.it, 30 de Agosto de 2011

A 30 de Agosto, após um julgamento de apenas umas horas, Tsering Tamding e Tenzini, dois monges do mosteiro de Kirti, foram condenados a treze e dez anos de prisão respectivamente por “conspirarem, instigarem e apoiarem” Phuntsog no seu protesto suicida de 16 de Março. Tinham estado detidos desde Maio.⁷⁷

Perto de 10 de Setembro, o Gabinete de Segurança Pública chinês da prefeitura de Ngaba condenou três outros monges do mosteiro de Kirti a três anos de reeducação em campos de trabalho. São eles Lobsang Dhargye, de 22 anos; Tsekho, de 30 anos; e Dorjee, de 16 anos. Alegadamente, ajudaram Phuntsog na sua auto-imolação a 16 de Março. Lobsang Dhargye é irmão de Phuntsog. Os três foram detidos a 12 de Abril.⁷⁸

No final de Dezembro, desafiando a repressão e ultrapassando o medo das consequências dos seus actos, cerca de 6.000 a 7.000 budistas saíram do Tibete pela Índia para participarem no Bhodigaya, uma grande celebração religiosa liderada pelo Dalai Lama. Embora as autoridades chinesas lhes tenham emitido vistos de viagem, centenas de peregrinos foram detidos no seu regresso e enviados para campos de reeducação através do trabalho.⁷⁹

Cerimónias canceladas

Em Maio, o Governo chinês interrompeu primeiro e proibiu totalmente depois o Nyung Ne (o ritual de jejum que os budistas praticam no mês de Saka Dawa) entre os monges e os fiéis no mosteiro de Drepung, um dos “três grandes” locais de culto do Tibete. O Saka Dawa é o momento mais importante para os seguidores do Budismo tibetano, porque celebra o nascimento, a iluminação e a morte de Buda. Durante o mês, monges, religiosas e crentes jejuam durante quinze dias em conjunto enquanto lêem textos sagrados e discutem religião.

Interrompido uma vez mais durante os distúrbios populares de 2008, o Nyung Ne foi novamente celebrado nos últimos anos, apesar de o ser de forma mais subjugada. Este ano, o mosteiro pediu repetidamente ao Governo regional autorização para realizar a sua celebração anual, em parte também para ajudar a região a regressar à sua vida normal. Como não receberam nenhuma resposta, grande parte dos fiéis vieram ao mosteiro a 30 de Maio, quando os monges preparavam as primeiras celebrações. De repente, a polícia local entrou por ali adentro e interrompeu tudo. Começaram a verificar a identidade de cada um e depois a enviá-los para casa, ainda que a maior parte fossem idosos e tivessem feito uma longa viagem para celebrar o Nyung Ne. Os monges protestaram encerrando as portas do mosteiro. Da sua parte, as autoridades destacaram cerca de sessenta agentes com equipamento anti-motim.⁸⁰

Encerramento de mosteiros

A 14 de Agosto, a polícia evacuou o convento de religiosas de Drepung, nos arredores de Lhasa. De acordo com fontes locais, a comunidade tinha assistido a um fluxo constante de novas vocações e isto tinha alarmado as autoridades, que encerraram o convento e enviaram todas as religiosas de volta aos distritos respectivos.

⁷⁷ *Tchrd*, 30 de Agosto de 2011

⁷⁸ *AsiaNews.it*, 20 de Agosto de 2011

⁷⁹ *Human Rights Watch*, 27 de Janeiro de 2012

⁸⁰ *Tchrd*, 1 de Junho de 2011

Da mesma forma, o destino de oitenta e cinco monges do antigo mosteiro de Tashi Lhunpu permanece desconhecido, após a sua detenção em Maio. No seguimento do encerramento do seu mosteiro em 1995, tinham conseguido manter uma forma comunitária de vida ajudando-se uns aos outros a encontrar trabalho como empregados de mesa, comerciantes e condutores, e dando apoio aos seus irmãos mais velhos. Apesar de pedidos insistentes das suas famílias, as autoridades não disseram onde é que eles estão detidos e porquê.⁸¹

Campanhas contra o Dalai Lama e o Karmapa Lama

A 10 de Março, o Dalai Lama prescindiu da sua autoridade temporal no âmbito do Governo tibetano no exílio, pedindo eleições democráticas para escolher o Parlamento e o Governo. Indo um pouco mais longe, sugeriu que qualquer futuro Dalai Lama, embora mantivesse o seu papel como líder espiritual, não deveria ser seleccionado através do reconhecimento da reencarnação, mas sim através de um processo segundo o qual as pessoas escolhessem o líder religioso entre os monges mais dedicados à sua missão. O Governo chinês descreveu a proposta como “um truque por parte do grupo próximo do Dalai Lama”, a quem acusou de querer “destruir a região do Tibete”.⁸²

No final de Janeiro, as autoridades indianas entraram no mosteiro de Gyuto, a residência oficial do Karmapa Lama, na cidade de Dharamsala, e também sede do Governo tibetano no exílio e residência do Dalai Lama. Dentro do mosteiro, a polícia apreendeu dinheiro indiano e estrangeiro calculado em cerca de 765.000 dólares americanos. O dinheiro estava escondido em seis malas encontradas no quarto do Shakti Lama, braço direito do 17.º Karmapa Lama (também conhecido como o ‘lama do chapéu preto’), que é visto por muitos como um possível candidato a liderar os tibetanos após a morte do actual Dalai Lama. A operação policial levou a especulações sobre o possível envolvimento do Karmapa. Algumas pessoas até o acusaram de trabalhar e espiar para a China.

O Karmapa Lama fugiu do Tibete para a Índia em 1999, após uma fuga corajosa a pé através dos Himalaias, até que chegou a Dharamsala, onde recebeu educação religiosa digna de alguém com o seu estatuto. Uma vez que o actual Panchen Lama, o escolhido por Pequim em 1995, não é grandemente apreciado entre os tibetanos, o Karmapa Lama poderá ser encarregado de reconhecer o novo Dalai Lama após a morte do que actualmente ocupa o posto.

Alguns analistas sugeriram que o escândalo envolvendo o Karmapa Lama estava relacionado com tentativas de reavivar conversações políticas e laços comerciais entre a Índia e a China.⁸³

Hong Kong

Embora faça parte da China desde 1997, Hong Kong é uma região administrativa especial, com um certo grau de autonomia em relação ao continente. No entanto, desde o seu regresso à China, viu a influência de Pequim aumentar pouco a pouco, à custa da liberdade dos seus habitantes, incluindo no campo da religião.

⁸¹ *AsiaNews.it*, 18 de Agosto de 2011

⁸² *Associated Press*, 10 de Março de 2011

⁸³ *AsiaNews.it*, 28 de Janeiro de 2011; 3 de Fevereiro de 2011; 18 de Maio de 2011

Educação nacional

O Governo de Hong Kong tem tentado controlar a educação no território. Foi feita uma proposta em 2011 (por sugestão de Pequim), em que todas as escolas da primária em diante ofereceriam “educação nacional” obrigatória, glorificando a cultura chinesa, e exaltando os grandes sucessos da China e o aumento do patriotismo do povo. Contudo, quando perguntaram como é que deveriam apresentar os acontecimentos em torno do massacre de Tiananmen (4 de Junho de 1989), as autoridades disseram: “ainda é muito cedo para falar sobre isso”.

Por causa destas ambiguidades, os grupos católicos e escolas privadas resistiram à proposta do Governo. Na opinião do Cardeal Joseph Zen Ze-kiun, Bispo Emérito de Hong Kong, “Os professores e alunos devem opor-se a este plano, que é demasiado vago e tende a incentivar um nacionalismo extremo. [...] O que é a educação nacional? O que é que se vai ensinar? Será que isto significa o apoio incondicional ao Partido Comunista?” Para muitos, incluindo membros do Governo de Hong Kong, estes cursos de educação nacional arriscam-se a ser uma forma de “lavagem cerebral dos mais novos”.⁸⁴

Novas entidades para controlar as escolas

A Diocese de Hong Kong perdeu a sua batalha pela liberdade educativa contra o Decreto sobre a Educação de 2004, que requer que as escolas financiadas pelo Governo criem comités de gestão integrados que supervisionem os programas administrativos e educativos. A lei dá diversos benefícios às escolas que implementem o decreto, por exemplo seguros para o pessoal escolar, maior flexibilidade para gerir os fundos escolares e um bónus financeiro anual de 350.000 dólares de Hong Kong (45.000 dólares americanos), mas isso também implica criar um Comité de Gestão Escolar interno separado das entidades financiadoras, ou seja, as próprias escolas.

O Governo insiste que esta medida vai permitir maior transparência e democracia, uma alegação que os administradores escolares, tanto católicos como protestantes, rejeitam, considerando uma interferência nos assuntos internos das suas instituições e uma forma de minar a liberdade educativa. Esses comités incluiriam não só pais e alunos, mas também pessoas de fora do sistema escolar escolhidas pelo Governo que poderiam mudar a orientação educativa destas escolas independentes.

A 14 de Outubro, o Supremo Tribunal de Hong Kong rejeitou o recurso apresentado pela diocese contra a necessidade de introduzir um comité organizador na gestão da escola. Os líderes das comunidades anglicana e metodista manifestaram-se igualmente contra a decisão do Supremo Tribunal. Também eles estão preocupados com a interferência do Governo (e da China) na educação cristã.

Campanha contra o Cardeal Zen

O Cardeal Joseph Zen foi alvo de uma campanha dos meios de comunicação concebida para minar o seu estatuto como defensor dos direitos humanos e da liberdade religiosa em Hong Kong e na China. Após a decisão do Supremo Tribunal sobre as escolas, o Cardeal Zen entrou em greve de fome durante três dias. “Quero destacar a decisão errada do Supremo Tribunal”, disse. É “uma grande injustiça para a Igreja e para o território de

⁸⁴ *AsiaNews.it*, 26 de Setembro de 2011

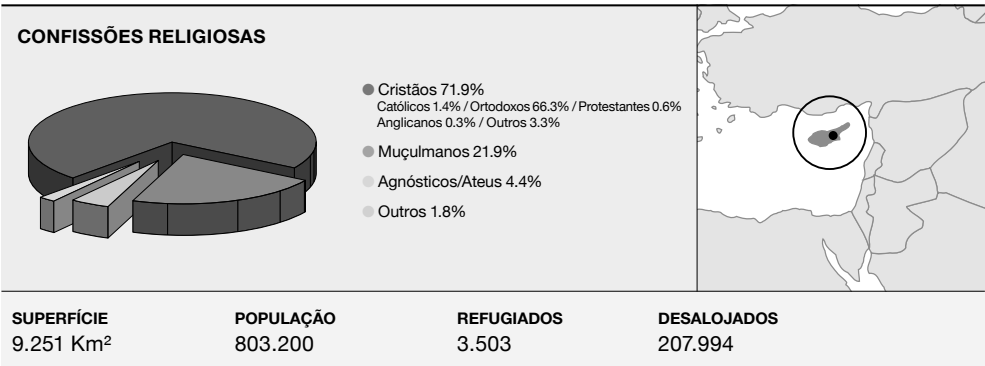
Hong Kong e [...] ameaça destruir o sistema educativo da área, considerado como um dos melhores na região, com grande qualidade e eficácia”.

Precisamente no início do seu jejum, alguns blogues começaram a colocar informação alegando revelar a quantidade de donativos que o Cardeal Zen tinha recebido nos últimos anos, cerca de 3.000.000 dólares de Hong Kong por ano (aproximadamente 385.000 dólares americanos). Os donativos eram alegadamente feitos por um magnata, Jimmy Lai, convertido ao Catolicismo e apoiante da democracia em Hong Kong e na China. Embora a informação não acuse ninguém directamente, procura espalhar a suspeita de que o Cardeal Zen poderá ter posto o dinheiro ao bolso para uso pessoal ou para apoiar o movimento anti-regime e pró-democracia.

Numa conferência de imprensa, o prelado disse que os fundos doados tinham sido usados para bolsas que beneficiaram estudantes católicos chineses, para ajudar bispos oficiais e na clandestinidade no continente, para apoiar dioceses afectadas por desastres naturais (tsunamis, terremotos ou cheias) e para traduzir diversos documentos da Igreja e escritos teológicos para chinês. “Se eu tivesse usado o dinheiro para mim”, disse em tom de brincadeira, “teria comprado um carro de luxo com motorista. Em vez disso, uso o meu carro velho e conduzo eu próprio.” O Cardeal mostrou claramente que os fundos doados foram usados “no seu papel como bispo e cristão e não estiveram relacionados com qualquer objectivo político”.⁸⁵

⁸⁵ *AsiaNews.it*, 19 e 20 de Outubro de 2011

CHIPRE



No seu preâmbulo, a Constituição, adoptada a 16 de Agosto de 1960, indica a divisão da população em duas comunidades nacionais, linguísticas e religiosas distintas, a grega e a turca, e todos os cidadãos devem pertencer a uma ou à outra.

Desde que não haja obstáculos à segurança, saúde e ordem públicas ou aos próprios direitos garantidos pela Constituição, o Artigo 18 garante a liberdade de pensamento, consciência e religião, para professar e manifestar a própria fé em qualquer situação social.

O direito a mudar de religião ou credo é especificamente protegido, mas as conversões forçadas são proibidas, tal como são proibidos os impedimentos à conversão. Todas as religiões são livres e iguais aos olhos da lei – desde que os seus rituais e doutrinas não sejam secretos – e gozam de total autonomia administrativa.¹

Contudo, estas disposições legais só são válidas na parte sul da ilha, reconhecida internacionalmente e parte integrante da União Europeia desde 1 de Maio de 2004.

A parte norte, ocupada militarmente pela Turquia em 1974, tem sido governada desde 1983 como a autoproclamada República Turca de Chipre do Norte, reconhecida apenas pela Turquia.

Na “República Turca de Chipre do Norte”, que no preâmbulo da Constituição² se descreve a si própria como “Estado secular” segundo o modelo turco, a liberdade religiosa é garantida formalmente, mas as autoridades apenas concedem aos sacerdotes cristãos autorização limitada para celebrar a Eucaristia e perturbam a vida dos fiéis nas suas visitas a igrejas e mosteiros.

Nesta parte da ilha, a ocupação turca causou mortes, destruição e a deslocação forçada de populações. Cerca de 20.000 cipriotas gregos, crentes cristãos ortodoxos que vivem no norte, foram obrigados a fugir para a parte sul da ilha. E vice-versa, os cipriotas muçulmanos turcos que vivem no sul deslocaram-se para o norte. Em 1973 havia 120.000 cipriotas turcos; desde então, mais de 160.000 cidadãos da República da Turquia instalaram-se nestes territórios.³

Actualmente existe um muro, conhecido como a “Linha Verde”, guardado por tropas das Nações Unidas, que divide as duas partes da ilha cortando a capital Nicósia a meio.

Entretanto, a islamização da parte norte da ilha resultou na destruição de tudo o que era cristão. Muitas igrejas, algumas não ortodoxas mas sim maronitas e arménias,

¹ <http://legislationline.org/documents/section/constitutions>

² <http://www.cypnet.co.uk/ncyprus/main/polsyst/constitution/>

³ William Mallinson, *Partition through Foreign Aggression. The Case of Turkey in Cyprus*, Modern Greek Studies Yearbook Supplement Number 20 (2010)

foram transformadas pelas forças ocupantes em armazéns do exército, estábulos, clubes nocturnos e mesmo mesquitas.

De acordo com dados contidos no relatório sobre a *Destruição do Património Cultural na Parte Norte de Chipre e Violação da Lei Internacional*,⁴ resultante do trabalho de muitos especialistas de arte internacionais e apresentado à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, 500 igrejas ou capelas ortodoxas foram saqueadas, demolidas ou vandalizadas; 133 igrejas, capelas e mosteiros foram secularizados; mais de 15.000 pinturas desapareceram; setenta e sete igrejas foram transformadas em mesquitas, enquanto outras vinte e oito foram usadas pelo exército turco como hospitais ou acampamentos, e trinta foram transformadas em armazéns.

O relatório também destaca o facto de, nas setenta e sete igrejas transformadas em mesquitas, passagens do Corão terem substituído áreas anteriormente reservadas a ícones cristãos. O Mosteiro de Santa Anastácia foi transformado num hotel; frescos e pinturas do Mosteiro Bizantino de Antiphonetes foram retirados para serem vendidos a negociantes de arte.

Desenvolvimentos positivos

Em Junho de 2011, o Comité Técnico do Património Cultural criou uma equipa conjunta de técnicos especialistas para preparar planos para o restauro de monumentos prioritários na zona administrada pelos cipriotas turcos e na área controlada pelo Governo.⁵

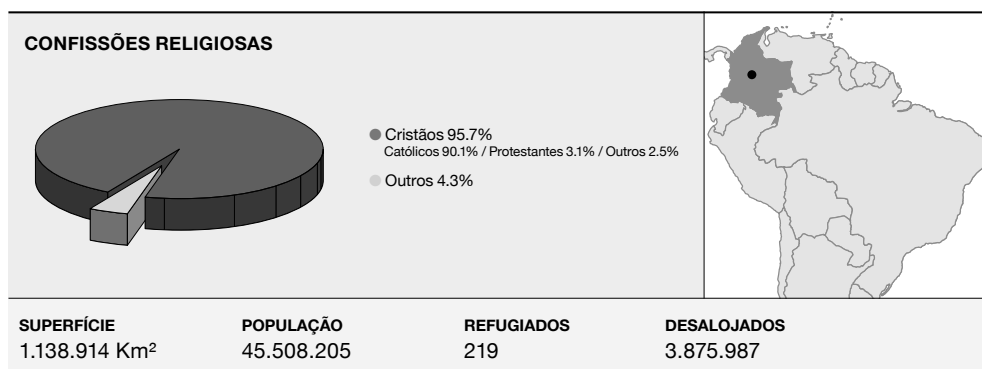
De acordo com o Relatório de 2011 do secretário-geral da operação das Nações Unidas em Chipre, houve vinte eventos religiosos e comemorativos, envolvendo cerca de 6.000 pessoas, que foram realizados ao atravessar a zona neutra (*Linha Verde*). A 3 de Novembro de 2011, por exemplo, 620 cipriotas turcos realizaram uma peregrinação à Mesquita de Hala Sultan, perto de Larnaka, para celebrar o Kurban Bayram (feriado do Sacrifício). Foi a primeira vez desde 1960 que o Kurban Bayram foi celebrado nesta mesquita.⁶

⁴ http://aheworld.org/AHIFpolicyjournal/pdfs/cyprus_destruction.pdf

⁵ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

⁶ http://www.unficy.org/media/SG%20Reports/SG_Report_on_UNFICYP_-_30_November_2011.pdf

COLÔMBIA



Legislação

As garantias constitucionais estabelecidas pelo Artigo 19, que protegem a liberdade religiosa total de todas as confissões e associações religiosas, não foram alteradas nem sofreram violações explicitamente associáveis a certas acções.

Episódios de violência contra representantes religiosos

Durante o decorrer de 2011, no quadro do clima geral de violência e insegurança por que o país tem passado durante anos, seis sacerdotes e um leigo morreram. Estas mortes incluíram o P. Rafael Reátiga Rojas e o P. Richard Armando Piffano Laguado, ambos mortos a tiro por um assassino que viajava com eles no mesmo veículo.¹ O P. Luis Carlos Orozco Cardona foi também mortalmente ferido por um jovem numa multidão que disparou contra ele², enquanto o P. Gustavo Garcia, um eudista, foi assassinado na rua por um homem que o atacou para lhe roubar o telemóvel.³ O P. José Reinel Restrepo Idárraga foi assassinado por desconhecidos enquanto conduzia a sua motorizada, que foi roubada em conjunto com outros objectos seus⁴, e o P. Gualberto Oviedo Arrieta foi encontrado na sua paróquia com ferimentos múltiplos e facadas.⁵ A esta lista de sacerdotes temos ainda de acrescentar Luis Eduardo Garcia, um leigo membro da 'Pastoral Social' atacado por um grupo de guerrilhas que o raptou e depois matou.⁶

Valores não negociáveis

As iniciativas legislativas e judiciais com o objectivo de introduzir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, permitir que os casais homossexuais adoptem crianças⁷ e a discussão em curso sobre o aborto, todas resultaram num intenso debate na sociedade civil. Ambos os representantes da Igreja Católica e das Igrejas não católicas cristãs expressaram fortes críticas a estes projectos, e em particular, em relação à defesa da vida, apoiaram oficialmente a assinatura de uma petição organizada por um grupo de senadores.⁸

¹ Agência Fides, 28 de Janeiro de 2011

² Agência Fides, 16 de Fevereiro de 2011

³ Agência Fides, 17 de Maio de 2011

⁴ Agência Fides, 3 de Janeiro de 2011

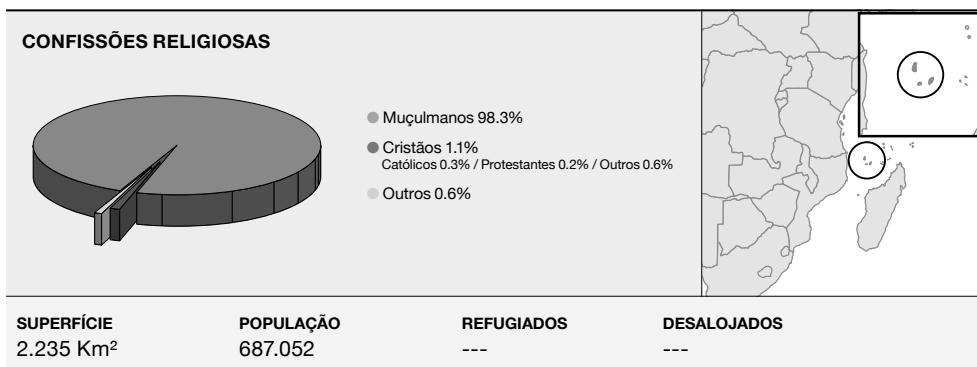
⁵ Agência Fides, 13 de Setembro de 2011

⁶ Agência Fides, 10 de Outubro de 2011

⁷ www.zenit.org/article-39058?l=spanish

⁸ www.zenit.org/article-38468?l=spanish

COMORES



A Constituição em vigor desde 2001 na União das Ilhas Comoro, o pequeno arquipélago das Comoro, declara no seu preâmbulo: “O povo das Comoro reafirma solenemente a sua vontade de extrair do Islão a inspiração permanente para os princípios e normas que governam a União” e ao mesmo tempo a “igualdade de todos em termos de direitos e deveres, independentemente do sexo, origem, raça, religião ou credo”.¹

O Jurisconsulto Supremo, nomeado directamente pelo presidente, é um membro do Governo e decide sobre questões relacionadas com religião e administração religiosa.

A educação religiosa islâmica não é obrigatória nas escolas estatais, mas está frequentemente disponível. Os estrangeiros podem solicitar que os seus filhos fiquem isentos de participar, mas todas as crianças com idades entre os quatro e os sete anos participaram nas aulas, tendo-lhes sido ensinado a compreender e ler os versos do Corão.

Os grupos religiosos não são obrigados a solicitar qualquer tipo de reconhecimento, mas qualquer expressão pública da sua fé por parte de grupos não muçulmanos pode ser interpretada como proselitismo. O Governo permite que os grupos religiosos estabeleçam locais de culto, tragam sacerdotes, reúnam para rezar ou realizem outras actividades pacíficas.

Existem duas igrejas católicas e uma protestante. Os residentes não muçulmanos preferem não praticar a sua fé em público, por receio de serem acusados de proselitismo e serem alvo de retaliações legais.

Os cristãos são poucos e são todos estrangeiros. Várias fontes acreditam que os cristãos locais preferem manter a sua fé em segredo, por receio de perseguição.²

De acordo com o Artigo 228-8 do Código Penal, cada actividade missionária por parte de qualquer outra religião que não o Islão é considerada crime, punível com pena de prisão e multa. Mesmo a simples distribuição de Bíblias ou outros textos religiosos não islâmicos são considerados como actividade de proselitismo. Os estrangeiros acusados de proselitismo são expulsos do país.³

Nos últimos anos, houve relatos de graves discriminações sociais contra cidadãos não muçulmanos, como por exemplo serem excluídos da escola local ou mesmo da aldeia e serem acusados de realizarem proselitismo entre os muçulmanos.

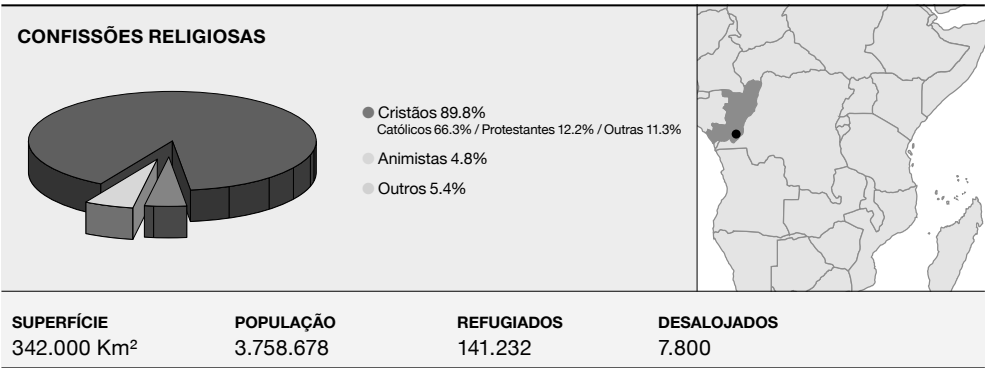
Não existem relatos de discriminações específicas durante o período analisado por este relatório.

¹ http://www.beit-salam.km/article.php3?id_article=34

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

³ http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=208476

CONGO BRAZZAVILLE



O primeiro artigo da Constituição de 2002 estabelece o Estado secular e o Artigo 18 define a liberdade religiosa e de consciência como invioláveis, ao mesmo tempo que proíbe o uso da religião para fins políticos.¹ Estes princípios são habitualmente respeitados.

Todas as organizações, quer religiosas quer sem fins lucrativos, devem registar-se, mas não há relatos de casos nos quais as autoridades tenham rejeitado qualquer registo.

A educação religiosa não é disponibilizada nas escolas estatais, mas é autorizada nas escolas geridas por organizações religiosas.

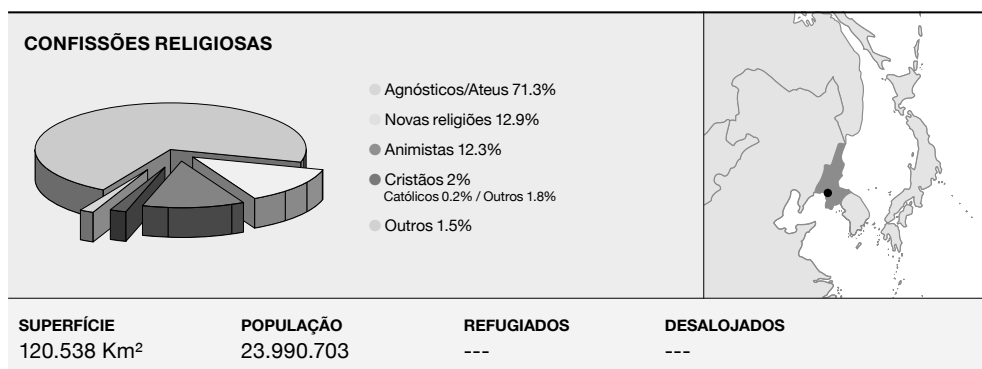
As principais festividades cristãs são feriados nacionais. Os dias santos muçulmanos, embora não sejam feriados nacionais, são também respeitados.

Não há relatos de actos de intolerância religiosa por parte das autoridades ou por membros da sociedade civil.²

¹ http://democratie.francophonie.org/article.php3?id_article=398&id_rubrique=124

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

COREIA DO NORTE



Perspectiva geral

A Coreia do Norte rejeita totalmente o princípio da liberdade religiosa. Há alguns locais de culto cristãos (uma igreja católica e duas igrejas protestantes) e quatro templos budistas na capital, Pyongyang, mas nada é certo em relação a outras partes do país. Os relatos sobre o que existe variam conforme as pessoas que conseguem visitar o país.

O acontecimento mais significativo na Coreia do Norte em 2011, do ponto de vista religioso, foi a morte do ditador, Kim Jong-il, que chegou ao poder em 1997. A liberdade religiosa não existiu desde a fundação do estado da Coreia do Norte. Esta é a expressão do Partido dos Trabalhadores da Coreia (PTC) e da sua ideologia, a Ideologia Juche, que se baseia no princípio da autoconfiança. O próprio PTC substituiu o Partido Comunista da Coreia (PCC), cuja história foi caracterizada por lutas internas de poder entre as facções pró-soviéticas e pró-chinesas, purgas sangrentas e repressão.

A Ideologia Juche é a base sincrética da ideologia e do sistema político-económico norte-coreanos. Combina elementos do neo-confucionismo, do nacional maoísmo e do estalinismo, sendo firmemente enraizada em posições ideológicas rígidas que garantiram o isolamento internacional do país.

Esta ideologia também levou ao desenvolvimento de um culto da personalidade, personificado pelo Governo autoritário de Kim Il-sung, o 'Pai da Nação' e mais tarde 'presidente eterno' (no poder de 1948 até à sua morte em 1994), e pelo seu filho Kim Jong-il, que governou o país como líder absoluto, conhecido como 'Querido Líder'. Por esta razão, de acordo com os princípios da Ideologia Juche, os primeiros dois Kims tinham uma natureza divina, razão pela qual as pessoas só podem adorá-los oficialmente. A literatura, a música popular, o teatro e o cinema glorificam-nos, bem como Kim Jong-un, o terceiro filho e sucessor de Kim Jong-il.

No calendário baseado na Ideologia Juche, o Ano 1 coincide com o ano em que Kim Il-sung nasceu, 1912 no calendário gregoriano. O corpo embalsamado deste governante jaz no mausoléu de proporções megalómanas em Pyongyang.

Na vida pública, tanto Kim Il-sung como Kim Jong-il são ainda reverenciados em termos grandiosos e místicos, que raíam a ritualidade religiosa. A religião oficial é, basicamente, uma forma de culto estatal partidário que está ligada à dinastia reinante.

Campos de internamento

Muitos exilados norte-coreanos testemunharam a existência de campos de internamento ou reeducação (*yodok*), isto apesar de o Governo norte-coreano ter negado a sua

existência por diversas vezes. Acredita-se que entre 150.000 a 200.000 pessoas estão presas nestes campos, sujeitas a tortura, homicídio, violação, experiências médicas, trabalhos forçados e abortos, bem como a execuções secretas. Dentro dos campos, as pessoas detidas por razões religiosas têm de sofrer castigos ainda maiores. De acordo com a *Open Doors*, uma organização missionária protestante, a Coreia do Norte está em primeiro lugar no ranking mundial em termos de perseguição anticristã.

O nacionalismo norte-coreano está enraizado em Ch'ondogyo, uma religião sincrética que mistura Budismo, Taoísmo, Confucionismo, Xamanismo e Cristianismo, que surgiu no século XIX em contraposição às actividades dos missionários cristãos (ocidentais). Na nação oficialmente atea, as actividades religiosas de outros grupos são fortemente oprimidas pelo Estado.

A situação dos católicos e de outros grupos cristãos

A perseguição anticristã iniciou-se na prática em 1953, depois da divisão da península em dois estados. A partir dessa altura, os católicos norte-coreanos começaram a desaparecer, em particular os bispos católicos. Para o Vaticano, embora “desaparecidos”, eles ainda são colocados na lista do Anuário Pontifício como estando à frente das respectivas dioceses. Contudo, para o regime norte-coreano, eles “não existem” e, desde a década de 1980, todos os pedidos para conhecer o seu destino foram ignorados.

Em termos da administração eclesiástica católica, o Norte está dividido em três dioceses: Pyongyang, Ch'unch'on e Hamhung, mais o território da Abadia de Tokwon, que está sob jurisdição directa da Santa Sé.

Depois da guerra civil coreana (que acabou na prática em 1953, embora isto nunca tenha sido oficialmente reconhecido por ambas as partes) e da subsequente divisão da península, o Vaticano confiou a administração apostólica destas dioceses do Norte aos bispos sul-coreanos. Formalmente, os antigos bispos ainda surgem na lista do Anuário Pontifício. Por exemplo, no caso de Pyongyang, o Mons. Francis Hong Yong-ho ainda surge na lista como bispo desta cidade, mesmo que tenha nascido em 1906 e esteja “desaparecido”. No caso de Hamhung, o lugar está descrito como estando vago. No caso de Ch'unch'on, o território diocesano abrange a fronteira entre as duas Coreias. Assim, o actual bispo é o Mons. Lucas Kim Woon-hoe, mas para os católicos locais o lugar “está vago”.

No geral, a situação dos bispos da Coreia do Norte espelha fielmente a situação da Igreja local. A meio do século XX, 30% dos habitantes de Pyongyang eram católicos, contra apenas 1% para o resto do país.

Durante a Guerra da Coreia (1950-1953), as tropas comunistas penetraram no Sul, perseguindo missionários, religiosos estrangeiros e cristãos coreanos. O objectivo do regime norte-coreano era fazer desaparecer por completo qualquer vestígio da presença cristã. No Norte, todos os mosteiros e igrejas foram destruídos; monges e sacerdotes foram detidos e condenados à morte. O Mons. Patrick James Byrne, um cidadão norte-americano mas também o delegado apostólico para a Coreia, foi detido durante a guerra e condenado à morte. Nunca chegou a ser executado, mas morreu depois de anos de trabalhos forçados e privações num campo de concentração.

O destino dos cristãos nos anos pós-guerra permanece um mistério. Nada se sabe, por exemplo, dos 166 sacerdotes e religiosos que estavam no Norte no final da guerra.

Até ao fim da década de 1980, os responsáveis norte-coreanos diziam: “Eles são completamente desconhecidos”, quando lhes perguntavam por eles.

Actualmente, a Igreja no Norte não tem nem clero nem culto. De acordo com os dados oficiais do Governo, há 4.000 católicos e 11.000 protestantes. Contudo, outras fontes sugerem que não há mais de 200 “verdadeiros” católicos, a maior parte dos quais muito idosos. Há apenas três locais de culto cristãos autorizados em toda a Coreia do Norte, dois protestantes e um católico. Este último é uma igreja no bairro de Changchung em Pyongyang, que para muitos analistas é usado pelo regime apenas para “exibir”.

A comunidade cristã está sujeita a uma repressão dura por parte do regime. Para o Estado, os cristãos são duplamente indesejáveis – primeiro, por alegada deslealdade para com o regime, e segundo, por alegadas ligações ao Ocidente. Isto tem significado que a maior parte dos crentes apenas pode expressar a sua fé em segredo. Nesta nação comunista, ser “descoberto” a participar na missa num local não autorizado pode resultar em prisão e, no pior dos casos, em tortura e mesmo morte. A mera posse de uma Bíblia é um crime que pode levar à pena de morte. Por exemplo, a 16 de Junho de 2009, uma mulher cristã de 33 anos, Ri Hyon-ok, foi condenada à morte e executada por “distribuir Bíblias”. Depois da sua execução, os membros da sua família foram enviados para um campo de concentração.

O destino do Mons. Francis Hong Yong-ho também é emblemático da situação. Nomeado bispo-titular de Auzia a 24 de Março de 1944, pelo Papa Pio XII, foi consagrado pelo Mons. Bonifácio Sauer e co-consagrado pelo Bispo Ireneu Hayasaka e pelo Arcebispo Paul Marie Kinam-ro. Quando, a 10 de Março de 1962, o Papa João XXIII elevou o Vicariato Apostólico de Pyongyang ao estatuto de diocese, em parte como protesto contra o regime norte-coreano, também nomeou o Mons. Hong como primeiro bispo da diocese, tornando-o no símbolo da perseguição anticatólica na Coreia do Norte e mais globalmente no mundo comunista. Se ainda fosse vivo hoje, teria mais de 100 anos de idade. Contudo, para os responsáveis do Vaticano, “não se pode excluir que ele ainda possa estar preso nalgum campo de reeducação”.

Esperança para o futuro

A Igreja Coreana não perdeu a esperança. Em preparação para a possível reunificação da península, os católicos no Sul estão a organizar encontros e a criar grupos de acção para ajudarem os seus compatriotas do Norte. Além disso, os refugiados norte-coreanos que vivem no Sul desempenham um papel fundamental. Eles são “agentes de evangelização, membros a todos os níveis da nossa sociedade e amigos com quem construir o futuro em conjunto”, disse o Mons. Lucas Kim Woon-hoe durante o 12.º encontro da Rede Episcopal para a Reconciliação do Povo Coreano, da qual ele é presidente.

A morte de Kim Jong-il, em Dezembro último, também teve um lado religioso. De acordo com muitas fontes, à medida que o pai estava a morrer, o seu filho e sucessor Kim Jong-un procurou o apoio dos grupos religiosos sul-coreanos para obter a ajuda humanitária essencial para manter o país a funcionar.

Visitas de delegações religiosas

A 10 de Novembro de 2011, um grupo de pastores protestantes sul-coreanos fez uma visita oficial à Coreia do Norte. Durante a sua estada, aprovada pelo Governo comunista, o grupo conheceu os seus homólogos locais e realizou uma vigília de oração “pela paz

na península coreana”. Os pastores também visitaram as igrejas em Pongsu e Chilgol, dois dos locais de culto extremamente raros mantidos em funcionamento pelo regime.

No entanto, conforme certas fontes sublinharam à *AsiaNews*, embora esses encontros possam ser fictícios, alguns acreditam que eles “representam uma oportunidade de avaliar a situação” e permitir que os locais “se abram a pessoas de fora”. Sem dúvida nenhuma, “eles são uma tentativa de levar Seul a enviar novamente ajuda humanitária”, mas podem ainda “ter resultados inesperados”.

A visita destes líderes foi a segunda deste género em dez anos. Em Setembro de 2011, os principais representantes das sete maiores religiões da Coreia do Sul chegaram à parte norte da península, numa viagem sem precedentes cujo objectivo foi incentivar as duas partes à paz e à reconciliação.

Uma vez que não há ligações directas entre as duas partes da península, a delegação constituída por vinte e quatro membros chegou à Coreia do Norte através da China. Embora a viagem tenha acontecido no seguimento de um convite do Conselho Religioso da Coreia do Norte, uma organização fantoche que disponibiliza funções de “testemunho” para os raros turistas ocidentais ou chineses que visitam o país, ela foi de facto uma oportunidade única. A delegação permaneceu até sábado, 24 de Setembro.

Antes de partir do Aeroporto Internacional de Incheon para a sua visita, o Mons. Higinio Kim Hee-jong, Arcebispo de Kwangju, leu uma declaração conjunta em nome dos representantes de todos os grupos religiosos.

“Traremos à Coreia do Norte as aspirações de paz dos grupos religiosos sul-coreanos. Se todos aqueles que amam a religião nos dois países se juntarem, podemos alcançar a paz e esperamos criar uma ponte em direcção à reconciliação.”

O grupo também agradeceu ao Governo sul-coreano por lhes permitir realizarem a visita. Depois das provocações militares de Pyongyang, de facto, Seul tinha interrompido quase todas as relações entre os dois países.

O Mons. Kim foi acompanhado pelo Reverendo Kim Yeong-joo, Secretário do Conselho Nacional Coreano das Igrejas; o Venerável Jaseung, Presidente da Ordem Budista Coreana Jogye; o Venerável Kim Ju-won, chefe do Budismo Won; o Dr. Choi Geun-dok, Presidente da Associação Confuciana Sung Kyun Kwan; Woon Yim-kil, chefe de Chondogyo; e Han Yang-won, Presidente da Associação das Religiões Nativas Coreanas.

Embora a viagem tenha sido organizada com a melhor das intenções, uma fonte católica disse à *AsiaNews*: “Pyongyang não tem qualquer desejo em abrir-se à ideia de religião de maneira directa, porque o regime cairia passados uns meses se o fizesse. A religião, em primeiro lugar, ensina a liberdade e não se adequa à ditadura. Por isso, mesmo que seja adequado ver e experimentar tantas situações quanto possível, penso que ela [a visita] é um isco para obter o máximo possível de ajuda humanitária por parte dos crentes do Sul”.

A 3 de Setembro de 2011, uma delegação de monges budistas sul-coreanos, incluindo o líder da maior ordem religiosa no país, visitou a Coreia do Norte para marcar o milésimo aniversário da relíquia mais valiosa do Budismo coreano, visita que o Ministério da Unificação em Seul permitiu “por razões puramente religiosas”. Assim que chegou ao Norte, o grupo conseguiu reunir com uma delegação de budistas norte-coreanos e visitar templos, com a permissão da ditadura comunista do Norte.

Foi a primeira visita oficial não humanitária desde 24 de Maio de 2010, quando a Coreia do Sul impôs um embargo total à cooperação com o Norte. Para Seul, Pyongyang

era responsável pelo afundamento de uma corveta da Marinha sul-coreana que matou quarenta e dois marinheiros sul-coreanos e pelo bombardeamento de uma ilha controlada pela Coreia do Sul no qual morreu um civil.

“Este é um grupo de trinta e sete pessoas, incluindo o líder da Ordem Jogye”, disse um porta-voz do ministério. “O grupo vai sair a 3 de Setembro para visitar o templo de Bohyun no Monte Mohyang. Aqui, será celebrada uma cerimónia com a delegação de budistas norte-coreanos. Foi dada autorização para a celebração do aniversário de Tripitaka, que faz parte da herança espiritual de todos os coreanos.”

Tripitaka é um conjunto de mais de 80.000 blocos de madeira com 1.000 anos de existência nos quais está gravada a totalidade das escrituras sagradas budistas. As gravações foram feitas na parte norte da Coreia, mas têm estado guardadas desde 1398 em Haeinsa, um templo localizado na Coreia do Sul.

COREIA DO SUL



A Constituição de 1948 da República da Coreia (revista por diversas vezes até 1988) garante a liberdade de consciência (Artigo 19) e a liberdade religiosa (Artigo 20) a todos os cidadãos. Além disso, não reconhece nenhuma religião do Estado e defende oficialmente o princípio da separação entre a Igreja e o Estado.¹

A lei não requer que as organizações religiosas se registem. Do ponto de visto organizacional, são completamente autônomas.

A religião não pode ser ensinada nas escolas públicas, mas há total liberdade nas escolas privadas.

Os únicos feriados religiosos instituídos são o Natal e o dia do nascimento de Buda.

Neste país, os cristãos (católicos e protestantes) ultrapassam os budistas em número. Os grupos pequenos pertencentes a outras religiões também estão presentes.

Até ao momento não há quaisquer problemas em termos de liberdade religiosa, seja envolvendo as autoridades ou entre os cidadãos privados.

¹ http://korea.assembly.go.kr/res/low_01_read.jsp

COSTA DO MARFIM



O Artigo 9 da Constituição de 2000 garante a liberdade de pensamento e expressão, em especial a liberdade de consciência, bem como a liberdade religiosa ou de opinião filosófica.¹

A eleição em que o presidente cessante, Laurent Gbagbo, concorreu contra o presidente eleito, Alassane Ouattara, degenerou num grave conflito militar, que Ouattara ganhou com a ajuda de tropas francesas e das Nações Unidas. Contudo, o país ficou em ebulição, com ressentimentos e tensões.

A insegurança em várias partes do país levou a inúmeros ataques contra edifícios da Igreja Católica. “Em dois meses e meio, cerca de quarenta igrejas e casas de religiosos e religiosas por toda a cidade de Abidjan foram atacadas por bandidos armados com o objectivo de roubar”,² disse o P. Augustin Obrou à Agência *Fides* em Outubro de 2011.

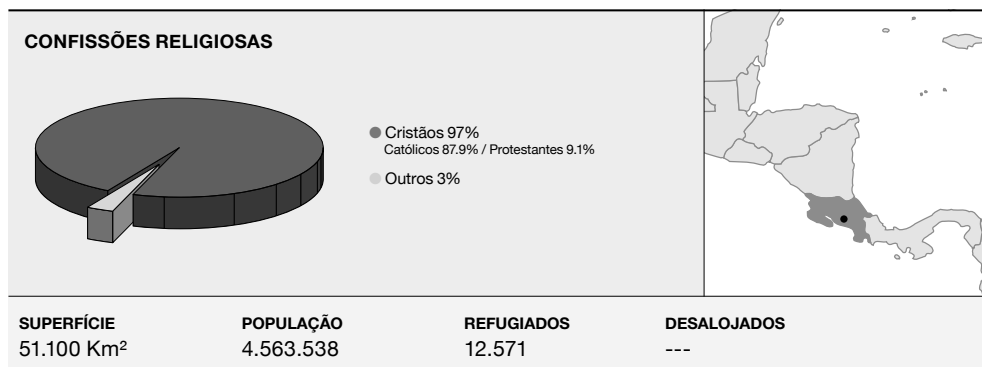
De acordo com o P. Obrou, os ataques tiveram início no final de Agosto e também não pouparam outras partes do país. Por exemplo, em Setembro de 2011 bandidos atacaram a residência do Bispo de San Pedro.³

¹ www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=182203

² Agência *Fides*, 9 de Novembro de 2011.

³ Agência *Fides*, 29 de Setembro de 2011.

COSTA RICA



Situação legislativa

Apesar de discussões e propostas para alterar a Carta Fundamental do país, de momento a República da Costa Rica mantém a sua característica confessional tal como definida no Artigo 75 da Carta, a qual estabelece que “A religião católica, apostólica e romana é a religião do Estado, o que contribui para a sua consolidação, sem obstruir, dentro da República, a prática de outras religiões que não se oponham à moral universal e aos bons costumes.”

O debate sobre a religião do Estado

A questão relativa a uma possível revisão constitucional, que altere o Artigo 75 e ponha fim à posição confessional do Estado, ressurgiu de cada vez que o debate político aborda propostas relativas a princípios que a Igreja Católica considera como “inegociáveis” e que envolvem as questões da família e da vida.¹

O mesmo aconteceu no debate parlamentar sobre várias propostas de lei que abordavam a possibilidade de permitir a fertilização *in vitro*. Depois de o Tribunal Constitucional ter decidido contra esta possibilidade, vários casais apresentaram queixa contra o Estado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A 29 de Julho de 2011, a Comissão apresentou ao Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos o caso n.º 12.361, de Grettel Artavia Murillo e outros (fertilização *in vitro*), contra o Estado da Costa Rica, de acordo com o Artigo 51.1 da Convenção e o Artigo 45 do Regulamento da Comissão Interamericana.

A 16 de Fevereiro de 2012, o Bispo de Cartago, Mons. José Francisco Ulloa, enfatizou que o Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos não podia impor a fertilização *in vitro* ao Estado. O Bispo, antigo presidente da Conferência Episcopal da Costa Rica, explicou como é que os bispos tinham solicitado à presidente da República, Laura Chinchilla, o reconhecimento por parte da República da Costa Rica do facto de o tribunal não ter jurisdição em relação a esta matéria.²

A 21 de Novembro de 2011, numa declaração pública, os bispos afirmaram a sua oposição à proposta de lei intitulada “Uma Sociedade de Coexistência” (proposta legislativa n.º 17668), na qual era proposto que fosse concedido o estatuto jurídico e social às uniões entre pessoas do mesmo sexo.³

¹ www.nacion.com/2011-07-13/Opinion/el-estado-laico.aspx

² www.aciprensa.com, 16 de Fevereiro de 2012.

³ Agência Zenit, 21 de Novembro de 2011.

Em Agosto de 2011, um protesto da parte de grupos feministas opôs-se a certos ensinamentos católicos. Este protesto foi considerado desrespeitoso pela Conferência Episcopal, por usar uma imagem que representava de maneira irreverente a padroeira da Costa Rica, Nossa Senhora dos Anjos.⁴

Quando foi atribuído financiamento, proveniente em parte do orçamento nacional e em parte de empresas privadas (Lei n.º 7266), entre outras para a Fundação para a Restauração da Catedral Metropolitana e outras igrejas católicas, houve alguns protestos públicos em relação à adequação desta iniciativa.⁵

Comunidades cristãs não católicas e outras religiões

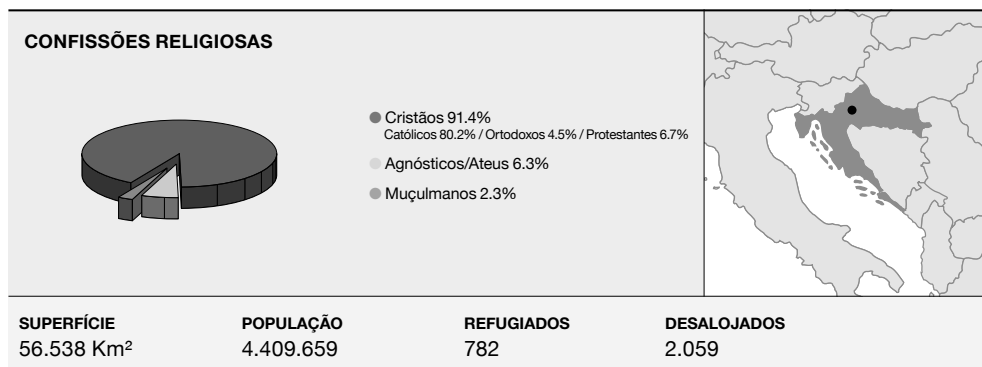
Em 2011, após anos de investigação, o Programa Latino-Americano de Estudos Sócio-Religiosos (PROLADES) publicou uma Lista de Grupos Religiosos na Costa Rica, com o objectivo de destacar a diversidade religiosa no país.⁶

⁴ www.iglesiacr.org/2011/documentos/comunicados/447-comunicado-a-la-opinion-publica.html

⁵ www.diocesissanisidro.org/esp/noticias.php?id_n=59¬icia=not_ver

⁶ www.prolades.com/cra/regions/cam/cri/cri-reldspn-latest.pdf

CROÁCIA



Legislação

O Artigo 40 da Constituição de 1990, revista em 2010, garante a liberdade de consciência e religião, e o direito a proclamar as próprias crenças. O artigo define a igualdade legal de todas as religiões, a sua separação do Estado, o seu direito a praticar abertamente e a gerir escolas, bem como a realizar trabalho caritativo.¹

Embora não seja uma religião estabelecida, a Igreja Católica mantém relações com o Estado que não são comparáveis às relações com qualquer outra confissão religiosa. Foi de facto assinada uma concordata entre o Governo e a Santa Sé, regulamentando o reconhecimento dos casamentos católicos, das aulas de catequese nas escolas públicas e dos capelães militares.

Para além da Igreja Católica, também a Igreja Ortodoxa sérvia, a comunidade muçulmana e outras confissões cristãs recebem apoio financeiro do Estado.

A lei de 2002 sobre o estatuto legal das comunidades religiosas regulamenta a sua posição e direitos, benefícios fiscais e educação religiosa nas escolas.

Problemas em curso

Existem dezoito casos de organizações religiosas que aguardam registo, de acordo com as autoridades, porque não têm os requisitos legais adequados.

Há também a questão da devolução dos bens confiscados às comunidades religiosas pelo regime comunista da ex-Jugoslávia (1945-1990), embora a concordata de 1998 com a Igreja Católica estabeleça que a restituição deve ocorrer ou que deve haver indemnizações nos casos em que isso possa não ser possível. Não há acordos específicos sobre esta questão entre o Governo e os grupos não católicos.

A 9 de Dezembro de 2010, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos considerou a Croácia culpada de discriminação no caso de três comunidades cristãs a quem não foram concedidos direitos de pleno reconhecimento, o que é contrário à intenção do Estado. Os direitos negados incluem educação religiosa em escolas estatais e o reconhecimento dos casamentos religiosos. A decisão também estabeleceu uma multa de 9.000 euros a ser paga a cada uma das três comunidades, devido à Croácia ter violado a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Apesar de recurso por parte do Estado, o veredicto foi considerado como final a 9 de Março de 2011.²

¹ <http://www.wipo.int/wipolex/en/details.jsp?id=11243>

² <http://www.echr.coe.int/ECHR/EN/Header/Case-Law/Decisions+and+judgments/Lists+of+judgments/>

A questão da restituição de bens nacionalizados ou confiscados às organizações religiosas pelo antigo regime comunista jugoslavo

Os ortodoxos sérvios queixaram-se dos progressos muito lentos no seu caso nos últimos dez anos. Continuam a exercer pressão para que seja revista a lei que regulamenta a questão, que vem desde 1996, afirmando que abriu a porta para a possibilidade de o Governo vender bens previamente nacionalizados a novos proprietários privados, tornando a questão da restituição ainda mais complicada.

Os ortodoxos sérvios em particular queixaram-se da paralisia dos procedimentos destinados a devolver muitos edifícios valiosos actualmente usados como escritórios e casas no centro de Zagreb, especificamente o complexo cinematográfico da cidade. Em 2008, o complexo foi deitado abaixo e teve início a construção de um centro comercial e de um espaço de estacionamento. Em Maio de 2010, o Tribunal Constitucional rejeitou os pedidos dos ortodoxos sérvios para embargar a construção, pois estava em vigor um acordo com o Governo. Dada esta decisão, a Igreja rapidamente iniciou uma acção legal no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, queixando-se de procedimentos excessivamente longos. O caso está pendente.

No entanto, foram feitos progressos na devolução de alguns mosteiros ortodoxos sérvios. A grande propriedade de Borovo Naselje, no leste da Croácia, foi devolvida aos seus legítimos donos a 25 de Maio de 2010 e parte da floresta foi devolvida ao mosteiro de Orahovica, também no leste da Croácia, a 19 de Outubro.

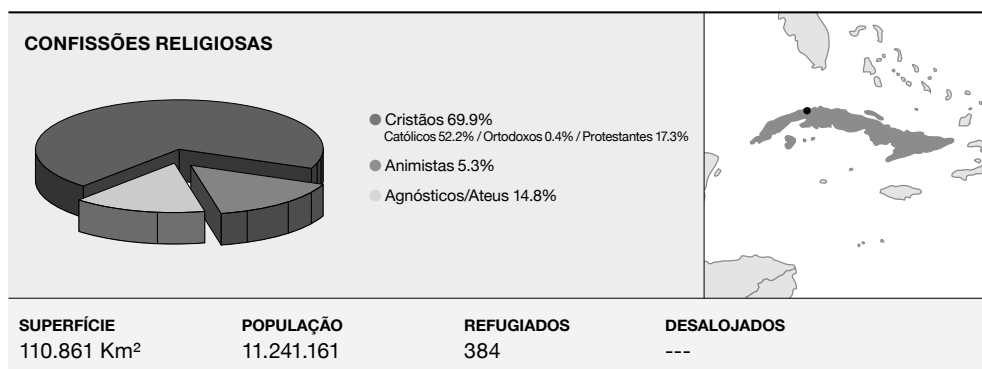
Os católicos relatam que estão satisfeitos com a devolução de bens que lhes dizem respeito. Só nas grandes dioceses com o maior número de pedidos de devolução, como Zagreb e Djakovo, é que algumas propriedades ainda estão nas mãos do Estado.

Muitos pedidos de proprietários judeus, incluindo casos de edifícios em Zagreb, ainda estão pendentes. A comunidade judaica abomina o facto de que a devolução de propriedades tenha sido atrasada durante muitos anos.

A comunidade muçulmana, pelo contrário, queixa-se de que não houve progressos em 2010 e 2011 na questão de atribuição de um espaço no cemitério municipal de Rijeka e em toda a área de Ístria para enterrar muçulmanos.³

³ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

CUBA



Uma situação em evolução

A actual transição do país tem tido resultados diversos.

As relações entre o Governo e os grupos religiosos deram grandes passos em frente e estes têm tido bons resultados na defesa dos direitos humanos.

Ao longo de 2011, o Governo autorizou a celebração pública de acontecimentos religiosos importantes, culminando na visita à ilha, em Março de 2012, de Sua Santidade o Papa Bento XVI.

Católicos

As relações entre a Igreja Católica e as autoridades evoluíram durante este período. A mudança resulta do diálogo entre o Cardeal Jaime Ortega e o Mons. Dionisio García, Arcebispo de Santiago de Cuba e actual presidente da Conferência Episcopal Católica de Cuba, por um lado, e o Presidente cubano Raúl Castro, por outro.

O diálogo teve início com a mediação do Cardeal Ortega depois de este ter protestado em Abril de 2010 contra as medidas repressivas contra as Senhoras de Branco (*Las Damas de Blanco*), que se reúnem todos os domingos em frente à Igreja de Santa Rita para exigir a libertação dos seus familiares. Estes, considerados prisioneiros de consciência de acordo com a Amnistia Internacional, receberam sentenças de prisão longas.

O Governo reagiu ao protesto do cardeal convidando a Igreja a mediar entre as autoridades e as *Damas de Blanco*, para ouvir as suas exigências.

O resultado foi – globalmente e em várias fases – a libertação e expatriação de mais de 140 prisioneiros de consciência, que foram libertados sob condição de concordarem em mudar-se para Espanha.¹

Em Novembro de 2010, a Igreja conseguiu inaugurar o seu novo seminário em Havana, dedicado a São Carlos e Santo Ambrósio. O Papa João Paulo II tinha colocado a primeira pedra durante a sua visita a Cuba em 1998. O presidente Raúl Castro participou na cerimónia de inauguração do seminário. É a primeira nova estrutura religiosa que a Igreja é autorizada a construir desde a Revolução Cubana em 1959.²

¹ Anee-Marie García, "Cuba: Iglesia Católica anuncia liberación de siete presos," *La Nación*. 19 de Fevereiro de 2011 [www.nacion.com/2011-02-19/Mundo/UltimaHora/Mundo2690358.aspx] e "La iglesia católica de Cuba anuncia excarcelación de otros diez opositores," *Andina*, 16 de Março de 2011 [www.andina.com.pe/Espanol/Noticia.aspx?Id=Gu8Izi0S2/c=].

² "Cuba ya puede formar a sus futuros sacerdotes en La Habana," in *Zenit.org*, 4 de Novembro de 2010 [<http://www.zenit.org/article-37144?l=spanish>].

Ao longo de 2012, a Igreja celebrou o 400.º aniversário da imagem da *Virgen de la Caridad del Cobre*, a santa padroeira de Cuba.

Desde 8 de Agosto de 2009, a Igreja cubana tem organizado uma peregrinação nacional na qual a estátua de Nossa Senhora da Caridade do Cobre tem viajado pelo país. Os cubanos, incluindo os não católicos, permaneceram devotos à sua santa padroeira. Durante este tempo, milhões de cubanos vieram às ruas, praças e avenidas para rezar à Virgem.

A peregrinação nacional terminou a 30 de Dezembro de 2011 em Havana com uma celebração pública solene.³

Em preparação para o ano jubilar de 2012, o Conselho de Estado de Cuba emitiu um perdão geral a 23 de Dezembro de 2011 que, de acordo com uma declaração do presidente Raúl Castro, envolverá a libertação de 2.900 prisioneiros.⁴

A visita do Papa Bento XVI de 26 a 28 de Março de 2012, que teve grande participação do povo e a presença das mais altas autoridades do Estado em acontecimentos importantes, vai, espera-se, contribuir para uma maior abertura e liberdade religiosa no país.

Outras religiões

A maior parte dos outros grupos religiosos receberam mais autorizações para realizarem evangelização, actividades religiosas e trabalho caritativo.

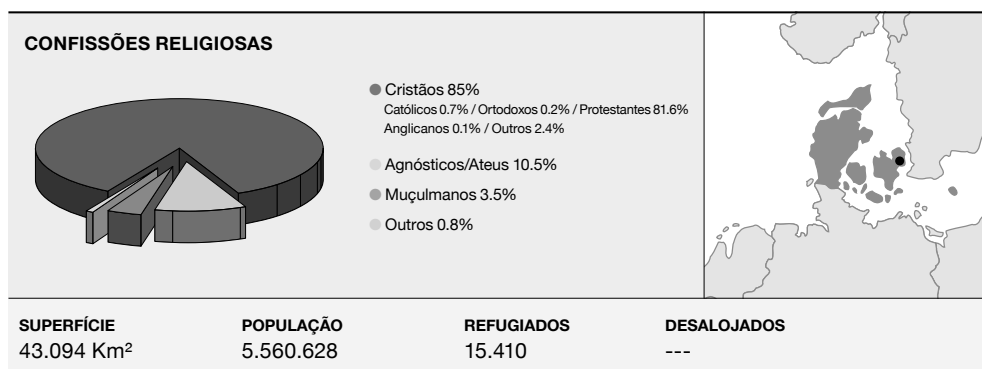
Esses grupos relataram que agora é mais fácil obter autorizações do Governo para restaurar e manter os locais de culto e outros edifícios.

No entanto, obter uma autorização para construir estruturas novas continua a ser muito difícil.

³ "Cuatro mil cubanos homenajearon a la Caridad del Cobre en La Habana," in *Zenit*, 1 de Janeiro de 2012 [www.zenit.org/article-41214?l=spanish]

⁴ "Cuba liberará a casi tres mil presos en vísperas del Jubileo, " in *Zenit*, 24 de Dezembro de 2011 [www.zenit.org/article-41186?l=spanish].

DINAMARCA



A Constituição dinamarquesa, adoptada a 5 de Junho de 1953, afirma que “A Igreja Luterana Evangélica é a Igreja Oficial da Dinamarca e como tal será apoiada pelo Estado” (Artigo 4) e acrescenta que o Monarca deve ser membro desta Igreja (Artigo 6).

No entanto, o Artigo 68 afirma que “Ninguém terá de fazer contribuições pessoais para qualquer confissão religiosa que não seja aquela a que adere.” Além disso, o Artigo 67 garante aos cidadãos o direito “a formar congregações para o culto de Deus de acordo com as suas convicções, desde que nada se ensine ou realize que seja contrário à moral e à ordem pública”.

Mais ainda, o Artigo 70 estabelece que “Nenhuma pessoa será privada de acesso ao gozo pleno dos direitos cívicos e políticos devido ao seu credo, nem escapará ao cumprimento de qualquer dever cívico comum por essas razões”, enquanto o Artigo 71 afirma que “A liberdade pessoal é inviolável. Nenhum súbdito dinamarquês será privado da sua liberdade por causa das suas convicções políticas ou religiosas ou por causa da sua ascendência.”¹

A Igreja Católica, a comunidade judaica, a comunidade islâmica, a Igreja Metodista, a comunidade baptista e a Igreja Ortodoxa russa são reconhecidas, em conjunto com outras centenas de organizações, pelo Ministério dos Assuntos Religiosos, que lhes concede diversos direitos, como por exemplo a celebração de casamentos com validade civil e desde que os seus ministros tenham vistos de residência.²

Os símbolos religiosos, como véus, turbantes, solidéus judaicos e crucifixos, bem como os símbolos políticos, estão proibidos no vestuário judicial.

Uma legislação recente³ requer que a maior parte dos missionários estrangeiros passem um teste de língua dinamarquesa no prazo de seis meses após entrarem no país, para conseguirem obter a extensão dos seus vistos de residência como trabalhadores religiosos. Esta legislação vem juntar-se às disposições legais da chamada “Lei dos Imãs” de 2004, que restringe os vistos de entrada concedidos por razões religiosas, concedendo-os em proporção com o número real de fiéis.

¹ www.eu-oplysningen.dk/upload/application/pdf/0172b719/Constitution%20of%20Denmark.pdf

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

³ www.nyidanmark.dk/en-us/coming_to_dk/religious-workers/members_of_clergy_missionaries.htm

DOMINICA



A pequena República da Domínica (Comunidade da Domínica), no arquipélago das Pequenas Antilhas, garante a total liberdade religiosa, especificando-a em detalhe no Artigo 9º da Constituição de 1978.

A população é quase inteiramente cristã e a maioria professa a fé católica.

Todas as organizações religiosas têm de se registar para assim obter benefícios fiscais e autorizações para a construção de locais de culto e de escolas.

Os currículos das escolas públicas incluem a instrução religiosa cristã, mas os não cristãos não são obrigados a assistir a essas aulas. Não houve relatos relativos a violações da liberdade religiosa.

EGIPTO



A 11 de Fevereiro de 2011, um mês após o início do levantamento popular, o presidente Hosni Mubarak abandonou as suas funções, fazendo cair o Governo, que foi imediatamente substituído por um Governo de transição formado por oficiais de topo do Exército egípcio. O Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF) foi nomeado para garantir o funcionamento do país enquanto se aguardava que fossem criadas novas instituições.

Foram organizadas eleições parlamentares livres, que decorreram de 28 de Novembro de 2011 a 11 de Janeiro de 2012, para reeleger a Assembleia do Povo (a Câmara Baixa), e de 29 de Janeiro a 22 de Fevereiro de 2012 para renovar a Shura (Senado ou Câmara Alta). Os resultados deram uma maioria alargada aos partidos islâmicos e em particular à Irmandade Muçulmana e aos salafitas, que em conjunto obtiveram 369 lugares dos 508 da Assembleia e 150 dos 176 do Senado. Apenas quatro cristãos foram eleitos para a Assembleia, embora existam aí nove cristãos, pois, de acordo com uma tradição antiga, o executivo tem o direito de nomear dez membros e o SCAF nomeou cinco cristãos coptas e cinco muçulmanos¹.

É provável que o actual presidente da república, eleito em Junho de 2012, tenha de ter em conta este novo cenário político. Até essa altura, uma assembleia constituinte com 100 membros foi nomeada para elaborar uma nova Constituição que substitua a antiga, em vigor desde 1971. Parece claro que neste caso também, esperando-se que o texto seja submetido a um referendo, este reflecta largamente as ideias básicas que levaram os islamistas a serem eleitos. Até que estes acontecimentos se desenvolvam, as leis egípcias sobre liberdade religiosa vão, no entanto, permanecer inalteradas.

A situação para os coptas não melhorou, apesar da esperança que dava sinais de uma possível unidade nacional durante as primeiras semanas da revolução. De acordo com o advogado Naguib Guibrail, director da Federação Egípcia de Direitos Humanos, o “Conselho Militar não tem a mesma distância em relação a todos os partidos e consulta sempre os salafitas antes de tomar uma decisão”. Naguib acredita que é necessário que as leis afirmem a igualdade para todos os cidadãos, independentemente da sua religião.²

Quando os muçulmanos são envolvidos em ataques anticristãos, continuam a ser tratados com clemência pelo sistema judicial. A 20 de Fevereiro de 2011, por exemplo, o Tribunal de Última Instância do Estado egípcio absolveu duas de três pessoas suspeitas de assassinares crentes que saíam da igreja após uma missa de Natal copta. A 6 de

¹ Agência Fides, 7 de Dezembro de 2011

² *El-Ahram hebdo*, Cairo, 5 a 11 de Outubro de 2011

Janeiro de 2010, em Nag-Hammadi (província de Qena, Norte do Egípto), seis coptas morreram num ataque semelhante. O terceiro suspeito foi condenado à morte a 16 de Janeiro porque tinham assassinado um transeunte, um muçulmano como ele, e não por ter tomado parte no ataque contra os coptas. Esta injustiça foi denunciada pelo Mons. Cyril, o Bispo Ortodoxo Copta que disse que “o tribunal tinha passado uma sentença de morte por causa de ter sido assassinado um muçulmano. O sistema judicial egípcio está a ignorar as vidas dos seis coptas assassinados, que parecem não ter valor nenhum para a sociedade. Este veredicto entristece os cristãos em todo o mundo, porque prova o que acontece quando a lei da sharia é aplicada pelo Estado.” De acordo com George Sobhy, o advogado que representou os coptas, “todos pensaram que após a revolução as coisas iriam mudar, mas (...) este veredicto só prova que as declarações recentes sobre igualdade, justiça e liberdade para todas as religiões são apenas palavras, sem qualquer significado real”.³

Devemos também ter em conta que, em casos que envolvem ataques contra os coptas levados a cabo por muçulmanos, há um procedimento legal chamado “sessão de reconciliação”, na qual participam representantes de ambas as partes envolvidas, que se realiza para resolver o conflito. Contudo, os resultados nunca dão vantagem ao mais fraco, neste caso os coptas, sobre quem são impostas decisões injustas. Os membros cristãos do Parlamento pretendem exigir que estas práticas sejam abolidas.

No entanto, têm sido feitos alguns progressos no sector judicial. Em Julho de 2011, o Supremo Tribunal emitiu um decreto que permite que os muçulmanos que se converteram ao Cristianismo tenham a sua nova religião registada nos seus bilhetes de identidade, onde até agora são descritos como “ex-muçulmanos”.

Desde a queda do regime de Mubarak, os coptas sofreram nova violência por razões religiosas, no seguimento de um ano de 2010 já marcado por uma série de manifestações de hostilidade contra os cristãos.

A 16 de Novembro de 2010, muçulmanos incendiaram várias casas pertencentes a uma família copta numa aldeia situada a 450 km a sul do Cairo, reagindo a rumores de que um homem planeava casar com uma rapariga muçulmana.⁴

A 24 de Novembro, o governador de Guizeh enviou trabalhadores para destruírem a cúpula de uma igreja a ser construída no distrito de Omraneya. As autoridades coptas tinham obtido permissão para construir a igreja. Os protestos organizados por cristãos foram reprimidos pela polícia e por muçulmanos, e foram mortos dois cristãos coptas.

Na noite entre 31 de Dezembro de 2010 e 1 de Janeiro de 2011, uma bomba explodiu na Igreja Ortodoxa Copta dos Dois Santos em Alexandria, onde tinha acabado de ser celebrada missa. Foram mortas vinte e três pessoas.⁵

Os ataques aos coptas elevaram-se a níveis sem precedentes em 2011.

Entre 15 e 23 de Fevereiro, as forças armadas egípcias atacaram três mosteiros coptas. Em São Bichoï, em Wadi Natroun, os atacantes feriram dois monges e vários trabalhadores, e as tropas depois destruíram os muros construídos pelos monges para

³ Agência AINA, 20 de Fevereiro de 2011

⁴ Agência Fides, 17 de Novembro de 2010

⁵ Agência Fides, 3 de Janeiro de 2011

se protegerem. No mosteiro de São Paulo, perto do Mar Vermelho, soldados atacaram três monges e deitaram abaixo a vedação que protegia a entrada do mosteiro.⁶

A 23 de Fevereiro, foi degolado um sacerdote ortodoxo copta, o P. Daoud Boutros, enquanto estava em casa, na aldeia de Shotb, perto de Assiut (Norte do Egipto), tendo sido acusado de “proselitismo” num site islâmico.⁷

A 9 de Março, nos distritos de Moqattam e Qalaa, no Cairo, treze cristãos foram mortos e 120 feridos nas perseguições anticristãs organizadas por 15.000 islamistas armados dos distritos vizinhos. Oito casas, vinte centros de reciclagem de lixo e trinta camiões de recolha de lixo que eram propriedade dos coptas foram incendiados. À medida que estes acontecimentos decorriam, as forças de segurança destacadas para as entradas dos distritos atacados não só não fizeram nada para proteger os cristãos, como dispararam contra eles usando balas reais.⁸

A 14 de Abril e durante os dez dias seguintes, grupos de islamistas protestaram no exterior da sede do Governo de Qena (Norte do Egipto), bloqueando igualmente a linha de caminho-de-ferro que liga o Cairo ao sul do país, para protestarem contra a nomeação de um governador copta, Emad Mikhaël, o único em todo o país. Para acalmar os manifestantes, o enviado do primeiro-ministro anunciou que a nomeação do novo governador tinha sido suspensa.

A 7 e 8 de Maio, muçulmanos armados atacaram sectores cristãos no distrito de Imbaba (Cairo) e incendiaram as Igrejas de São Menas e da Virgem Maria, saqueando casas e lojas de cristãos. Os cristãos defenderam-se, o que resultou em confrontos nos quais quinze pessoas foram mortas e 262 ficaram feridas. Este ataque foi causado pelo facto de uma mulher cristã, casada com um muçulmano, ter alegadamente abandonado a sua casa e procurado refúgio na Igreja de São Menas.⁹

No início de Setembro, vários muçulmanos atacaram a aldeia de Elmarinab, perto de Edfou (província de Assuan, Norte do Egipto), onde a igreja paroquial dedicada a S. Jorge estava a ser restaurada, com uma autorização aprovada pelo governador. Os atacantes forçaram a interrupção de todo o trabalho a ser realizado pela população maioritariamente cristã, afirmando que o edifício não era mais do que um centro de acolhimento e exigindo que fosse retirado tudo o que o identificasse como local de culto cristão, desde os crucifixos aos sinos, incluindo as cúpulas, ameaçando que o destruiriam completamente se os coptas não obedecessem.¹⁰

No início de Outubro, em protesto contra estes ataques, e também contra a passividade manifestada pelas forças de segurança, os coptas organizaram um protesto pacífico no exterior do edifício que acolhia a cadeia televisiva nacional na Praça Maspero, no Cairo. Exigiram igualmente a libertação de um jovem copta, Michael Nabil, preso por ter criticado o exército no seu blogue. A 16 de Outubro, este protesto foi interrompido primeiro por grupos de homens que cantavam slogans religiosos muçulmanos e depois reprimido por tanques do exército. Trinta pessoas foram mortas e 300 ficaram feridas. O SCAF atribuiu a culpa destes acontecimentos a “elementos estrangeiros”.¹¹

⁶ Compass direct news, 28 de Fevereiro de 2011

⁷ Associated Press, 24 de Fevereiro de 2011

⁸ Agência Fides, 3 de Setembro de 2011

⁹ Compass direct news, 9 de Maio de 2011

¹⁰ Compass direct news, 20 de Setembro de 2011

¹¹ AsiaNews, 10 de Outubro de 2011

O início de 2012 foi também marcado por uma série de ataques anticristãos.

A 19 de Janeiro, uma multidão de muçulmanos salafitas atacou cristãos coptas em Kebly-Rahmaniya, perto de Nag-Hammadi, incendiando casas e lojas.

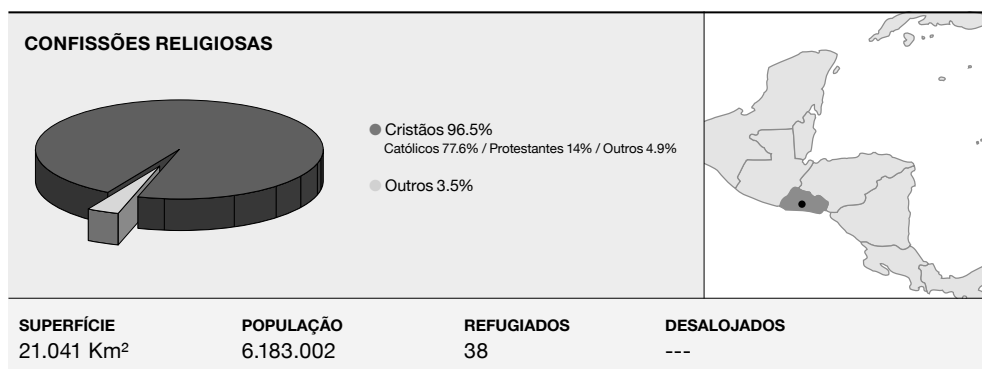
A 26 de Janeiro, dois coptas, Mouwad Assaad e o seu filho Assad Mouwad Assaad, foram mortos a tiro no exterior da sua loja em Bahgoura, perto de Nag-Hammadi.¹²

A 27 de Janeiro, na aldeia de Sharbat, perto de Alexandria, no seguimento de rumores de uma relação entre um jovem copta, Mourad Girgis, e uma rapariga muçulmana, uma centena de muçulmanos armados e enfurecidos foi a casa do homem “culpado”. Aí, saquearam as lojas geridas pelo copta e pela sua família e depois atacaram as casas de outros coptas. A 2 de Fevereiro, um “comité de reconciliação” (um tribunal tradicional), no qual participou o governador de Alexandria e várias autoridades muçulmanas, ordenou a expulsão de oito famílias coptas ligadas a Mourad Girgis. De acordo com um cidadão de Sharbat, o cristão copta Ishak Ibrahim, esta foi uma decisão particularmente injusta. “Foi vergonhoso que os oficiais tivessem de implementar esta fachada de legalidade para estes crimes, sob a forma de uma reconciliação que pune as vítimas e liberta os criminosos”. O deputado liberal Emad Gad pediu que o caso fosse debatido no Parlamento, mas o pedido foi-lhe recusado pelo presidente do Parlamento, Saad Katnani, um membro da Irmandade Muçulmana. Contudo, depois de o caso ter sido largamente noticiado na imprensa internacional, os deputados egípcios anularam a sentença e o Governo prometeu pagar uma indemnização às vítimas.”¹³

¹² AsiaNews, 10 de Janeiro de 2012; 27 de Janeiro de 2012

¹³ La Croix, 16 de Fevereiro de 2012

EL SALVADOR



Legislação

Durante o período em análise neste relatório não houve nenhuma mudança à legislação relativa à liberdade religiosa, que está estabelecida nos Artigos 25 e 26 da Constituição e em leis que garantem a situação legal das organizações religiosas que apresentem um pedido de legalização.

Caso que envolve os responsáveis pelo massacre na Universidade Central Americana

A 30 de Maio de 2011, Eloy Velasco, um juiz do Tribunal Nacional de Espanha, emitiu um mandato internacional de busca e prisão para os responsáveis pelo assassinio de seis sacerdotes jesuítas e duas mulheres, a 16 de Novembro de 1989, no campus da Universidade Central Americana de El Salvador.¹

Em Agosto de 2011, o Supremo Tribunal de Justiça de El Salvador libertou os nove responsáveis por este massacre que se tinham entregado às autoridades,² afirmando que o pedido emitido pela Interpol apenas solicitava que os soldados fossem identificados e não a sua detenção tendo em vista uma possível extradição para Espanha.

Confrontado com este resultado, o presidente da Conferência Episcopal disse que esperava que o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) agisse sem ceder a pressões e no respeito da lei quando fosse solicitada a extradição. “Deixamos esta questão nas mãos do sistema judicial do país e esperamos que eles (os juízes do STJ) tomem a melhor decisão, com toda a calma e responsabilidade, tendo em conta o que é melhor e no quadro da lei, da justiça e da legalidade.”³

O Instituto de Direitos Humanos (Jesuíta) da Universidade Central Americana e o Centro de Justiça e Direito Internacional expressaram o desejo de continuar a cooperar com o sistema judicial espanhol.

Em Janeiro de 2012, Hugo Martínez, autoridade judicial máxima de El Salvador, confirmou que tinha recebido um pedido formal de extradição da parte de Espanha.

¹ www.elmundo.es, 31 de Maio de 2011

² www.aciprensa.com, 9 de Agosto de 2011

³ www.sedac.info/index.php?option=com_content&view=article&id=266:la-iglesia-en-el-salvador-pide-que-la-corte-suprema-de-su-pais-decida-sin-presiones-sobre-las-extradiciones&catid=1:latest-news

Ocupação da Catedral

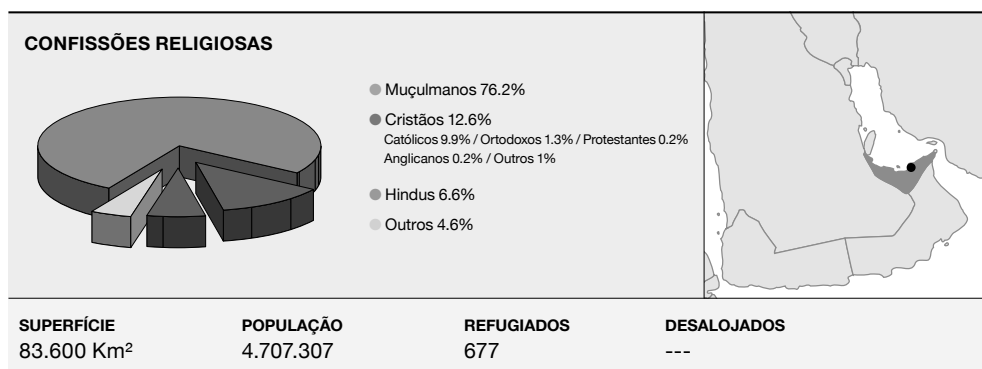
Em Janeiro de 2012, a Catedral Metropolitana de São Salvador foi ocupada por antigos combatentes e sindicalistas governamentais que exigiam a implementação dos Acordos de Paz, sobretudo todos os que diziam respeito à indemnização de antigos combatentes e suas famílias, bem como a restituição dos empregos aos sindicalistas, dos quais acreditavam terem sido injustamente despedidos. Durante a Semana Santa, o Arcebispo de São Salvador, José Luis Escobar, queixou-se da ocupação contínua da catedral, afirmando que ocupar qualquer catedral constitui uma violação do Artigo 25 da Constituição da República relativo à liberdade de culto.⁴

Finalmente, a 17 de Abril, no seguimento de negociações com as autoridades governamentais, os manifestantes abandonaram a catedral que tinham ocupado durante noventa e seis dias. Nenhuma missa foi celebrada na catedral enquanto durou esta ocupação.⁵

⁴ www.aciprensa.com, 4 de Abril de 2012

⁵ www.aciprensa.com, 17 de Abril de 2012

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS



O Islão é a religião oficial dos sete emirados que fazem parte dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e da sua Constituição Federal.

A Constituição garante a liberdade de culto aos não muçulmanos, desde que não viole a leis ou a moral pública. O Artigo 75 do regulamento do Supremo Tribunal Federal afirma: “O Supremo Tribunal deverá aplicar as disposições da *sharia* islâmica, as leis federais e outras leis em vigor nos Emirados que são membros da federação e que são coerentes com as disposições da *sharia* islâmica. Os usos e os princípios da lei natural e da lei comparativa serão aplicados na medida em que não se oponham às disposições desta *sharia*.”

Os Emirados estabeleceram relações diplomáticas de pleno direito com a Santa Sé em Maio de 2010.

A 11 de Dezembro de 2010, o ministro da Educação Superior e Investigação Científica, Xequé Nahyan bin Mubarak Al Nahyan, participou na cerimónia de inauguração da igreja ortodoxa copta construída em Al-Ain.

Na Sexta-feira Santa, a pequena comunidade católica filipina de Abu Dhabi foi autorizada a organizar a peregrinação tradicional às “sete igrejas” dos poucos edifícios religiosos do país, que ficam a mais de 100 km de distância uns dos outros. Orlan Santos, uma enfermeira do hospital de Al Ain em Abu Dhabi que foi também a organizadora da iniciativa, afirmou que participaram dezenas de pessoas, apesar da distância e do calor do deserto. Entre essas pessoas estiveram também muitos católicos estrangeiros que vivem e trabalham nos EAU.¹

A primeira igreja ortodoxa russa foi inaugurada em Junho de 2011 em Sharjah, após quatro anos de trabalhos de construção. Baptizada com o nome do Apóstolo Filipe, é a primeira na península árabe a ter cinco cruzeiros de ouro sobre as suas cúpulas. Muitas vezes, para concederem autorização para construir locais de culto cristãos, as autoridades pedem aos cristãos que evitem exibir símbolos explícitos. O Patriarca de Moscovo escreveu na sua página de Internet que este acontecimento “tão importante para a comunidade na região” ocorreu graças ao Emir de Sharjah, o Sultão bin Muhammad.²

¹ AsiaNews, 22 de Abril de 2011.

² AsiaNews, Junho de 2011.

EQUADOR



Alterações legislativas

Apesar das garantias (Secção III, Capítulo 2, Artigo 11)¹ de liberdade de consciência e religião, tanto em privado como em público, individual e colectivamente, contidas na Constituição de 1998, uma ofensiva por parte de secularistas radicais está a causar grande preocupação entre os fiéis.

Um exemplo disto é um projecto de lei intitulado *Lei Orgânica da Profissão Religiosa e da Ética Secular*, atribuído a um representante do Governo e distribuído oficiosamente em Agosto de 2011.

Mesmo que não tenha chegado ao ponto de ser formalmente apresentada à Assembleia Nacional, esta proposta de lei tem tido um impacto significativo entre os cristãos católicos e evangélicos,² que reagiram fortemente contra ela, uma vez que pede o encerramento das escolas geridas por instituições religiosas, a proibição de uso do traje eclesiástico, que é o símbolo da missão dos sacerdotes, fora dos locais de culto, além de outras restrições ao exercício do seu ministério, tudo isto com o objectivo de evitar a “ostentação da religião que professam”.³

Confrontados com possíveis reformas ao código penal, que estabelecem a possibilidade de poderem ser punidos os sacerdotes de qualquer religião que se destaquem por apoiar ou opor-se a partidos ou movimentos políticos, o presidente da Conferência Episcopal disse: “É, claramente, discriminação por motivos religiosos. De facto, um sacerdote será assim proibido de realizar o que outros são autorizados a realizar, privando-o da igualdade perante a lei. A mais alta autoridade eleitoral, tal como definido na Constituição, permite que os sacerdotes se candidatem às eleições, tal como se vê na actual composição da Assembleia.” No entanto, esclareceu: “Nós, sacerdotes católicos, assumimo-lo como fazendo parte da nossa missão específica e, caso não o respeitemos, a nossa missão ficará incompleta. Mas sabemos que proclamar o Evangelho, no qual os direitos humanos fundamentais estão contidos, nunca significa envolvermo-nos em política da maneira previamente mencionada, mas sim cumprirmos o nosso dever. Ouvimos isto da mais alta autoridade da Igreja, especificamente em relação ao Equador.”⁴

¹ www.ecuanex.net.ec/constitucion

² *Zenit.org*, 30 de Agosto de 2011.

³ www.noticiacristiana.com/sociedad/persecuciones/2011/08/ecuador-prepara-ley-que-prohibira-colegios-religiosos-procesiones-y-mas.html

⁴ www.iglesiaticolica.ec/web/component/content/article/1-novedades/218-la-conferencia-episcopal-ante-las-reformas-a-la-legi

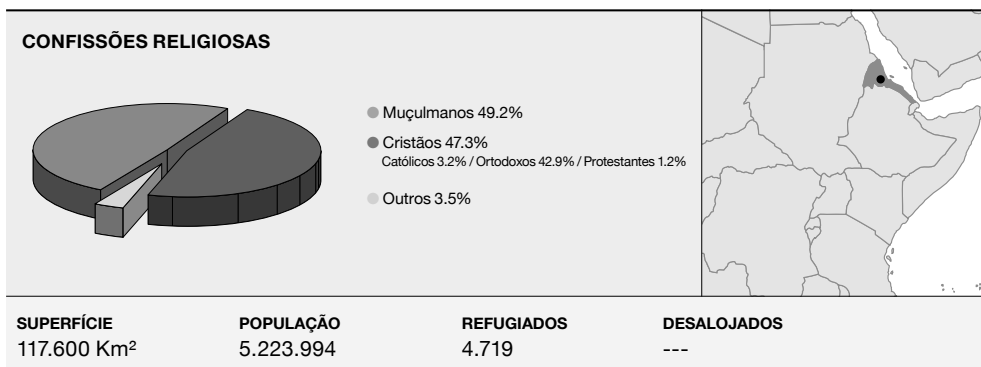
Questões entre a Igreja Católica e o Estado

No seguimento da nomeação de um administrador apostólico, anteriormente atribuída à Ordem Carmelita, do Vicariato Apostólico de S. Miguel de Sucumbios, pertencente ao grupo espiritual chamado Arautos do Evangelho, em Março de 2011, o presidente Rafael Correa criticou esta associação, classificando-a como seita fundamentalista e ultraconservadora, e também ameaçou opor-se a ela com base no *Modus Vivendi* de 1937 entre o Estado equatoriano e o Vaticano.

Em Maio, em relação aos problemas que surgiram com uma mudança na administração pastoral, a Conferência Episcopal Equatoriana emitiu uma declaração sobre como, devido às disposições emitidas pelo Superior Geral da Ordem Carmelita, os monges que até agora serviam nesta área se tinham retirado, deixando as suas tarefas oficialmente nas mãos do delegado pontifício, do Bispo Angel Polivio Sánchez, do Bispo Guaranda e do secretário-geral da Conferência Episcopal Equatoriana. Esta declaração também acrescentou que os missionários que pertenciam aos Arautos do Evangelho tinham decidido, por delicadeza e respeito para com o Santo Padre, transferir para ele a nomeação recebida.⁵

⁵ www.zenit.org/article-39378?l=spanish

ERITREIA



Aspectos judiciais e institucionais

A Constituição aprovada pela Assembleia Nacional em 1997 garante a liberdade religiosa, mas até agora ainda não entrou em vigor e o executivo continua a governar por decreto. Um decreto emitido em 1995 apresentava as quatro únicas confissões religiosas reconhecidas pelo Estado: a Igreja Ortodoxa eritreia, a Igreja Luterana Evangélica da Eritreia, a Igreja Católica e o Islão. O Estado interfere muito nos trabalhos internos das quatro religiões oficialmente reconhecidas e tem conseguido agregar ortodoxos, luteranos e muçulmanos, garantindo que as suas hierarquias estão repletas de homens leais ao regime. A Igreja Católica mantém-se autónoma.

As religiões não reconhecidas oficialmente foram toleradas até 2002, quando um decreto lhes impôs requisitos de registo, sem os quais as suas actividades seriam consideradas ilegais. A informação necessária para o registo inclui uma descrição da história do grupo na Eritreia, as diferenças em relação às outras religiões, os nomes e informação pessoal sobre todos os líderes, informação detalhada sobre património e bens individuais e de grupo, bem como apoio financeiro recebido do estrangeiro. Apesar de muitas religiões se candidatarem e darem toda a informação exigida desde 2002, nenhuma delas recebeu aprovação governamental, que requer uma assinatura do chefe de Estado. O Governo não aprovou, especificamente, o registo da Igreja Presbiteriana Meherete Yesus, o da Igreja Adventista do Sétimo Dia, o da Igreja Missão de Fé e o da comunidade Bahá'i, apesar de terem cumprido todos os requisitos de registo. Como consequência, as actividades religiosas destes grupos, incluindo a oração comunitária e individual, são consideradas ilegais e sujeitas a repressão. Na realidade, a informação recolhida pelo Governo tem sido usada para perseguir ainda mais as igrejas ou comunidades a quem o registo não foi concedido. Centenas de fiéis têm sido detidos e fechados em prisões militares. Pelo menos vinte e um cristãos filiados em Igrejas não registadas e uma testemunha de Jeová morreram na prisão desde que a repressão teve início. Apenas algumas autoridades locais toleram as práticas religiosas em residências privadas dos grupos não registados.

A comunicação social controlada pelo Governo descreve habitualmente os grupos cristãos não registados como instituições imperialistas inspiradas nos Estados Unidos, cuja missão é propagar a divisão no país. Os governos locais são desencorajados de permitirem que os seguidores destes grupos usem os cemitérios públicos para realizarem funerais dos seus membros.

As religiões autorizadas têm de obter autorização do Gabinete dos Assuntos Religiosos para imprimir e distribuir literatura aos fiéis, bem como para celebrarem missas e outras

actividades religiosas. As confissões religiosas estão proibidas de comentar questões políticas, verbalmente ou através dos meios de comunicação. A construção de locais de culto requer aprovação governamental, que estabeleceu normas rígidas para as relações entre as Igrejas e os patrocinadores estrangeiros, sobretudo quando se trata de apoio financeiro. As religiões autorizadas devem apresentar relatórios sobre as suas actividades de seis em seis meses ao Governo. Ao longo de 2011, o Departamento dos Assuntos Religiosos repetiu a sua admoestação às quatro religiões aprovadas para que deixassem de aceitar fundos vindos do estrangeiro e fossem financeiramente auto-suficientes. Este aviso não teve seguimento.

Até mesmo os religiosos estão sujeitos ao recrutamento militar, que na Eritreia significa actualmente serviço ilimitado devido ao estado de guerra com a vizinha Etiópia. Existe uma excepção parcial para sacerdotes e seminaristas católicos, para quem o serviço militar tem sido substituído por um ano de serviço comunitário. Em muitos casos, os seminaristas têm sido aí mantidos depois de concluído o seu serviço comunitário obrigatório, não se respeitando assim os acordos celebrados com os bispos católicos. Ao longo de 2011, o Governo tentou novamente convocar seminaristas, sacerdotes católicos, religiosos e religiosas com menos de 30 anos de idade, apenas recuando perante a resistência firme da Igreja e a pressão diplomática de alguns governos, entre os quais o Governo italiano e a Santa Sé. Tem havido protestos por parte dos fiéis em paróquias de Asmara e noutros locais. Se o Governo tivesse dado seguimento às suas intenções, pelo menos 600 pessoas teriam sido forçadas a deixar as suas paróquias e conventos, e a reportarem a campos de treino para prestarem serviço militar sem prazo definido.¹

Católicos

A pequena comunidade católica, que corresponde a 4% da população, tem conseguido até agora evitar a interferência do Governo, sobretudo no que diz respeito à expropriação de património eclesástico. Em 1995, o Governo emitiu um decreto em que declara que as Igrejas devem limitar as suas actividades ao culto religioso e cessar todo o trabalho de beneficência, que é uma função do Governo, bem como renunciar ao financiamento estrangeiro que as apoia. Dois anos mais tarde, o Governo tomou finalmente medidas práticas. Enquanto a Igreja Luterana lhe passou todo o trabalho de beneficência, a hierarquia católica resistiu com sucesso. Em 2007, o Governo entrou em ofensiva com um novo decreto, anunciando a nacionalização, no prazo de duas semanas, de cinquenta escolas, vinte e cinco clínicas e centros de saúde, sessenta infantários e vários negócios propriedade da Igreja. Apesar disto, apenas uma propriedade agrícola, uma escola e um infantário foram confiscados, na vila de Assab. Em 2011, a Igreja Católica recebeu várias cartas dos ministérios pedindo um inventário das propriedades e do património pertencente à Igreja. Estes requisitos foram entendidos como precursores de novas expropriações.

Entre 2007 e 2008, o Governo eritreu forçou o êxodo de dezoito missionários católicos por não terem renovado os seus vistos de residência. Devido ao recrutamento militar que inclui a possibilidade de chamar todos os homens até aos 45 anos de idade e as mulheres até aos 40 anos, os sacerdotes e religiosas eritreus abaixo destas idades não podem continuar os seus estudos nas faculdades de teologia das universidades

¹ Para consultar informação mais geral, ver: *United States Commission on International Religious Freedom 2012 Annual Report*; Release International.org; Open Doors; HRWF.

pontifícias em Roma ou tornar-se missionários no estrangeiro. Nenhum cidadão eritreu que esteja dentro do critério de idade referido está autorizado a deixar o país, excepto por razões especiais.

Ortodoxos

No início de 2006, o Patriarca Abuna Antonios foi deposto como chefe da Igreja Copta da Eritreia, por decisão de um sínodo que foi convocado de forma claramente irregular. O patriarca ainda é o único líder da Igreja Ortodoxa eritreia reconhecido legalmente pelas Igrejas Ortodoxas Orientais em todo o mundo e em particular pela Igreja Copta de Alexandria, com quem existe um vínculo hierárquico. O sínodo que o depôs não foi presidido pelo patriarca, mas sim por um administrador leigo, nomeado pelo Patriarca Abuna Antonis algum tempo antes por imposição do Governo. A 27 de Maio de 2007, um patriarca favorecido pelo Governo, Abuna Dioskoros, assumiu o lugar. É o quarto patriarca da Eritreia e não é reconhecido pelas outras Igrejas Ortodoxas Orientais ou pela maior parte do clero e dos fiéis eritreus.

Abuna Antonios tem estado sob prisão domiciliária desde 2005 e a sua saúde deteriorou-se ao longo de 2011. Em 2007, no seguimento de uma busca à sua casa realizada por representantes governamentais, as suas insígnias, vestes patriarcais e outros objectos religiosos pessoais foram confiscados. Desde então, não tem tido contacto com o mundo exterior e tem-lhe sido negado atendimento médico.

Relatórios da *Christian Solidarity Worldwide* falam de um crescente número de religiosas e sacerdotes ortodoxos que fugiram do país desde Julho de 2005, quando a sua isenção do serviço militar obrigatório foi revogada. Não tem havido notícias sobre os três membros reformistas do clero ortodoxo que foram detidos em 2005.²

Comunidades cristãs não reconhecidas

O Governo continua a perseguir, deter e reter, sem acusação formal, sem acesso a assistência jurídica e sem possibilidade de visitas da família, muitos membros de grupos religiosos não reconhecidos. As estimativas sugerem que há entre 2.000 e 3.000 detidos por razões de consciência, individualmente ou em grupo, durante encontros de oração (sobretudo quando o número de pessoas reunidas excede as cinco pessoas). Entre eles estão dezenas de líderes e pastores das igrejas pentecostais.

Todos estes presos estão detidos em condições extremamente miseráveis, seja em celas subterrâneas ou em contentores metálicos de carga e expostos a extremos de calor durante o dia ou de frio durante a noite, por longos períodos e sem visitas familiares ou quaisquer procedimentos legais devidos. Os centros de detenção onde este tipo de presos está detido encontram-se habitualmente dentro de bases militares, em Mai Serwa, Sawa e Gelalo, bem como em esquadras de polícia na capital e noutras cidades. O Governo abriu um campo para prisioneiros de consciência religiosa perto de Meiter (ou Mitire). Muitas declarações de testemunhas, desta e de outras prisões, atestam os maus-tratos e torturas, especialmente com o objectivo de forçá-los a renegarem a sua fé.

Um método de tortura frequentemente referido consiste em fazer o prisioneiro ajoelhar sobre um tronco de árvore, forçá-lo a perder o equilíbrio e bater violentamente nas solas dos pés quando ele cai.

² *Christian Solidarity Worldwide*, Relatório de 2012

Os detidos são espancados durante os interrogatórios, quebrando frequentemente os membros. Por vezes, são amarrados até 48 horas enquanto estão na solitária. Podem ficar em celas de solitária durante meses.

À parte dos espancamentos, a punição pode também consistir em pendurá-los pelos braços às árvores, ou amarrá-los em posições contorcidas e expô-los ao sol durante muitas horas ou mesmo dias, sujeitos a afogamentos simulados ou privados de água por longos períodos.

Outra forma de maus-tratos reportada por prisioneiros detidos em solitárias é serem forçados, durante a única hora em que podem estar fora da cela, a caminhar descalços sobre pedras e espinhos, ao mesmo tempo que lhes batem com moccas de plástico duro se não caminharem suficientemente depressa.

Testemunhos recolhidos em Dezembro de 2010 pela organização evangélica americana *Strategic World Impact* documentam condições extremamente duras nas prisões para os detidos cristãos. Um fugitivo chamado “Benji” diz que durante os três anos em que esteve detido foi encarcerado em contentores metálicos de carga expostos a temperaturas elevadas e em grutas cujas entradas tinham portas com barras de ferro. Os espancamentos, as execuções simuladas e a privação de alimento e água foram lugares comuns durante a sua detenção, todos eles acompanhados de exigências por parte dos carcereiros para que renegasse a sua fé. Alguns dos seus 300 colegas de prisão morreram devido aos maus-tratos.

Em Janeiro de 2011, a Wikileaks publicou 2.008 telegramas da Embaixada dos Estados Unidos na Eritreia nos quais os prisioneiros libertados falavam das condições miseráveis a que os cristãos e os outros presos estavam sujeitos. “Os detidos recebiam dois pedaços de pão três vezes ao dia. Um balde no meio da cela servia como latrina quando não podiam ser escoltados às casas de banho, mas estava constantemente a transbordar e contaminava a cela com urina e fezes. Muitos detidos não conseguiam falar devido à falta de água, pois a língua ficava presa ao céu-da-boca por causa da sede.” Isto passava-se numa cela com 11×12 metros com pelo menos 600 detidos, colocados em condições tão exíguas que não podiam deitar-se. Os detidos eram espancados nas solas dos pés.³

Alguns dos detidos por razões religiosas eram testemunhas de Jeová, que recusam o serviço militar e a quem não é disponibilizada a alternativa do serviço comunitário. Outros detidos são soldados a quem foi apreendida literatura religiosa ou que foram surpreendidos a prestar culto de acordo com os ritos de uma religião não autorizada. Algumas unidades militares permitem que os recrutas tenham e façam uso de literatura religiosa não autorizada.

Muçulmanos

O Governo não permite actividades por parte de grupos islâmicos que considera radicais ou inspirados no estrangeiro. Mas a grande maioria dos muçulmanos detidos, pelo menos 180, são de facto críticos não violentos da política religiosa do Governo de nomear o Grande Mufti através do Departamento dos Assuntos Religiosos, apesar da oposição da maioria da comunidade.

³ *Christian Solidarity Worldwide*, Eritreia: testemunho de tortura editado, 3 de Janeiro de 2012

Mortes na prisão

Sabe-se que seis cristãos, detidos por pertencerem a religiões não reconhecidas, morreram na prisão em 2011. Incluindo os que morreram em anos anteriores, pensa-se que ao todo vinte e um cristãos morreram por maus-tratos, falta de cuidados de saúde e condições duras na prisão desde que teve início a perseguição em 2002 e até ao final de 2011. Pela primeira vez, uma testemunha de Jeová morreu na prisão em 2011.

A primeira morte noticiada foi a da Sra. Seble Hagos Mebrahtu, de 27 anos, que morreu de malária não tratada pelas autoridades prisionais no campo de internamento militar de Sawa. Foi detida e torturada depois de ser descoberta a ler a Bíblia dentro da sua própria casa.

Entre Julho e Agosto, duas mulheres, Hiwet Tesfu, de 23 anos e Zemame Mehari, de 27, morreram na prisão, na base militar de Alla. Foram detidas por terem participado numa oração não autorizada em Decameré, a 15 km de Alla, em Abril de 2009. Hiwet e Zemame estavam num estado de saúde deplorável, tendo sido sujeitas a tortura e maus-tratos, e tendo-lhes sido negados cuidados médicos.

No final de Agosto, Angesom Teklom Habtemichel, de 26 anos, morreu na prisão na base militar de Adi Nefase, perto do porto de Assab. Sofria de malária e tinha-lhe sido recusado tratamento depois de se ter negado repetidamente a renunciar à fé cristã. Esteve detido durante dois anos.

Em Outubro, duas mulheres, Terhase Gebremichel Andu, de 28 anos e Ferewine Genzabu Kifly, de 21, morreram de problemas de saúde causados pela fome na prisão da base militar de Adersete. Tinham sido detidas em conjunto em 2009 durante uma oração na vila de Tessenai. Foram torturadas na prisão e foram-lhes recusados medicamentos que tinham pedido.

Misghina Gebretinsae é a primeira testemunha de Jeová eritreia a ter morrido na prisão. Faleceu na base militar de Meiter, um centro de detenção com má fama para detidos por razões de consciência religiosa. Misghina, de 62 anos, morreu de razões não especificadas pouco antes de 20 de Julho e o seu corpo foi devolvido à família. Foi preso em 2008 e esteve na solitária durante uma semana, num contentor metálico, pouco antes de ter morrido.⁴

Católicos detidos

A 27 de Abril, 120 católicos foram detidos na vila de Segeneiti (20.000 habitantes) por protestarem contra o recrutamento de nove sacerdotes para o serviço militar (cinco de Segeneiti e quatro das aldeias de Hebo, Akrur, Ade Angefom e Degra) que tinham sido convocados na base militar de Sawa. A acção contra os nove sacerdotes era uma vingança por causa da missa celebrada na igreja católica de Segeneiti em memória dos que tinham morrido afogados no Mediterrâneo. A multidão, composta na sua maior parte por mulheres e idosos, estava a caminhar e a rezar em cortejo atrás de uma cruz até ao gabinete de administração civil, onde foram todos detidos. Nos dias que se seguiram, até 5 de Maio, a maior parte foi libertada. Não há notícias concretas sobre os sete professores da escola preparatória da diocese, que ainda estavam detidos após aquela data.⁵

⁴ *The Christian Post*, 26 de Outubro de 2011.

⁵ *Nigrizia*, Junho de 2011

Detenções de cristãos pertencentes a confissões religiosas não reconhecidas

Mais de cem cristãos pertencentes a comunidades religiosas não reconhecidas foram detidos entre 31 de Dezembro de 2010 e 9 de Janeiro de 2011 em igrejas de Asmara e Nakfa. Uma congregação inteira com quarenta e uma pessoas foi detida, a 31 de Dezembro, durante uma missa na Igreja Filadélfia de Asmara e muitas delas foram espancadas durante o interrogatório na esquadra de polícia número 1. O mesmo destino esperou vinte e sete cristãos pertencentes a várias igrejas (incluindo Kale-Hiwet e Mulu-Wengel), que foram detidos a 1 de Janeiro de 2011 na região à volta de Asmara e mantidos na esquadra de polícia número 5. A 9 de Janeiro, trinta e cinco pessoas foram detidas, incluindo quinze mulheres e dois homens idosos e doentes, numa casa privada em Nakfa. Alguns dos detidos nos três episódios acima referidos tinham sido recentemente libertados da prisão na sequência de detenções anteriores.⁶

Em Maio, sessenta e quatro cristãos foram detidos em Adi Abeyto, uma aldeia perto de Asmara, devido a actividades religiosas consideradas ilegais. Seis foram libertados, mas não houve mais notícias sobre todos os outros, excepto o facto de poderem ter sido mantidos numa das esquadras de polícia da capital ou transferidos para a prisão da base militar de Meiter, em condições particularmente desagradáveis.

A 2 de Junho, vinte e seis estudantes da Faculdade de Tecnologia Mai-Nefhi, perto de Asmara, foram detidos por actividades religiosas consideradas ilegais. Não há notícias sobre a sua libertação e teme-se que tenham sido transferidos para a prisão militar de Meiter. A sua detenção faz subir para 193 o número de cristãos detidos desde o início de 2011.⁷

Algures entre o final de Novembro e o início de Dezembro, o evangelista eritreu Mussie Eyob, de 33 anos, foi detido e transferido para local desconhecido. Tinha sido deportado da Arábia Saudita por pregar o Cristianismo perto da mesquita de Jeddah.⁸

Conversões forçadas

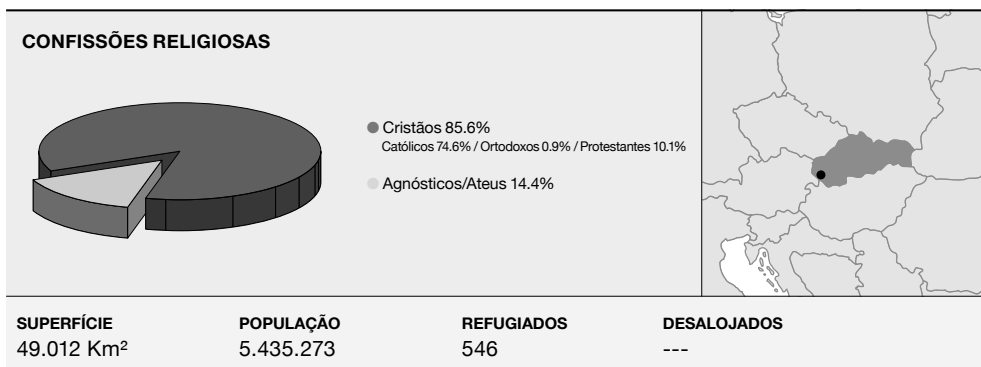
Em 2011 houve também informações de que agentes policiais estavam a forçar os membros dos grupos religiosos não registados a assinarem declarações em que renegavam a sua fé e declaravam fidelidade à Igreja Ortodoxa eritreia tewahedo, como condição para serem libertados da prisão. Estas pessoas são detidas com frequência e sujeitas a violência até concordarem em assinar estes documentos. Há informações que dizem que alguns deles são sujeitos a controlos após a sua libertação, para garantir que não praticam a fé renegada e para não realizarem proselitismo. Em certos casos, as autoridades pediram a sacerdotes da Igreja Ortodoxa eritreia que escrevessem cartas a confirmar que a pessoa regressou à Igreja Ortodoxa. Da mesma forma, a polícia forçou pessoas que não pertenciam a qualquer confissão religiosa a escolherem uma das confissões aprovadas, caso quisessem ser libertadas.

⁶ *The Christian Post*, 21 de Janeiro de 2011

⁷ *Release-Eritrea*, 23 de Junho de 2011

⁸ *Release-Eritrea*, 3 de Dezembro de 2011

ESLOVÁQUIA



A relação entre a Igreja e o Estado pode ser caracterizada como uma relação de coordenação e paridade. Não existe uma Igreja do Estado com privilégios especiais. As Igrejas são entidades legais que estão sujeitas a restrições provenientes de normas geralmente vinculativas. A República da Eslováquia é neutra no que diz respeito a religião e ideologia.

No preâmbulo da Constituição é reconhecida a herança espiritual de S. Cirilo e S. Metódio. A Secção 24 garante liberdade de pensamento, consciência, confissão religiosa e crenças. Todos são livres na sua escolha de crença ou religião, ou de não crer, e de manifestá-lo.

As Igrejas e comunidades religiosas são totalmente independentes do Estado. Estabelecem as suas próprias instituições, nomeiam o clero e disponibilizam ensino religioso. O Estado apoia financeiramente as Igrejas e comunidades religiosas registadas, por exemplo ajudando-as a levar a cabo o seu trabalho caritativo, preservando património cultural e apoiando o funcionamento dos seus escritórios. Elas também beneficiam de certas isenções fiscais. O Estado garante o seu estatuto legal e funções na vida pública. As Igrejas são vistas como parte significativa da vida cultural e social do Estado. Por isso, são consideradas como entidade legal especial e são-lhes dados direitos constitucionais, como por exemplo inviolabilidade da privacidade, protecção de propriedade, direito a requerer petições, direito de reunião e direito de acesso a tribunal.¹

O Tribunal Constitucional aceitou como válida a alteração à lei do registo legal dos grupos religiosos que aumentaram o número de pedidos de reconhecimento e isto de facto pôs em desvantagem os grupos minoritários, pois é necessário ter pelo menos 20.000 membros para efectuar o registo.²

O registo ainda não é obrigatório no país, embora as comunidades reconhecidas recebam benefícios do Governo, incluindo um subsídio para o clero, o pagamento de despesas de escritório, direitos de visita e a capacidade de realizar proselitismo nas prisões e hospitais, a oportunidade de celebrar casamentos religiosos válidos e o acesso a canais de televisão.

Em termos da devolução de propriedades confiscadas sob o regime comunista, alguns casos permanecem abertos, embora exista um número bastante pequeno de casos apresentados a tribunal.

¹ www.euresisnet.eu/Pages/ReligionAndState/SLOVAKIA.aspx

² <http://www.ekklesia.co.uk/node/11554>

O Governo, os municípios, as entidades governamentais e indivíduos envolvidos estão de novo na posse das suas propriedades nas condições segundo as quais se encontram actualmente, mas infelizmente as igrejas, sinagogas e cemitérios estão muitas vezes em condições de grande pobreza e degradação, e os grupos religiosos a quem pertencem não têm os fundos necessários para os restaurar e depois usar. Actualmente, a lei não oferece indemnizações por danos a estas estruturas.³

Com excepção da Igreja Reformada, os grupos religiosos ainda têm poucas queixas pendentes. Embora não haja um número estatístico preciso das propriedades devolvidas, a Conferência Episcopal da Eslováquia calculou que a Igreja Católica tenha recebido aproximadamente 60% das propriedades devolvidas.⁴

³ <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?dliid=192861>

⁴ <http://www.buongiornoslovacchia.sk/index.php/archives/30504>

ESLOVÉNIA



No Artigo 7, a Constituição eslovena de 1991 decreta a separação entre o Estado e as comunidades religiosas, a quem o Artigo 41 garante total liberdade religiosa.¹

O registo não é obrigatório para os grupos religiosos, mas os que desejem fazê-lo podem registar-se no Gabinete Governamental para as Comunidades Religiosas, de modo a adquirirem estatuto legal.

A 3 de Março de 2007 entrou em vigor uma nova lei sobre liberdade religiosa, a Lei da Liberdade Religiosa.² A lei clarifica o respeito do Estado pelo direito à liberdade religiosa, o estatuto legal e os direitos das diversas confissões religiosas e dos seus membros, os procedimentos a seguir para o registo destes grupos, as oportunidades disponíveis para os grupos registados e as responsabilidades do Gabinete do Governo para as Comunidades Religiosas.

No fim do ano de 2011, o Governo tinha adjudicado aproximadamente 99% dos 1.191 pedidos católicos de reprivatização de propriedades – igrejas e edifícios de apoio, residências, comércio e florestas – que tinham sido nacionalizadas após a Segunda Guerra Mundial.³

As negociações entre o Governo, a Organização Mundial de Restituição Judaica e a comunidade judaica da Eslovénia, anunciadas em 2010, ainda não tiveram início. Por isso, ainda não ocorreu a restituição dos bens pertencentes à comunidade judaica ou às pessoas exterminadas durante o Holocausto e sem herdeiros.

O Governo promoveu a tolerância através dos seus programas nas escolas primárias e secundárias, e tornou o Holocausto num assunto obrigatório no programa curricular de História Contemporânea das escolas primárias e secundárias.⁴

Não houve relatos de quaisquer casos de abuso ou perseguição devido a crenças religiosas e, em geral, as relações inter-religiosas permanecem amigáveis. Por exemplo, a 27 de Abril de 2011, o Arcebispo Católico Anton Stres reuniu com o Rabi Principal da comunidade judaica da Eslovénia, Ariel Haddad, quando as comunidades católica e judaica celebraram a Páscoa e a Páscoa Judaica.⁵

¹ http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=180804

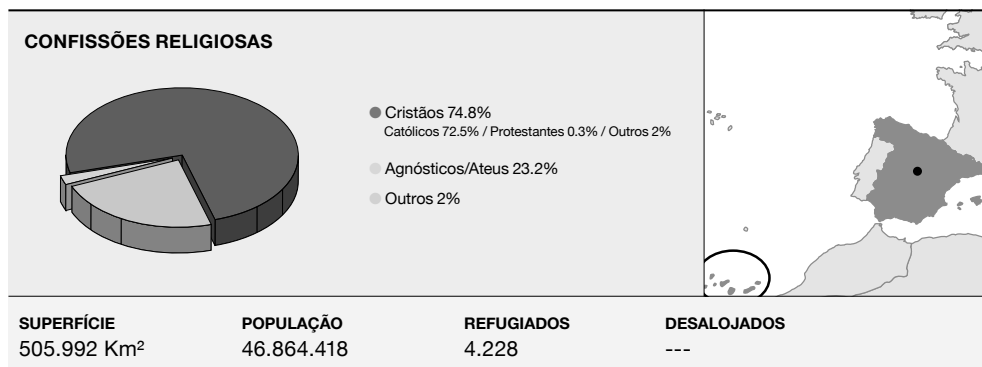
² http://www.arhiv.uvs.gov.si/en/religious_freedom_in_the_rs/index.html

³ <http://www.unhcr.org/refworld/country,,,SVN,4562d8b62,502105865f,0.html>

⁴ <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?dliid=192863>

⁵ STA – (Slovenska tiskovna agencija), <http://www.sta.si/vest.php?s=a&id=1631181>

ESPAÑHA



Em Maio de 2012, ao receber um prémio em Madrid por defender a liberdade religiosa, o sociólogo italiano Massimo Introvigne comentou que “a espiral de intolerância contra os cristãos no Ocidente [...] revela-se em três fases. Na primeira, assume a forma de intolerância cultural. Na segunda, transforma-se em discriminação legal. Na terceira, converte-se em crimes motivados pelo ódio. Os agentes sociais envolvidos nestas três fases são obviamente diferentes, mas a linha divisória entre elas é muito fina e frágil.”¹ Partindo dos comentários de Introvigne e dos acontecimentos recentes no país, é possível dizer que, durante o período em análise, a Espanha presenciou muitos episódios de intolerância religiosa, isto apesar do facto de a liberdade religiosa estar garantida.

Jornada Mundial da Juventude 2011

Alguns dos exemplos mais flagrantes de intolerância ocorreram durante a Jornada Mundial da Juventude em Madrid (JMJ), presidida pelo Papa Bento XVI em Agosto de 2011.

A Associação *Europa Laica* (Europa Laica) e a *Asociación Madrileña de Ateos y Librepensadores* (Associação Madrileña de Ateus e Livres Pensadores) enviaram um formulário modelo de movimentação de emergência a todos os municípios da Comunidade Autónoma de Madrid, instigando os membros a aprovarem um voto formal de censura e protesto contra a visita papal e criticando os municípios por apoiarem um acontecimento que, na perspectiva destas associações, era de natureza privada.²

A 17 de Agosto, cerca de 2.000 pessoas participaram numa manifestação antipapal. Num confronto, alguns manifestantes atacaram cerca de vinte peregrinos.

Na Comunidade Autónoma de Madrid, o partido Esquerda Unida pediu que fossem retirados os estandartes da Jornada Mundial da Juventude dos edifícios públicos, com o argumento de que “as instituições públicas devem respeitar a perspectivas de todos os cidadãos e não apenas as de alguns.”

Alguns membros do Conselho de Governadores da Rádio e Televisão Espanhola (RTVE) criticaram a “excessiva” cobertura mediática da JMJ realizada pelas empresas estatais Rádio Nacional de Espanha (RNE) e Televisão Espanhola (TVE).³

¹ INTROVIGNE, Massimo. “*La difesa dei cristiani perseguitati nelle istituzioni europee*” (A defesa dos cristãos perseguidos pelas instituições europeias). Conferência de encerramento da 2.ª Jornada sobre Liberdade Religiosa no Mundo, Madrid, 11 de Maio de 2012.

² *El País*, 7 de Julho de 2011.

³ *El Periódico de Extremadura*, 1 de Abril de 2011; *Diariopolítico.com*, *Finanzas.com*, *ABC*, 12 de Abril de 2011; *Público*, 9 de Agosto de 2011; *El Mundo*, 10 de Agosto de 2011; *El País*, 11 de Agosto de 2011; *El País*, *La Razón*, 8 de Setembro de 2011; *La Razón*, 17 de Setembro de 2011.

Manifestações públicas contra a religião

Em 2011 e 2012, o Supremo Tribunal de Justiça de Madrid proibiu uma ‘procissão ateísta’ planeada para coincidir com a procissão de Quinta-feira Santa. A procissão de 2011 tinha por intenção incluir a participação da ‘Congregação da Inquisição Cruel’, a ‘Irmandade Sagrada da Pedofilia’ e a ‘Fraternidade do Papa do Roubo Sagrado’, e o actor Leo Bassi, que actualmente é acusado em Valladolid por ofensas contra sentimentos religiosos, insultos e calúnias (ver mais abaixo), era quem iria liderar a procissão ateísta de 2011.⁴

Em Abril de 2011, um tribunal em Sevilha abriu uma investigação contra uma campanha de prevenção da sida promovida pelas *Juventudes Socialistas de España* (Juventude Socialista de Espanha) que incluía slogans anticatólicos.

O clube de futebol Valência foi forçado a alterar a sua campanha de angariação de sócios 2011-2012 na qual tinha comparado um troféu de futebol ao cálice da missa e ridicularizado o sacramento da confissão.

Em Maio de 2011, um tribunal ordenou a remoção de uma campanha publicitária patrocinada pelo Medio Markt-Saturn por ser considerada ofensiva para com a eucaristia.⁵

Pela primeira vez, os bispos do País Basco patrocinaram uma campanha no canal de rádio pró-autonomia para incentivarem os pais a inscreverem os filhos nas aulas de educação moral e religiosa. Contudo, a campanha foi retirada, porque as normas da autoridade regional das emissões de rádio (*Euskal Irrati Telebista* ou EITB) proíbem alegadamente “a defesa pública de ideias religiosas.”⁶

Educação

A presença de capelas e outros locais de culto em universidades públicas foi um foco de atenção hostil durante o período em análise.

Em Novembro de 2010 e Janeiro de 2011, a Universidade de Barcelona teve de encerrar temporariamente a capela da Faculdade de Economia e suspender a celebração da missa por causa da hostilidade de grupos extremistas que tentaram impedir os estudantes de entrarem na igreja.⁷

A 10 de Março de 2011, na Universidade Complutense de Madrid, um grupo de jovens entrou de rompante e aos gritos na capela do campus universitário de Somosaguas, alegando abusos por parte da Igreja e do clero. Algumas manifestantes rodearam o altar e despiram-se ficando em *topless*, para regozijo dos outros desordeiros. Este incidente ocorreu uns dias depois de a parede e os portões das instalações universitárias terem sido pintados com *graffiti* a atacar a religião católica, com alusões de pederastia por parte do clero. Nem a universidade, nem as autoridades governamentais reagiram de qualquer forma ao incidente, levando alguns a vê-lo como mais um exemplo de tratamento discriminatório dos cristãos.⁸

⁴ *Europa Press*, 3 de Abril de 2011; *ABC, La Razón*, 9 e 10 de Abril de 2011; *Análisisdigital, Lainformación.com, La Razón*, 11 de Abril de 2011; *ABC, La Razón, Análisisdigital*, 13 de Abril de 2011; *El Mundo*, 14 de Abril de 2011; *ABC*, 20 de Abril de 2011; *Análisisdigital.com*, 21 de Abril de 2011; *Religiónconfidencial.com*, 21 de Março de 2012.

⁵ *El Mundo*, 14 de Abril de 2011; *Libertadreligiosa.es*, 19 de Maio de 2011; *Aciprensa*, 3 de Junho de 2011; *La Razón*, 4 de Junho de 2011; *Imparcial.es*, 13 de Junho de 2011.

⁶ *El Correo, El País, La Razón, ABC*, 7 de Fevereiro de 2012; *e-cristians*, 8 de Fevereiro de 2012.

⁷ *Forum Libertas*, 02 de Fevereiro de 2011; *Religionconfidencial.com*, 23 de Fevereiro de 2012.

⁸ *Público*, 14 de Março de 2011; comunicado da Província Eclesiástica de Madrid, 22 de Março de 2011; *El País, La Razón, ABC*, 23 de Março de 2011; *La Razón, ABC*, 25 de Março de 2011; *Análisis Digital*, 30 de Março de 2011.

Em Março de 2011, na Andaluzia, o Governo Autónomo apoiou as autoridades escolares que não aceitaram a conceder um certificado (obrigatório) de educação secundária (ESO) a duas alunas que se tinham recusado a participar no curso de Educação e Cidadania por causa do seu conteúdo anticatólico.⁹ (NB: esta é a última etapa de uma batalha em curso entre pais e autoridades educativas que impuseram um curso obrigatório de cidadania aos alunos que inclui conteúdos que se opõem aos valores morais tradicionais. A decisão mais recente parece negar o direito a objectar por razões de consciência.)

Declarações

Num artigo intitulado *A laicidade, objectivo da democracia em Espanha*, publicado a 10 de Abril de 2011 no *El País*, Gregorio Peces Barba, antigo reitor da Universidade Carlos III, escreveu (referindo-se à Igreja Católica): “Quanto mais lhes damos espaço e os toleramos, pior é a reacção deles. Eles só compreendem a linguagem do pau e da separação de domínios: uma Igreja livre num Estado livre, cada um no seu domínio, sem lhes dar qualquer espaço para isenções ou qualquer privilégio. Fazer compromissos com eles de boa-fé é garantir que eles vão aproveitar-se disso sempre que puderem.”

Acontecimentos culturais

A 24 de Março de 2011, a Sala Tallers do Teatro Nacional da Catalunha (TNC) realizou a ante-estreia da peça de Josep Maria Miró i Coromina ‘Gang Bang’, uma peça sobre um espaço de banhos públicos para homossexuais, perto da basílica da Sagrada Família de Barcelona, poucas horas antes de a basílica ser consagrada por Bento XVI. Uma vez mais, o TNC lidou com um assunto religioso em ‘Musicolèpsia - Rapsodia per set putes’ (Musicolepsis, rapsódia para sete prostitutas), na qual apresenta o retrato da relação entre os sete pecados mortais e vários papas.¹⁰

No fim de Março de 2011, os meios de comunicação noticiaram que a sexta secção do Tribunal de Instrução de Valladolid tinha aberto um processo em relação a acusações feitas contra Marcos Sacristán, o reitor da Universidade de Valladolid, e o actor e comediante italiano Leo Bassi (acima referido). Foi alegado que Bassi tinha ofendido sentimentos religiosos e que se tinha envolvido em insultos e calúnias durante um espectáculo público na universidade em Outubro de 2010, realizado com a bênção do reitor, no qual tinha parodiado o Papa João Paulo II e tinha “consagrado” preservativos que foram mais tarde distribuídos no átrio principal da universidade.¹¹

Em Mérida, os organizadores de um festival local foram forçados a retirar uma das imagens da exposição fotográfica ‘Camerinos’ depois de receberem inúmeros e-mails de protesto de pessoas que consideraram que a imagem era “ofensiva para os cristãos”.¹²

Em Fevereiro de 2012, a Galeria La Fresh de Madrid inaugurou uma exposição intitulada ‘Obscenidade’, de Bruce Labruce, que mostrava imagens ofensivas para os católicos. Nas fotografias, Labruce pega em ícones religiosos e transforma-os em expressões de desejo sexual.¹³

⁹ *Hazte Oír*, 22 de Março de 2011.

¹⁰ *La Razón*, 21 de Março de 2011; *Público*, 23 de Março de 2011; *ABC*, *Público*, 1 de Abril de 2011; *La Razón*, 4 de Abril de 2011.

¹¹ *Público*, *El Correo*, 29 de Março de 2011.

¹² *El País*, *Público*, 29 de Julho de 2012.

¹³ *El País*, *El Mundo*, *El Periódico*, *Público.es*, *Voz de Galicia*, *Periodistadigital.com*, 17 de Fevereiro de 2012.

Iniciativas legais

Quando este relatório foi escrito, o Governo Autónomo do País Basco estava a trabalhar na legislação que afecta os locais de culto. Tornado público pela primeira vez no início de 2012, a proposta de lei pretendia regulamentar a abertura e gestão de locais de culto e outros locais com carácter religioso “de modo a evitar a discriminação entre as várias confissões e comunidades”.¹⁴

Outras religiões

Reunido em sessão plenária, o município de Sa Pobla (Balears) proibiu o uso da *burka* e do *niqab* – bem como de *balacclavas* [gorros com aberturas para olhos e boca] e capacetes com visor – em espaços públicos e em acontecimentos oficiais. De acordo com o presidente da câmara, “esta é uma medida política preventiva para garantir a segurança pública. Não pretende dar início a um debate cultural, nem se destina a favorecer a segregação religiosa”. Sa Pobla foi o 14.º município espanhol a proibir o uso da *burka*.¹⁵

Em Janeiro de 2012, o presidente da Câmara de Badalona, Xavier García Albiol, pediu aos muçulmanos, que se reúnem para as orações de sexta-feira numa praça pública local, que encontrassem um lugar alternativo para as suas orações. Até agora têm rezado na praça Camarón de la Isla, no bairro de Sant Roc. Durante alguns anos, cerca de 500 muçulmanos, sobretudo do Paquistão, usaram um campo desportivo no bairro de Sant Roc para as orações de sexta-feira.¹⁶ O presidente da câmara ofereceu-lhes um lugar alternativo no pátio de uma escolar secundária local, mas até agora não houve resposta à sua oferta.¹⁷

Defender a liberdade religiosa

No período em análise, foram dados alguns passos positivos para defender a liberdade religiosa. Por exemplo, a 22 de Fevereiro de 2011, o Congresso dos Deputados de Espanha condenou “veementemente” os ataques terroristas “brutais” e a perseguição sistemática às comunidades cristãs na Ásia e em África, bem como a outros grupos religiosos noutras partes do mundo. A moção de condenação foi apoiada pela maior parte dos partidos políticos espanhóis no Parlamento.¹⁸

Por sua vez, a Comissão Islâmica de Espanha emitiu uma declaração a 29 de Maio de 2011 na qual rejeitou a “perseguição e tratamento desigual que as minorias religiosas sofrem nos países árabes, bem como noutros países do mundo islâmico”. Em particular, pediu o respeito por essas minorias, sobretudo tratando-se de cristãos ou judeus.¹⁹

¹⁴ *El Correo*, 15 de Julho de 2011; *Religiónconfidencial*, 3 de Janeiro de 2012.

¹⁵ *El Mundo*, 2 de Setembro de 2011; *La Razón*, RTVE.es, *El País*, *lasextanoticias.com*, *Diario de Mallorca*, 6 de Setembro de 2011.

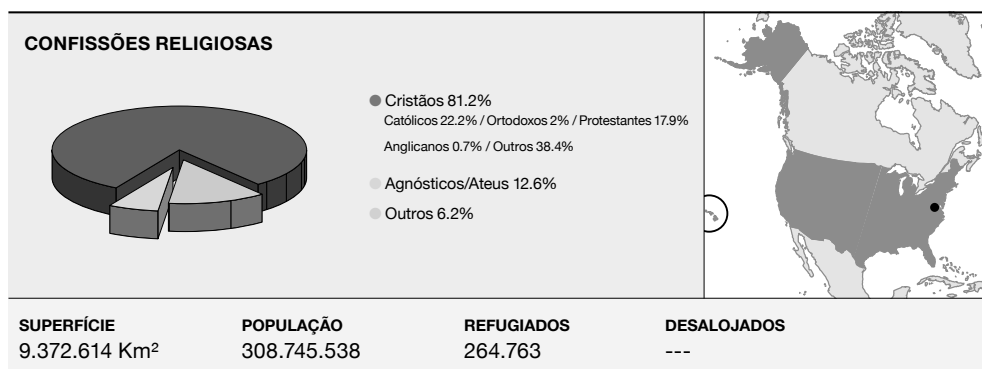
¹⁶ *El Correo*, 17 de Janeiro de 2012.

¹⁷ <http://en.paperblog.com/mayor-of-badalona-bans-muslims-from-praying-in-the-street-268546/>

¹⁸ *Diario de Sesiones del Pleno del Congreso de los Diputados*, 22 de Fevereiro de 2011.

¹⁹ *La Razón*, 29 de Maio de 2011.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA



No contexto das tensões clássicas que nas recentes décadas viram uma América constituída em grande medida por crentes alinhados, tanto nos tribunais de menor instância como no Supremo Tribunal, contra uma secção da sua liderança política determinada em afirmar a natureza secular das instituições estatais, nos anos da presidência de Barack Obama esta divisão tornou-se um confronto que, na sua intensidade, assumiu agora lugar cimeiro e está a envolver os níveis de topo das instituições civis e religiosas. Tudo isto ao ponto de os bispos católicos norte-americanos terem considerado ser necessário criar um Comité *Ad Hoc* para a Liberdade Religiosa,¹ que emitiu uma longa declaração em defesa da liberdade religiosa nos Estados Unidos intitulada “A nossa Primeira e mais Estimada Liberdade”².

O ataque mais aberto ao direito à liberdade religiosa veio do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (HHS), que procura obrigar todos os empregadores a disponibilizarem um seguro de saúde que inclua contraceptivos e medicamentos abortivos. O plano vem directamente da Casa Branca, apesar de estar claramente em conflito com a Primeira Emenda da Constituição Federal dos Estados Unidos da América, que diz: “O Congresso não deve fazer leis a respeito de se estabelecer uma religião, ou proibir o seu livre exercício; ou diminuir a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou sobre o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao Governo para que sejam feitas reparações por ofensas” e também contradiz claramente a Lei de Restauração da Liberdade Religiosa, datada de 11 de Março de 1993, uma lei federal que proíbe a aprovação de leis que restrinjam o direito de os cidadãos norte-americanos exercerem livremente a sua religião.

Os católicos foram os primeiros a opor-se a esta imposição de contracepção, tanto que o fosso que agora divide o Governo em Washington em relação aos bispos norte-americanos nunca foi tão fundo e que o presidente se arrisca a ser arrastado para o tribunal por um grupo de estados por violar a Constituição federal. Há pessoas que ficaram prejudicadas pela reforma de saúde da Administração Obama, o chamado “Obamacare”, que tenta impor a todos, e por isso também às instituições e obras de caridade católicas, a obrigação de garantir que todos os seguros de saúde dos seus trabalhadores incluam o acesso gratuito ao controlo da natalidade, a abortos, à pílula do dia seguinte, à contracepção e mesmo a esterilizações.

¹ www.usccb.org/news, 30 de Setembro de 2011

² www.usccb.org/issues-and-action/religious-liberty/our-first-most-cherished-liberty.cfm, 12 de Abril de 2012

Além da interferência do Estado nos direitos dos crentes, a Administração Obama é também acusada de infringir os direitos fundamentais de todos os cidadãos, num crescendo significativo que começou com “os esforços alargados da Casa Branca de intervir decisivamente na redefinição do conceito de casamento com base na “ideologia de género” e os supostos novos “direitos” sociais que dela derivam, chegando mesmo a descrever como inconstitucional a Lei de Defesa do Casamento (DOMA), lei federal em vigor desde 21 de Setembro de 1996 que reconhece como casamento apenas a união conjugal entre um homem e uma mulher”.³

Uma vez que a Igreja Católica não pode considerar a homossexualidade igual a um casamento monógamo heterossexual, nem pode alargar o conceito de casamento às uniões homossexuais, muito menos promover os direitos a “uniões domésticas” fundadas na relação física entre pessoas do mesmo sexo, os bispos norte-americanos, falando através do presidente da Conferência Episcopal Católica dos Estados Unidos, o Cardeal Arcebispo de Nova Iorque Timothy M. Dolan, pediram especificamente à Casa Branca que revisse totalmente a sua política, uma vez que ela está profundamente errada e é prejudicial para a dignidade humana.⁴

Muitos representantes das comunidades protestantes, ortodoxas, mórmones e judaicas, movidos por tão intensa solidariedade que se colocaram ao lado dos católicos, enviaram uma carta aberta aos cidadãos norte-americanos em defesa do casamento heterossexual e do direito das comunidades religiosas de o celebrarem de acordo com a sua doutrina.⁵

O passo seguinte neste ataque, que ocorreu a 20 de Janeiro de 2012, aconteceu quando a secretária da Saúde Kathleen Sebelius confirmou a intenção da Administração Obama de forçar os empregadores a disponibilizar aos trabalhadores um seguro de saúde global que garanta certos serviços de graça, entre os quais abortos, controlo da natalidade e esterilização. A secretária da Saúde disse que todos os empregadores têm cumprir estas disposições até 1 de Agosto de 2012, à excepção das organizações católicas que têm até 1 de Agosto de 2013 para o fazer.

No seguimento destes protestos, a 10 de Fevereiro de 2012, a Casa Branca ofereceu um compromisso adiando a obrigação de disponibilizar acesso gratuito a métodos de controlo da natalidade, que seriam pagos pelas seguradoras que disponibilizassem serviços de saúde e não pelos empregadores. No entanto, estas são disposições legais inaceitáveis para os empregadores católicos que disponibilizam seguros aos seus trabalhadores, bem como para as seguradoras católicas, que as instituições e institutos católicos escolhem precisamente por essa razão. O subterfúgio faz com que a questão principal fique inalterada, ou seja, o facto de a reforma de saúde da Administração Obama autorizar o país a cobrir o custo da contracepção, aborto e esterilização com seguros de saúde.⁶

A partir de Washington D.C., a agência ACI/EWTN relatou as reacções de vários líderes a favor da vida nos Estados Unidos, que tinham criticado duramente o presidente Obama pelas ligeiras mudanças anunciadas pelo Departamento de Saúde. De acordo com Hannah Smith do Becket Fund for Religious Freedom, esta foi uma “falsa cedência criada para

³ *labussolaquotidiana.it*, 16 de Fevereiro de 2012

⁴ *www.usccb.org/news*, 20 de Janeiro de 2012

⁵ *www.usccb.org/news*, 12 de Janeiro de 2012

⁶ *AcI/Ewtn*, 10 de Fevereiro de 2012

proteger as possibilidades de reeleição do presidente e não para proteger o direito à objecção de consciência”. Tony Perkins, presidente do *Family Research Council*, acredita que esta nova política não muda nada num projecto que permanece “fundamentalmente anti-religioso e contra a objecção de consciência, bem como contra a vida”.

No entanto, não é uma questão confessional, mas sim uma questão civil. De acordo com os bispos norte-americanos, o plano de saúde viola gravemente a liberdade religiosa com base na qual os Estados Unidos da América foram histórica e culturalmente fundados. Os bispos católicos explicaram que a obrigação de disponibilizar aos trabalhadores o acesso gratuito a métodos que destroem a vida humana é imoral, porque é antiamericano e é antiamericano porque é imoral, e assim todos os cidadãos norte-americanos têm o direito e o dever de se opor a ele.⁷

Há doze estados norte-americanos que concordam com esta posição e, liderados pelo procurador-geral do Nebraska Jon Bruning, pretendem levar a Administração Obama a tribunal por violar a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, caso esta disposição legal sobre o controlo da natalidade não seja retirada imediatamente. Os procuradores-gerais do Alabama, Florida, Louisiana, Maine, Nebraska, North Dakota, Ohio, Oklahoma, South Carolina and Texas enviaram ao presidente Obama, à secretária da Saúde Sebelius e à secretária do Trabalho Hilda Solis uma carta que parece um ultimato. Dezenas de outras acções judiciais foram apresentadas contra a Casa Branca por organizações e instituições religiosas.

Ao nível legal, alguns dos ataques às questões religiosas parecem de facto ter abrandado, como por exemplo o caso do activista ateu Michael Newdow da ‘*Universal Life Church*’, que anunciou que desistia da sua longa batalha de seis anos no tribunal iniciada na Califórnia, com o objectivo de abolir as palavras “*under God*” [perante Deus] do Juramento de Fidelidade aos Estados Unidos e à bandeira nacional que é prestado nas escolas. A batalha continua no New Hampshire, onde Newdow solicitou que os alunos que não desejem prestar este juramento sejam autorizados a impedir os que o desejem fazer. Desde 1943, no seguimento de um caso envolvendo as testemunhas de Jeová, alunos que não desejavam prestar o Juramento de Fidelidade por razões de consciência foram dispensados de o fazer. O Tribunal de Relação do nono círculo na Califórnia já tinha confirmado a constitucionalidade do Juramento de Fidelidade em Março de 2010, ao mesmo tempo que em Junho de 2011 o Supremo Tribunal se tenha recusado a ouvir um pedido de recurso apresentado por Newdow, que depois o retirou. Carl A. Anderson, dos Cavaleiros de Colombo, disse: “As palavras ‘*under God*’ no Juramento de Fidelidade expressam uma crença fundamental que temos enquanto nação desde a nossa criação, a crença de que o nosso Criador nos concedeu certos direitos inalienáveis. A noção de que isto de alguma forma vai contra a Primeira Emenda foi totalmente rejeitada pelos Tribunais da Relação do quinto e do nono círculo, e o Supremo Tribunal permitiu agora que ambas as decisões fossem confirmadas. É uma vitória do bom senso.”⁸

Por outro lado, no cumprimento de uma sentença emitida pelo Tribunal Federal dos Estados Unidos a 15 de Julho de 2011, o monumento de granito com os Dez Mandamentos foi retirado em Cross City, Condado de Dixie, na Florida.⁹ Este caso teve início

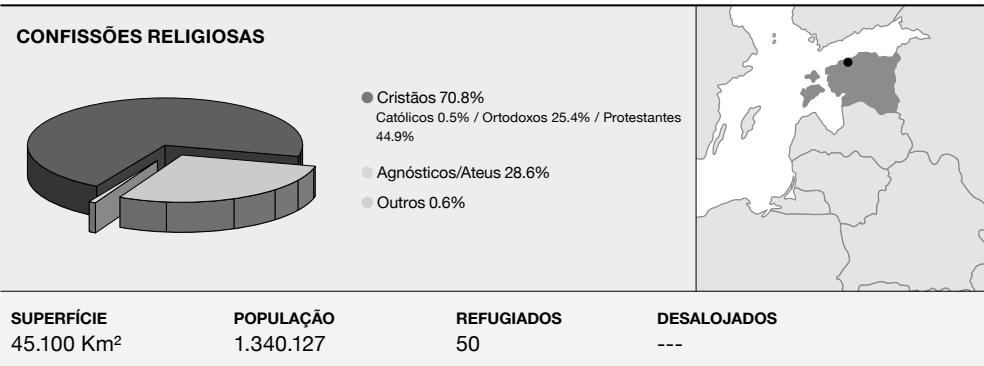
⁷ www.usccb.org/news, 14 de Março de 2012

⁸ *Becket Fund*, 24 de Março de 2011

⁹ *The Gainesville Sun*, 18 de Julho de 2011

em 2007 e foi iniciado pela *American Civil Liberties Union*, que alegava que exibir este monumento violava o princípio da separação entre a Igreja e o Estado, embora ele tenha sido instalado e pago em Novembro de 2006 por um cidadão privado, que também tratava da sua manutenção. Pela sua parte, o Condado de Dixie tinha defendido a exibição pública deste monumento como uma manifestação da liberdade de expressão, enquanto o *Liberty Counsel*, uma organização que promove a liberdade religiosa, tinha apresentado um recurso da sentença ao Supremo Tribunal dos Estados Unidos, onde, de acordo com o fundador e presidente do *Liberty Counsel*, Mathew Staver, “Ganhámos todos os casos relacionados com os Dez Mandamentos, excepto um.”

ESTÓNIA

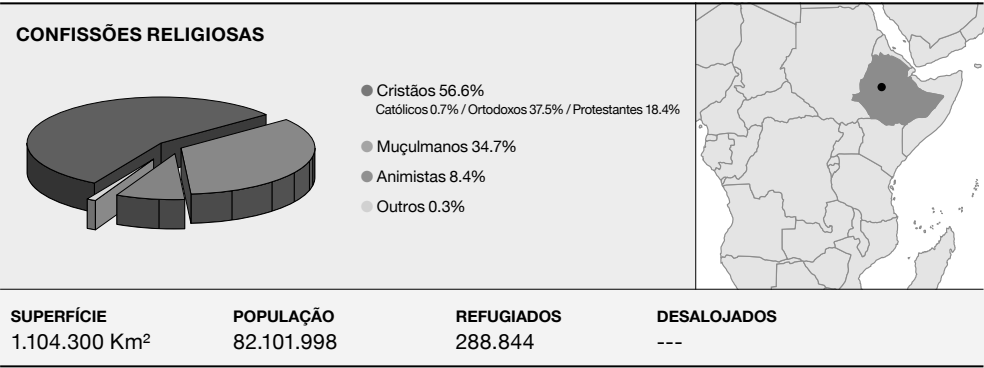


Aprovada no dia 28 de Junho de 1992 através de voto popular, a Constituição da República da Estónia garante que “Todos têm direito à liberdade de consciência, de religião e de pensamento” (Artigo 40º), que “não haverá nenhuma Igreja de Estado”, e que “Todos têm a liberdade, seja sozinho ou em comunidade com outros, e em público ou privado, de praticar a sua religião”.

As actividades de grupos religiosos são reguladas pela “Lei das Igrejas e Congregações”. A “Lei das Igrejas e Congregações” decreta que o oficial de cada unidade militar deve garantir aos membros das forças de defesa a oportunidade de praticarem a sua religião. Os serviços do capelão estendem-se a membros em serviço de todos os grupos religiosos. A lei decreta também que os directores das prisões assegurarão aos reclusos a oportunidade de praticar as suas convicções religiosas.

Além dos estatutos do grupo, o pedido de registo, que é possível para grupos de pelo menos doze adultos, tem que incluir uma lista dos membros da administração do grupo para ser submetida ao tribunal da cidade. Nas escolas particulares podem ser ensinados cursos de religião. Em escolas públicas podem frequentar-se cursos ecuménicos. Estudos religiosos comparados encontram-se disponíveis nas escolas públicas e particulares enquanto disciplinas opcionais. Nenhum episódio significativo de discriminação religiosa ou intolerância religiosa foi relatado durante o período desta análise.

ETIÓPIA



Aspectos legais e institucionais

Segundo a Constituição da Etiópia, um estado multiétnico e multi-religioso, cada cidadão goza de liberdade religiosa. Isto inclui o direito a promover as suas crenças e a converter-se a outra religião. Da mesma forma, os pais têm o direito de educar os seus filhos de acordo com a sua fé.

O preâmbulo da Constituição afirma que um “desenvolvimento uniforme das várias culturas e religiões” é uma das condições fundamentais para “garantir paz duradoura, uma democracia irreversível e próspera, e um desenvolvimento económico e social acelerado para o nosso país”.

De acordo com as primeiras quatro secções do Artigo 27, que aborda a liberdade religiosa, a liberdade de consciência e a liberdade de pensamento:

1. Todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de ter ou adoptar uma religião ou crença à sua escolha, e a liberdade, seja individualmente ou em comunidade com outros e em público ou em privado, de manifestar a sua religião ou crença através do culto, rito, prática e ensino.
2. Ninguém será sujeito a coerção pela força ou por quaisquer outros meios, os quais impediriam a sua liberdade de ter ou adoptar uma religião ou crença à sua escolha.
3. Os pais e tutores legais têm direito, de acordo com a sua crença, a dar aos seus filhos educação religiosa ou moral.
4. A liberdade de manifestar a sua religião ou crença apenas pode estar sujeita às limitações prescritas por lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem ou a saúde públicas, ou a moral, ou os direitos e liberdades fundamentais dos outros, e para garantir a natureza secular do Estado.

A Constituição defende o princípio da separação entre Estado e religião. Os partidos políticos baseados na religião são ilegais.

O Artigo 11 da Constituição diz:

1. O Estado Etíope é um estado secular.
2. Não há religião do Estado.
3. O Estado não interfere nos assuntos religiosos, nem a religião interfere nos assuntos do Estado.

Outros artigos garantem que ninguém pode ser discriminado no local de trabalho ou ser-lhe recusado acesso a serviços públicos com base na religião.¹

Os principais feriados cristãos ortodoxos (Natal, Dia dos Reis, Páscoa e *Meskel*, que marca a descoberta da Cruz Verdadeira) e os feriados muçulmanos (aniversário de Maomé, *Eid al-Adha* e *Eid al-Fitr*) são reconhecidos como feriados nacionais. Os trabalhadores muçulmanos têm direito a uma pausa de duas horas para as orações de sexta-feira.

Em geral, o Governo federal da Etiópia respeita e faz cumprir estes direitos. Contudo, ao nível local e regional, as leis nacionais e os princípios constitucionais em termos de liberdade religiosa são muitas vezes violados, sem que as autoridades federais façam qualquer tentativa de os proteger.

Em várias regiões, algumas minorias religiosas são vítimas de intensas hostilidades, sobretudo os cristãos evangélicos e pentecostais que se estabeleceram recentemente.

Regulamentos e organizações religiosas

Segundo a Proclamação das Obras e Sociedades de Caridade de Fevereiro de 2009, uma Igreja ou grupo religioso que queira ser reconhecido como entidade legal deve candidatar-se ao registo através do Ministério da Justiça e renovar esse registo de três em três anos. Sem isso, não pode realizar certas transacções, como por exemplo abrir uma conta bancária ou ser representado em tribunal. No entanto, a Igreja Copta da Etiópia e o Conselho Supremo Etíope para os Assuntos Islâmicos não necessitam de renovar o seu registo a cada três anos.

As organizações de caridade e desenvolvimento filiadas nas Igrejas devem registar-se na Agência das Obras e Sociedades de Caridade, independentemente da entidade religiosa à qual estão ligadas, e estão sujeitas à legislação existente sobre organizações não governamentais (ONGs), que inclui um limite de 10% sobre fundos estrangeiros para a totalidade do seu orçamento, caso estejam envolvidas na promoção da democracia e da boa governação, direitos humanos, resolução de conflitos, direitos das mulheres, direitos da criança e direitos de outros grupos vulneráveis.

Segundo uma lei de 2008, é ilegal incitar um grupo religioso contra outro. A difamação de líderes religiosos pode ser processada de acordo com esta lei.

Existem iniciativas da parte do Governo e de grupos da sociedade civil que têm por objectivo promover a coexistência entre religiões, e prevenir e resolver questões de violência inter-religiosa.

Numa conferência de imprensa em Outubro de 2011, o director-geral no Ministério dos Assuntos Federais da Etiópia disse que o Governo tinha encontrado provas de que extremistas *wahhabi* estavam a planear transformar a Etiópia numa nação muçulmana governada pela *sharia*. Disse ainda que tinham sido encontrados documentos e panfletos que apelavam aos muçulmanos para que atacassem muçulmanos não *wahhabi* e seguidores de outras religiões.

Na Etiópia, toda a terra é propriedade do Estado ou dos seus Governos territoriais. Os grupos religiosos, os indivíduos a título privado e as empresas devem candidatar-se a estas entidades se quiserem arrendar terrenos. As Igrejas podem receber terrenos de graça nos quais podem construir os seus locais de culto, escolas, hospitais ou cemitérios.

¹ Centro de Estudos Africanos, *Ethiopian Constitution*, Filadélfia: Universidade da Pensilvânia. http://www.africa.upenn.edu/Hornet/Ethiopian_Constitution.html

No entanto, o Estado pode reapropriar-se desses terrenos e das estruturas neles construídas (incluindo escolas e hospitais) em qualquer altura e dar-lhes qualquer outro uso.

Muitas confissões religiosas pediram a devolução de bens confiscados pelo Governo comunista da Etiópia entre 1977 e 1991. Mas apenas alguns bens controlados a nível federal em Addis Abeba e Oromia foram devolvidos, o que ainda não aconteceu com nenhum dos bens controlados pelos Governos regionais.

Ao nível local, várias minorias religiosas queixaram-se das práticas injustas e discriminatórias na atribuição de terrenos para construção de edifícios para fins religiosos.

Os protestantes queixaram-se de tratamento discriminatório por parte das autoridades em relação aos seus pedidos de terrenos para construir igrejas e cemitérios.

Os muçulmanos queixaram-se de discriminação após as autoridades de Axum e Lalibela se terem recusado a conceder-lhes as autorizações necessárias para construir as primeiras mesquitas nestas duas cidades do norte. E também criticaram as autoridades regionais em Tigray e Amhara por recusarem a sua candidatura a outras autorizações semelhantes.

Recentemente, contudo, os muçulmanos foram autorizados a construir locais de culto perto das fronteiras administrativas das cidades acima referidas (os muçulmanos em nome individual têm liberdade de possuir propriedade privada dentro das cidades). Em Lalibela, foram atribuídos terrenos para uma mesquita e um cemitério muçulmano.

Na sua reacção às muitas queixas, o Ministério dos Assuntos Federais considerou que a origem do problema estava na má gestão por parte do Governo local, nos regulamentos de construção e noutros regulamentos governamentais e nos prejuízos que algumas decisões de atribuição de terrenos pudessem causar ao uso da terra comunitária existente. O ministério também emitiu novas directivas, num esforço de standardizar a gestão desses terrenos.

O Governo etíope não emite vistos permanentes para trabalhadores religiosos estrangeiros, excepto se estiverem envolvidos em projectos de desenvolvimento geridos por ONGs registadas ligadas à Igreja à qual o missionário estrangeiro pertença. Normalmente, isto não se aplica aos coptas ortodoxos nem aos muçulmanos.

Embora o Estado permita escolas privadas com orientação religiosa, não permite o ensino religioso em nenhuma instituição educativa, incluindo as que são privadas e as que são geridas por confissões religiosas.

O Artigo 90, secção 2, da Constituição afirma, com efeito, que “a educação será conduzida de maneira a ser sempre independente da religião e de influências políticas e culturais”.

A catequese só pode ser transmitida em instalações adjacentes a locais de culto, fora dos horários escolares normais. Contudo, os clubes religiosos são permitidos em escolas públicas e privadas.

Violência anticristã

Em Janeiro de 2011, na vila de Besheno, na Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul, as ameaças contra a pequena comunidade local evangélica mantiveram-se constantes.

Em Novembro de 2010, um líder cristão local foi gravemente ferido, três pessoas foram forçadas a fugir e duas foram induzidas a abandonar o Cristianismo e a retornar ao Islão, a religião dominante a nível local. Os cristãos também encontraram mensagens

ameaçadoras colocadas à porta das suas casas advertindo-os para se converterem ao Islão, abandonarem a região ou enfrentarem a morte. De acordo com membros das comunidades cristãs, as autoridades locais não foram capazes de lhes dar segurança.²

A 26 de Fevereiro, uma missão de evangelização levada a cabo por um grupo de estudantes protestantes da Universidade de Meda Welabu numa aldeia muçulmana da província de Bale (sudoeste da Etiópia) acabou com dezassete dos membros feridos. A sua tentativa de distribuir cópias da Bíblia provocou uma reacção violenta entre os locais.³

Em Asendabo, província de Jimma (Oromia), o ódio anticristão de origem religiosa provocou um morto e vários feridos. Cerca de trinta casas e sessenta e nove igrejas foram incendiadas e destruídas, e cerca de 4.000 cristãos foram forçados a fugir. Uma multidão de muçulmanos atacou casas e locais de culto cristãos quando se espalhou a notícia de que um cristão tinha alegadamente rasgado uma cópia do Corão, o que é considerado por muitos como um acto de profanação. A violência, que teve início a 2 de Março de 2011, durou até ao final do mês, acabando por se estender a lugares como Busa, Chiltie, Dimtu, Gilgel Gibe, Gibe, Koticha, Nada e Uragay, com multidões de muçulmanos a causar tumultos em toda a zona.

O ataque foi sobretudo contra grupos evangélicos e pentecostais, afectando trinta e oito igrejas filiadas na Igreja Etíope Kale Hiwot (EKHC), doze igrejas da Mekane Yesus, seis igrejas dos Adventistas do Sétimo Dia, duas igrejas ligadas à Igreja Muluwongel e uma pertencente à congregação 'Jesus Only'. Uma escola bíblica da EKHC e dois edifícios de escritórios da Igreja foram também destruídos.

A polícia local e as tropas enviadas de fora foram claramente ultrapassadas em número e não tiveram capacidade para as multidões em fúria, limitando-se por isso a observar enquanto a violência se desencadeava. Calcula-se que os danos chegaram aos 3,5 milhões de dólares.⁴

Em Tuka, outra vila de Oromia, perto da cidade de Moyale na fronteira do Quênia, duas casas pertencentes a um pastor da Igreja Protestante Mekane Yesus foram completamente destruídas, depois de terem sido incendiadas a 29 de Março de 2011 por pessoas que se pensa serem extremistas muçulmanos. O Reverendo Wako Hanake, um pastor evangélico, disse que tinha recebido ameaças anónimas avisando-o para deixar de converter muçulmanos. Durante o ataque, os vizinhos socorreram a sua mulher e três filhos, com 8, 6 e 2 anos de idade.⁵

Outro pastor evangélico, o Reverendo Abraham Abera, da Igreja Kale Hiwot, foi espancado com varas até à morte por quatro extremistas islâmicos, na vila de Worabe (90% muçulmana), a 21 de Abril de 2011. A sua mulher, Birtukan, que estava grávida na altura, tentou ajudá-lo mas foi ela própria atacada, sofrendo ferimentos na cabeça. Felizmente, sobreviveu.

Tendo em conta a situação, os cristãos evangélicos locais pediram às autoridades federais que interviessem, uma vez que as autoridades locais maioritariamente muçulmanas não tinham dado qualquer protecção à sua comunidade.⁶

² *International Christian Concern*, 25 de Janeiro de 2011.

³ *Ibid*, 1 de Março de 2011.

⁴ *Compass Direct News*, 7 de Março de 2011.

⁵ *Ibid*, 21 de Abril de 2011.

⁶ *Worthy News*, 29 de Abril de 2011.

A 21 de Junho de 2011, um tribunal da província de Jimma condenou 579 extremistas muçulmanos a penas de prisão que variavam entre três a dezoito meses por destruírem trinta casas cristãs e sessenta e nove igrejas no mês de Março anterior. Mais de 107 foram colocados em prisão preventiva aguardando julgamento por acusações relacionadas com terrorismo, pelo seu papel no cenário de violência.⁷

A 29 de Novembro, um grupo de mais de 500 estudantes muçulmanos, com o apoio de polícias muçulmanos, incendiou e causou a destruição de uma igreja ortodoxa copta na aldeia de Qoto Baloso, província de Silte (Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul). Aos gritos de 'Allahu Akbar', a multidão atacou a Igreja Ortodoxa de Santa Arsema, que tinha sido construída recentemente num terreno que era usado pela comunidade cristã local há mais de sessenta anos.

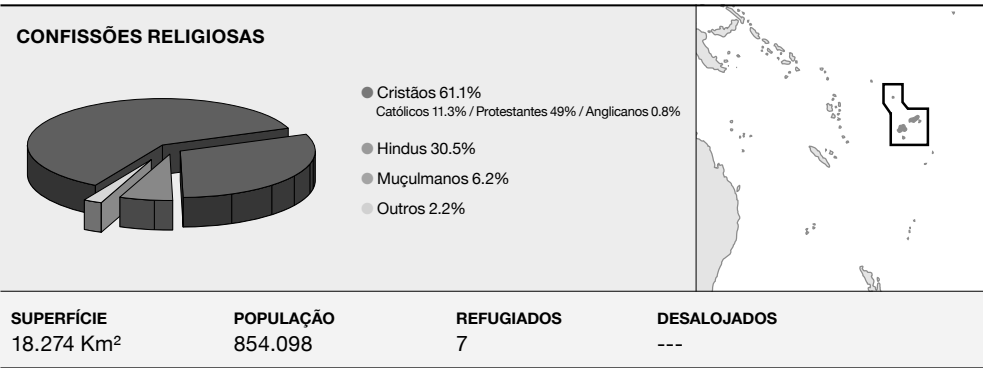
De acordo com a polícia provincial, um tribunal local tinha decidido que a igreja tinha sido construída sem autorização. Por esta razão, deitaram abaixo o telhado a 25 de Novembro, mas foram impedidos de continuar quando os cristãos protestaram.

Contudo, uma decisão anterior de um tribunal distrital na Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul tinha determinado que a comunidade tinha direito a construir o seu templo no terreno que lhes tinha sido atribuído.⁸

⁷ *The Christian Post*, 21 de Junho de 2011.

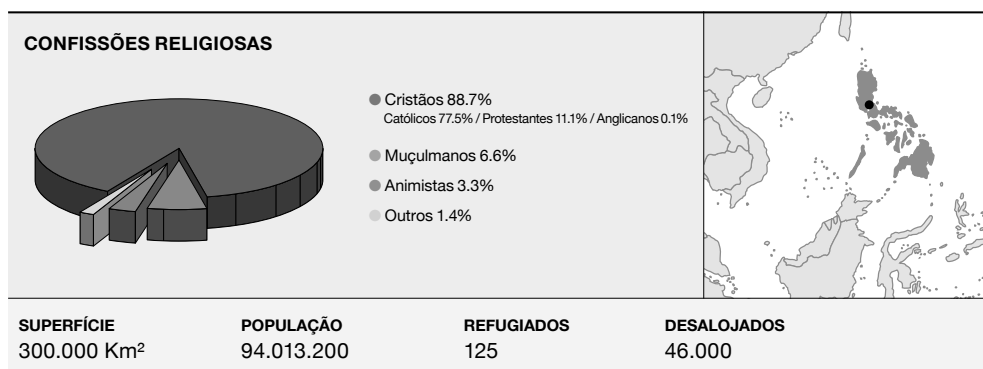
⁸ *International Christian Concern*, 8 de Dezembro de 2011.

FIJI



O Artigo 35º da Constituição de 1997 reconhece a liberdade religiosa. Os grupos religiosos não são obrigados a estar registados. Encontram-se presentes no país muitos grupos de missionários, envolvidos em actividades sociais, de bem-estar social e de educação. Existem muitas escolas cristãs mas estas não recebem financiamento do Estado. Durante o período deste relatório, não houve relatos de ocorrências significativas relativamente ao exercício da liberdade religiosa.

FILIPINAS



Aspectos jurídicos e institucionais

A Constituição de 1986 das Filipinas sanciona a liberdade religiosa na Secção 5 do Artigo 3 e permite o exercício livre e o gozo de professar a fé e o culto religioso sem discriminação ou privilégios. As Filipinas e Timor-Leste são os únicos países asiáticos com uma maioria cristã. Com mais de 73 milhões de crentes, a Igreja Católica Filipina é a mais activa na Ásia, com iniciativas destinadas aos pobres e à defesa dos valores cristãos e dos direitos humanos. No período analisado por este relatório, estes princípios foram respeitados e não há relatórios de violações por parte do Governo liderado por Benigno Aquino, eleito em Maio de 2010, sucessor da antiga chefe de estado, Gloria Arroyo, agora a ser julgada por corrupção.

Ataques aos cristãos no Mindanau muçulmano

A região de Mindanau (no Sul das Filipinas) tem uma maioria muçulmana e durante mais de 40 anos tem sido o palco de um conflito entre o Exército Filipino e grupos extremistas islâmicos que lutam por obter a independência da ilha e criar um estado islâmico governado pela *sharia*. Embora desde 2009 tenha havido negociações com a Frente Moro de Libertação Islâmica (FMLI) – o movimento separatista islâmico histórico – outros braços separatistas da FMLI, e os grupos terroristas Abu Sayyaf e Jemaah Islamiyah, que estão ligados à al-Qaeda, continuaram a levar a cabo raptos e ataques a edifícios cristãos e governamentais.

Nos últimos anos, as comunidades católicas em Jolo e Basilan têm sido muitas vezes alvo de ataques. A 25 de Dezembro de 2010, uma bomba explodiu durante a Missa de Natal na Capela do Sagrado Coração, em Jolo. A explosão destruiu o telhado do edifício, ferindo onze pessoas. O ataque, que se pensa ter sido realizado pelo grupo extremista Abu Sayyaf, causou a indignação e condenação das autoridades religiosas muçulmanas. De acordo com os ulemás, os “contínuos raptos e ataques a várias áreas de Mindanau são actos bárbaros que revelam crueldade e falta de respeito, pelo que devem ser condenados. O tipo de Islamismo abraçado por estes extremistas e pelos seus cúmplices locais e grupos terroristas internacionais não tem lugar nos ensinamentos islâmicos”. De acordo com os líderes religiosos, estes extremistas apenas estão interessados na sua própria agenda política e usam o Islamismo para obterem o apoio de pessoas inocentes e desesperadas.¹

¹ ABS-CBN News, 26/12/2010

Apesar dos acordos de paz a serem negociados entre a FMLI e o Governo das Filipinas, os raptos e os ataques a igrejas e edifícios governamentais continuaram durante o ano de 2011. A 8 de Fevereiro de 2011, uma ala separatista do movimento Moro atacou uma aldeia cristã perto da cidade de Mlang (Cotabato, centro-oeste de Mindanau)². O porta-voz da FMLI, Eid Kabalu, negou o envolvimento de qualquer dos seus membros para evitar comprometer as negociações de paz a decorrerem em Kuala Lumpur (Malásia). A 10 de Março, uma bomba explodiu perto de uma escola em Jolo e cinco pessoas morreram e onze ficaram feridas³. Em Setembro, vários elementos marginais do Jemaah Islamiyah colocaram várias bombas na cidade de Cotabato. Duas explodiram durante uma reunião do Conselho Regional da Região Autónoma no Mindanau Muçulmano (ARMM), sem matar nem ferir ninguém. Os edifícios atacados incluíram a catedral de Cotabato. As restantes bombas foram encontradas e desactivadas pelos especialistas de desactivação de bombas da polícia.⁴

Defesa dos grupos tribais e assassinato do P. Fausto Tentorio

Há mais de 100 grupos tribais nas Filipinas, espalhados por todo o país. A maior parte deles situa-se na região central do país (Visayas) e no sul (Mindanau). Para dar apoio ao crescimento económico, em 1995 o presidente Fidel Valdez Ramos aprovou a *Lei Filipina da Exploração Mineira*, uma lei que facilitou a exploração de áreas ricas em recursos naturais, mas privando assim os nativos de grande parte da sua terra. Nos últimos anos, vários activistas de direitos humanos e jornalistas têm sido assassinados por terem exposto actos de abuso e violência contra os povos tribais. Nenhum agressor foi condenado até agora na maior parte destes homicídios.

O ano de 2011 começou com a morte de Gerry Ortega, um jornalista católico e activista dos direitos tribais morto a tiro a 24 de Janeiro em Puerto Princesa, na ilha de Palawan (centro-oeste das Filipinas). Entre os suspeitos de terem ordenado este homicídio está o antigo Governador da ilha, Marinduque Jose Carreon, que foi preso em conjunto com três outras pessoas, todos políticos.⁵ Ortega teve durante anos um programa de rádio no qual recebia com frequência missionários, representantes das comunidades cristãs e das ONGs, e grupos de ambientalistas que tinham lançado uma petição para salvar a ilha de Palawan da exploração mineira pelas empresas MacroAsia e Celestial, as quais, graças a um acordo com o Governo, tinham autorização para explorar as terras das tribos indígenas.

O acontecimento que mais chocou a opinião pública em 2011, reabrindo o debate sobre os assassinios ligados à defesa do povo tribal, foi o homicídio do P. Fausto Tentorio, um missionário do Instituto Pontifício para as Missões Estrangeiras (PIME), no Vale de Arakan, a norte de Cotabato (Mindanau). Fontes locais relatam que esta área, tal como outras na ilha de Mindanau, sofre de um clima de impunidade e violência. O preço é pago acima de tudo pelos povos tribais. Por um lado, eles são vítimas das guerrilhas maoístas do Novo Exército Popular (NPA), que realizam ataques terroristas a proprietários de terras e ao Estado, matando qualquer pessoa suspeita de cooperar com homens de negócios, ao mesmo tempo que, por outro lado, o exército e as milícias que defendem as aldeias,

² AsiaNews, 08/02/2011

³ Mindanao Examiner, 10/03/2011

⁴ ABS-CBN Nnews, 14/09/2011

⁵ Inquirer, 13/03/2012

apoiados pelo Governo, não confiam na Igreja e por vezes atacam-na, acusando-a de colaborar com os muçulmanos e com os comunistas.

A 17 de Outubro de 2011, o P. Fausto Tentorio foi assassinado fora da igreja da paróquia em Arakan, na Diocese de Kidapawan. Várias testemunhas oculares relataram que o assassino se aproximou do sacerdote e lhe deu dois tiros na cabeça, antes de fugir numa motorizada com um cúmplice. O nome do homem ainda permanece desconhecido, bem como a razão deste assassinio. O homicida usava um capacete que lhe escondia a face. Até agora, a polícia deteve apenas um possível culpado deste homicídio, Jimmy Ato, inicialmente considerado como o agressor, em conjunto com o seu irmão Robert, mas mais tarde acusou-o de ser apenas um cúmplice. O P. Tentorio vivia nas Filipinas há mais de 32 anos e trabalhava com o povo tribal Manobo, um grupo étnico ameaçado de extinção no seguimento da perda das suas terras para as empresas mineiras e petrolíferas. Uma das razões para este crime poderá ter sido o compromisso do P. Tentorio enquanto presidente do Programa dos Povos Indígenas, o que pode ter resultado em conflitos com grandes empresas agrícolas e mineiras que expropriam os povos locais das terras para alargarem as suas propriedades ou procurarem ouro em Mindanau. Por este trabalho de defesa dos nativos, o P. Tentorio era respeitado pelos grupos maoístas, que, depois da sua morte, o descreveram como “um verdadeiro comunista”, explorando assim a sua memória⁶.

Mais de 15.000 pessoas, seis bispos e 100 sacerdotes participaram no seu funeral, realizado a 25 de Outubro de 2011 na Catedral Nossa Senhora de Kidapawan, entre eles também o P. Gian Battista Zanchi, o Superior-geral do PIME e o embaixador italiano em Manila, Luca Fornari.⁷

Conflito por causa da lei de controlo da natalidade

O debate sobre o Projecto-lei sobre Saúde Reprodutiva tem sido contínuo durante cinco anos. A lei foi imposta ao Governo Arroyo por poderosas organizações internacionais, como por exemplo as Nações Unidas, a UNICEF e a Organização Mundial de Saúde. Estas organizações pressionam os países em desenvolvimento, pedindo-lhes que aceitem políticas de planeamento familiar destinadas a promover o aborto, a contracepção e a esterilização voluntária para reduzir as elevadas taxas de natalidade, que eles acreditam serem a principal causa da pobreza. A lei proposta nas Filipinas rejeita os abortos clínicos mas promove o programa de planeamento familiar, que convida os casais a não terem mais de dois filhos, passa por cima das objecções de consciência e incentiva a esterilização voluntária. A Igreja e as associações católicas acreditam, pelo contrário, na promoção do Planeamento Familiar Natural (PFN), que se concentra na divulgação entre as pessoas de uma cultura de responsabilidade e amor baseada nos valores cristãos.

Embora tendo a oposição da Igreja Católica e da (antiga) presidente Gloria Arroyo, a versão preliminar do projecto-lei é apoiada pelo Governo liderado por Benigno Aquino, eleito em Maio de 2010. Graças ao apoio do presidente recentemente eleito, o projecto-lei foi aprovado por uma comissão parlamentar em Janeiro de 2010, depois de várias emendas acordadas entre o Governo e a Conferência Episcopal das Filipinas, bem como associações a favor da defesa da vida⁸. Em 2010 os bispos tinham ameaçado excomun-

⁶ *Inquirer*, 26/10/2011

⁷ *AsiaNews*, Relatório, O Ano da Fé e do Martírio do Padre Fausto Tentorio.

⁸ *AsiaNews*, 26/01/2011

gar Aquino por causa da sua posição a favor do aborto. Numa tentativa de acalmar as sensibilidades católicas, os legisladores mudaram o nome desta lei de “Lei de Saúde Reprodutiva” para “Projecto-lei de Paternidade Responsável”. Contudo, apesar dos esforços feitos pelos católicos e mais recentemente pelo Presidente Aquino, mantêm-se em vigor disposições controversas permitindo o uso dos chamados abortivos (ou indutores do aborto), os contraceptivos continuam em vigor. Quando a versão preliminar deste relatório foi escrita, a lei ainda estava a ser debatida.

FINLÂNDIA



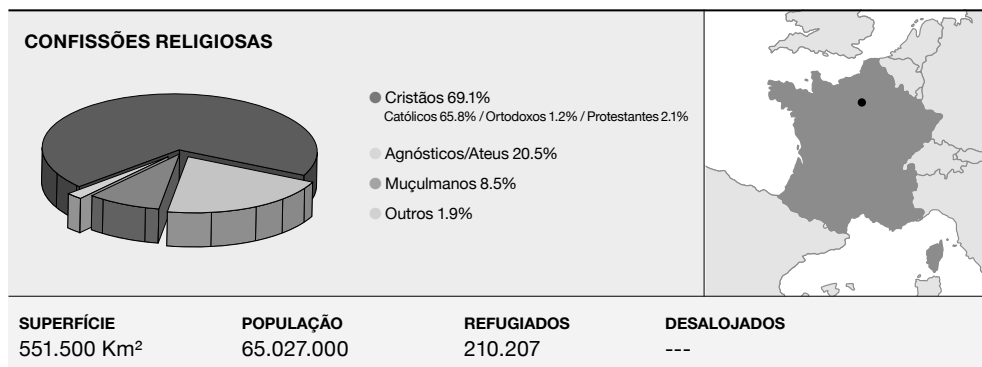
A Constituição, no Artigo 11º, salvaguarda a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e exclui todas as formas de discriminação baseadas no género, na idade, na origem, na língua, na religião, nos gostos pessoais, nas opiniões, no estado de saúde, numa deficiência ou em qualquer outra razão ligada ao indivíduo. Em particular, garante a liberdade religiosa e de consciência para todos, incluindo o direito a professar e a praticar uma religião, a expressar as convicções pessoais e a pertencer ou não a uma comunidade religiosa. Consequentemente, ninguém pode ser obrigado a participar, contra a própria consciência, nas práticas de uma religião.

A Igreja Luterana Evangélica e a Igreja Ortodoxa são reconhecidas como Igrejas do Estado e todos os que estiverem registados como seus membros têm de pagar um imposto anual a estas instituições.

As regras para o registo das comunidades religiosas encontram-se na lei sobre a liberdade religiosa de 2003. Os cinquenta e três grupos religiosos não-tradicionais que são reconhecidos oficialmente têm o direito de professar livremente e difundir a sua fé. O procedimento de reconhecimento, feito ao abrigo do Ministério da Educação, está aberto a comunidades religiosas com pelo menos vinte membros que desejem praticar a sua religião publicamente e cujas actividades estejam em conformidade com os estatutos da referida instituição.

Durante os anos de 2006 e 2007, não há conhecimento de nenhum relato de mudanças institucionais significativas ou de eventos importantes relativos à questão da liberdade religiosa.

FRANÇA



A 11 de Abril de 2011, a lei aprovada pelo Parlamento francês a 11 de Outubro de 2010 que proibia o uso do véu completo em público entrou em vigor. As multas para quem violasse a lei foram fixadas em €150, mas qualquer pessoa que forçasse outra a usar o véu arriscava uma multa de €30.000 e uma pena de prisão que podia ir até um ano, com a multa a duplicar caso a vítima for menor.

Houve uma proposta para adiar a entrada em vigor destas disposições legais por mais seis meses, para permitir que o Governo da altura, com o apoio das associações cívicas, como por exemplo o Conselho Francês para a Fé Islâmica, trabalhasse a nova lei e explicasse que o véu completo não é uma obrigação religiosa.

Apesar do pânico sugerido por algumas associações islâmicas, apenas seis mulheres foram multadas por violarem a lei nos seus primeiros oito meses. No geral, de acordo com uma entrevista ao então ministro do Interior, Claude Guéant, que apareceu no jornal diário *Le Monde*, 237 mulheres foram assinaladas à polícia, mas nenhuma delas foi obrigada a participar em cursos de cidadania, que são encarados como outra forma de sanção legal.¹

Em França, enquanto em 2004 a lei proibia o uso de símbolos religiosos visíveis nas escolas estatais, incluindo o crucifixo e o véu islâmico, o debate sobre o assunto do secularismo (laicidade), especialmente centrado na relevância social do Islão, está a ser seguido ao nível político por iniciativa do então partido da maioria governamental, a *Union Pour un Mouvement Populaire* (UMP), nomeadamente através da chamada para um debate público sobre a questão, organizado um ano antes das eleições presidenciais.

Em Setembro de 2011, tiveram início as reuniões da “*conférence départementale de la liberté religieuse*” (conferência departamental da liberdade religiosa), anunciadas pelo ministro do Interior em Abril. A tarefa destas novas estruturas é congregar ao nível departamental os representantes locais eleitos, os gestores do sector público e os representantes das religiões, com dois objectivos: informação sobre o estado da lei e resolução de quaisquer conflitos locais.²

Em Novembro de 2011, o ministro do Interior, Claude Guéant, publicou³ o chamado *Code de la laïcité* (*Laïcité et liberté religieuse. Recueil de textes et de jurisprudence* – Laicidade e liberdade religiosa. Uma colecção de textos e jurisprudência), cuja intenção, de acordo com uma fonte, foi restringir o campo de actuação da liberdade religiosa delineado na

¹ *Le Monde*, 2 de Janeiro de 2012

² *la-croix.com*, 19 de Setembro de 2011

³ *Le point. fr*, 21 de Outubro de 2011

lei de 1905, definida pelo ministro como equilibrada e que apenas requeria um pequeno ajuste nas normas de aplicação.⁴

Intolerância e discriminação

O relatório anual do Gabinete de Instituições Democráticas e Direitos Humanos da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), intitulado *Hate Crimes in the OSCE Region – Incidents and Responses* [Crimes de Ódio na Região da OSCE – Incidentes e Respostas] e tornado público em Novembro de 2011, através de contactos do Governo local, apresenta uma lista de 104 sentenças decididas em 2010 para crimes anti-religiosos, sem discriminar detalhes. A Santa Sé, por seu lado, registou uma ameaça, um caso de fogo posto, cinco casos de *graffitis* caluniosos em propriedades da Igreja, treze casos de profanação de cemitérios e outros onze casos de profanação de igrejas ou de bens da Igreja. O Observatório sobre Intolerância e Discriminação contra os Cristãos (uma ONG com sede na União Europeia) fala em inúmeros casos de profanação de cemitérios católicos: de acordo com um inquérito realizado pelos serviços de informação da *Gendarmerie Nationale*, estes chegaram a um total de 214, ao mesmo tempo que houve 308 actos de profanação de capelas e actos de vandalismo contra outros monumentos religiosos.⁵

Houve quarenta e dois ataques a locais religiosos judeus e cinquenta e sete ataques a locais muçulmanos nesta última onda de violência anti-religiosa.⁶

Já anteriormente, Brice Hoteveux, ministro do Interior e dos Territórios e Comunidades Ultramarinas, tinha escrito aos Comissários de Direitos Humanos da União Europeia afirmando que, entre 1 de Janeiro e 30 de Setembro de 2010, 485 cemitérios e locais de culto tinham sido vandalizados, dos quais 410 eram cristãos, quarenta eram muçulmanos e trinta e cinco eram judeus.⁷

Além dos ataques aos símbolos, é do conhecimento geral que as ideias cristãs são atacadas, como foi o caso de Philippe Isnard, noticiado pelo Centro Europeu de Direito e Justiça a 23 de Março de 2011. Isnard, um professor de História e Geografia em Manosque, foi suspenso do ensino a 23 de Novembro de 2010 durante quatro meses e sujeito a procedimentos disciplinares por ter organizado um debate sobre o aborto em Manosque. Na sequência destes acontecimentos perdeu o emprego após treze anos de ensino, sendo acusado de proselitismo.⁸

Entre as muitas entidades institucionais que são típicas do secularismo francês está o papel importante da MIVILUDES (*Mission interministérielle de vigilance et de lutte contre les dérives sectaires*), a Missão Interministerial de vigilância e combate aos desvios sectários, que foi criada por decreto presidencial em 2002. Comparada com o seu objectivo original, está a tentar pouco a pouco adoptar atitudes e políticas menos agressivas, que incluem o diálogo com vários grupos que tinha criticado anteriormente. Durante um encontro com representantes da MIVILUDES, uma reunião considerada “positiva e cordial” por Massimo Introvigne, o então representante da OSCE para combater a discriminação contra os cristãos,⁹ os representantes da MIVILUDES anunciaram que já não organizam

⁴ *La lettre du droit des religions*, n.º 44, Dezembro de 2011

⁵ www.intoleranceagainstchristians.eu/publications/report-2011.html

⁶ *La Vie*, 28 de Março de 2011

⁷ Agência de Notícias *Zenit*, 4 de Novembro de 2010

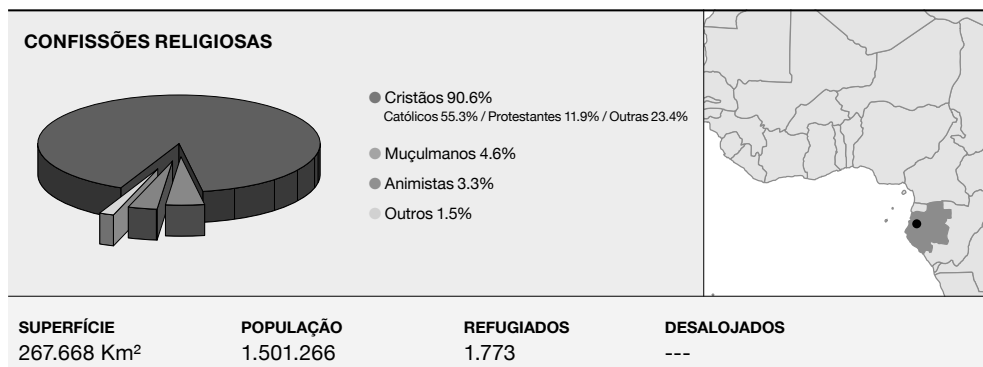
⁸ *Tempi.it*, 5 de Abril de 2011

⁹ Agência de Notícias *Zenit*, 21 de Setembro de 2011

listas de novos movimentos religiosos como tinham feito no passado. Willy Fautré, num artigo intitulado *Prayer Groups, now under surveillance of MIVILUDES under the pretext of “risk of sectarian deviation”* [Grupos de Oração, agora sob vigilância da MIVILUDES sob o pretexto de “risco de desvio sectário”]¹⁰ defende que a noção do perigo de desvios sectários usada pela MIVILUDES deixa esses grupos totalmente abertos à possibilidade de desconfiança infundada, rumores e acusações irresponsáveis. Fautré refere que também existe uma proposta de lei que sugere a criação de “uma comissão parlamentar de inquérito sobre práticas fundamentalistas e sectárias em escolas privadas”. A fonte de inspiração desta iniciativa legislativa específica parece ter sido uma série de reportagens televisivas em 2010, que foram especialmente hostis para com algumas escolas geridas pela Igreja Católica, os Irmãos de Plymouth, os protestantes, os judeus ortodoxos e os fundamentalistas muçulmanos.

¹⁰ *Human Rights Without Frontiers*, 13 de Maio de 2011

GABÃO



A Constituição de 1991, revista em 2003, defende a liberdade religiosa total (Artigo1).¹

Os grupos religiosos têm de se registar no Ministério do Interior, mas se não o fizerem isso não obstrui as suas actividades, embora os impeça de gozarem de diversos benefícios fiscais.

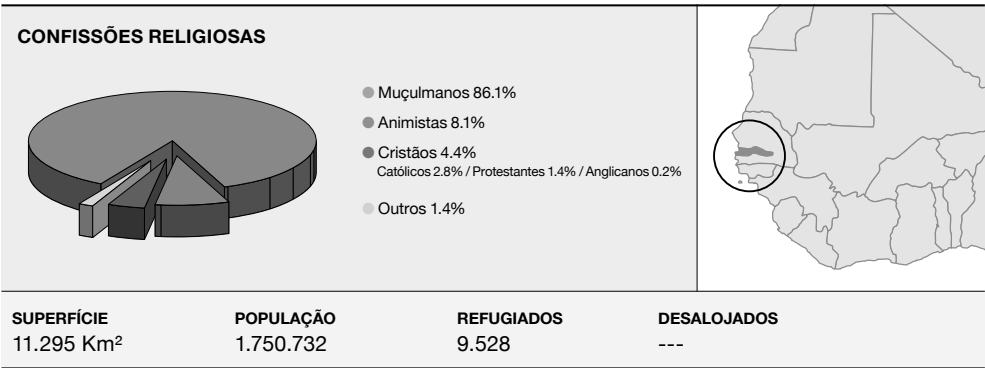
Não existem restrições impostas às actividades dos missionários estrangeiros. Existem escolas privadas confessionais geridas por católicos, protestantes e muçulmanos, e, embora não sejam financiadas pelo Estado, estão sob a jurisdição do Ministério da Educação. Os católicos e os protestantes também gerem estações de rádio. A televisão estatal disponibiliza tempo de emissão gratuita à Igreja Católica e no passado isso resultou em protestos porque o mesmo não se aplica aos grupos religiosos de menor dimensão.

Em 1970, foi aprovado um decreto que proíbe as testemunhas de Jeová por causa do facto de a sua organização interna não disponibilizar protecção adequada a pessoas que estejam em desacordo com o grupo. Contudo, não parece que esta proibição seja aplicada e, para todos os efeitos, as testemunhas de Jeová são autorizadas a praticar a sua religião e a realizar proselitismo.

No período a que este relatório se refere não houve alterações institucionais ou legislativas consideráveis, nem episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=196646&tab=2

GÂMBIA



A Constituição reconhece a liberdade religiosa e o Estado em geral respeita esta disposição legal. No Artigo 1, a Gâmbia é declarada como república secular soberana.¹

A *sharia* (lei islâmica) é aplicada pelos muçulmanos a questões relacionadas com o casamento, o divórcio e as heranças.

Não é obrigatório que os grupos religiosos estejam registados.

A educação religiosa é permitida tanto nas escolas estatais como nas escolas privadas, islâmicas e cristãs, sem interferência por parte do Estado.

As relações entre as autoridades muçulmanas e a Igreja Católica são boas.

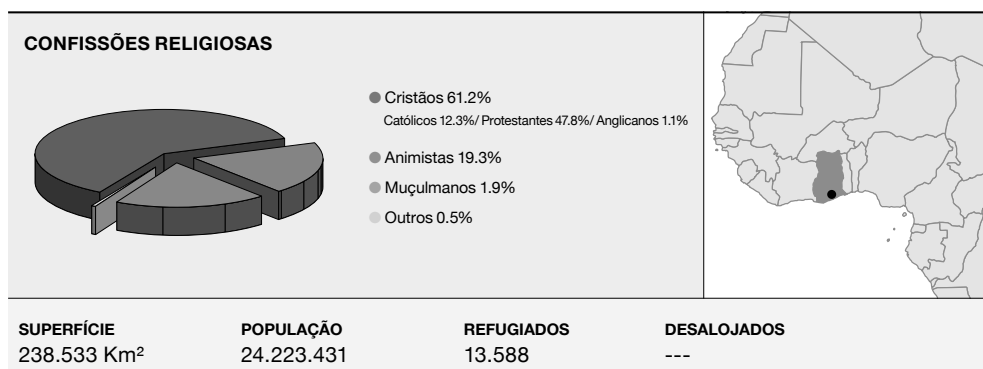
Para além dos feriados muçulmanos mais importantes, os feriados nacionais do país incluem também os principais feriados cristãos (Natal, Sexta-feira Santa, Páscoa, Dia da Assunção).²

Não se registaram quaisquer episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa durante o período a que este relatório se refere.

¹ http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=221242

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

GANA



A liberdade religiosa é garantida pela Constituição (Artigo 21).¹

O registo é obrigatório, de acordo com a lei para os grupos religiosos, mas quase nenhuma religião parece ter cumprido com esta legislação, que entrou em vigor no final da década de oitenta, em especial as religiões tradicionais autóctones.

As actividades eclesiais, como por exemplo o trabalho caritativo e educativo sem fins lucrativos, estão geralmente isentos de impostos.

Não há relatos de problemas específicos entre as diversas organizações religiosas e o Governo promove a sua coexistência pacífica e cooperação.

Nas reuniões e recepções governamentais são ditas orações cristãs e muçulmanas, e ocasionalmente há invocações tradicionais.

Em Novembro, o presidente Mills inaugurou o Conselho Nacional da Paz, sob a égide do Ministério do Interior.² O seu mandato consiste em prevenir, gerir e resolver conflitos no Gana. O Conselho, constituído por treze membros, inclui sobretudo representantes de entidades religiosas.³

Em geral há receio da bruxaria em certas partes do país e muitas pessoas, particularmente mulheres muito velhas, são muitas vezes acusadas de serem bruxas, responsáveis por uma grande variedade de acontecimentos infelizes que vão desde as más culturas agrícolas às doenças. Estas “bruxas” são habitualmente enviadas para longe das suas aldeias e obrigadas a refugiarem-se em “campos especiais para bruxas”. As que resistem a esta forma de exílio e desejam permanecer ou regressar às suas casas arriscam-se a serem gravemente maltratadas, ao ponto de poderem ser mortas às mãos dos seus próprios conterrâneos.⁴

Nalgumas partes do país, parece que o hábito do Trokosi, uma forma de servitude ritual, está ligado a rituais tradicionais, nos quais jovens raparigas são levadas a servir em santuários locais. De acordo com a tradição específica, as famílias que devem expiar alguma ofensa grave oferecem ao santuário uma das suas filhas, que pode estar destinada a passar o resto da sua vida como “noiva de Deus”, e fica de facto escravizada às ordens dos sacerdotes do santuário. As jovens raparigas enviadas para os santuários têm por

¹ <http://www.ghanareview.com/Gconst.html>

² <http://ghanadistricts.com/news/?read=43978>

³ <http://www.undp-gha.org/mainpages.php?page=national%20peace%20council>

⁴ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

vezes apenas 18 meses de idade.⁵ Esta actividade é agora considerada um crime e alvo de acusação por parte do Estado.

Além da acusação governamental, diversas ONGs estão activas a resgatar estas mulheres, ajudando-as financeiramente e ensinando-lhes competências que lhes vão permitir ter uma nova vida. Por sua vez, os grupos religiosos tradicionais acusam estas organizações de não compreenderem que as suas crenças fazem parte da prática religiosa africana e, por isso, a tentativa por parte das ONGs, com o apoio dos países ocidentais, é uma forma de destruir o desenvolvimento da espiritualidade africana.⁶

⁵ <http://www.wcl.american.edu/hrbrief/v7i1/ghana.htm>

⁶ <http://www.modernghana.com/news/344806/1/chraj-is-keen-to-stop-trokosi-ms-lamptey.html>

GEÓRGIA



A 5 de Junho de 2011, após um longo debate em todas as frentes sociais e políticas, o Parlamento da Geórgia aprovou novos procedimentos para registar as associações religiosas. Com base nestas novas normas, estas associações podem escolher registar-se como entidades legais públicas ou como pessoas legais privadas sem fins comerciais, ou ainda não se registarem de todo e permanecerem como associações não registadas. O Registo Público Nacional pode registar como pessoas legais públicas as associações religiosas que tenham uma relação histórica com a Geórgia, ou as que são consideradas como religiões nos estados-membros do Conselho da Europa. No seguimento da aprovação destas normas, tem havido algumas reacções extremamente acutilantes, resultando mesmo em expressões de xenofobia e, mais especificamente, em “armeniofobia”.

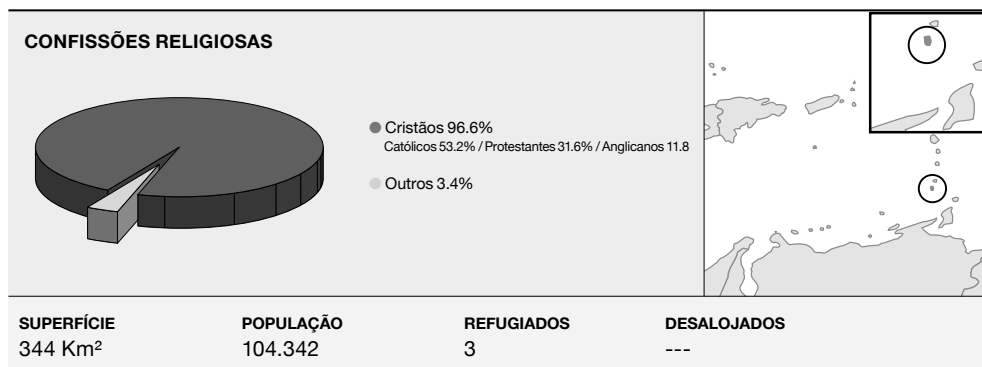
Segundo algumas opiniões, o principal problema colocado pela nova lei tem a ver com os critérios de acordo com os quais o Registo Público define a relação das associações religiosas com a história da Geórgia. A 5 de Julho, a Igreja Ortodoxa georgiana declarou que “a lei que foi aprovada está em conflito com os interesses da Igreja e do país” e pediu que toda a sociedade se envolvesse num debate profundo sobre este assunto. As razões para este desacordo dizem principalmente respeito à aquisição do estatuto jurídico público por parte da Igreja Apostólica Arménia na Geórgia, e também por parte das comunidades católica e muçulmana. O Bispo da Igreja Baptista Evangélica, Rusudan Gotziridze, acredita que esta lei é discriminatória, pois em vários pontos coloca as associações religiosas em posições desiguais.

As questões relativas à restituição dos bens eclesiásticos apropriados às várias associações religiosas durante o período soviético permanecem basicamente por resolver. Por esta razão, vários edifícios mantêm-se em estado de abandono, pois não pode ser realizado qualquer trabalho de restauro, apesar de muito necessário. A comunidade muçulmana pede a restituição de dezoito mesquitas históricas e a Igreja Católica pede a devolução de cinco igrejas actualmente nas mãos da Igreja Ortodoxa.

Fontes:

Centro de Direitos Humanos na Geórgia – ver www.religiebi.info
Revista “Netgazeta”

GRANADA



O Artigo 14 da Constituição aprovada em 2007 estabelece a separação entre as comunidades religiosas e o Estado, bem como a sua igualdade e liberdade para praticar ritos religiosos e gerir questões religiosas. Além disso, o Artigo 46 garante total liberdade não apenas para expressar e praticar a própria religião em privado e em público, com outros ou isoladamente, mas também o direito a mudar de religião.¹

Estes princípios são habitualmente respeitados pelas autoridades, embora os problemas entre a Igreja Ortodoxa sérvia e a Igreja Ortodoxa montenegrina ainda não tenham sido resolvidos, exigindo ambos o estatuto de “verdadeira” Igreja Ortodoxa do país. O problema não só é religioso como também tem consequências políticas significativas e resulta em tensões ocasionais entre os membros das duas comunidades religiosas.

A 19 de Agosto de 2011, por exemplo, a polícia impediu o acesso à Igreja da Transfiguração perto de Cetinje, porque os membros de ambas as Igrejas se tinham reunido para celebrar a Festa da Transfiguração. A decisão evitou o contacto físico entre as duas facções opostas, tal como tinha acontecido em Janeiro de 2010 numa ocasião semelhante nesta mesma área.

A 22 de Março de 2012, o Tribunal Constitucional do Montenegro rejeitou uma proposta do representante do Clube Cultural Montenegrino de Cetinje para proibir os serviços religiosos disponibilizados pela Igreja Ortodoxa sérvia no Montenegro.²

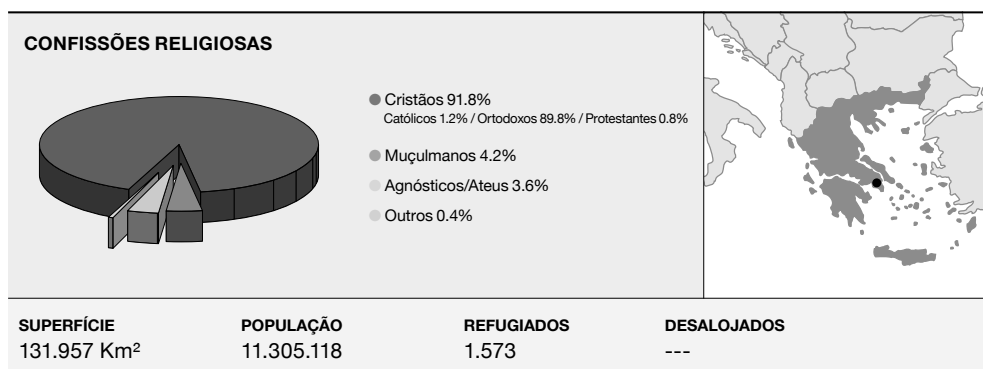
As questões envolvendo a restituição de bens confiscados de comunidades religiosas pelo regime comunista jugoslavo durante a II Guerra Mundial ainda não foram resolvidas. Durante algum tempo, pensou-se que estes bens seriam regulamentados por legislação específica e separada, mas até agora isto não aconteceu.³

¹ http://www.comparativeconstitutionsproject.org/files/Montenegro_2007.pdf

² Agência Nova, 22 de Março de 2012

³ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

GRÉCIA



Legislação

Durante o período analisado não houve alterações consideráveis à legislação, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

A Constituição grega, adoptada em 1975 e revista em 1986, 2001 e 2008, prevê a liberdade de todos os cidadãos professarem a religião por eles escolhida. Ao mesmo tempo, no Artigo 3, prevê que a religião ortodoxa grega seja a religião predominante e assimila ao nível da hierarquia constitucional a estrutura sinodal e a dependência do Patriarcado de Constantinopla.

No Artigo 13 é declarada a inviolabilidade da liberdade religiosa, a protecção das leis pelo Estado, as religiões conhecidas e a proibição de realização de proselitismo.¹

As “religiões conhecidas” são as que têm um núcleo doutrinal definido, realizam rituais e encontros de oração abertos a todos, têm uma natureza sem fins lucrativos e uma hierarquia bem definida.

Tanto a Constituição como a lei proíbem as actividades missionárias no país.

Ao nível económico, o Governo grego apoia fortemente a Igreja Ortodoxa grega, pagando os salários dos membros do clero e a manutenção dos bens da Igreja.

Além disso, como consequência do Tratado de Lausanne de 1923, são pagos os salários e as despesas dos três juristas supremos muçulmanos mais importantes e dos imãs na região da Trácia. Os muçulmanos residentes no resto do território grego não têm direito ao mesmo tipo de tratamento. Nenhum outro grupo religioso recebe apoio financeiro e muitos deles, incluindo a comunidade judaica, queixaram-se disto, exigindo direitos iguais a este respeito.

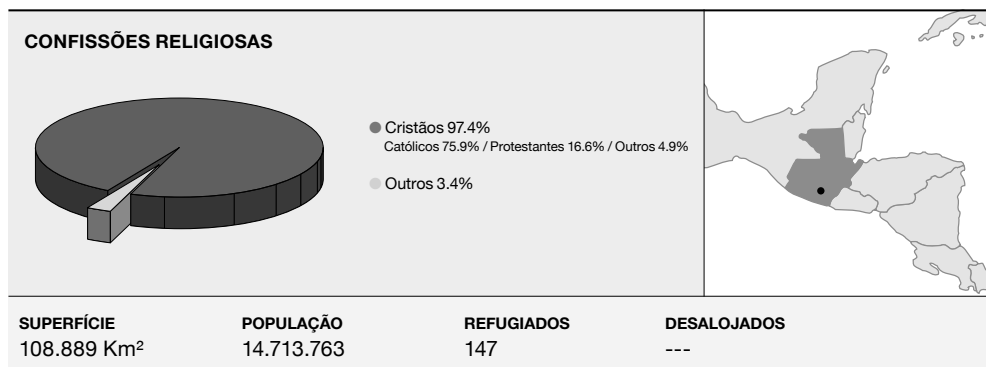
Os grupos cristãos não ortodoxos relataram por vezes obstáculos administrativos ou restrições legais impostas às suas práticas religiosas. Além disso, relataram que são tratados com suspeição pelos seus compatriotas ou acusados de não serem “gregos verdadeiros” por causa das suas escolhas religiosas.²

As igrejas católicas e entidades religiosas relacionadas criadas antes de 1946 são reconhecidas legalmente como entidades privadas, mas as instituições católicas estabelecidas depois de 1946 não gozam do mesmo reconhecimento automático.

¹ <http://www.hri.org/docs/syntagma/>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

GUATEMALA



Alterações legislativas

No período em análise, não houve quaisquer alterações à legislação sobre liberdade religiosa.

Em 2011, a Guatemala e a Santa Sé assinalaram setenta e cinco anos de relações diplomáticas.¹ Neste período, a acreditação das respectivas embaixadas e o reconhecimento do núncio apostólico como reitor do corpo diplomático levou a diversas acções em questões como a dívida da América Central, a reconciliação social pós-conflito e as questões da paz e dos direitos humanos.

Situação geral

Em 2011, vários actos de violência, nalguns casos envolvendo sacerdotes católicos, tiveram um grande impacto social. Num dos casos, um sacerdote foi espancado.² Noutro, ninguém foi detido pelo assassinio, no início de 2012, do P. David Donis Barrera, de 60 anos de idade, membro da comunidade de Santa Rosa que ia a caminho da cidade da Guatemala após a celebração da missa.³

Em Fevereiro de 2011, as Igrejas Católica e Evangélica, o Gabinete do Ministério Público para os Direitos Humanos e a Universidade de San Carlos de Guatemala (USAC), uma universidade pública, expressaram profunda preocupação por um possível aumento da violência durante as eleições nacionais.⁴

A Igreja Católica também emitiu uma declaração contra a crescente violência anti-imigrantes. “Como testemunhas do enorme sofrimento que os emigrantes dos nossos países e regiões experimentam, sendo vítimas de exploração e abuso por diversos agentes (representantes de entidades públicas, patrões sem escrúpulos e organizações criminosas), pedimos uma vez mais aos nossos governos que disponibilizem protecção legal às mulheres e homens emigrantes, incluindo os que procuram trabalho, asilo e refúgio, e que foram vítimas de tráfico humano”, disseram os bispos nesta declaração.⁵

¹ *La Misión*, Abril 2011

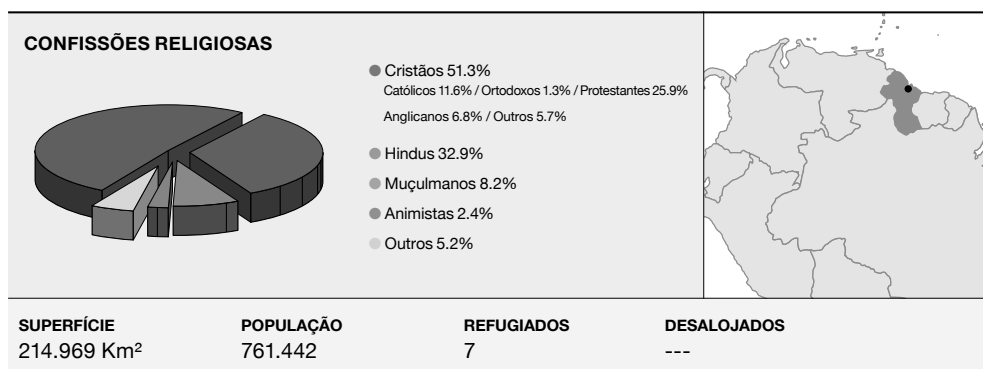
² *Zenit.org*, 27 de Julho de 2011

³ *Zenit.org*, 30 de Janeiro de 2012

⁴ *LaPrensa.com.ni*, 26 de Fevereiro de 2011

⁵ *Zenit.org*, 3 de Julho de 2011

GUIANA



Alterações legislativas

No período em análise, não houve alterações à legislação existente sobre liberdade religiosa.

Igreja Católica

Representantes da Igreja participaram em várias iniciativas de apoio social associadas ao direito de os grupos religiosos participarem e contribuírem nos vários domínios da vida social.

Outras confissões religiosas

Em Setembro de 2010, durante uma viagem à costa caribenha da América do Sul, Farah Anwar, a representante especial norte-americana para as Comunidades Muçulmanas, esteve na Guiana, pois este país acolhe uma das maiores comunidades muçulmanas em toda a América Latina. Concentrou a sua visita em especial nas escolas muçulmanas do país.¹

Em 2011, durante uma semana dedicada ao diálogo inter-religioso, o presidente da Organização Central Islâmica da Guiana (CIOG), Fazeel Ferouz, disse que os representantes de várias confissões religiosas deveriam acordar três princípios: não incentivar as conversões forçadas; permitir que os crentes vivam de acordo com as suas crenças; e apoiar os valores próprios das religiões, em especial a paciência, o amor de Deus e a tolerância. Estes princípios permitirão que as religiões coexistam de forma pacífica, algo que sempre fez parte das tradições do país.²

Em Janeiro de 2012 realizou-se um encontro inter-religioso internacional de agrupamentos evangélicos. As organizações participantes incluíram o Conselho Mundial de Igrejas, o Conselho Missionário Caribenho e Norte-Americano, o Conselho Missionário Mundial, o Conselho-Geral do Ministério Global, a Igreja Metodista Unida, a *Help and Shelter* da Guiana e a Formação para o Ministério e Missão da Guiana.

A 1 de Fevereiro de 2012, o recém-eleito presidente Donald Ramotar instou os guianeses a prestarem atenção aos apelos dos líderes religiosos e a lutarem por seguir o caminho da paz, da tolerância e das boas relações.

O presidente disse que actualmente algumas pessoas são perseguidas e alguns países são estigmatizados por causa da sua fé. No entanto, a “Guiana rejeita a noção

¹ *Blogs.state.gov*, 13 de Outubro de 2010

² *Kaieteur News*, 31 de Janeiro de 2011

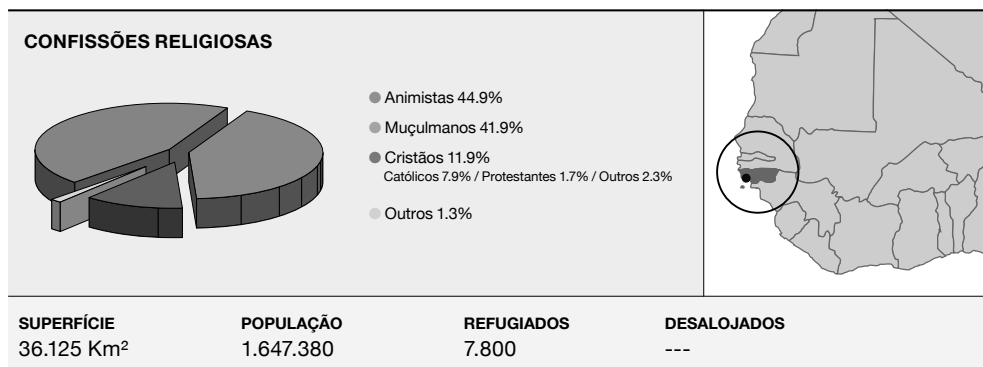
de que qualquer pessoa ou grupo possa ser estigmatizado ou perseguido por causa da sua religião. Vamos continuar a rejeitar qualquer esforço por parte de qualquer Governo, organização ou pessoa de sujeitar as pessoas a políticas que restrinjam a procura da sua fé.”³

Na altura do Natal, e igualmente no aniversário do Profeta Maomé (*Youman Nabî*) e no aniversário da divindade hindu (*Shiv Raatri*), o presidente venceu o papel desempenhado pelas principais religiões presentes no país em manter os seus padrões morais.⁴

³ *Guyana Times*, 1 de Fevereiro de 2012

⁴ *Opnew.op.gv.gy*, 11 de Março de 2012

GUINÉ BISSAU



A Constituição¹ reconhece a liberdade religiosa (Artigo 6) e normalmente as autoridades respeitam-na e protegem-na.

O Artigo 4 proíbe o uso de palavras religiosas ou títulos de grupos religiosos na identificação dos partidos políticos.

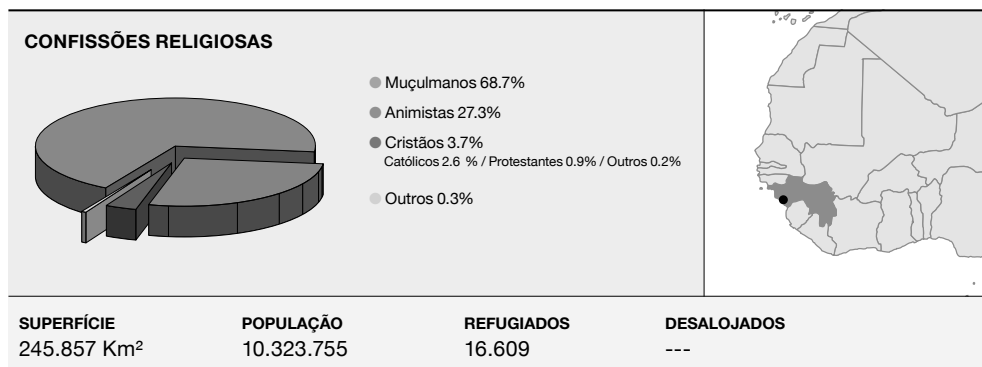
Os grupos religiosos têm de ser registados, mas não há relatos de pedidos que tenham sido rejeitados.

No período a que este relatório se refere, apesar da situação política instável que se seguiu às eleições presidenciais de 18 de Março de 2012, não há informação relativa a discriminações ou intolerâncias entre as várias religiões.²

¹ <http://www.constitutionnet.org/files/Guinea-Bissau%20Constitution.pdf>

² Agência Fides, 17 de Março de 2012

GUINÉ CONACRI



A Constituição¹ reconhece a liberdade religiosa e o Artigo 14 garante a total autonomia e autogestão das instituições e comunidades religiosas.

Os grupos religiosos são obrigados a registrar-se e o registo formal permite vantagens fiscais e isenções. Os grupos não registados podem ser multados e mesmo reprimidos, mas na prática funcionam sem quaisquer problemas.

Os grupos religiosos e os partidos políticos estão proibidos de possuir as suas próprias estações de rádio ou televisão, mas esta proibição parece ser apenas uma formalidade, pois os representantes destes grupos estão autorizados a possuir estações de rádio comerciais e estas podem transmitir programas religiosos. Além disso, a televisão estatal transmite programas muçulmanos e cristãos, como por exemplo a missa dominical e as orações de sexta-feira a partir da mesquita central.²

Após os confrontos políticos e étnicos de Setembro de 2011,³ o Governo criou uma Comissão para a Reconciliação Nacional, liderada pelo Arcebispo Católico de Conacri e pelo mais alto líder islâmico do país, para promover a paz social graças às boas relações interconfessionais gozadas pelo povo da Guiné.⁴

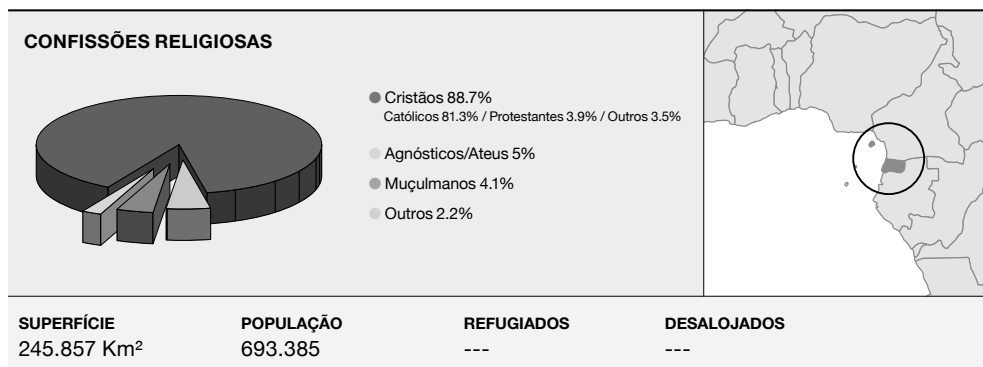
¹ <http://democratie.francophonie.org/IMG/pdf/Guinee.pdf>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

³ Agência Fides, 27 de Setembro de 2011

⁴ Agência Fides, 3 de Outubro de 2011; Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

GUINÉ EQUATORIAL



A Constituição¹, no Artigo 13, reconhece a liberdade religiosa e, em geral, as autoridades respeitam esta disposição legal. No entanto, o presidente Teodoro Obiang Nguema, no poder desde o golpe militar de 1979, disse há algum tempo que acredita que o dever da religião é puramente espiritual e que não vai tolerar que os grupos religiosos interfiram nas questões do Governo. Consequentemente, os líderes religiosos evitam em geral discussões e discursos que possam ser considerados como críticas ao Governo e aos seus representantes. Os representantes do Estado até controlam os sermões durante as cerimónias religiosas, para garantir que não criticam o Governo. Contudo, as autoridades insistem que, ao fazê-lo, não estão a exercer qualquer controlo sobre as actividades religiosas, mas apenas a monitorizar “quaisquer actividades políticas mesmo indirectas”. Não há restrições às actividades religiosas, mas, embora os grupos religiosos sejam obrigados a registar-se, o registo não é obrigatório para a Igreja Católica ou para a Igreja Reformada da Guiné Equatorial por razões históricas e culturais. Os grupos religiosos devem também solicitar autorização específica para todas as actividades que ocorram fora dos locais normais de culto, embora essas actividades sejam habitualmente autorizadas².

Os que actuarem sem autorização podem ser multados e imediatamente proibidos de operar. Contudo, estas sanções raramente são aplicadas e estas obrigações não impedem efectivamente as actividades e encontros dos grupos, nem as suas actividades missionárias. As organizações religiosas estão autorizadas a gerir escolas.

Durante o período deste relatório, não foram noticiadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ <http://www.constitutionnet.org/files/Equatorial%20Guinea%20Constitution.pdf>

² Departamento de Estado Norte-Americano – International Religious Freedom Report for 2011

HAITI



Alterações legislativas

A Confederação Nacional do Vudu Haitiano expressou publicamente a sua desaprovação em relação à decisão governamental de celebrar a festividade católica da Ascensão.¹

Igreja Católica

Na sequência do terramoto de Janeiro de 2010, que ceifou as vidas de 316.000 pessoas e deixou outras 1.300.000 sem casa, a Igreja Católica continuou a concentrar a sua acção no período posterior a este acontecimento.

Em Março de 2012, as Conferências Episcopais da República Dominicana e do Haiti criaram uma comissão especial para acelerar os projectos de reconstrução no país afectado pelo terramoto.

A função da comissão é gerir o fluxo de ajuda externa dada pela República Dominicana ao Haiti após a tragédia. Entretanto, a ajuda dada por cidadãos, empresas e instituições dominicanas será entregue directamente a organizações católicas haitianas, para que elas possam avançar com os seus projectos e igualmente com o recrutamento de voluntários qualificados para ajudar na reconstrução.²

Além disso, em Junho de 2012 foi realizada uma conferência nos Estados Unidos para definir as melhores formas de realizar projectos pequenos e trocar informação sobre reconstrução pós-terramoto, sobretudo através da Parceria para a Reconstrução da Igreja no Haiti (PROCHE).

Concentrando-se na reconstrução, a parceria foi estabelecida sob a égide dos bispos haitianos com o apoio da Conferência Episcopal Católica dos Estados Unidos (USCCB), da *Catholic Relief Services* (CRS) e de outras agências católicas, tendo por objectivo a reconstrução de estruturas da Igreja Católica que foram destruídas pelo terramoto de 2010.³

No contexto das declarações feitas pelas duas Conferências Episcopais, o Arcebispo de Santo Domingo (na República Dominicana), Cardeal Nicolás de Jesús López, anunciou que os bispos haitianos lhes tinham pedido que intercedessem junto do Governo dominicano para resolver a questão do estatuto legal dos filhos dos imigrantes haitianos na República Dominicana, que estão no país sem autorização de residência. Fizeram este pedido porque, desde 2010, a Constituição dominicana já não permite que os filhos dos imigrantes sem autorização de residência sejam reconhecidos como

¹ *Defend.ht*, 4 de Junho de 2011

² *Aciprensa*, 18 de Março de 2012

³ *Zenit.org*, 6 de Novembro de 2011

cidadãos dominicanos. De acordo com dados das Nações Unidas, cerca de um milhão de imigrantes haitianos vive na República Dominicana, juntamente com os seus filhos que já nasceram neste país.⁴

Outras comunidades cristãs / Outras religiões

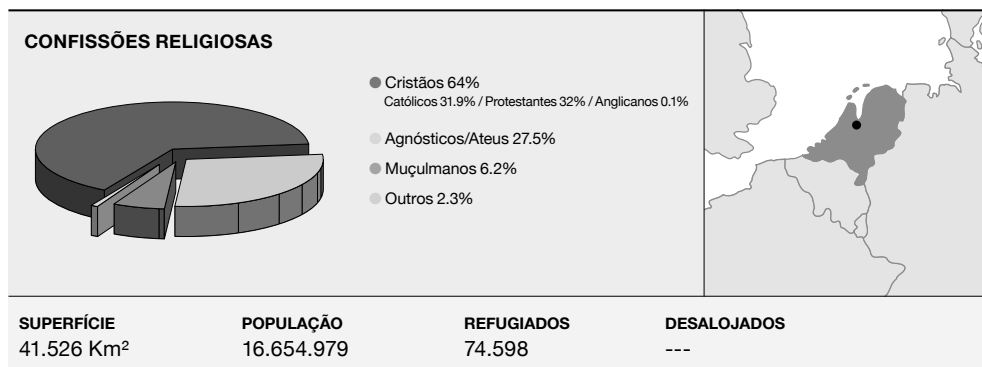
Em Abril de 2011, os membros da *Religion for Peace*, uma organização que inclui várias confissões religiosas cristãs, condenaram formalmente os ataques contra crentes vudus, que foram acusados de propagar a cólera no país.

Ao mesmo tempo, Euvonie Georges Augostin, um representante da Confederação de Praticantes Vudu, disse que a morte de cinquenta crentes vudus desde o início da epidemia era uma consequência da falta de educação cívica e religiosa.⁵

⁴ *Eldia.com.do*, 14 de Março de 2012

⁵ *Defend.ht*, 12 de Abril de 2011

HOLANDA



O primeiro artigo da Constituição define que “Todas as pessoas na Holanda devem ser tratadas de maneira igual em circunstâncias iguais. A discriminação com base na religião, crença, opinião política, raça ou sexo ou por quaisquer outras razões não será permitida.”¹

O Artigo 6 garante que “Todos terão o direito de professar livremente a sua religião ou crença, seja individualmente ou em comunidade com outros, sem prejuízo da sua responsabilidade perante a lei. As normas relativas ao exercício deste direito fora de edifícios e lugares fechados podem ser definidas pela Lei do Parlamento para protecção da saúde, no interesse do tráfego e para combater ou impedir a desordem.”²

No período em análise não houve alterações significativas à situação geral do país no que diz respeito à liberdade religiosa.

A influência estrangeira islâmica

Para reduzir a influência estrangeira indesejada, sobretudo nas duas maiores comunidades muçulmanas do país, a comunidade turca e a comunidade marroquina, o Governo continuou a subsidiar as universidades para que disponibilizem formação aos residentes interessados em tornar-se imãs, de modo a garantir que eles tenham um entendimento básico das normas e valores sociais locais. As universidades seleccionadas colaboraram com as principais organizações muçulmanas na criação de programas de formação. O Governo continuou a exigir que todos os imãs e outros líderes espirituais recrutados em países islâmicos completem um curso de integração de um ano antes de os autorizar a praticar a sua religião no país.

O problema do “véu islâmico total”

Em 2011, a maioria de centro-direita do Parlamento apresentou um projecto-lei destinado a proibir o uso do véu total, comumente conhecido como *burqa* ou *niqab*. O principal promotor por detrás desta proibição foi Geert Wilders, líder do Partij voor de Vrijheid (PVV). A 23 de Junho de 2011, Wilders foi absolvido pelos tribunais de Amesterdão das acusações de ter difamado os muçulmanos ao descrever o Corão como “fascista” e compará-lo com o *Mein Kampf* de Adolf Hitler, num documentário que realizou em 2008 intitulado *Fitna*.³

¹ www.denederlandsegrondwet.nl/9353000/1/j9vvihlf299q0sr/vgrnb2er8avw

² www.denederlandsegrondwet.nl/9353000/1/j9vvihlf299q0sr/vgrnbhimm5zv

³ www.bbc.co.uk, 23 de Junho de 2011

Em Janeiro de 2012, o Conselho de Ministros da Holanda reafirmou uma decisão anterior de proibição, a partir do final do ano, do uso desses véus nos transportes públicos, em edifícios públicos e nas ruas.

Normas para o abate de animais

Em termos de ritos e hábitos religiosos, o Governo planeou a criação de uma comissão de estudo com a tarefa de definir as normas para o abate de animais. De acordo com um relatório de 18 de Janeiro de 2012 da organização *Human Rights Without Frontiers* [Direitos Humanos Sem Fronteiras], esta nova instituição vai ficar responsável por corresponder às necessidades das comunidades judaicas e islâmicas, no seguimento de um voto no Parlamento holandês sobre o bem-estar dos animais que tinha proibido todas as formas religiosas de abate como sinal de respeito pelos animais. De acordo com o Rabi Arye Goldberg, director-adjunto do *European Rabbinic Centre* (ERC), “esta decisão é uma vitória clara do bom senso, da tolerância e da liberdade religiosa”.⁴

Disputas em confronto

A existência de leis que punem o incitamento ao ódio religioso, racial e étnico contrasta por vezes com o direito de expressão e pensamento. Contudo, as condenações eram raras porque os tribunais tinham relutância em restringir a liberdade de expressão, sobretudo no contexto do debate público, quando os políticos e os jornalistas fazem declarações que “ofendem, chocam ou perturbam”.

Surgiram disputas quando o exercício dos direitos à liberdade de religião e expressão entravam em confronto com a proibição estrita de discriminação. Estas disputas foram abordadas nos tribunais ou por conselhos anti-discriminação. Foram repetidamente apresentadas queixas contra oradores religiosos ou políticos que condenaram publicamente a homossexualidade. Contudo, a jurisprudência de longa data dita que essas declarações, quando feitas por razões religiosas, não constituem crime, estando ausente a intenção de ofender ou discriminar os homossexuais.⁵

Diversos representantes estatais pedem que seja tida em consideração a liberdade de consciência e recurso para realizar casamentos de casais homossexuais. Foi adoptada uma resolução pelo Parlamento para impedir os representantes estatais de se recusarem a casar casais homossexuais. A ministra de Estado disse que não iria actuar de acordo com esta resolução, pois há a possibilidade de cada casal homossexual encontrar um representante estatal que realize o casamento.⁶

⁴ *Human Rights Without Frontiers*, 18 de Janeiro de 2012

⁵ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

⁶ *Bewerkt door: Redactie*, 6 de Julho de 2012

HONDURAS



Mudanças na legislação

A 30 de Setembro de 2010, foi aprovada uma Lei-Quadro para as Igrejas Evangélicas nas Honduras (Decreto 185-2010) que regulamentava os direitos de as Igrejas pertencerem à Fraternidade Evangélica das Honduras (*Confraternidad Evangelica de Honduras*). Os direitos reconhecidos pressupunham isenção fiscal e autorização para os ministros evangélicos participarem na vida política um ano após deixarem todas as actividades religiosas nas suas comunidades.¹

Contudo, várias comunidades evangélicas que não pertenciam à Fraternidade apresentaram recurso ao Supremo Tribunal, que declarou a lei como inconstitucional a 15 de Fevereiro de 2012, por privilegiar a Fraternidade Evangélica.²

Incidentes violentos

A 23 de Fevereiro de 2011, o Pastor Evangélico Roberto Marroquin foi assassinado durante um assalto na cidade de San Pedro Sula. No seguimento deste acontecimento, o Arcebispo de Tegucigalpa, Cardeal Óscar Andrés Rodríguez Maradiaga, disse que não houve razão ou justificação para o que tinha ocorrido. “Apelo a todos os nossos compatriotas”, disse o Cardeal, “sobretudo aos pais e a todos os que têm a tarefa de educar, que regressem ao respeito pela vida tal como ordenado por Deus.” O assassinio foi mais um caso de violência que também afectou o próprio cardeal. O seu escritório foi atacado e alvejado, e ele recebeu inúmeras ameaças pessoais de gangues criminosas a operar no país.³

Em Janeiro de 2012, diversas comunidades evangélicas organizaram um dia de oração para pedir ajuda e orientação a Deus para os que governam o país. Este acontecimento foi participado pelos representantes dos três poderes do Estado: o presidente da República, o presidente do Congresso Nacional e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Em Julho de 2011, realizou-se um acontecimento idêntico, com o nome “Vamos salvar as Honduras”, que durou três dias e acabou no Palácio Presidencial.⁴

¹ <http://blog-sin-dioses.blogspot.com/2010/10/honduras-y-su-ley-marco-de-la-iglesia.html>;

² www.larazon.es, 24 de Fevereiro de 2012; www.forointereclesiasticohonduras.org/DeroganLeyMarco.html

³ www.zenit.org, 23 de Fevereiro de 2011

⁴ www.noticiacristiana.com/sociedad/iglesiaestado/2011/07/evangelicos-terminan-jornada-de-oracion-en-casa-presidencial-de-honduras.html

As reuniões semanais do conselho de ministros começam habitualmente com uma oração cristã, mas em Novembro de 2011 foram abertas a mulheres muçulmanas, em representação das comunidades islâmicas no país.⁵

⁵ <http://visiondeprofetas.blogspot.com/2011/11/485-lectura-del-coran-antes-de-iniciar.html#ixzz217jrWNcR>

HUNGRIA



A nova Constituição húngara foi aprovada a 8 de Abril de 2011 e entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2012. A fundação histórica do país pelo rei Santo Estêvão I é contada no preâmbulo, assim como o facto de, a partir desse momento, a Hungria se ter tornado parte da Europa cristã.

O direito à liberdade religiosa total é garantido pelo Artigo 7 do capítulo “Liberdade e Responsabilidade”, que define a separação entre o Estado e a Igreja, cuja autonomia é coberta por uma lei que aborda as relações entre a Igreja e o Estado.¹

Na sequência desta lei, em Julho do mesmo ano, o Parlamento aprovou uma nova lei sobre as organizações religiosas, intitulada “O direito à liberdade de consciência e religião, e o estatuto das Igrejas, religiões e comunidades religiosas” (conhecida como Lei das Religiões), que entrou em vigor em Janeiro de 2012.²

A lei reconhece o anterior estatuto legal de catorze Igrejas e organizações religiosas, com os seus direitos e privilégios, ao mesmo tempo que obriga todas as outras comunidades a um novo registo para que obtenham reconhecimento legal. Espera-se que este registo seja aprovado por uma maioria de dois terços no Parlamento, que tem poder para negar o estatuto legal se as actividades da comunidade religiosa forem consideradas como uma ameaça à segurança nacional.

Entre as catorze Igrejas e organizações registadas de acordo com a nova legislação estão os católicos, os protestantes, os luteranos evangélicos, algumas organizações judaicas, diversas Igrejas ortodoxas, baptistas e evangélicas pentecostais.

A lei de 1990 obrigava ao registo através de um tribunal local, que não tinha poder para recusar um pedido de registo. A nova lei contém uma disposição legal retroactiva que retira o estatuto legal já obtido a 300 organizações ou comunidades religiosas minoritárias. Foi-lhes pedido que voltem a registar-se durante o mês de Janeiro de 2012.

A lei cria três níveis de reconhecimento legal. O primeiro nível é o das catorze Igrejas e organizações já mencionadas, enquanto os outros níveis criaram de facto duas categorias inferiores com menos direitos.

No essencial há três requisitos para se ser reconhecido como Igreja ou comunidade religiosa: actividade contínua de natureza principalmente religiosa, rituais que respeitem a fé professada e actividade religiosa permanente na Hungria durante pelo menos vinte anos.

¹ <http://presidentialactivism.wordpress.com/2011/03/28/full-english-text-of-the-new-hungarian-constitution/>

² News.Va, 20 de Janeiro de 2012

Esta nova lei húngara é agora a mais restritiva a nível europeu em termos de procedimentos de registo. Exclusivamente por causa disto, foi alvo de crítica, em especial por parte de círculos protestantes. A crítica mais acérrima veio do Instituto de Religião e Política Pública, uma organização internacional inter-religiosa sem fins lucrativos sediada em Washington, D.C. dedicada à promoção da liberdade religiosa.³

O Governo apoia finalmente algumas actividades das organizações religiosas, entre as quais a manutenção de obras de arte exibidas em público, educação religiosa, educação e cultura. Disponibiliza igualmente um pagamento anual como indemnização pela confiscação de bens pertencentes a muitas organizações durante o regime comunista. Está igualmente a ser planeado um subsídio para sacerdotes e colaboradores religiosos que trabalhem em pequenas aldeias.

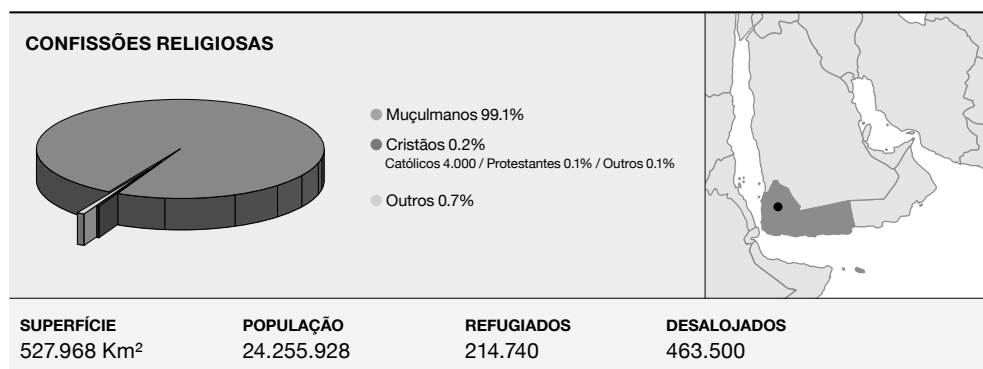
Em 2009, o Governo anterior introduziu a prática de uma bolsa para reconstruir e reabilitar edifícios religiosos. O novo Parlamento aprovou a reintrodução deste tipo de financiamento a 23 de Dezembro de 2010, inserido no orçamento de 2011.

A 25 de Agosto de 2011, o secretário de Estado para os Assuntos Religiosos, Cívicos e Nacionais, e o ministro da Administração Pública e Justiça, Laszlo Szaszfalvi, reuniram com os líderes de quatro comunidades históricas: católicos, Igreja Reformada húngara, luteranos e judeus. Durante o encontro, o ministro destacou o forte compromisso político do Governo em indemnizar as Igrejas e repor o apoio financeiro que tinha sido retirado no passado. O secretário de Estado e outros representantes governamentais garantiram que serão feitos pagamentos graduais, a começar em 2011, de mais de 19 milhões de dólares.⁴

³ *Human Rights without Frontiers*, 29 de Julho de 2011

⁴ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

ÍEMEN



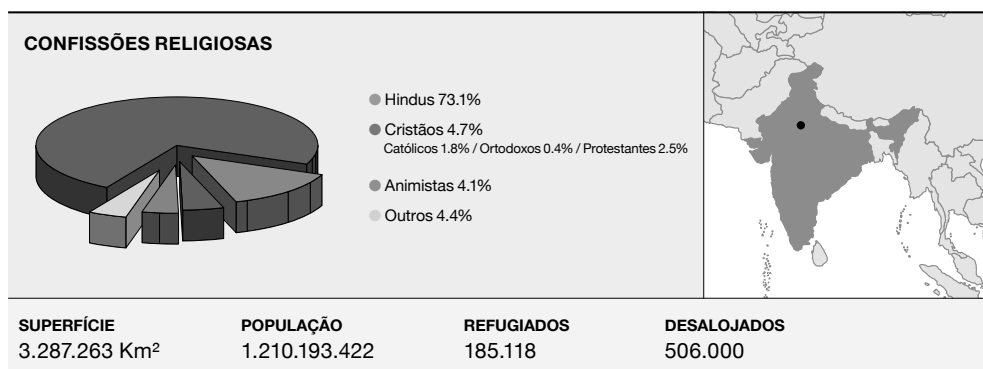
A ordem e a segurança foram completamente destruídas no Iémen no período em análise. Enquanto a rebelião do clã xiita *houthi* ainda se mantinha activa a noroeste do país, um levantamento popular no resto do país eclodiu no início de 2011 contra o regime do presidente Ali Abdullah Saleh, que estava no poder há trinta e três anos. Saleh concordou finalmente em demitir-se em troca de imunidade. O novo presidente, Abdo Rabbo Mansour Hadi, eleito a 21 de Fevereiro de 2012, deve agora trabalhar para unir a nação ainda dividida, bem como reconhecer as forças armadas e o aparelho de segurança, cujas posições-chave estão ainda nas mãos da família e amigos do antigo presidente. A radicalização da comunidade sunita foi relatada nos últimos anos, influenciada por vários movimentos salafitas com ligações à al-Qaeda e opondo-se à comunidade xiita *zaydi*. A tensão levou a encontros armados entre os dois grupos, bem como a ataques terroristas. Em Janeiro de 2012, surtos de violência entre salafitas e *houthis* na província de Hajja a noroeste fizeram dezenas de mortos. Pelo menos doze pessoas foram mortas quando um carro bomba explodiu no exterior de uma escola onde um grupo de xiitas se reuniu para as orações de sexta-feira, a 25 de Maio, em Hazm, na província de al-Jawf.

O braço iemenita da al-Qaeda reivindicou a responsabilidade pela morte de um professor norte-americano, porque “ele estava a tentar propagar o Cristianismo”. Joel Shrum, de 29 anos, de Mount Joy, Pensilvânia, foi morto a tiro com uma kalashnikov no domingo, 25 de Março de 2012, em Taiz, a cidade mais importante do país depois da capital Sanaa, onde vivia com a sua mulher e dois filhos. Estava a estudar Árabe e ensinava Inglês no Centro Internacional de Formação e Desenvolvimento, que foi fundado na década de 1970 e é uma das escolas de línguas mais antigas do Iémen. Numa página de Internet radical foi colocada esta mensagem, a 29 de Março, reivindicando a responsabilidade por este assassinio: “Foi um dom de Deus que o *mujahedin* matasse o norte-americano Joel Shrum, que estava activamente a fazer proselitismo sob o disfarce de professor em Taiz.” Os pais de Shrum, que vivem na Pensilvânia, disseram que o seu filho foi para o Iémen para aprender a língua árabe e não para converter pessoas ao Cristianismo.

Fontes:

Associated Press
Christian Freedom

ÍNDIA



Em 2011, a Índia relatou mais violência religiosa, embora a Constituição garanta a liberdade religiosa para todos os cidadãos do país. As comunidades cristã e islâmica estão entre as mais vulneráveis, sobretudo quando a violência religiosa está ligada às questões de castas.

Embora desde 2008 – o ano das perseguições anti-cristãs em Orissa – não tenha havido violência generalizada contra minorias religiosas, o Governo indiano não fez progressos significativos na protecção e promoção da liberdade religiosa, e os números do ano que passou continuam a ser alarmantes. Só em 2011, de acordo com dados disponibilizados pelo Conselho Global de Cristãos Indianos (GCIC), a minoria cristã foi vítima de 170 ataques mais ou menos graves por parte de nacionalistas hindus. Karnataka é a região na qual o maior número de ataques foi reportado, com quarenta e cinco incidentes, seguida de Orissa com vinte e cinco, Madhya Pradesh com quinze, Kerala com dez, e Tamil Nadu, Chhattisgarh, Uttar Pradesh, Andhra Pradesh e Maharastra com seis, cada uma. A estes devemos acrescentar ataques isolados e não reportados. Estes ataques são sistemáticos e de todos os tipos, incluindo homicídios, ferimentos nos olhos e ouvidos, e mutilações que muitas vezes causam danos permanentes. Igrejas, bíblias, crucifixos e outros objectos religiosos foram destruídos, profanados ou queimados, enquanto carros, motorizadas e bicicletas foram destruídos, casas e terras foram tomadas à força, e túmulos foram profanados. Sajan George, presidente do GCIC, disse à *AsiaNews*: “Estes ataques baseiam-se todos na religião e nem sequer respeitam as normas filosóficas do *Bhagavad Gita* (Texto sagrado do Hinduísmo, Editor) que ensina a todos os indianos o amor e o respeito pelos crentes de todas as religiões”.¹

Os que participaram nos ataques pertencem aos movimentos nacionalistas hindus de Sangh Parivar, como por exemplo o movimento Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), o Vishwa Hindu Parishad (VHP) ou o Bajrang Dal. Na maior parte dos casos, os militantes justificam estes ataques com acusações infundadas de proselitismo e conversões forçadas. Na comunidade cristã, os mais atacados são os membros das Igrejas Protestantes e em particular as Igrejas Pentecostais. O Partido Bharatiya Janata (BJP), um partido nacionalista hindu de direita que lidera a principal coligação da oposição, apoia estes grupos.

A lentidão (ou completa ausência) de justiça em relação às vítimas de violência de Orissa (2007-2008) e dos ataques contra igrejas e locais de culto em Karnataka

¹ *Asianews.it*, 23 de Dezembro de 2011

(2008) constitui um problema crescente. De acordo com várias personalidades cristãs importantes, esta situação de “suspensão” do sistema de justiça contribuiu para criar um clima de impunidade que incentiva militantes ultra-nacionalistas a atormentarem a comunidade cristã.

Um relatório do Instituto Australiano de Economia e Paz (IEP) coloca a Índia entre os países “menos pacíficos” do mundo. Nos 153 estados analisados no Índice Global da Paz de 2011, Nova Deli fica em 135.º lugar. O P. Félix Raj SJ, director do Colégio de S. Xavier em Calcutá, aponta a educação e os jovens como soluções para a violência religiosa na Índia – com a demolição de igrejas e mesquitas, a violação de mulheres cristãs e religiosas, o assassinio de sacerdotes e ministros e a ‘reconversão’ de *dalits* e cristãos tribais. O P. Jacob Kani, editor do jornal *Indian Currents Weekly*, acrescenta: “O país precisa de uma revisão profunda das suas leis e da maneira como estas são aplicadas. O diálogo, e não o confronto, devia ser o mantra do Governo na relação com todos os níveis da sociedade indiana.”²

A situação legislativa

A Índia é uma nação secular e o Artigo 25 da Constituição garante a liberdade religiosa como um direito fundamental, incluindo a prática, divulgação e mudança das próprias crenças. Contudo, ao nível local também existem as chamadas leis “anti-conversão”, que em teoria são normas que proíbem conversões que ocorram “usando a força, a coerção ou a fraude.” Estas leis, na prática, afectam directamente a comunidade cristã. Seis estados, num total de vinte e oito, têm leis anti-conversão, nomeadamente: Arunachal Pradesh, Madhya Pradesh, Chhattisgarh, Himachal Pradesh (BJP), Gujarat e Rajastão (Partido do Congresso). Peritos em leis e activistas de direitos humanos consideram que estas leis são simultaneamente ambíguas e sem sentido, uma vez que o Artigo 295A do Código Penal Indiano já estabelece sanções graves para aqueles que cometerem “actos deliberados e maldosos com o objectivo de ofender sentimentos religiosos ou qualquer classe social, insultando a sua fé ou crenças religiosas”.

De momento, nenhum progresso foi feito em relação ao Projecto-lei sobre Violência na Comunidade (CVB), a lei sobre violência inter-religiosa apresentada pelo National Advisory Council (NAC) de Sonia Gandhi. Em Setembro de 2011, o Parlamento bloqueou uma vez mais a sua aprovação, pela enésima vez.³ Além do BJP, os seus opositores também incluem o All India Trinamool Congress, um dos aliados de Gandhi. A actual proposta de lei confere ao Governo central o poder de intervir directamente em casos que envolvam violência inter-religiosa, ignorando as autoridades de cada estado. O P. Cedric Prakash, director do Centro Jesuíta Prashant para os Direitos Humanos, Justiça e Paz, aborda uma das questões mais controversas, que é a questão que define uma “minoridade”. “A lei apenas inclui minorias religiosas, tribais e de casta no país e exclui a maioria hindu e, assim, 80% da população. O que aconteceria em estados como Jammu e Caxemira onde os hindus representam 29% da população, comparados com os muçulmanos que são 66,9%?” A ideia de uma lei que aborda os ataques com base na denominação religiosa foi aprovada em 2003, depois de mais de 2.000 muçulmanos terem sido massacrados em Gujarat.⁴

² Asianews.it, 28 de Maio de 2011

³ The Times of India, 10 de Setembro de 2011

⁴ Asianews.it, 12 de Setembro de 2011

Discriminação e violência socioreligiosa

De acordo com o Artigo 3 da Constituição, sobre Castas Organizadas, com data de 1950, apenas os *dalits* hindus gozam de direitos e benefícios financeiros, educativos e sociais (incluindo representação política). Mais tarde, em 1956 e em 1990, este estatuto foi alargado a budistas e *sikhs*. Os *dalits* que se convertam ao Cristianismo ou ao Islão não podem gozar de direitos estabelecidos pelas Castas Organizadas. Para evitar a alienação, muitos *dalits* convertem-se ao Budismo ou Hinduísmo, como aconteceu a 24 de Maio de 2011 em Karnataka, quando, durante o *Dhamma Dheekshe*, uma das celebrações realizadas para *Vesak* (2600.º aniversário da iluminação de Buda), pelo menos 2.000 *dalits* se converteram ao Budismo.⁵

Realizou-se uma greve de fome, sem sucesso, de 25 a 27 de Julho pela Conferência Episcopal Indiana (CBCI), o Conselho Nacional de Igrejas (NCCI), o Comité Nacional de Coordenação para os Cristãos *Dalit* (NCCDC) e o Conselho Nacional de Cristãos *Dalit* (NCDC), exigindo que o Governo alargasse igualmente o estatuto de Castas Organizadas aos *dalits* cristãos e muçulmanos. Esta greve de fome acabou com uma marcha realizada por mais de 10.000 pessoas ao longo das ruas de Nova Deli.⁶

Um acontecimento positivo foi que a 29 de Abril de 2011, na cidade de Bangalore em Karnataka, Sharadamma, uma mulher *dalit* de 45 anos de idade foi eleita presidente da câmara. Ela foi a primeira “intocável” a tornar-se presidente da câmara.

Violência anti-cristã: falsas acusações de proselitismo e conversões forçadas

Tal como 2008 será recordado pelas revoltas em Orissa e os ataques a igrejas em Karnataka, 2011 será lembrado por inúmeros incidentes com base em acusações de proselitismo e conversões forçadas. Na maior parte dos casos, militantes pertencentes a grupos como por exemplo o VHP, o RSS e o Bajrang Dal são quem concretiza a violência com mais ou menos cumplicidade explícita das autoridades. Isto foi confirmado ao *AsiaNews* por Sajan K. George, presidente do GCIC, que disse: “O elevado número de absolvições nos julgamentos dos acusados de violência anti-cristã em 2008 e o reduzido número de condenados incentivou os militantes dos movimentos nacionalistas hindus de extrema-direita. Eles sentem que gozam de total impunidade por parte dos responsáveis pelo cumprimento da lei e, por isso, ameaçam e intimidam a minoria cristã.”⁷

A 2 de Janeiro de 2011, um grupo hindu ultranacionalista pertencente ao Bajrang Dal tentou matar o Pastor Isaac Samuel, coordenador do Conselho Global de Cristãos Indianos (GCIC) em Davanagere (Karnataka). Os militantes atacaram o homem com uma alabarda durante um serviço religioso, na presença da sua mulher e filhos. Foi um milagre o Pastor Samuel ter sobrevivido. A lâmina passou ao lado da sua cabeça e atingiu-lhe o ombro, resultando numa ferida profunda. Dois dias mais tarde, enquanto ainda estava no hospital, a polícia local prendeu o Pastor Samuel. Basraj, um membro do Bajrang Dal, acusou o pastor de “promover inimizade entre diferentes grupos com base na sua religião”, com base no Artigo 153 do Código Penal Indiano.⁸

⁵ *Asianews.it*, 26 de Maio 2011

⁶ *cbcisite.com*, 22 de Junho de 2011

⁷ *Asianews.it*, 12 de Março de 2012

⁸ *Asianews.it*, 5 de Janeiro de 2011

Foi uma Sexta-feira Santa “negra” para Karnataka quando os nacionalistas hindus do Sangh Parivar atacaram as comunidades protestantes nos distritos de Bagalkot e Davangere. No primeiro distrito, cinquenta militantes armados com paus interromperam o serviço religioso realizado pela comunidade pentecostal local. Depois, atacaram e insultaram dois pastores, Ashok Motilal e Gurappa Powar, acusando-os de praticarem conversões forçadas a troco de dinheiro. Os radicais hindus só deixaram o edifício após várias horas, deixando ferido o primeiro pastor. Tal como Sajan George relatou: “tudo aconteceu rodeado da completa indiferença por parte das autoridades, que chegaram mesmo a rejeitar a queixa formal apresentada pela comunidade”. Activistas hindus em Davangere atacaram a comunidade protestante da Igreja Bethel, na pessoa do Pastor Umesh Nayak, em frente a trinta membros da congregação, destruindo Bíblias e livros de orações. No final do ataque, os radicais hindus prenderam os cristãos na sua igreja durante seis horas. A polícia interveio apenas depois de ser pressionada pelo GCIC.⁹

A 28 de Junho de 2011, no distrito de Hubli (Karnataka), a polícia prendeu dois pastores pentecostais acusados de conversões forçadas por dez membros do Bajrang Dal. A polícia prendeu os homens com base nos Artigos 295A (ofensa a sentimentos religiosos), 447 (invasão de propriedade privada) e 341 (pressão ilegal) do Código Penal Indiano. Os militantes hindus atacaram de surpresa o Pastor M. Sandeep e o Irmão Isaac quando estes regressavam do serviço religioso. Depois de os interrogarem e revistarem à procura de objectos e textos cristãos, espancaram-nos e insultaram-nos. Os atacantes chamaram depois a polícia, que prendeu os dois homens. De acordo com testemunhas, os polícias mantiveram os dois homens detidos sem comida durante a noite, para depois confirmarem as detenções e acusações.¹⁰

Outra “vergonha”, tal como definido pelo presidente do GCIC, ocorreu em Andhra Pradesh a 3 de Julho. G.N. Paul, pastor da Igreja Baptista Independente na aldeia de Munugodu (distrito de Nalgonda), estava a regressar a casa depois de um serviço religioso no qual participaram vinte famílias quando quatro radicais hindus o atacaram, esfaqueando-o no abdómen e na cabeça. Graças à ajuda de pessoas que passavam, uma ambulância salvou o Reverendo Paul. Nacionalistas hindus tinham-no ameaçado por três vezes, ordenando-lhe que parasse todas as actividades de evangelização. Ninguém foi detido na sequência do ataque.¹¹

A 20 de Julho, o pastor protestante de Balliguda (Orissa), Michael Nayak, desapareceu. Uma semana mais tarde, a 28 de Junho, o seu corpo em decomposição foi encontrado perto da aldeia de Mdikia. A autópsia oficial concluiu que foi uma morte acidental e a polícia encerrou o caso sem mais investigações. Uma equipa legal do GCIC chegou a uma conclusão muito diferente. O Pastor Michael tinha dado testemunho no caso de um ataque violento que ocorreu durante as perseguições anti-cristãs. O acusado foi considerado culpado e serviu a sua pena. Uma vez fora da prisão, tornou-se amigo do Pastor Michael. Na manhã de 20 de Julho, o hindu propôs que os dois fizessem uma viagem de bicicleta até Bataguda. Quando estavam na floresta, o homem esfaqueou o Pastor Michael até à morte. Na primeira instância, a petição do GCIC para o Tribunal de Balliguda não conseguiu que o caso fosse transferido ou que a investigação fosse

⁹ *All Indian Christian Council*, 27 de Abril de 2011

¹⁰ *Asianews.it*, 30 de Junho de 2011

¹¹ *Asianews.it*, 7 de Novembro de 2011

reaberta. Embora o relatório oficial indicasse a total ausência de escoriações ou ferimentos, excepto uma ferida profunda na parte de trás da cabeça, as autoridades tentaram enterrar o caso. Apesar disto, assim que o caso foi levado a tribunal, a versão da polícia foi rejeitada e foi ordenada uma nova investigação.¹²

Agosto terminou com um outro ataque contra o pastor da Igreja Pentecostal no distrito de Thurivarur (Tamil Nadu). Activistas hindus locais pertencentes ao Sangh Parivar destruíram a Casa de Oração de Bethel e atacaram o Pastor Williams Ramados e a sua mulher. Depois, arrastaram o casal e alguns membros da congregação para a estação local de polícia, onde foram acusados de acordo com várias secções do Código Penal Indiano. Os cristãos passaram seis dias na prisão e foram finalmente libertados com um aviso, graças apenas ao GCIE. Sajan George disse ao *AsiaNews* que, no dia do ataque, “os responsáveis governamentais visitaram a igreja, mediram-na e declararam que tudo estava em ordem e que a igreja pertencia ao pastor. Os activistas [hindus] rejeitaram a decisão das autoridades e atacaram a comunidade.”¹³

Setembro foi um mês difícil para algumas comunidades cristãs em Madhya Pradesh e Karnataka. Num caso, a 12 de Setembro, cinco activistas hindus pertencentes ao *Rashtriya Swayamseval Sangh* (RSS) insultaram, atacaram e fizeram falsas acusações sobre conversões forçadas contra quatro pastores pentecostais, a mulher de um deles e onze hindus que estavam prestes a ser baptizados. Os militantes hindus invadiram a casa onde estava a decorrer um encontro de oração. Estavam armados com mocas e acompanhados de três polícias locais. Depois de os terem espancado, os polícias tentaram convencer os hindus prestes a serem baptizados a fazerem falsas acusações contra um dos pastores. O grupo recusou-se, declarando que queriam ser baptizados pois acreditavam em Cristo.¹⁴ A 16 de Setembro, dezenas de ultranacionalistas hindus atacaram comunidades cristãs nos distritos de Hassam e Belgaum (Karnataka). Em ambos os casos, a polícia deteve dois pastores com acusações de proselitismo e conversões forçadas.¹⁵

A 12 e 13 de Novembro, activistas do Bajrang Dal atacaram os membros de duas comunidades cristãs diferentes, a Igreja Emanuel Parathanalaya em Arkalgud e a Igreja Bethel Ministry, ambas no distrito de Hassan (Karnataka). No primeiro caso, os hindus interromperam a oração, rasgaram Bíblias e chamaram a polícia. No segundo caso, atacaram um grupo de seis cristãos que esperavam pelo autocarro. Depois de os insultarem e espancarem, os activistas arrastaram os homens para a estação de polícia de Harehally, onde os polícias emitiram mandatos de prisão para os seis cristãos. Em ambos os incidentes, as acusações foram ‘conversões forçadas’.¹⁶

Durante as primeiras duas semanas de Dezembro, Karnataka, Madhya Pradesh e Andhra Pradesh reportaram novos episódios de violência religiosa. A 9 de Dezembro, na aldeia de Jhabua's Jhaida (Andhra Pradesh), o Pastor Ramesh Vasunia da Igreja Independente Faith Calvary tinha organizado um dia de oração e jejum para mulheres. Durante o serviço religioso, dezenas de activistas do *Rashtriya Swayamsevak Sangh*

¹² *Asianews.it*, 4 de Agosto de 2011

¹³ *Asianews.it*, 31 de Agosto de 2011

¹⁴ *Asianews.it*, 13 de Setembro de 2011

¹⁵ *Compass Direct News*, 30 de Setembro de 2011

¹⁶ *Asianews.it*, 13 de Novembro de 2011

(RSS) e do Vishwa Hindu Parishad (VHP) rodearam a casa e começaram a atirar pedras aos presentes. Depois, queimaram três Bíblias, rasgaram todos os textos religiosos cristãos, destruíram uma imagem de Jesus e um crucifixo de madeira. Alguns deles atacaram fisicamente uma mulher idosa, roubando-lhe objectos de ouro. Nessa mesma noite, o pastor foi uma vez mais espancado e acusado de praticar conversões forçadas.

A 11 de Dezembro, homens mascarados interromperam um serviço religioso realizado pela Igreja New Fellowship Gospel (Andhra Pradesh) e começaram a atirar pedras ao Pastor Bangaraiah. Vendo que o homem estava a sangrar muito de um ferimento na cabeça, os fiéis conseguiram lançar o alarme enquanto os atacantes fugiam. O Reverendo Bangaraiah foi levado para o hospital estatal, onde recebeu catorze pontos na face e na cabeça. O ataque ocorreu perante a total indiferença das autoridades, embora houvesse uma estação de polícia em Nalgonda, a uns metros apenas da igreja. No dia seguinte, no distrito de Mangalore (Karnataka), um grupo de homens não identificados atirou pedras a um relicário de Santo António de Pádua, partindo o vidro e danificando a estátua do santo. O relicário encontra-se em frente à Igreja de São Vicente de Ferrer.¹⁷

O ano de 2011 acabou com quatro ataques realizados por hindus radicais, todos em Karnataka e todos entre 25 e 28 de Dezembro. Na véspera de Natal, cerca de vinte activistas pertencentes a um grupo local chamado Jagaran Vedike atacaram uma família durante o jantar. Os hindus atacaram homens, mulheres e crianças com paus e pedras, ferindo-os gravemente e ameaçando matá-los. Muitos deles foram depois hospitalizados, com pernas, braços e narizes partidos, e a mulher do pastor tinha um ferimento grave no peito. Os activistas fugiram imediatamente após o ataque, enquanto a polícia escrevia o relatório, sem contudo investigar os atacantes. A 28 de Dezembro houve três incidentes diferentes. Em Maripalla (distrito de Mangalore), extremistas hindus deitaram fogo ao presépio da aldeia. Os cristãos relataram imediatamente o incidente à polícia em Bantwal, a qual prendeu dois hindus radicais. Os homens defenderam-se dizendo que os cristãos tinham praticado conversões forçadas durante as celebrações do Natal. Em Mulky (Mangalore), cerca de vinte extremistas hindus mascarados interromperam uma oração na Igreja Pentecostal de Deus em Hebron. Armados com paus e pedras, os atacantes partiram janelas, destruíram salas e viaturas estacionadas no exterior do edifício. O Pastor I. D. Sanna estava em casa com a sua mulher Sarah, os filhos Prerna e Abhishek e cinco outras pessoas, mas ninguém ficou ferido. No distrito de Davanagere, vários activistas pertencentes ao Srirama Sene (um movimento local de nacionalistas hindus) entrou em casa de um membro da Igreja Pentecostal Divyadarsana Ministry. Aí espancaram o Pastor Raju Doddamani e outros presentes, acusando-os de praticarem conversões forçadas. Os atacantes chamaram então a polícia de Vidyanagar, que levou os cristãos para os interrogar. O aspecto mais grave, como observou o presidente do GCIC, foi “a violação da sua dignidade como seres humanos, invadindo a privacidade das suas casas, atacando as mulheres e crianças, e profanando a santidade da família com violência física e verbal”.¹⁸

¹⁷ *Compass Direct News*, 30 de Dezembro de 2011

¹⁸ *Asianews.it*, 30 de Dezembro de 2011

Escolas e instituições cristãs: “demasiado boas”

A violência e perseguição por parte de militantes hindus ultranacionalistas também se expressaram através de ataques a escolas e institutos geridos pela Igreja Católica. Na Índia há mais de 20.000 escolas católicas, 66% das quais em zonas rurais e com mais de seis milhões de estudantes. Apenas 23% dos alunos são católicos, os restantes são rapazes e raparigas de todas as denominações religiosas e castas, sem qualquer discriminação. Destes estudantes, 55% são raparigas, em muitos casos destinadas a nem sequer terminarem a escola primária. Os atacantes, muitas vezes membros de movimentos juvenis extremistas, queixaram-se de tentativas de proselitismo durante as aulas. A verdade é que estes incidentes encobrem muitas vezes questões pessoais (inscrição recusada, etc.). Nalguns estados geridos pelo BJP ainda há tentativas de introduzir o *Bhagavad Gita*, o livro sagrado dos Hindus, no currículo escolar. Isto aconteceu em Karnataka, onde no final de Julho o ministro da Educação, Vishveshwar Kaggeri, chegou a ameaçar as minorias dizendo: “Aqueles que se opuserem a ensinar o Gita devem deixar o nosso país.”¹⁹ Alguns meses mais tarde, a 8 de Novembro, o ministro Shivraj Singh Chouhan (BJP) de Madhya Pradesh, afirmou a sua intenção de introduzir o estudo do Gita em todas as escolas estatais. Anteriormente, em 2010, ele já tinha apresentado a mesma proposta.²⁰

Entre Junho e Julho de 2011, quatro escolas católicas em Madhya Pradesh foram ameaçadas por nacionalistas hindus do Sangh Parivar e obrigadas a pedir protecção às autoridades durante várias semanas. As primeiras escolas ameaçadas foram a Escola do Convento do Carmelo (distrito de Bhel), a Escola Secundária Sénior do Convento do Carmelo (distrito de Ratanpur) e a Escola Bairagarh Campion (distrito de Bhopal). A 2 de Julho, a Escola St. Jude em Khargone (distrito de Khandwa) iniciou a sua própria batalha. Aqui, vários activistas do Akhil Bharatiya Vidyarthi Parishad (ABVP, o movimento juvenil do BJP) quiseram obrigar a escola a admitir um rapaz no quinto ano. O director, o P. John Victor, tinha rejeitado o pedido porque a turma estava completa. Durante mais de uma semana, os militantes atacaram a escola com ameaças e intimidações e só a intervenção da polícia dispersou os activistas do ABVP.²¹

Ameaças e ataques a igrejas e lugares de oração cristãos

Os ataques a comunidades cristãs também incluíram ataques físicos e ameaças verbais contra igrejas e lugares de culto.

A 28 de Março, os escritórios municipais do Brihanmumbai Municipal Corporation (BMC) emitiram uma ordem de demolição de 729 crucifixos em Bandra, um subúrbio a oeste de Mumbai. A decisão fez parte de um projecto de ordenamento do território da cidade e incluía a eliminação de lugares de culto construídos depois de 1964 e considerados “ilegais”, porque alegadamente impediam que as estradas fossem alargadas, melhorando os esquemas de fluxo do tráfego, ou porque tinham sido construídas em terrenos reservados para serviços públicos. Grupos católicos locais tentaram opor-se à ordem de demolição. “Desde 2003 que temos vindo a apresentar os documentos municipais que declaram quando é que estas cruzes foram construídas.” As suas tentativas foram todas em vão e dois dias mais tarde, a 3 de Março, as escavadoras retiraram quatro

¹⁹ *The Times of India*, 20 de Julho de 2011

²⁰ *The Times of India*, 18 de Novembro de 2011

²¹ *Fides*, 13 de Julho de 2011

cruzes. As placas indicavam a data da sua construção: 1936. O ministro chamou então o Cardeal Oswald Gracias, Arcebispo de Mumbai, para pedir desculpas e afirmou que não tinha dado instruções para retirar as cruzes.²²

Na noite de 15 de Agosto, um grupo de homens não identificado atacou a igreja católica síria malankara de Sta. Maria, em Pune (Maharashtra). Os vândalos profanaram o altar, cobriram as paredes com insultos e destruíram as imagens sagradas e objectos usados para o culto. Depois, o grupo queimou a parte da frente do tabernáculo e atirou páginas da Bíblia e de outros livros de orações para o chão. Este foi o primeiro ataque em Pune à comunidade síria malankara, que sempre tinha vivido em paz e em harmonia com outras comunidades religiosas, prestando serviços educativos, médicos e sociais. No dia seguinte, o pároco, P. Varghese Valikodath, celebrou missa para purificar a igreja. Uns dias mais tarde, outra igreja católica síria malankara foi atacada por hindus extremistas. Desta vez, a igreja atacada foi a Igreja da Mãe Maria de Secundrabad, em Andhra Pradesh. A 25 de Agosto, um grupo de vândalos deitou fogo ao altar, a Bíblias, livros de cânticos, crucifixos e ornamentos, e depois destruiu o equipamento electrónico da igreja. Na sequência de um relatório do pároco, P. Félix Thondalil, a polícia criou um sistema de segurança à volta do edifício, sem contudo identificar o atacante. Construída em 1996, a igreja sofreu um ataque semelhante em 2007.²³

Em Setembro, em Karnataka, as autoridades encerraram duas igrejas pentecostais, a Igreja *God Full of Gospel*, no distrito de Bangalore, e a Igreja *End Times Full Harvest*, no distrito de Hassan. Em ambos os casos, a intervenção da polícia seguiu-se a relatórios de grupos ultranacionalistas hindus. Estes acusaram o pastor de não ter documentos legais e de praticar conversões forçadas.²⁴

Por vezes as ofensas eram actos de provocação aberta. A 6 de Outubro, mais de 400 extremistas hindus colocaram uma bandeira amarela, a cor oficial do Hinduísmo, nas ruínas de uma igreja católica destruída nas revoltas anti-cristãs de 2008.²⁵

Na noite de 3 de Novembro, em Kankanady, perto de Mangalore (Karnataka), três jovens profanaram a igreja católica siro-malabar de Sto. Afonso. Um deles, Shibu Maniraj de 24 anos de idade, entrou no lugar de culto e destruiu uma estátua de Jesus Cristo guardada na sacristia. Profanou a Bíblia, danificou uma estola e depois tirou as suas roupas e pôs as vestes do sacerdote, com as quais saiu da igreja. Nos 23 anos da história da Igreja de Sto. Afonso nunca nada tinha sido danificado ou atacado.²⁶

Jammu e Caxemira: Missionários cristãos na mira de extremistas islâmicos

O Islão radical também é imune/(também não está imune de) a fazer acusações infundadas de proselitismo e conversão forçada, o que muitas vezes resulta em abusos, intimidações e violência contra a comunidade cristã. Em 2011, o Reverendo Chander Mani Khanna, pastor anglicano na Igreja de Todos os Santos (igreja no norte da Índia), e o P. Jim Borst, um missionário católico holandês em Mill Hill, que está em Caxemira há 49 anos, foram vítimas desta situação. De acordo com um tribunal islâmico, o primeiro

²² *Asianews.it*, 28 de Março de 2011

²³ *Ucanews*, 17 de Agosto de 2011

²⁴ *Asianews.it*, 3 de Outubro de 2011

²⁵ *Asianews.it*, 8 de Outubro de 2011

²⁶ *Asianews.it*, 5 de Novembro de 2011

homem foi culpado de baptizar sete jovens muçulmanos a troco de dinheiro e o segundo foi culpado de proselitismo nas suas escolas.²⁷

No início de Fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal do estado suspendeu os procedimentos criminais contra o Reverendo Khanna, acusado a 29 de Outubro de 2011 de realizar conversões forçadas – uma acusação instigada pelo Grande Mufti do Vale de Caxemira, o próprio Bahir-ud-din. Acusando-o de ter incentivado sete jovens muçulmanos a abraçarem o Cristianismo a troco de dinheiro, o líder islâmico convocou o Reverendo Khanna perante o Tribunal de lei islâmica a 15 de Novembro. A comunidade cristã opôs-se a esta solicitação desde o início, dado que os tribunais de lei islâmica não têm qualquer autoridade legal sobre os cidadãos deste estado e apenas podem aprovar sentenças civis e administrativas para muçulmanos. Contudo, para evitar tensões e explicar o que realmente acontecera, o Reverendo Khanna compareceu em tribunal tal como solicitado. Nessa ocasião, o Grande Mufti mostrou ao pastor um vídeo colocado no Youtube, no qual o pastor é visto a baptizar os sete jovens muçulmanos. Rodeado por vinte pessoas, durante mais de quatro horas, o pastor explicou, sozinho, que os baptismos eram válidos porque se tinham realizado após um ano de catequese solicitado pelos próprios jovens.

O Grande Mufti considerou as explicações dadas pelo Reverendo Khanna como “insatisfatórias” e, a 19 de Novembro, a polícia de Jammu e Caxemira deteve o pastor. Na ausência de leis anti-conversão, os polícias registaram a detenção do reverendo com base nos Artigos 153A (pessoa que promove a desarmonia, inimizade ou ódio com base na religião, raça, residência, língua ou casta) e 295A (pessoa que ofende os sentimentos religiosos de qualquer classe social com acções deliberadas e maldosas) do Código Penal Indiano. Por duas vezes (a 27 e 28 de Novembro), um grande grupo de advogados encheu a sala do tribunal quando o caso do pastor estava a ser ouvido, obrigando o juiz a adiar a audição para a sua libertação sob fiança. A Associação Legal de Jammu e Caxemira tinha de facto pedido aos seus membros que não defendessem o Reverendo Khanna. Um cartaz fora da sala do tribunal ameaçava quaisquer transgressores com consequências graves, incluindo serem expulsos da Associação e proibidos de exercerem a sua profissão no Estado de Caxemira. Quando foi libertado na noite de 1 de Dezembro, o Reverendo Khanna encontrou um grande grupo a protestar contra a sua libertação. Mais tarde, a polícia deteve os sete jovens muçulmanos, ameaçando-os e torturando-os para os forçar a denunciarem o pastor. Todos eles se puseram do lado do Reverendo Khanna, reiterando que tinham escolhido livremente converterem-se ao Cristianismo. Três deles, contudo, reconverteram-se ao Islamismo após um curto período de tempo.

Alguns dias depois da libertação do pastor anglicano, o Tribunal Islâmico convocou o P. Jim Borst e, uma vez mais, pela enésima vez, o missionário católico holandês foi obrigado a responder a acusações de proselitismo e conversões forçadas. Durante anos, o missionário de Mill Hill, que é o director de duas escolas de prestígio, tem sido vítima de perseguições e já por duas vezes, em 2010 e em 2011, recebeu ordem de deportação do Governo do estado, ordem que é sempre revogada subsequentemente. Alguns acreditam que as acusações de proselitismo feitas contra o P. Jim Borst são na realidade causadas pela inveja e ciúme dos intelectuais islâmicos. As escolas do missionário, que incluem a escola de São José em Baramulla e Burn Hall em Srinagar, têm 99% de muçulmanos no quadro de pessoal e são famosas pela qualidade do seu ensino. A sua fama é tal

²⁷ *Compass Direct News*, 20 de Janeiro de 2012

que várias autoridades islâmicas estudaram nestas escolas, incluindo o actual chefe do Governo do estado de Jammu e Caxemira, Omar Abdullah, e Mirwaiz Umer Farooq, um dos fundadores do APHC (*All Parties Hurriyat Conference*).

Os casos que envolvem o Reverendo Khanna e o P. Borst cruzaram-se a 13 de Janeiro de 2012, quando o Tribunal Islâmico de Caxemira os acusou a ambos de proselitismo e conversões forçadas, e pediu que fossem deportados. Graças ao GCIC que solicitou que eles fossem absolvidos, mais tarde, em Fevereiro, o Supremo Tribunal de Caxemira anulou finalmente todas as acusações contra os missionários cristãos, uma sentença que, pelo menos para já, põe um fim a este incidente.²⁸

Irmã Valsa, assassinada pela “máfia do carvão”

Na noite de 15 de Setembro, a Irmã Valsa John, 53 anos, das Irmãs da Caridade de Jesus e Maria e missionária junto do povo tribal perto de Dumka, no estado de Jharkhand, nordeste da Índia, foi morta com uma pistola. A polícia respondeu ao caso detendo sete pessoas com ligações aos maoístas que operam na área. Entre os detidos estava Ranjan Marandi, conhecido pelas suas ligações aos maoístas. Contudo, as pessoas da comunidade católica insistem que por detrás da detenção está uma tentativa de encobrir o poderoso *lobby* da exploração mineira de carvão, com quem a Irmã Valsa tinha entrado frequentemente em confronto no passado. Activistas de direitos humanos e amigos da Irmã Valsa reagiram fortemente, dizendo que “há uma grande especulação em relação a este assassinio”. De acordo com o Inspector-geral Arun Oraon, o assassinio aconteceu para impedir que a Irmã Valsa acompanhasse uma jovem mulher a apresentar queixa de tentativa de violação contra um certo Edwin Murmu. O funeral da Irmã Valsa ocorreu a 17 de Novembro na catedral de Dumka. O seu assassinio trouxe profunda dor e emoção à comunidade cristã, que recorda a sua dedicação à missão e como testemunha de Cristo entre os marginalizados e os fracos.²⁹

Justiça por meias medidas

Para além da violência contínua contra cristãos e contra os seus lugares de culto está a quase total ausência de justiça para com as vítimas da revolta de 2008. Apenas um caso de homicídio em vinte resultou na concretização de uma sentença. Das 3.232 queixas-crime, apenas 828 resultaram em investigações formais genuínas, com 327 casos trazidos finalmente perante um juiz, 169 dos quais resultaram em absolvições completas, oitenta e seis resultaram em condenações, mas apenas por infracções menores. Mais noventa casos estão pendentes. John Dayal, Secretário-geral do Conselho de Todos os Cristãos Indianos, afirmou que, de acordo com números oficiais, 1.597 dos acusados foram totalmente absolvidos. Os mesmos governos estatais colocaram um bloqueio à execução da justiça, continuando a negar totalmente qualquer envolvimento na violência anti-cristã desse período.³⁰ A 28 de Janeiro, um relatório da Comissão de Justiça, presidida pelo antigo juiz B.K. Somasekhar, afirmava que o Bajarang Dal e o seu coordenador, Mahendra Kumar, não eram de forma alguma responsáveis pelos ataques contra igrejas e lugares de culto em Karnataka em 2008. Em resposta a isto, M. F. Saldanha, um antigo juiz do Supremo Tribunal, realizou uma investigação independente aos ataques. Com base na

²⁸ *Compass Direct News*, 16 de Fevereiro de 2011

²⁹ *The Times of India*, 21 de Novembro de 2011

³⁰ *Asianews.it*, 12 de Maio de 2011

informação recolhida, Saldanha acusou o Ministro B.S. Yeddyurappa de ter apoiado as atrocidades contra a comunidade cristã. No seguimento destas acusações, o Governo de Karnataka inseriu o equivalente a €7,7 milhões no orçamento de 2011-2012 para a comunidade cristã. Deste montante, o equivalente a €5,4 milhões será investido em bolsas de estudo, esquemas de microcrédito e salões para a comunidade cristã. Mais €2,3 milhões destinaram-se a reconstruir pelo menos mil igrejas. Esta é a primeira vez que o Governo de Karnataka atribuiu fundos aos cristãos. Apesar disso, a comunidade vê a decisão como uma tentativa de comprar concordância em vez de a ajudar.

No estado de Orissa, as autoridades distritais de Kandhamal puseram de lado €273.000 para reconstruir casas destruídas durante a violência anti-cristã. Esta indemnização apenas se tornou possível graças à mediação da Igreja local.³¹

Em Março de 2011, uma mulher da aldeia de Girti em Kandhamal foi finalmente capaz de apresentar uma queixa-crime pelo assassinio em 2008 do seu marido e da sua filha de dois anos. Durante as revoltas anti-cristãs, um grupo de nacionalistas hindus atacou as dez famílias na aldeia. Durante os ataques, um homem foi torturado e depois deitado numa vala, juntamente com a sua filha pequena. Foram encontrados no dia seguinte pela mulher do homem e por outros aldeãos. Ambas as vítimas morreram pouco tempo depois. A polícia recusou-se a aceitar a história da mulher na altura e hoje em dia ninguém vive na aldeia de Girti, pois cinco das famílias, incluindo a família da viúva, mudaram-se para Semingpadar, e as restantes cinco mudaram-se para outra aldeia.³²

Contudo, a 9 de Maio de 2011, foram publicadas notícias sensacionais. A polícia de Orissa absolveu os cristãos de toda a culpa no assassinato de Laxmanananda Saraswati, que resultou nas revoltas de 2008. Depois de mais investigações, a secção criminal apresentou queixa contra catorze militantes maoístas. De acordo com fontes próximas das investigações policiais, os líderes da extrema-esquerda tinham criado “um grupo para levar a cabo o plano que incluía o assassinio do líder histórico do Vishwa Hindu Parishad (VJP)”. Desde a década de 1960, Saraswati tinha sido conhecido pelas suas campanhas de ódio contra a conversão de *dalits* e pelos seus ataques contra igrejas, escolas, leprosas, hospitais e centros sociais cristãos.³³

Um exemplo da parcialidade e ineficácia do sistema legal indiano está ligado ao deputado hindu do BJP Manoj Pradhan, que esteve envolvido em trinta e oito assassinios durante a violência em Kandhamal. O tribunal apenas lidou com seis destes casos. Depois de entrar e sair constantemente da prisão em 2010, em Janeiro de 2011 ele foi, uma vez mais, condenado a sete anos na prisão pelo Supremo Tribunal da Índia, pelo assassinio de Parikhita Digal, anulando um veredicto de Julho do ano anterior. A 9 de Março, Manoj Pradhan apresentou-se na prisão, mas anunciou que irá interpor recurso.³⁴

A 9 de Março de 2011, o Supremo Tribunal de Orissa libertou sob fiança dois dos dez homens acusados de violar a religiosa católica Meena Barwa, um acontecimento que ocorreu durante as revoltas de 2008. Originalmente, as investigações da Brigada do Crime tinham envolvido trinta pessoas, mas a polícia apenas deteve vinte e duas. Com o passar dos anos, não menos de dezassete dessas pessoas conseguiram sair

³¹ *Asianews.it*, 2 de Junho de 2011

³² *Asianews.it*, 10 de Junho de 2011

³³ *Asianews.it*, 5 de Novembro de 2011

³⁴ *The Times of India*, 26 de Janeiro de 2011

sob fiança. De acordo com o Mons. John Barwa, Arcebispo de Cuttack-Bhubaneswar, esses veredictos são “derrotas num sistema de justiça já de si lento que provocam ainda mais lacerações nas pessoas que sofrem. O cenário parece desencorajador e o pessimismo está a deslocar-se para um futuro cada vez mais negro. As feridas ainda são profundas, as cicatrizes ainda são visíveis e só vão desaparecer completamente quando for feita justiça.”³⁵

A 18 de Maio, um tribunal de Orissa condenou treze pessoas a cinco anos de prisão pelo seu papel na violência de 2008 em Kandhamal. Mais especificamente, os acusados tinham posto fogo a casas da aldeia de Sartaguda.³⁶

Noutras ocasiões, a justiça assumiu elementos de paródia. Em Julho, foi aprovada uma sentença contra nove pessoas em Kandhamal, quando o tribunal considerou que eles eram culpados de fogo posto, homicídio, perturbação da ordem e reunião ilegal. Por estes crimes eles apenas foram condenados a serviço comunitário e a uma multa de 11.000 rupias cada (cerca de €170).

Contudo, há também um problema de justiça e equidade, mesmo em casos individuais de ataques anti-cristãos. Na maior parte dos casos, a polícia é culpada de ser conivente com a violência nacionalista hindu, seja por não prender os perpetradores dos crimes, ou por deter as vítimas de violência. De acordo com Sajan George, presidente do Conselho Global de Cristãos Indianos (GCIC), “o elevado número de absolvições ligado à violência anti-cristã de 2008 contribuiu para aumentar este clima de impunidade. Os extremistas sentem-se incentivados, sobretudo em estados nos quais gozam de protecção política do BJP.”³⁷

Violência em Gujarat: caminhando para uma solução

Embora o sistema de justiça tenha sido uma desilusão nos casos de violência anti-cristã em Orissa e Karnataka em 2011, o mesmo não pode ser dito em relação aos massacres de Gujarat que envolveram as comunidades hindu e islâmica em 2002. Um tribunal especial condenou à morte onze dos trinta e um muçulmanos responsáveis por pôr fogo a um comboio em Godhra, em Gujarat, a 27 de Fevereiro de 2002. Os outros vinte homens considerados culpados foram condenados a prisão perpétua. A 9 de Novembro, o tribunal especial do estado atribuiu sentenças de prisão perpétua sem direito a recurso a trinta e uma das setenta e três pessoas acusadas de violência em Sardapura, local onde morreram trinta e três muçulmanos (vinte e dois dos quais eram mulheres). Resultante de investigações levadas a cabo pela Equipa Especial de Investigação (SIT) criada pelo Supremo Tribunal da Índia, este veredicto é o primeiro para os tumultos ocorridos depois do incidente de Godhra. Os condenados foram considerados culpados de homicídio, tentativa de homicídio, fogo posto, perturbação da ordem e conspiração. Das quarenta e duas pessoas absolvidas, onze foram libertadas por falta de provas e a trinta e uma foi dado o benefício da dúvida. Contudo, foram multados em 25.000 rupias cada um (cerca de €365) e foram proibidos de sair do país.³⁸ O incidente de Sardapura é um dos muitos acontecimentos violentos que se seguiu ao incêndio num comboio em Godhra, a 27 de Fevereiro de 2002. Nesse dia, um grupo de

³⁵ *Asianews.it*, 5 de Novembro de 2011

³⁶ *Fides*, 20 de Maio de 2011

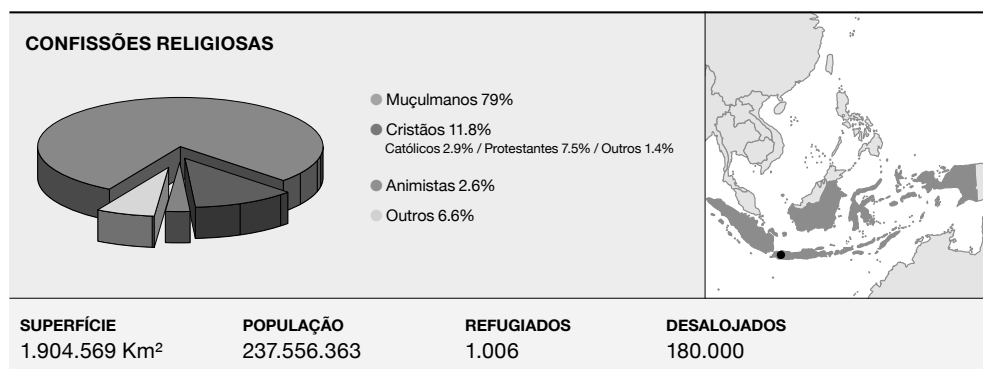
³⁷ *Asianews.it*, 22 de Julho de 2011

³⁸ *IndiaTimes*, 10 de Novembro de 2011

muçulmanos atacou e incendiou o expresso de Sabarmati, cheio de hindus, sobretudo mulheres, crianças e idosos, todos a regressarem de uma peregrinação a Ayodhya. Esta violência foi desencadeada pela destruição da mesquita de Babri Majid por extremistas hindus. O ataque causou violentos distúrbios inter-religiosos em todo o Gujarat, entre os quais o incidente de Sardapura, onde, na noite de 28 um grupo de hindus entrou na área da cidade habitada pela comunidade muçulmana. Temendo o pior, várias pessoas refugiaram-se numa casa que foi rodeada pelos hindus e incendiada. Isto resultou na morte de trinta e três pessoas, entre as quais vinte e duas mulheres. A comunidade islâmica pagou um preço muito elevado neste massacre, no qual mais de 1.000 pessoas morreram, 790 muçulmanos e 254 hindus. Além disso, 253 pessoas foram declaradas como desaparecidas. Foram danificados 523 lugares de culto, incluindo três igrejas, e 27.901 hindus e 7.651 muçulmanos foram presos.³⁹

³⁹ *Asianews.it*, 9 de Novembro de 2011

INDONÉSIA



A Indonésia, o país muçulmano com mais população em todo o mundo, mantém-se como uma democracia forte que, graças à Constituição e à filosofia de *Pancasila*, os princípios fundadores do Estado, protege, pelo menos em princípio, os direitos humanos e a liberdade religiosa.

O Governo do presidente Susilo Bambang Yudhoyono, que foi reeleito em 2009, deu passos importantes contra a intolerância e a repressão religiosas, em especial em áreas “sensíveis” como Ambon e Sulawesi Central. Contudo, a tolerância e o pluralismo foram “contaminados” uma vez mais em 2011 por episódios de violência sectária com minorias a serem alvo, mesmo agora, de intimidação, discriminação e abusos.

Seja por oportunismo ou incompetência política, o Governo acaba por tolerar as acções de grupos extremistas, enquanto a polícia e os tribunais não conseguem tomar as medidas necessárias contra a violência. De facto, tem havido vários casos nos quais os extremistas muçulmanos têm influenciado a agenda pública e moldado as acções governamentais através de pressão, manifestações de rua e demonstrações de força. Isto tem afectado o comportamento de juizes, procuradores e líderes políticos.

Em geral, a maior parte das comunidades religiosas pode funcionar abertamente e sem grandes restrições, sobretudo os membros das seis religiões oficialmente reconhecidas do país, nomeadamente o Islamismo, o Budismo, o Hinduísmo, o Catolicismo, o Protestantismo e o Confucionismo.

Várias forças e grupos, incluindo muçulmanos moderados e muitas organizações da sociedade civil, tentaram trabalhar em conjunto para combater a violência, os abusos e as violações de poder, incluindo os que são impostos através da *sharia* ou lei islâmica nalgumas partes do país. Contudo, a luta por direitos iguais e dignidade provou ser desadequada para prevenir ataques e intimidações contra minorias religiosas.

De facto, embora a Constituição garanta a liberdade de culto, algumas leis nacionais e provinciais, como a lei da blasfémia e a recusa de autorizações de construção de locais de culto, têm sido usadas para atacar as minorias.

Em Aceh, a lei islâmica mantém-se em vigor e é aplicada de maneira restrita pelo Governo provincial desde o reconhecimento oficial da *sharia* num decreto presidencial de 2003.

Em princípio, os cristãos e os membros de outras religiões minoritárias não estão sujeitos à *sharia*. No entanto, os rígidos códigos de conduta e modo de vestir, a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas e do jogo, os castigos corporais (flagelação)

e as multas por relações sexuais pré e extra matrimoniais acabam por afectar os não muçulmanos directa ou indirectamente.

O Instituto Wahid¹, que tem o nome do antigo presidente e líder da organização Nahdlatul Ulama (NU), é a maior entidade muçulmana moderada, com 20 milhões de membros. Num relatório recente, diz-se que, apesar das suas tradições de liberdade e pluralismo, a Indonésia não é imune aos perigos do fundamentalismo, extremismo e terrorismo. Na perspectiva deste relatório, a maior parte da intolerância sectária vem de movimentos extremistas muçulmanos como a Frente de Defesa Islâmica (FDI) e o Conselho Ulemá (MUI).

Felizmente, os muçulmanos moderados, incluindo intelectuais e académicos religiosos, que representam um grande segmento da sociedade indonésia, opuseram-se em grande medida ao crescente fanatismo religioso, que está estreitamente ligado às campanhas a favor da islamização levadas a cabo por grupos terroristas.

O princípio da liberdade religiosa, dizem os activistas, não pertence apenas ao domínio dos direitos individuais, mas diz respeito a todo o país. Não respeitar este princípio ameaça as tradições e ideais da nação, que se baseiam na tolerância e nos princípios da democracia.

Violência anti-católica

Em Dezembro de 2010, antes das celebrações do Natal, fundamentalistas muçulmanos atacaram locais de culto e símbolos católicos repetidas vezes. Só a sorte limitou o número de vítimas inocentes.

A 1 de Dezembro de 2010, uma criança deficiente encontrou quatro garrafas cheias de gasolina com fios e detonadores no pátio do Santuário da Virgem Maria em Sendang Sriningsih, distrito de Prambanan, Yogyakarta.

De acordo com católicos locais e o Sr. Ignatius Warno Lastoyo, que gere o local, a bomba tinha um objectivo claro: matar centenas de peregrinos vindos de paróquias vizinhas para participarem na missa mensal conjunta do Santuário planeada para o dia seguinte.

O Santuário da Virgem Maria foi fundado em 1936 pelo P. Harjosuwondo, um sacerdote jesuíta da Paróquia de Wedi, pelo Sr. Wongsosentono, um chefe de aldeia local, e por Bei Sutopanito, um catequista que queria estabelecer um local católico de peregrinação em Prambanan².

A 7 de Dezembro de 2010, duas bombas explodiram na Igreja de Cristo Rei, distrito de Gawok, Kartasura (Java Central). Tinham sido colocadas dentro de duas latas de leite cheias de pregos e pedras. No dia seguinte, o Mons. Johannes Pujasumarta, Arcebispo de Semarang, pediu à comunidade católica que mantivesse a calma. Pediu também às autoridades que encontrassem os culpados³.

Na véspera de Natal, em Bogor, o chefe do distrito proibiu todas as actividades públicas e celebrações católicas, incluindo a Missa do Galo, na Igreja Católica de S. João Baptista de Parung, na província de Java Ocidental. Enviada por correio, a proibição oficial apresentava a razão invocada pelas autoridades nesta época festiva, nomeadamente a falta de autorização de construção (*Izin Mendirikan Bangunan* ou IMB em indonésio)

¹ www.wahidinstitute.org, Introdução ao relatório sobre liberdade e tolerância religiosas de 2010.

² *AsiaNews*, 3 de Dezembro de 2010.

³ *AsiaNews*, 9 de Dezembro de 2010.

para um local de culto. Sem essa autorização, até mesmo rezar num terreno que seja propriedade da Igreja é proibido⁴.

Se as ameaças e os abusos de poder marcaram o final de 2010, o início do Ano Novo não trouxe qualquer paz e sossego à comunidade católica.

A 7 de Janeiro de 2011, a *Persecution.org* e a *UCAnews* noticiaram ameaças por parte do grupo extremista indonésio Frente de Defesa Islâmica (FDI), que disse estar preparado para usar a força para interromper um encontro cristão de oração e uma conferência sobre direitos humanos e liberdade religiosa no país⁵.

Um mês mais tarde, as ameaças tornaram-se realidade: na manhã de 8 de Fevereiro, milhares de muçulmanos em fúria atacaram três igrejas, um orfanato cristão e um centro de saúde cristão em Temanggung Regency (Java Central). Apenas a intervenção da polícia impediu que a violência continuasse.

A multidão atacou primeiro o tribunal onde Antonius Richmond Bawengan, um cristão nascido em Manado (Sulawesi Norte), estava a ser julgado por proselitismo e blasfémia. O acusado tinha sido detido em Outubro de 2010 porque, durante uma visita a Temanggung, tinha distribuído materiais missionários nos quais se gozava de certos símbolos islâmicos. O blasfemo foi condenado a cinco anos de prisão, mas a multidão exigiu a pena de morte. A insatisfação com o veredicto desencadeou a violência⁶. Num dos casos, membros da Frente de Defesa Islâmica estavam entre os extremistas que espancaram o pároco na Igreja Católica de S. Pedro e S. Paulo porque tentou defender o tabernáculo de possíveis profanações⁷.

Em Outubro de 2011, a violência irrompeu entre polícias e papuanos, os habitantes da província mais oriental da Indonésia. Algumas escolas católicas foram apanhadas nos distúrbios quando a polícia entrou nelas à procura de líderes a favor da independência.

O ataque a 22 de Outubro deixou, aparentemente, vários seminaristas com ferimentos ligeiros, tratáveis em poucos dias. Apesar da condenação, os ataques continuaram nas horas seguintes, entre protestos de seminaristas e administradores⁸.

Mas, como sempre tem sido o caso no país, a época de Natal assistiu às violações mais graves da liberdade religiosa. A 15 de Dezembro, o *Jakarta Globe* noticiou que na noite anterior vândalos tinham decapitado a estátua da Virgem Maria na pequena gruta de Sendang Prawita, em Tawangmangu, Arquidiocese de Semarang (Java Central). Durante o ataque, a cruz foi roubada e as pias de água benta foram destruídas.

“Este acto de brutalidade afectou grandemente a comunidade católica”, disse o Mons. Johannes Pujasumarta, Arcebispo de Semarang, e apelou ao cumprimento da lei para garantir o pluralismo e o respeito pela liberdade religiosa⁹.

Nos dias precedentes, um gangue de extremistas muçulmanos tinha entrado na igreja e pendurado uma faixa com uma ameaça de mau agouro. Dizia: “Nós, o povo muçulmano de Parung, apoiamos e vamos pôr em prática o decreto governamental n.º 453.2/556 que ordena a cessação das actividades religiosas da Igreja Católica de S. João Baptista.”

⁴ *AsiaNews*, 20 de Dezembro de 2010

⁵ *Persecution.org*, 7 de Janeiro de 2011

⁶ *AsiaNews*, 8 de Fevereiro de 2011

⁷ Agência *Fides*, 8 de Fevereiro de 2011

⁸ *UCAnews*, 27 de Outubro de 2011

⁹ *UCAnews*, 19 de Dezembro de 2011.

Fontes locais confirmaram que o Governo de Bogor (uma subdivisão administrativa local) tinha emitido uma ordem “proibindo os cristãos de realizarem actividades religiosas em público”. Os cristãos não estavam autorizados a celebrar o Natal por “razões de segurança”, uma “história que acontece repetidas vezes e que também ocorreu no ano passado quando celebrámos o Natal num parque de estacionamento”¹⁰.

Grupos fundamentalistas intensificaram os seus “avisos” na véspera de Natal, sobretudo em Bogor (província de Java Ocidental). As celebrações do Natal continuam a estar “em risco”, sobretudo para os crentes da Igreja Católica de S. João Baptista, que durante algum tempo têm estado no centro da disputa entre cristãos e muçulmanos, que, como sempre, anda à volta da questão da autorização de construção da igreja.

Para o P. Benny Susetyo Pr, secretário executivo da Conferência Episcopal Indonésia, os “métodos pouco amáveis” usados pelos fundamentalistas muçulmanos “minam o espírito de *Pancasila*”. Os responsáveis do Governo local também têm culpa, referiu, porque nunca tentaram chegar a acordo em relação ao local de culto¹¹.

Ameaças e ataques contra cristãos não católicos

No início de 2011, reacendeu-se a longa disputa entre a Igreja Jasmínia de Bogor e as autoridades e a polícia de Java Ocidental. As autoridades, que tinham selado a igreja em 2008, recusaram-se a implementar uma decisão do Supremo Tribunal, que a 14 de Janeiro tinha decidido a favor dos pedidos legítimos da minoria religiosa local.

A 18 de Fevereiro, na sala de audiências onde estava a ser julgado por incitar ao ódio religioso, Murhali Barda, um líder muçulmano radical da Frente de Defesa Islâmica (FDI), agora suspenso do movimento, lançou novas e mais graves ameaças contra os cristãos residentes na área de Bekasi, um dos grandes subúrbios da Grande Jacarta. Estas ameaças foram especialmente dirigidas à *Huria Batak Kristen Protestan* (Igreja Cristã Protestante Batak). Barda recomendou que todos os cristãos deixassem a zona, sob pena de uma reacção violenta por parte dos “guerreiros muçulmanos”¹².

No final de Junho de 2010, Bekasi viu mais violência da parte de militantes muçulmanos que acusaram os cristãos de tentarem “cristianizar” a cidade.

A 24 de Fevereiro, os juízes decretaram uma condenação suave às pessoas que em Setembro de 2010 tinham atacado uma igreja protestante, todas membros da Frente de Defesa Islâmica. No ataque, devido a uma disputa sobre a construção da igreja, Luspida Simanjutak ficou ferida, sofrendo cortes na face, cabeça e costas. Em conjunto com o pastor local, ela está à frente da *Huria Batak Kristen Protestan*¹³.

A 10 de Março, no distrito de Sleman, Yogyakarta, um líder fundamentalista muçulmano conseguiu que uma igreja protestante fosse encerrada sob alegações de irregularidades, incluindo a falta de autorização de construção adequada, e sob acusações de proselitismo contra o seu pastor. Na realidade, fontes locais confirmam que este tinha sempre favorecido o diálogo inter-religioso, ajudando cinco estudantes muçulmanos nos seus estudos sem intenção de os converter¹⁴.

¹⁰ Agência *Fides*, 21 de Dezembro de 2011.

¹¹ *AsiaNews*, 23 de Dezembro de 2011.

¹² Agência *Fides*, 18 de Fevereiro de 2011.

¹³ *Compass Direct News*, 10 de Março de 2011.

¹⁴ *AsiaNews*, 10 de Março de 2011.

No início de Abril, abriu-se um novo capítulo nesta “guerra” que forçou crentes cristãos a rezarem na rua. O presidente da Câmara de Bogor, Diani Budiarto, obrigou os cristãos a aceitarem a transferência do seu local de culto, algo que os membros da congregação se recusaram a fazer, apelando aos muçulmanos moderados para que respeitassem o princípio da liberdade religiosa.

A meio de Abril, as eleições para o Governo de Kuantan Singingi (Kuansing) na ilha de Sumatra desencadearam distúrbios nas ruas, que provocaram o incêndio de uma igreja cristã e um gabinete da Comissão Eleitoral¹⁵.

A 17 de Maio, o Instituto Setara noticiou outro episódio de violência anticristã. Grupos extremistas muçulmanos impediram a realização de duas celebrações de Páscoa em Cirebon, uma cidade fronteiriça entre Java Central e Ocidental, perante a indiferença da polícia que nada fez para parar a violência.

Tradicionalmente, os católicos e os protestantes indonésios iniciam as celebrações da Páscoa semanas antes da data oficial, para fortalecerem a fé da comunidade e incentivarem a amizade entre os seus membros. Isto é feito rezando o terço, através de um jogo para crianças (semelhante à procura dos ovos de Páscoa) e de outras actividades sociais¹⁶.

A 1 de Agosto, no início do Ramadão, uma multidão de cerca de cem pessoas atacou duas igrejas protestantes domésticas em Logas Tanah Darat, Kuantan Regency, Província de Riau (Sumatra). O novo ataque contra a minoria cristã, de acordo com alguns especialistas contactados pelo *Jakarta Globe*, vem na sequência de condenações “suaves” que os juízes impuseram a extremistas e líderes muçulmanos indonésios.

Um dos centros de oração incendiados pertencia à Igreja Cristã Protestante Batak (HBKP). Sahat Tarigan, líder da Igreja Cristã Protestante Karo, disse que pelo menos 100 pessoas se tinham reunido à volta do edifício cantando *slogans* hostis e empunhando armas.

No final de Agosto, a controvérsia em torno da Igreja Jasmínia reacendeu-se quando o presidente da Câmara de Bogor, Diani Budiarto, disse, apesar de uma decisão governamental e de uma sentença do Supremo Tribunal, que “nenhuma igreja será alguma vez construída numa estrada islâmica” dentro da sua jurisdição.

A estrada em questão honra Abdullah bin Nuh, um famoso líder religioso muçulmano de Cianjur (Java Ocidental) que faleceu em 1987. Para Diani Budiarto, construir aí um local de culto cristão é um insulto à memória do académico muçulmano. No entanto, o filho de Abdullah bin Nuh, Muhammad Mustofa, que também é um académico religioso, disse que não se opunha a uma igreja protestante numa rua com o nome do seu pai. Mas para o presidente da câmara extremista isto não era suficiente¹⁷.

Em Setembro de 2011, a violência entre islâmicos e cristãos recomeçou nas Ilhas Molucas. Os confrontos fizeram três mortos (um cristão e dois muçulmanos), vinte feridos e quarenta feridos ligeiros. De acordo com o Mons. Petrus Canisius Mandagi, Bispo de Ambon, “Tudo começou com um simples acidente automóvel, envolvendo o motorista de um táxi motorizado e um muçulmano que passava pelo bairro cristão de Ambon.”

¹⁵ *AsiaNews*, 4 de Abril de 2011.

¹⁶ *AsiaNews*, 19 de Maio de 2011.

¹⁷ *Compass Direct News*, 15 de Agosto de 2011.

A cidade ainda está dividida, de facto, desde os confrontos entre cristãos e muçulmanos ocorridos dez anos antes, os quais levaram à divisão da cidade ao longo de linhas sectárias, com um bairro a tornar-se completamente cristão e outro completamente muçulmano.

“Os cristãos socorreram o homem e tentaram levá-lo para o hospital”, disse o Bispo. “Mas infelizmente ele faleceu enquanto estava a ser transportado. Nessa altura, uma série de mensagens de telemóvel falsas e provocadoras começou a circular, dizendo que um muçulmano tinha sido morto por cristãos. Foi assim que os confrontos se iniciaram. Muçulmanos começaram a atacar cristãos para além do limite entre os dois distritos. Os cidadãos cristãos, por seu lado, atacaram os muçulmanos. Os confrontos causaram vários mortos e feridos, o que nos entristeceu profundamente.”

No passado, nas Molucas, intensos conflitos sectários entre cristãos e muçulmanos tinham já resultado em mortos e feridos. O conflito foi iniciado em 1999, quando milhares de colonos muçulmanos começaram a chegar de outras partes da Indonésia. A violência continuou até 2002, reclamando as vidas de pelo menos 9.000 pessoas numa sucessão de incidentes. As duas partes assinaram um acordo de paz em Fevereiro de 2002, o Acordo Malino II, no Sulawesi do Sul, pondo assim um fim ao conflito. Contudo, isto não impediu ocasionais reacendimentos violentos¹⁸.

A 25 de Setembro de 2011, um bombista suicida matou três pessoas e feriu pelo menos mais vinte numa igreja em Kepunton, Solo (Java Central). Fez-se explodir depois de ter entrado no edifício no final da missa.

Dois dias mais tarde, a 27 de Setembro, a polícia de Ambon descobriu três bombas caseiras dentro da Igreja Protestante de Maranatha, perto da estação de autocarros local.

De acordo com as autoridades, as tensões locais são causadas por grupos muçulmanos externos. Bombardear locais populosos como mercados, edifícios religiosos ou estações de comboios ou autocarros corresponde ao modo de actuar dos grupos extremistas muçulmanos activos em Poso (Sulawesi Central)¹⁹.

A 30 de Setembro de 2011, um grupo de extremistas da Frente de Defesa Islâmica (FDI) encerrou uma igreja protestante em Jatinangor, uma subdivisão do distrito em Bandung (província de Java Ocidental). Tal como noutras circunstâncias, os fundamentalistas que controlaram o local de culto cristão, interrompendo os seus serviços religiosos, foram protegidos pela administração local.

Tinham começado a circular rumores de que a igreja protestante era um lugar onde uma “comunidade de novos baptizados” se reunia. Os extremistas acusaram o líder da comunidade protestante, o Reverendo Bernard Maukar, de proselitismo cristão numa área predominantemente muçulmana.

Arief Saefolah, chefe de aldeia em Mekargalih (onde a igreja se localiza), alegou que tinha o direito de encerrar o local de culto, considerando-o “ilegal”, porque este estava dentro da sua jurisdição. “Esta área está sob a minha autoridade”, disse à comunidade cristã. “Por favor, saiam tão brevemente quanto possível”²⁰.

A meio de Dezembro, uns dias antes do Natal, violência sectária irrompeu novamente em Ambon, a capital das Molucas. Dezasseis pessoas foram feridas, uma delas com um tiro no peito. Na manhã de 13 de Dezembro, duas facções opostas, separadas por uma

¹⁸ Agência Fides, 12 de Setembro de 2011.

¹⁹ Persecution.org, 25 de Setembro de 2011; 27 de Setembro de 2011.

²⁰ AsiaNews, 3 de Outubro de 2011.

estrada, confrontaram-se numa luta acérrima em que algumas casas foram incendiadas. Fontes locais disseram que o incidente tinha começado na noite anterior, quando os dois grupos trocaram insultos e atiraram bombas incendiárias um ao outro. Do dia para a noite, a situação degradou-se, tornando-se numa guerra urbana, apenas reprimida pela intervenção da polícia. Os polícias apanharam várias facas “tradicionais”, além de cocktails Molotov, flechas, catanas e lanças²¹.

O Natal trouxe algumas boas notícias aos membros da Igreja Jasmínia. Centenas de Bansers, um grupo paramilitar muçulmano pertencente a Nahdlatul Ulama (NU), a maior associação islâmica moderada do país, colaboraram com a Igreja Bogor para garantir uma época natalícia pacífica.

A necessidade de envolvimento dos Banser tornou-se evidente quando começaram a circular rumores em Bogor de que dezenas de elementos radicais muçulmanos locais não hesitariam em “quebrar” as celebrações do Natal organizadas pela Igreja Jasmínia GKI.

Os fiéis acabaram por realizar as suas celebrações na casa de um membro da Igreja, porque as autoridades bloquearam o acesso à área da sua igreja cercada. Contudo, a presença de membros Banser garantiu a segurança durante o serviço religioso.

Foram também vistos membros Banser em Solo (Java Central), onde centenas deles providenciaram segurança fora das igrejas durante as celebrações do Natal.

“A nossa presença aqui foi acordada com a organização da Igreja”, disse Nurkholis, um representante do grupo de juventude Banser, GP Ansor.

Nas celebrações da Igreja Jasmínia GKI, Inayah Wahid, filha do falecido presidente Abdurrahman Wahid, e a sua tia Lily Wahid, do Partido do Despertar Nacional (PKB), também estiveram presentes²².

Os Ahmadi, uma minoria muçulmana perseguida

Desde que um decreto ministerial conjunto entrou em vigor em 2008, proibindo todas as actividades dos Ahmadi, um grupo muçulmano considerado herético pelos Sunitas porque não reconhece Maomé como o último profeta, membros desta minoria religiosa têm sido visados por extremistas muçulmanos. Em várias ocasiões, as mesquitas Ahmadi têm sido atacadas e os Ahmadi chacinados, perante a indiferença das autoridades para com a sua situação difícil.

Só no ano passado, pelo menos cinquenta lugares de culto seus foram encerrados, trinta e seis dos quais à força. Muitos Ahmadi foram mortos durante o ano. Em Outubro de 2011, a religião foi banida em Bekasi, Bajar (Java Ocidental).

No início de Fevereiro de 2011, os jornais noticiaram a “condenação unânime” feita por membros da sociedade civil, líderes religiosos e figuras muçulmanas proeminentes ao ataque de 6 de Fevereiro, que semeou a morte e a destruição da comunidade Ahmadi.

O presidente Susilo Bambang Yudhoyono e o seu Governo viram-se envolvidos em controvérsia, pois os críticos condenaram-nos por não serem capazes de dar segurança a todos os indonésios, nem garantir o seu direito à liberdade religiosa no país.

O incidente teve início quando uma multidão de cerca de 1.500 extremistas atacou uma casa de família na aldeia de Umbulan, subdivisão do distrito de Cikeusik, Pandeglang Regency, Banten (Java) e torturou os seus ocupantes. Três pessoas morreram e outras ficaram feridas. Dois automóveis e uma casa foram também incendiados.

²¹ UCAnews, 15 de Dezembro de 2011.

²² AsiaNews, 20 de Dezembro de 2011.

O Nahdlatul Ulama (NU) e vários grupos de pressão indonésios vieram em defesa da comunidade Ahmadi, condenando o presidente Yudhoyono pela sua incapacidade em manter as suas promessas.

Em Java Oriental, a Rede Islâmica Anti-Discriminação (JIAD), um grupo muçulmano liberal, pediu às autoridades provinciais que levantassem a proibição sobre os Ahmadi, porque os extremistas podiam “manipulá-la” e causar nova violência. Em Samarinda, Bornéu Oriental, um grupo local patrocinou um debate público para resolver os conflitos sociais²³.

Quando os Ahmadi são as vítimas da violência, até os tribunais parecem desinteressados em defender os seus direitos e dignidade. Este é um problema antigo que se repete regularmente. Os ataques de Fevereiro de 2011 são um exemplo claro do problema. Uma vez mais, o sistema de justiça indonésio esteve no centro da controvérsia, porque não impôs condenações duras às pessoas responsáveis pela violência sectária.

A 28 de Julho de 2011, o Tribunal Distrital de Serang, Província de Banten (Java), atribuiu condenações a doze extremistas muçulmanos envolvidos num ataque contra a comunidade Ahmadi da província. As condenações iam de três a seis meses, disse um membro da equipa de advogados islâmicos.

Tanto o procurador como os juízes disseram que os Ahmadi “provocaram” o ataque e por isso tinham alguma responsabilidade pelo que lhes tinha acontecido. Para um dos procuradores, M. Yunis, os Ahmadi “provocavam distúrbios sistematicamente”. Na realidade, as pressões por parte de extremistas muçulmanos estavam por detrás das condenações leves.

Activistas dos direitos humanos e membros de grupos da sociedade civil ficaram indignados com a decisão do tribunal, por comparação com a gravidade dos factos²⁴.

Violência contra muçulmanos

Os fundamentalistas sunitas da Indonésia também visaram outros muçulmanos, adoptando uma série de regulamentos, proibições e normas de comportamento que violam a liberdade religiosa e as tradições e práticas do país.

Ulemás indonésios, por exemplo, insurgiram-se contra a homenagem prestada à bandeira nacional. Para Kiai Hajj Cholil Ridwan, chefe do Conselho Ulemá Indonésio (MUI), a prática é “haram”, proibida, porque “o Profeta Maomé nunca o fez” e assim deve ser considerada como “herética”.

Publicadas no número de 18 de Março-1 de Abril do *Suara Islam*, uma publicação quinzenal em língua indonésia, as suas perspectivas controversas desencadearam reacções furiosas na maioria dos indonésios comuns, chocados com as opiniões do Conselho e temendo que essas afirmações pudessem exacerbar diferenças e incitar ao conflito.

Não é a primeira vez que os líderes muçulmanos fazem declarações controversas deste tipo. Alguns já pediram a proibição do *Facebook*, considerado como “amoral”, enquanto outros condenaram práticas como o ioga, fumar e votar²⁵.

A 15 de Abril de 2011, um bombista suicida fez-se explodir dentro da mesquita Taka, que se localiza dentro da sede da Polícia em Ciberon (Java Ocidental), uma cidade que fica a cerca de 300 km de Jacarta. Vinte e oito pessoas ficaram feridas, incluindo

²³ *UCANews*, 8 de Fevereiro de 2011.

²⁴ *AsiaNews*, 20 de Julho de 2011.

²⁵ *AsiaNews*, 23 de Março de 2011.

vários polícias. Foi a primeira vez na história do país que uma mesquita foi alvo de um ataque suicida, ocorrido mesmo antes da oração de sexta-feira, quando os crentes se encontravam dentro do edifício.

De acordo com as autoridades, terroristas muçulmanos estiveram por detrás do ataque, realizado como retaliação contra as recentes operações policiais anti-terrorismo.

O director-geral da Polícia de Java Ocidental, Suparni Parto, disse que o cinto de explosivos do bombista suicida continha pregos e ferros, alguns dos quais acabaram incrustados nos corpos dos feridos. Para o director, isto enquadra-se no modo de actuação dos extremistas muçulmanos indonésios.

Para o especialista dos serviços secretos Wawan Purwanto, os ataques marcam uma mudança no terrorismo islâmico indonésio, causando um grande abalo na população.

“A explosão”, explicou, “aconteceu dentro de uma mesquita durante a oração”. Até então, nenhum grupo extremista tinha alguma vez atacado uma mesquita durante a oração de sexta-feira. “No passado”, disse, “os alvos eram símbolos do poder ocidental. Agora, todos os que estiverem contra eles, como foi o caso da polícia, podem ser aniquilados.”

Os líderes católicos e protestantes condenaram unanimemente este acto grave²⁶.

O último caso de violência contra minorias religiosas em 2011 chegou no final do ano, sendo os muçulmanos xiitas o alvo.

A 29 de Dezembro, um colégio interno xiita (*pesantren*) foi incendiado por uma multidão enfurecida. As instalações educativas ficavam dentro de um edifício que albergava uma pequena mesquita em Karang Gayam, Ilha Madura (Java Oriental).

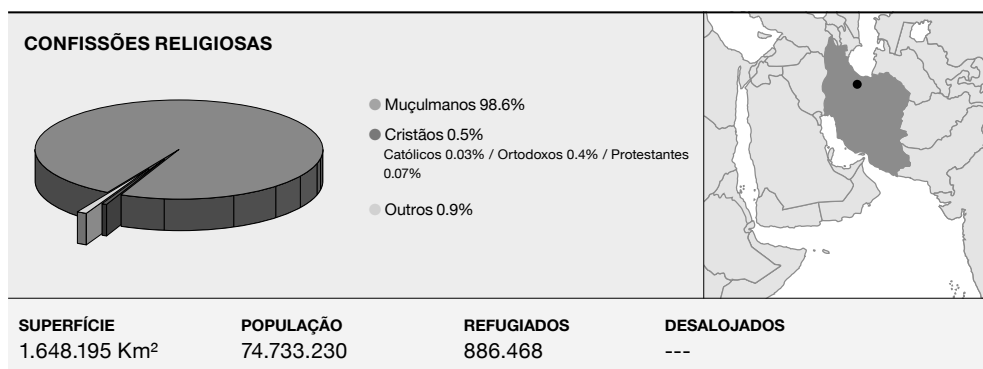
Antes do ataque, a multidão incendiou as casas e lojas de um muçulmano local, acabando por se deslocar para o colégio interno Tajul Muluk e para a pequena mesquita da área.

Para as autoridades locais, o deu origem ao incidente foi uma disputa local descontrolada²⁷.

²⁶ *UCANews*, 15 de Abril de 2011; *AsiaNews*, 15 de Abril de 2011.

²⁷ *AsiaNews*, 31 de Dezembro de 2011.

IRÃO



Numa perspectiva político-religiosa, no Irã xiita o Islão identifica-se com a organização do Estado.

Tal como especificado no Artigo 4 da Constituição: “Todas as leis e regulamentações civis, penais, financeiras, económicas, administrativas, culturais, militares, políticas e outras devem basear-se em critérios islâmicos. Este princípio aplica-se na totalidade e em geral a todos os artigos da Constituição, bem como a todas as outras leis e regulamentações, e os *fuqaha*’ do Conselho dos Guardiães são juízes nesta questão.”

Tal como definido no Artigo 13, o Estado reconhece oficialmente três minorias religiosas presentes no país: cristãos, judeus e zoroastrianos.

A Constituição garante a estas comunidades reconhecidas o estatuto de “minorias protegida”, permitindo-lhes liberdade de culto, escolas autónomas, jornais e o direito a terem representação no Parlamento. A conversão a outras religiões que não o Islão não é permitida, embora a Lei Civil não inclua o crime de apostasia.

O caso internacionalmente relatado que envolveu o ministro protestante Youcef Nadarkhani foi concluído de forma positiva e ele foi absolvido de cometer apostasia e libertado.¹ Sendo membro da comunidade protestante conhecida como “Igreja do Irã”, Nadarkhani foi detido a 13 de Outubro de 2009 na cidade de Rasht, enquanto tentava registar legalmente a sua comunidade. Inicialmente foi acusado de protestar, mas mais tarde as acusações foram de apostasia e de tentar converter muçulmanos.

A 30 de Setembro de 2011, os tribunais de Rasht confirmaram a pena de morte, mas em Março de 2012, na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, o representante do Irã Mohammad Javad Larijani informou que a pena decidida contra Nadarkhani não seria concretizada. “Nos últimos trinta e três anos”, disse, “depois da revolução islâmica, ninguém viu aplicada a pena de morte ou foi perseguido por ter mudado de religião ou por abandonar o Islão.”²

A comunidade internacional Bahá’í continuou a relatar casos que envolvem a detenção de membros seus, mas as autoridades negam quaisquer motivações religiosas, atribuindo os casos relatados a políticas ligadas a actividades que envolvem conspirações contra a segurança nacional.³

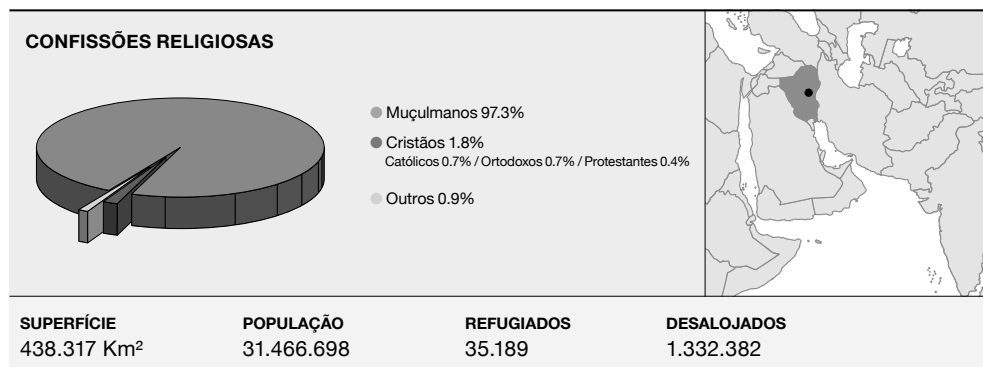
No período em análise neste relatório não houve alterações legislativas significativas relacionadas com a liberdade religiosa.

¹ AsiaNews, 8 de Setembro de 2012

² The Huffington Post, 14 de Março de 2012

³ Baha’i World News Service, 22 e 25 de Maio de 2011; 27 de Julho de 2011

IRAQUE



Torturado por uma instabilidade crónica desde a queda do regime de Saddam Hussein, no seguimento da invasão norte-americana (2003), o Estado iraquiano não tem sido capaz de dar segurança à sua própria população. Os membros das minorias religiosas e étnicas, sobretudo os cristãos, são os mais expostos à violência sectária, que causa um êxodo sem fim.

Constituindo cerca de um milhão em 2003, calcula-se que os cristãos (pertencentes a catorze Igrejas diferentes) não sejam agora mais de cerca de 300.000. Alguns mudaram-se para a região autónoma do Curdistão iraquiano, onde os seus números passaram de 30.000 em 2003 para 100.000 hoje em dia.

No entanto, mesmo aí não é seguro, pois os ataques anticristãos que continuaram ao longo de 2010 e 2011 revelam, sobretudo da parte de muçulmanos que se identificam com a União Islâmica do Curdistão, um partido islâmico ligado à Irmandade Muçulmana. A insegurança nesta província piorou tanto que muitos cristãos apenas aí permanecem temporariamente.

Ainda assim, o Mons. Louis Sako, Arcebispo caldeu de Kirkuk, conseguiu inaugurar uma nova igreja dedicada a S. Paulo, na aldeia de Sikanayan, num terreno doado pelo Governo central. Foi a primeira vez que foi permitido construir um local de culto da Igreja Caldeia no Iraque desde 2003.

Muitos cristãos encontraram refúgio nos países vizinhos do Iraque (Jordânia, Síria, Líbano e Turquia), onde vivem em condições precárias enquanto aguardam vistos para o Ocidente.

De acordo com o Mons. Basile Georges Casmoussa, Arcebispo Emérito sírio-católico de Mossul, “80% dos nossos jovens estão a abandonar o país ou a sonhar sair”.¹ Para o Mons. Shlomo Warduni, Bispo Auxiliar do Patriarcado Caldeu (Bagdade), “a emigração está a destruir a nossa cultura, história, fé, igrejas e paroquianos. É uma doença contagiosa e perigosa contra a qual não podemos fazer nada.”²

Estas minorias também estão sujeitas à *sharia* (lei islâmica, a única fonte de jurisprudência). Isto desvaloriza os cristãos e coloca-os numa situação de desigualdade, porque as minorias também estão sub-representadas nas instituições estatais. Daí que em Julho de 2010 um grupo de setenta e seis delegados de grupos cristãos e outras minorias

¹ *Zenit*, 2 de Maio de 2011.

² *La Croix*, 31 de Outubro a 1 de Novembro de 2011.

(yazidis, sabeus, etc.) tenha lançado um pedido de ajuda para incentivar o retorno de refugiados, bem como alterações constitucionais que salvaguardem os seus direitos.

O Mons. Casmoussa listou muitos actos de injustiça contra os cristãos. Um desses casos tem a ver com o sistema escolar. Se houver um único muçulmano numa turma de crianças cristãs, esse muçulmano tem direito a instrução religiosa muçulmana, enquanto os cristãos têm de representar 51 % da turma para poderem exercer o mesmo direito.

Ao nível cultura, o Governo iraquiano pós-Saddam Hussein cancelou uma autorização dada às Igrejas para abrirem um museu.³ Para o Mons. Casmoussa, “muitos representantes do Governo estão contra nós.”⁴

Os cristãos também estão a enfrentar a progressiva re-islamização da sociedade iraquiana. Diversos grupos muçulmanos estão a exigir que os cristãos paguem o imposto individual islâmico (a *Jizya*) e estão a procurar impor um código de vestuário rígido às mulheres cristãs. De facto, de acordo com o Arcediago Emmanuel Youkhana, muitas mulheres não saem de casa sem usar o véu islâmico por causa da pressão social.

Algumas autoridades religiosas muçulmanas de topo estão agora a exigir a segregação entre alunos e alunas nas universidades. Finalmente, a Faculdade de Música da Universidade de Bagdade foi encerrada porque a música é considerada incompatível com a interpretação fundamentalista da *sharia*.⁵

Na sua página de Internet, o grupo islamista Ansar al Islam colocou uma carta que diz: “O secretário-geral da [...] brigada islâmica decidiu dar aos cruzados cristãos infiéis de Bagdade e de outras províncias um aviso final para que abandonem imediatamente e de forma permanente o Iraque e se juntem a Bento XVI e aos seus seguidores que espezinharam os grandes símbolos da humanidade e do Islão [...]. Não haverá lugar para os infiéis cristãos a partir de agora [...]. Os que permanecerem terão as suas gargantas cortadas.”⁶

Violência anticristã

O ano de 2010 foi marcado pelo ataque contra a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Bagdade a 31 de Outubro, véspera de Todos os Santos. Durante a celebração da missa, um grupo constituído por uma dúzia de terroristas armados entrou no edifício. Dispararam e mataram imediatamente um sacerdote e dois fiéis, e fizeram reféns outros sacerdotes e cerca de 300 fiéis. Os atacantes também dispararam sobre o crucifixo com as suas metralhadoras, escarnecendo e dizendo: “Digam-Lhe que vos salve.”

O assalto por parte de militares iraquianos com apoio norte-americano, quatro horas depois de ter tido início o ataque, resultou na morte de cinquenta e oito reféns, incluindo dois jovens sacerdotes, o P. Wassim Sabih e o P. Thaer Saadallah Boutros, e no ferimento de sessenta e sete pessoas, incluindo um sacerdote, o P. Rafael Alkotaily.

Uma organização ligada à al-Qaeda, o Estado Islâmico do Iraque, reivindicou responsabilidade pelo ataque. Numa declaração, disse: “Cada cristão, as suas organizações e instituições, bem como os seus líderes, onde quer que estejam, são alvos legítimos para os *mujahidin*.”

³ *Zenit*, 12 de Setembro de 2010.

⁴ *Zenit*, 29 de Maio de 2011.

⁵ *Zenit*, 20 de Janeiro de 2011.

⁶ Citado em *Zenit*, 29 de Maio de 2011.

O ataque foi o mais sangrento incidente anticristão no Iraque desde 2003. Ocorreu uma semana após o Sínodo Extraordinário dos Bispos do Médio Oriente, realizado em Roma de 10 a 24 de Outubro e presidido pelo Papa Bento XVI. No final dos procedimentos, a assembleia tinha chamado a atenção para a situação dos cristãos na região, em especial no Iraque.

Dez dias após a tragédia, muitos lares e lojas cristãos foram atacados, fazendo seis mortos e trinta e três feridos. O mesmo grupo terrorista reivindicou responsabilidade por todos os treze incidentes mortais distintos.

A 30 de Novembro de 2010, Fadi Walid Gabriel, um jovem engenheiro, foi assassinado em Mossul. Em protesto contra o seu assassinio, representantes cristãos, incluindo muitos bispos, abandonaram a conferência sobre 'Coexistência e tolerância social', organizada pelo Ministério dos Direitos Humanos iraquiano em Erbil, a capital do Curdistão iraquiano. Apenas regressaram após a sua exigência de protecção ter sido incluída no manifesto escrito no final do encontro.⁷

Tendo em conta a situação, os líderes religiosos de Bagdade, Kirkuk, Mossul e Bassorá anunciaram o cancelamento da Missa do Galo, das celebrações cristãs e das decorações da época.

O ano de 2011 viu mais ataques anticristãos.

No início de Maio, Ashur Yacob Issa foi raptado e assassinado em Mossul porque a sua família não podia pagar o resgate de 100.000 dólares exigido pelos raptadores.

A 31 de Maio, um cristão ortodoxo, Arakan Yacob, foi também assassinado em Mossul.

A 2 de Agosto, um carro bomba explodiu em frente a uma igreja em Kirkuk. Treze pessoas ficaram feridas, incluindo o pároco, P. Imad Yalda. A polícia desactivou mais dois carros bomba perto de locais cristãos, a Igreja de S. Jorge e uma escola.

A 15 de Agosto, a Igreja Síria-Ortodoxa de Santo Efraim de Kirkuk foi seriamente danificada por um engenho explosivo.

A 2 de Outubro, Bassam Paolous, um cristão caldeu, foi morto no restaurante onde trabalhava em Mossul. Tinha acabado de se mudar para Telkaif, uma vila de maioria cristã, para afastar a sua família do perigo.

A 1 e 2 de Outubro, dois cristãos, Bassam Isho e Emmanuel Hanna Polos, foram mortos em Kirkuk.

A 11 de Dezembro de 2011, Adnan Elia Jakmakji e a sua mulher Raghad El Tawil foram assassinados em Mossul.

Violência endémica

Muitos ataques ocorreram em ligação com o conflito sangrento que está em curso entre xiitas e sunitas desde a queda do regime de Saddam Hussein.⁸ Entre os muçulmanos, o derramamento de sangue sectário parece ser imparável, sobretudo durante as principais celebrações, que atraem grandes multidões.

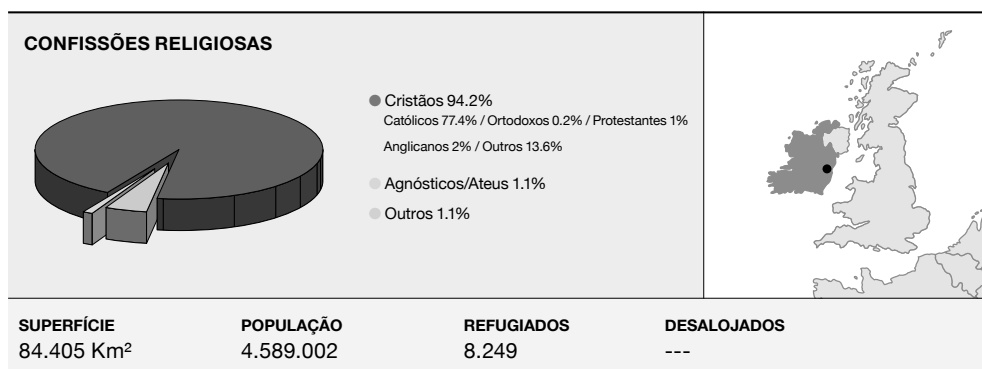
Hoje em dia, embora o número de ataques pareça ter diminuído quando comparado com os primeiros anos da guerra, o número de mortos vai aumentando e diminuindo. Por exemplo, só no mês de Maio de 2012, 132 iraquianos morreram em actos de violência⁹.

⁷ *Zenit*, 3 de Dezembro de 2010.

⁸ *AsiaNews*, 10 de Janeiro de 2012.

⁹ *AsiaNews*, 13 de Junho de 2012.

IRLANDA



A Constituição irlandesa em vigor, aprovada em 1937 e revista em diversas partes ao longo dos anos, prevê a liberdade religiosa. Juntamente com outras leis, contribui para a prática geralmente livre da religião. O Artigo 44 reconhece que “a homenagem à prática pública deve-se a Deus Todo Poderoso cujo nome será reverenciado, respeitando e honrando a religião”. Seguem-se garantias para a liberdade de consciência e para a liberdade de professar e praticar a própria religião, desde que sejam respeitadas a ordem e a moral pública. Todas as confissões religiosas têm direito a gerir as suas próprias actividades e bens, a comprar e manter institutos educativos e de caridade. O texto não faz qualquer referência a uma religião do Estado, e a promoção de uma religião em detrimento de outra é proibida, tal como é proibida a discriminação nas escolas baseada na religião.¹

Educação religiosa nas escolas

A lei permite, mas não requer, que haja educação religiosa nas escolas públicas. A maior parte das escolas primárias e secundárias é confessional. Segundo a Constituição, o Departamento de Educação deve, e fá-lo, disponibilizar financiamento igual às escolas de diferentes confissões religiosas, incluindo escolas islâmicas e judaicas. Embora a educação religiosa faça parte integrante do currículo da maior parte das escolas, os pais podem isentar os seus filhos de receberem esse tipo de educação. A Lei da Educação de 1998 refere que são dadas aproximadamente duas horas de Educação Religiosa por semana.

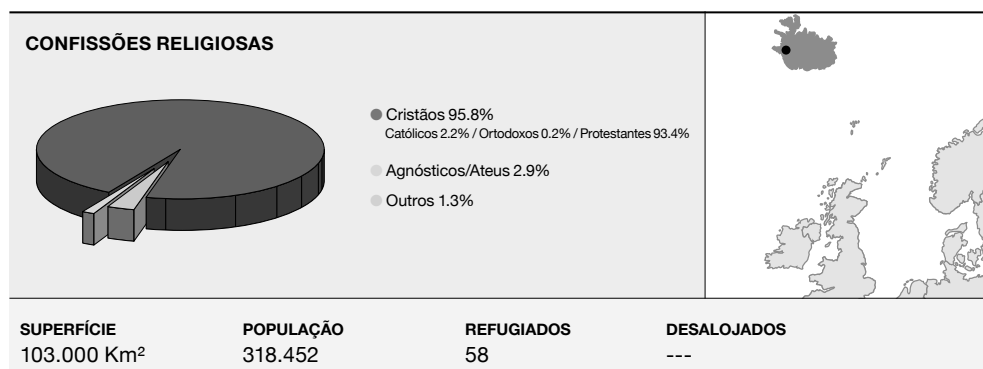
Em 2003, a Autoridade para a Igualdade declarou que as escolas ligadas a uma Igreja estão autorizadas a recusar a admissão de um aluno que não seja desse grupo religioso, caso a escola prove que essa recusa é essencial para a manutenção do *ethos* da escola (por exemplo, demasiados católicos numa escola muçulmana podem impedir que a escola tenha um *ethos* muçulmano). Contudo, não houve relatos de ser negada a admissão em qualquer escola a quaisquer crianças por esta razão. Por lei, uma escola religiosa deve seleccionar o seu pessoal com base nas suas crenças religiosas.

Em 2011 houve tensões entre o Governo e a Santa Sé devido à publicação do chamado Relatório Cloyne, preparado pela comissão de inquérito aos abusos de crianças ocorridos na Diocese de Cloyne. Num discurso na Câmara dos Deputados, o primeiro-ministro acusou o Vaticano de ter dado ordens aos bispos irlandeses, porque o escândalo foi abafado. A Santa Sé nega veementemente esta acusação, reafirmando o seu compromisso com o diálogo construtivo e a cooperação com o Governo irlandês, naturalmente baseado no respeito mútuo.²

¹ <http://www.constitution.ie/constitution-of-ireland/default.asp>

² Zenit.org, 5 de Setembro de 2011 - www.zenit.org/article-33358?l=english

ISLÂNDIA



Aguarda-se um referendo no Outono de 2012 para aprovar a nova Constituição, que no Artigo 18 prevê liberdade religiosa total.¹

O Artigo 62 da actual Constituição² estabelece a Igreja Evangélica Luterana como Igreja do Estado e, como tal, é apoiada e protegida pelas instituições. Em relação a esta questão, a lei define que a Igreja do Estado deve receber um imposto anual de cada cidadão acima dos 16 anos.

O Artigo 63 garante a cada pessoa o direito a “fundar comunidades para prestar culto ao divino no cumprimento das suas crenças individuais, desde que elas não puguem ou pratiquem nada que seja prejudicial à moral e ordem pública”.

Os cidadãos que pertençam a confissões religiosas registadas podem fazer reverter o dinheiro dos seus impostos para a sua confissão religiosa preferida ou, se não pertencerem a qualquer grupo religioso, podem fazê-lo reverter para a Universidade da Islândia.

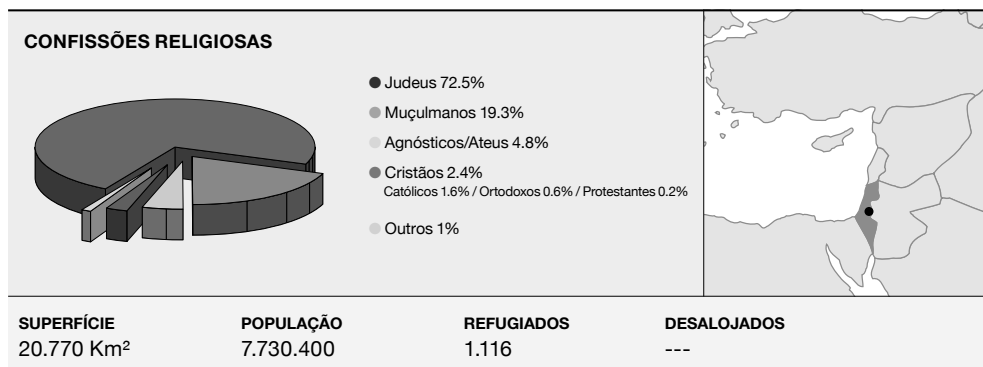
Os direitos civis e nacionais não podem perder-se devido à religião, tal como especificado no Artigo 64, embora uma pessoa não se possa recusar a realizar qualquer dever civil por razões religiosas.

No período a que este relatório diz respeito, não foram relatadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ http://stjornarskrafelagid.is/wp-content/uploads/2011/09/Iceland_New_Constitutional_Bill.pdf

² <http://www.government.is/constitution>

ISRAEL



Desde meados de 2010 que a situação vivida pelos cidadãos cristãos de Israel se tem mantido inalterada. Embora, tal como os seus compatriotas muçulmanos árabes, eles sejam cidadãos israelitas e estejam representados no Parlamento, continuam a viver um estatuto que de facto os transforma em cidadãos de segunda classe, por comparação com os judeus. A insistência com a qual os líderes israelitas querem que o seu estado seja reconhecido pela comunidade internacional como um “estado judaico” e não o “estado dos judeus” enfatiza esta situação e justifica a desigualdade que daí resulta. A discriminação que surge como consequência desta situação ocorre de várias formas, e é vista por exemplo nos campos da responsabilidade política (apenas os judeus são membros do Governo), dos empregos na administração pública e no sistema judicial, do serviço militar (obrigatório apenas para os judeus, opcional para os drusos, mas inacessível para os muçulmanos e os cristãos), da atribuição de subsídios estatais a localidades e distritos não habitados por cidadãos judeus e dos programas educativos (o Ministério da Educação impõe às escolas israelitas cristãs programas que excluem qualquer educação religiosa).

Além disso, uma alteração constitucional datada de Dezembro de 2010 obriga todos os não judeus que queiram obter a cidadania israelita a jurarem lealdade “ao Estado de Israel enquanto estado judaico e democrático”. Esta disposição legal afecta fundamentalmente os 25.000 palestinianos casados com israelitas árabes que ainda não estão naturalizados, bem como as futuras mulheres e maridos de israelitas árabes. Esta alteração pretende dissuadir estes candidatos de solicitarem a cidadania israelita, de modo a restringir o crescimento da população árabe.

O Governo de Israel também mantém a sua política restritiva em relação à aprovação de autorização de residência a cristãos estrangeiros, como por exemplo sacerdotes e seminaristas da Palestina, Jordânia e outros países árabes. Em Março de 2011, o Governo recusou-se a emitir um visto de residência com mais de seis meses de duração a um Bispo anglicano de Jerusalém, Suheil Dawani, que é de origem palestiniana, bem como à sua família. Não devemos esquecer que a sua diocese inclui Israel, o Líbano e a Jordânia.¹

Em Dezembro de 2010, dezenas de rabinos ortodoxos proibiram todos os israelitas judeus de venderem ou arrendarem propriedades a não judeus, justificando a sua atitude numa carta aberta que dizia o seguinte: “A Torá proíbe a venda de uma casa ou terreno na Terra de Israel a um desconhecido [...], uma vez que o estilo de vida dos não judeus

¹ AsiaNews, 25 de Fevereiro de 2011.

é diferente do estilo de vida dos judeus.” E também ameaçaram excomungar os que desobedecessem.

Isto resultou na criação de um grupo chamado “Rabinos contra a discriminação religiosa”. Os que aderiram ao movimento, cerca de 750 rabinos de todo o mundo, assinaram uma petição em que declaravam que a nova norma publicada pelos seus colegas em Israel lhes tinha causado “comoção e dor”. “A tentativa de radicalizar políticas discriminatórias com base na etnicidade ou religião na Torá constitui uma distorção patética das nossas tradições. O povo de Israel conhece bem o significado de discriminação e ainda envergamos as cicatrizes do ódio. Quando os que representam a liderança rabínica oficial do Estado de Israel expressam estes pontos de vista, ficamos magoados com este *Chillul HaShem*, profanação do nome de Deus”.²

Em 2011 houve um aumento significativo da hostilidade que envolveu cuspir contra sacerdotes, monges e religiosas que usassem o hábito e pessoas que envergassem um crucifixo.

O Patriarca Latino de Jerusalém, Mons. Fouad Twal, fez um discurso de boas-vindas aos bispos europeus e norte-americanos na sua peregrinação anual à Terra Santa. O Mons. Twal disse igualmente: “Ainda estamos muito preocupados com dois extremismos: o muçulmano com os seus ataques contra as nossas igrejas e os nossos fiéis, e o israelita de direita, que invade cada vez mais Jerusalém, tentando transformá-la numa cidade exclusivamente hebraica e judaica, excluindo as outras confissões religiosas.”³

No início de 2012, houve relatos em Jerusalém de profanação de vários edifícios cristãos com *graffiti* anticristãos (“Morte ao Cristianismo”, “Vamos cruxificar-vos, Jesus está morto”, “Maria foi uma prostituta”), caracteres judaicos pintados nas paredes da Igreja Baptista na rua Narkis e nas paredes do Mosteiro Grego Ortodoxo da Cruz, bem como palavras insultuosas num cemitério cristão no Monte Sião.

Este comportamento não resulta habitualmente em detenções ou acusações. O P. Pizzabella, Curador da Santa Sé, queixou-se disto ao presidente israelita Shimon Peres, a quem escreveu uma carta. E escreveu especificamente: “Nos últimos anos, temos aprendido a ignorar provocações e a continuar com as nossas vidas. Contudo, desta vez parece que eles pisaram o risco e não podemos manter-nos silenciosos. Estas frases ofensivas escritas nas paredes dos locais de culto cristãos, sobretudo em Jerusalém, ofendem os sentimentos de todos os cristãos, além dos de centenas de milhares de peregrinos que visitam Jerusalém e a Terra Santa.” O sacerdote pediu ao chefe de Estado que usasse o seu poder e influência junto das autoridades “para que esta atitude perigosa seja erradicada e estas acções sejam impedidas antes que se tornem num hábito contra os cristãos em Israel”.⁴

Entretanto, continuam as negociações entre a Santa Sé e Israel no sentido de definir o estatuto jurídico da Igreja Católica em termos de questões fiscais e económicas. A comissão bilateral permanente do Estado de Israel e a Santa Sé reuniram a 6 de Janeiro de 2012, numa sessão plenária, organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel. Uma declaração conjunta informou que as negociações foram realizadas numa atmosfera aberta, cordial e construtiva e que foram feitos progressos significativos nas

² *AsiaNews*, 15 de Dezembro de 2010.

³ *AsiaNews*, 21 de Janeiro de 2011.

⁴ *Haaretz*, 27 de Fevereiro de 2012.

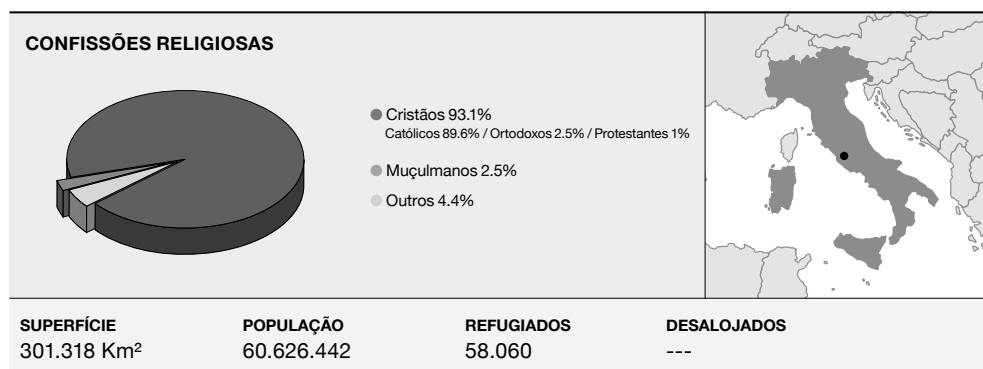
questões importantes. As partes acordaram os passos futuros a serem dados no sentido de se alcançar um acordo final. A próxima reunião plenária realizar-se-á a 11 de Junho de 2012 no Vaticano. Estas negociações, necessárias segundo o Acordo Fundamental entre a Santa Sé e Israel datado de 1993, tiveram início a 11 de Março de 1999.⁵

As políticas israelitas nos territórios palestinianos também prejudicam os cristãos. É extremamente difícil, e muitas vezes impossível, obter autorizações de viagem para Jerusalém e Nazaré, para uma peregrinação ou para participar em encontros da Igreja. Os pedidos para estas autorizações devem ser apresentados com semanas de antecedência ao Ministério israelita dos Assuntos Religiosos, que se reserva o direito de não responder.⁶ Os cristãos também sofrem privações, devido à construção do muro de segurança. A 13 de Outubro de 2011, em Beit Jala, uma cidade cristã muito perto de Belém, o exército israelita tomou cinco hectares de terra para estender a construção do muro por mais doze quilómetros. De acordo com a ONG palestiniana ARIJ, assim que a construção for concluída, mais de 640 hectares vão permanecer isolados do outro lado do muro, ou seja 45% da área original de Beit Jala.

⁵ *AsiaNews*, 27 de Janeiro de 2012.

⁶ *Persecution.org*, 4 de Fevereiro de 2012.

ITÁLIA



No que diz respeito às relações entre a Igreja e o Estado, a Itália caracteriza-se pelo que é conhecido como “secularismo positivo”. Embora o secularismo seja um dos mais importantes princípios da Constituição, o seu cumprimento “não implica indiferença estatal em relação às religiões, mas sim uma garantia por parte do Estado de salvaguarda da religião, em condições de pluralismo religioso e cultural”, pois o Estado “está ao serviço das verdadeiras instâncias das consciências civis e religiosas das pessoas.” (*Sentença do Tribunal Constitucional n.º 203-1989*).

Da mesma forma, deve enfatizar-se que, de momento, não existe nenhuma lei sobre a protecção e os limites da liberdade religiosa, para a qual desde o final de 1990 foram apresentadas várias propostas de lei e projectos parlamentares muito semelhantes, mas nenhum foi aprovado pelo Parlamento.

Dada esta premissa legal de uma estrutura positiva para a protecção dos direitos, tem havido acontecimentos e situações em Itália, tal como noutros países ocidentais, que apontam para um chamado “terreno escorregadio” – de intolerância / discriminação / crimes de ódio contra a fé religiosa –, para adoptar o conceito inicialmente aplicado pelo Professor Massimo Introvigne, um académico mundialmente reconhecido, às relações entre as religiões e a sociedade.

Sobre a questão da exibição de símbolos religiosos em locais públicos, um assunto que tem causado controvérsia recorrente em muitos países, a Itália não tem sido excepção. Em particular, deve notar-se o caso “*Lautsi vs Itália*”, que, tendo começado em 2002, terminou em Março de 2011 com uma decisão final da Câmara Alta do Tribunal Europeu em Estrasburgo. O caso envolveu a Sra. Soile Tuulikki Lautsi, uma cidadã italiana de origem finlandesa, que em 2002 pediu ao Conselho da Escola Preparatória Vittorino da Feltre em Abano Terme (Pádua), frequentada pelos seus filhos, que retirasse o crucifixo da sala de aula, porque “representava uma violação clara do princípio constitucional da laicidade do Estado”. O pedido foi rejeitado pela escola e a senhora voltou-se para o Tribunal Administrativo Regional de Veneto, que considerou a questão “infundada” e que deveria ter sido levantada em termos de “legitimidade constitucional”.

Esta decisão foi seguida por outras – do Tribunal Constitucional, do Tribunal Administrativo de Veneto (novamente) e do Conselho de Estado – decisões relativas a anos não incluídos neste relatório que não serão aqui referidas. No entanto, o que é importante é o facto de a questão ter sido levada ao nível europeu. A sentença emitida pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos a 3 de Novembro de 2009 foi a favor da remoção do crucifixo e, por isso, “decidiu a favor da Sra. Lautsi”. O Governo italiano apresentou

imediatamente recurso, solicitando e conseguindo que a Câmara Alta revisse o caso. Neste recurso, a Itália conseguiu contar não apenas com os dez países que apareceram “oficialmente” como terceiros perante o tribunal, mas também com as contribuições de várias ONGs, de deputados italianos e europeus, e do trabalho diplomático do representante da Santa Sé. A 8 de Março de 2011, o caso Lautsi-Itália terminou finalmente com a Câmara Alta do Tribunal Europeu a declarar: “O crucifixo tem certamente um valor religioso, ao mesmo tempo que contém muitos outros significados. Embora a Sra. Lautsi tenha colocado como fundamento do seu apelo o impacto nos seus filhos, na altura com 11 e 13 anos de idade, causado pela exibição do crucifixo, e embora sobretudo nas escolas o crucifixo tenha sido considerado por outros tribunais como “um símbolo exterior poderoso”, os alunos dessas idades são certamente capazes de discernimento e são suficientemente maduros, caso lhes seja permitido frequentarem instrução religiosa, para compreenderem que este assunto também envolve a faculdade de fazer escolhas, e, por isso, de atribuir ao crucifixo significados de todos os tipos que são a expressão da democracia e da liberdade. Concluindo, a exibição do crucifixo não afecta o pluralismo educativo especificamente dentro do quadro da laicidade do Estado e preserva uma sociedade democrática tal como encarada pela Convenção”.

Actos de vandalismo e profanação contra a religião católica ocorreram em Roma a 15 de Outubro de 2011, durante uma marcha dos chamados “Indignados”, quando um grupo de pessoas com as faces cobertas por capacetes e armados com mocas forçaram a entrada na Paróquia da Igreja dos Santos Marcelino e Pedro, retirando uma pequena estátua de Nossa Senhora de Lourdes e um crucifixo e destruindo ambos na rua. Entre as reacções mais significativas esteve a do Cardeal Vigário de Roma, Agostino Vallini, que disse que estava “profundamente perturbado” e que, para além do “desnorte e preocupação” com o que tinha acontecido¹, esperava que pudesse ser restabelecida uma atmosfera de diálogo e coexistência civilizada. Na sua homilia dominical do dia seguinte na catedral de Milão, o Cardeal Angelo Scola também comentou estes acontecimentos, dizendo que “a destruição de uma estátua da Virgem e de um crucifixo” eram actos profundamente ofensivos para toda a comunidade cristã.

Um episódio digno de nota, numa forma questionável e agora cada vez mais comum de pseudo-respeito pelas minorias, ocorreu em Agosto de 2011 em Novara². No seu primeiro ano em funções, o Conselho Municipal decidiu mudar o “menu do Ferragosto (feriado de Agosto)” do festival popular tradicional, eliminando toda a carne. A alegada razão para a mudança foi o facto de o 15 de Agosto desse ano cair no mês do Ramadão e o facto de o “tradicional churrasco” envolver o consumo público de *Salamella* – um tipo tradicional de salsicha de porco –, o que poderia ofender a comunidade muçulmana local.

A 5 de Junho de 2011, um acontecimento que poderia ser incluído entre os ‘actos de intolerância’ envolveu um relatório com o título “*Ataque homossexual a uma igreja de Milão*”³, que afirmava que nesse dia um grupo de activistas homossexuais tinha interrompido a celebração da missa, transportando faixas e gritando protestos contra a posição de um sacerdote da paróquia sobre a homossexualidade, na Igreja de São Giuseppe di Calasanzio.

¹ *corriere.it*, 16/10/2011

² *labussolaquotidiana.it*, 08/08/2011

³ *Avvenire*, 07/06/2011

Outro incidente que será resolvido em tribunal é o caso contra o programa televisivo “Anno Zero”, no seguimento das acusações de “ofensa a um chefe de estado estrangeiro” contra o cartoonista Vauro, Michele Santoro (o Presidente da RAI, o canal televisivo italiano) e o director executivo da *Rai Due*. Este caso envolve a página de Internet “Pontifex” e o programa da *Rai Due* “Anno Zero”. O que aconteceu foi que, no final da emissão de 20 de Janeiro de 2011, ao referir-se aos acontecimentos conhecidos relativos ao envolvimento do então primeiro-ministro Silvio Berlusconi no “caso Ruby”, Vauro mostrou um *cartoon* no qual o Papa Bento XVI aparecia a dizer: “*Se ele gosta tanto de raparigas menores de idade, pode sempre tornar-se padre!*” Nos dias seguintes, o jornal diário da Conferência Episcopal Italiana “*Avvenire*” atacou o programa num editorial muito duro, no qual o programa era acusado de difamar os sacerdotes.

Finalmente, em relação às actividades realizadas pelo Estado sobre questões religiosas, estas são sobretudo confiadas ao Ministério do Interior. Vale a pena referir que em Fevereiro de 2010 foi fundado um “Comité para o Islão italiano” e que este apresenta as suas opiniões ao ministério.

Durante uma reunião realizada em Janeiro de 2011 no Ministério do Interior, uma declaração colocada na página de Internet do ministério indicava que este comité tinha expressado a seguinte opinião sobre a questão controversa da realização de orações em locais públicos por parte de muçulmanos, dizendo que: “*A integração, transparência e legalidade também se alcançam quando se presta culto em locais públicos, ou em locais abertos ao público e reservados para a oração. Esta é a opinião do Comité para o Islão italiano, que também tem expressado esta opinião para incentivar os muçulmanos a transferirem o seu culto dos locais privados mais usados para os locais públicos. Muitas vezes, os locais nos quais se realizam oficialmente actividades culturais, recreativas, desportivas ou comerciais são efectivamente mudados e transformados em locais de culto. Este comité [...] apresentou um documento no qual sugere a adopção de uma série de disposições que incentivem a criação de edifícios reservados ao culto islâmico em áreas adequadas, respeitando o planeamento territorial e as leis de segurança. De acordo com o Comité, estes locais devem estar abertos a todos os muçulmanos, qualquer que seja a escola de pensamento a que eles possam pertencer, e, além disso, espera-se que todos os sermões sejam em língua italiana.*”⁴

⁴ *Interno.it* – Area notizie «Religione e Stato», 27/01/2011

JAMAICA

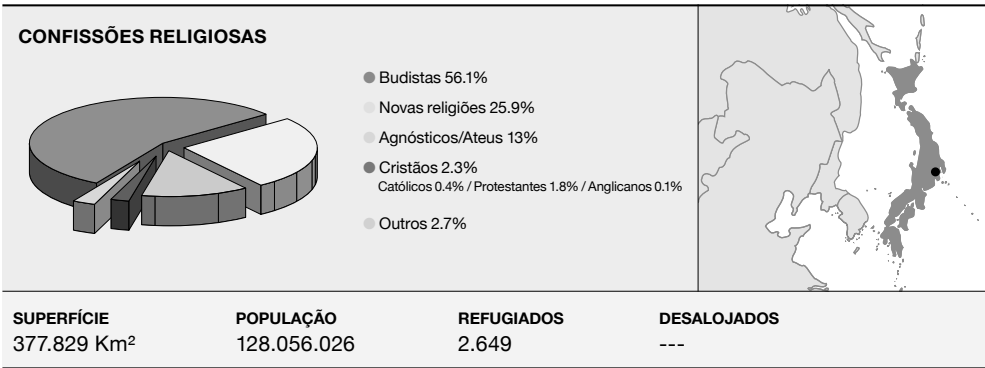


As garantias da liberdade religiosa encontram-se definidas no Artigo 21º da Constituição de 1962, emendada em 1994. Este artigo descreve claramente e em pormenor o direito à liberdade de consciência e de culto, tanto para indivíduos como para associações. A Constituição garante também o direito à instrução religiosa e à formação do pessoal religioso.

O registo não é obrigatório para os grupos religiosos. No entanto, depois da verificação por parte das autoridades estatais, o registo proporciona isenções tributárias para as propriedades e actividades de um grupo.

Os missionários estrangeiros são livres de entrar neste país. As condições práticas para exercer a liberdade religiosa obedecem a tudo o que está estabelecido pela Constituição e não há relatos de violações deste direito por parte das autoridades ou de indivíduos.

JAPÃO



No Artigo 20º da Constituição do Japão afirma-se que a liberdade de religião se encontra garantida e, de facto, assim é.

Os grupos religiosos não são obrigados a registar-se ou a procurar o reconhecimento legal, mas quase todos o fazem para assim aproveitarem determinados privilégios legais concedidos pelo Estado como, por exemplo, o estatuto de isenção tributária.

O Japão é o país com o maior número de movimentos religiosos de origens diversas. No total, encontram-se registados enquanto organizações religiosas cerca de 182 mil grupos.

Não houve relatos de incidentes significativos relativamente à liberdade religiosa durante o período de tempo considerado.

JIBUTI



A revisão da Constituição de 1992, levada a cabo pela Lei Constitucional de 2010, declara no Artigo 1 que o Islão é a religião do Estado,¹ ao mesmo tempo que mantém o Artigo 11, que reconhece a liberdade de professar qualquer fé.

Evangelizar e converter muçulmanos é desencorajado, embora não proibido.

É obrigatório que os grupos religiosos se registem e os grupos de missionários estrangeiros precisam de autorização do Governo para abrirem escolas.

O ministro dos Assuntos Islâmicos tem autoridade sobre todas as questões relativas ao Islão, da construção à gestão de mesquitas e das escolas religiosas privadas aos eventos religiosos.

Há tribunais especiais que aplicam a lei islâmica (*sharia*) aos muçulmanos nas questões sobre o casamento, o divórcio, as crianças e as heranças. Os não muçulmanos apresentam-se perante os tribunais civis que aplicam as leis do Estado.

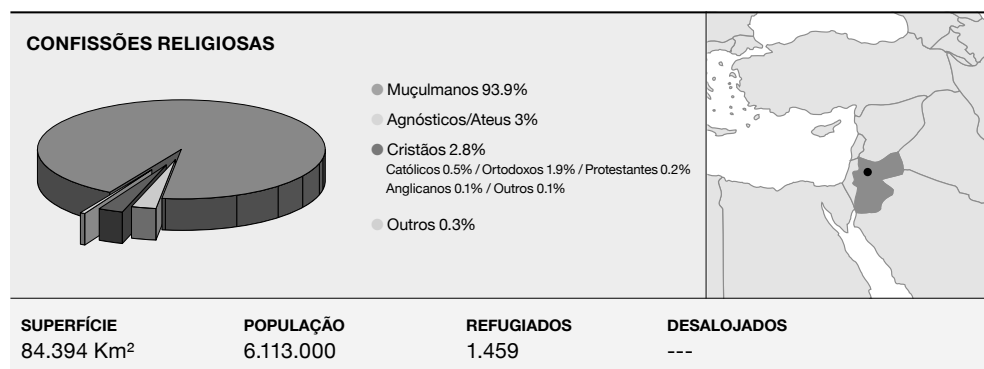
Os casamentos civis só são permitidos entre cidadãos estrangeiros não muçulmanos. O Artigo 23 da Lei da Família proíbe as mulheres muçulmanas de casarem com não muçulmanos.²

Não foram relatados episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa durante o período do relatório.

¹ http://www.presidence.dj/jo/texte.php?num=92&date_t=2010-04-21&nature_t=Loi

² <http://www.presidence.dj/jo/2002/loi152an02.php>

JORDÂNIA

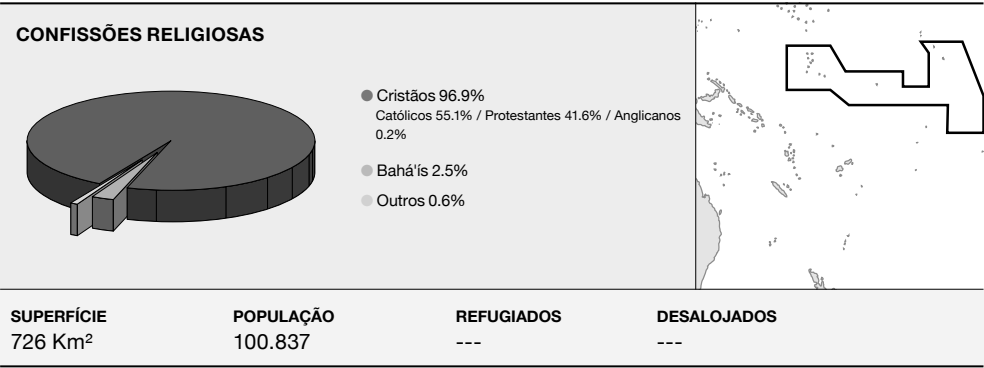


No contexto atribulado do Médio Oriente, a Jordânia é sem dúvida o país que oferece melhores condições aos cidadãos cristãos, por comparação com os países vizinhos. Apesar de vários protestos islamistas realizados regularmente desde o início de 2011, o regime jordaniano tem evitado a onda revolucionária que afectou partes do mundo árabe.

Neste país onde o Islão é a religião do Estado, os cristãos e outras minorias, como por exemplo os circassianos e os beduínos, estão representados no Parlamento, onde nove dos 120 lugares são reservados a cristãos. Eles são também membros do Governo e o Conselho de Ministros inclui habitualmente três ministros cristãos. Os cristãos detêm igualmente posições importantes no exército, na alta finança, nos bancos e em empresas privadas, e também gozam de liberdade de culto, sendo autorizados a gerir escolas, clínicas e outras instituições de caridade.

No entanto, o desenvolvimento de ideologias islamistas na Jordânia pode ter como consequência que o futuro dos cristãos se torne incerto, tal como já é nas regiões vizinhas.

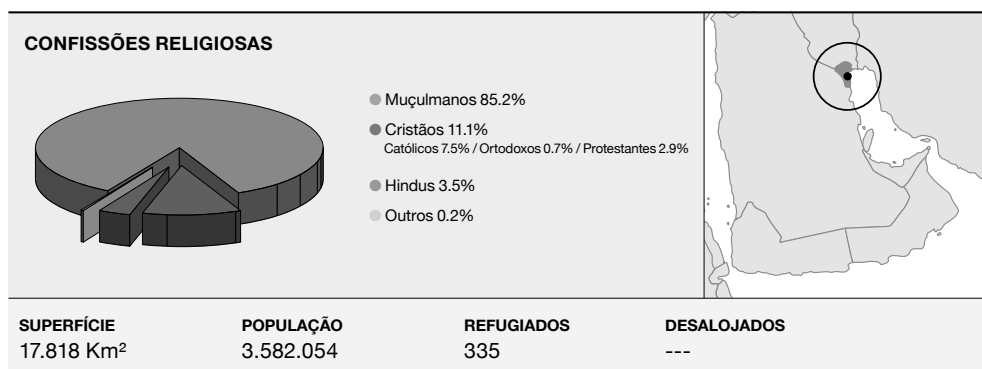
KIRIBATI



A Constituição de 1979 estabeleceu a liberdade religiosa total (Artigo 11º), a qual foi, na realidade, respeitada durante o período a que se refere este relatório.

Os missionários estrangeiros encontram-se presentes no país e operam livremente. Os grupos religiosos não precisam de se registrar.

KUWAIT



De acordo com a Constituição, o Islão é a religião do Estado e a “*sharia* será a principal fonte de legislação” (Artigo 2). Adoptada em 1962, a Constituição alega que não é discriminatória. O Artigo 29 diz: “Todas as pessoas são iguais em dignidade humana e em direitos e deveres públicos perante a lei, sem distinção de raça, origem, língua ou religião.” O Artigo 35 afirma que “A liberdade de crença é absoluta. O Estado protege a liberdade de praticar a religião de acordo com os costumes estabelecidos, desde que isso não entre em conflito com políticas públicas ou a moral.”

Desde 1968, o Kuwait tem tido relações diplomáticas com a Santa Sé ao nível das embaixadas.

A 6 de Maio de 2010, o Papa Bento XVI recebeu pela primeira vez o Emir do Kuwait, o Xequ Sabah Al Ahmad Al Jaber Al Sabah, que também se encontrou com o Cardeal secretário de Estado Tarcisio Bertone. A promoção do diálogo inter-religioso esteve entre os assuntos por eles discutidos. Foram também tidas em consideração a contribuição importante para a sociedade do Kuwait da minoria cristã substancial do país e das suas necessidades específicas.¹

Dificuldades que as minorias cristãs enfrentam

De tempos a tempos, as minorias cristãs são confrontadas com dificuldades causadas por decisões dos tribunais ou decisões administrativas. Por exemplo, a 30 de Novembro de 2010, o Tribunal de Cassação apoiou uma decisão de um tribunal de menor instância de não permitir que um jovem muçulmano se convertesse ao Cristianismo para mudar a religião na sua certidão de nascimento, porque considerou que o pedido era uma violação das leis de apostasia.

Por duas vezes seguidas, a 27 de Outubro e a 3 de Dezembro de 2010, o Conselho Municipal da Cidade do Kuwait rejeitou um pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros de aprovar a construção de uma nova igreja católica greco-melquita nos arredores da cidade. A comunidade xiita também viu pedidos semelhantes serem recusados pelas autoridades municipais.²

A mobilização de radicais muçulmanos é um perigo ainda maior, porque eles querem mudar as leis do país “para preservar a identidade da sociedade e os seus valores islâmicos, para trabalhar de acordo com os princípios da igualdade, introduzir propostas de lei

¹ Gabinete de Imprensa do Vaticano, 6 de Maio de 2010

² *AsiaNews*, 5 de Novembro de 2010

inspiradas pelo Islão”, segundo o manifesto do grupo parlamentar islamista recentemente criado, ‘al-Adala Bloc’ (Grupo de Justiça).

A 16 de Fevereiro de 2012, o partido anunciou que iria apresentar uma proposta de lei para proibir a construção de igrejas e outros locais de culto não islâmicos no país. A proposta veio do deputado Osama al-Munawer, que inicialmente tinha anunciado a sua intenção de apresentar uma lei para a remoção de todas as igrejas no país, mas mais tarde explicou que a lei apenas afectaria a construção de novas igrejas.

A proposta, apoiada por alguns deputados, foi motivada pelo facto de que “o Kuwait já tem demasiadas igrejas em relação à minoria cristã do país”.

Após ouvir falar na recente concessão de uma licença para construir uma nova igreja em Jleeb Al-Shuyoukh, outro deputado islâmico, Mohammad Hayef, disse que a medida “é um erro da parte do Ministério dos Assuntos Islâmicos” e “que não passará despercebida”.

Estas declarações deram origem a fortes protestos na sociedade civil e entre outros líderes políticos que vêem a proposta de lei anti-igrejas como inconstitucional, uma vez que a Constituição do Kuwait protege a liberdade religiosa para todos os seus cidadãos e residentes.

Perante a situação, o deputado Faisal al-Duwaisan apresentou uma proposta de lei que incrimina o incitamento ao ódio.

“A Constituição reconhece claramente a liberdade religiosa e o direito de cada um a praticar as suas crenças religiosas”, disse o advogado e deputado Nabeel Al Fadhel. Os governantes do Kuwait, referiu, sempre apoiaram a liberdade religiosa.

A Sociedade de Direitos Humanos do Kuwait (KHRS) considerou deplorável “o comportamento irresponsável que cria tensão e ódio entre os cidadãos”, acrescentando que o Kuwait deve permanecer como um país que cria segurança e tolerância para todos os cidadãos e residentes.³

A questão teve repercussões internacionais quando uma delegação do Kuwait perguntou ao Grande Mufti da Arábia Saudita, Abdul-Aziz bin Abdullah Al Sheikh, se era legal ter igrejas no Kuwait.

Na sua resposta inicial, o Grande Mufti disse que era “necessário destruir todas as igrejas da região”. Confrontado com os protestos, esclareceu que quando disse “região” tinha “apenas” querido referir a Península Arábica.

A sua decisão baseia-se num famoso (mas controverso) *hadith* atribuído a Maomé que dizia: “Não pode haver duas religiões na Península [Arábica]”.⁴

A comunidade católica, liderada pelo Bispo Camillo Ballin, tem uma grande catedral na cidade do Kuwait dedicada à Sagrada Família e quatro outras igrejas, nomeadamente Santa Teresa, Nossa Senhora da Arábia, S. Daniel Comboni e uma igreja greco-católica, situadas respectivamente em Salmiya, Ahmadi, Jlib al-Shuyukh e Salwa.

O Bispo Ballin é membro do Conselho das Relações Islâmico-Cristãs (ICRC), criado pela minoria xiita do Kuwait mas aberto a cristãos, xiitas e sunitas.

“Um dos objectivos do Conselho é propor leis que promovam o respeito pelos valores promovidos pelas duas religiões” disse o Mons. Ballin.

³ Agência Fides, 24 de Fevereiro de 2012.

⁴ AsiaNews, 21 de Março de 2012.

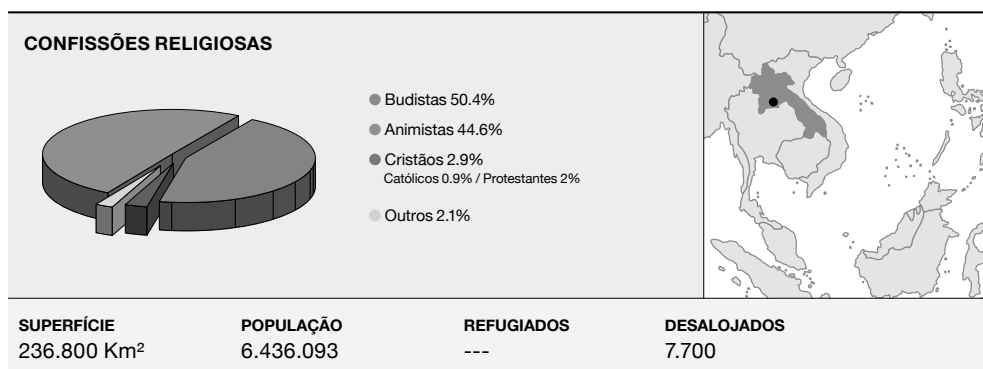
A 21 de Novembro de 2011, o ICRC participou num fórum no Centro para o Diálogo Inter-religioso de Teerão, organizado pela Organização para a Cultura e Relações Islâmicas (Iranianas). O assunto de discussão foi a 'Cooperação entre muçulmanos e cristãos – da Fé Comum à Acção Comum'.

A delegação do Kuwait incluiu o presidente do ICRC, Dr. Zuhair al-Mahmeed, o Pastor Ammanuil Gharib, o Bispo Camillo Ballin e quatro outros membros.

No dia seguinte, a mesma delegação participou num simpósio na cidade santa xiita de Qom sobre 'Cooperação entre muçulmanos e cristãos no Médio Oriente: Desafios e Perspectivas'.⁵

⁵ *Taqrib News Agency (TNA)*, 22 de Novembro de 2011.

LAOS



A Constituição do Laos reconhece, em princípio, a liberdade de culto sem restrições. Contudo, um decreto do primeiro-ministro em 2002 introduziu uma série de condições que dão ao Governo os meios para manter um controlo apertado à religião.

Oficialmente, o Laos reconhece quatro religiões principais: o Budismo, que é a principal religião do país, o Cristianismo, o Islamismo e o Bahaísmo, uma religião monoteísta nascida no Irão na segunda metade do século XIX.

O grupo das religiões cristãs inclui a Igreja Católica, a Igreja Evangélica do Laos (LEC) e a Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Theravada é a principal forma de Budismo do país e ocupa uma posição de grande importância, gozando do apoio total do Governo. Na realidade, esta religião não tem de se submeter a normas impostas às outras religiões e aos seus crentes. Por esta razão, os budistas do Laos não passaram por quaisquer grandes violações da sua liberdade religiosa, pelo contrário, os templos e associações budistas recebem fundos e subsídios governamentais para as suas actividades.

A situação é bastante diferente para as outras religiões e para a minoria Hmong. A propagação do Protestantismo, sobretudo entre os grupos minoritários, encontra forte oposição, porque este é visto como uma “importação dos EUA” e uma “ameaça” ao modelo político e social imposto pelo Estado comunista de partido único do país.

Muitas igrejas domésticas Hmong foram demolidas e muitos crentes foram assassinados. Os que procuraram refúgio na vizinha Tailândia foram muitas vezes presos pelos militares tailandeses e repatriados.

Liberdade religiosa, uma ameaça que “causa anarquia”

Em Janeiro de 2012, houve uma fuga de informação do conteúdo de uma proposta de Declaração de Direitos Humanos da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), esboçada nas semanas antecedentes.

Dentro da associação de dez países do Sudeste Asiático (Tailândia, Brunei, Camboja, Mianmar, Vietname, Laos, Singapura, Indonésia, Filipinas e Malásia), Vientiane desempenhou um papel fundamental na elaboração do texto preliminar e tentou o seu melhor para “diluir” a carta de direitos¹. Para o Governo do Laos, na realidade, o reconhecimento e protecção dos direitos humanos poderia desencadear “conflito e divisão” e arrastar os países “para o caos e a anarquia”. De acordo com a proposta preliminar, todas as

¹ Mizzima News, Fevereiro 2012

formas de “culto e religião” devem ser controladas e devem cumprir as leis nacionais. Igualmente, “os direitos do Estado ‘sobrepõem-se’ às liberdades e direitos individuais”.

A proposta preliminar é um exemplo da linha dura que Vientiane tomou. Ao contrário de países mais liberais como a Tailândia, a Indonésia e as Filipinas, o Laos quer impor um conjunto de pré-condições ao exercício dos direitos humanos e liberdade religiosa. Para o Governo do Laos, “a aplicação dos direitos humanos universais” deve ter em conta “características nacionais e regionais” e “sistemas políticos, económicos e culturais” específicos. De facto, “a segurança nacional, a ordem pública e a moralidade” têm precedência sobre os direitos individuais, de modo a evitar “o caos e a anarquia”. O Laos também quer restrições precisas à liberdade religiosa, que deve subordinar-se às “leis nacionais” de cada país.

Igreja Católica

A 29 de Janeiro de 2011, a Igreja Católica do Laos celebrou um marco histórico, mais precisamente a sua primeira ordenação sacerdotal no norte do país em quarenta anos, uma área onde as autoridades exercem controlos apertados sobre os grupos religiosos². A cerimónia tinha sido planeada para 12 de Dezembro de 2010, mas os responsáveis locais e os militares tinham-na adiado com base em “razões de segurança” não especificadas.

Pierre Buntha Silaphet, de 34 anos, é o novo sacerdote. Originário da etnia Khmu, nasceu em Phom Van, província de Sayaboury, no norte do Laos. Mais de mil católicos locais participaram na cerimónia de ordenação. As celebrações realizaram-se na sua aldeia natal, que fica no Vicariato de Luang Prabang. Naquilo que é uma coincidência extraordinária, “providencial” como os locais o descreveram, o nome laosiano de Pierre, ‘Buntha’, é o mesmo que o do último sacerdote Khmu ordenado em Luang Prabang a 22 de Fevereiro de 1970, numa cerimónia presidida pelo Mons. Alessandro Straccioli, Vigário Apostólico no Laos de 1968 a 1975.

Quando os comunistas assumiram o poder no final da guerra em 1975, as autoridades expulsaram todos os missionários estrangeiros, sem lhes darem oportunidade de regressarem. Apenas Mons. Tito Banchong foi deixado no Vicariato depois da expulsão em massa do clero estrangeiro. A cerimónia foi presidida pelo Mons. Marie-Louis Ling, Vigário Apostólico de Pakxe, que, tal como o novo sacerdote, também pertence à etnia Khmu.

Frei Pierre nasceu numa das famílias que foram evangelizadas entre 1960 e 1975 por Frei Piero Mario Bonometti, OMI, em Ban Houei Thongnella, província de Luang Prabang.

Na preparação da ordenação, embora tivessem sido obtidas todas as autorizações necessárias por parte das autoridades, estas criaram todo o tipo de dificuldades e obstáculos, forçando inicialmente o adiamento da cerimónia.

Na véspera do acontecimento, as autoridades pediram oficiosamente que o assunto fosse “discreto”, nada mais aparatoso do que uma “festa de aldeia”. De qualquer forma, não há catedral no Vicariato de Luang Prabang desde 1975.

Em Junho de 2011, Frei Rafael Tran Xuan Nhan, um sacerdote vietnamita residente no Laos, denunciou a crescente “perseguição” na parte norte do país, sobretudo em Luang Prabang e na região de fronteira com o Vietname³. Na sua opinião, as medidas repressivas

² AsiaNews, Janeiro 2011

³ UCANews, Junho 2011

eram a resposta das autoridades aos protestos das semanas anteriores por parte de crentes locais contra “controles ainda mais apertados” às suas actividades de culto.

Frei Rafael expressou “sérias preocupações” com o futuro do Vicariato Apostólico, onde os “católicos sofrem um controlo rigoroso e as vocações são poucas” por causa de décadas de domínio do Partido Comunista, durante o qual o princípio da liberdade religiosa foi sistematicamente violado.

Para o sacerdote de 57 anos de idade, que é originário da Diocese de Vinh no centro do Vietname, “as autoridades provinciais tentam limitar os movimentos dos crentes”. De facto, os católicos “têm de informar as autoridades” dos seus planos de viagem, independentemente da duração longa (ou curta) dessa viagem.

Os responsáveis governamentais também forçam os católicos a desempenharem tarefas ‘socialmente úteis’ ou a fazerem pequenos trabalhos aos domingos, bem como a participarem em sessões de doutrinação ideológica comunista marcadas deliberadamente para se sobreponem às missas, com a clara intenção de impedir a sua participação nestas.

Suspeitos de espionagem ou porque deram “aulas de língua inglesa de graça”, algo a que as autoridades locais torcem o nariz, alguns sacerdotes e religiosos têm tido que deixar o norte e procurar refúgio em Vientiane.

Pelo menos os bispos e crentes do Laos encontraram algum gozo e consolação num anúncio da Congregação para a Causa dos Santos de que tinha sido aprovado o processo diocesano de beatificação de quinze mártires, catequistas leigos e religiosos, mortos no Laos “por ódio à fé cristã” entre 1954 e 1970. O processo entra assim na sua segunda fase, com o início dos procedimentos oficiais pela congregação do Vaticano⁴.

Outras denominações cristãs

Cerca das 19 horas de 4 de Janeiro de 2011, aproximadamente vinte polícias do distrito de Hinboun, na província central de Khammouan, detiveram o Reverendo Wanna na sua casa, que também era usada como local de culto. Foi preso sem acusação formal, em conjunto com mais dez pessoas, líderes cristãos e simples crentes⁵, quando partilhavam uma refeição. No dia seguinte, as autoridades libertaram dois crentes, mas mantiveram os outros na prisão. De acordo com fontes locais, esta medida foi tomada porque os cristãos estavam a realizar uma “reunião secreta” sem autorização prévia por parte dos responsáveis locais.

Em meados de Janeiro (cf *AsiaNews*), as autoridades do Laos acusaram formalmente o Reverendo Wanna e dois outros líderes protestantes, os Reverendos Chanlai e Kan, de um “crime político” e enviaram-nos novamente para a prisão. A sua detenção, explicam fontes locais, é apenas o episódio mais recente de uma série de violações da liberdade religiosa na província de Khammouan que tiveram início no princípio do ano.

Pela sua parte, as famílias que participavam na igreja doméstica foram acusadas de conluio com o inimigo histórico do país, os Estados Unidos, e tiveram de submeter-se a longos dias de “reeducação”.

No final de Fevereiro⁶, os meios de comunicação internacionais deram a notícia da história dramática de sessenta e cinco aldeãos cristãos forçados a deixarem as suas

⁴ Agência Fides, 16 de Dezembro 2011

⁵ Human Rights Watch for Lao Religious Freedom, HRWLRF – Janeiro 2011

⁶ AsiaNews, 25 de Fevereiro de 2011

casas e as suas terras por ordem das autoridades do Laos, por se terem “recusado a repudiar a sua fé cristã”.

Conduzidos a um centro de emergência, os cristãos estiveram em risco de morrer à fome porque as autoridades locais tinham destruído as suas culturas e isolado a área, impedindo o acesso a ela e cessando o fornecimento de bens e alimentos.

Fontes locais disseram à *Christian Solidarity Worldwide* (CSW) que os responsáveis da aldeia tinham impedido estes camponeses de regressarem à sua aldeia e às suas terras. Os apelos da comunidade internacional foram ignorados e nenhuma solução de curto prazo foi encontrada para a sua situação difícil.

Em meados de Julho de 2011⁷, o destino de dois outros pastores protestantes, os Reverendos Walla e Yohan, foi novamente notícia de primeira página. Detidos no início do ano, foram-lhes dadas várias oportunidades de deixarem a prisão sob condição de renegarem a sua fé cristã.

As coisas pioraram para o Reverendo Walla porque ele era o único ganha-pão da sua família. Sem ele, a mulher e os nove filhos tiveram de enfrentar uma vida de dificuldades e privações; os seus filhos — o mais velho tem 7 anos de idade — tiveram de deixar a escola para irem trabalhar e ganhar algum dinheiro com pequenos trabalhos.

Mais tarde, em Julho⁸, a ONG *Human Rights Watch for Lao Religious Freedom* (HRWLRF) lançou um apelo para a libertação de um cristão laosiano de 58 anos de idade, condenado por “traição” e “rebelião” no final da década de 1990.

Originário da província de Oudomxay, tinha-se convertido ao Cristianismo em 1997, tendo abraçado a fé com entusiasmo, zelo e fervor. Graças ao testemunho apaixonado da sua fé cristã, rapidamente mais de setenta pessoas seguiram o seu exemplo e foram baptizadas. A loja de roupas onde trabalhava tornou-se numa potencial “casa de testemunho” da fé cristã.

Contudo, o seu activismo alarmou as autoridades, que lhe ordenaram em várias ocasiões para deixar de pregar. Acabou por ser preso e condenado a doze anos de prisão, deixando a mulher em estado de desespero e cinco filhos sem pai.

Agora, depois de anos na prisão, a sua saúde começou a deteriorar-se, forçando vários activistas e organizações de direitos humanos a fazerem campanha pela sua libertação, sem qualquer sucesso.

Na última semana de Setembro, a HRWLRF reportou mais três casos de violação da liberdade religiosa durante o Verão.

Em Junho, cinco famílias cristãs (treze pessoas no total) reuniram-se para rezar na casa de uma delas, na aldeia de Pornsaad. Durante a oração, forças de segurança irromperam pela casa dentro e detiveram todos os presentes porque eles não tinham “obtido uma autorização oficial para reunirem”. Embora ninguém tivesse sido preso formalmente, a polícia avisou os presentes de que não deviam reunir-se para rezar “sem as autorizações necessárias” e sem a autorização do governo local.

A 16 de Julho, três famílias cristãs da aldeia de Nonsawagn, no distrito de Thapangthong (província de Savannakhet), foram expulsas da aldeia pelo chefe local porque “não renegaram a fé cristã”. Ao todo, dez pessoas foram forçadas a deixar as suas casas e bens,

⁷ AsiaNews, 19 de Julho de 2011

⁸ Human Rights Watch for Lao Religious Freedom, HRWLRF – Julho 2011

incluindo algumas pequenas terras arrendadas que agora estão ao abandono. Durante a sua expulsão, as famílias cristãs viram alguns dos seus bens pessoais ser destruídos.

Finalmente, a 14 de Setembro, no distrito de Saybulu, o chefe local, um polícia e o responsável do Gabinete de Assuntos Religiosos tomaram de assalto a igreja protestante em Dongwaiwan, juntamente com alguns terrenos e produtos cultivados perto do local de culto. Durante o raide, as autoridades também retiraram uma cruz da fachada do edifício e destruíram-na.

Alguns dias antes do Natal, a 16 de Dezembro de 2011, oito líderes cristãos foram detidos por “organizarem” uma celebração em preparação da festividade, um acontecimento que atraiu mais de 200 participantes. A polícia acabou por ir à aldeia de Boukham, província de Savannakhet, onde o incidente tinha ocorrido, para consultar os responsáveis locais e poder decidir quais os passos a tomar em relação às pessoas detidas.

De acordo com a agência *Compass Direct News* (CDN), o chefe da aldeia de Boukham tinha emitido uma autorização que permitia que os líderes cristãos organizassem as celebrações do Natal. Contudo, as forças de segurança locais entraram de rompante no edifício onde a celebração estava a decorrer e levaram os oito líderes da minoria religiosa. Depois de serem levados para a rua, vendados e algemados, quatro deles foram presos sem acusação.

A 18 de Dezembro, representantes da Igreja Evangélica do Laos conseguiram a libertação de um dos prisioneiros, Kingnamosorn, depois de pagarem uma multa de 1 milhão de kip (cerca de € 97), num país em que os trabalhadores não qualificados ganham em média € 31.

No dia de Natal, uma mulher cristã morreu de causas naturais na província de Savannakhet. No dia seguinte, as autoridades impediram o seu marido de a enterrar numa cerimónia cristã tradicional, reportou a HRWRFL depois de falar com o homem.

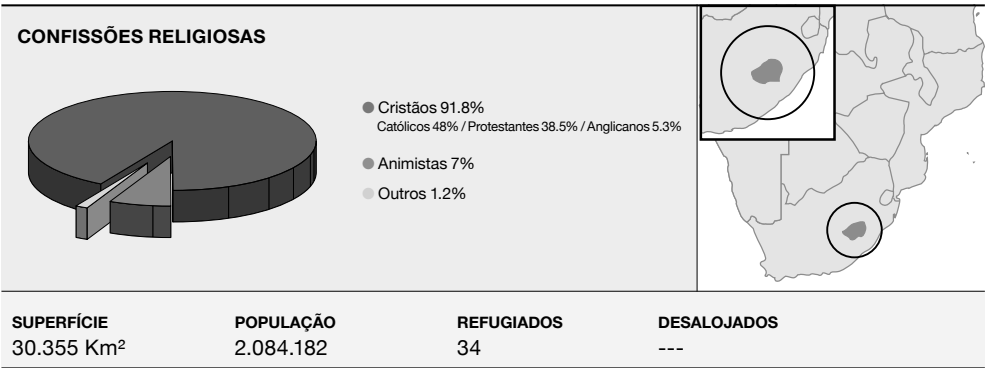
Mais tarde, o chefe da aldeia forçou-o e a outros membros da família a “deixarem” a área e a procurarem as autoridades em Savannakhet. De acordo com fontes locais, os líderes da aldeia disseram que nunca autorizariam um “enterro cristão”. A mulher acabou por ser enterrada sem túmulo e sem cruz a marcar o local.

Mesmo assim, houve algumas boas notícias para a comunidade protestante do Laos no início de 2012. Embora os cristãos ainda sejam detidos e as celebrações do Natal ainda sejam consideradas “ilegais”, as autoridades civis de Khammouan acabaram por libertar os Reverendos Wanna e Yohan, depois de um ano na prisão, noticiou a agência *Fides*.

No seguimento da sua libertação, ambos disseram que pretendiam retomar o seu trabalho como líderes religiosos, bem como continuar a sua missão de evangelização, uma tarefa que cabe a cada cristão⁹.

⁹ Agência Fides, 9 de Janeiro 2012

LESOTO



O direito à liberdade religiosa é totalmente reconhecido pela Constituição de 1993.¹ O Artigo 13 dedica bastante texto à liberdade de consciência e religião, definindo em pormenor as garantias constitucionais para o seu exercício.

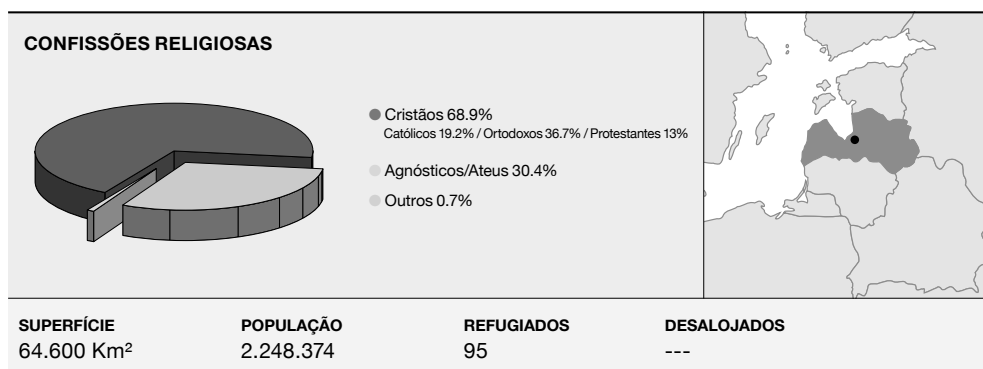
Os grupos religiosos são autorizados a funcionar sem se registarem, mas se não o fizerem perdem um leque de benefícios, em especial benefícios fiscais.

A Igreja Católica gere cerca de 600 escolas, tanto primárias como secundárias, o equivalente a um pouco menos de 40% do total, constituindo assim a principal instituição educativa do país, com mais escolas do que o Estado.

No período a que este relatório diz respeito, não foram relatadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ <http://www.wipo.int/wipolex/en/details.jsp?id=9016>

LETÓNIA



A Constituição da Letónia reconhece o direito de cada cidadão à liberdade de pensamento, consciência e religião num documento que estabelece a separação entre a Igreja e o Estado.

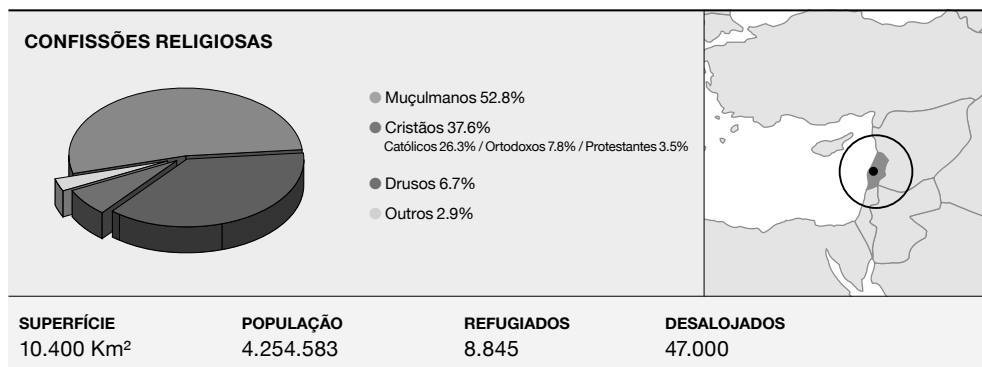
Algumas “religiões tradicionais” gozam de vantagens administrativas e fiscais, enquanto outros grupos requerem o registo não obrigatório e podem assim obter benefícios fiscais e acesso a fundos estatais.

No período considerado por este Relatório, não há relatos de violações de princípios da liberdade religiosa.

A nível institucional, o diálogo entre o Governo e os grupos religiosos foi permanentemente entregue nas mãos do Conselho Eclesial, presidido pelo primeiro-ministro e composto por representantes dos católicos, luteranos, ortodoxos, baptistas, adventistas, antigos crentes, metodistas e judeus. Além disso, para discutir questões práticas, administrativas e fiscais, o ministro da justiça criou o Conselho Consultivo para os Assuntos Religiosos em 2009, que inclui catorze grupos cristãos e representantes de judeus e do grupo local neo-pagão Dievturi.

Para o período de 2007-2011, de acordo com o quarto relatório da ECRI (Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância), aprovado a 9 de Dezembro de 2011 e publicado a 1 de Fevereiro de 2012, foram iniciados dois inquéritos sobre violação do Artigo 150 do Código Penal, que proíbe o incitamento ao ódio religioso. As sanções para os que violam os sentimentos religiosos do povo ou incitam o ódio religioso dos outros em relação à religião ou ao ateísmo têm em vista uma sentença de prisão de até dois anos, a obrigação de realizar serviço comunitário ou uma multa não superior a quarenta vezes o salário mínimo. As sentenças duplicam quando o crime envolve violência, fraude ou ameaças por parte de um grupo de pessoas contra um representante do Estado.

LÍBANO



Ao nível institucional, não houve alterações ao estatuto da liberdade religiosa ou à natureza confessional do Estado libanês.

Alguns movimentos sociais e políticos são a favor da separação total entre o Estado e a religião, o que levaria a uma remoção do estatuto confessional da instituição do Estado. No entanto, alguns líderes cristãos opõem-se a essa reforma, excepto se os muçulmanos forem alvo de uma genuína transformação cultural. O seu receio é de que essa mudança possa permitir que os muçulmanos assumam o controlo de todas as instituições do Estado e que venham a dominar a administração pública, uma vez que o seu peso demográfico é maior do que o dos cristãos.

Ainda assim, foi dado um passo em frente em direcção a um maior secularismo em 2009, quando o ministro do Interior Ziyad Baroud deu aos cidadãos libaneses o direito de deixarem de referir a sua filiação religiosa nos registos estatísticos vitais. A filiação religiosa já tinha sido retirada dos documentos de identificação imediatamente após a guerra civil de 1990, porque muitos libaneses tinham sido detidos ou assassinados com base nos seus documentos de identificação durante o conflito.

Beshara Rai, Bispo de Jbeil-Byblos, tornou-se no primeiro patriarca maronita a 15 de Março de 2011. Diversos líderes dos muitos grupos religiosos do país expressaram satisfação pela escolha. O primeiro-ministro libanês Naguib Miqati acolheu com alegria a notícia da eleição do novo bispo. Depois da sua visita à Sé Patriarcal em Bkerké, disse: “Desejamos o melhor ao novo patriarca, esperando que ele seja capaz de servir o Líbano e o seu povo e contribuir para uma maior unidade nacional, porque essa é a base da existência da nação.” Muhammad al-Sammak, conselheiro do jurisconsulto supremo do Líbano, descreveu o novo patriarca como “um pioneiro no trabalho pela unidade cristã e libanesa. Ele tem uma grande cultura ecuménica e uma grande fé na unidade cristã.”¹

Em Junho de 2011, o Patriarca Rai convocou trinta e quatro líderes políticos maronitas do partido no Governo e da oposição para discutir a separação da religião em relação à política, a “defesa” das terras cristãs, uma maior representação cristã nas instituições públicas e a promoção do bem comum para “a melhoria do país, da sociedade e do Governo”. Foi também criado um comité para promover futuros encontros.²

Uma cimeira cristã-muçulmana realizou-se a 27 de Setembro de 2011 em Dar El-Fatwa, a residência oficial do jurisconsulto supremo (Sunita) do Líbano, o Xequê Muhammad

¹ “Béchara Raï, una nuova speranza per i maroniti”, in *Zenit.org*, 23 de Março de 2011.

² “Lebanese Christians seek unity despite political differences”, in *AsiaNews*, 2 de Junho de 2011.

Rashid al-Qabbani. Os participantes concentraram a sua discussão na situação na Síria, especificamente no perigo de o país cair nas mãos de movimentos extremistas, e no que isso pode representar para a sobrevivência da comunidade cristã da Síria. O Patriarca greco-católico melquita Gregorios III Laham foi o único representante sírio. O Patriarca maronita organizou a cimeira na sequência da que foi realizada a 16 de Maio de 2011 em Bkerké, sede do Patriarcado.

O comunicado de imprensa final referiu que “a presença de cristãos no Médio Oriente é uma presença histórica e autêntica e o seu papel em diferentes países é essencial e necessário”. O comunicado focou ainda a necessidade de “proteger os movimentos emancipatórios que existem agora no mundo árabe de tendências que mudariam a sua natureza e levantariam preocupações. É necessário permanecer agarrado à natureza secular do Estado, baseada na cidadania.” Finalmente, o comunicado de imprensa referiu que “toda a interferência estrangeira nos assuntos internos da região deveria ser proibida, assim como todos os tipos de opressão e violência”.³

Numa conferência realizada a 18 de Novembro organizada pela Universidade do Espírito Santo, que é filiada na Ordem Maronita libanesa, o Patriarca maronita, Mons. Beshara Rai, falou na presença de membros do Parlamento Europeu, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, do Parlamento libanês e da Comissão das Conferências Episcopais da União Europeia. No seu discurso, incitou os participantes a terem cuidado com a “Primavera Árabe”, que ele receia que leve a “conflitos confessionais, a regimes mais duros e a uma divisão confessional da região”.

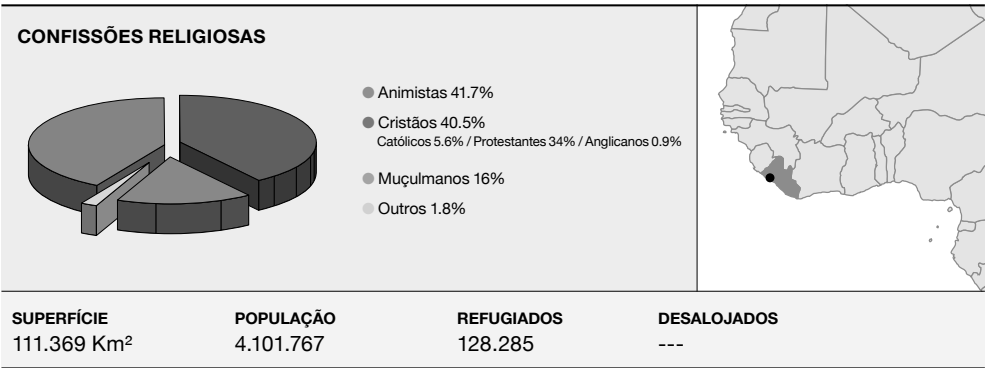
O Mons. Gabriele Caccia, Nuncio Apostólico no Líbano, esteve na conferência. No seu discurso, reiterou a vocação do Líbano para a unidade na diversidade. Embora seja “um país pequeno, pode ser comparado a um laboratório”, disse. “Num mundo que se está a tornar cada mais multicultural, multiétnico e multiconfessional, a experiência do País dos Cedros é confortante. Dá-nos força, pois mostra que um mundo que respeita a dignidade humana e a pluralidade das tradições culturais baseadas na liberdade religiosa e na liberdade de consciência não é apenas um sonho pelo qual lutar, mas também uma realidade possível que já se concretiza em parte.” Neste sentido, “A reconstrução de uma sinagoga no centro de Beirute é um sinal eloquente de esperança para um futuro no qual a paz foi finalmente alcançada”, acrescentou.

A 28 de Novembro de 2011, Bento XVI recebeu em audiência o primeiro-ministro libanês Najib Miqati. Nessa ocasião, o primeiro-ministro convidou o Santo Padre a visitar o país do Médio Oriente,⁴ viagem que o Papa realizou com grande sucesso em Setembro de 2012.

³ JPG, “Muslim-Christian Summit in Beirut on Syria: No to the Islamic Radical Drift,” *AsiaNews*, 28 de Setembro de 2011.

⁴ *Zenit.org*, 29 de Novembro de 2011.

LIBÉRIA



A Constituição de 1985 reconhece a liberdade religiosa (Artigo 14)¹ e o Estado respeita e protege esta disposição legal.

Os grupos religiosos são obrigados a registrar-se, mas o procedimento é muito rotineiro e não há relatos de pedidos que tenham sido rejeitados ou de discriminação contra estes grupos. Em geral, o registo não é exigido aos grupos religiosos tradicionais.

O Governo subsidia escolas privadas, muitas das quais são geridas por grupos cristãos ou muçulmanos.

Ainda há mortes rituais pagãs, infligidas para obter partes do corpo das vítimas para as usar em rituais tradicionais. As autoridades processam judicialmente estas mortes como assassinios.²

No período a que este relatório se refere, não houve relatos de alterações significativas, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ www.liberianlegal.com/constitution1986.htm

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

LÍBIA



A incerteza e a confusão imperam sobre o novo estatuto político-institucional da Líbia no seguimento da morte de Muamar Khadafi e da queda da República Árabe da Jamahiriyya. A confusão e a incerteza também reinam sobre a atitude do novo regime em relação aos direitos humanos. No que diz respeito à liberdade religiosa, há preocupações específicas que emergem de planos para basear a nova Constituição na lei corânica, a *sharia*.

Criou-se alguma perplexidade entre os observadores no seguimento de uma declaração do líder do Conselho Nacional de Transição, Mustafa Abdul Jalil. Num discurso em Benghazi, a 23 de Outubro de 2011, Jalil disse: “Enquanto país islâmico, adoptámos a *sharia* islâmica como principal fonte das nossas leis. Consequentemente, todas as leis em conflito com os princípios da *sharia* serão consideradas ilegais.” Numa tentativa de tranquilizar a comunidade internacional, Jalil explicou que o seu objectivo é adoptar leis islâmicas que restrinjam as taxas de juro e suprimam a proibição dos casamentos polígamos.¹

Um dos cortes com o passado recente do país consiste em a Líbia estar supostamente a preparar-se para permitir a criação, as actividades e a vida política de partidos baseados em ideais religiosos, tribais ou étnicos. A proibição desses partidos políticos, anunciada uma semana antes por Salwa Al-Dgheily, membro do Conselho Jurídico do Governo de Transição, foi retirada.²

No início de Março de 2012, foi noticiado um episódio de intolerância religiosa contra cristãos e judeus. O Cemitério de Guerra da Commonwealth em Benghazi, onde estão sepultados soldados britânicos e dos países da Commonwealth que morreram na II Guerra Mundial, foi profanado por uma multidão enfurecida que pretendia vingar-se na sequência da alegada profanação de várias cópias do Corão por tropas norte-americanas no Afeganistão. Vários crucifixos e uma Estrela de David em lápides foram destruídas, enquanto a multidão gritava slogans contra os “infiéis” destruindo o crucifixo à entrada do cemitério.³

Actos semelhantes foram perpetrados a 13 de Janeiro, uma vez mais em Benghazi, onde os túmulos de vários homens sábios e académicos pertencentes a irmandades sufis foram atacados por extremistas salafitas, que exumaram os corpos e ao mesmo tempo destruíram uma escola sufi.⁴

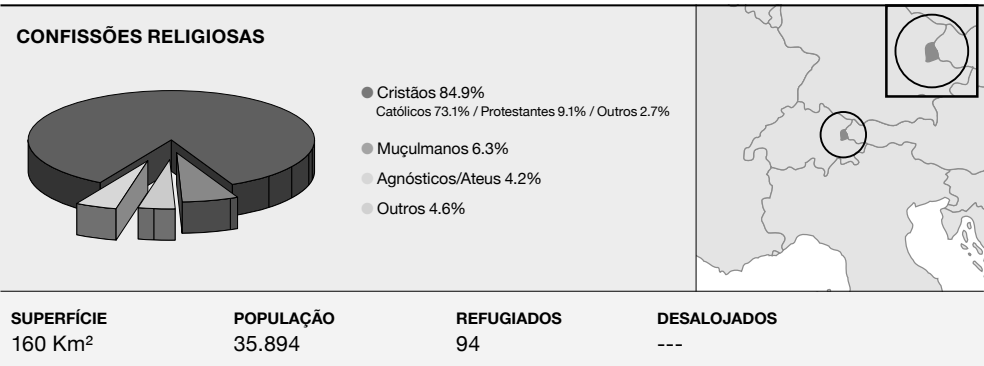
¹ CNN, 26 de Outubro de 2011

² Agência Reuters, 3 de Maio de 2012

³ Daily Mail, 6 de Março de 2012

⁴ Reuters Africa, 1 de Fevereiro de 2012

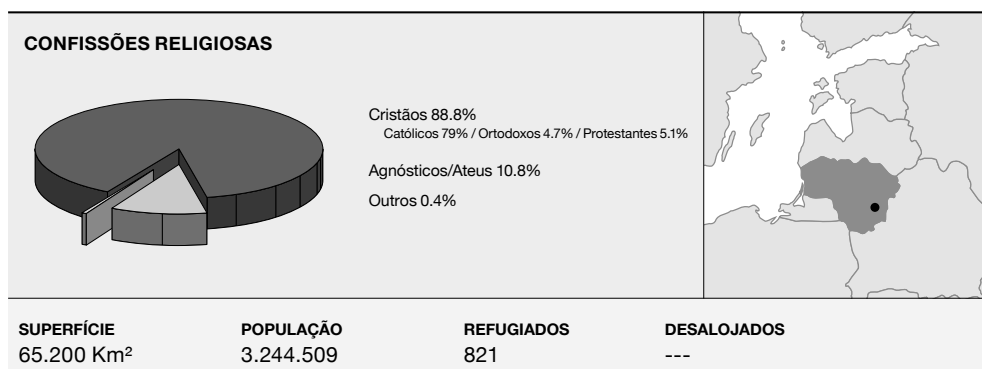
LIECHTENSTEIN



De acordo com a Constituição do Principado, a Igreja Católica é a Igreja nacional (Artigo 37.2) e, como tal, beneficia da protecção total do Estado. No entanto, todas as comunidades religiosas beneficiam de total liberdade de organização e acção (Artigo 37.1 e 2).

Não ocorreram mudanças institucionais significativas ou incidentes expressivos relativamente à questão da liberdade religiosa durante o período de tempo considerado.

LITUÂNIA



A Constituição de 1992¹ da República da Lituânia garante total liberdade religiosa (Artigo 26) de forma muito detalhada, chegando ao ponto de garantir aos pais e tutores legais o direito constitucional de cuidarem da educação religiosa dos seus filhos e das crianças a seu cargo como acharem melhor.

O Artigo 43 reconhece as “Igrejas e organizações religiosas que são tradicionais na Lituânia”, as quais “têm os direitos de uma pessoa legal”. Podem receber financiamento público para as suas actividades e são livres de ensinar e de criar as suas próprias escolas. O mesmo artigo define que “não haverá religião do Estado”.

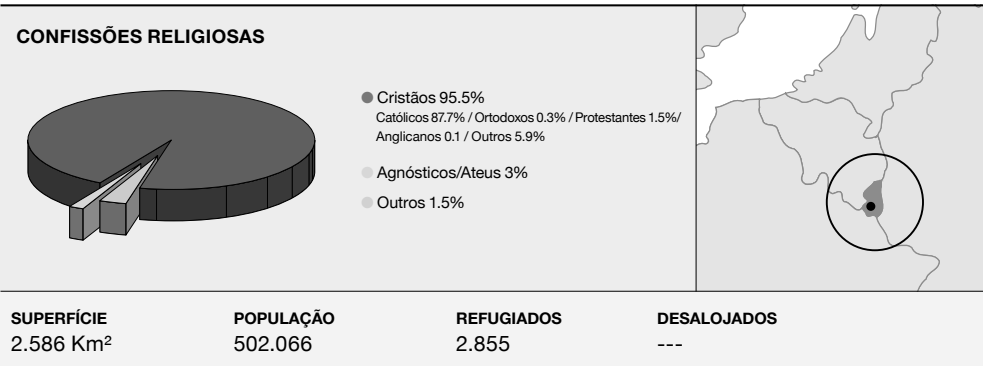
As Igrejas e grupos religiosos presentes na Lituânia há pelo menos 300 anos são definidos como “religiões lituanas tradicionais” para fins de implementação dos princípios constitucionais.

A prática religiosa é também protegida por lei de todas as formas de discriminação, incitamento ao ódio religioso e interferência em cerimónias religiosas. Todas as formas de discriminação com base em crenças religiosas são penalizadas.

No período a que este relatório diz respeito, não foram relatadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ <http://www3.lrs.lt/home/Konstitucija/Constitution.htm>

LUXEMBURGO



A Constituição de 1868, no seu Artigo 19º, garante tanto a liberdade religiosa como a de culto público e, por conseguinte, também o direito a expressar as opiniões religiosas pessoais, excepto quando são cometidas ofensas no exercício de tal liberdade. Ao mesmo tempo, ninguém pode ser forçado a tomar parte, seja de que forma for, nos actos e cerimónias de uma religião ou a respeitar os seus dias de descanso.

O casamento religioso não tem nenhum estatuto legal e deve, segundo a lei, ser celebrado depois da cerimónia civil.

A Concordata Napoleónica com a Santa Sé, datada de 1801, ainda se encontra em vigor, embora complementada e alterada por disposições constitucionais e outras emendas posteriores. Além da Igreja Católica, três outras religiões são reconhecidas pelo Estado: a religião judaica, as Igrejas protestantes e a Igreja Ortodoxa russa, sendo os seus ministros apoiados pelo Estado.

O Artigo 22º, que regula as relações entre o Estado e a Igreja, estabelece que “a intervenção do Estado na nomeação e tomada de posse dos líderes religiosos, o modo de nomeação e de demissão de outros ministros da religião, o direito de qualquer um deles a se corresponder com os seus superiores e a publicar os seus actos e decisões, assim como as relações da Igreja com o Estado devem ser o objecto de convenções a serem submetidas à Câmara de Deputados para as disposições que governam a sua intervenção”.

Nas escolas estatais existe a opção de escolher entre a instrução religiosa católica ou aulas sobre ética.

Não há nenhum relato de mudanças institucionais significativas ou incidentes relativos à questão da liberdade religiosa durante o período sob análise.

MACEDÓNIA



Legislação

O Artigo 19 da Constituição macedónia garante a liberdade religiosa, o direito a expressar a religião em público e a praticá-la individualmente ou em conjunto com outros. O artigo afirma ainda que a Igreja Ortodoxa macedónia e outras comunidades religiosas são livres de criar escolas e realizar trabalho social e caritativo.¹

Uma lei antidiscriminação que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2011 proíbe qualquer forma de discriminação, incluindo a discriminação baseada na fé religiosa.

Para obter estatuto legal, as comunidades religiosas devem registar-se, mas os grupos não registados são autorizados a funcionar livremente.

Tem havido queixas por parte de grupos minoritários em relação a dificuldades de registo que o Governo lhes impõe.

A Igreja Ortodoxa macedónia, que proclamou a sua independência da Igreja Ortodoxa sérvia, é a única Igreja Ortodoxa registada oficialmente, mas a sua natureza autónoma não foi reconhecida pelas outras Igrejas Ortodoxas. A maior parte dos macedónios ortodoxos são membros desta congregação religiosa, enquanto a maioria dos muçulmanos, que são membros da comunidade islâmica da Macedónia, são de origem étnica albanesa.

Conflito étnico-religioso

O conflito étnico entre os macedónios e os albaneses, que desencadeou lutas abertas em 2001, assumiu com frequência um carácter religioso.

Por exemplo, a meio de Janeiro de 2012, durante o Carnaval Vevcani, o mais famoso na Macedónia, máscaras consideradas ofensivas para o Islão desencadearam revoltas étnico-religiosas nos dias que se seguiram, com a destruição de uma cruz de madeira na igreja de uma vila.

A igreja da aldeia de Labunitsa foi incendiada no final de Janeiro, mas salva pela intervenção atempada dos aldeãos.²

Restituição de propriedades apreendidas

Mesmo que a maior parte das igrejas e mesquitas, que foram confiscadas pelo Governo da antiga Jugoslávia, tenha sido devolvida aos seus legítimos proprietários, o problema não ficou totalmente resolvido. Muitas comunidades religiosas não obtiveram a restituição dos bens que lhes foram confiscados. Algumas apenas receberam uma

¹ <http://makedonija.name/government/constitution-of-macedonia>

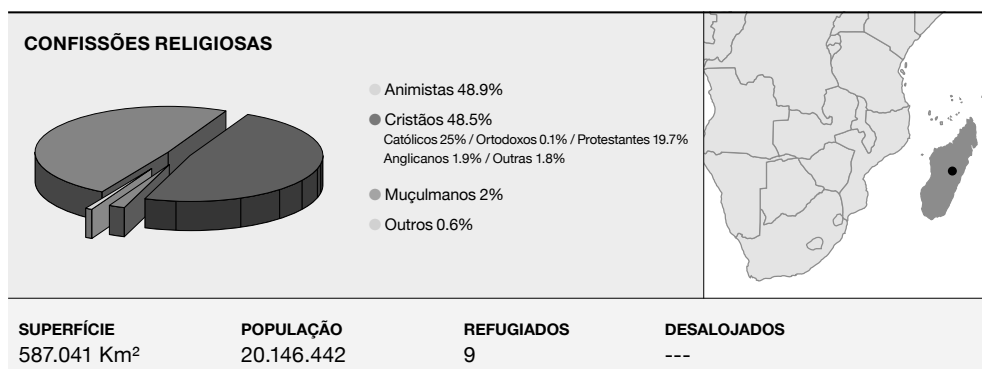
² Observatório dos Balcãs e do Cáucaso – www.balcanicaucaso.org, 16 de Fevereiro de 2012

parte dos bens. A gestão é complicada pelo facto de os bens terem sido muitas vezes vendidos a privados ou terem sido alterados tão estruturalmente que já não podiam ser usados como locais de culto.

Muitos grupos religiosos são também críticos dos processos burocráticos complicados por que têm de passar para obter as autorizações necessárias para construir novos locais de culto ou alargar os que já existem.³

³ Departamento de Estado Norte Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

MADAGÁSCAR



A 14 de Novembro de 2010 foi aprovada uma nova Constituição.¹ A Constituição define, no Artigo 3, o Estado secular e, no Artigo 4, a separação entre religião e Estado, proibindo qualquer interferência mútua. O Artigo 13 garante liberdade religiosa para todos os cidadãos.²

Todos os grupos religiosos devem registar-se no Ministério do Interior e devem ter pelo menos 100 membros que sejam cidadãos malgaxes. O reconhecimento dá à organização o estatuto legal autónomo, permitindo-lhe possuir propriedades e receber donativos.

Os grupos que não obtenham o registo do Ministério do Interior podem, contudo, ser registados como associações, embora isto não lhes permita receber ofertas e donativos, ou ter funções religiosas, dando-lhes apenas o poder de realizar actividades sociais. No entanto, de acordo com dados governamentais, há centenas de grupos religiosos que realizam as suas actividades sem qualquer tipo de reconhecimento, nem mesmo como simples associações.

As principais confissões religiosas cristãs e Igrejas estão agrupadas no Conselho de Igrejas Cristãs de Madagáscar (*Fiombonan'ny Fiangonana Kristianina eto Madagasikara* ou “FFKM”).

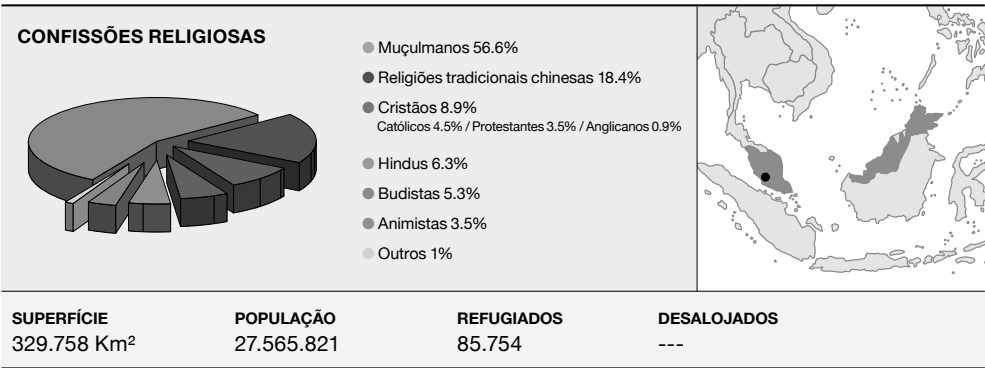
Ocasionalmente são apresentadas acusações de discriminação religiosa, em geral da parte de muçulmanos que acreditam que foram tratados de forma desigual em escolas, hospitais ou no local de trabalho.³

¹ Reuters, 22 de Novembro 2010

² [http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/MG madagascar-2010-constitution-2011-french/view](http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/MG%20madagascar-2010-constitution-2011-french/view)

³ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

MALÁSIA



Em princípio, a Constituição da Malásia valida a secularidade do Estado e, no Artigo 11, protege e garante o direito inviolável à liberdade religiosa. No entanto, o Islão permanece como religião oficial e existe um sistema judicial duplo que legaliza os tribunais islâmicos e lhes disponibiliza um leque alargado de poderes, permitindo-lhes intervir em diversos sectores. Em teoria, os tribunais islâmicos estão autorizados a incluir os cidadãos não muçulmanos. Os juízes podem decidir sobre questões relativas ao casamento, heranças, divórcios e a custódia dos filhos, bem como sobre ritos funerários e outros factores que acabam por afectar os não muçulmanos, causando confrontos inter-religiosos. A Carta fundamental do Estado define um conjunto de restrições sobre a prática da própria fé, que, acrescentadas às leis ordinárias e às políticas repressivas, acabam por restringir a liberdade religiosa, por vezes de forma clara e em massa, em especial para as crenças consideradas como “heréticas” pelo Islão oficial. Ao todo há cinquenta e seis versões da fé muçulmana que são consideradas como “desviantes” e, de acordo com as autoridades, também são uma ameaça à “segurança nacional” e poderão dividir a comunidade islâmica. Os grupos proibidos incluem os ahmadi, os islamailahs, os xiitas e os bahá’ís.

Restrições legais à liberdade religiosa

A Constituição reserva ao Governo federal e aos governos dos diversos estados no país o poder de “controlar ou restringir a propagação de diferentes doutrinas e confissões religiosas entre os que professam a religião islâmica”. Descreve igualmente o grupo étnico malaio como muçulmano. Os tribunais civis passam habitualmente aos tribunais islâmicos todos os casos relativos a conversões do Islão, que a *sharia* não está inclinada a julgar favoravelmente. Os muçulmanos não estão autorizados a converter-se a outra fé, mas o oposto é autorizado. Os representantes estatais das administrações centrais e locais controlam todas as actividades religiosas e por vezes influenciam o conteúdo dos sermões para espalhar mensagens políticas e também para impedir que alguns imãs falem publicamente em locais de culto.

Permanece uma tendência para considerar o Islão acima de todas as outras religiões reconhecidas pela lei.

As minorias são geralmente livres de prestar culto, embora nos últimos anos tenha havido um aumento do número de relatos sobre um movimento gradual dos tribunais civis para os tribunais islâmicos. Especificamente, este fenómeno diz respeito à lei da família e a controvérsias nas quais um muçulmano e um não muçulmano constituem as partes envolvidas. As minorias ainda vivem restrições à liberdade de expressarem a

sua fé e prestarem culto, bem como restrições em explorar propriedades e bens. Estas restrições incluem publicações cristãs em língua malaia, com os casos controversos a envolverem o uso da palavra “Alá” para descrever o Deus cristão, e a proibição de todas as confissões religiosas de realizarem proselitismo dentro da comunidade islâmica. Os relatos indicam que ainda há abusos e discriminação baseados em crenças religiosas, na religião professada ou em actos de culto.

Finalmente, no que diz respeito a festividades tradicionais e dias de descanso, embora entre crescente controvérsia, o domingo, que é tradicionalmente associado ao Cristianismo, permanece como o dia oficial de descanso nos territórios federais e em dez dos treze estados do país, apesar do que acontece em países muçulmanos do Médio Oriente. Há excepções, como por exemplo os estados de Kedah, Kelantan e Terengganu, onde o fim-de-semana ocorre às sextas-feiras e sábados. Há muitas festividades que são oficialmente reconhecidas e celebradas, incluindo as festividades muçulmanas de Hari Raya Puasa, Hari Raya Haji e o aniversário do nascimento de Maomé, a festividade budista de Wesak, as festividades hindus de Deepavali e Thaipusam, o Natal cristão e a Sexta-feira Santa nos estados de Sabah e Sarawak.

Relações diplomáticas entre a Santa Sé e a Malásia

Em relação à comunidade católica, o acontecimento mais significativo de 2011 foi o estabelecimento de relações diplomáticas entre a Santa Sé e Kuala Lumpur, oficializadas a 27 de Julho, uns dias após a visita do primeiro-ministro Najib Bin Abdul Razak ao Vaticano. A Santa Sé e a Malásia, “desejosas de promover laços de amizade mútua, acordaram em conjunto estabelecer relações diplomáticas. O anúncio feito hoje pelo Vaticano confirmou que as relações diplomáticas foram estabelecidas a 18 de Julho durante a visita do primeiro-ministro Najib Razak Bin Abdul a Bento XVI, e afirma que a relação vai ser ao mais alto nível, com um Núncio Apostólico da Santa Sé e uma Embaixada da Malásia.”

Uma declaração emitida nessa ocasião referiu “conversas cordiais” nas quais “os desenvolvimentos positivos nas relações bilaterais foram mencionados e foi acordado estabelecer relações diplomáticas entre a Malásia e a Santa Sé”.

No momento em que as relações se tornaram oficiais, a agência noticiosa *Fides* falou com o P. Lawrence Andrew, sj, sacerdote em Kuala Lumpur e antigo editor do *Herald Malaysia*, o semanário digno de crédito publicado pela Arquidiocese da capital. O P. Lawrence confirmou que ter um núncio apostólico em Kuala Lumpur poderá ter consequências muito positivas para a Igreja e para toda a comunidade cristã, porque “a comunicação entre o Governo e a Igreja vai melhorar. Além disso, para nós cristãos é uma oportunidade de nos tornarmos visivelmente numa grande ‘faixa moral’, um ponto de referência para a moralidade, para propagar e defender valores, para combater a corrupção, o abuso e outros males que afligem a vida nacional.” A Igreja, acrescentou, “vai continuar, tal como dantes, representando a verdade, defendendo os direitos básicos, como por exemplo a dignidade humana e a liberdade religiosa” e desta forma vai contribuir para “o desenvolvimento deste país”. O P. Lawrence também destacou que a maior parte das questões correntes permanecem sobre a mesa, incluindo o uso da palavra Alá por não muçulmanos, a liberdade de ter Bíblias a circular, a batalha para eliminar a pena de morte e o respeito pela liberdade e pelos direitos humanos básicos sem discriminação.

Igreja e ONGs opõem-se à pena de morte para jovem católica deficiente

No final de Julho, a coluna *Vatican Insider* no jornal diário italiano *La Stampa* falou do compromisso mostrado pela Igreja e por várias ONGs para salvarem uma jovem católica de origem indonésia que arriscava a pena de morte. Wilfrida Soik está actualmente detida numa prisão malaia, acusada de ter morto o seu patrão, um crime pelo qual pode ser condenada à morte. Muitas ONGs na Indonésia e na Malásia, bem como a Igreja Indonésia de Atambua (a diocese a oeste da ilha de Timor, de onde a jovem é originária), tomaram medidas para defender a jovem. Este caso apresenta diversas ambiguidades e torna-se mais grave pelo facto de a jovem ser deficiente mental e no passado ter sido vítima de tráfico humano. A Igreja Católica de Atambua, graças à intervenção pessoal do Bispo, Mons. Dominikus Saku, relatou o caso à Comissão de Direitos Humanos da Indonésia e trabalhou para que Wilfrida seja perdoada e possa regressar a casa.

Falando sobre este assunto à agência noticiosa *Fides*, o advogado católico sediado em Kuala Lumpur Charles Hector Fernandez, Director da organização Malaio Contra a Pena de Morte e a Tortura (MADPET), garantiu que a sua associação iria “fazer tudo o que é possível para ajudá-la. Explicou igualmente: “Segundo a lei malaia, nos casos de assassinio, o juiz é obrigado a decidir pela pena de morte. Esta é uma das questões com as quais estamos mais comprometidos e pedimos que esta lei seja revista, para que o juiz possa pelo menos ter o poder de escolha de aprovar a pena de prisão perpétua quando há circunstâncias mitigadoras.”

Católicos, entre a luz e as sombras

Numa entrevista publicada em Agosto pelo jornal *Free Malaysia Today*, o Bispo católico de Malaca-Johor, Paul Tan Chee, sj, acusou os políticos malaio de fomentarem o ódio inter-religioso, opondo-se ao que os cidadãos comuns sentem e crêem, pois eles não desejam que haja quaisquer divisões baseadas na religião. A controvérsia relativa ao uso da palavra “Alá” para descrever Deus na Bíblia, a proibição de haver Bíblias publicadas em língua local e a alegada conspiração cristã para enfraquecer o estatuto do Islão no país são tudo questões que causaram problemas entre cristãos e o Governo. O Bispo também mencionou um acontecimento recente envolvendo conflito inter-religioso que ocorreu na semana anterior à declaração à imprensa e que envolveu o Departamento Religioso Islâmico de Selangor (JAIS) a invadir uma igreja com base num relato que afirmava que inúmeros muçulmanos estavam a participar num jantar que aí estava a ser realizado.

Embora este raide tenha resultado em críticas de diversas partes, o director dos Assuntos Religiosos Estatais, Hasan Ali, afirmou que os cristãos estavam a realizar proselitismo junto dos muçulmanos. O Mons. Paul Tan Chee relatou à *AsiaNews*: “A questão é extremamente simples. Se as acusações forem confirmadas, vou fazer tudo o que puder para corrigir a situação e pedir desculpa. Caso estas alegações não sejam confirmadas, exijo que elas sejam retiradas com um pedido de desculpas.” Comentando a declaração feita pelo director do JAIS, Marzuki Hassan, que afirmou que o raide tinha por objectivo proteger os interesses dos muçulmanos, o Bispo respondeu: “Acredito que os interesses dos muçulmanos estariam mais bem protegidos se os seus representantes dissessem a verdade sem apresentarem hipóteses alarmistas.” O Bispo acrescentou igualmente: “Se alguém quiser partilhar as nossas crenças, não hesitaremos, porque acreditamos que a fé pode ser proposta mas não imposta.” Finalmente, de acordo com o Mons. Paul Tan, os políticos são responsáveis por muitas controvérsias que recentemente envolveram a

fé cristã. “Isto deve-se a manipulações e duplicidade dos políticos na procura de votos à custa dos crédulos e dos ignorantes”, disse o Bispo.

Umás semanas mais tarde, a meio de Setembro, a página de Internet *Ucanews* relançou a declaração emitida pela Sociedade de Advogados Católicos da Malásia, que acolheu, favorável mas prudentemente, os planos do Governo dirigidos à abolição da controversa Lei da Segurança Interna, que entre outras disposições legais também prevê a possibilidade de detenção sem julgamento. O primeiro-ministro Najib Razak destacou que a alteração vai ser aprovada pelo Parlamento no futuro próximo e de acordo com o presidente da Sociedade de Advogados Católicos esse é um passo na direcção certa, “porque no passado esta lei foi explorada para silenciar os dissidentes. Está na hora de o Governo abolir esta lei draconiana e todas as leis que violam os direitos humanos, a liberdade de pensamento e a liberdade religiosa.”

O dia 30 de Novembro, Dia de Santo André, foi um dia festivo para toda a comunidade católica malaia, que celebrou a ordenação de Andrew Wong, de 43 anos, originário de Ipoh e membro da Congregação dos Discípulos do Senhor, como noticiou o *Herald Malaysia*, destacando o facto de os que não conseguiram lugar na igreja terem acompanhado a cerimónia num ecrã colocado no exterior. A última ordenação na paróquia de St. Michael tinha ocorrido vinte e dois anos antes, quando o P. Michael Cheah foi ordenado.

A missa em duas línguas foi celebrada pelo Bispo de Penang, Mons. Antony Selvanayagam, e concelebrada pelo P. Philip Tan Chong Men e pelo pároco da paróquia de St. Michael, Mons. Stephen Liew. Participaram quarenta e nove sacerdotes na cerimónia, além de muitos monges e religiosas.

Uns dias antes do Natal, contudo, surgiu um caso envolvendo uma violação da liberdade religiosa, noticiado pela agência noticiosa *Fides*. A 15 de Dezembro, duas igrejas de Klang, um subúrbio de Kuala Lumpur, receberam uma informação da polícia solicitando os nomes e detalhes dos que iam cantar cânticos de Natal, porque, na sua opinião, era necessária autorização da polícia antes de poderem cantar cânticos de Natal nas igrejas e em casa. Os crentes responderam afirmando que estas exigências eram “absurdas e inadmissíveis”. “Esta é uma interpretação restritiva das normas existentes”, disse um porta-voz católico, “que dizem respeito a actividades de culto e liberdade religiosa. A polícia está totalmente confundida e, após protestos de cristãos, os representantes do Governo já negaram a necessidade dessas autorizações.” O Mons. Paul Tan Chee Ing, Bispo de Malaca-Johor e presidente da Conferência Episcopal, afirmou que estas restrições tornarão o país “praticamente num estado policial” se a polícia continuar com estas exigências burocráticas.

Especialistas em política malaia acreditam que por detrás deste tipo de acontecimento estão motivações políticas e eleitorais. O primeiro-ministro Najib Razak tinha criado esperanças na sociedade civil em relação à inauguração de uma nova era de reformas com a sua decisão de abrogar uma série de leis muito detestadas, como por exemplo a Lei de Segurança Interna (*Internal Security Act - ISA*), introduzida pela Malásia após a independência em relação à Grã-Bretanha em 1957. Tal como prometido pelo Governo, este documento deveria ter sido substituído por uma nova lei em 2011, criada para alinhar a Malásia com os regulamentos internacionais. O Governo tinha feito afirmações para tranquilizar os cidadãos após protestos de rua organizados pelo movimento Bersih 2.0 (que significa “limpeza”), registado em Kuala Lumpur em Julho passado, que tinham exigido “transparência e direito”. Pelo contrário, uma nova proposta de lei chamada Lei

da Reunião Pacífica, que regulamenta o direito a reunir e protestar e foi aprovada pela Câmara Baixa, dá ao Governo mais poder para aplicar controlos preventivos e dar mais autoridade à polícia. Resultou em protestos da sociedade civil e também de minorias religiosas pertencentes ao Conselho Consultivo malaio do Budismo, Cristianismo, Hinduísmo, Sikhismo, Hinduísmo e Taoísmo. Esta disposição legal afirma especificamente que “as localizações nas quais não sejam autorizados encontros não vão ter autorização para incluir locais de culto”. De acordo com Teresa Mok, secretária-geral do Partido Acção Democrática, estas novas normas são “um abuso de poder por parte das autoridades” e “uma tentativa de violar a liberdade religiosa”.

Discriminação anticristã

Entre perseguições abertas e pequenos episódios de abuso e alienação, a comunidade cristã da Malásia é testemunha da sua fé com coragem e determinação.

Em Março de 2011, voltaram a surgir controvérsias relativas à publicação da Bíblia em malaio, embargada pelo Governo devido à controvérsia de longa data, arrastada nos tribunais durante anos em casos ganhos pelos cristãos, relativamente ao uso da palavra “Alá” para descrever Deus. A maior organização cristã local tomou uma posição dizendo que estava “cansada” da recusa do Governo em autorizar a distribuição de uns milhares de Bíblias. A organização acredita que isto é uma afronta à liberdade religiosa. É um protesto bastante raro e no qual se envolveu a Federação Cristã da Malásia. É também um sinal da crescente impaciência com esta questão vivida pelas minorias religiosas. O presidente da Federação, o Bispo Ng Moon Hing, afirmou que as autoridades estavam a embargar 30.000 exemplares da Bíblia publicados em malaio num porto da ilha de Bornéu. Esta é a última tentativa feita por cristãos para importar Bíblias, em particular da Indonésia; todas as tentativas anteriores falharam, ao mesmo tempo que não há quaisquer problemas com as edições em inglês. Em Dezembro de 2009, um tribunal tinha decidido que os cristãos têm o direito constitucional de usar a palavra “Alá”. O presidente recorreu da sentença, mas não foi estabelecida nenhuma data para a audiência. Em Janeiro de 2010, a decisão do tribunal tinha causado tensão temporária e a raiva de extremistas muçulmanos. Onze igrejas foram atacadas. A Igreja Católica voltou a imprimir um dicionário de Latim-Malaio com 400 anos para provar o uso antigo da palavra “Alá” no sentido cristão nesse país.

A discriminação não só envolve os textos religiosos como, num país com uma larga maioria muçulmana, as mulheres são igualmente vítimas de intolerância social e religiosa. Em Março de 2011, a página de Internet *Persecution.org* contou a história de uma advogada cristã que não tinha obtido autorização para praticar advocacia em tribunais muçulmanos que aplicam a *sharia*. Victoria Jayaseele Martin disse que desejava poder representar não muçulmanos envolvidos em processos em tribunais islâmicos, para garantir que eles seriam defendidos de forma justa e também porque um número crescente de casos nestes tribunais também envolvem não muçulmanos. A Malásia tem dois sistemas paralelos, um sistema “secular” que aplica a lei a cidadãos não muçulmanos e o sistema da *sharia* que decide questões relativas à maioria muçulmana no país.

Victoria lutou em tribunal contra a decisão do Conselho Religioso de que todos os advogados nos tribunais islâmicos deveriam ser muçulmanos. No entanto, um juiz no Tribunal de Kuala Lumpur decidiu contra ela. A advogada acredita que esta sentença é inconstitucional e vai recorrer para um tribunal superior. Na Malásia, o sistema judicial

islâmico concentra-se em questões de família como a poligamia, o divórcio e a guarda dos menores. Em 2010, o presidente malaio admitiu juízas nos seus tribunais islâmicos pela primeira vez, aceitando um pedido apresentado pela organização *Sisters in Islam*.

No início de Abril terminaram os processos em tribunal sobre as Bíblias, tal como confirmado pela *AsiaNews* que noticiou a decisão tomada pelo Governo de Kuala Lumpur de autorizar a importação e publicação de Bíblias em todas as línguas. As autoridades garantiram aos cristãos que não serão necessárias marcas ou números de série em Bíblias importadas. Estas decisões fazem parte de uma solução de dez pontos para a controvérsia sobre as Bíblias em língua malaia. O Governo anunciou que as importações não vão ser sujeitas a quaisquer condições, nem o vai ser a publicação local da Bíblia em Sabah e em Sarawak, reconhecendo assim as grandes comunidades cristãs presentes nestes estados. No entanto, haverá uma condição para as Bíblias importadas para a península malaia ou publicadas localmente. Estas Bíblias terão de ter uma cruz na capa e as palavras “publicação cristã”. Esta decisão tem em conta os interesses da comunidade islâmica maioritária do país. O Governo também anunciou que não haverá proibições ou restrições impostas aos que viajam entre Sabah e Sarawak e a península malaia transportando as suas Bíblias. O Ministério do Interior emitiu uma directiva sobre a Bíblia confirmando esta situação e os representantes governamentais que não a apliquem serão sujeitos a medidas disciplinares. O Governo também autorizou os importadores a ficarem com 35.100 Bíblias embargadas em Kuching e Port Klang sem qualquer custo.

No entanto, no mesmo mês, a página de Internet *Persecution.org* noticiou as declarações de uma organização extremista muçulmana que representa vinte grupos diferentes e que tinha declarado *jihad* contra os “extremistas cristãos” que desafiam e insultam o Islão. Estas ameaças são uma vez mais causadas pela questão de longa data da Bíblia em língua malaia, com as suas publicações a serem descritas pelos extremistas como um crime inadmissível e imperdoável. O porta-voz do grupo jihadista acrescentou que os cristãos estão a começar a organizar um “desafio” ao Estado islâmico, que poderá levar ao seu desmantelamento e à perda de soberania.

Contudo, a 25 de Maio, o jornal diário *Malaysian Insider* noticiou as afirmações de diversos líderes muçulmanos que acreditam que os cristãos e outras minorias religiosas foram tratados com excessivo favorecimento e que os seus direitos deveriam ser “revisitos”. Um dos líderes da organização extremista *Da'wah Foundation Malaysia* (Yadim) também exigiu a “deportação” de não muçulmanos que não respeitem o “pacto social” e fez pressão para salvaguardar os interesses muçulmanos. Uma declaração semelhante surgiu dois meses mais tarde, a 22 de Julho, quando a *AsiaNews* noticiou um discurso feito no dia anterior na conferência da *Islamic Understand Malaysia* (IKIM) por uma personalidade islâmica malaia importante, Mohd Sani Badron, que voltou a incendiar a controvérsia relativa à tradução da Bíblia para a língua local e a palavra usada para descrever a divindade, dizendo que o uso da palavra “Alá” para descrever o Deus dos cristãos deve parar, pois pode causar a ira islâmica.

O ataque do académico islâmico surgiu uns dias depois do encontro histórico entre o primeiro-ministro malaio Datuk Seri Najib Razak e o Papa Bento XVI. No seu documento intitulado “Kontroversi Nama Khas ‘Allah’ Dalam Konteks Pluralisme Agama”, Badron, director de Estudos Económicos e Sociais, disse que “a má tradução da palavra ‘Deus’ como ‘Alá’ na Bíblia malaia deve ser abandonada, porque apresenta erradamente as duas religiões como sendo iguais”. “A tradução de ‘Deus’ como ‘Alá’ é um erro grave,

o nome deve ser traduzido correctamente... nós interpretamos não só a palavra mas o significado e esse significado está errado e é desadequado.” Acrescentou igualmente: “Tanto quanto diz respeito ao significado, a palavra correcta para ‘Deus’ no Cristianismo é ‘Tuhan’ e a palavra ‘Senhor’ também é ‘Tuhan’, não ‘Alá’”.

A controvérsia em torno das conversões tornou-se numa questão nacional em meados de Outubro, tal como se afirma num artigo do *Malaysian Insider* que noticia que o Jurisconsulto Supremo de Perils, Dr. Junanda Jaya, quando questionado pela imprensa, descreveu como “ilógicas” as proclamações segundo as quais mais de 250.000 muçulmanos malaio tinham renegado a sua fé. De acordo com o líder religioso, todo o proselitismo deve ser impedido e as notícias das conversões não devem ser publicitadas, porque o assunto é demasiado “sensível” e pode destruir a imagem do país que o apresenta como sendo “incapaz de defender os seus fiéis”. Os líderes muçulmanos, em colaboração com associações de jovens e movimentos extremistas, organizaram um protesto de rua para o final de Agosto, solicitando a participação de um milhão de pessoas para defenderem a integridade do Islão na Malásia.

A 1 de Dezembro, o principal jornal católico do país, o *Herald Malaysia*, noticiou as queixas de inúmeros pais cristãos em zonas rurais em Sarawak, cujos filhos tinham regressado da escola a recitar orações muçulmanas. Falaram de uma “tentativa subtil” de inculcar nestas crianças os ensinamentos e ditames do Islão, de modo a convertê-las. “Muitas zonas agrícolas”, disse um dos pais, “têm uma grande maioria cristã e este problema começa a ser um problema grave.” A lei estabelece que os professores que professam uma religião diferente da dos seus alunos não devem fazer proselitismo ou revelar intencionalmente as suas crenças aos alunos.

Muçulmanos e extremismo

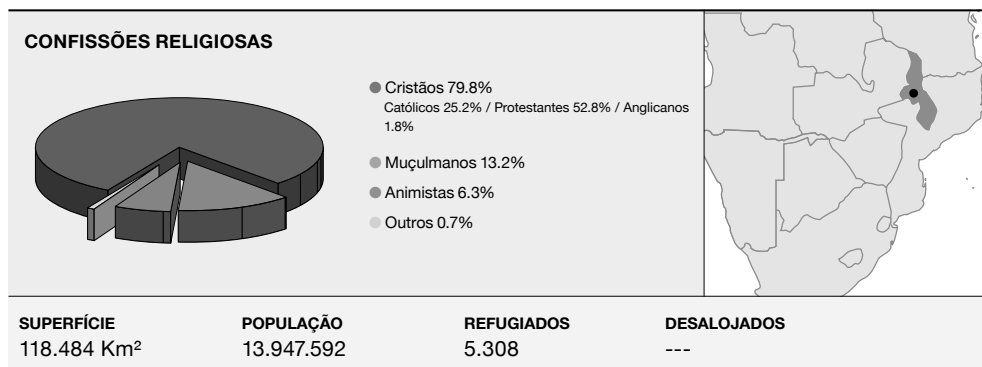
Também na Malásia a visão extremista do Islão acaba por afectar as pessoas e as celebrações compreendidas como um “símbolo do Ocidente” ou de moralidade corrupta. Estes também incluem o dia que celebra o amor, descrito como a “armadilha” de S. Valentim, que é considerado como sendo contra os princípios muçulmanos. Durante os dias que precederam o 14 de Fevereiro de 2011 e no próprio dia, a comunidade cristã realçou o facto de se tratar de um evento comercial e não estar ‘ligado’ à religião, não devendo tornar-se numa desculpa para protestos “hostis”. Num *talk-show* chamado “Dia de S. Valentim: proibido pelo Islão”, também colocado no YouTube, líderes muçulmanos avisaram os jovens para que não celebrassem a festividade. O Governo desempenhou igualmente um papel fundamental na campanha contra a “armadilha” do Dia de S. Valentim, enquanto em muitos hotéis do país foram levados a cabo controlos para prevenir que os casais tivessem “casos extramatrimoniais”. Esta campanha data de 2005, quando foi emitida uma *fatwa* contra os apaixonados. A ala da juventude do partido da oposição *Pan-Malaysian Islamic Party* promoveu a repressão e a intervenção na presença de “actividades imorais”. No entanto, nem todos os muçulmanos concordam com a repressão. O músico de 40 anos Akmal Arrifin considera que é uma atitude ‘tribal’ proibir a sua celebração e avisou que o Islão ‘moderno’ não pode dar-se ao luxo desse tipo de repressões.

No final de Janeiro de 2012, tal como noticiado pela *AsiaNews*, o extremismo religioso também se voltou contra um poeta saudita considerado “blasfemo” e por isso detido pelas autoridades malaio e extraditado para Jedá, onde arrisca a pena de morte. O poeta e

autor saudita Hamza Kashghari tinha abandonado o seu país para evitar as ameaças e o mandado de prisão emitido pelos juízes em Riade que o acusaram de ter ofendido o Profeta Maomé. Foi detido em Kuala Lumpur e extraditado para a Arábia Saudita, onde vai ser presente a tribunal por desprezo da religião islâmica. O jovem foi obrigado a fugir do seu país no seguimento da controvérsia causada por diversos textos colocados no Twitter relativos a Maomé que foram considerados ofensivos.

Foi detido enquanto tentava organizar uma viagem para um país que pudesse dar-lhe asilo, mas as autoridades malaias prenderam-no e deportaram-no, apesar do facto de não haver acordos específicos entre os dois países. O elemento principal na base da decisão de enviá-lo de volta à Arábia Saudita foi a alegada ofensa dirigida ao Islão. Existe um grupo no Facebook, que se formou rapidamente e que tem 8.000 membros, intitulado “Exigimos a execução de Hamza Kashgari”. É muito provável que seja condenado à morte.

MALÁUI



O Capítulo 4, Artigo 33, da Constituição de 1994, que foi alterada em 2001, proclama o direito à liberdade de consciência, religião, crença e pensamento.¹ Em geral, as autoridades respeitaram e protegeram este direito.

Os grupos religiosos devem registar-se e descrever a estrutura e o objectivo da sua organização. Quando estão registados podem gozar de um regime fiscal mais favorável.

Os missionários e voluntários estrangeiros que trabalham para as organizações de caridade precisam de uma autorização para operar no país. Além disso, é-lhes exigido que paguem o imposto correspondente, tal como qualquer profissional estrangeiro.

As escolas estatais oferecem a opção de educação religiosa. Os alunos podem escolher entre aulas de “Conhecimento da Bíblia” de orientação cristã e aulas de “Educação Moral e Religiosa” (que incluem material muçulmano, hindu, bahá'ís e cristão).

Confronto com o presidente Mutharika

A Igreja Católica e outros grupos religiosos envolveram-se num confronto político com o presidente Bingu wa Mutharika (que faleceu em 2012), cujas decisões nos campos económicos e de liberdade de expressão causaram profunda insatisfação no país.

“A Igreja não devia ser identificada com qualquer partido político e, por isso, não faz qualquer sentido que os políticos insinuem que o presidente da Conferência Episcopal se tenha inspirado nalguns elementos da oposição”, afirmaram três associações (padres diocesanos, religiosos e religiosas) numa declaração pública em Setembro de 2011. Nessa declaração rejeitam as acusações do presidente contra o Mons. Joseph Mukasa Zuza, Bispo de Mzuzu e presidente da Conferência Episcopal Católica do Maláui.²

Anteriormente, a 16 de Agosto de 2011, num encontro de oração a favor da paz no Maláui apoiado pelos principais grupos religiosos do país, o Mons. Zuza tinha dito que a “Presidência deve parar de sufocar a sociedade civil, a imprensa, o sistema judicial e a democracia.”³

O incêndio suspeito, possivelmente fogo posto, que destruiu a sede da Conferência Episcopal Católica do Maláui na capital, Lilongwe, é um exemplo da atmosfera vigente.⁴

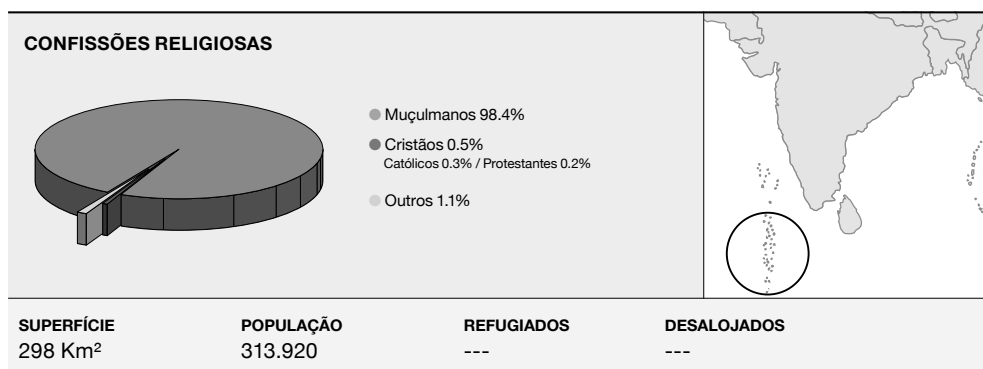
¹ www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=218796

² Agência *Fides*, 5 de Setembro de 2011.

³ Agência *Fides*, 18 de Agosto de 2011.

⁴ *ACN News*, 14 de Outubro de 2011.

MALDIVAS



Tal como acontecia na versão anterior da Constituição em vigor desde 1999, a Constituição aprovada em 2008 estabelece o Islão como religião do Estado e os cidadãos estão proibidos de professar outra fé.¹

Os estrangeiros estão proibidos de realizar manifestações públicas de outras religiões e a conversão a outras religiões para além do Islão é estritamente proibida. Toda a legislação do país, incluindo a Lei Civil, se subordina à Lei Corânica. O ensinamento do Islão é obrigatório em todas as escolas.

Calcula-se que mais de 0,1% da população seja cristã, mas obrigada a praticar a sua fé em segredo para evitar ser detida e “reconvertida” à força ou perder a cidadania. Os muitos turistas estrangeiros devem praticar a sua fé em privado desde que não partilhem as suas crenças com os habitantes locais.²

É ilegal trazer Bíblias ou outro material religioso não muçulmano para o país.

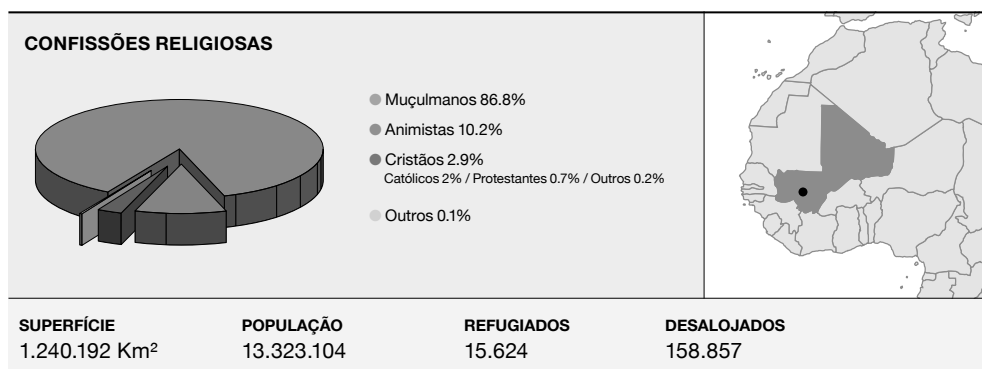
No período em análise não houve melhorias relativamente à liberdade religiosa. De facto, aumentaram as tendências extremistas islâmicas. Um caso significativo foi a exaltação por parte da autoridade pública daqueles que danificaram dois monumentos doados respectivamente pelo Paquistão e pelo Sri Lanka. O monumento doado pelo Paquistão era constituído por figuras de animais e seres humanos. O monumento do Sri Lanka era um leão, o símbolo nacional do país. Os monumentos foram considerados como “idólatras” e “irreligiosos” e por isso foram retirados.³

¹ www.maldivesinfo.gov.mv/home/upload/downloads/Compilation.pdf

² U.S. Department of State – International Religious Freedom Report for 2011

³ Asia Times Online, 23 de Novembro de 2011

MALI



Na Constituição de 1992, revista em 1999, o Artigo 4 reconhece o direito de cada pessoa à liberdade de pensamento, consciência, religião e culto, o Artigo 25 define o Mali como república secular e o Artigo 28 proíbe a existência de partidos confessionais.

Antes de tomar decisões importantes sobre questões controversas, o Governo consulta habitualmente o chamado “Comité dos Sábios”, que é constituído por arcebispos católicos e protestantes e líderes islâmicos.

As diversas organizações muçulmanas estão concentradas num organismo chamado “Conselho Superior do Islão Maliano” (HCIM).

As organizações religiosas são obrigadas a registar-se, tal como outras organizações, mas o não registo não resulta em sanções.

O ministro da Administração Territorial tem poder para proibir publicações religiosas que desacreditem outras religiões, embora não haja relatos recentes de ter exercido esse poder.¹

O país tem uma longa tradição de coexistência pacífica entre muçulmanos e minorias cristãs.

Nos últimos tempos, a situação política tem-se deteriorado, por causa da agitação que se seguiu ao golpe militar de Março de 2012 e da continuação da tentativa separatista no norte do país.²

Entre as componentes separatistas está o grupo extremista islâmico Ansar al-Din, aliado ao grupo Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), que quer impor a *sharia* em todo o país e que a 31 de Março de 2012 pegou fogo à igreja católica em Gao, perseguindo sacerdotes e religiosos para os matar.³

A tentativa de criar um estado tuaregue independente, o estado de Azawad, e a presença de grupos extremistas poderão destabilizar toda a área.⁴

¹ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

² Agência Fides, 22 de Março de 2012

³ Agência Fides, 3 de Abril de 2012

⁴ *Wise Men Center For Strategic Studies*, 12 de Maio de 2012 www.bilgesam.org/en/index.php?option=com_content&view=article&id=509

MALTA



O Artigo 2º da Constituição estabelece que a Religião Católica Apostólica Romana é a religião oficial em Malta. As autoridades da Igreja Católica, de acordo com o Artigo 3º, têm, por conseguinte, “o dever e o direito de ensinar quais os princípios que estão certos e quais estão errados”, e o Artigo 4º afirma que o ensino da religião Católica Apostólica Romana terá de se encontrar disponível em todas as escolas públicas como parte do currículo obrigatório, embora seja possível optar por não o ter.

O Artigo 32º garante a todos os cidadãos as liberdades e os direitos individuais básicos, independentemente da raça, da origem, da opinião política, da cor da pele ou do sexo, contanto que o interesse público seja respeitado. Estes direitos incluem especificamente o direito “à vida, à liberdade, à segurança, ao gozo da propriedade e à protecção da lei, à liberdade de consciência, à liberdade de expressão e à liberdade de se reunir em grupo, bem como também à associação pacífica e ao respeito pela vida privada e pela vida familiar.”

Não houve relatos de mudanças institucionais significativas ou de qualquer incidente expressivo relativamente à questão da liberdade religiosa.

MARROCOS



Em 2011, Marrocos adotou uma nova Constituição aprovada por referendo a 1 de Julho¹. O Artigo 3 reitera que “o Islão é a religião do Estado, que garante a todos o exercício livre das suas crenças”. A palavra “todos” aplica-se aos muçulmanos e aos seguidores das religiões que têm um estatuto oficial, como o Judaísmo e o Catolicismo.²

No entanto, os cristãos apenas podem gozar de liberdade religiosa com duas condições: em primeiro lugar, não podem ser marroquinos e, em segundo lugar, não podem realizar conversões à sua fé. De acordo com o Artigo 220 do Dahir (o decreto real), datado de 26 de Novembro de 1962, que faz parte do Código Penal, “qualquer pessoa que recorra a meios de aliciação para levar um muçulmano a duvidar da sua fé ou a convertê-lo a outra religião” arrisca-se a uma pena de seis meses a três anos de prisão e a uma multa entre 100 e 500 dirham. Por isso, é pouco provável que alguma coisa mude para os 2.500 judeus e os 25.000 católicos no reino de Marrocos, a maior parte dos quais são estrangeiros, ou mesmo para os 1.500 protestantes.

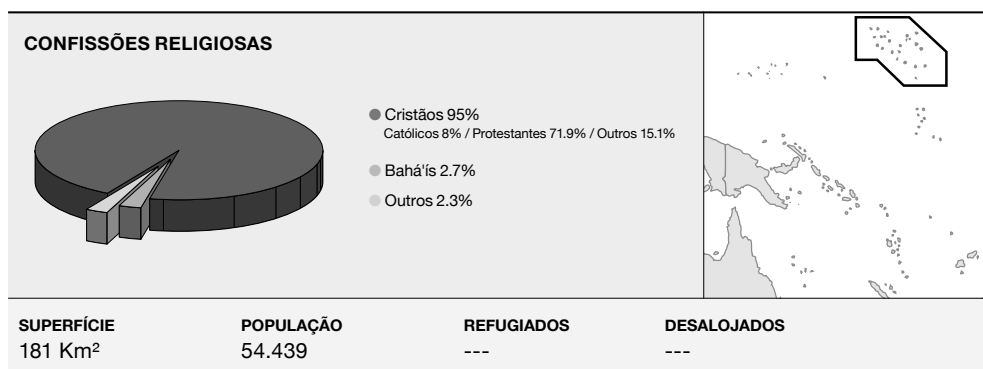
O preâmbulo da nova Constituição anuncia a intenção do Estado “proibir e opor-se a todas as formas de discriminação contra qualquer pessoa com base nas suas crenças”, mas os muçulmanos de origem marroquina ainda são proibidos de renegar formalmente a sua religião. Pensa-se que existem entre 3.000 a 4.000 marroquinos cristãos que são seguidores dos movimentos evangélicos. A maior parte descobriu o Cristianismo *online* e são obrigados a praticá-lo em segredo.

No que diz respeito a mulheres cristãs casadas com muçulmanos marroquinos, elas são autorizadas a manter a sua religião e a prestar culto, mas os seus filhos tornam-se automaticamente muçulmanos (na tradição islâmica, a religião passa de geração em geração através do pai) e elas são pressionadas a abraçar o Islão. Estas mulheres também são discriminadas segundo a lei da *sharia* e, se enviuvarem, perdem todos os direitos de herança.

¹ Agência de notícias Zenit 03/07/2011.

² www.maroc.ma/NR/rdonlyres/EE8E1B01-9C86-449B-A9C2-A98CC88D7238/8650/bo5952F.pdf

MARSHALL

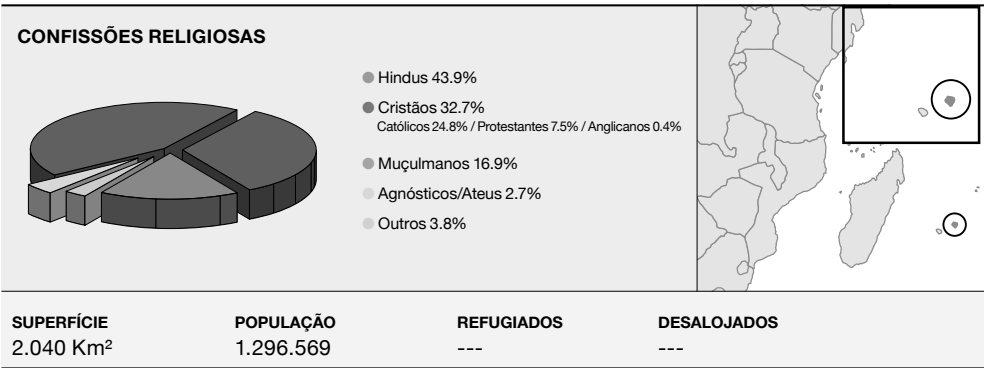


O Artigo 2º (Carta de Direitos) da Constituição de 1979 reconhece a liberdade religiosa total.

O registo dos grupos religiosos não é obrigatório e os missionários estrangeiros presentes no país têm permissão para actuar livremente. Existem escolas particulares geridas pela Igreja Católica, pela Igreja Unida de Cristo, pelas Assembleias de Deus, pelos Adventistas do Sétimo Dia, pela Igreja Baptista e também por outros grupos. A instrução religiosa não é disponibilizada nas escolas públicas.

O Natal, a Sexta-feira Santa e o Dia do Evangelho são feriados nacionais.

MAURÍCIAS



A Constituição¹ (Artigo 11) e a lei garantem em simultâneo a liberdade religiosa e habitualmente as autoridades respeitam-na.

Existe uma correlação estreita entre grupos étnicos e crenças religiosas. Os descendentes de cidadãos europeus e os crioulos são sobretudo cristãos, os chineses são budistas ou católicos, enquanto os cidadãos de etnia índia são hindus ou muçulmanos.

Os grupos religiosos com tradições ancestrais, presentes antes da declaração de independência do país, não precisam de se registar, pois já são reconhecidos através de um decreto parlamentar. Os novos grupos, pelo contrário, precisam de se registar.

Embora não haja disposições legais que proibam ou restrinjam as actividades missionárias, os missionários estrangeiros têm de se registar e obter uma autorização para o seu grupo e uma autorização pessoal para cada missionário. Em geral, o Governo aprova estas autorizações não renováveis por um máximo de três anos.

No período a que este relatório diz respeito, não foram relatadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ <http://www.gov.mu/portal/site/AssemblySite/menuitem.ee3d58b2c32c60451251701065c521ca/>

MAURITÂNIA



A Constituição de 1991 reconhece o país como uma república islâmica e no Artigo 5 indica o Islão como a única religião do Estado e dos seus cidadãos.¹

O Artigo 306 do Código Penal considera a apostasia como ilegal. Afirma que qualquer muçulmano considerado culpado deste crime tem oportunidade de se arrepender no prazo de três dias e, se a pessoa não se arrepender, pode ser condenada à morte e serem-lhe confiscados os seus bens pelo Tesouro.

Além disso, a recusa em cumprir com o que está prescrito na oração islâmica é considerado crime de apostasia.²

O Governo proíbe a impressão e distribuição de material não islâmico, como por exemplo a Bíblia, mas a posse de livros religiosos não islâmicos para uso privado não é proibida.

Com base numa interpretação restritiva do Artigo 5 da Constituição, que afirma que “o Islão é a religião do povo e do Estado”, o Governo proíbe os não muçulmanos de fazer proselitismo. Há ligações estreitas entre o Governo e a religião muçulmana: a *sharia* (lei islâmica) indica os princípios que a lei deve cumprir. O Conselho Superior do Islão, composto por seis imãs, aconselha o Governo em relação ao cumprimento das leis em termos dos preceitos islâmicos. Os tribunais aplicam a *sharia* em questões de família e lei civil para todos os outros sectores.

Os grupos religiosos não são obrigados a registar-se, embora o registo seja necessário para todas as actividades sociais e humanitárias realizadas por grupos religiosos. Nestas actividades, o Governo proíbe todas as formas de proselitismo.

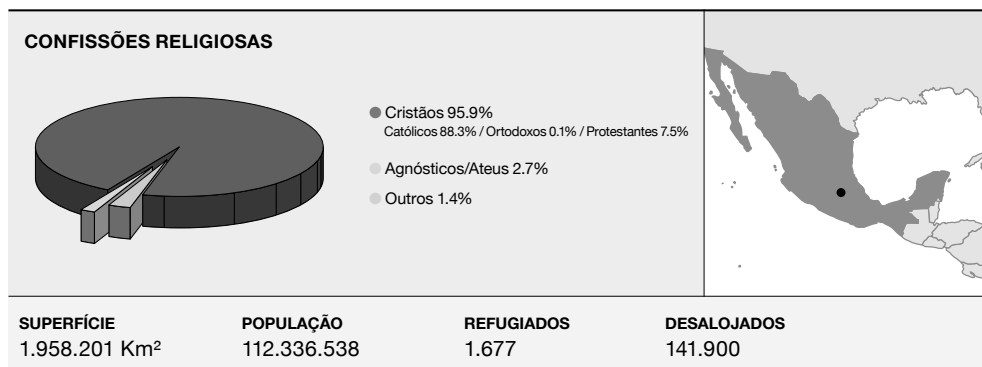
A religião islâmica é ensinada em todas as escolas, incluindo em escolas privadas. A participação nestas aulas é obrigatória, embora os alunos possam candidatar-se a isenções por razões étnicas, religiosas ou simplesmente pessoais.

No período em análise neste relatório não houve quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ http://www.mpil.de/shared/data/pdf/constitution_english_2006.pdf

² www.droit-afrique.com/images/textes/Mauritanie/Mauritanie%20-%20Code%20penal.pdf

MÉXICO



Alterações à legislação

Em Março de 2012, o Senado aprovou várias alterações ao Artigo 24 da Constituição, que tinha sido aprovado em Dezembro prévio pela Câmara de Deputados.¹

A nova versão do Artigo 24 estabelece que “Cada pessoa tem o direito à liberdade de convicções éticas, de consciência e religião, e a ter ou adoptar em cada caso o que preferir. Esta liberdade inclui o direito a participar, individual ou colectivamente, em público ou em privado, nas respectivas cerimónias, actos de devoção ou culto, desde que isso não constitua um crime ou acto punível por lei. Ninguém está autorizado a usar estes actos públicos de expressão destas liberdades para fins políticos, de proselitismo ou propaganda.”²

A reforma foi desafiada por círculos protestantes, que a consideram demasiado restritiva para o exercício total da liberdade religiosa, e pelos secularistas, que pensam que ela abre a porta à educação religiosa nas escolas, apesar de ter sido aprovada ao mesmo tempo uma reforma ao Artigo 40 que define a República como “democrática secular, federal, representativa”, elevando assim o Estado secular na Constituição.

Ao mesmo tempo que o secretário-geral da Conferência Episcopal mexicana elogiava o trabalho dos deputados que contribuiu para as modificações constitucionais relativas à liberdade religiosa, atenuando, na sua opinião, o regime secular que dominou o México,³ outros círculos católicos argumentaram que na realidade a reforma não produz uma melhoria efectiva em relação à situação anterior.⁴

Em Junho de 2011, o Congresso aprovou várias alterações constitucionais que reconhecem expressamente os direitos humanos em geral e integram legislação internacional sobre este assunto na lei mexicana.⁵ A Conferência Episcopal também expressou uma reacção positiva em relação a estas reformas.⁶

A Igreja Católica

Em 2011 houve vários ataques contra sacerdotes católicos. Embora no actual clima violento estes ataques possam ser considerados como crimes comuns, eles tiveram um

¹ *Proceso.com.mx*, 28 de Março do 2012.

² *Abc.es*, 2 de Abril de 2012.

³ *Cem.org.mx*, 29 de Março de 2012.

⁴ <http://es.catholic.net/sexualidadybioetica/371/942/articulo.php?id=53509>

⁵ *Aida-Asociacione Interamericana per la Difesa dell'Ambiente*, 7 de Julho de 2011.

⁶ *Cem.com.mx*, 29 de Março de 2012.

impacto significativo na liberdade dos ministros da Igreja. Entre as vítimas de assassinio em 2011 estavam os párocos Santos Sanchez e Salvador Ruiz Enciso, o P. Marco Antonio Durán e María Elizabeth Macías Castro, uma jornalista do Movimento Leigo Scalabriniano que foi raptada e assassinada.⁷

Imagens religiosas foram também alvo de violência. De acordo com números do Centro Católico Multimídia (CCM) e do Conselho Católico de Analistas do México (CCAM), publicados em Janeiro de 2011, a violência contra imagens sagradas aumentou de 2% em 1993 para 12% actualmente. Todas as semanas, vinte e seis locais sagrados são alvo de violência.⁸ A reacção da Conferência Episcopal mexicana foi expressa na declaração: “*Que en Cristo, nuestra paz, México tenga vida digna*” (Que em Cristo, que é a nossa paz, o México tenha uma vida digna). Durante a apresentação desta declaração, foi também apresentada uma série de iniciativas, como por exemplo uma oração pela paz que é rezada em quase todas as igrejas do país no fim da missa e a oração do terço enquanto oração pela paz necessária para garantir que o país recupera a serenidade.⁹

A visita do Papa

Sua Santidade o Papa Bento XIV realizou uma visita pastoral ao México de 23 a 26 de Março de 2012.

O anúncio da visita gerou reacções contraditórias da parte de membros de várias confissões religiosas, como as dos directores da *Casa Tibet México*, da Confraria Nacional de Igrejas Cristãs Evangélicas (*Confraternice*), da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e do administrador do templo Hare Krishna na cidade do México. Embora alguns se opusessem à visita, considerando que ela ia contra o carácter secular do Estado, outros expressaram respeito, avaliando-a como a visita de alguém que traz uma mensagem de harmonia, fraternidade e desejo de se aproximar do divino.¹⁰

Todos concordaram que a viagem foi um grande sucesso, tal como demonstrado pela participação de centenas de milhares de fiéis e a atenção especial prestada pelas às palavras do Santo Padre, mesmo por parte de sectores da sociedade pouco interessados na mensagem cristã ou mesmo hostis a ela.

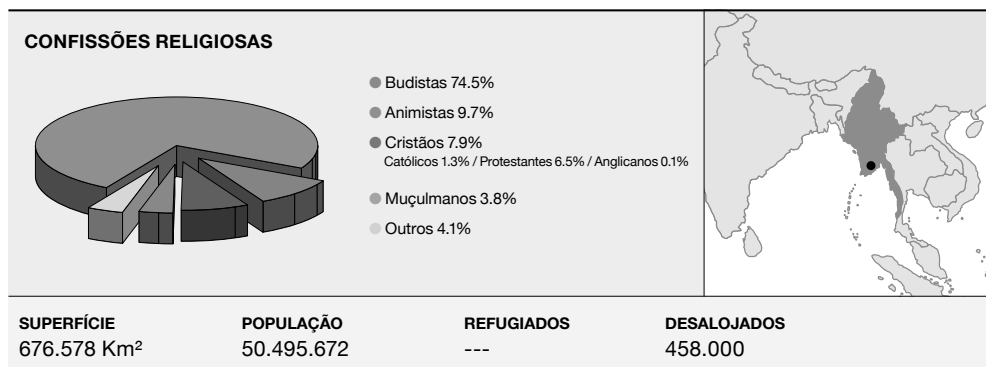
⁷ *Zenit.org*, 26 de Setembro de 2011.

⁸ *Zenit.org*, 20 de Janeiro de 2011.

⁹ *Zenit.org*, 3 de Abril de 2011.

¹⁰ *Noticias.terra.com.mx*, 25 de Março de 2012.

MIANMAR



Ao longo de 2011 e durante os primeiros meses de 2012, o Governo de Mianmar implementou uma série de reformas políticas que relançaram o país a nível internacional, depois de décadas de ditadura militar e isolamento económico. Inicialmente, a comunidade internacional acolheu a promessa de reforma com cepticismo e reserva. Contudo, à medida que os meses passaram e as reformas foram sendo experimentadas – entre elas o direito à greve, os primeiros passos para a criação de um sindicato livre e a remoção parcial da censura aos meios de comunicação social – os Estados Unidos e a União Europeia reviram a sua política de sanções económicas e comerciais, que foram parcialmente suprimidas.

Em Janeiro de 2012, num acto de clemência decidido pelo presidente Thein Sein, vários dissidentes birmaneses foram libertados das prisões do país, após anos de detenção. A disposição legal actualmente em vigor é apenas a última de uma série de perdões decididos pelo novo Governo “civil”, que pretende voltar a ser um membro de pleno reconhecimento pela comunidade internacional.¹

Em Maio de 2012, os bispos de Mianmar expressaram a sua satisfação e esperança perante o “novo passo em frente” dado pelo país, quando a lendária líder da oposição Aung San Suu Kyi tomou posse e se tornou oficialmente membro do Parlamento de Mianmar, em conjunto com outros membros do seu partido.²

Por outro lado, o Governo central viveu os seus problemas mais graves com minorias étnicas, combinando eficazmente as questões políticas com a política de repressão confessional e religiosa. A minoria étnica Kachin é de facto sobretudo cristã. Em Junho de 2011, os confrontos foram retomados entre o exército nacional e as milícias rebeldes, escalando a tal ponto que houve receios de poder eclodir uma guerra civil.

Católicos birmaneses entre festividades e discriminação

Em Maio de 2011, a página de Internet *Ucanews* publicou entrevistas com vários sacerdotes birmaneses que pediram para permanecer anónimos, de modo a não incorrerem em retaliações por parte das tropas. Os sacerdotes enfatizaram que embora com o novo Governo semi-civil as pessoas “sejam mais livres”, os cristãos ainda vivem “situações difíceis” e de alienação. Um deles referiu “problemas” em obter autorizações para construir uma igreja, enquanto um sacerdote originário do estado de Shan acrescentou que o Cristianismo é muitas vezes “visto ainda como uma religião estrangeira”.

¹ *AsiaNews*, 7 de Dezembro de 2011

² Agência *Fides*, 2 de Maio de 2012

A fé em Cristo torna-se uma razão para a discriminação, “também no local de trabalho, sobretudo quando se procura emprego na administração pública”. Um sacerdote de Yagon acrescentou que “os representantes oficiais encontram sempre alguma desculpa inventada para garantir que a pessoa não consegue arranjar emprego”.³

A 16 de Outubro de 2011, um grupo de soldados pertencentes ao 438.º Batalhão invadiu e tomou controlo de uma igreja católica em Namsan, na aldeia de Yang, perto da cidade de Waimaw. Quando os soldados entraram na igreja, havia vinte e três crentes lá dentro, sobretudo mulheres e pessoas idosas, que se tinham reunido para participar na missa da manhã. Para se protegerem de dispararem contra eles, os paroquianos refugiaram-se por detrás do altar da Capela de Nossa Senhora. Os soldados também espancaram brutalmente o sacerdote coadjutor de 49 anos de idade, que interveio para tentar repor a calma na igreja e proteger os fiéis. No final, os soldados algemaram-no e detiveram-no, em conjunto com outras quatro pessoas. No mesmo mês, as autoridades birmanesas emitiram uma ordem a requerer que todas as igrejas no estado de Kachin apresentassem um pedido por escrito, quinze dias antes do acontecimento, caso desajassem realizar “encontros e estudos da Bíblia, dar catequese, fazer orações e rezar o terço”. Os responsáveis acrescentaram que essa autorização, quando fosse garantida, seria emitida pelos gabinetes competentes.⁴

Embora com muitos problemas, no ano passado a comunidade católica birmanesa conseguiu celebrar um acontecimento especial, o centenário da Catedral de Santa Maria em Yangon, que tinha acabado de ser restaurada nos últimos três anos. Numa entrevista dada na véspera das celebrações, o Arcebispo Charles Bo disse que estas celebrações eram uma oportunidade para a “reconciliação com Deus, com os outros e de cada pessoa com a sua consciência individual”. Nesta entrevista, o prelado birmanês acrescentou que o processo de reconciliação em Mianmar também envolvia os católicos birmaneses. “Tal como nos preparamos para recriar em Cristo o nosso amor perdido, a verdade ofuscada, as relações pessoais congeladas”, explicou, “precisamos de nos comprometer a recriar as nossas vidas com relações marcadas pelo amor verdadeiro.”

Ele pediu a todos para “rezar pelo país, para que possamos passar pela experiência de uma Nova Jerusalém”, na qual – tal como a nova catedral – a liberdade e dignidade do ser humano vão brilhar. E expressou a esperança de que os cidadãos se “preparem” com orações e devoção para uma nova era, marcada pela “liberdade verdadeira”. A catedral de Yangon é o local de culto mais importante de Mianmar e um dos mais importantes em toda a Ásia. Construída em estilo gótico, foi totalmente restaurada durante um período de três anos. Os danos causados pelo tempo, pelo terramoto de 1930, pelas bombas da Segunda Guerra Mundial e pelo ciclone Nargis em 2008 implicaram a necessidade de um programa de restauro que apenas foi concluído nas últimas semanas.⁵

A missa celebrada a 8 de Dezembro, na festa da Imaculada Conceição, teve igualmente a participação da líder da oposição Aung San Suu Kyi, que, embora seja budista, quis participar nas cerimónias do princípio ao fim. Depois das celebrações, a vencedora do Prémio Nobel da Paz encontrou-se com o Cardeal Renato Raffaele Martino, que “elogiou” a coragem da “senhora”, convidando-a a dar continuidade ao seu trabalho

³ *ucanews.com-Myanmar*, 13 de Maio de 2011

⁴ *Christian Solidarity Worldwide (CSW)*, 21 de Outubro de 2011

⁵ *AsiaNews*, 7 de Dezembro de 2011

para o bem do país. Na véspera destas celebrações, Aung San Suu Kyi, a líder da NLD (Liga Nacional para a Democracia) tinha apelado aos bispos católicos e protestantes birmaneses, pedindo-lhes que contribuíssem para fortalecer o caminho da paz que deve levar a “reformas duradouras” e à verdadeira democracia.⁶

A perseguição “política” de cristãos Kachin

A repressão das minorias étnicas em Mianmar também inclui elementos religiosos. A discriminação religiosa tende a ser uma ferramenta de opressão política. Contudo, estas duas vertentes sobrepõem-se nos dois sentidos e acabam em repressão implementada pelo exército que viola a liberdade de culto, e resulta em massacres, violações e violência de muitos tipos. Tudo isto ocorre enquanto o Governo central tenta apresentar o seu lado “bom” – a favor de estabelecer o diálogo – à comunidade internacional, tentando ganhar o seu respeito e consenso.

A 19 de Janeiro de 2011, o portal de notícias *Compass Direct News* relatou “o uso sistemático de trabalhos forçados, tortura e violação por parte do exército birmanês” contra o povo Chin maioritariamente cristão, no estado com o mesmo nome em Mianmar Oeste. Num relatório intitulado “A vida segundo a junta: Provas de crimes contra a humanidade no Estado Chin”, activistas pertencentes à organização *Médicos pelos Direitos Humanos* (PHR) documentaram os “níveis extraordinários de violência estatal” contra os Chin birmaneses, 90% dos quais são cristãos, graças ao trabalho missionário realizado entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A perseguição contra os cristãos faz parte integrante de uma campanha mais alargada destinada a criar uma sociedade “uniforme” na qual “a única religião professada seja o Budismo”. Muita da violência contra os Chin resulta especificamente da sua fé cristã, por causa da qual sofreram a destruição das suas casas e bens, e viveram ameaças e o assassinio dos seus parentes.⁷

Em Maio de 2011, os cristãos Kachin alcançaram a sua primeira vitória numa batalha em que se opuseram ao Governo por causa da remoção de duas cruzes históricas colocadas no cimo de uma montanha, numa área na qual se espera que seja construída a barragem de Irrawaddy. As cruzes têm mais de 100 anos e foram construídas por duas igrejas Kachin em Tang Hpre, uma aldeia situada perto do local onde os dois rios se transformam num só.⁸

Contudo, a situação do estado Kachin está destinada a deteriorar-se, tanto mais que a meio de Junho de 2011, um sacerdote do norte relatou uma “guerra civil” entre o exército birmanês e as tropas rebeldes. Desde o início que este conflito resultou em milhares de refugiados, muitos dos quais a refugiarem-se em igrejas. O apelo lançado no dia a seguir aos primeiros confrontos pela ONG *Christian Solidarity Worldwide* (CSW), pedindo a intervenção das Nações Unidas e da União Europeia para pôr fim ao conflito, não teve qualquer reacção. Uns dias mais tarde houve notícias de que os confrontos tinham sido desencadeados pela oposição da população local à construção de uma enorme central eléctrica por uma empresa chinesa, com um impacto ambiental devastador no território Kachin, em troca de uma contribuição insignificante de electricidade para o país. A maior

⁶ *AsiaNews*, 9 de Dezembro de 2011

⁷ *Compass Direct News*, 19 de Janeiro de 2011

⁸ *AsiaNews*, 5 de Maio de 2011

parte da produção – até 90%, na realidade – seria destinada às indústrias na província chinesa de Sichuan⁹.

No final de Junho já havia relatos de “limpeza étnica” e de uma “crise humanitária”, na qual sacerdotes e religiosas estavam a fazer os possíveis por apoiar a população civil atormentada pela guerra e pela feroz repressão. Há já cerca de 20.000 refugiados internos e este número está constantemente a aumentar. Pelo menos 5.000 pessoas estão em Laiza (uma cidade na fronteira com a China), mais de 2.000 estão na cidade de Shwegu, mais de 10.000 estão nas aldeias de Manwing e Prang Hku Dung, e milhares estão dispersas pelas florestas.¹⁰

Uma emissão da *Rádio Vaticano* em meados de Julho de 2011 referiu que os civis estavam a ser usados na frente de combate como “escudos humanos” pelo exército birmanês. O relatório elaborado pela *Burma Campaign UK* indica que “muitos portadores ou pessoas comuns que vivem nas aldeias estão a ser levados à força para as zonas de guerra... e a ser usados como escudos humanos ou como especialistas de desactivação de bombas” sem terem qualquer competência específica.

Apesar de um cessar-fogo que durou algumas semanas, o conflito foi retomado em Outubro, com toda a sua violência trágica. Num artigo publicado a 21 de Outubro, fontes da Agência *Fides* noticiaram que tinham sido tomadas igrejas, que tinham sido espancados civis e que mulheres e raparigas jovens tinham sido violadas pelo exército birmanês. Uns dias antes, a 16 de Outubro, soldados ocuparam um local de culto e violaram em grupo uma rapariga de 19 anos de idade, implementando uma campanha que a população civil descreveu como sendo de “limpeza étnica”.¹¹

Em Novembro, o exército birmanês atacou um orfanato no território de Kachin, matando dezanove pessoas e ferindo outras dezenas. Foi lançada uma granada que feriu os membros de um grupo de oração reunidos para uma sessão de estudo e, ao mesmo tempo, destruiu três outros edifícios que se incendiaram. As razões para tal violência dirigida a locais dedicados à solidariedade e acolhimento nunca foram esclarecidas, embora seja mais um sinal da violência do exército contra os bens, actividades e centros que são propriedade dos cristãos Kachin na região.¹²

Monges budistas ainda na prisão

Apesar da mudança de atitude do Governo, com promessas de reforma e democracia, centenas de activistas de direitos humanos estão ainda na prisão, entre os quais os monges budistas birmaneses que iniciaram a revolta de 2007 que foi violentamente reprimida pela junta militar. O Budismo Theravada – a religião mais popular de Mianmar – é ainda hoje cuidadosamente vigiado pelas autoridades e é “patrocinado” por um grande grupo de monges de mais idade que evitam cuidadosamente causar tensões com os líderes governamentais. A 27 de Setembro de 2011, quatro anos após a Revolução do Açafrão, um nome inspirado na cor dos hábitos dos monges, os agentes de polícia entrevistaram diversas vezes e em grande número para prevenir qualquer tipo de protestos de rua.¹³

⁹ Agência *Fides*, 16 de Junho de 2011

¹⁰ Agência *Fides*, 27 de Junho de 2011

¹¹ Agência *Fides*, 21 de Outubro de 2011

¹² *Christian Post*, 14 de Novembro de 2011

¹³ *AsiaNews*, 27 de Novembro de 2011

A meados de Novembro, em Mandalay, cinco monges chefiados por Ashin Sopaka organizaram um protesto em que se elogiava e cantava a Revolução do Açafrão. Os cinco monges tinham sido pressionados por um grupo de monges de mais idade, entre os quais o presidente do Comité *Sangha* local, para porem fim ao protesto, por receio de retaliação por parte do Governo e do exército. Algumas fontes relataram, no entanto, que a intervenção dos “mais idosos” tinha resultado de uma estratégia adoptada pelo Governo, que desejava evitar o derramamento de sangue e a má publicidade aos olhos da comunidade internacional. Por isso, o Governo “usou” os líderes budistas com mais idade numa tentativa de “dissuadir” os monges mais jovens de levarem avante o seu protesto. As autoridades birmanesas impuseram um bloqueio à imprensa sobre esta questão, impedindo a emissão de filmagens ou notícias em todos os principais meios de comunicação social.

Contudo, na tarde de 16 de Novembro, pelo menos 1.200 pessoas ouviram as palavras do líder do protesto, o Monge Ashin Sopaka, originário de Yangon, tal como os seus irmãos. Num discurso que durou 15 minutos, repetiu os pedidos feitos no dia anterior, solicitando a libertação de todos os presos políticos, o fim dos confrontos entre o exército e as milícias étnicas, a liberdade de expressão e de consciência para os monges. “Estamos muito satisfeitos”, acrescentou o monge que liderava o protesto, dizendo que “confia que o melhor irá acontecer”, mas que também estava “preparado para o pior”. Fontes locais citadas pelo *Democratic Voice of Burma* (DVB) relataram que, nessa mesma noite, o grupo de cinco monges deixou o pagode de Maha Myatmuni, onde o protesto se tinha iniciado, e se refugiou no mosteiro de Masoeyein, também em Mandalay, considerado como um lugar seguro caso as autoridades intervissem. Foram escoltados no caminho por cerca de 1000 pessoas, prontas a protegê-los caso houvesse um raide por parte das forças de segurança. Nos dias que se seguiram, abandonaram as formas mais extremas de protesto para evitar a intervenção das autoridades.¹⁴

Rohingya, a minoria muçulmana perseguida

Os Rohingya são uma das muitas minorias étnicas de Mianmar e vivem maioritariamente na região oeste de Mianmar, perto da fronteira com o Bangladeche, na parte norte da província de Rakhine (estado de Arakan). A maior parte é muçulmana e são cerca de três milhões, sendo que um milhão vive em Mianmar. Os Rohingya têm a sua própria cultura e língua, e falam um dialecto muito semelhante ao que é falado numa zona do Bangladeche, para onde muitas pessoas deste grupo étnico emigraram para fugir à perseguição por parte da junta birmanesa. Nos últimos anos, o regime não reconheceu o seu direito à cidadania (na realidade, eles não têm pátria), a serem donos de terras, a viajarem ou a casarem sem “autorização especial” dada pelas autoridades.

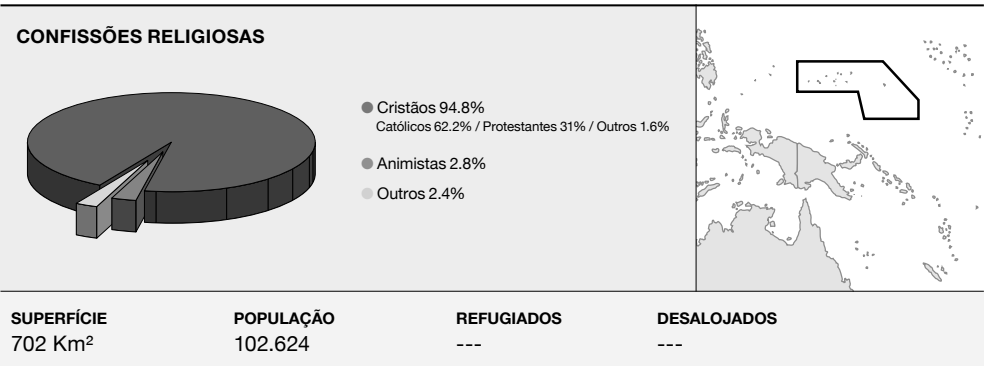
Os abusos e as perseguições aos Rohingya e a sua fuga desesperada para fora do país continuaram igualmente a ocorrer em 2011. Activistas da *Human Rights Watch* (HRW) relataram que, entre 21 e 23 de Janeiro de 2011, um grupo de 158 pessoas chegou à Tailândia após uma longa e perigosa viagem por mar em barcos superlotados. Impedidos de continuar pelas autoridades em Bangucoque, foram detidos em prisões especiais reservadas aos imigrantes ilegais, juntando-se a outros cinquenta e três presos aí detidos desde 2009. Uns dias mais tarde, a 2 de Fevereiro, activistas da HRW relataram a linha

¹⁴ *AsiaNews*, 16 de Novembro de 2011

dura seguida pelas autoridades tailandesas, que em várias ocasiões se recusaram a autorizar que o Comissário das Nações Unidas para os Refugiados entrasse nas prisões para verificar se entre os mais de 200 presos havia alguém que pudesse cumprir os requisitos para pedir asilo político. Brad Adams, o director da HRW na Ásia, disse que “a perseguição à qual os Rohingya estão sujeitos em Mianmar é atroz”, mas Banguécoque “continua a ignorar a questão”.

A tragédia vivida pela minoria muçulmana foi novamente manchete a meio de Dezembro, quando várias organizações não-governamentais fizeram soar novamente o alarme em relação a 28.000 refugiados “que arriscaram serem expulsos do Bangladeche”. Numa tentativa de melhorar as relações com o Governo em Dacca, em meados de Dezembro Mianmar aceitou o regresso de milhares de Rohingya, sem contudo lhes reconhecer os seus direitos ou a liberdade para viajarem. Além dos refugiados oficialmente registados, pensa-se que várias centenas de milhares de Rohingya estão a viver no Bangladeche como refugiados ilegais em condições desumanas. Desde Janeiro de 2011, mais de 1.310 refugiados Rohingya não registados foram deportados do Bangladeche para Mianmar, onde são agora alvo de perseguição e discriminação.

MICRONÉSIA

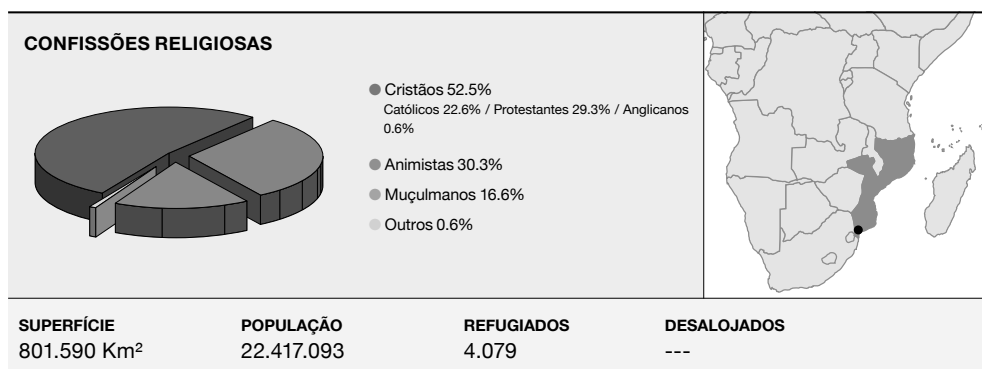


No período abrangido por este relatório, a Constituição de 1978, que no seu Artigo IV (Declaração de Direitos) garante a liberdade religiosa total, foi inteiramente respeitada.

O Governo atribui fundos a escolas particulares geridas por grupos religiosos. As escolas públicas não disponibilizam nenhum tipo de educação religiosa. Os missionários das várias crenças podem actuar livremente.

Os grupos religiosos possuem as suas próprias escolas, estações de rádio e uma rede de televisão por cabo.

MOÇAMBIQUE



O Governo respeita a liberdade religiosa, a qual é instituída pela Constituição.

O Estado define-se como secular e não concede privilégios particulares a nenhuma religião. Os partidos políticos são proibidos de se afiliarem a qualquer convicção religiosa ou de se referirem directamente a qualquer princípio religioso. Toda a instrução religiosa é proibida nas escolas públicas, mas permitida nas privadas.

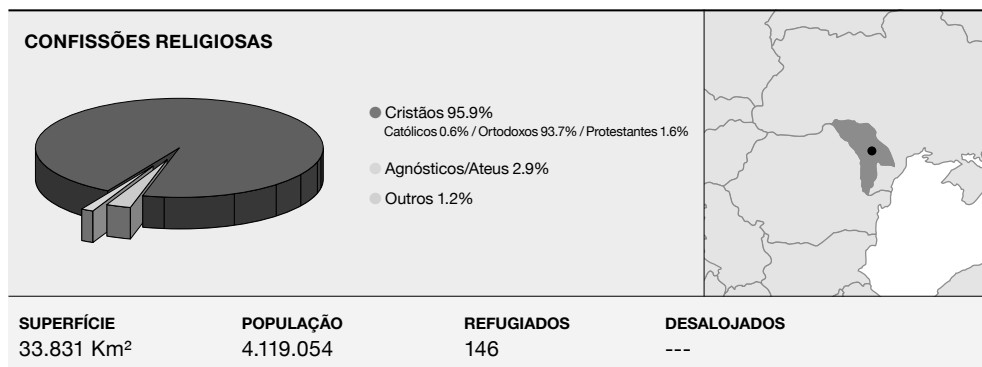
Os grupos religiosos e as organizações missionárias têm de solicitar o registo, indicando também as suas fontes de financiamento e referindo os nomes de pelo menos 500 seguidores. Não há relato de as autoridades terem negado qualquer registo. As organizações religiosas também podem possuir propriedades e gerir escolas.

A Igreja Católica dirige sessenta e seis jardins-de-infância, 310 escolas primárias e cinquenta e três escolas secundárias, com mais de 21.000 alunos, assim como uma universidade.

Os missionários, tal como todos os outros cidadãos estrangeiros, têm de obter autorizações de residência, mas não se conhece nenhum relato de as autoridades obstruírem o seu trabalho. Os católicos são muito activos no sector social, gerindo setenta hospitais, doze lares, trinta e três orfanatos e quarenta e três creches.

A Igreja Católica e vários grupos islâmicos ainda estão em litígio com o Governo por causa das propriedades confiscadas pelo Estado depois da independência. Os bispos locais ainda se queixam de que o Governo continua a ocupar vários edifícios confiscados à Igreja nas províncias de Inhambane, Maputo, Beira, Chimoio, Pemba, Nampula, Niassa e Zambézia, e continuam a pedir que estes lhe sejam devolvidos. Estas propriedades são actualmente usadas pelo Estado enquanto escolas ou para outras actividades sociais.

MOLDÁVIA



Legislação

O Artigo 31 da Constituição moldava de 1994 garante a liberdade religiosa e organizacional das comunidades religiosas. Afirma que estas são livres do controlo estatal e podem contar com o apoio do Estado, incluindo o apoio religioso ao exército, aos hospitais, às prisões, aos lares de idosos e aos orfanatos.¹

Em Dezembro de 2011, o Parlamento reviu a Lei da Liberdade de Consciência, Pensamento e Religião de 2007, aproximando-a dos padrões europeus, simplificando os procedimentos de registo, alargando os direitos dos objectores de consciência perante o serviço militar e eliminando as pensões estatais, que até então eram reservadas ao clero ortodoxo.

Para se registar, um grupo deve apresentar uma declaração ao Ministério da Justiça contendo o nome oficial, os seus princípios e base doutrinal, a estrutura organizacional, o âmbito das actividades religiosas, as fontes de financiamento e os direitos e deveres dos seus fiéis. Deve ter pelo menos 100 membros.

No início do ano lectivo 2010-2011, as escolas primárias e secundárias introduziram aulas opcionais de educação religiosa. As directivas vieram do Ministério da Educação, da Igreja Ortodoxa moldava e, recentemente, da Igreja Ortodoxa da Bessarábia.

Em teoria, duas escolas primárias e um jardim-de-infância públicos estão reservados aos judeus, mas as crianças de todas as religiões e origens frequentam-nos sem levantar problemas. Um jardim-de-infância na capital de Chişinău tem uma secção especial judaica. As crianças judias não são obrigadas a ingressar nestas escolas.

Visita do Enviado Especial das Nações Unidas para a Liberdade Religiosa e de Crença

De 1 a 8 de Outubro de 2011, o Enviado Especial das Nações Unidas para a Liberdade Religiosa e de Crença, Heiner Bielefeldt, visitou a Moldávia para analisar a situação da liberdade religiosa. Além disso, avaliou a situação na região independente da Transnístria. Bielefeldt disse que tinham sido feitos progressos dignos de nota no campo dos direitos humanos, incluindo a liberdade religiosa, e que, em comparação com a perseguição e repressão durante o período soviético, tinha notado a satisfação dos líderes das diversas organizações religiosas.

¹ <http://confinder.richmond.edu/admin/docs/moldova3.pdf>

Bielefeldt concluiu no seu relatório que tinha a impressão de que precisava de ser desenvolvida uma cultura de comunicação inter-religiosa no país, apesar da ausência de todas as formas de conflito inter-religioso. Enfatizou que recebeu notícias de manifestações de intolerância, intimidação e vandalismo contra minorias religiosas, sobretudo em zonas rurais da Transnístria.²

Incidentes de intolerância social

Não há casos graves de intolerância ou violência por motivos religiosos. Permanecem as suspeitas em relação a membros de outras religiões, mesmo quando não há obstáculos à prática da fé em locais de culto ou em privado. Os fiéis têm problemas quando tentam organizar cerimónias religiosas públicas, como por exemplo procissões ou encontros em locais públicos.

Ocasionalmente, alguns grupos religiosos ortodoxos protestam quando há funerais de membros de minorias religiosas, expressando hostilidade para com o facto de eles serem enterrados nos cemitérios da cidade.

Há também relatos de actos de vandalismo contra igrejas protestantes, em que as janelas são danificadas e as paredes em construção são deitadas abaixo.

Sinais positivos

A primeira Semana Social da Igreja Católica local, que teve início a 11 de Outubro de 2011, foi um episódio positivo no sentido da cooperação entre as diversas comunidades cristãs na capital moldava. O acontecimento teve a participação de centenas de católicos de todo o país, de representantes do Governo e de outras Igrejas cristãs.³

TRANSNÍSTRIA

As autoridades da região independente da Transnístria, não controlada pelo Governo central, respeitam em geral o direito à liberdade religiosa dos grupos registados, mas mesmo nesta área é negado o estatuto legal a certos grupos minoritários e eles são mesmo assediados quando realizam as suas actividades.

A situação relativa à liberdade religiosa na Transnístria é particularmente restritiva. Todas as organizações religiosas que querem reconhecimento legal devem fornecer uma lista dos membros fundadores com toda a sua informação pessoal, o estatuto da organização e as actas da assembleia constituinte.

Uma diferença em relação ao passado é que agora as organizações religiosas na Transnístria podem produzir e publicar textos livremente, podem importar e exportar material religioso impresso, gravações vídeo e áudio, e outros artigos religiosos.

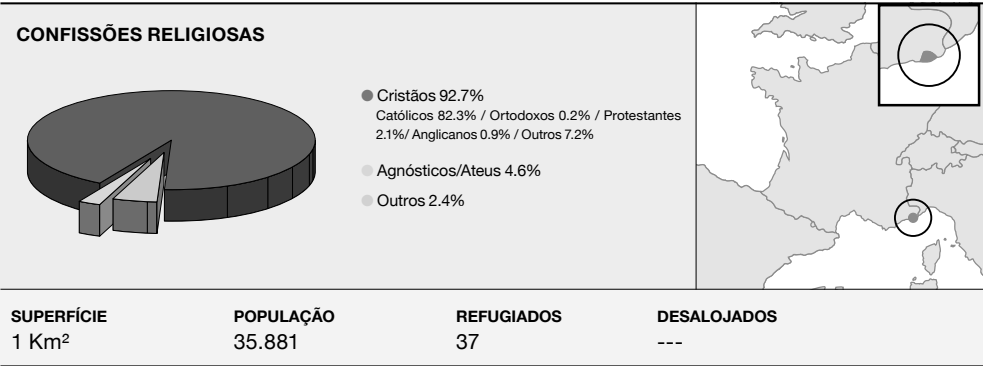
O maior obstáculo imposto pelo Governo à liberdade religiosa continua a ser a dificuldade que alguns grupos religiosos têm de obter estatuto legal.⁴

² <http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=11354&LangID=E>

³ ZENIT.org, 12 de Outubro de 2011

⁴ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

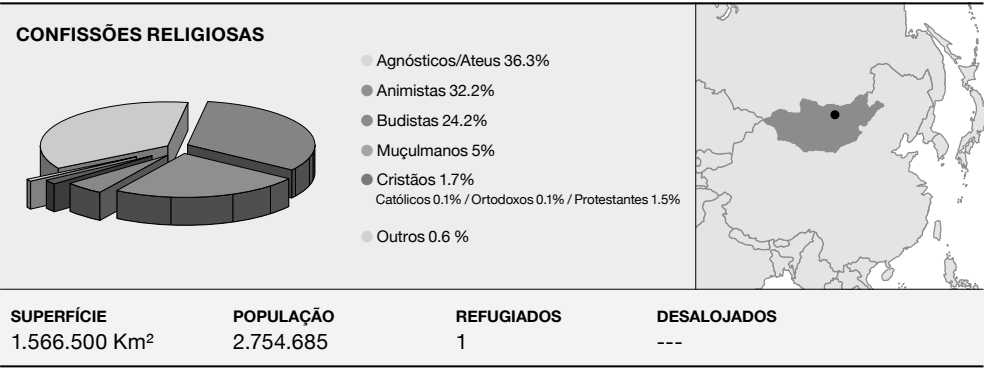
MÓNACO



O Artigo 9º da Constituição do Principado estabelece que a Religião Católica Apostólica Romana é a religião do Estado. O Artigo 17º garante que os monegascos – os cidadãos do Mónaco – são iguais aos olhos da lei e não existem quaisquer privilégios individuais entre eles. O Artigo 23º garante “a liberdade religiosa, o seu exercício público, como também a liberdade para expressar as opiniões pessoais sobre todos os assuntos”, com a exceção da “repressão de crimes cometidos durante o exercício desta liberdade”, garantindo também que “ninguém será obrigado a participar nas actividades e cerimónias de uma religião ou a observar os seus dias de descanso”.

Não houve relatos de mudanças institucionais significativas ou de qualquer incidente expressivo relativamente à questão da liberdade religiosa.

MONGÓLIA



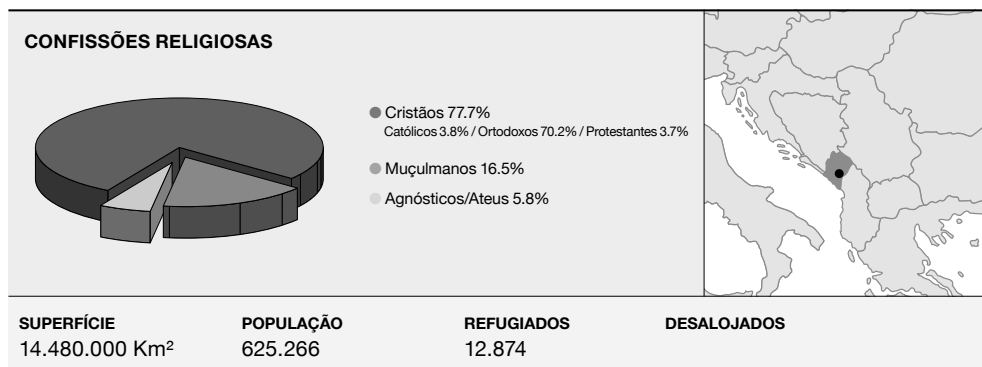
Ao abrigo dos Artigos 9º, parágrafo 2, e 16º, parágrafo 15, da Constituição de 1992, a liberdade de religião é reconhecida, separando a religião organizada das actividades políticas.

A educação religiosa não é permitida nas escolas públicas, mas o Governo permite a entrada de missionários estrangeiros no país. Cada grupo religioso tem de se registar e apenas aqueles que se encontram registados se podem ocupar de actividades de apostolado (embora ofertas de incentivos económicos, ou outras formas de pressão, sejam proibidas). O Governo pode limitar o número de locais de culto e de sacerdotes e, na realidade, assim faz, confiando na sua autoridade reguladora para controlar estes locais.

Uma vez que o registo requer uma carta de aprovação por parte das câmaras municipais, ou de outras autoridades locais, na prática os governos locais detêm o poder sobre os locais de culto, já que a aprovação por parte dos Ministérios da Justiça e da Administração Interna normalmente constitui apenas uma formalidade. Os candidatos que desejam efectuar o registo têm de fornecer os nomes dos responsáveis pelos locais de culto, bem como os nomes dos crentes.

Não houve relatos de incidentes significativos relativamente à liberdade religiosa durante o período de tempo considerado.

MONTENEGRO



O Artigo 14 da Constituição aprovada em 2007 estabelece a separação entre as comunidades religiosas e o Estado, bem como a sua igualdade e liberdade para praticar ritos religiosos e gerir questões religiosas. Além disso, o Artigo 46 garante total liberdade não apenas para expressar e praticar a própria religião em privado e em público, com outros ou isoladamente, mas também o direito a mudar de religião.¹

Estes princípios são habitualmente respeitados pelas autoridades, embora os problemas entre a Igreja Ortodoxa Sérvia e a Igreja Ortodoxa Montenegrina ainda não tenham sido resolvidos, exigindo ambos o estatuto de “verdadeira” Igreja Ortodoxa do país. O problema não só é religioso como também tem consequências políticas significativas e resulta em tensões ocasionais entre os membros das duas comunidades religiosas.

A 19 de Agosto de 2011, por exemplo, a polícia impediu o acesso à Igreja da Transfiguração perto de Cetinje, porque os membros de ambas as Igrejas se tinham reunido para celebrar a Festa da Transfiguração. A decisão evitou o contacto físico entre as duas facções opostas, tal como tinha acontecido em Janeiro de 2010 numa ocasião semelhante nesta mesma área.

A 22 de Março de 2012, o Tribunal Constitucional do Montenegro rejeitou uma proposta do representante do Clube Cultural Montenegrino de Cetinje para proibir os serviços religiosos disponibilizados pela Igreja Ortodoxa Sérvia no Montenegro.²

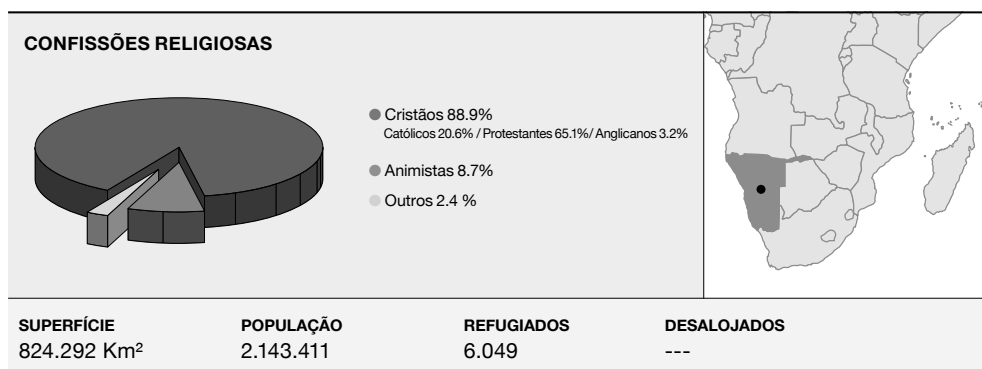
As questões envolvendo a restituição de bens confiscados de comunidades religiosas pelo regime comunista jugoslavo durante a II Guerra Mundial ainda não foram resolvidas. Durante algum tempo, pensou-se que estes bens seriam regulamentados por legislação específica e separada, mas até agora isto não aconteceu.³

¹ http://www.comparativeconstitutionsproject.org/files/Montenegro_2007.pdf

² Agência Nova, 22 de Março de 2012

³ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

NAMÍBIA



A Constituição da República da Namíbia salvaguarda os direitos inalienáveis e a indispensável liberdade dos seus cidadãos. Ao referir-se à liberdade fundamental de todas as pessoas deste país, a Constituição refere que todas as pessoas terão o direito à liberdade de praticar qualquer religião e de manifestar tal prática.

As religiões e as organizações religiosas têm até ao momento desfrutado da liberdade delineada na Constituição.

A presença da Igreja Católica é importante, com os seus institutos educacionais (jardins-de-infância, escolas primárias, escolas secundárias de primeiro ciclo, escolas secundárias de segundo ciclo e albergues), serviços de saúde (hospitais privados, hospitais distritais, clínicas e hospícios), e a *Catholic Aids Action*. A Conferência dos Bispos Católicos da Namíbia (NCBC) também contribui regularmente para a promoção da justiça, da paz e da liberdade no país através da publicação de Cartas Pastorais sobre assuntos pertinentes, nos meios de comunicação social nacionais do país.

Durante o período analisado para o relatório não tiveram lugar nenhuns acontecimentos negativos no que diz respeito à liberdade religiosa.

NAURU

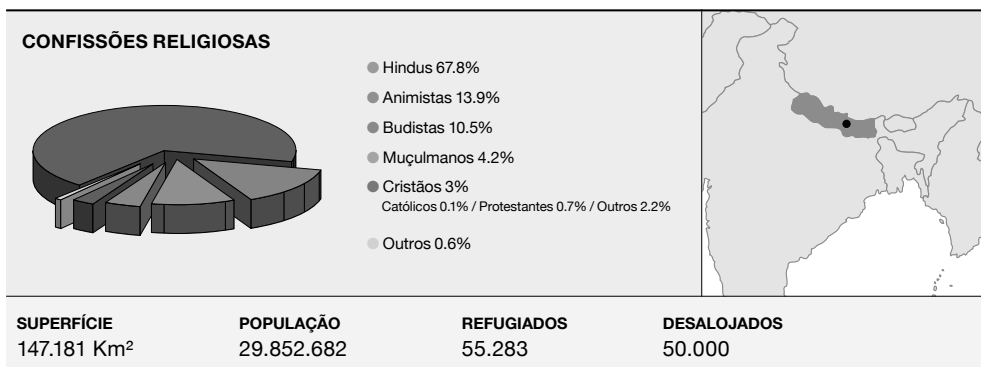


O Artigo 11º da Constituição de 1968 desta pequena democracia reconhece a total liberdade religiosa; porém, este direito pode ser limitado por uma “lei que impõe condições que são razoavelmente requeridas [. . .] nos interesses da defesa, da segurança pública, da ordem pública, da moralidade pública ou da saúde pública”.

Os grupos religiosos devem em qualquer caso registrar-se para poderem operar. A Igreja Católica e duas confissões religiosas protestantes existentes há muito no Nauru, a Igreja Congregacional do Nauru e a Igreja Protestante do Kiribati, são reconhecidas oficialmente.

Durante o período deste relatório, não há relatos de ocorrências significativas relativamente ao exercício da liberdade religiosa.

NEPAL



Aspectos legais e institucionais

Em 2007, o Nepal tornou-se num estado secular, depois de séculos de governo por uma monarquia absoluta hindu. A Constituição temporária do país, adoptada sob a égide das Nações Unidas, proíbe o proselitismo mas permite que as pessoas professem a sua fé, incluindo através de actividades missionárias e de caridade.

De acordo com representantes da Igreja, desde o fim da monarquia que milhares de hindus se converteram ao Cristianismo e mais de 200 não cristãos participam na missa, na catedral católica de Catmandu, todos os domingos.

Contudo, a instabilidade política e económica dos últimos anos, causada por uma luta de poder entre partidos de orientação secular, criou nova vida nos movimentos hindus que procuram restaurar a monarquia e protelam por quaisquer meios o número de conversões.

Passados seis anos de relativa tolerância em relação aos cristãos e a outras religiões, o Governo de coligação, chefiado pelo Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista Unificado), propôs um novo código penal que proibiria o proselitismo de modo a acabar com as conversões ao Cristianismo e outras religiões para além do Hinduísmo e do Budismo. Segundo o Artigo 160 do novo código, qualquer pessoa a pregar ou a tentar persuadir um cidadão nepalês a mudar de religião pode ser condenada até cinco anos na prisão e a multas até 500 dólares.

Cristãos, muçulmanos e membros de outras religiões estão profundamente preocupados com o facto de as novas leis propostas poderem restringir a liberdade religiosa no país. As minorias religiosas ainda não estão representadas no Parlamento, e muitas pessoas temem que o novo código possa ser adoptado sem o contributo de cristãos e outros grupos religiosos, e que possa ser usado por hindus extremistas. Algumas pessoas chamam a atenção para o facto de certas propostas legislativas violarem o Artigo 23 da Constituição temporária, que concede a cada cidadão nepalês o direito a professar uma religião à sua escolha.

Representantes de cristãos, muçulmanos, bahá'ís e minorias tribais kirati, além de líderes seculares, propuseram uma lei distinta para minorias e a criação de uma comissão para os assuntos religiosos que protegeria os direitos das diversas religiões para além do Hinduísmo, bem como os direitos dos hindus a converterem-se a qualquer outra religião.

Na altura em que escrevemos este relatório, o código ainda não tinha sido aprovado pelo Parlamento e assinado pelo presidente Ram Baran Yadav para passar a ser lei. O

prazo final para aprovar a última versão preliminar da nova Constituição foi alargado para Maio de 2012.

Dificuldades das minorias religiosas

Embora se declare a si próprio como secular e contra a divisão em castas, o Estado nepalês ainda vive sob forte influência do sistema hindu. Na prática, o Hinduísmo permanece como a religião do Estado. Além de leis anti-conversão, uma proibição de construir cemitérios exemplifica esta subordinação. De facto, cristãos, muçulmanos e membros da tribo kirati são forçados a enterrar os seus mortos em terrenos provisórios ou em túmulos já existentes.

Em 2011, cristãos, muçulmanos e kiratis locais organizaram várias manifestações e greves de fome contra as autoridades do templo hindu de Pashupati Nath (Catmandu), que praticam a cremação e vêem o enterro de corpos como algo sacrílego. Durante anos, impediram, por vezes violentamente, a realização de enterros na floresta de Semarang, uma zona arborizada perto do templo. Ao fazê-lo, ignoraram uma ordem dada pelo Governo local que permitia que as minorias usassem o lugar como cemitério.

Uma proibição de realizar o abate público de vacas (consideradas sagradas segundo a tradição hindu) é outro exemplo da influência do Hinduísmo na sociedade nepalesa. Amar Dhoj Tamang, membro da tribo tamang e vice-presidente do Partido Tamsaling, disse que em Agosto de 2011 membros da sua comunidade foram detidos em Catmandu por matar uma vaca para comer a sua carne.¹

Líderes muçulmanos e cristãos alegam que milhares de nepaleses se converteram nos últimos anos. A Sociedade das Igrejas Nacionais do Nepal, a maior confissão religiosa protestante do país, referiu que 400 comunidades cristãs povoavam o vale de Catmandu, cada uma com a sua própria igreja. Líderes da Kamia Masjid (mesquita) de Catmandu disseram que o país tem mais de 3.600 escolas religiosas muçulmanas e igual número de mesquitas.²

Casos de perseguição e restrição de actividades religiosas

Cristãos

Desde o ataque por parte de um grupo extremista hindu chamado Exército de Defesa do Nepal (EDN) contra a catedral católica da Assumpção, a 23 de Maio de 2009, no qual morreram três pessoas e muitas mais ficaram feridas, não foi referido nenhum ataque em 2011 contra as comunidades católica ou protestante. No entanto, durante o mesmo período, a polícia nepalesa impediu a realização de vários ataques contra igrejas cristãs e edifícios públicos. Por exemplo, a 4 de Março de 2011, a polícia deteve seis pessoas que tinham vindo à capital, provenientes de outras partes do país, para colocar bombas em locais de culto cristãos.³

Durante os interrogatórios, estas pessoas revelaram que eram antigos seguidores de Ram Prasad Mainali, um líder do EDN detido no final de 2009. No seguimento de treinos sobre técnicas para construir bombas, esperava-se que eles fizessem explodir dispositivos para causarem o pânico e ferirem o máximo possível de pessoas. Mais tarde, o grupo

¹ Kalpit Parajuli, "Christians, Muslims, Buddhists and Bahá'ís launch appeal against anti-conversion proposal," in *AsiaNews*, 17 de Agosto de 2011.

² Departamento de Estado Norte-Americano, *International Religious Freedom Report 2011, Nepal*

³ *AsiaNews*, 5 de Março de 2011

tentaria extorquir dinheiro a empresas e políticos, ameaçando-os com novos ataques contra alvos sensíveis como igrejas, mesquitas e edifícios públicos.

De acordo com a polícia, Mainali tinha seguido pessoalmente a operação através do telemóvel, o qual também usou para ameaçar as vítimas. A 14 de Janeiro de 2010, escreveu uma carta dirigida às comunidades cristãs e muçulmanas do país, pedindo-lhes perdão pelos seus actos violentos.

Entre 22 e 28 de Novembro, membros do EDN colocaram bombas na sede da Missão Unida para o Nepal (UNM), a maior organização protestante do país, no Colégio de São Xavier em Maitighar, uma escola católica de prestígio, e na Igreja Navajiwari em Catmandu. Ninguém morreu ou ficou ferido nos ataques.⁴

Muçulmanos

Nos últimos anos, extremistas hindus atacaram frequentemente a comunidade muçulmana do Nepal. O último grande caso ocorreu a 26 de Abril de 2008, em Biranagar, quando foram mortas duas pessoas.

No ano passado, Faizan Ahamed, secretário-geral da Associação Islâmica Nepalesa (NIA), foi assassinado em frente à mesquita, na Praça Ghanta Ghar de Catmandu. Ninguém sabe porque é que foi morto, nem ninguém reivindicou a responsabilidade pelo ataque,⁵ mas alguns especialistas e líderes religiosos apontaram o dedo a extremistas hindus, alegando que foi morto por atrasar o processo de adopção da nova Constituição secular, que ainda aguarda aprovação.

Membros da NIA também se queixaram de assédio por parte da polícia. Em vez de investigarem os extremistas hindus, os agentes da lei concentraram-se na própria associação, interrogando os seus membros, não como testemunhas da parte lesada, mas como potenciais autores e perpetradores do assassinio. Contudo, a investigação não produziu quaisquer provas que sugerissem o envolvimento de grupos radicais muçulmanos.

O assassinio de Faizan Ahamed levantou preocupações e causou mágoa entre os muçulmanos, mas também entre católicos, protestantes, hindus, budistas e bahá'ís, que expressaram a sua solidariedade e condenaram o crime.

Budistas

Desde que os Governos comunista e maoísta do Nepal aceitaram a política de Pequim de 'Uma China única', os 20.000 exilados tibetanos budistas do país experimentaram um aumento nas perseguições.

À queda da monarquia em 2006 e à subida ao poder do Partido Comunista Unificado do Nepal (maoísta) e do Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista Unificado) seguiram-se uma série de acordos económicos com a China. Por sua vez, o Nepal proibiu todas as manifestações anti-chinesas por parte de tibetanos. Por exemplo, em 2008, na altura dos Jogos Olímpicos de Pequim, o Governo foi muito duro quando reprimiu os protestos.

A violência, os espancamentos e as detenções arbitrárias continuaram ao longo de 2011. A 13 de Fevereiro, a polícia impediu a realização de eleições na Chushi Gangdruk,

⁴ Assist News Service, 25 de Novembro de 2012; AsiaNews, 30 de Novembro de 2011.

⁵ AsiaNews, 26 de Setembro de 2011.

uma organização não governamental tibetana exilada.⁶ Os agentes da ordem irromperam pela sede da organização e apreenderam as urnas de voto, deixando tudo num caos. De acordo com líderes comunitários tibetanos, a acção coincidiu com a visita de um representante do Departamento de Estado norte-americano que queria expressar o “apoio contínuo” do Governo norte-americano aos refugiados tibetanos na nação dos Himalaias.

A 10 de Março, no 52.º aniversário da sublevação tibetana, uma jovem activista foi espancada e violada por um soldado perto do templo budista de Swoyambhunath em Catmandu.⁷ Estava a caminho de uma loja para comprar uma bandeira tibetana para usar numa manifestação. O seu ataque desencadeou protestos da parte de membros da comunidade tibetana, que organizou uma série de encontros perto da sede da polícia de Catmandu. No mesmo dia, inserido no combate às manifestações anti-chinesas, a polícia nepalesa carregou sobre os manifestantes, batendo em dezenas de exilados tibetanos que se tinham reunido para rezar num templo budista em Bauddda, Catmandu. A violência subsequente deixou **quinze** pessoas feridas.⁸

Em Abril, cada vez mais exilados foram detidos e espancados à medida que se aproximavam as eleições para o Governo tibetano exilado na Índia. Para agradar à China, o Governo nepalês usou de todos os meios ao seu dispor para prevenir a actividade eleitoral no seu território.

A União Europeia respondeu às medidas repressivas criticando o Nepal. Numa resolução aprovada a 7 de Abril, o Parlamento Europeu destacou que o direito de participação é um “direito fundamental de todos os cidadãos que deve ser respeitado, protegido e garantido em todos os estados democráticos”. Ao rejeitar a crítica, as autoridades nepalesas afirmaram que permitir que os tibetanos votassem comprometeria os seus acordos económicos e políticos com a China.

A 7 de Julho, a polícia nepalesa proibiu todas as celebrações para marcar o aniversário do Dalai Lama.

A violência alcançou o seu clímax a 5 de Agosto, quando a polícia deteve Thinley Lama, o representante oficial do Dalai Lama no Nepal e coordenador do Gabinete para o Bem-Estar dos Refugiados Tibetanos em Catmandu, depois de este ter realizado uma conferência para exigir respeito pelos direitos dos refugiados tibetanos.⁹

Fontes locais afirmaram que Thinley foi libertado depois de ter sido interrogado durante oito horas. Mas antes de ser libertado, a polícia disse-lhe que moderasse as suas posições e exigiu que informasse as autoridades de quaisquer actividades realizadas pelo seu gabinete.

Em Novembro, activistas tibetanos organizaram uma série de protestos em frente à Embaixada da China em Catmandu, para chamar a atenção para os actos repetidos de auto-imolação realizados por monges tibetanos contra a repressão chinesa na província de Sichuan. De acordo com a polícia, alguns activistas tentaram pegar fogo a si próprios como forma de imitar os jovens monges.¹⁰

⁶ *The Tibet Post*, 18 de Fevereiro de 2011.

⁷ *AsiaNews*, 10 de Março de 2011.

⁸ “Nepal police crackdown on March 10 commemoration in Kathmandu”, in *International Campaign for Tibet*, 11 de Março de 2012.

⁹ *Phayul*, 6 de Agosto de 2011.

¹⁰ *AFP*, 1 de Novembro de 2011.

A cooperação económica entre Catmandu e Pequim também influenciou a forma como as autoridades nepalesas administram os locais religiosos budistas, sobretudo Lumbini, o local de nascimento do Buda. Um projecto, lançado pelo Governo maoísta em Dezembro com fundos da UNESCO e da China, pretende mudar a vocação de Lumbini de lugar de peregrinação para destino turístico em massa. Com planos que incluem hotéis, restaurantes e um aeroporto, o projecto irá menosprezar totalmente os valores budistas tradicionais.

Quando este facto foi reportado, desencadeou protestos da parte dos budistas. A 8 de Dezembro, milhares de pessoas, incluindo monges, líderes políticos e activistas, marcharam do Parlamento nepalês até ao edifício das Nações Unidas, exigindo o cancelamento do projecto e o respeito pelos valores religiosos budistas.¹¹

Hindus

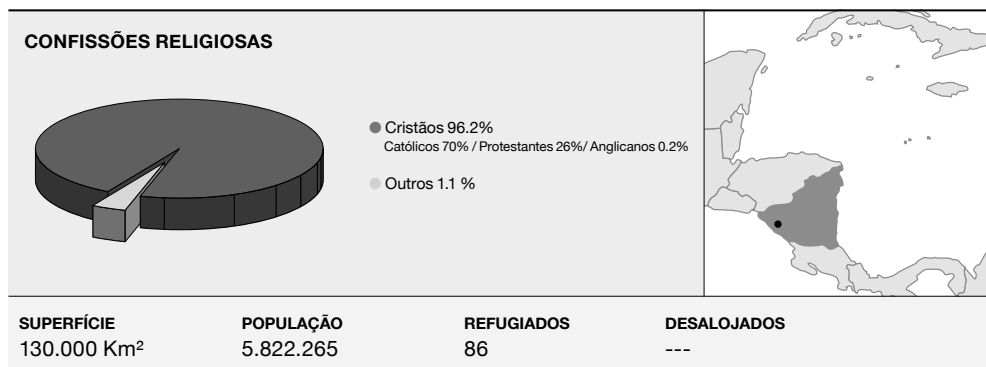
Os casos de restrições contra a maioria hindu são raros. Contudo, a existência de grupos fundamentalistas hindus, que se opõem ao Estado secular, forçou o Governo a maiores controlos sobre o financiamento a organizações e associações religiosas hindus.

Em Janeiro de 2011, o Governo anunciou uma lei para verificar todas as transacções de dinheiro e doações da parte dos fiéis durante celebrações e acontecimentos religiosos. De acordo com o Ministério da Administração Interna, a maior parte dos acontecimentos religiosos hindus na capital e no país em geral permitem angariar enormes quantidades de dinheiro, que não são registadas sob nenhuma forma. De acordo com a nova lei, devem ser prestadas contas sobre a angariação de fundos e os donativos, para que nenhum deles seja canalizado para movimentos radicais.¹²

¹¹ *AsiaNews*, 12 de Dezembro de 2011.

¹² *AsiaNews*, 21 de Janeiro de 2011.

NICARÁGUA



Variações na legislação

O Governo subsidia duas universidades católicas e uma universidade evangélica, mas reduziu gradualmente os subsídios educativos a instituições geridas por Igrejas e em particular pela Igreja Católica, insistindo que os currículos das escolas estatais e nalguns casos das escolas privadas sejam unificados sob o título “Solidariedade, Cristianismo e Socialismo”.

Católicos

Em relação à violência contra a Igreja Católica, provavelmente causada por críticas de membros do clero ao Governo do presidente Daniel Ortega, em 2011 houve uma série de ataques a indivíduos e atentados a imagens sagradas.

A 20 de Agosto de 2011, foi descoberto o corpo do P. Marlon Ernesto Pupiro García. As circunstâncias que rodeiam a sua morte ainda não são claras.¹

Em Outubro do mesmo ano, uma série de ameaças e ataques tiveram como alvo os sacerdotes da Diocese de Matagalpa, incluindo o seu bispo, Mons. José Rolando Alvarez Lagos. O facto de vários párocos terem sido ameaçados foi tornado público.²

A 15 de Junho, houve uma série de roubos na Igreja de Santo Agostinho na capital, com a profanação do Santíssimo Sacramento.³

Outras confissões religiosas

Em Abril de 2011, o Reverendo Sixto Ulloa, membro da Primeira Igreja Baptista da Nicarágua, disse: “O lema do povo da Nicarágua é ‘Cristianismo, Socialismo e Solidariedade’ e nisto estamos do lado do nosso Governo, do presidente Daniel e da sua mulher Rosario, que pregam a Ressurreição de Cristo todos os dias com projectos sociais destinados a prestar cuidados de saúde, educação e alojamento digno aos que vivem em situações precárias, porque esta é a esperança expressa pela Ressurreição, esta é a mensagem que Cristo quer para o Seu povo.”⁴

Em Março de 2011, ano de eleições, houve várias declarações de líderes evangélicos que também expressaram a sua insatisfação com a forma como o Governo os trata, exigindo respeito, porque os membros das suas Igrejas têm as mesmas qualidades que

¹ Zenit.org, 24 de Agosto de 2011.

² Zenit.org, 4 de Outubro de 2011.

³ Zenit.org, 17 de Junho de 2011.

⁴ El 19 Digital, 24 de Abril de 2011.

o resto da sociedade e, enquanto cidadãos nicaraguenses, devem fazer parte integral da administração pública do país.

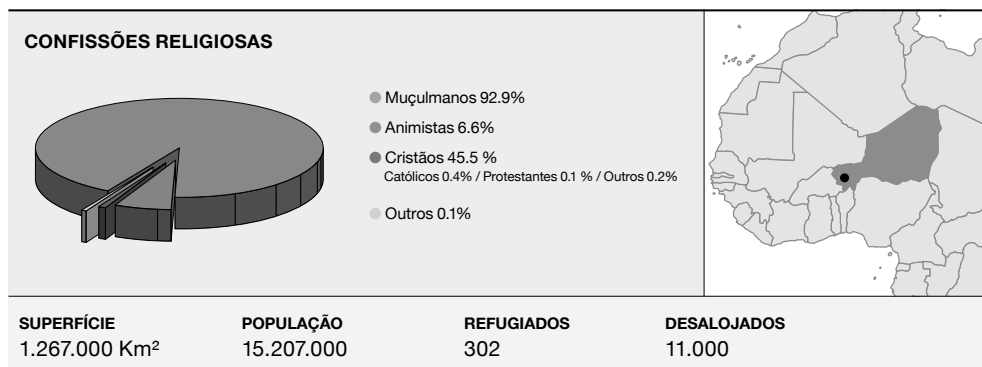
A 12 de Março de 2012, a Igreja Evangélica da Nicarágua manifestou-se contra uma proposta para descriminalizar as drogas na América Central, afirmando que o resultado seria um aumento do consumo e a deterioração da saúde das pessoas, sobretudo entre os pobres que usam substâncias baratas e prejudiciais como o *crack*.⁵

O Reverendo Julio Gonzales, director da *Incidencia Pública Evangélica* (IPE), disse que estão a trabalhar num projecto-lei que deveria ser apoiado pelos deputados, para que a Igreja Evangélica seja considerada como Igreja e reconhecida como ONG a nível constitucional, em pé de igualdade com a Igreja Católica.⁶

⁵ *La Prensa*, 19 de Março de 2012.

⁶ *NoticiaCristiana.com*, 6 de Janeiro de 2011.

NÍGER



A Constituição, promulgada a 25 de Novembro de 2010, estabelece no Artigo 3 a separação entre o Estado e a religião, no Artigo 8 afirma que a república respeita e protege todas as confissões religiosas e, finalmente, no Artigo 30 declara que o Estado garante o exercício livre do culto e a manifestação de credos.¹

A legislação e as autoridades são muito cuidadosas a controlar e a prevenir quaisquer situações em que considerem haver ameaça à ordem pública e à unidade nacional.

Os partidos políticos estão proibidos de ter uma agenda fundada em princípios religiosos.

Os grupos religiosos devem registar-se, mas habitualmente esta é uma formalidade e não há relatos de serem rejeitados pedidos de forma capciosa.

A educação religiosa não é permitida nas escolas públicas.

Num país com uma maioria muçulmana muito grande, o ministro dos Assuntos Religiosos (função criada em 2007) promove o diálogo religioso e expressa opiniões baseadas nos princípios religiosos em relação às políticas governamentais.²

A pequena comunidade católica do país gere sete jardins-de-infância, catorze escolas primárias e duas escolas secundárias, além de dois hospitais, seis blocos operatórios, um hospital para leprosos e um orfanato.

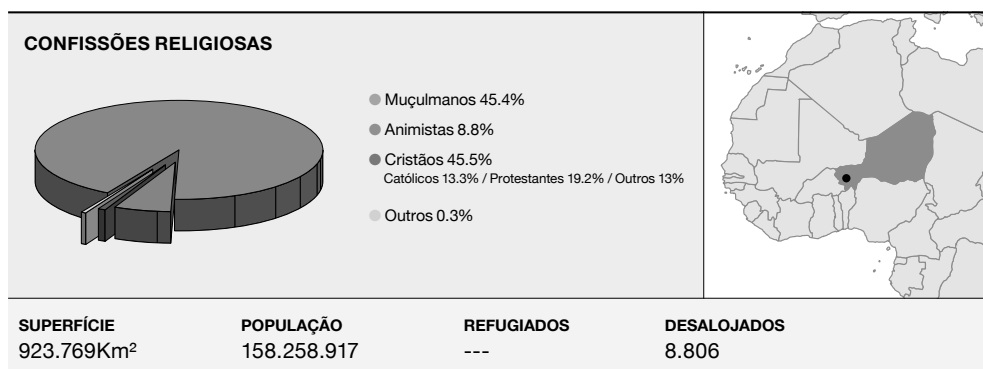
As relações entre muçulmanos e outras religiões são geralmente pacíficas e a Igreja Católica tem sido apreciada pelo trabalho feito na distribuição de alimentos durante a grave fome que tem afligido o país durante anos.

Durante o período deste relatório, não foram noticiadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ <http://mjp.univ-perp.fr/constit/he2010.htm>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

NIGÉRIA



Aspectos institucionais legais

A Constituição nigeriana reconhece a liberdade religiosa, incluindo o direito de cada pessoa a expressar e promover as suas crenças religiosas e o direito a converter-se a outras religiões. O Artigo 38, Secção 1, diz: “Cada pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, incluindo a liberdade de alterar a sua religião ou crença, e a liberdade (seja isoladamente ou em comunidade com outros, em público ou em privado) de manifestar e propagar a sua religião ou crença através do culto, do ensino, da prática e da observância.”

O Artigo 10 diz: “O Governo da Federação ou de um estado não adoptará qualquer religião como Religião Oficial.” Contudo, a Nigéria é membro da Organização da Conferência Islâmica (OCI) e, desde Outubro de 1999, doze dos trinta e seis estados da federação nigeriana (Bauchi, Borno, Gombe, Jigawa, Kaduna, Kano, Katsina, Kebbi, Níger, Sokoto, Yobe e Zamfara, todos no Norte) começaram a impor os princípios da *sharia* (lei do Corão), não apenas na área da lei da família, como era o caso até então, mas também na lei criminal. Isto significou a introdução de novas proibições e punições como a flagelação, a amputação e a execução pelo apedrejamento.

Pelo menos cinco estados (Bauchi, Zamfara, Níger, Kaduna e Kano) criaram uma polícia religiosa, a *hisbah*, para impor a *sharia* na vida diária. Nalguns casos, têm sido acusados de impor a lei de maneira abusiva (por exemplo, apreendendo bebidas alcoólicas sem justificação).

Em princípio, a lei civil e criminal da *sharia* não pode ser imposta a não muçulmanos. As leis de apostasia islâmicas também não se aplicam a outras religiões. Contudo, a vida dos não muçulmanos no Norte da Nigéria tem sido afectada pela lei da *sharia* de muitas maneiras, sobretudo em termos de restrições ao consumo e distribuição de bebidas alcoólicas, bem como à segregação e discriminação das mulheres nos transportes públicos, escolas e clínicas.

Os estados que impõem a *sharia* de maneira liberal financiam a construção de mesquitas e peregrinações a Meca, mas são menos generosos com os edifícios religiosos cristãos ou com as peregrinações a Jerusalém. Muitas igrejas cristãs no Norte e alguns grupos muçulmanos no sul do país têm-se queixado de que as autoridades locais aplicam as leis de planeamento do território de tal forma que os impedem de construir os seus próprios locais de culto.

Diálogo inter-religioso

A Associação Cristã da Nigéria (CAN) é o principal grupo cristão ecuménico da Nigéria. Funciona como uma organização-mãe para defender os direitos cristãos e promover as relações inter-religiosas com os muçulmanos.

Nos últimos anos, o Conselho Inter-Religioso Nigeriano (NIREC) emergiu como o fórum mais importante para a cooperação e paz entre religiões. Tem cinquenta membros, vinte e cinco muçulmanos e vinte e cinco cristãos, e é co-presidido pelo presidente da CAN e pela maior autoridade muçulmana do país, o Sultão de Sokoto. Infelizmente, em 2011 só reuniu uma vez, por comparação com os encontros trimestrais dos anos anteriores.

Do lado positivo, os governadores dos estados do norte e do centro incentivaram os encontros inter-religiosos no seguimento dos incidentes sectários, para impedir que estes voltassem a acontecer. Em Kano e Kaduna, eminentes líderes muçulmanos visitaram líderes cristãos ameaçados pela Boko Haram, bem como lugares de culto cristãos, em solidariedade após estes terem sido atacados por esta organização terrorista islâmica extremista.

Durante os protestos contra a subida dos preços do combustível, os cristãos protegeram os muçulmanos durante os seus encontros de oração. Mulheres cristãs e muçulmanas protestaram em conjunto em Maiduguri, no estado de Bauchi, contra acções por parte da Boko Haram, que é particularmente activo na zona.

Intolerância e discriminação

Os actos de intolerância e discriminação religiosa mais generalizados têm sido os sofridos pelas várias comunidades cristãs nos estados mais islamizados da Nigéria (quase invariavelmente os doze estados que impuseram a lei da sharia). Exemplos deste tratamento incluem: acusações falsas de blasfémia contra o Islão, resultando em estudantes e professores cristãos a serem forçados a sair de escolas onde estudavam ou nas quais ensinavam; recusa de autorizações de construção de locais de culto e cemitérios cristãos, demolição de igrejas consideradas ilegais; rapto e ‘conversão’ forçada de cristãos adolescentes, sobretudo raparigas, que são depois ‘casadas’ com homens muçulmanos; discriminação anti-cristã no emprego no sector público e na prestação de serviços públicos; intimidação e ameaças de morte contra muçulmanos que se convertem ao Cristianismo; cristãos postos em julgamento perante tribunais de lei islâmica mesmo que eles não estejam sob a jurisdição destes tribunais; imposição da maneira de vestir islâmica para estudantes cristãs do sexo feminino nas escolas estatais; e a manipulação de critérios de admissão para escolas e universidades estatais a favor dos muçulmanos.

Membros da tribo Maguzawa, uma tribo da etnia Hausa, suportaram intensa discriminação porque, ao contrário de outras tribos Hausa, eles não são muçulmanos. Considerados como “pertencentes” aos estados do Norte sob lei nigeriana, seguem as religiões tradicionais ou várias formas do Cristianismo. Por esta razão, são excluídos do emprego no sector público e das escolas estatais, pois não abraçam o Islão.

Actos de violência inspirados na religião

De 1999 até ao fim de 2011, 14.000 nigerianos morreram em confrontos entre muçulmanos e cristãos. Na semana que se seguiu à eleição de 16 de Abril de 2011, pelo menos 800 pessoas foram mortas e 65.000 foram forçadas a deixar as suas casas, muitas das quais foram destruídas devido aos distúrbios que rebentaram nos estados

do norte depois de Goodluck Jonathan, um cristão do sul, ter derrotado Muhammadu Buhari, um muçulmano do norte.

O terrorismo da Boko Haram

Os ataques terroristas da Boko Haram cresceram exponencialmente em 2011. Os seus principais alvos foram as instituições federais e estatais e o seu pessoal, bem como igrejas cristãs e residentes cristãos nos estados do centro e do norte. O seu objectivo declarado é eliminar todos os vestígios do Cristianismo no território nigeriano.

Imediatamente após ter realizado ataques contra igrejas em cinco cidades no dia de Natal, a Boko Haram emitiu uma declaração ordenando que todos os cristãos abandonassem os estados do centro e do norte da Nigéria no prazo de três dias ou que esperassem a morte. Depois de ter passado o prazo, os ataques foram retomados. Mesmo alguns líderes muçulmanos tradicionais que criticaram abertamente o grupo estiveram na mira da organização. Três foram mortos.

Violência pós-eleição em Abril de 2011

Apesar de a violência que se seguiu às eleições presidenciais de 16 de Abril ter aparentemente tido motivos políticos, ela também é uma violação grave da liberdade religiosa, ao ponto de as pessoas que foram atacadas devido à sua religião e lugares de culto terem sido objecto de ataques destrutivos. A CAN relatou que pelo menos 430 igrejas foram danificadas ou destruídas. No anterior estado tranquilo de Kaduna, muitos muçulmanos também estiveram entre as vítimas.

A situação nos estados da Cintura Central (Middle Belt)

Ao longo de 2011, a violência sectária em grande escala irrompeu nos estados da Cintura Central ou Middle Belt, sobretudo na cidade de Jos, capital do estado do Planalto, onde os cristãos e os muçulmanos ficaram agora totalmente separados e onde o menor incidente de natureza pessoal entre pessoas de diferentes religiões pode desencadear violência em grande escala e um ciclo de retaliações.

Nas zonas rurais do estado do Planalto, os pastores muçulmanos da etnia Fula realizaram repetidos raids contra camponeses cristãos da etnia Berom, chegando até aos arredores da cidade de Jos. Só na área de Tafewa Belawa, mais de setenta cristãos foram mortos em vinte e três ataques.

Ataques mortíferos

Em 2010, a Boko Haram interrompeu as celebrações da véspera de Natal atacando locais cristãos em Maiduguri e Jos, respectivamente as capitais dos estados de Borno e do Planalto. Neste último caso, os ataques desencadearam uma série de retaliações que, durante o decorrer de Janeiro de 2011, fizeram cerca de 200 mortos cristãos e muçulmanos.

Perto de Maiduguri, os ataques a 24 de Dezembro, contra a Igreja Baptista Vitória em Alemderi e a Igreja de Cristo da Nigéria (COCIN) em Sinimari, tiraram a vida de seis pessoas, incluindo o Reverendo Bulus Marwa, um pastor baptista¹.

No mesmo dia, 24 de Dezembro, quatro bombas explodiram em dois bairros cristãos de Jos, matando vinte e oito pessoas. Em retaliação, oito jovens muçulmanos foram mortos a 7 de Janeiro na aldeia cristã de Barkin Ladi. No dia seguinte, gangues de

¹ *Compass Direct News*, 28 de Dezembro de 2010

jovens muçulmanos atacaram comerciantes cristãos no mercado de Dilimi e ao longo da estrada de Bauchi para Jos.

As vítimas, quarenta e oito de acordo com fontes da comunidade Ibo, foram golpeadas até à morte com catanas e facas ou queimadas vivas. No mesmo dia, pelo menos catorze muçulmanos foram mortos em Jos e nos arredores. Alguns foram capturados em postos de controlo improvisados. Autocarros foram obrigados a parar e as vítimas separadas dos outros passageiros.

A 10 de Janeiro de 2011, homens armados atacaram a aldeia cristã de Wareng, a sul de Jos, onde queimaram casas e mataram onze residentes, quatro mulheres e sete crianças.

De acordo com líderes muçulmanos e cristãos em Jos, dezenas de pessoas desapareceram em Janeiro de 2011, sobretudo condutores de táxis em motorizadas. De acordo com esta lista, quarenta e dois deles eram muçulmanos e cinquenta e um eram cristãos².

Raides nocturnos às aldeias cristãs de Farin Lamba e Fan provocaram oito mortos na segunda metade de Janeiro. Noutras aldeias locais, treze pessoas foram mortas em cinco ataques durante as duas semanas anteriores³.

Na noite de 26-27 de Janeiro, homens armados atacaram quatro aldeias cristãs na zona governamental local de Barkin Ladi, matando catorze pessoas. Forças Especiais do Exército capturaram vinte e nove atacantes e mataram dois deles. Um polícia da capital federal de Abuja foi o líder dos atacantes armados.

Entre 28 e 30 de Janeiro, estudantes cristãos e muçulmanos entraram em confrontos no campus da Universidade de Jos. Quatro pessoas morreram e vinte ficaram feridas, algumas quando o Exército interveio.

A violência no estado do Planalto também levou a protestos por parte de grupos cristãos que se queixam da fraca protecção policial ou mesmo de cumplicidade da polícia com os atacantes. A 31 de Dezembro, milhares de mulheres cristãs realizaram uma marcha em Jos para protestarem contra membros da Força de Intervenção Especial, a quem acusam de estar ao lado dos extremistas muçulmanos.

“Deploramos quaisquer instâncias em que soldados muçulmanos ajudaram ou participaram no ataque a aldeias”, dizia o anúncio de jornal publicado a 24 de Janeiro pela Zona Centro-Norte da Pentecostal Fellowship of Nigeria (PFN), e assinado pelos Reverendos J. K. Katung e S. Dangana, respectivamente vice-presidente nacional e secretário do PFN. “Num estado de domínio cristão como é o Planalto, perguntamo-nos porque é que toda a estrutura de comando da polícia estatal deve ser encabeçada por muçulmanos.”

Numa declaração a 23 de Janeiro, os Reverendos Mwelbish Dafes e Chuwang Davou, respectivamente presidente e secretário da sucursal da CAN (a Associação Cristã da Nigéria) no estado do Planalto, disseram: “Parece não haver nenhuma tentativa séria de lidar adequadamente com a situação, seja prevenindo futuras ocorrências ou processando devidamente os agressores, de modo a que isso sirva de dissuasão para outros.”

De modo mais geral, os líderes cristãos notaram que a segurança não tinha sido reforçada, embora os ataques da véspera de Natal tivessem sido anunciados antecipadamente⁴.

² *Human Rights Watch*, 27 de Janeiro de 2011

³ *allafrica.com*, 24 de Janeiro de 2011

⁴ *Compass Direct News*, 4 de Fevereiro de 2011

Outros nove cristãos de várias idades foram mortos de noite, entre 10 e 12 de Fevereiro, perto de uma escola agrícola em Kuru e na aldeia de Shekan, ambas próximo de Jos⁵.

Entre 27 de Janeiro e 1 de Fevereiro, confrontos nas zonas governamentais locais de Tafawa Balewa e Bogoro, no estado de Bauchi, fizeram noventa e seis mortos, sobretudo cristãos. Cinco mil pessoas ficaram sem casa. Uma discussão entre vizinhos cristãos e muçulmanos levou um grupo de cristãos a atacar cinco mesquitas e as casas de cinquenta residentes muçulmanos, levando a uma reacção muçulmana em massa. Foram buscar armas escondidas em depósitos secretos e trouxeram mercenários. Esta foi a quinta vez desde 1991 que incidentes sectários irromperam em Tafawa Balewa⁶.

A 10 de Março, mais incidentes foram relatados em Tafawa Balewa, resultando na destruição de treze igrejas e 450 casas, com mais 5.000 pessoas obrigadas a fugir⁷.

A 20 de Março, dois ataques contra igrejas falharam em Jos. Dois atacantes perderam a vida quando explodiu uma bomba que tinham planeado detonar perto da Igreja de Cristo da Nigéria, na área de Nasarawa Gwom. Outra bomba foi desactivada perto da Igreja da Montanha em Chamas. No mesmo dia, três cristãos foram esfaqueados até à morte e seis foram feridos⁸.

Entre 16 e 20 de Abril, a violência varreu pelo menos dez estados do Norte da Nigéria, no seguimento da reeleição do Presidente Goodluck Jonathan, um cristão do Sul. Multidões de jovens muçulmanos simpatizantes do candidato derrotado, o General Muhammadu Buhari, atacaram casas, lojas e lugares de culto pertencentes aos simpatizantes do candidato vencedor, sobretudo cristãos, e pegaram-lhes fogo. Pelo menos 200 igrejas cristãs foram destruídas ou gravemente danificadas.

Duas igrejas protestantes foram incendiadas em Kaduna e Zaria, onde um homem foi morto quando tentava parar a destruição de uma igreja. Duas outras igrejas foram incendiadas em Wusasa, cinco em Katsina e um número não especificado em Kano. No estado de Gombe, estudantes muçulmanos atacaram igrejas e vigararias, bem como estabelecimentos cristãos. O Bispo Anglicano Henry Ndukuba teve de ser salvo por duas brigadas de polícia anti-motim⁹.

Cinco igrejas e a casa de um pastor foram destruídas no estado de Zamfara, incluindo a Igreja Católica de São Judas. A Igreja de São Vicente Ferrer, em Gusau, foi também gravemente danificada. As irmãs dominicanas que trabalhavam na igreja tiveram de fugir e refugiar-se na aldeia vizinha¹⁰.

Cerca de 300 cristãos foram alegadamente chacinados só no estado de Kaduna, com 14.000 forçados a abandonarem as suas casas no seguimento dos ataques. No estado de Katsina, sessenta e cinco igrejas foram queimadas ou danificadas, incluindo algumas igrejas católicas como São Gabriel em Daura e Santa Teresa em Funtua, ambas completamente destruídas. Uma clínica gerida por uma paróquia em Malumfashi foi também incendiada e as camas da ala principal foram destruídas. Mais de 100 homens, mulheres e crianças cristãos da cidade fronteiriça de Jiba tiveram de fugir para o país

⁵ ICC www.persecution.org, 14 de Fevereiro de 2011

⁶ *Compass Direct News*, 15 de Fevereiro de 2011

⁷ *Release International*, 22 de Março de 2011

⁸ *The Christian Post*, 21 de Março de 2011

⁹ *International Christian Concern*, 21 de Abril de 2011

¹⁰ *The Nigerian Voice*, 20 de Abril de 2011

vizinho, o Níger. Outros fugiram para os estados do Sul, de onde tinham vindo. Sete cristãos foram mortos e muitos foram feridos.

No estado de Bauchi, vinte e oito cristãos, incluindo o Rev. Isman Dogari da Igreja Evangélica da África Oriental, foram mortos, enquanto setenta e oito edifícios de igrejas e outros imóveis foram incendiados entre 16 e 19 de Abril. No estado de Gombe, trinta e oito cristãos foram assassinados, dezassete igrejas e vinte e sete casas foram incendiadas e onze carros foram queimados. Dezassete igrejas foram queimadas em Hadeija e sete em Jahun, ambas no estado de Jigawa.

Os líderes cristãos pediram uma investigação federal à violência pós-eleitoral. “A violência foi política e religiosa, porque os cristãos, as nossas igrejas e edifícios foram os principais alvos da destruição por parte dos agressores”, disseram Peter Jatau e Saidu Dogo, respectivamente presidente e secretário da sucursal norte da Associação Cristã da Nigéria (CAN), num comunicado de imprensa a 30 de Abril.

Presente em dezanove estados do Norte, a CAN sente “que chegou o momento de o Governo federal dar passos decisivos para pôr um fim na carnificina que persiste no Norte, sob a aparência de fanatismo religioso, de modo a trazer os agressores perante a justiça”.

O Bispo Jonas Katung, vice-presidente nacional da zona central norte da Pentecostal Fellowship of Nigeria, disse, num comunicado emitido a 29 de Abril, que os ataques pós-eleitorais foram “uma descida à barbárie” na qual os cristãos do Norte foram o alvo e foram sujeitos a actos horrendos e sem piedade¹¹.

A violência pós-eleitoral foi condenada pelas mais altas autoridades religiosas do país, incluindo o Presidente Nacional da CAN, Rev. Ayo Oritsejafor, e o Sultão de Sokoto, Alhaji Sa’ad Abubakar.

Numa declaração conjunta do Conselho Inter-Religioso da Nigéria (NIREC) os dois disseram: “Recorrer à violência é uma interpretação ridícula dos nossos ensinamentos religiosos e uma traição da nossa reivindicação de fé [...] O NIREC implora a todos os nigerianos que explorem os significados constitucionais da procura de reparação [...] em vez de tomarem a lei nas suas próprias mãos.”¹²

Nalguns casos, os ataques desencadearam represálias por parte de grupos de jovens cristãos, que causaram a morte entre muçulmanos e danos aos seus bens.

Em Dengi (no estado do Planalto), a 29 de Abril, um gangue muçulmano atacou e destruiu uma igreja pertencente à Igreja Evangélica Winning All (ECWA), uma loja cristã de música e as casas de cinco famílias cristãs de diferentes congregações. Os atacantes tinham-se queixado anteriormente de que a loja de música perturbava as suas orações.

Na noite de 4 de Maio, um gangue de extremistas muçulmanos atacou a aldeia de Kurum, na província de Bogor (estado de Bauchi). Incendiaram vinte casas cristãs e mataram dezasseis pessoas com catanas e armas de fogo. Os mortos incluíam um homem, três mulheres e doze menores, alguns dos quais muito jovens. Várias vítimas eram membros da família do Rev. James Musa Rike, da Igreja de Cristo da Nigéria (COCIN), nomeadamente a sua mulher Dune James Rike (35 anos) e dois filhos, Sum James Rike (13 anos) e Fyali James Rike (1 ano). Ele deu conforto espiritual à sua mulher e filha

¹¹ *Compass Direct News*, 3 de Maio de 2011

¹² *Eni News*, 20 de Abril de 2011

Sum enquanto elas jaziam às portas da morte depois de terem sido deliberadamente esfaqueadas no estômago¹³.

A 1 de Junho e novamente a 7 de Junho, terroristas atacaram a Igreja Católica de São Patrício em Maiduguri (no estado de Borno), deitando bombas que mataram dez pessoas. A 1 de Junho, além da igreja católica, outros locais foram atacados, matando catorze pessoas. Mais tarde, catorze suspeitos foram detidos.

Também em Maiduguri, terroristas da Boko Haram levaram a cabo um ataque a 7 de Junho que matou o Rev. David Usman (45 anos) e Hamman Andrew, respectivamente pastor e secretário da congregação da Igreja de Cristo da Nigéria (COCIN) da zona de Railways Quarters. O Rev. Usman tinha criticado as acções terroristas da Boko Haram contra igrejas cristãs no estado de Borno¹⁴.

Na tarde de 16 de Junho, militantes da Boko Haram atacaram uma congregação da Igreja dos Irmãos em Damboa, a 87 km de Maiduguri, causando a morte de quatro pessoas¹⁵.

A 10 de Julho, terroristas da Boko Haram lançaram uma bomba a uma igreja da All Christian Fellowship Mission em Suleja, no estado do Níger, quando os crentes estavam a sair de um serviço religioso. Três foram mortos¹⁶.

Na noite de 30 de Julho e na manhã de 31 de Julho, três bombas explodiram perto de três igrejas num bairro predominantemente muçulmano na cidade de Jos (no estado do Planalto). Uma bomba atingiu o edifício de uma igreja baptista na área de Angwan Rimi que já não estava em uso por causa de um ataque prévio. Uma segunda bomba explodiu perto de uma Igreja de Cristo da Nigéria (COCIN), local de culto na Rua Sarkin Mangu. Uma terceira bomba atingiu um santuário da Assembleia de Deus na área de Kwarrarafa¹⁷.

Muitas testemunhas afirmaram que os extremistas muçulmanos que causaram a morte a vinte e quatro cristãos numa série de ataques contra aldeias no estado central do Planalto a meio de Agosto estavam a agir com o apoio de membros do Exército. Seis cristãos na aldeia de Ratsa Foron morreram em dois ataques, um a 11 de Agosto e outro a 15 de Agosto. Também a 15, extremistas muçulmanos mataram nove membros da mesma família cristã juntamente com outro cristão na aldeia de Heipang. Um sobrevivente da família chacinada testemunhou sob juramento que soldados do Exército tinham participado no ataque.

A 14 de Agosto, extremistas muçulmanos mataram dois cristãos e feriram uma mulher na comunidade de Chwelnyp, perto de Jos. Testemunhas oculares confirmaram que elementos muçulmanos dentro da Força de Intervenção Especial (STF) do Exército, uma unidade criada para proteger a lei e a ordem, e acabar com a violência sectária, tinham participado no ataque.

Os soldados foram igualmente acusados de participar aberta ou tacitamente nos ataques de 20-21 de Agosto, levados a cabo por extremistas muçulmanos nas aldeias de Kwi, Loton e Jwol, que fizeram mais seis mortos cristãos¹⁸.

¹³ *Compass Direct News*, 10 de Maio de 2011

¹⁴ *Compass Direct News* 10 de Junho de 2011

¹⁵ *Compass Direct News*, 13 de Julho de 2011

¹⁶ *Compass Direct News*, 19 de Julho de 2011

¹⁷ *Compass Direct News*, 2 de Agosto de 2011

¹⁸ *Compass Direct News*, 28 de Agosto de 2011

Nas primeiras horas de 21 de Agosto, extremistas muçulmanos entraram na aldeia cristã de Fadiya Bakut na zona governamental local de Zango-Kataf. Uma dúzia de muçulmanos ou mais do vizinho Níger atacaram casas locais, matando um adulto e uma criança de 10 anos, Fidelis Iskaku, e feriram mais três pessoas, incluindo uma idosa de 70 anos¹⁹.

A 27 de Agosto, Mark Ojunta foi morto a tiro na capital do estado de Borno, Maiduguri. Ele era um pastor evangélico de 36 anos que pertencia aos Calvary Ministries (CAPRO), uma organização protestante nigeriana especializada na evangelização entre os muçulmanos. Depois de receber ameaças de morte da Boko Haram, todo o pessoal do CAPRO a trabalhar entre os povos Shuwa Arab, Kotoko e Kanuri, bem como as suas famílias, foi evacuado. Contudo, Mark Ojunta tinha regressado para ensinar alguns catecúmenos do povo Kotoko. O seu nome estava numa lista de sacerdotes protestantes que a Boko Haram tinha condenado à morte²⁰.

A 29 de Agosto, vinte pessoas foram mortas em Jos durante um confronto sectário, depois de ter irrompido uma luta com facas e catanas após alguns muçulmanos terem organizado orações públicas para marcar o Ramadão num bairro predominantemente cristão. Cerca de cinquenta viaturas e 100 motorizadas foram destruídas²¹.

A 4 de Setembro, extremistas muçulmanos atacaram a aldeia de Tatu perto de Heipang, matando oito cristãos, todos membros da mesma família (Chollom Gyang, a sua mulher Hannatu e os seus seis filhos, incluindo um filho de 3 anos). As vítimas foram mortas e depois esquartejadas com catanas.

Na aldeia de Zakalio, na zona governamental local do Norte de Jos, cerca das 2 horas da manhã de 5 de Setembro, extremistas muçulmanos mataram sete cristãos. No mesmo dia, outro grupo de atacantes muçulmanos invadiram as comunidades de Dabwak Kuru e Farin Lamba nas zonas governamentais locais do Sul de Jos e de Riyom, matando quatro cristãos.

A 8 de Setembro, extremistas muçulmanos atacaram a aldeia de Tsohon Foron, matando dez cristãos, todos membros da família de Danjuma Gyang Tsok. Os sobreviventes disseram que os atacantes foram ajudados por membros das forças armadas nigerianas.

Na noite de 9 de Setembro, um grupo misto de soldados e civis muçulmanos atacou casas cristãs na aldeia de Vwang Kogot, matando catorze pessoas, incluindo uma mulher grávida. Muitas das vítimas eram provenientes da mesma família: Mallam Danboyi, Zaka Danboyi, Ngyem Danboyi, Hjan Badung, Naomi Gyang, Rifkatu (15 anos), Patience (9 anos), Ishaku (5 anos), Nerat (4 anos), Dauda Badung (22 anos), Martha Dauda (20 anos), Mary Dauda (6 anos), Isaac Dauda (4 anos) e Mafeng Bulus (18 anos), que estava grávida.

A 10 de Setembro, extremistas muçulmanos atacaram a aldeia de Vwang Fwil cerca das 3 horas da manhã, matando treze cristãos. Os mortos incluíram Danjuma Gyang Tsok, Polohlis Mwanti, Perewat Polohlis (9 anos), Patience Polohlis (3 anos), Blessing Polohlis (5 anos), Paulina Pam (13 anos), Maimuna Garba, Kale Garba, Hadiza Garba (10 anos) e Aisha Garba (3 anos)²².

Extremistas muçulmanos mataram três cristãos e feriram outros oito durante a noite a 17 de Setembro na aldeia de Ungwan Rana Bitaro, na província de Jaba (estado de

¹⁹ *Compass Direct News*, 31 de Agosto de 2011

²⁰ *Compass Direct News*, 17 de Outubro de 2011

²¹ *African Spotlight*, 29 de Agosto de 2011

²² *Compass Direct News*, 22 de Setembro de 2011

Kaduna). Os quinze ou mais atacantes arrastaram as vítimas para fora das suas casas e depois mataram-nas a tiro antes de as chacinarem com catanas. As vítimas eram Monday Hassan (55 anos), a sua filha Godiya (13 anos) e o seu sobrinho Istifanus Daniel (35 anos).

Na noite de 22 de Setembro, terroristas da Boko Haram mataram cinco donos cristãos de lojas na vila de Madala, no estado do Níger. Os atacantes ordenaram às vítimas que recitassem versos do Corão. Os mortos incluíam Sunday Emmanuel, John Kalu, Uche Nguweze, Oliver Ezemah e um quinto cristão que não foi imediatamente identificado²³.

A 3 e 4 de Novembro, extremistas muçulmanos atacaram duas aldeias perto de Zonkwa, no estado de Kaduna, matando três pessoas e ferindo doze. Os principais alvos foram as aldeias de Tabak 1, onde a Igreja Católica de S. José foi atacada, e a aldeia de Kurmin-Bi. Em ambos os casos, os ataques aconteceram por volta das 10 horas da noite. No primeiro incidente, foram mortas duas mulheres, Justina Zugwai (28 anos) e Hassana Luka (39 anos). No segundo incidente, foi morto um homem chamado Hassan Peter²⁴.

Às cinco horas da tarde de 4 de Novembro, um gangue com mais de 200 membros da Boko Haram irrompeu pela cidade de Damaturu, no estado de Yobe, visando as esquadras de polícia, uma base do Exército e bancos. Em Nova Jerusalém, a parte predominantemente cristã da cidade, onde residiam 15.000 cristãos, lançaram bombas a dez igrejas e levaram a cabo um banho de sangue, matando 130 pessoas. Muitas das vítimas foram chacinadas depois de os atacantes terem indagado a sua religião, levando-os a recitar versos do Corão. De acordo com testemunhas oculares, alguns muçulmanos residentes na cidade juntaram-se aos atacantes²⁵.

Entre 20 e 24 de Novembro, quarenta e cinco cristãos da tribo Berom foram mortos dentro e à volta da vila de Barkin Ladi, no estado do Planalto. Três cristãos foram mortos entre 20 e 21 de Novembro, alegadamente por roubarem gado bovino. No decurso de dois ataques que se seguiram, centenas de pastores do povo Fula, apoiados por soldados, invadiram primeiro uma congregação da Igreja de Cristo da Nigéria (COCIN) na noite de 23 de Novembro, matando quatro pessoas, incluindo um catequista, e depois, no dia seguinte, atacaram cristãos em Barkin Kadi e na aldeia de Kwok, matando vinte e seis pessoas. Ao grito de “Allahu Akbar”, os pastores levaram a cabo o ataque na manhã de 24 de Novembro, depois das orações da manhã na mesquita da seita Izala²⁶.

Às 2 horas da manhã da noite de 18 de Novembro, um grupo de muçulmanos da aldeia vizinha fez um raide a Gargari, na província de Bogoro (estado de Bauchi), matando quatro mulheres cristãs, três das quais crianças: Rifkatu Samaila (48 anos), Laraba Samaila (12 anos), Gloria Zakka (11 anos) e Martha Zakka (7 anos). Seis outros cristãos ficaram feridos.

Ao fim da tarde de 26 de Novembro, terroristas da Boko Haram tomaram de assalto a cidade de Geidam, no estado de Yobe, num comboio de automóveis. Depois de atacarem uma esquadra de polícia e o principal banco, com a ajuda de residentes locais identificaram propriedades, negócios e igrejas pertencentes aos 700 residentes cristãos da cidade, tendo então procedido a destruí-los sistematicamente. Cinco das oito igrejas da cidade foram bombardeadas: Igreja Católica de S. Patrício, Igreja Anglicana Emanuel, Igreja da Fé Viva, Igreja da Bíblia da Vida Mais Profunda e Igreja Querubim e Serafim.

²³ *Compass Direct News*, 27 de Setembro de 2011

²⁴ *Compass Direct News*, 8 de Novembro de 2011

²⁵ *Compass Direct News*, 11 de Novembro de 2011

²⁶ *Compass Direct News*, 28 de Novembro de 2011

Todos os edifícios destruídos estavam localizados nas zonas de Kafela, Akodiri Street e Low-Cost Housing Estate²⁷.

Uma pessoa morreu e dez ficaram feridas (quatro com gravidade) depois de os extremistas muçulmanos terem lançado três bombas, na noite de 10 de Dezembro, em três zonas cristãs distintas na cidade de Jos (estado do Planalto), durante a projecção de um filme e de um jogo de futebol²⁸.

Pastores da etnia Fula e outros muçulmanos atacaram a secção cristã da aldeia de Kukum Gida, no estado de Kaduna, na noite de 10 de Dezembro, matando uma mulher e ferindo duas, todas membros da mesma família cristã. A vítima foi Kunam Musa Blak (50 anos), membro da Igreja Evangélica Winning All (ECWA)²⁹, tal como os outros 425 residentes,

Terroristas da Boko Haram reivindicam a responsabilidade por uma série de ataques à bomba levados a cabo no dia de Natal contra igrejas cristãs em Madalla (estado do Níger), Jos (estado do Planalto) e Gadaka e Damaturu (estado de Yobe). O ataque mais mortal foi em Madalla, onde um carro bomba matou quarenta e cinco pessoas e feriu setenta e três à saída da Igreja Católica de Santa Teresa, no final da missa, incluindo os três polícias que estavam de guarda à igreja.

Falando à agência noticiosa *Fides*, Mons. John Olorunfemi Onaiyekan, Arcebispo de Abuja (a 60 km de Madalla), disse: “Espero que estas pessoas não tenham morrido em vão, os nigerianos estão a aperceber-se de que o terrorismo nos ameaça a todos, cristãos e muçulmanos. [...] No dia a seguir ao Natal, quando fui ao local do ataque juntamente com o Núncio, na presença do Ministro do Interior, aproveitei a oportunidade para lançar um forte apelo através da imprensa local à liderança islâmica da Nigéria, para que faça alguma coisa. Mesmo que os líderes religiosos muçulmanos continuem a afirmar que os membros da Boko Haram não pertencem ao verdadeiro Islão, devem contudo reconhecer que estes são muçulmanos, independentemente de serem bons ou maus, e que eles são quem tem a melhor oportunidade de identificá-los e quem deve demonstrar que estão a fazê-lo.”

Um polícia perdeu a vida no ataque contra a Igreja da Montanha em Chamas e a Igreja dos Milagres em Jos. Algumas pessoas foram feridas, mas nenhuma foi morta nos ataques a Gadaka e Damaturu.

“Os crentes têm razão em ter medo depois de um incidente como este, mas eles são fortalecidos pelo sangue dos mártires e não deixaram de participar na missa diária”, disse o Rev. Joseph Akor, director de comunicação da Diocese de Minna, a quem pertence a Paróquia de Santa Teresa³⁰.

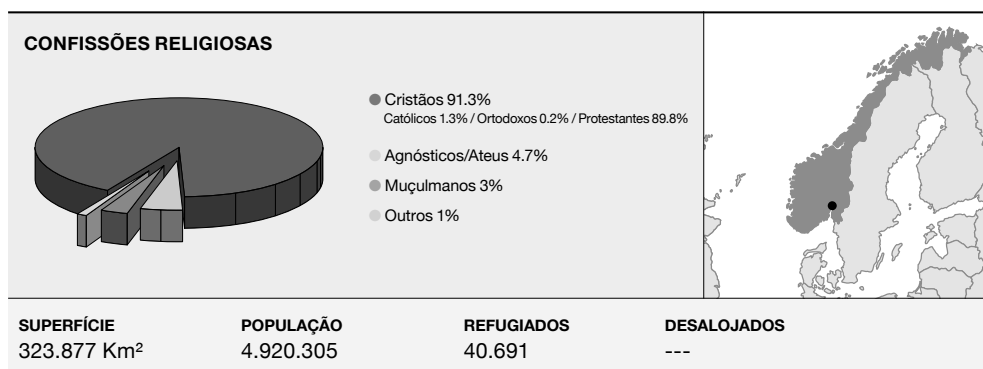
²⁷ *Compass Direct News*, 2 de Dezembro de 2011

²⁸ *Compass Direct News*, 15 de Dezembro de 2011

²⁹ *Compass Direct News*, 20 de Dezembro de 2011

³⁰ *Compass Direct News*, 29 de Dezembro de 2011

NORUEGA



A liberdade religiosa é garantida no Artigo 2 da Constituição, que também define que a Igreja Evangélica Luterana é a religião do Estado e obriga os que a professam a “educarem os seus filhos nesta religião”. O próprio Monarca é obrigado a pertencer a esta religião, a protegê-la e a preservá-la.¹

O debate sobre a separação entre o Estado e a Igreja Luterana resultou num relatório elaborado por uma comissão parlamentar. Foi decidido introduzir gradualmente medidas legislativas e alterações à Constituição que vão conceder ao longo de diversos anos maior autonomia à Igreja Evangélica Luterana e abolir o Estado confessional.

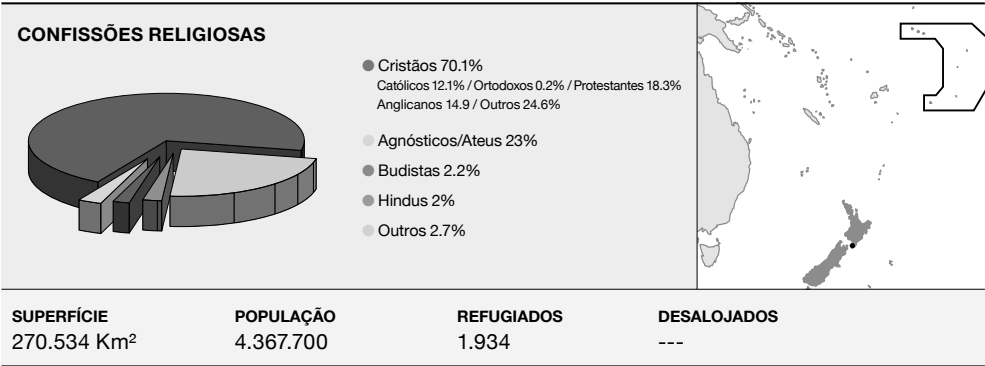
Desde Maio de 2012, com a revisão do Artigo 2 da Constituição, a Igreja Luterana já não é a Igreja do Estado.²

Todas as outras comunidades religiosas registadas receberam subsídios do Estado na proporção do seu número de membros e não há restrições de vistos de residência aos missionários estrangeiros.

¹ <http://www.stortinget.no/en/In-English/About-the-Storting/The-Constitution/The-Constitution>

² <http://www.kirken.no/english/news.cfm?artid=378447>

NOVA ZELÂNDIA

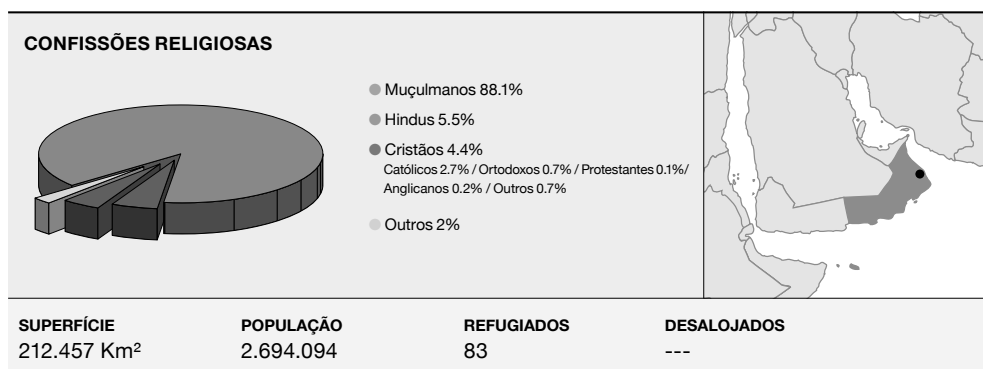


Durante o período abrangido por este relatório, não ocorreram variações na situação no país, quer em termos de legislação, quer em termos de ocorrências de facto.

Todos os direitos relativos à liberdade religiosa são reconhecidos na segunda parte da Lei da Carta dos Direitos da Nova Zelândia, datada de 1990, e que foi emendada em 1993. Não existe nenhuma religião de Estado e não é obrigatório para os grupos religiosos registarem-se junto das autoridades mas, se o fizerem, isso permite-lhes tirar proveito de benefícios fiscais. São permitidos os partidos políticos com base em religiões.

Muitas escolas são geridas pela Igreja Católica e por outros grupos cristãos, e recebem fundos públicos. A lei proíbe a educação religiosa durante o horário escolar, mas é prática comum permitir reuniões religiosas e orações a pedido.

As convicções religiosas tradicionais e a magia ainda estão muito difundidas.



A Carta Principal do Estado, datada de 1996, declara que o Islão é a religião do país e que a *sharia* é a fonte da lei.

A liberdade para praticar ritos religiosos é garantida caso estes estejam de acordo com a tradição e não perturbem a ordem pública.

O Artigo 29 do Código Penal estabelece uma sentença de prisão para quem blasfeme contra Deus ou os profetas e para os que ofendam quaisquer religiões. Este artigo é usado por vezes para restringir a expressão religiosa. O Sultão deu terrenos às comunidades cristã e hindu, constituídas quase exclusivamente por imigrantes, para que possam construir os seus locais de culto.

Todas as organizações religiosas devem registar-se junto do Ministério do Património Religioso e dos Assuntos Religiosos. As confissões religiosas cristãs reconhecidas pelo ministério incluem a Igreja Católica, a Igreja Protestante de Omã e o Centro al-Amana (cristão interconfessional). A Igreja dos Santos dos Últimos Dias (Mórmones) apresentou um pedido em Novembro de 2009, mas não há registo de qualquer resposta oficial.

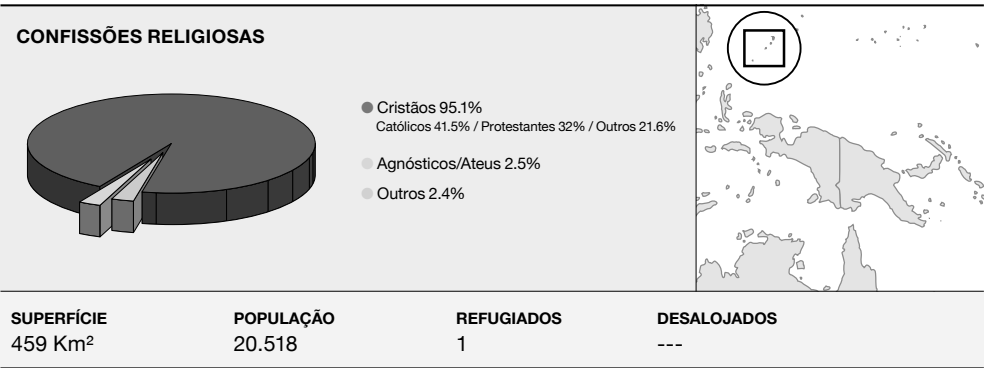
As comunidades religiosas não muçulmanas são livres de se manter em contacto com as suas Igrejas fora do país. A publicação de material religioso não muçulmano é proibida, embora as autoridades tolerem que seja importado do estrangeiro depois de ter sido inspeccionado.

Durante o período analisado por este Relatório não houve acontecimentos significativos ligados à liberdade religiosa.

Fontes:

Al-Khalij, Relatório Internacional sobre Liberdade Religiosa, AsiaNews

PALAU



O Artigo IV da Constituição de 1979 reconhece totalmente a liberdade religiosa e, no período abrangido por este relatório, não se registaram episódios que vão contra o exercício deste direito.

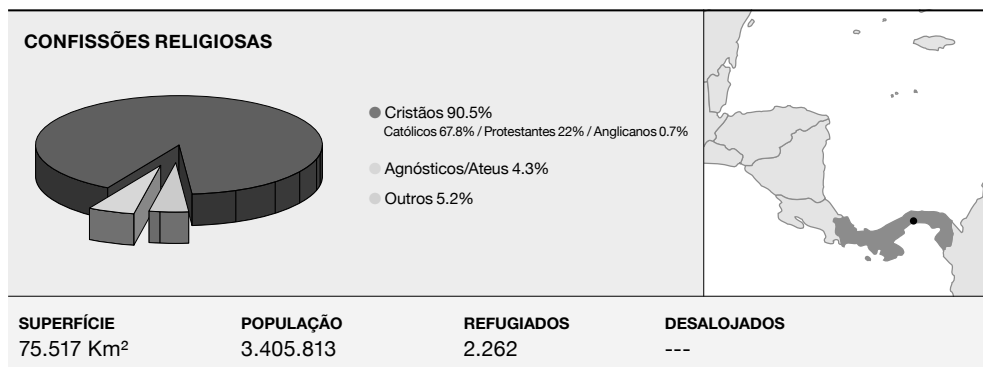
Os grupos religiosos têm de se registar enquanto organizações sem fins lucrativos e encontram-se isentos de impostos. O registo é rápido e nenhum pedido foi recusado nos últimos anos.

Os missionários estrangeiros precisam de um visto da Agência de Imigração do Palau. Não existe nenhum caso conhecido de candidatos a quem um visto tenha sido recusado.

O Governo providencia ajuda financeira a escolas paroquiais, assim como a organizações culturais. Também financia actividades culturais. Nenhuma religião é ensinada nas escolas públicas.

Desde 1998 que aos nativos do Bangladeche têm sido negadas as autorizações de trabalho (desde 2001 o mesmo acontece com os indianos e os nativos do Sri Lanka) depois de os empregadores se terem queixado de que as práticas religiosas de religiões “não cristãs” interferiam com o trabalho. No entanto, os nativos dos países acima mencionados já presentes no país não foram expulsos e continuam a ser livres de praticar a sua fé.

PANAMÁ

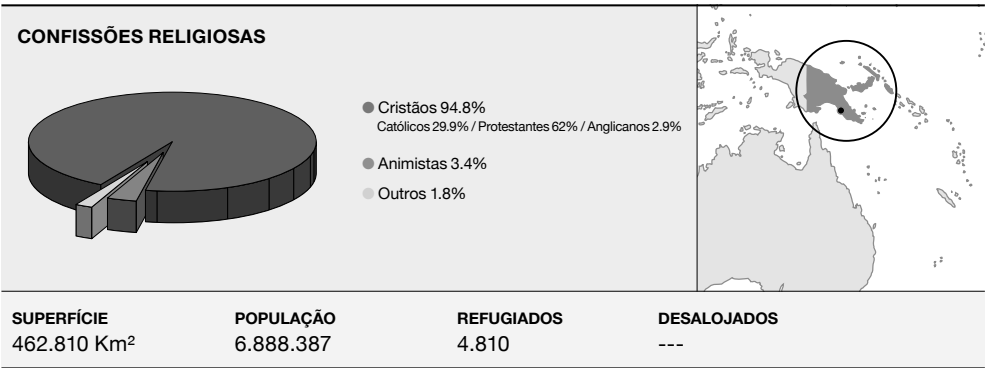


O Artigo 35º da Constituição de 1972, várias vezes emendado até 2004, reconhece a total liberdade religiosa, contanto que sejam respeitadas a moralidade cristã e a ordem pública. Este mesmo artigo reconhece o Catolicismo como a religião professada pela maioria dos cidadãos, embora a ela não sejam associados privilégios específicos.

A liberdade religiosa é efectivamente respeitada. As associações religiosas possuem estatuto jurídico e por conseguinte são autónomas e podem possuir património.

A permanência de missionários estrangeiros no país é permitida com um visto que é válido durante três meses, mas que pode, no entanto, ser renovado.

PAPUA NOVA GUINÉ

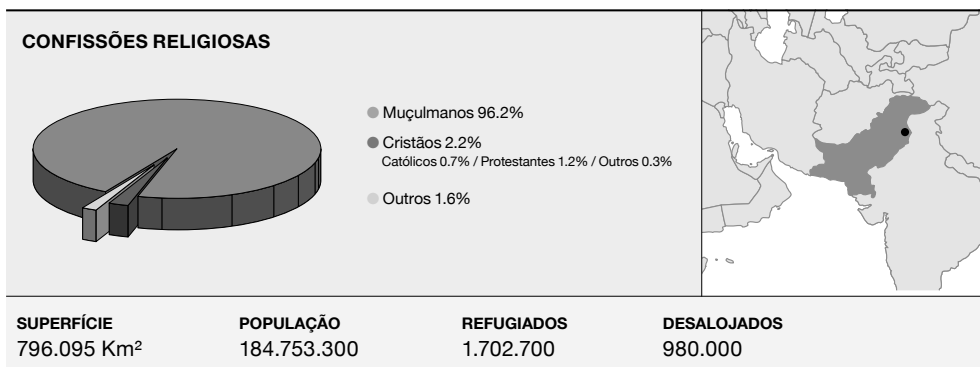


O preâmbulo da Constituição de 1975, que foi emendada em 1995, refere-se às “nossas nobres tradições e princípios cristãos”, mas a própria Constituição não reconhece nenhuma religião estatal. Pelo contrário, a liberdade religiosa é garantida pelo Artigo 45º e as actividades missionárias são permitidas.

As Igrejas cristãs providenciam cuidados médicos e serviços educacionais para os quais, em princípio, recebem ajuda financeira por parte do Estado.

Durante o período deste relatório, não há relatos de ocorrências significativas relativamente ao exercício da liberdade religiosa.

PAQUISTÃO



O ano de 2011 foi um *annus horribilis* para a liberdade religiosa no Paquistão. Sem dúvida será lembrado como um dos anos mais violentos, sangrentos e trágicos na história do país, marcado por dois grandes assassinatos, o do governador do Punjab, Salmaan Taseer, e o do ministro federal (Católico) das Minorias, Shahbaz Bhatti.

Os seus assassinatos estão estreitamente relacionados com a questão da liberdade religiosa, pois ambos (um muçulmano e um cristão, respectivamente) foram mortos porque queriam abolir ou pelo menos alterar a chamada lei da blasfêmia (Artigo 295, parágrafos B e C, e Artigo 298 do Código Penal do Paquistão), que impõem prisão perpétua ou morte para qualquer pessoa que insulte o Corão ou o nome do Profeta Maomé. Desde que entrou em vigor em 1986, a lei tem sido usada e abusada para resolver questões privadas ou coagir minorias religiosas. E é especialmente opressiva, pois o ônus da prova não pertence a quem acusa.

Os dois líderes paquistaneses acima referidos foram mortos devido ao caso de Asia Bibi, uma mulher cristã condenada à morte por falsas acusações de blasfêmia.

De acordo com a *Christian Solidarity Worldwide* (CSW), uma organização não governamental que monitoriza os direitos humanos, a liberdade religiosa e o destino dos cristãos no mundo, o extremismo muçulmano, a intolerância crescente, a anarquia e a impunidade ensombraram a liberdade religiosa no Paquistão.¹

Quadro legal da liberdade religiosa

A Comissão Justiça e Paz, da Conferência Episcopal Católica do Paquistão, pediu respeito pela liberdade de consciência e religião. Avisou que a lei da blasfêmia “transfere poder do Estado para os extremistas muçulmanos”.

A lei da blasfêmia foi introduzida pelo Governo do ditador Zia ul-Haq (1977-1988) que perseguiu uma política de islamização. A nova lei foi adoptada sem aprovação parlamentar. Quando o Paquistão (que quer dizer literalmente ‘Terra dos Puros’ em Urdu) foi criado em 1947, no seguimento da partição da Índia Britânica, pressupunha-se que o novo país tivesse uma base secular. Para o seu fundador, Ali Jinnah, a nova nação seria uma ‘terra para os muçulmanos’ no subcontinente indiano, mas não uma ‘terra muçulmana’ governada pela *sharia*. A tendência islamista que acabou por emergir é um desenvolvimento tardio, mas as consequências negativas deste processo podem ser vistas hoje em dia.

¹ Christian Solidarity Worldwide, *Religious freedom in the shadow of extremism*, 1 de Julho de 2011.

Em 2011, as principais questões de um ponto de vista legal não eram quaisquer novas normas que limitassem a liberdade religiosa, mas sim a incapacidade de revogar leis que limitassem os direitos e liberdades dos crentes e preservassem um sistema de discriminação e, nalguns casos, de perseguição contra minorias religiosas.

A possível revisão ou abolição da lei da blasfémia, chamada por muitos de ‘lei negra’, esteve no centro do debate público. Sherry Rehman, membro do Partido Popular do Paquistão na Assembleia Nacional, que foi também chefe do prestigiado Instituto Jinnah em Carachi, e mais tarde nomeada embaixadora do Paquistão para os Estados Unidos, apresentou uma proposta de lei para alterar a lei da blasfémia no seguimento do caso Asia Bibi.

Segundo proposta sua, um termo de cinco anos de prisão substituiria a pena de morte nos casos de blasfémia. Qualquer pessoa que fizesse acusações falsas ou incitasse ao ódio religioso seria punida e os casos de blasfémia seriam adjudicados pelo Supremo Tribunal. Ninguém podia ser detido sem provas e as pessoas que fossem detidas seriam protegidas.²

A proposta de lei causou raiva em grupos extremistas e partidos religiosos. A própria Rehman foi acusada de blasfémia. Com os assassinios de Taseer e Bhatti, o debate terminou e a proposta foi retirada. No final, o extremismo violento derrotou o Estado de direito e enfraqueceu ainda mais a liberdade religiosa.

No entanto, nem tudo foi mau. As pressões crescentes sobre o Governo paquistanês em fóruns internacionais tiveram algum efeito. Em 2011, o Paquistão mudou de posição e deixou de exigir que a difamação da religião fosse classificada como discurso proibido.

O Paquistão e outros países muçulmanos tinham até então seguido uma campanha “contra a blasfémia”, a difamação das religiões e a crítica das religiões (sobretudo o Islão). Se tivessem sido bem sucedidos, as perspectivas seculares poderiam ter sido totalmente banidas.

Embora respeitasse as perspectivas estabelecidas sobre direitos humanos e religião, uma resolução adoptada pelo Conselho dos Direitos Humanos reconheceu a complementaridade da liberdade de religião e da liberdade de expressão.

No país, o Ministério Federal das Minorias foi abolido em 2011, de acordo com a 18.^a emenda à Constituição, que transferiu certos poderes federais para as províncias. Algumas das responsabilidades perante as minorias foram transferidas do velho Ministério das Minorias para o novo Ministério da Harmonia Nacional.

Minorias e abusos contra a liberdade religiosa

Vários estudos e dados mostram que as minorias enfrentam uma situação difícil. E também destacam o facto de que a liberdade religiosa precisa urgentemente de protecção contra o aumento do extremismo.

Três relatórios separados chegam mais ou menos à mesma conclusão. Um é da Comissão dos Direitos Humanos do Paquistão (HRCP), uma das ONGs mais avançadas do país; outro é da Comissão Justiça e Paz da Igreja Católica; e o terceiro é do Instituto Jinnah, um grupo de reflexão maioritariamente muçulmano de orientação secular.

De acordo com a HRCP, 161 pessoas foram acusadas sob a ‘lei negra’ em 2011. Nove pessoas acusadas de blasfémia foram também mortas em execuções extrajudiciais.

² Agência Fides, 23 de Novembro de 2011.

Num relatório intitulado *Perils of Faith* [Perigos da Fé], a HRCP documentou o assassinio de dezoito defensores dos direitos humanos e de dezasseis jornalistas em 2011. Eles combateram os males da sociedade, desde a corrupção ao extremismo muçulmano, enquanto o “Estado permaneceu como espectador silencioso”.³

A Comissão Nacional Justiça e Paz da Conferência Episcopal Católica do Paquistão pediu que o observador especial das Nações Unidas para a tolerância religiosa visitasse o Paquistão e pedisse ao Governo que abolisse a legislação da blasfémia. No seu relatório *Human Rights Monitor 2011*, a Comissão referiu que as minorias religiosas no Paquistão são vítimas de intolerância religiosa e discriminação social. Isto inclui ataques contra as suas igrejas e instituições, e propaganda de incitamento ao ódio. O seu direito à liberdade religiosa tem sido abertamente violado e eles têm sido vítimas de conversões forçadas. As suas terras e bens também têm sido tomados pela força.⁴

O relatório refere que pelo menos quarenta pessoas foram acusadas de blasfémia em 2011 (quinze cristãos, dez muçulmanos, sete hindus e seis ahmadis). Entre 1986 (quando a lei da blasfémia entrou em vigor) e 2011, trinta e sete pessoas acusadas de blasfémia foram mortas em assassinios extrajudiciais (incluindo dezoito cristãos e dezasseis muçulmanos). Durante o mesmo período, 1.081 pessoas foram acusadas de blasfémia (138 cristãos, 468 muçulmanos, 454 ahmadis e 21 hindus).

No seu relatório, a Comissão pede o estabelecimento de dois comités permanentes, um para os direitos humanos e outro para as minorias religiosas. Eles possuiriam os poderes de um tribunal e teriam por tarefa a monitorização da situação.

Um grupo de reflexão secular internacional como o Instituto Jinnah, inspirado no Pai da Nação Ali Jinnah, também olhou para a liberdade religiosa e para a situação das minorias religiosas em 2011. E publicou um relatório intitulado *A Question of Faith*⁵ [Uma Questão de Fé], que pinta uma imagem pouco encorajadora. As minorias religiosas viram a sua situação deteriorar-se à medida que aumentou a violência contra elas.

O Instituto faz vinte e três recomendações em relação à situação e liberdade das minorias religiosas do país. Elas incluem a abolição ou a transformação substancial da lei da blasfémia para impedir o seu abuso, mudanças ao Código Penal do Paquistão para punir quem quer que incite à violência ou ao ódio religioso, o fim da impunidade para os líderes muçulmanos que pregam nas mesquitas e uma reforma da polícia e do sistema judicial.

Educação preconceituosa

A educação é crucial. Um estudo de 2011 pela Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF), uma organização independente e bipartidária, descobriu que a intolerância em relação às minorias religiosas é ensinada nas escolas públicas e privadas do Paquistão, como o provam os livros escolares usados. As suas descobertas indicam que o sistema educativo do Paquistão está na base do radicalismo muçulmano generalizado, notando que a militância no país é muitas vezes apoiada, tolerada e justificada.⁶

³ Comissão dos Direitos Humanos do Paquistão, *Perils of Faith*, Dezembro de 2011.

⁴ Comissão Nacional Justiça e Paz, *Human Rights Monitor 2011*, Setembro de 2011.

⁵ Instituto Jinnah, *A Question of Faith*, 7 de Junho de 2011.

⁶ Comissão Norte-Americana para a Liberdade Religiosa Internacional, *Connecting the dots: education and religious discrimination in Pakistan*, 9 de Novembro de 2011.

Intitulado *Connecting the dots: education and religious discrimination in Pakistan* [Ligar os pontos: educação e discriminação religiosa no Paquistão], o estudo implicou que os autores reviram mais de 100 manuais escolares, do 1.º ao 10º ano, de todas as quatro províncias do Paquistão. Em Fevereiro de 2011, visitaram trinta e sete escolas preparatórias e secundárias, e entrevistaram 277 alunos e professores. Também entrevistaram 226 alunos e professores em dezanove madrassas.

Os resultados mostram que os membros das minorias religiosas são muitas vezes considerados como cidadãos inferiores ou de segunda classe. Os hindus foram descritos repetidas vezes como extremistas e inimigos eternos do Islão. Os manuais escolares também fazem referências específicas, geralmente negativas, aos cristãos. Ao todo, o material educativo promove a ideia de que a identidade muçulmana no Paquistão está sob constantes ameaças de forças anti-islâmicas.

Além disso, os ensinamentos islâmicos são não só encontrados nos textos religiosos mas também nos livros de história. Isto significa que os alunos não muçulmanos são doutrinados com ideias islâmicas, o que é uma violação da Constituição do Paquistão e do princípio universal da liberdade de religião.

Ataques anticristãos

Houve muitos actos de violência contra cristãos e locais cristãos em 2011. Muitos dos que ocorreram não foram reportados na sua maioria, porque as vítimas tiveram medo de possíveis retaliações. As histórias que são descritas a seguir são apenas as mais impressionantes, aquelas que chegaram à imprensa paquistanesa e internacional, e são, por isso, apenas a ponta do icebergue.

A 28 de Março de 2011, um grupo de homens atacou a Igreja Católica de S. Tomás de Wah Canntt, a cerca de 50 km de Rawalpindi. Embora a igreja tivesse apenas sofrido danos menores, os atacantes conseguiram forçar a entrada no pátio, onde atiraram pedras a candeeiros e janelas, e tentaram abrir a porta da igreja à força, incendiando-a. Um membro da igreja, assustado com o barulho, alertou o pároco e a polícia.⁷

A 17 de Abril de 2011, uma multidão de muçulmanos radicais atacou a Igreja Pentecostal Unida em Gujranwala (Punjab), impedindo a celebração do Domingo de Ramos. Centenas de cristãos reunidos para a celebração foram forçados a fugir; muitos foram também espancados. Paradoxalmente, a polícia deteve doze cristãos em resultado do incidente.⁸ Os extremistas que atacaram a igreja foram atrás de Eric Issac, o pastor da igreja, porque ele tinha pedido a libertação de Mushtaq Gill e do seu filho, Farrukh Mushtaq Gill, que tinham sido detidos a 16 de Abril sob falsas acusações de blasfémia.

Michael Javed, um legislador católico, causou alvoroço quando descreveu os acontecimentos ocorridos em Carachi (Sindh), principal cidade do sul do Paquistão, como “limpeza étnica”.⁹ Nos bairros suburbanos de Essa Nagri (onde vivem 700 famílias cristãs), Ayub Goth (onde vivem cerca de 300 famílias cristãs) e Bhattaibad, crianças cristãs foram violadas e torturadas, foi exigido resgate às famílias cristãs e a comunidade cristã teve de sofrer abusos e violência incalculáveis.

Entre os muitos exemplos incontáveis de violência perpetrada por movimentos políticos islâmicos (muitas vezes da etnia pashtun), Javed destacou os casos de crianças cristãs

⁷ Agência Fides, 29 de Março de 2011.

⁸ Agência Fides, 18 de Abril de 2011.

⁹ Agência Fides, 14 de Janeiro de 2012.

detidas e violadas em “células de tortura” reais. O objectivo desta violência era eliminar os cristãos da zona.

O Reverendo Jamil Sawan,¹⁰ um sacerdote protestante, e Jamil Masih, um vendedor cristão de 50 anos de idade,¹¹ foram mortos em Carachi, uma cidade caracterizada por sectarismo e elevados níveis de violência. Dois atiradores desconhecidos mataram o vendedor a tiro quando ele abriu a sua loja em Gulshan-e-Iqbal, o mesmo bairro onde o Reverendo Sawan foi morto.

O Punjab, o coração do país, tem sido particularmente mau para os cristãos. Os casos mais conhecidos são o de Shahbaz Masih, um jovem cristão morto por muçulmanos em Kasur;¹² e o caso indicado pela Aliança das Minorias Paquistanesas (APMA), envolvendo outro jovem cristão, Imran Masih, que foi torturado e morto pelo seu patrão, um proprietário muçulmano rico, num contexto de discriminação social e religiosa.¹³

Mulheres e raparigas cristãs continuaram igualmente a ser vítimas de actos de violência. Sonia Bibi, uma cristã de 20 anos de idade de Kasur, foi violada em gangue por um grupo de jovens muçulmanos. Rebecca Bibi, uma empregada cristã de 12 anos de idade de Lahore, perdeu um olho ao ser espancada pela sua patroa, uma muçulmana.¹⁴

Outro caso extraordinário foi o de Mariah Manisha, uma jovem mulher católica de Samundari (Faisalabad) que foi morta por um muçulmano que a tinha raptado com a intenção de “casar” com ela.¹⁵ Para os cristãos locais, ela tornou-se numa “mártir da fé”, uma “Maria Goretti paquistanesa”. No seguimento de uma investigação policial e de mediação entre líderes cristãos e muçulmanos, a sua família perdoou ao assassino.

Os cristãos foram também raptados. O Reverendo Robin Javed, um sacerdote anglicano, foi raptado na cidade de Attock (Punjab) em Maio de 2011, provavelmente por grupos fundamentalistas muçulmanos ligados aos talibãs.

As vítimas das leis da blasfémia

A iníqua lei da blasfémia tem produzido as suas próprias vítimas. Tal como já sugerido, esta lei tem sido demasiadas vezes usada como instrumento directo contra pessoas inocentes e minorias religiosas, sobretudo quando suportada por falsas acusações.

A Associação de Desenvolvimento Evangélico (LEAD), uma associação cristã multi-confessional, referiu que o Mons. Pervaiz Joseph, um bispo protestante, e o Reverendo Baber George, foram forçados a fugir para o estrangeiro depois de terem sido falsamente acusados de blasfémia e terem recebido ameaças de morte de muçulmanos radicais.¹⁶ Na altura, o bispo era o representante cristão no Conselho Inter-religioso e Internacional da Paz (IPCIP).

Quando Amanat Masih, um cristão injustamente detido por acusações de blasfémia em 2007, foi libertado por ordem de um tribunal, um grupo de fundamentalistas muçulmanos liderado por um imã raptou o seu filho, Shahzad Masih, de 23 anos, e a sua nora, Rukhsana Bibi, de 20 anos. Eles queriam encontrá-lo para o matarem. O jovem casal ficou

¹⁰ *AsiaNews*, 17 de Novembro de 2011

¹¹ *Pakistan Christian Post*, 17 de Novembro de 2011

¹² *Legal Evangelical Association Development*, 20 de Novembro de 2011.

¹³ Agência *Fides*, 10 de Fevereiro de 2011.

¹⁴ Agência *Fides*, 2 de Dezembro de 2011.

¹⁵ Agência *Fides*, 2 de Dezembro de 2011.

¹⁶ Agência *Fides*, 15 de Novembro de 2011.

detido durante dez dias na sua aldeia natal de Farooqabad, perto de Sheikhpura (Punjab), onde foi espancado e forçado a recitar orações muçulmanas sob pena de ser morto.¹⁷

Khurram Masih, de Qazi, uma vila perto de Lahore (Punjab), é outro cristão que foi preso sob falsas acusações de blasfémia. A Fundação Masihi, uma organização de direitos cristãos, disse que o trabalhador da construção civil de 25 anos de idade tinha queimado alguns pedaços de madeira e papel. Quando um homem muçulmano chamado Abdul Majeed viu o fogo, começou a gritar que Khurram Masih tinha rasgado uma cópia do Corão e queimado algumas partes.¹⁸

Entretanto, o pesadelo judicial de Ruqqiya Bibi também continua. Foi condenada em 2010 por um tribunal de Kasur (Punjab) a vinte e cinco anos, por profanar o Corão, porque lhe tocou sem lavar as mãos. O seu marido, Munir Masih, recebeu a mesma sentença.¹⁹

Felizmente, houve um caso com um desfecho positivo. Rehmat Masih, de 72 anos, um católico de Faisalabad, foi libertado depois de passar dois anos terríveis na prisão por causa de falsas acusações de blasfémia.

Qamar David, outro católico condenado a prisão perpétua por acusações de blasfémia, morreu a 15 de Março de 2011 numa prisão de Carachi, aparentemente de um ataque de coração.²⁰ A Igreja Católica pediu às autoridades que esclarecessem o caso, porque muito poucas pessoas acreditam na versão oficial dos acontecimentos.

Nos últimos anos, o Punjab tornou-se no centro dos casos de blasfémia. Das quarenta e cinco pessoas acusadas, quarenta e três foram mortas em execuções extrajudiciais, por vezes mesmo antes de ter sido apresentado um caso contra elas.

Nem as mulheres têm sido poupadas. Agnes Nuggo, uma católica de Faisalabad com 50 anos de idade e mãe de cinco filhos, foi acusada de blasfémia por alguns dos seus vizinhos muçulmanos que alegaram a posse de um terreno.²¹

Acusado de blasfémia, um cristão, Masiah Gill, escondeu-se depois de ter começado a receber ameaças de morte se não o fizesse. Isto aconteceu perto de Mardan, uma cidade na província de Khyber Pakhtunkhwa (norte do Paquistão), e foi ligado ao caso do Reverendo Terry Jones, o sacerdote norte-americano que queimou uma cópia do Corão.

Na mesma província, uma rapariga cristã de 13 anos de idade, Faryal Bhatti, foi acusada de blasfémia porque pronunciou mal uma palavra durante um exame escolar²² na aldeia de Havelian. O seu erro, que serviu de desculpa para usar de vingança contra ela e a sua família, foi o de ter pronunciado a palavra '*naat*' (poesia de elogio) como '*laanat*' (maldição), um erro que as crianças fazem facilmente pois as duas palavras são semelhantes na maneira de escrever.

O director da escola, Asif Siddiqui, expulsou a rapariga e chamou os líderes religiosos muçulmanos locais para resolverem a questão. Estes apresentaram queixa oficial de blasfémia contra a rapariga.

Dado o número de casos, uma vez mais foram feitos pedidos para uma moratória sobre a aplicação da lei da blasfémia, uma proposta apoiada por Paul Bhatti, conselheiro

¹⁷ Agência Fides, 4 de Novembro de 2011.

¹⁸ AsiaNews, 6 de Dezembro de 2011.

¹⁹ Agência Fides, 29 de Outubro de 2011.

²⁰ Assist News, 15 de Março de 2011.

²¹ Agência Fides, 22 de Fevereiro de 2011.

²² The Express Tribune, 25 de Setembro de 2011.

especial do primeiro-ministro para questões de minorias, bem como por inúmeros intelectuais, jornalistas, académicos e activistas de direitos humanos.

O caso Asia Bibi

Em 2011, a opinião pública mundial foi abalada pelo destino de Asia Bibi. Ela é uma mulher cristã com filhos que foi condenada à morte por blasfémia. Tem estado detida na prisão de Sheikhpura (Punjab) desde Junho de 2009. O seu destino levou o Papa Bento XVI a fazer um apelo em seu nome em Novembro de 2010. Quando um líder muçulmano pôs a cabeça dela a prêmio, as autoridades prisionais transferiram-na no início de 2011 para uma cela no isolamento, para a proteger de possíveis atentados à sua vida.²³

Contudo, o caso contra ela está cheio de lacunas. O tribunal que a julgou estava “sob óbvia pressão de extremistas islâmicos” e devido a uma “vingança pessoal”.

A investigação estava viciada por uma óbvia irregularidade processual. Para o Instituto Jinnah, a polícia interrogou Asia durante a fase preliminar sem a presença de um advogado de defesa. Isto, para o grupo de reflexão de Carachi, constitui base suficiente para retirar o caso do tribunal. Desde o início que o caso de Asia Bibi tem estado repleto de irregularidades e abusos.²⁴

Depois de se encontrar com Asia Bibi na prisão, a Comissão Nacional sobre a Situação das Mulheres do Paquistão comprovou que só oito dias após o incidente, em que a mulher cristã tinha alegadamente feito comentários blasfemos, é que um líder religioso muçulmano local, Qari Muhammad Salim, com três mulheres como suas testemunhas, apresentou a queixa que levou à detenção de Bibi.

No entanto, tudo indica que o juiz que a condenou ignorou as provas e agiu sob pressão de extremistas muçulmanos. Acima de tudo, desde o início, Asia Bibi não recebeu aconselhamento jurídico, que é um direito protegido pela Constituição, e constitui um erro suficientemente grave para que a sua condenação seja anulada.

No seu relatório de 2010, a *Human Rights Watch* (HRW) disponibilizou mais provas do estado deplorável dos direitos humanos no Paquistão. Para esta organização de direitos humanos, o caso de Asia Bibi simboliza a perseguição que os cristãos e outras minorias religiosas têm de suportar.²⁵

Mais de 580.000 pessoas em mais de cem países em todo o mundo assinaram uma petição lançada pela organização Voz dos Mártires (VOM). A petição pede que o Governo do Paquistão liberte Asia Bibi, que se tornou num símbolo da forma como a lei da blasfémia é abusada. Algumas ONGs submeteram o seu caso ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Shahbaz Bhatti, mártir da liberdade religiosa

O ano de 2011 será lembrado pelo assassinio a 2 de Março, em Islamabad, de Shahbaz Bhatti, o ministro federal para as Minorias, um católico de 42 anos de idade. De acordo com a investigação preliminar, um grupo talibã chamado Tehrik-i-Taliban-Punjab foi responsável.²⁶

²³ Agência Fides, 26 de Janeiro de 2011.

²⁴ Agência Fides, 15 de Setembro de 2011.

²⁵ *Human Rights Watch, World Report 2011*, 31 de Janeiro de 2011.

²⁶ *BBC News*, 2 de Março de 2011.

No seguimento da sua acção a favor dos direitos humanos e das minorias religiosas, Bhatti estabeleceu a Frente de Libertação Cristã e a Aliança das Minorias Paquistanesas. Como defensor da liberdade religiosa, procurou mudar a lei da blasfémia e isso custou-lhe a vida.

Numa assembleia realizada em Multan de 20 a 25 de Março, a Conferência Episcopal Católica do Paquistão decidiu fazer um pedido formal à Santa Sé para que proclame o ministro católico Shahbaz Bhatti um “mártir e patrono da liberdade religiosa”.²⁷ A sua Bíblia em urdu foi exposta na Basílica de S. Bartolomeu, na Ilha de Tibre em Roma, uma igreja dedicada a “novas testemunhas da fé”.

“Se a palavra tem algum significado, Salmaan Taseer, o governador de 64 anos do Punjab no Paquistão” também seria considerado “um verdadeiro mártir”, escreveu o jornal britânico *The Tablet*.²⁸ Como verdadeira testemunha, “ele advogou que se mudasse a lei da blasfémia” e defendeu incansavelmente uma das suas vítimas, Asia Bibi.

Os advogados que representam Mumtaz Qadri, o confesso assassino de Taseer (mas considerado um “herói” para os grupos radicais), apresentaram um recurso em seu nome ao Supremo Tribunal em Islamabad, o qual suspendeu, enquanto durasse a fase de recurso, a sentença de morte imposta pelo Tribunal Anti-Terrorismo de Rawalpindi.

Ataques contra hindus, ahmadis e xiitas

Outros grupos religiosos também não evitaram a violência sectária, sejam eles hindus não muçulmanos, muçulmanos “hereges” como os ahmadis ou o outro principal grupo muçulmano do Paquistão, os xiitas, que representam 20% da população.

Quatro médicos hindus foram assassinados na sua clínica em Chak, uma vila perto de Shikapur, na província de Sindh. O incidente criou medo e causou protestos entre membros de minorias religiosas, alguns dos quais fizeram “greve de fome”.²⁹

Em 2011, foram levados a cabo trinta ataques contra xiitas, resultando na morte de 203 pessoas.³⁰ Entre os grupos radicais sunitas, os xiitas são vistos como “hereges” e “traidores”, indignos de caminharem na “terra dos puros”.

Em Julho de 2011, o Supremo Tribunal do Paquistão libertou Malik Ishaq, o líder de um grupo radical sunita chamado Lashkar-e Jhangvi, que esteve envolvido em quarenta e quatro casos de assassinios em massa.

Em Junho de 2011, no Baluquistão, este e outros grupos extremistas sunitas, como o Tehrik-e-Taliban do Paquistão e o Sipah-e-Sahaba do Paquistão, entregaram panfletos que diziam que matar xiitas era “obrigatório”.

Os ahmadis também são vítimas de intimidação e perseguição sistemáticas. A Constituição paquistanesa nega-lhes o direito a chamarem-se muçulmanos, a visitarem mesquitas ou a cantarem hinos de elogio ao Profeta Maomé.

No seguimento da morte de noventa e quatro ahmadis em Maio de 2010 em Lahore, a violência e a perseguição anti-ahmadi aumentaram consideravelmente. No ano passado, pelo menos seis morreram em assassinios, enquanto mais trinta e um sobreviveram a ataques ou tentativas de assassinio.³¹

²⁷ Agência Fides, 26 de Março de 2011.

²⁸ *The Tablet*, 8 de Janeiro de 2011.

²⁹ Agência Fides, 8 de Novembro de 2011.

³⁰ *South Asia Intelligence Review*, 23 de Abril de 2012.

³¹ Jama'at Ahmadiyya Pakistan, *Persecution of Ahmadis in Pakistan during the Year 2011*, Maio de 2012.

Em Junho de 2011, apareceram panfletos na cidade de Faisalabad (Punjab). Continham os nomes e moradas de famílias ahmadi e pediam que elas fossem mortas. O nome de Naseem Ahmed estava na lista. Uns meses mais tarde, o homem de 55 anos foi morto em casa.

O Governo do Punjab exige agora que os estudantes digam se são “muçulmanos ou não muçulmanos” na sua candidatura à escola ou universidade. A consequência desta medida é que muitos ahmadis foram expulsos da universidade ou viram as suas candidaturas recusadas.

Por sua vez, os talibãs continuaram a sua campanha de terror. Inspirados pelos ensinamentos da Escola Deobandi, atacaram santuários sufitas. Para eles, o sufismo, com o seu foco na dimensão espiritual do Islão, é demasiado moderado.

Um dos piores incidentes anti-sufitas ocorreu a 3 de Abril de 2011. Um ataque suicida foi realizado contra o santuário sufita Sakhi Sarwar no distrito de Dera Ghazi Khan (Punjab). Cerca de cinquenta pessoas foram mortas, incluindo mulheres e crianças, e mais de 100 pessoas ficaram feridas.³²

Discriminação das minorias na sociedade

As minorias religiosas do Paquistão são sistematicamente discriminadas. Isto tornou-se muito claro após as cheias de 2011. Na província de Sindh, mais de 5 milhões de pessoas em vinte e dois distritos foram afectadas pelo problema. Muitas delas eram cristãs e hindus dalit, ou seja, intocáveis, a quem foi negada ajuda humanitária e que foram expulsas de campos de refugiados criados pelo Governo, como noticiou a Igreja local.³³

Ao nível cultural, os grupos radicais também querem reduzir ou eliminar a influência cristã na sociedade paquistanesa. O Jamiat Ulema-e-Islam, um partido islâmico radical, lançou uma campanha contra a Bíblia, que descreveu como um “livro pornográfico e blasfemo”. Para alcançar este fim, apresentou um apelo ao Supremo Tribunal do Paquistão para que este proibisse a Bíblia.

Apenas a intervenção do Ministério da Harmonia Nacional paquistanês frustrou uma tentativa semelhante de fazer com que as palavras ‘Jesus Cristo’ fossem acrescentadas à lista de palavras proibidas nas mensagens de telemóvel, tal como a Autoridade das Telecomunicações do Paquistão planeava fazer inicialmente.³⁴

Finalmente, em Okara (Punjab), uma tipografia recusou-se a reproduzir imagens sagradas com a face de Jesus e a Santa Cruz.³⁵

A questão das conversões forçadas

As conversões forçadas são uma grave violação da liberdade religiosa no Paquistão. Quase mil raparigas e mulheres estão envolvidas em cada ano, 700 cristãs e 250 hindus. A situação é tal que o Governo foi forçado a analisar o problema.³⁶

Num caso, um gangue de militantes muçulmanos raptou Ana, uma rapariga de 12 anos de Lahore, e violou-a durante oito meses. Depois disso, ela foi convertida e forçada a casar com um muçulmano. Os homens que a raptaram e violaram estão em liberdade

³² *Pakistan Observer*, 3 de Abril de 2011.

³³ Agência *Fides*, 16 de Setembro de 2011.

³⁴ Agência *Fides*, 23 de Novembro de 2011.

³⁵ Agência *Fides*, 29 de Setembro de 2011.

³⁶ Agência *Fides*, 10 de Junho de 2011.

sob fiança, porque pertencem ao Lashkar-e-Tayyaba, um grupo islâmico radical banido por terrorismo.³⁷

Outro caso envolve Farah Hatim, uma jovem cristã que foi raptada, forçada a converter-se e a casar com um muçulmano na cidade de Rahim Yar Khan. Um grupo de ONGs cristãs pediu ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que interviesse.³⁸

O Major Arif Atif Rana, um oficial dos Serviços Secretos Internos do Paquistão (ISI), raptou Sehar Naz, de 24 anos, de Faisalabad, no Punjab. Deteve-a durante quatro dias durante os quais abusou dela e a violou repetidas vezes.³⁹

Em Maio de 2011, um grupo de homens muçulmanos raptou duas jovens mulheres cristãs, Rebecca Masih e Saima Masih, no distrito de Jhung, perto de Faisalabad, e forçou-as a converterem-se ao Islão.

Sidra Bibi, uma rapariga de 14 anos de idade do distrito de Sheikhpura, foi também abusada física e psicologicamente; no entanto, conseguiu escapar ao seu abusador. Grávida e prostrada pela sua vivência, conseguiu chegar à casa da sua família. Quando apresentou queixa à polícia, o seu pedido foi rejeitado.

Uma rapariga cristã de 15 anos de idade, de Gulberg, Uzma Bibi, e outra de 20 anos, de Lahore, Saira Bibi, foram levadas à força pelos seus vizinhos muçulmanos, convertidas ao Islão e forçadas a casar de acordo com o rito islâmico.⁴⁰

Em 2010, duas outras histórias causaram alvoroço. No primeiro caso, Kiran Nayyaz, uma rapariga católica de 13 anos de idade de Faisalabad, engravidou depois de ter sido abusada sexualmente. No segundo, Shazia Bashir, uma rapariga cristã de 12 anos de idade, foi violada e assassinada em Janeiro de 2010.

Um relatório da Comissão Justiça e Paz da Conferência Episcopal refere que as mulheres das minorias religiosas se encontram numa situação intolerável, “duplamente discriminadas e marginalizadas”, abusadas, assediadas e por vezes convertidas à força.

Intitulado *Living on the Margins* [Viver à Margem], o relatório baseia-se em entrevistas a mais de mil mulheres hindus e cristãs, realizadas em oito distritos do Punjab e dezoito de Sindh, onde vivem 95% das minorias religiosas do Paquistão.

O estudo mostra que as mulheres em minoria enfrentam “disparidades legais, preconceitos, conversões forçadas e falta de atenção política”. Por esta razão, há uma “necessidade urgente de rever as leis que tocam a esfera da religião e da igualdade entre os sexos”.⁴¹

³⁷ Agência Fides, 11 de Outubro de 2011.

³⁸ Agência Fides, 22 de Agosto de 2011.

³⁹ Agência Fides, 29 de Abril de 2011.

⁴⁰ Agência Fides, 11 de Outubro de 2011.

⁴¹ Agência Fides, 6 de Março de 2012.

PARAGUAI



Em termos de liberdade religiosa, não se registaram alterações à legislação no período em análise.

Durante a sua visita ao Paraguai no final de Março de 2011, Heiner Bielefeldt, o Enviado Especial das Nações Unidas para a Liberdade Religiosa, foi elogioso sobre o clima aberto e tolerante tanto no Governo como na sociedade. Contudo, enfatizou que “ainda há espaço para melhorias, no sentido de um maior respeito pelos direitos humanos, sobretudo na área da não discriminação.” A referência dirigiu-se sobretudo à situação dos povos indígenas, no seguimento do seu encontro com os seus representantes, que tinham dito que em geral a atitude em relação às suas crenças e práticas tradicionais se tornou mais respeitadora nos últimos anos.

Relações entre a Igreja Católica e o Estado

A 6 de Outubro de 2011, o Bispo da Diocese de Ciudad del Este, Mons. Rogelio Livieres, participou num protesto sobre a vida e a família para se opor às “directivas educativas” criadas pelo Ministério da Educação para as escolas primárias e secundárias do Paraguai. Em relação a este assunto, o Bispo declarou que “estas directivas educativas pressupõem ensinar, desde o jardim-de-infância ou do primeiro ano em diante, que não há apenas homens e mulheres, mas pessoas que têm um género diferente, que é tão legítimo como os outros. Devemos reiterar que Deus criou o ser humano, e que o criou homem e mulher. Há dois sexos, o masculino e o feminino. Não existe um terceiro sexo. (...) Devemos mesmo apresentar uma alternativa, oferecendo educação sexual às crianças, a partir da idade em que elas experimentam a sua primeira atracção, de maneira honesta, correcta e sem excluir ninguém, mas sem confusão.” O Bispo prosseguiu dizendo que a Diocese de Ciudad del Este irá criar uma comissão com a tarefa de divulgar ideias correctas sobre questões sexuais, de modo a disponibilizar uma educação sexual saudável.¹

Comunidades cristãs não católicas/outras religiões

Em Maio de 2011, para marcar o bicentenário do Paraguai, foi organizada uma celebração de bênção pelos pastores evangélicos no Parlamento e apresentada uma exposição histórica sobre o tema “A importante contribuição das Igrejas Evangélicas para a nação do Paraguai.”²

¹ Zenit.org, 6 de Outubro de 2011.

² Abc.com.py, 20 de Maio de 2011.

Em Agosto de 2011, a 4.^a Assembleia do Fórum Permanente para o Diálogo Inter-Religioso no Parlamento teve lugar no quadro da campanha nacional “Todos pelos valores”. Os convites foram alargados a todos os líderes e representantes de organizações religiosas e filosóficas no Paraguai, de modo a debater, reflectir e trabalhar em conjunto os valores da vida, a educação para a família e para os idosos.³

O primeiro Encontro Inter-Religioso Ibero-Americano intitulado “Transformação do Estado e Desenvolvimento: Perspectivas para a Comunidade de Fé” teve lugar em Outubro de 2011. A declaração final enfatizou que “os valores partilhados criam áreas de diálogo, interacção e reconhecimento de diferentes identidades presentes em cada país” e afirmou que “a liberdade religiosa como factor de coesão e entendimento mútuo entre as nações do mundo”⁴ deve continuar a ser protegida.

³ *Mec.gov.py*, 22 de Agosto de 2011.

⁴ *Grupdereligions.org*, 10 de Outubro de 2011.

PERU



Nova legislação

Em 2011, entrou em vigor a Lei da Liberdade Religiosa do Peru. Aprovada em Dezembro de 2010, a nova lei garante a liberdade religiosa, protege o direito a participar numa religião e reconhece o direito de objecção de consciência em casos de obrigações legais quando a objecção de consciência é motivada por convicções morais e religiosas.

No entanto, dois dias antes de a lei entrar em vigor, o Governo introduziu uma proposta para alterá-la, de modo a que fique claro que o direito de os estudantes optarem por não participar em aulas de religião se aplica apenas às escolas estatais. Actualmente, a alteração proposta ainda não foi transformada em lei.¹

Quando a legislação foi adoptada, o presidente do Peru Alan Garcia disse que, com a nova lei, o Estado peruano irá tratar todas as religiões e confissões religiosas de maneira igual, ao mesmo tempo que reconhece a importância histórica e cultural da Igreja Católica para a identidade nacional.²

A nova lei entrou em vigor em Julho de 2011. Pouco depois, o Ministério da Justiça expressou a sua intenção de a rever, atento às observações feitas por várias organizações religiosas. A isto seguiu-se em Outubro uma proposta de lei concebida para solicitar mais ideias e comentários.³

Relações entre a Igreja Católica e o Estado

Em 2011, o Tribunal Constitucional emitiu duas decisões sobre questões relativas à liberdade religiosa.

Em Março, foi rejeitada uma petição para a remoção de todos os símbolos católicos das salas de julgamento e dos gabinetes dos juizes. O tribunal decidiu que a presença de símbolos religiosos católicos nos edifícios governamentais não é inconstitucional ou prejudicial para a liberdade. Pelo contrário, esses símbolos correspondem a uma identidade baseada em valores transcendental e universalmente aceites e fazem parte do património do país. O mesmo é verdade para o tempo livre para procissões e dias santos que existem como feriados nacionais no calendário.

¹ Peruvian Congress, *Congres.gob.per*.

² RPP Noticias, 20 de Dezembro de 2010

³ El Comercio, 16 de Novembro de 2011

O tribunal também decidiu que as questões sobre a religião de qualquer das partes em qualquer procedimento ou em qualquer declaração feita aos tribunais não eram admissíveis, pois eram contrárias à liberdade religiosa.⁴

Em Setembro, o tribunal rejeitou um pedido feito pelos pais de uma criança no qual exigiam que a Diocese de Callao “excomungasse a criança por apostasia”, argumentando que a inclusão do seu nome no registo de baptismo era uma violação do direito da criança de não acreditar em nenhuma religião.

A decisão considerou que uma pessoa cujo nome apareça no registo de baptismo não é obrigada a acreditar e pode sempre mudar de religião. Essa pessoa pode professar qualquer religião à sua escolha, ou não professar qualquer religião. Nada pode impedir ou enfraquecer o direito de uma criança de ter uma religião ou educação moral de acordo com as convicções dos seus pais.

O tribunal também considerou que o Estado não tem poder, segundo a Constituição, para forçar a Igreja Católica a fazer uma declaração formal de apostasia, uma vez que esta é uma questão interna da Igreja Católica. Por isso, aceitar este tipo de pedido seria uma violação do direito próprio da Igreja à liberdade religiosa na sua capacidade colectiva ou associativa. Seria violar o princípio da separação do Estado e da Igreja, bem como a natureza não confessional do Estado. Além disso, infringiria a independência e autonomia da Igreja, princípios que são reconhecidos pela Constituição e pelo tratado internacional de 1980 entre o Estado peruano e a Santa Sé.⁵

Actualmente, a Universidade Católica Pontifícia do Peru e a Arquidiocese de Lima estão envolvidas numa controvérsia que poderá ser considerada como um problema interno da Igreja Católica. No entanto, afecta o princípio da liberdade religiosa no sentido de que as decisões tomadas pelo Tribunal Constitucional do Peru e por outros tribunais se relacionam com os direitos de propriedade, a autonomia da universidade e a inviolabilidade dos contratos.

Da mesma forma, sempre que a Santa Sé teve que intervir, foi respeitado o Direito Canónico. Como o caso acima referido não está resolvido e os estatutos da universidade não serão alterados para se adaptarem à Constituição Apostólica *Ex corde Ecclesiae*, a Santa Sé decidiu retirar o direito da universidade de usar o título “Pontifícia” e “Católica”, uma decisão que se espera que o Estado respeite.⁶

Em Janeiro de 2011, F. Mario Bartolini, um missionário italiano, foi absolvido da acusação de rebelião e outros alegados crimes num caso apresentado ao Tribunal do Alto Amazonas por um procurador e por uma empresa de desflorestação na Amazônia peruana. Na sua decisão, o tribunal reconheceu que o sacerdote tinha agido “como um seguidor de Cristo e missionário ao serviço da vida quando ajudou os povos indígenas e nativos a fortalecerem as suas identidades e organizações, a defenderem o seu território, a lutarem por educação intercultural e bilingue, e a protegerem os seus direitos”. Isto é um precedente importante para o trabalho da Igreja na sua missão de evangelização e humanização.⁷

⁴ *El Comercio*, 22 de Março de 2011

⁵ *Tc.gob.pe*, 12 de Setembro de 2011

⁶ *News.Va*, www.news.va/it/news/pontifica-universita-cattolica-del-peru-la-santa-s

⁷ *Zenit*, www.zenit.org/article-37841?l=spanish

POLÓNIA



Nos Artigos 25 e 53, a Constituição da República da Polónia de 1997¹ garante a todas as organizações religiosas registadas total liberdade para implementarem as suas actividades pastorais, culturais e editoriais.

Existem quinze grupos religiosos cuja relação com o Estado é regida por legislação específica que descreve a estrutura interna desses grupos, as suas actividades e os procedimentos para a restituição de bens. Há 158 outros grupos religiosos registados que não têm uma relação definida estatutariamente com o Estado. Todos os grupos religiosos registados, incluindo os quinze acima referidos, gozam de total protecção de acordo com a lei.

Os cidadãos têm o direito de processar o Estado por violações constitucionais à liberdade religiosa, e as protecções legais cobrem a discriminação e perseguição com base na religião ou crença.

O sistema judicial regulamenta esta questão detalhadamente e na realidade não tem havido problemas ligados às actividades livres das diversas religiões e comunidades religiosas.

O Código Penal estipula que ofender o sentimento religioso através do discurso público é punível com uma multa ou uma pena de prisão até três anos.

A lei coloca as comunidades católica, judaica, ortodoxa e protestante ao mesmo nível em termos legais, e o Governo tenta abordar os problemas que os grupos religiosos minoritários possam enfrentar.

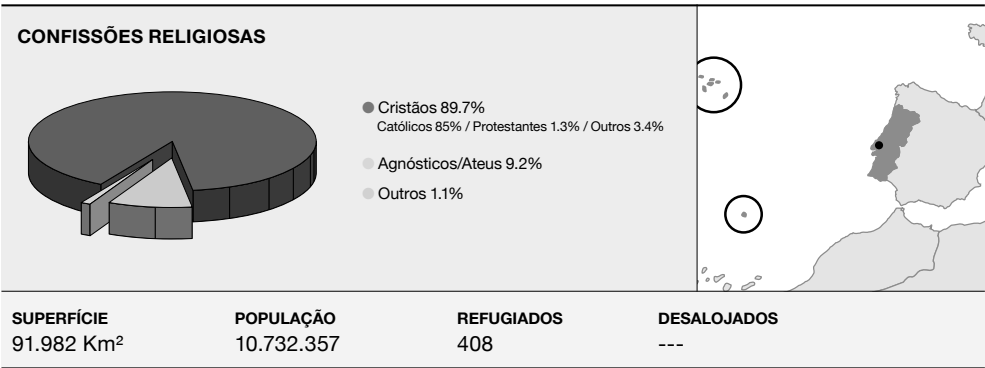
Os missionários estrangeiros e as organizações religiosas não são obrigados a registar-se no país e podem funcionar livremente sem qualquer registo.²

Em geral, é possível afirmar que não há sinais que indiquem possíveis obstáculos às actividades das Igrejas e das associações religiosas na Polónia.

¹ <http://legislationline.org/documents/action/popup/id/16683/preview>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

PORTUGAL



Em Portugal, não houve, nos últimos dois anos, relatos de abusos sociais ou discriminação com base na crença ou prática religiosa, sendo que a liberdade de culto é uma realidade concreta na sociedade, respeitada pelos poderes instituídos, quer a nível central, quer regional ou local.

Em Portugal, a Constituição garante o direito à liberdade religiosa, assegurando que ninguém pode ser “perseguido, privado de direitos”, mas também não pode ser “isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa”, embora a objecção de consciência seja garantida, de acordo com a lei.

Na lei portuguesa, “as igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto”. É garantida “a liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respectiva confissão”, “bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas actividades”.

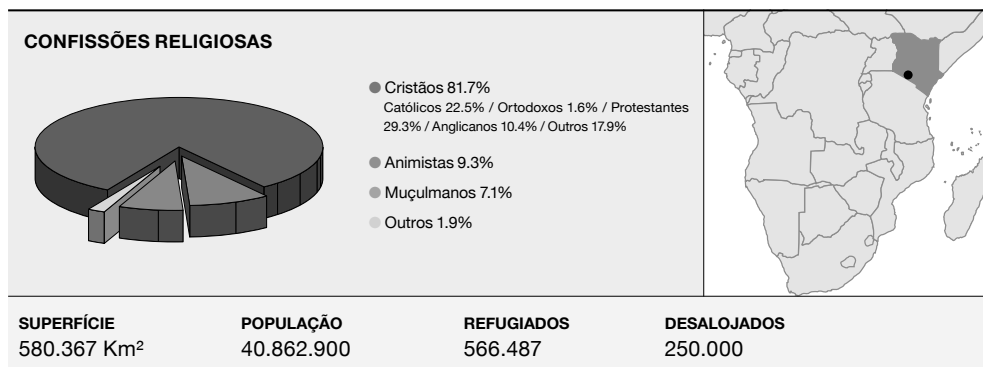
As relações entre o Estado português e a Igreja Católica são reguladas pela Concordata de 18 de Maio de 2004. Com as restantes confissões religiosas, essa relação pauta-se pela Lei nº 16/2001 de 22 de Junho, denominada Lei da Liberdade Religiosa. Esta Lei prevê a possibilidade de o Estado celebrar acordos diferenciados com as igrejas ou comunidades religiosas radicadas em Portugal (art. 45º).

Ao abrigo do art. 52º da Lei nº 16/2001, foi criada uma Comissão de Liberdade Religiosa, órgão independente de consulta da Assembleia da República e do Governo. A sua competência está definida no art. 54º da mesma Lei e no Decreto-Lei nº 308/2003 de 10 de Dezembro.

De acordo com legislação publicada posteriormente, as confissões minoritárias radicadas podem, à semelhança da Igreja Católica, celebrar casamentos religiosos com efeitos civis. A assistência espiritual e religiosa nas Forças armadas e de segurança, nos estabelecimentos prisionais e nos hospitais dependentes do Serviço Nacional de Saúde está assegurada, de acordo com a legislação publicada em Setembro de 2009.

Nenhuma Igreja ou religião é financiada pelo Estado, embora este possa apoiar a construção de igrejas (e, em casos esporádicos, de templos não-católicos) e obras de cariz social e assistencial. Em determinadas situações, as confissões podem obter algum benefício fiscal.

QUÊNIA



Na nova Constituição, promulgada a 27 de Agosto 2010, o Artigo 8 afirma que não existe religião estatal e os quatro parágrafos do Artigo 32 apresentam os pormenores da liberdade religiosa total.¹

Os novos grupos religiosos devem registar-se para gozarem de isenções fiscais. São livres de gerir as suas próprias escolas. As escolas cristãs têm muitos alunos muçulmanos, uma situação que levou a frequentes desacordos em relação à forma como as raparigas cobrem a cabeça, à alimentação e às aulas mistas.

Durante o período deste relatório continuaram as discussões sobre a nova Constituição. Embora todos apoiem as mudanças, o processo é controverso nalgumas questões.

Os tribunais islâmicos e a sua jurisdição foram a principal fonte de discórdia. Num país predominantemente cristão, mas com uma grande população islâmica concentrada em certas regiões, os Artigos 169 e 170 permitem que os tribunais Kadhi façam cumprir a lei islâmica (*sharia*) em questões relacionadas com o estatuto pessoal, o casamento, o divórcio e as heranças, sempre que todas as partes professem a religião muçulmana.

Os tribunais Khadi surgiram em 1963 e foram regulamentados por uma lei de 1967. Funcionam especialmente nas regiões costeiras, onde a presença muçulmana é mais forte. No entanto, de acordo com as normas existentes, qualquer questão legal substancial, incluindo decisões dos tribunais Khadi, pode ser alvo de recurso para deliberação pelo Supremo Tribunal.

Algumas comunidades cristãs afirmam que as exigências muçulmanas lhes dariam privilégios negados a outras religiões; para elas, o sistema de tribunais Khadi existente deveria ser abolido.²

Muitas comunidades cristãs também se opõem ao texto do Artigo 26 sobre o direito à vida, que abre a possibilidade ao aborto.³

Foram expressas queixas por parte de líderes muçulmanos que acusam o Governo de usar o pretexto do terrorismo para deter e expulsar os seus fiéis, sobretudo da Somália.

Até os cristãos das regiões maioritariamente muçulmanas se queixam de intolerância e discriminação, mas como a religião e a etnicidade estão interligadas, é difícil distinguir a causa das hostilidades.

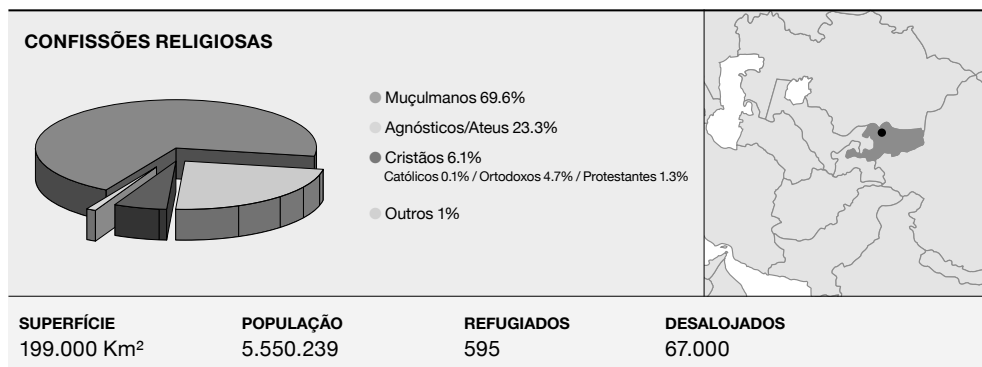
No entanto, não há relatos de acontecimentos significativos ou de violência em relação à questão da liberdade religiosa no período coberto por este relatório.

¹ <http://www.kenyaembassy.com/pdfs/The%20Constitution%20of%20Kenya.pdf>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

³ Agência Fides, 13 de Novembro de 2010

QUIRGUISTÃO



Em Outubro de 2011, o Quirguistão elegeu Almazbek Atambaev como o seu primeiro novo presidente desde que foi adoptada a nova Constituição que transformou o país de república presidencial para primeira república parlamentar da Ásia Central. O novo presidente foi empossado a 1 de Janeiro de 2012, no final do mandato interino de Roza Otunbaeva, a mulher que liderou o país durante os dezoito difíceis meses de transição entre o antigo regime, liderado por Kurmanbek Bakiev, e a actual e nova democracia parlamentar. Estes foram meses durante os quais o Quirguistão esteve por vezes à beira da guerra civil, mas conseguiu contudo equipar-se com uma nova Constituição e, em Outubro de 2010, realizou as suas primeiras eleições democráticas. Com a eleição do presidente Atambaev, o Quirguistão terminou finalmente a breve e decepcionante experiência da “Revolução das Tulipas”, um levantamento popular que eclodiu em 2005, encabeçado pelo líder da oposição da altura, Kurmanbek Bakiev, e que pretendeu introduzir a democracia. Tendo sido nomeado chefe de Estado, Bakiev tinha no entanto centralizado todo o poder, tornando-se numa espécie de monarca absoluto, e acabou por ser deposto por outro levantamento popular em Abril de 2010.

Com as mudanças políticas alcançadas em 2011, emergiu uma nova esperança em relação ao respeito pela liberdade religiosa, que a nova Constituição protege especificamente, bem como pelas vidas das minorias religiosas que agora obtiveram estatuto legal oficial. A nova carta constitucional também estabelece a separação entre a religião e o Estado, e proíbe qualquer discriminação baseada na religião ou nas crenças religiosas. Contudo, apesar disto, os crentes de todas as religiões continuaram a sofrer restrições e discriminação ao longo de 2011. Pois, com efeito, o quadro legal que regula a liberdade religiosa e que foi aprovado em 2009 não foi alterado ou revogado e ainda requer que todas as comunidades se candidatem ao reconhecimento oficial por parte da Comissão Estatal para os Assuntos Religiosos, um processo complicado que pode levar anos a concluir. Esta lei também proíbe a distribuição de literatura religiosa em locais públicos e impõe rígidas restrições à evangelização e ao proselitismo.

Em geral, em 2011, o Governo central continuou a restringir o registo de organizações religiosas e sobretudo as actividades de grupos muçulmanos, que são vistos como uma ameaça à segurança nacional. Centenas de mesquitas, grupos pertencentes à seita muçulmana Ahmadiya, igrejas protestantes, testemunhas de Jeová e membros do Hare Krishna foram deixados sem registo com base numa lei que, entre outros requisitos,

impõe um mínimo de 200 membros por cada comunidade religiosa ou organização.¹ Além disso, todas as comunidades religiosas experimentaram sérias restrições e problemas em convidar ou adquirir vistos para missionários ou membros de comunidades religiosas de fora do país.²

Contudo, antes de Atambaev ter sido eleito, o Governo interino mostrou uma certa fraqueza e por vezes não teve o poder de garantir que a lei fosse respeitada ou de proteger todas as comunidades religiosas da mesma forma, sobretudo as minorias. Nas zonas rurais, o vazio de poder foi muitas vezes preenchido por grupos muçulmanos que influenciaram grandemente os “mais velhos” das aldeias, dificultando a vida aos cristãos. No Quirguistão, a conversão do Islão a outra religião é considerada uma traição à própria identidade, à família e à pátria. As comunidades locais que se converteram do Islão ao Cristianismo sofreram grandes pressões e ameaças por parte de grupos muçulmanos.

A luta contra o terrorismo e o extremismo religioso

O terrorismo e o extremismo religioso são dois factores que preocupam grandemente as autoridades do país. No início de 2011, o ministro do Interior Zarylbek Rysaliev publicou dados na sequência de um recenseamento extraordinário, informando os cidadãos de que 1.279 “terroristas” tinham sido identificados e registados, entre os quais 1.192 pertencendo ao grupo Hizb ut-Tahrir, quarenta e nove wahabitas, trinta e dois membros do movimento Akramiya e dois membros do Movimento Islâmico do Usbequistão (IMU), todos eles grupos e movimentos ligados ao extremismo islâmico e banidos em toda a Ásia Central.³ Daí que nos primeiros meses do ano a Comissão Estatal para a Segurança Nacional tenha lançado uma vasta operação anti-terrorismo, para combater o que foi descrito como “aumento das actividades extremistas”, organizadas por “grupos de criminosos organizados com diferentes ideologias, como por exemplo jihadistas, wahabitas, membros do Hizb ut-Tahrir e do Movimento Islâmico do Usbequistão, para quem a religião é apenas uma desculpa”.⁴ Durante esta operação, que envolveu a cooperação de serviços de segurança e agentes policiais de outros estados da Ásia Central, casas e mesquitas suspeitas foram invadidas e revistadas, enquanto as autoridades repetiam que “o Islão não deve estar associado ao terrorismo”.

A atenção da polícia concentrou-se especificamente no sul do país, na área em torno da cidade de Osh, onde já tinham ocorrido distúrbios e protestos no Verão de 2010. De acordo com a Comissão para a Segurança Nacional, grupos clandestinos tentaram organizar ataques com o objectivo de destabilizar o país na véspera das eleições de Outubro de 2011. Nos meses anteriores, os agentes policiais tinham morto onze terroristas e tinham detido outros suspeitos que pertenciam à União da Jihad Islâmica e ao IMU. Houve um maior controlo de mesquitas não autorizadas que, de acordo com os investigadores, eram locais nos quais era muito provável que as organizações extremistas divulgassem a sua propaganda. As autoridades descobriram 177 mesquitas ilegais na área de Osh, garantindo a sua identificação, registo ou encerramento.⁵

¹ *Forum18*, 18 de Janeiro de 2012.

² *Forum18*, 21 de Dezembro de 2011.

³ *Eurasi Lift*, 23 de Janeiro de 2011

⁴ *Eurasi Lift*, 4 de Fevereiro de 2011

⁵ *Centralasia online*, 21 de Outubro de 2011

Dada a situação, que considera como “alarmante”, o Governo do Quirguistão decidiu alterar a lei anti-terrorismo do país, introduzindo medidas ainda mais restritivas à lei em vigor desde 2009. Um grupo de especialistas foi nomeado para elaborar uma alteração a esta lei e apresentá-la ao Parlamento. Os novos aspectos incluem sentenças de prisão mais longas e uma série de medidas preventivas, como por exemplo a autorização para fazer escutas e o controlo rigoroso da Internet. “As leis anti-terrorismo devem ser igualmente restritas em todos os países da Ásia Central”, disse Zholbors Zhorobekov, um analista político e antigo director da Agência de Assuntos Religiosos do Quirguistão, que também sugeriu que deveria haver normas mais restritas para regulamentar as actividades religiosas.⁶

No seguimento destes esforços, houve um aumento significativo no número de julgamentos por “extremismo religioso” e só no sul do Quirguistão pelo menos trinta casos crime foram apresentados contra alegados membros de grupos extremistas islâmicos, nos primeiros nove meses de 2011, resultando na detenção de vinte e três suspeitos pertencentes ao partido islâmico proibido Hizb ut-Tahrir.⁷

Estas decisões políticas, jurídicas e de segurança acima referidas levaram observadores internacionais a fazer soar os alarmes em relação aos direitos humanos nos seis países que pertencem à Organização de Cooperação de Xangai (SCO): China, Federação Russa, Cazaquistão, Quirguistão e Usbequistão. De acordo com algumas ONGs, as medidas e práticas repressivas são aplicadas nestes estados usando a luta contra o terrorismo como desculpa, com um impacto significativamente negativo nos direitos humanos.⁸

A Igreja Católica

A Igreja Católica continua o seu caminho no Quirguistão e não tem sido afectada pelas restrições à liberdade religiosa aprovadas pelo Governo com a proposta de lei de 2009. Tal como confirmado pelo Mons. Nikolaus Messmer, Administrador Apostólico do Quirguistão, não tem havido novos obstáculos, pois a Igreja Católica já tinha sido reconhecida e tinha mais de 200 fiéis, o mínimo necessário para registar uma comunidade religiosa. Ainda há alguns problemas em obter vistos para missionários, pois “devem ser renovados de seis em seis meses”, disse o Administrador Apostólico, pois esta comunidade que disponibiliza sobretudo assistência pastoral aos fiéis e está envolvida em trabalho social e humanitário, tendo apenas dois sacerdotes quirguistaneses.⁹

A liberdade religiosa total da comunidade católica é obstruída por restrições impostas às actividades de evangelização e por problemas que surgem com a conversão ao Cristianismo por parte de muçulmanos, que, sobretudo nas zonas remotas, enfrentam muitas vezes hostilidade por parte dos seus familiares, vizinhos e clero islâmico, ou têm problemas em arranjar emprego por causa da sua fé.

Nos últimos sessenta anos, a Igreja Católica no Quirguistão tem tido uma falta de fundos grave e consequentemente não é muito visível no país. A identidade e fé dos católicos foram gravemente atacadas nas décadas do regime soviético e a população católica local é constituída sobretudo por pessoas mais velhas ou pelos que foram enviados para aí viver em exílio forçado. Muitas das igrejas católicas foram abandonadas ao longo dos

⁶ Centralasia online, 18 de Julho de 2011

⁷ Radio Free Europe/Radio Liberty, 18 de Outubro de 2011

⁸ Eurasia Lift, 30 de Março de 2011

⁹ Agência Fides, 1 de Fevereiro de 2010

anos e, em Dzalalabad, uma igreja católica abandonada e em ruínas foi transformada num estádio de *kick-boxing*. Devido à falta de igrejas e capelas, e por causa dos problemas burocráticos e financeiros que existem quando se tenta construir novas, os sacerdotes são muitas vezes obrigados a celebrar missa em casas privadas ou a viajar milhares de quilómetros em cada ano para prestarem assistência pastoral aos fiéis, pois uma única paróquia pode incluir até trinta vilas e aldeias.

A situação dos outros cristãos

As restrições ao proselitismo e às conversões são ainda mais evidentes entre as várias comunidades cristãs protestantes, como por exemplo as Igrejas luterana, baptista, evangélica e pentecostal. Jovens pregadores evangélicos são ameaçados com detenções por terem fundado novas comunidades, o que faz com que muitas vezes passem à clandestinidade. De acordo com algumas estimativas, há pelo menos 50.000 cristãos evangélicos no Quirguistão, embora o Governo rejeite este número.¹⁰ A Igreja de Jesus Cristo é a maior comunidade, com cerca de 11.000 membros, dos quais 40% são quirguistaneses. Entre as igrejas cristãs registadas há quarenta e oito que pertencem à comunidade baptista, vinte e uma igrejas luteranas, quarenta e nove igrejas pentecostais, trinta e cinco igrejas presbiterianas, quarenta e três pertencentes a comunidades carismáticas e trinta igrejas adventistas do sétimo dia. A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (os Mórmones) ainda não obteve o registo oficial.¹¹

Os problemas listados pelos cristãos como restrições ao exercício total da liberdade religiosa incluem a discriminação social, o controlo rigoroso por parte do clero islâmico estatal, a proibição de conversões ao Cristianismo, os abusos e ataques durante cerimónias religiosas realizadas em casas privadas, a censura imposta sobre literatura cristã e as restrições à instrução religiosa cristã para crianças.¹²

No início de 2011, uma mãe cristã com cinco filhos foi expulsa da sua comunidade após a morte do seu marido, que se tinha convertido. A família muçulmana do marido expulsou-a da sua própria casa, juntamente com as crianças, enquanto ela se mantivesse cristã. A mulher recusou-se a renegar a sua fé e foi ajudada por várias organizações cristãs.¹³

Os membros da Igreja Ortodoxa russa, que inclui cerca de 20% da população do país e é frequentada por muitos russos que vivem no Quirguistão, sofreram menos problemas. O Governo permite que os sacerdotes ortodoxos russos apresentem programas de televisão, apresentando a comunidade ortodoxa como seguindo um “caminho religioso correcto”. Esta abordagem foi apoiada numa declaração do presidente Atambayev, que, ao receber o Patriarca Kyril de Moscovo no início de 2012, descreveu a Igreja Ortodoxa russa como sendo “de grande importância para a República do Quirguistão”, acrescentado que “o desenvolvimento do Cristianismo ortodoxo no Quirguistão vai ajudar-nos a estancar o êxodo de cidadãos que falam russo e vai ser útil no apoio ao fortalecimento político e económico do Quirguistão”. O presidente também prometeu “relações totalmente novas” entre as religiões tradicionais no Quirguistão e as autoridades governamentais.¹⁴

¹⁰ BBC, 19 de Janeiro de 2010

¹¹ Departamento de Estado Norte-Americano, *International Religious Freedom Report*, 13 de Setembro de 2011

¹² *Open Doors, World Watch List 2012*

¹³ *Baranabas Fund*, 13 de Dezembro de 2011

¹⁴ *Interfax*, 24 de Fevereiro de 2012

Restrições e controlos impostos aos muçulmanos

Em nome do estado secular, o mediador quirguistanês para os Direitos Humanos Tursunbek Akun disse que se opunha à ideia de criar um espaço de oração muçulmano dentro do Parlamento nacional.¹⁵ A ideia foi apresentada pelo deputado Tursunbai Bakir, que também pediu que as sextas-feiras fossem declaradas como dias não laborais para permitir que os muçulmanos fossem à mesquita para as orações.

Em Setembro de 2011, Kanatbek Turdukojoev, o imã na aldeia de Orto-Oruktu, no norte do Quirguistão, apresentou acusações contra uma escola secundária que não permitiu que a sua filha usasse um *hijab* (véu islâmico) na cabeça.¹⁶ Na sequência deste acontecimento, dezenas de activistas protestaram no exterior do Ministério da Educação, exigindo que o véu islâmico seja permitido nas escolas secundárias. Várias ONGs muçulmanas têm-se queixado de discriminação contra as estudantes muçulmanas, enquanto o Ministério explica que o véu não faz parte do uniforme escolar tradicional.

Os dois episódios acima referidos dão testemunho do desejo das autoridades civis do país de manterem a separação entre o Estado e a religião, também no que diz respeito à religião maioritária do Islão. A ideia é exercer um controlo detalhado sobre as comunidades islâmicas, para impedir ou erradicar quaisquer escolas de pensamento terrorista, sobretudo no sul do país, protegendo assim a forma oficial do Islão que é aprovada e garantida pelo Estado.

O controlo é implementado pela Administração Espiritual dos Muçulmanos no Quirguistão, criada em 1993, que é a mais alta instituição muçulmana do país. Esta instituição supervisiona todas as actividades islâmicas, incluindo escolas e madrassas, mesquitas e organizações islâmicas. A organização é gerida por um jurisconsulto supremo, que é o seu representante oficial e é eleito pelo Conselho dos Ulemás, composto por trinta imãs e académicos islâmicos. O jurisconsulto supremo padroniza e aprova toda a literatura islâmica publicada e distribuída no país, está autorizado a proibir publicações que considera não estarem de acordo com as normas estabelecidas, gere a Universidade Islâmica, desenvolve um currículo standardizado e restringe a propagação de tendências extremistas. O Estado parece estar extremamente preocupado em restringir potenciais organizações terroristas de origem islâmica e insiste na necessidade de apresentar e proteger o “Islão verdadeiro” a todos os seus cidadãos. Por esta razão, há uma supervisão institucional da literatura religiosa e dos materiais religiosos islâmicos em áudio e vídeo importados do estrangeiro, ao mesmo tempo que há um controlo restrito da propaganda dos partidos, como por exemplo o Hizb ut-Tahrir e outros movimentos inspirados no chamado “Islão político”. Alguns observadores acreditam que existe um risco de “diabolizar o Islão”, uma vez que “nem todo o movimento religioso é uma ameaça para a segurança nacional”, como reiterou o investigador quirguistanês Ikbol Mirsaitov, que também acrescentou que há movimentos muçulmanos moderados que não estão envolvidos em política.¹⁷ Para impedir que a situação se deteriore, o jurisconsulto supremo do Quirguistão organizou uma conferência de imãs para exortá-los a prestarem particular atenção a tudo o que ocorra nas suas mesquitas e aos que vêm para rezar, de modo a contribuir para a salvaguarda da segurança geral.

¹⁵ *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 15 de Janeiro de 2011

¹⁶ *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 15 de Setembro de 2011

¹⁷ *Centralasia online*, 21 de Outubro de 2011

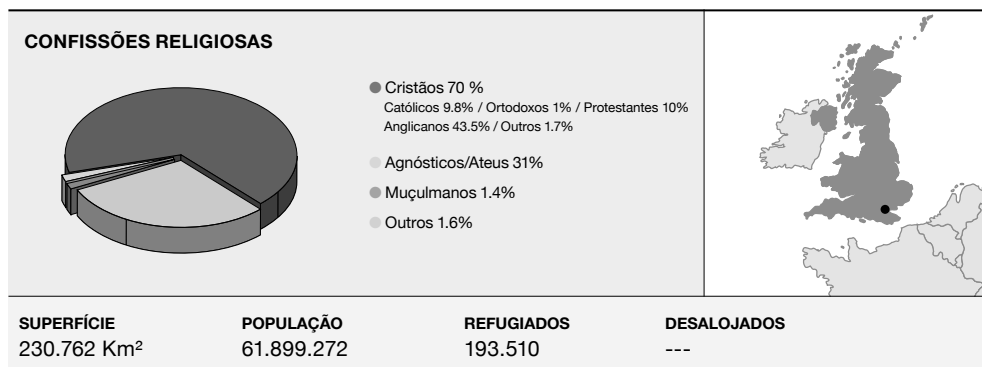
Testemunhas de Jeová

Em Maio de 2011, duas testemunhas de Jeová, os primos Iskandar Kambarov e Jonibek Nosirov, foram condenadas a sete anos de prisão após serem acusadas de ter guardado nas suas casas dois DVDs que descrevem o Quirguistão como um “estado islâmico extremista”. De acordo com a defesa, as provas eram “falsas” e tinha havido várias “violações processuais” durante o julgamento.¹⁸ Um mês mais tarde, o Tribunal de Última Instância em Batken, no sul do Quirguistão, anulou este veredicto. Os dois homens, contudo, em vez de serem absolvidos e libertados, foram mantidos novamente em prisão preventiva e encaminhados para novo julgamento.¹⁹ Há cerca de 4.800 testemunhas de Jeová no país e elas têm reportado discriminações e restrições significativas à sua liberdade religiosa, infligidas pelas autoridades estatais.

¹⁸ *Forum18*, 23 de Maio de 2011

¹⁹ *Forum18*, 24 de Junho de 2011

REINO UNIDO



Discriminação dirigida aos cristãos

Há cada vez mais casos de discriminação contra os cristãos de todas as confissões religiosas que manifestam a sua fé em público.

Em Agosto de 2012, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em Estrasburgo estava a ouvir um caso apresentado por duas cidadãs britânicas que se opuseram a uma proibição sobre o uso da cruz ou do crucifixo no local de trabalho pelos respectivos empregadores. Uma delas, Nadia Eweida, é uma cristã copta anteriormente empregada pela British Airways no aeroporto de Heathrow. Em 2006, a empresa pediu-lhe que retirasse o crucifixo que usava durante as horas de trabalho. Ela recusou-se e foi suspensa sem direito a remuneração, embora os seus colegas islâmicos, sikhs e budistas fossem autorizados pela British Airways a usar turbantes, véus na cabeça e pulseiras religiosas. Eweida foi mais tarde readmitida no seu posto de trabalho, mas pediu para ser paga pelo período durante o qual tinha sido impedida de trabalhar. Quando a empresa recusou, o caso foi apresentado a um tribunal do trabalho e depois ao Tribunal da Relação. Em ambas as situações o caso foi encerrado. Eweida levou o caso ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.¹

Um caso semelhante é o de Shirley Chaplin, uma enfermeira cujo hospital a proibiu de usar o crucifixo que tinha usado ao pescoço nos últimos trinta anos. Foi proibida de trabalhar numa ala do hospital e foi transferida para um trabalho de escritório pela sua entidade empregadora, o Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, que afirmou que usar o crucifixo não era um requisito da fé cristã da mesma forma que, por exemplo, um turbante era obrigatório para os sikhs.²

Em todos estes casos, o Governo britânico pretende insistir que a fé cristã não requer que os crentes usem um crucifixo no local de trabalho.³ Ironicamente, enquanto a ministra da Igualdade Lynne Featherstone disse que o Governo apelaria aos juizes de direitos humanos europeus para que rejeitassem os pedidos dos trabalhadores cristãos, ambos os casos acima referidos foram apoiados pela própria Comissão de Igualdade do Governo⁴ – e o primeiro-ministro David Cameron afirmou que a sua opinião pessoal

¹ Press Association, 22 de Outubro de 2010; Judiciary.gov.uk Nadia Eweida v British Airways PLC [http://www.judiciary.gov.uk/media/judgments/2010/eweida-v-ba-plc]

² www.bbc.co.uk/news/uk-england-devon-17346834

³ CNSNews.com, 12 de Março de 2012

⁴ Daily Mail, 12 de Março de 2012 [http://www.dailymail.co.uk/news/article-2113639/Lynne-Featherstone-launches-assault-right-wear-cross-work.html]

era “que as pessoas devem poder usar cruzes”.⁵ Em inúmeras entrevistas, vários líderes cristãos observaram que é uma obrigação dos cristãos não esconder a sua fé em público. Em particular, John Sentamu, o Arcebispo anglicano de York – o segundo membro mais elevado da hierarquia da Igreja de Inglaterra – disse à BBC “que na realidade esta não é uma questão do Governo. Eles estão a começar a meter o nariz em áreas onde não deviam.”⁶

O Tribunal de Estrasburgo também vai ter de decidir sobre os recursos apresentados por dois outros cidadãos britânicos que alegam que perderam os seus empregos por questões de objecção de consciência. Os recursos foram apresentados por Lillian Ladele, que foi demitida pelo *Islington Borough Council* por se ter recusado a celebrar uma cerimónia de parceria civil entre dois indivíduos do mesmo sexo, e Gary McFarlane, um terapeuta que perdeu o seu emprego por não ter aceite disponibilizar terapia sexual a casais do mesmo sexo.⁷

Através da Lei da Parceria Civil de 2004, em vigor desde 5 de Dezembro de 2005, o Governo britânico concedeu aos casais homossexuais registados os mesmos direitos dos casais heterossexuais casados e está actualmente a pensar introduzir o casamento civil para pessoas do mesmo sexo em Inglaterra e no País de Gales até 2015.

O presidente e vice-presidente da Conferência Episcopal Católica de Inglaterra e do País de Gales, Arcebispos Vincent Nichols e Peter Smith, enviaram uma carta para ser lida em todas as igrejas católicas em Inglaterra e no País de Gales a 10 de Março de 2012, avisando que mudar a definição legal de casamento constituiria “um passo profundamente radical” que iria “gradual e inevitavelmente transformar o entendimento do objectivo do casamento por parte da sociedade”.⁸ O Serviço de Educação Católica (CES) foi investigado pelo secretário da Educação do Governo, Michael Gove, alegando que poderia ter quebrado as regras da imparcialidade após fazer circular a carta dos arcebispos – que incluía a promoção de uma petição a favor da manutenção da lei do casamento sem alterações – para cerca de 400 escolas católicas financiadas pelo Estado. A investigação veio no seguimento de queixas de que a escola secundária católica feminina *St Philomena*, em Carshalton, tinha feito uma apresentação às alunas baseada na carta. A controvérsia centrou-se em torno do facto de a escola ter convidado as alunas a assinarem a petição. Um porta-voz do Departamento de Educação disse: “As escolas têm a responsabilidade por lei de assegurar que as crianças são protegidas de actividade e campanha política na sala de aula. Embora os livros religiosos, correctamente, tenham a liberdade de ensinar as questões das relações sexuais e do casamento no contexto da sua própria religião, isso não deve alargar-se à realização de campanhas políticas.” O CES diz que só se pretende que a petição seja assinada por pessoas acima dos 16 anos de idade, e que a restrição de idade seria referida em toda a correspondência futura com as escolas.⁹ Após a investigação, Michael Gove disse ao CES que estava preocupado com o facto de este organismo ter confundido a distinção entre questões

⁵ *Daily Telegraph*, 13 de Março de 2012 [<http://www.telegraph.co.uk/news/politics/9139508/Cameron-would-consider-changing-law-to-protect-religious-freedom.html>]

⁶ *Daily Telegraph*, 11 de Março de 2012 [www.telegraph.co.uk/news/religion/9136641/Archbishop-of-York-Dr-John-Sentamu-attacks-Government-over-right-to-wear-cross.html]

⁷ *ACI Prensa*, 3 de Novembro de 2011

⁸ <http://www.catholic-ew.org.uk/Home/News-Releases/January-March/Archbishops-Letter-on-Marriage>

⁹ *BBC News online*, 28 de Abril de 2012 [<http://www.bbc.co.uk/news/education-17883093>]

de fé e questões políticas, mas afirmou que a lei não tinha sido infringida.¹⁰ Até Agosto de 2012, a petição tinha mais de 590.000 assinaturas.¹¹

Na Escócia, as parteiras católicas Mary Doogan, de 57 anos, e Concepta Wood, de 51 anos, perderam uma batalha legal para evitarem supervisionar pessoal que participava em procedimentos de aborto no Southern General Hospital de Glasgow. As mulheres tinham apresentado as suas objecções de consciência de acordo com a legislação do aborto muitos anos antes, mas viram-se a supervisionar pessoal que tinha participado nesses procedimentos após os abortos médicos terem sido transferidos para a ala dos partos em 2007. Na audiência final do tribunal, a juíza decidiu que as parteiras não tinham envolvimento *directo* nos abortos e que os seus direitos não estavam a ser violados. Lady Smith disse: “Nada do que elas fazem e que faz parte dos seus deveres termina a gravidez de uma mulher. Elas estão suficientemente retiradas do envolvimento *directo*, como me parece, para que haja respeito adequado em relação às suas crenças.”¹² Após a decisão, Mario Conti, o então Arcebispo católico de Glasgow, disse: “É fundamental para o funcionamento da sociedade que todos os cidadãos ajam de acordo com uma consciência informada. Qualquer lei ou julgamento que não reconheça isto contradiz a liberdade mais básica e o dever que todos temos como seres humanos, ou seja, o dever de seguir a nossa consciência e agir de acordo com isso.”¹³

Estes não foram apenas alguns incidentes isolados. A organização *Christian Concern* informou que em Março de 2011 a sua organização-irmã, o *Christian Legal Centre* (CLC), cujos advogados se especializam em leis que protegem o direito à liberdade religiosa, está a lidar com pelo menos outros cinquenta casos semelhantes. Sobre esta mesma questão, o *The Christian Institute*, uma organização de caridade, recebeu 114 pedidos de ajuda durante um período de doze meses, vindos de cristãos britânicos que acreditam que foram discriminados.¹⁴ A confirmação desta profunda divisão social veio igualmente do relatório *Marginalisation of Christianity in British Public Life 2007–2011* [Marginalização da Cristandade na Vida Pública Britânica], publicado pelo *Premier Christian Media Trust* (PCMT) em Novembro de 2011. Este relatório revelou que 74% dos cristãos entrevistados acreditam que sofrem discriminações por causa da sua fé e que são mais discriminados do que os membros de outras religiões. Esta percentagem aumentou em comparação com os 66% registados em 2009. Muitos dos entrevistados sentiam que havia um preconceito maior contra os cristãos na vida pública britânica, e que eles eram tratados menos favoravelmente do que os que pertencem a outros grupos ou religiões, ou pessoas com atracção pelo mesmo sexo. Além disso, o estudo indicava que esta percepção não se restringe aos que se consideram cristãos, mas é partilhada pelo público em geral, e pensa-se que o nível de alienação vivido pelos cristãos está destinado a aumentar no futuro. O secularismo, o crescimento do Islão e da indiferença religiosa foram referidos como sendo as maiores ameaças à fé cristã. Uma preocupação mais séria foi causada

¹⁰ National Secular Society, 20 de Junho de 2012 16:19 [http://www.secularism.org.uk/news/2012/06/catholic-education-service-rebuked-for-blurring-distinction-between-faith-and-politics-in-schools/]

¹¹ http://c4m.org.uk/

¹² BBC News online, 29 de Fevereiro de 2012 [http://www.bbc.co.uk/news/uk-scotland-glasgow-west-17203620]

¹³ Scottish Catholic Observer, 20 de Abril de 2012 [http://www.sconews.co.uk/news/18226/catholic-midwives-appeal-over-forced-supervision-of-abortion/forced-supervision-of-abortion/]

¹⁴ Release International, 15 de Março de 2011 [http://www.releaseinternational.org/pages/posts/uk-call-to-prayer-for-authorities-to-respect-christian-conscience-818.php]

pela percepção de que há uma inconsistência na forma como os tribunais aplicam e interpretam as leis da igualdade em relação aos cristãos e que não reconhecem que isso está em conflito com a Legislação dos Direitos Humanos.¹⁵

Os meios de comunicação social têm aqui um papel fundamental e são acusados por algumas pessoas de alimentarem uma atitude anticristã. Alguns leitores e espectadores estão tão desiludidos que decidiram realizar um protesto financeiro. Veronica Connelly deu início a um caso contra a BBC, recusando-se a pagar a sua licença de televisão devido aos conteúdos dos programas financiados com dinheiro público que ridicularizam os cristãos.¹⁶ A prática de um tratamento diferente e mais duro para com os cristãos foi admitida pelo Director-Geral da BBC Mark Thompson numa entrevista ao programa *Free Speech Debate*, um projecto de investigação da Universidade de Oxford.¹⁷ Esta atitude é sobretudo causada por receios de ameaças violentas por parte de outras comunidades religiosas, o que leva a BBC a evitar satirizar estas religiões, e também por causa das fortes ligações que estas religiões têm com as minorias étnicas. No *The Daily Telegraph*, Andy Bloxham apresentou uma sondagem de opinião a partir da qual surgiu a noção de que “em termos de religião, houve muitas pessoas que sentiram que a BBC era anticristã e, por isso, está a representar erradamente o Cristianismo”. Além disso, “os cristãos são especificamente referidos como sendo mal tratados, enquanto as religiões minoritárias são melhor representadas, apesar de o Cristianismo ser a religião mais praticada na Grã-Bretanha”.¹⁸

Um relatório oficial do Governo escocês sobre o crime de ódio religioso no país afirma que em 2010-11 houve 693 acusações que foram “agravadas por preconceitos religiosos” – um aumento de quase 10% em relação aos números de 2009-10. A maior parte destas acusações foram contra cristãos, mas, com um terço das acusações relacionadas com o futebol, isto sugere que o sectarismo continua a ser uma questão na Escócia: 58% das acusações relacionam-se com ofensas contra católicos e 37% das acusações relacionam-se com ofensas contra protestantes. Há propostas para introduzir novas leis que tenham por alvo “o comportamento sectário e ameaçador expresso em jogos de futebol e nas suas vizinhanças que possam causar desordem pública”. Cerca de 2,3% dos ataques foram contra judeus e 2,1% da violência anti-religiosa afectou os muçulmanos.¹⁹

¹⁵ <http://www.comres.co.uk/poll/559/premier-media-marginalisation-survey.htm>

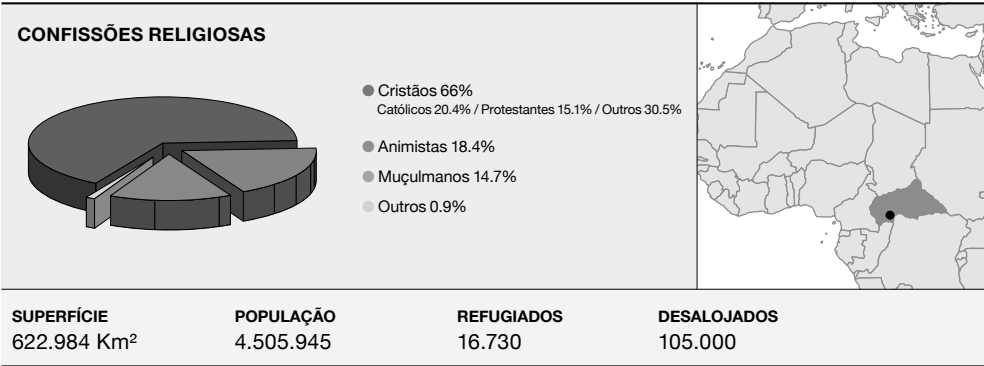
¹⁶ *Catholic Herald*, 17 de Novembro de 2011

¹⁷ *The Daily Telegraph*, 27 de Fevereiro de 2012

¹⁸ *The Daily Telegraph*, 1 de Junho de 2011

¹⁹ *Detailed analysis of religious hate crime*, <http://www.scotland.gov.uk/News/Releases/2011/11/18120149>

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



O Artigo 8 da Constituição promulgada em Janeiro de 1995 reconhece a liberdade de consciência, assembleia e culto. E proíbe todas as formas de fundamentalismo e intolerância religiosos.¹

Todos os grupos religiosos, excepto os grupos naturais do país, devem registar-se de acordo com a lei, que é bastante restritiva e é gerida pelo Ministério do Interior.

Os grupos devem ter pelo menos 1.000 membros para registar e os seus líderes devem ter uma licenciatura passada por uma instituição teológica reconhecida pelas autoridades. O registo dá acesso a várias isenções fiscais.

Os principais dias festivos cristãos são também considerados como feriados nacionais. Cada grupo religioso pode transmitir na rádio estatal num dia da semana à sua escolha. A educação religiosa é permitida, mas não é obrigatória.

Não houve registo de actos de intolerância religiosa, seja por parte das autoridades ou por parte de outros elementos na sociedade civil.

Algumas áreas do país foram, contudo, sujeitas a desordem e ataques armados por parte dos rebeldes do Uganda, do Exército de Resistência do Senhor (LRA). Nalguns incidentes, houve representantes da Igreja entre as vítimas. Num caso, o Bispo Eduard Mathos de Bambari² foi brevemente detido pelos raptos.

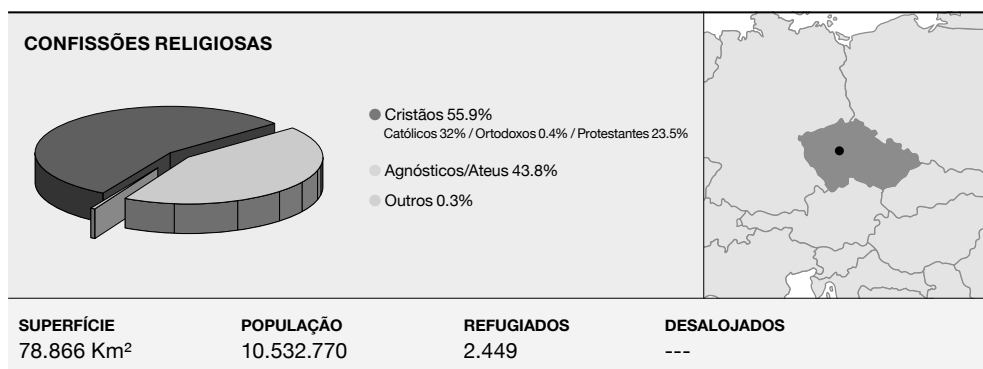
No entanto, de acordo com a Comissão de Justiça e Paz da Conferência Episcopal, estes ataques devem-se à insegurança alargada nalgumas partes do país e não são motivados pela religião.³

¹ www.kituoachakatiba.org/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=126&Itemid=27

² Agência *Fides*, 4 de Junho de 2011.

³ Agência *Fides*, 6 de Junho de 2011.

REPÚBLICA CHECA



O direito à liberdade religiosa está consagrado na Constituição de 1992,¹ que, no Artigo 3, incorporou mais tarde a *Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais* aprovada em 1993² pela Assembleia Federal.

O novo Código Penal, que entrou em vigor em Janeiro de 2010, confirmou as penas atribuídas pelo anterior aos chamados crimes de ódio.³

Todos os grupos religiosos devem registar-se no Ministério da Cultura, entre outras coisas para obterem subsídios estatais. Até à data, são reconhecidas legalmente trinta e duas organizações religiosas no país.

Problemas de restituição de propriedades

A Igreja Católica cedeu na sua batalha pela posse da icónica catedral de Praga, a Catedral de S. Vito, pondo fim a dezassete anos de disputas amargas com o Estado checo pelo controlo do local histórico.

Numa manobra histórica do Arcebispo de Praga Dominik Duka e do presidente Václav Klaus a 24 de Maio, a Igreja aceitou que o Governo deveria ser o único proprietário, mas que ambas as entidades deveriam gerir a catedral em conjunto.⁴

O novo Governo, eleito em Maio de 2011, afirmou, também ao nível do programa de Governo, o seu compromisso para resolver a questão da restituição de propriedades às organizações religiosas, confiscadas durante o século XX por razões diferentes, mas ainda não houve passos concretos dados nesse sentido.

Especificamente, a comunidade judaica está a tentar recuperar propriedades saqueadas durante a ocupação nacional-socialista do país na Segunda Guerra Mundial, enquanto os católicos se queixam de que a restituição de propriedades confiscadas pelo regime comunista não está concluída. De facto, mesmo que durante a década de noventa muitas igrejas, paróquias e mosteiros católicos tenham sido devolvidos, terrenos e florestas estão ainda nas mãos do Estado.

Nenhumas alterações significativas ocorreram relativamente à liberdade religiosa. Ocasionalmente foram relatados alguns incidentes de discriminação social e actos antijudaicos e antimuçulmanos.⁵

¹ <http://legislationline.org/documents/section/constitutions>

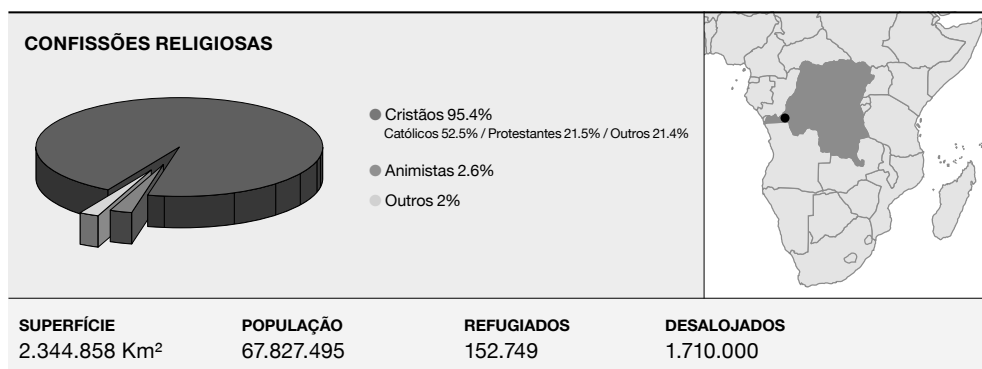
² sccp.prf.cuni.cz/aj/2-93en.htm

³ <http://legislationline.org/documents/action/popup/id/15725>

⁴ *The Prague Post*, 26 de Maio de 2010

⁵ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

REP. DEM. DO CONGO (RDC)



O Artigo 13 da Constituição de 2006¹ proíbe todas as formas de discriminação baseadas na religião, na origem da família ou na opinião. O Artigo 22 garante total liberdade religiosa, com tudo o que isso implica em termos de organização, liberdade de educação, expressão privada e pública, sujeita aos limites requeridos pela ordem e a moral públicas.

É exigido que as organizações religiosas se registem, seguindo procedimentos que são muito simples, de modo a terem isenção em relação a certos impostos. Contudo, os grupos não registados também podem funcionar livremente. Nas escolas estatais, os membros dos grupos religiosos podem disponibilizar educação religiosa. Há consultas regulares entre o Governo e os representantes das diversas confissões religiosas no país.

O dia de Natal é feriado nacional.

Conflito na fronteira oriental

As graves situações de conflito armado ainda persistem, sobretudo no Norte do Kivu e noutras regiões na fronteira oriental da República Democrática do Congo (RDC). As milícias locais e estrangeiras têm estado envolvidas em raids mortíferos e saques.

Em 2011, membros do Exército de Resistência do Senhor (LRA) sediado no Uganda levaram a cabo ataques no nordeste da RDC, no Sudão do Sul e na República Centro-Africana. Uma das muitas vítimas foi a Irmã Jeanne Yegmane, uma enfermeira e oftalmologista, antiga superiora da Congregação das Irmãs Agostinianas em Dungu, no nordeste do país. Foi morta em Janeiro de 2011.²

Em Junho de 2012, numa tentativa de resolver o problema do conflito armado na região da fronteira oriental, a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (ICGLR, uma entidade criada em colaboração entre as Nações Unidas, a União Africana e doadores bilaterais) criou um centro conjunto de informação em Goma para combater os grupos armados que operam na região. O seu pessoal inclui representantes dos serviços secretos dos estados-membros da ICGLR (RDC, Angola, Zâmbia, Tanzânia, Burundi, Ruanda, Uganda, África Central, República do Congo, Quênia e Sudão), além do Sudão do Sul, coordenados por um general angolano.³

A nível político, a segunda volta das eleições que deram origem à reeleição do actual presidente Joseph Kabila esteve repleta de tensões e violência.⁴

¹ www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=193675

² Agência *Fides*, 18 de Janeiro de 2011.

³ Agência *Fides*, 14 de Junho de 2012.

⁴ Agência *Fides*, 10 de Dezembro de 2011.

REPÚBLICA DOMINICANA



Alterações legislativas

A nova Constituição entrou em vigor a 26 de Janeiro de 2010 e tanto o preâmbulo como inúmeros artigos garantem os direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos, das famílias e das associações. Em particular, referindo-se à liberdade religiosa, o Artigo 45 afirma que “o Estado garante a liberdade de consciência e de culto desde que sejam respeitadas a ordem e a moral públicas”.¹

A Lei n.º 198-11, de 3 de Agosto de 2011, e o Regulamento que a complementa, em vigor desde Janeiro de 2012, formalizaram o estatuto civil dos casamentos religiosos na República Dominicana², estabelecendo as condições e formalidades segundo as quais os casamentos religiosos têm validade civil quando celebrados por comunidades estabelecidas na República Dominicana de acordo com a lei e cujas relações com o Estado não sejam regulamentadas por acordos internacionais (excluindo assim a Igreja Católica, que já goza deste reconhecimento com base no Acordo de 1854).

Durante o período abordado não houve notícias de violência ou hostilidade contra direitos e práticas religiosas na república.

¹ <http://bonoc.files.wordpress.com/2009/11/constitucion-politica-final-2010.pdf>

² <http://suprema.com.do>

ROMÉLIA



O Artigo 29 da Constituição romena de 1991 prevê expressamente e com grande detalhe o direito à liberdade religiosa completa, dando total autonomia às organizações religiosas nas suas relações com o Estado e no seu direito de se gerirem a si próprias de acordo com as suas normas e estatutos, desde que não entrem em conflito com as leis do país.¹

Normalmente, o Governo é bastante descontraído a este respeito e no período em análise não foram registados quaisquer incidentes significativos relativos a ameaças à liberdade religiosa.

Em geral, os grupos religiosos estão concentrados em partes específicas do país. A maior parte dos muçulmanos encontra-se no sudeste da Roménia, os greco-católicos encontram-se geralmente na Transilvânia e Bucareste, e nas regiões de Banat e Crisana. A maior parte dos católicos vive na Transilvânia e em torno de Bacau. Cerca de metade dos judeus vive em Bucareste, enquanto os restantes estão espalhados por todo o país.

As relações entre as religiões são geralmente amigáveis, mesmo que haja casos de críticas por parte da Igreja Ortodoxa romena a outras confissões religiosas cristãs, sobretudo os protestantes, que são acusados de proselitismo agressivo.²

As relações entre a Igreja Greco-Católica e o Arcebispado Ortodoxo de Timisoara são cordiais e de cooperação e resultaram na devolução de quase todos os bens greco-católicos confiscados à diocese.

Persistem as dificuldades em aceder ao registo legal para alguns grupos religiosos minoritários. Existe igualmente um tratamento governamental diferenciado para os grupos não registados, por comparação com os que já estão registados.

Continua por resolver a questão que envolve os bens religiosos confiscados pelo regime comunista que oprimiu a Roménia durante tantos anos. A questão é frequentemente complicada pelo facto de escolas, hospitais e instituições culturais, que precisam de ser transferidas, terem sido construídas nessas propriedades. Por exemplo, não foi possível devolver o palácio do bispado católico de Oradea, que alojou o importante museu de Tarii Crisurilor, apenas parcialmente transferido. Ocasionalmente, as autoridades recusaram-se a devolver edifícios ou propriedades que albergam actividades financeiras ou económicas.

Em Pesceana, a comunidade greco-católica, que se estabeleceu aqui em 2005, continua a ser discriminada e assediada. Os seus membros queixam-se de que as autoridades

¹ http://www.cdep.ro/pls/dic/site.page?den=act2_2&par1=2#t2c2s0a29

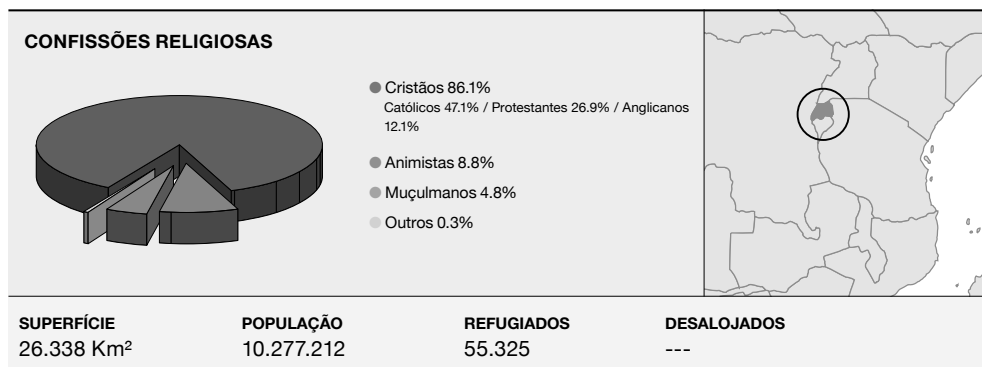
² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

locais e o clero da Igreja Ortodoxa continuam a negar-lhes acesso ao cemitério público, apesar de haver uma decisão do Tribunal da Relação de Fevereiro de 2009 que permite que os sacerdotes greco-católicos celebrem cerimónias funerárias pelos seus membros no cemitério.

Os bispos que representam as catorze Igrejas Católicas do Rito Oriental na Europa reuniram-se em Oradea, a noroeste da Roménia na fronteira com a Hungria, de 3 a 6 de Novembro de 2011.³

³ ZENIT.org, 3 de Novembro de 2011

RUANDA



A Constituição de 2003, que foi revista por diversas vezes até 2010, estabelece o direito à liberdade religiosa (Artigo 33). As organizações políticas de base étnica, tribal ou religiosa são proibidas, tal como o são todas as organizações que possam ser discriminadoras (Artigo 54).¹

Os encontros públicos devem receber autorização, incluindo os encontros religiosos. No entanto, não é necessária autorização se o encontro for organizado por um grupo religioso conhecido pelas autoridades.

Os grupos religiosos são obrigados a reunir-se em locais de culto, pois as autoridades não desejam que esses encontros se realizem em casas privadas. É obrigatório informar de imediato as autoridades sobre quaisquer encontros realizados à noite, mesmo que sejam encontros religiosos e mesmo que sejam realizados em locais privados.

Além disso, o Governo deseja participar em diversas cerimónias religiosas diferentes. Por exemplo, nos casamentos é pedido aos noivos que façam os votos tocando na bandeira nacional.

Aqueles que perturbarem uma cerimónia religiosa ou um ministro da religião no exercício dos seus deveres estão a cometer um crime que é punível com uma multa e/ou com uma pena de prisão que pode ir até seis meses.

As organizações sem fins lucrativos, incluindo as religiosas, são obrigadas a registar-se. Há um controlo restrito das organizações religiosas. Os grupos devem dar informação relativa aos seus objectivos e actividades planeadas, de modo a obterem autorização temporária. No entanto, alguns grupos religiosos funcionam sem autorização.²

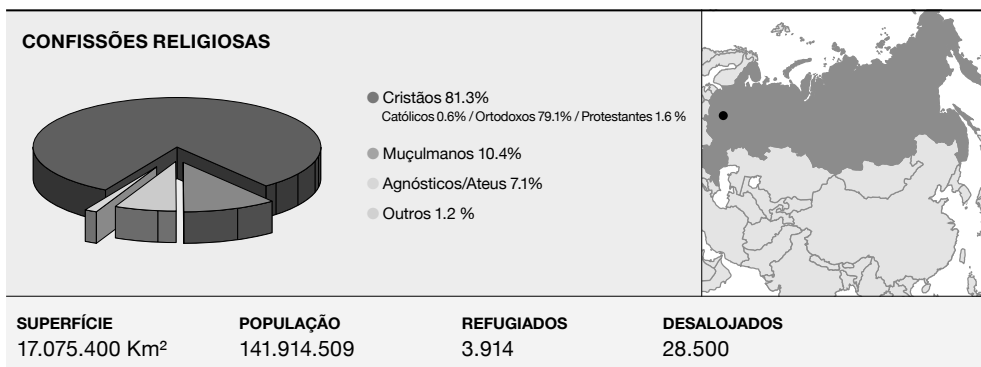
A educação religiosa está disponível nas escolas estatais e pode ser substituída por aulas de religião e moral. Tanto as escolas privadas católicas como as muçulmanas funcionam no país.

Durante o período deste relatório, não foram noticiadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ <http://www.rwandaparlament.gov.rw/parliament/default.aspx>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

RÚSSIA



Situação legal

A Constituição da Federação Russa, aprovada a 12 de Dezembro de 1993, define a Rússia como um estado secular (Artigo 14) e garante total liberdade religiosa para todos os cidadãos da Federação, de acordo com os padrões internacionais (Artigo 28). Além disso, o Artigo 4 da Constituição estabelece a supremacia da Constituição e das leis federais em todo o território da Federação.

A implementação destas disposições gerais é confiada à Lei Federal n.º 125-FZ, de 26 de Setembro de 1997. Esta lei, embora confirme o carácter secular do Estado, concede à Igreja Ortodoxa um papel específico na formação e desenvolvimento da espiritualidade e cultura da Rússia e afirma que o respeito pelo Cristianismo, Islão, Budismo, Judaísmo e outras religiões faz parte integrante do legado histórico do povo Russo.

Várias leis que afectam os interesses das organizações religiosas foram adoptadas em 2011, em geral com o objectivo de facilitar as suas actividades.

O Código Fiscal foi revisto a 18 de Julho, isentando as doações feitas a actividades caritativas, incluindo as que são feitas às organizações religiosas, tendo as mudanças entrado em vigor a 1 de Setembro.

Uma lei federal foi aprovada a 22 de Novembro. Altera as normas existentes sobre angariação e uso de capital doado por organizações sem fins lucrativos, incluindo organizações religiosas. Segundo a nova lei, as organizações religiosas e outras organizações sem fins lucrativos podem aumentar os seus bens não só através de capital doado, mas de capital também proveniente de outras fontes (acções e imobiliário).

A 18 de Novembro, a Duma [Parlamento] adoptou alterações à Lei sobre Segurança do Estado, alargando a protecção governamental ao Patriarca de Moscovo e de Toda a Rússia. O presidente aprovou a lei a 8 de Dezembro.

Situação geral

Continuou a aproximação entre o Estado e os principais grupos religiosos do país, sobretudo a Igreja Ortodoxa russa, além da disponibilização de fundos públicos para iniciativas da Igreja e da aceitação de pedidos de associações religiosas. Por diversas ocasiões, o presidente Dmitry Medvedev descreveu as relações entre a Igreja e o Estado como uma “sinfonia”.

A Igreja Ortodoxa aumentou a sua presença no espaço público. Foi decidido que se adoptava o curso experimental sobre ‘Princípios Básicos de Ética Religiosa e Secular’ como um curso obrigatório nas escolas. Até nas forças armadas, onde os escalões mili-

tares de topo se opuseram à introdução de capelães militares, entraram em vigor novas normas que governam o papel destes, de modo a formar um decreto que regulamente as actividades das entidades que trabalham com soldados que são crentes. Como consequência, diversos sacerdotes/clérigos foram destacados para as forças armadas.

Nenhuma legislação adequada foi ainda criada para proteger os direitos dos crentes nas forças armadas russas, que ainda são governadas pelo Artigo 8 da Lei Federal sobre Soldados no Serviço Activo, e algumas linhas da Lei de 1997 sobre Liberdade de Consciência e Associações Religiosas, na qual o direito a praticar a própria religião é restrito à esfera privada e ao tempo livre do soldado.

A nova lei que autoriza as associações religiosas a estabelecer locais de culto não mudou significativamente a situação. Em muitos casos, a emissão de autorizações ainda depende da atitude das autoridades locais e da persistência das associações religiosas.

Apoio governamental para algumas associações

Nos últimos anos, os fundos públicos têm sido usados para restaurar locais de culto, sobretudo edifícios com património. De acordo com o ministro Federal da Cultura, Alexander Avdeev, foram postos de lado cerca de 5.000 milhões de rublos para este fim em 2011. As igrejas ortodoxas foram as que mais beneficiaram, mas ocasionalmente as mesquitas também beneficiaram.

Por contraste, em 2011 as autoridades de Moscovo recusaram-se a restaurar o complexo de Rogozhskaia Sloboda, que pertence à Igreja dos Antigos Crentes.

Nalguns casos, os fundos públicos foram também usados para construir novos locais de culto, incluindo diversas mesquitas em Tiumen e uma igreja ortodoxa em Tomsk.

Por diversas vezes, as autoridades locais tentaram encontrar patrocinadores para pagar a construção de locais de culto, como por exemplo em Yaroslavl e Penza. Em 2011, a empresa petrolífera Transneft atribuiu 390 milhões de rublos à Igreja Ortodoxa russa.

No passado, o Fundo de Apoio à Cultura, Ciência e Educação Islâmica, criado sob a égide da presidência russa, atribuiu fundos para a educação islâmica. Em Novembro, o presidente Dmitri Medvedev prometeu atribuir um milhão de rublos durante três anos, à semelhança dos anos anteriores.

Relações entre católicos e ortodoxos

Há episódios que demonstram as excelentes relações entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa russa.

A 27 de Janeiro de 2011, o Patriarca ortodoxo de Moscovo, Kirill, reconheceu o antigo Núncio papal para a Rússia, o Arcebispo Antonio Mennini, pela sua ajuda em melhorar as relações entre a Igreja Ortodoxa russa e a Santa Sé. Pela sua parte, o Mons. Mennini agradeceu ao Patriarca Kirill o seu apoio no trabalho realizado ao longo dos anos. “Foi um prazer trabalhar para o bem-estar das nossas Igrejas, mas isto teria sido muito mais complicado sem a sua ajuda, a sua atitude amável e de caridade cristã”, disse.

A 13 de Março de 2011, o Metropolitano ortodoxo russo Hilarion Alfeyev, que é presidente do Departamento de Relações Externas do Patriarcado de Moscovo, enfatizou a necessidade de uma aliança entre católicos e protestantes para apoiar valores cristãos comuns.

A 18 de Março de 2011, durante a sua visita oficial à Rússia, o Cardeal Kurt Koch, presidente do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade Cristã, encontrou-se com o Patriarca Kirill de Moscovo e de Todas as Rússias. Um comunicado do Patriarca

de Moscovo informou que o encontro, realizado na residência patriarcal, se concentrou em “princípios de cooperação” entre as duas Igrejas. O comunicado acrescentava que, “apesar de diferenças teológicas, as duas Igrejas podem aproximar-se e colaborar mais nas áreas onde as suas posições coincidem, ou seja, na defesa dos valores cristãos tradicionais na Europa, na defesa do ponto de vista cristão no palco socioeconómico e na ética da investigação científica e da bioética”.

O Cardeal Antonio Mennini, que até ao 2010 foi Núncio Apostólico para a Rússia e é actualmente Núncio para o Reino Unido, recebeu o prémio de “Amizade” do Estado russo a 10 de Junho de 2011, tal como anunciado pelo Departamento de Relações Externas do Patriarca de Moscovo. O prémio foi apresentado em Londres pelo embaixador russo para o Reino Unido, Jakovenko. Na ocasião, o Metropolitano Hilarion Alfeyev, presidente do Departamento de Relações Externas do Patriarca de Moscovo, enviou-lhe uma mensagem pessoal na qual reconhecia o seu “mérito no desenvolvimento de relações amigáveis entre a Santa Sé e a Federação Russa”, bem como a sua contribuição “para estabelecer um entendimento recíproco entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa russa”.

O município de S. Petersburgo autorizou que se realizasse uma procissão para celebrar o Corpo de Deus na via mais importante da cidade, a avenida Nevski. De acordo com a Arquidiocese da Mãe de Deus de Moscovo, este é um passo em frente importante porque a procissão do Corpo de Deus só se realizou nesta avenida por duas vezes, em 1917 e em 1918. Noventa e três anos mais tarde, a procissão teve a participação dos cônsules de diversos países europeus e foi presidida pelo Mons. Paolo Pezzi, Arcebispo da Diocese da Mãe de Deus de Moscovo.

A Conferência Internacional sobre Discriminação e Perseguição dos Cristãos, realizada em Moscovo e organizada pelo Patriarca de Moscovo com contribuições da Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre, ficou marcada por um discurso feito pelo Patriarca Kirill que foi largamente noticiado pela imprensa russa. Tendo terminado a 1 de Dezembro de 2011, a conferência enviou uma mensagem ao mundo, pedindo que as perseguições contra os cristãos – uma emergência global e mesmo humanitária que envolve milhões de vítimas, com mais de 100.000 mortes em cada ano, como é agora público – sejam aberta e imediatamente noticiadas em todo o lado.

O Metropolitano Hilarion Alfeyev de Volokolamsk, responsável pelo Departamento de Relações Externas do Patriarcado de Moscovo, descreveu a conferência adequadamente como o maior encontro eclesialístico alguma vez organizado sobre este assunto. Na realidade, a conferência acolheu, entre outros, discursos dos Arcebispos católicos Paolo Pezzi, Arcebispo da Diocese de Moscovo, Ivan Jurkovic, Núncio Apostólico na Rússia, e Joseph Ender, Representante Especial da Santa Sé nesta conferência. Foram seguidos por discursos do Metropolitano da Igreja Assíria do Iraque, Mar Gewargis, e de inúmeros arcebispos e patriarcas do mundo ortodoxo. A presença na conferência de representantes das comunidades judaica e islâmica russas foi um elemento significativo.

A 30 de Maio de 2012, o Metropolitano Hilarion Alfeyev de Volokolamsk abriu a conferência com os líderes da Ajuda à Igreja que Sofre. No dia de Pentecostes em Moscovo, o responsável do Departamento de Relações Externas do Patriarcado acolheu o Barão Johannes von Heereman, presidente executivo da Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre, o assistente espiritual da Fundação, P. Martin Barta, e o director internacional da secção russa, Peter Humeniuk. Durante mais de vinte anos, a Ajuda à Igreja que Sofre apoiou a Igreja Ortodoxa russa, tendo atribuído 700.000 euros a esta

comunidade em 2010, e promove muitos projectos interconfessionais, testemunhando o grande compromisso ecuménico da Fundação. “Vamos estar sempre agradecidos à Ajuda à Igreja que Sofre”, disse o Arcebispo russo antes de encerrar o encontro com um último pedido: “Confrontados com os grandes desafios que aguardam as nossas duas comunidades, é importante olharmos para o futuro juntos.”

Outras organizações

Não houve relatos significativamente críticos durante o período analisado em termos da situação das outras religiões que são reconhecidas como religiões tradicionais.

Foram apresentadas queixas em relação ao comportamento de algumas autoridades locais ao gabinete de Mediação pelos Direitos Humanos. A maior parte destas queixas diz respeito ao comportamento de autoridades locais que por vezes não respeitam a legislação federal sobre organizações religiosas. Houve também queixas de que as autoridades federais raramente intervieram para pôr fim aos abusos relatados.

Houve uma tentativa por parte de diversas associações islâmicas na Federação Russa de criar uma frente unida para pôr fim ao extremismo de grupos islâmicos radicais. Esta decisão, tomada durante uma sessão realizada pelo grupo conjunto de associações islâmicas em Fevereiro de 2010, foi bem acolhida por analistas e pelas autoridades, que vêem nela uma oportunidade de controlar e conter as franjas extremistas, acima de tudo no Cáucaso.

Ninguém foi assassinado por causa da sua religião em 2011 e os ataques contra membros de outras religiões foram em muito menor número do que no passado.

Tal como no ano anterior, houve vários casos de vandalismo religioso. Foi feita uma tentativa de incendiar duas igrejas ortodoxas, algumas sinagogas e edifícios pertencentes a testemunhas de Jeová.

Foram disparados tiros contra uma mesquita em Kamensk-Uralsky. Em Rostov e Orenburg Oblasts, foram também disparados tiros contra um edifício pertencente às testemunhas de Jeová e em Nizhnevartovsk uma igreja pentecostal foi alvo de tiroteio por duas vezes numa semana.

Nizhny Novgorod Oblast foi a cidade mais afectada por vandalismos no cemitério, com relatos de dez incidentes. Na maior parte dos casos, os alvos foram túmulos muçulmanos. Em diversos casos, os atacantes deixaram *graffiti* neonazis nas pedras tumulares.

Em Tomsk, o Movimento Siberiano, a Organização da Juventude Pan-Eslava, o Congresso das Comunidades Russas e os Cossacos de Tomsk foram a tribunal para embargar a construção de um *Khachkar*, uma cruz de pedra arménia. Segundo eles, entre outras coisas, este tipo de monumento é ilegal, por causa da “falta de ligação histórica entre os arménios e o território de Tomsk e da Sibéria”.

Fontes consultadas

ACN News

Gazeta www.gazeta.ru

L'Osservatore Romano

Religija the Pravo (Religião e Lei)

Centro Eslavo de Lei e Justiça

Centro SOVA de Informação e Análise

Zenit.org

SALOMÃO



O Artigo 11º da Constituição de 1978 reconhece totalmente a liberdade religiosa em todos os seus aspectos, e tal é também respeitado pelas leis e pelas autoridades.

Os grupos religiosos têm de se registrar, mas não há relatos de alguma vez terem sido negados registros.

O Estado subsidia as escolas privadas que são, efectivamente, geridas em exclusivo pelos cinco principais grupos cristãos: católicos, anglicanos, metodistas, evangélicos e adventistas. Não é, no entanto, proibido a outras confissões religiosas serem proprietárias de escolas.

Durante o período deste relatório, não há relatos de ocorrências significativas relativamente ao exercício da liberdade religiosa.

SAMOA



Nenhum evento ocorrido durante o período abrangido por este relatório violou a liberdade religiosa, a qual se encontra garantida pela Constituição de 1997 e, na prática, é respeitada pelo Governo, o qual pune todos os actos de perseguição ou de discriminação.

Não existe nenhuma religião do Estado, embora a introdução da Constituição descreva o país como “um estado independente baseado em princípios cristãos e nas tradições e costumes samoanos”.

As cerimónias públicas são geralmente precedidas de uma oração partilhada.

Aos grupos religiosos é permitido operar sem nenhum reconhecimento formal.

A instrução religiosa específica não é providenciada nas escolas. Cada crença pode gerir as suas próprias escolas e incluir a instrução religiosa durante o horário escolar.

Nas aldeias e pequenas vilas, existe uma forte pressão social para que toda a gente tome parte nas cerimónias e actividades religiosas da comunidade e para que todas as famílias contribuam para as necessidades financeiras dos líderes e das actividades da Igreja local. Esta contribuição pode chegar a 30% do rendimento familiar.

S. CRISTÓVÃO E NEVES

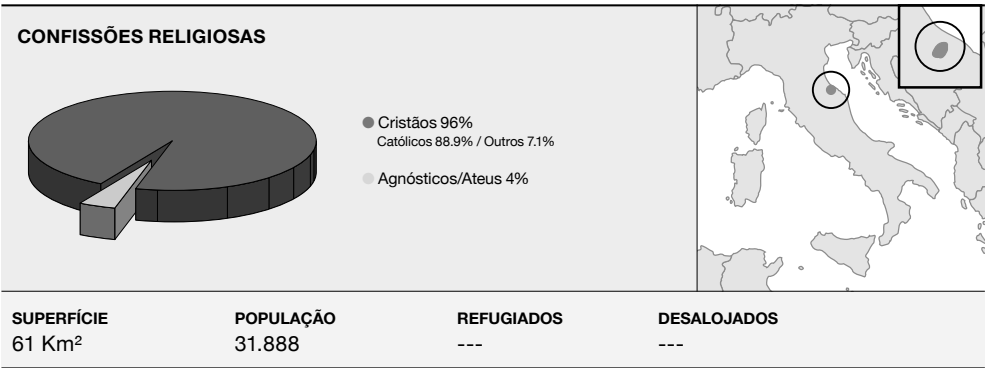


Este pequeno estado, que faz parte da Comunidade Britânica (Commonwealth), consiste em três pequenas ilhas das Pequenas Antilhas. A Constituição de 1993 garante a total liberdade religiosa no seu Artigo 11º e define em detalhe tanto os direitos dos indivíduos como os dos grupos religiosos.

Não existe nenhum relato respeitante à interferência pelas autoridades na vida dos grupos religiosos, ou sobre qualquer episódio de intolerância.

O registo não é obrigatório.

S. MARINHO



A liberdade religiosa é garantida pela Constituição. As relações com a Igreja Católica são reguladas pela Concordata de Abril de 1992. Com base neste acordo, os cidadãos podem requerer que 3% dos seus impostos sejam doados à Igreja Católica ou a outras instituições caritativas.

Não houve relatos de mudanças institucionais significativas ou de qualquer incidente expressivo relativamente à questão da liberdade religiosa.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

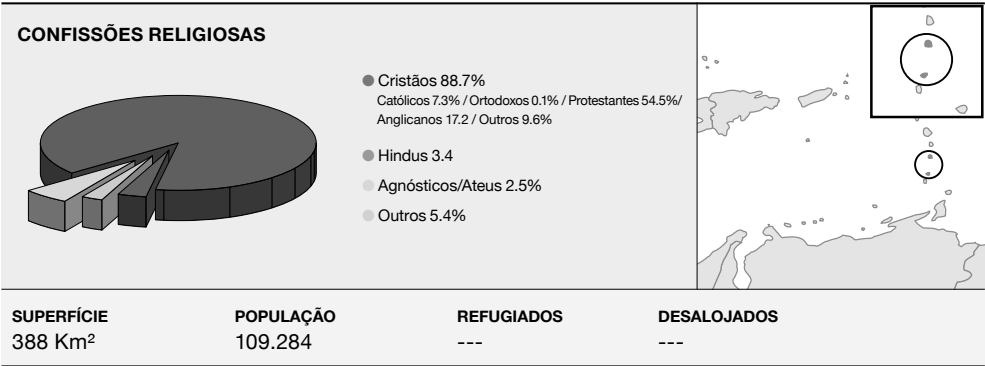


Neste pequeno arquipélago, a liberdade religiosa é reconhecida pela Constituição de 1990, a qual, no Artigo 8º, estabelece o carácter laico do Estado e a separação entre religião e política, enquanto o Artigo 26º garante a “liberdade de consciência, de religião e de culto”.

Os grupos religiosos têm de se registar, mas não existe nenhum relato de proibição de grupos não registados. Os missionários, tanto cristãos como de outras crenças, estão presentes no país.

Não houve nenhum relato de mudanças institucionais ou incidentes relevantes relativos à liberdade religiosa durante o período analisado.

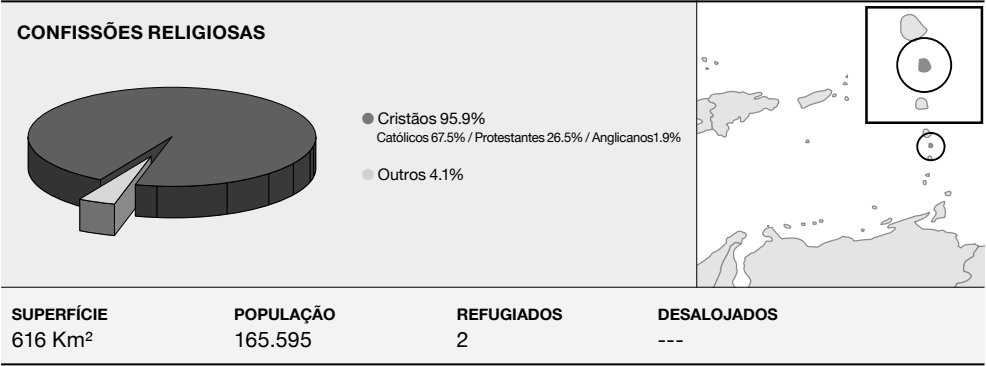
S. VICENTE E GRANADINAS



O grupo de ilhas nas Pequenas Antilhas que forma o estado de S. Vicente e Granadinas faz parte da Comunidade Britânica (Commonwealth). O Artigo 9º da Constituição, que foi aprovada quando o país se tornou independente, em 1979, define em pormenor os direitos individuais e associativos que derivam da total liberdade religiosa. As escolas do Estado providenciam instrução moral baseada nos princípios do Cristianismo, mas a frequência destas aulas não é obrigatória.

Não há relatos de eventos envolvendo intolerância ou violações da liberdade religiosa.

STA. LÚCIA



Esta ilha das Pequenas Antilhas é membro da Comunidade Britânica (Commonwealth). A sua Constituição data de 1979, ano no qual o país se tornou independente, e garante a total liberdade religiosa no seu Artigo 9º.

A religião dominante é o Cristianismo, principalmente na vertente do Catolicismo. As religiões não cristãs, como o Islamismo e o Rastafarianismo, têm muito poucos seguidores e estes são derivados da imigração.

Não existe nenhum relato de violação da liberdade religiosa ou de eventos que envolvam intolerância.

SEICHELES



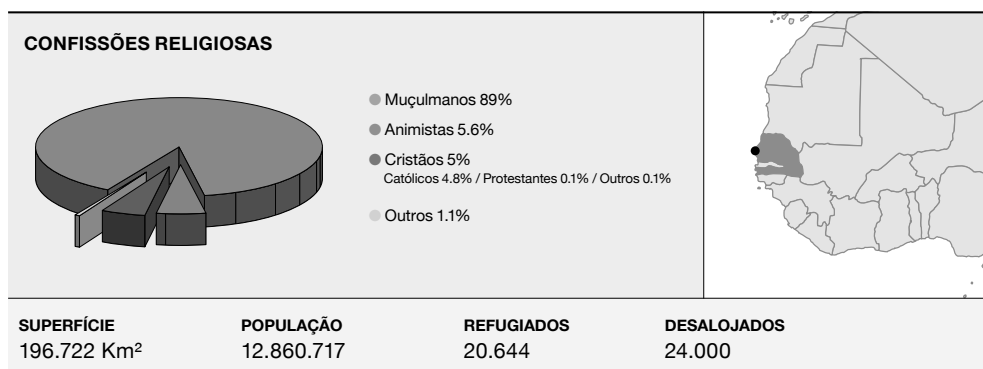
O Artigo 21º da Constituição da 1993 garante, em grande detalhe, a total liberdade religiosa, e as autoridades respeitam este direito. Não existe nenhum relatório de discordâncias significativas entre os vários grupos religiosos.

Os grupos religiosos não são obrigados a registarem-se, mas têm de apresentar um pedido ao Ministério das Finanças para obter isenções fiscais.

As organizações religiosas e os partidos políticos não podem ter licenças de rádio, conforme uma lei de 2006. Porém, é atribuído tempo de transmissão na rádio e na televisão às várias religiões, com, por exemplo, radiodifusão de missas católicas e tempo de transmissão também proporcionado aos muçulmanos, aos bahá'ís e a outros.

Não houve nenhum relato de mudança institucional ou de episódios significativos relativos à liberdade religiosa no período analisado para este relatório.

SENEGAL



A Constituição descreve o Estado como secular (Artigo 1) e reconhece a liberdade religiosa e a total liberdade administrativa e organizativa das comunidades religiosas (Artigo 24).¹

O Governo atribui fundos a grupos religiosos, por exemplo para construção de edifícios ou para financiar acontecimentos específicos.

O Islão é a religião da maioria e os muçulmanos têm autorização para optar por serem julgados de acordo com a lei islâmica em questões relacionadas com a família e as heranças.

As organizações religiosas são obrigadas a registar-se e adquirir estatuto legal para poderem ser proprietárias de bens e tornar-se sujeitos de relações jurídicas.

A educação religiosa é disponibilizada a pedido nas escolas primárias e os pais podem escolher entre o Islão e o Cristianismo. As escolas privadas são autorizadas e recebem financiamento estatal se corresponderem aos padrões do Estado. Muitos destes fundos são atribuídos a escolas cristãs, que têm uma tradição antiga e que também incluem muitos alunos muçulmanos.²

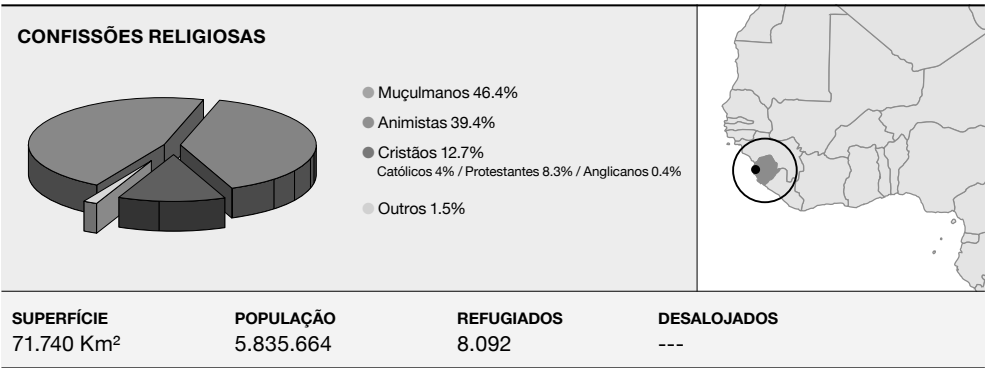
As relações entre cristãos e muçulmanos caracterizam-se pelo diálogo e pelo respeito mútuo.

No período a que este relatório diz respeito não se registaram episódios significativos relativos à liberdade religiosa.

¹ <http://www.africanlegislaturesproject.org/content/constitution-senegal>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

SERRA LEOA



O Artigo 24 da Constituição reconhece o direito a professar, praticar e propagar a própria fé, individualmente ou em comunidade e tanto em público como em privado, o direito a mudar de religião ou crença, e o direito de nenhuma pessoa ser obrigada a prestar qualquer juramento que seja contrário à sua religião ou crença.¹

A lei permite a educação religiosa nas escolas geridas por comunidades religiosas e os alunos são livres de participar se o desejarem.

As relações entre as diferentes religiões são geralmente boas, e o casamento entre cristãos e muçulmanos é comum. Muitas famílias têm membros cristãos e muçulmanos a viverem no mesmo agregado familiar.²

Existe um Conselho Inter-Religioso, constituído por líderes muçulmanos e cristãos, que contribui para manter relações pacíficas entre as comunidades.

A Igreja Católica goza de total liberdade, incluindo para realizar apostolado missionário, e a 15 de Janeiro de 2011 criou a quarta diocese católica no país.³

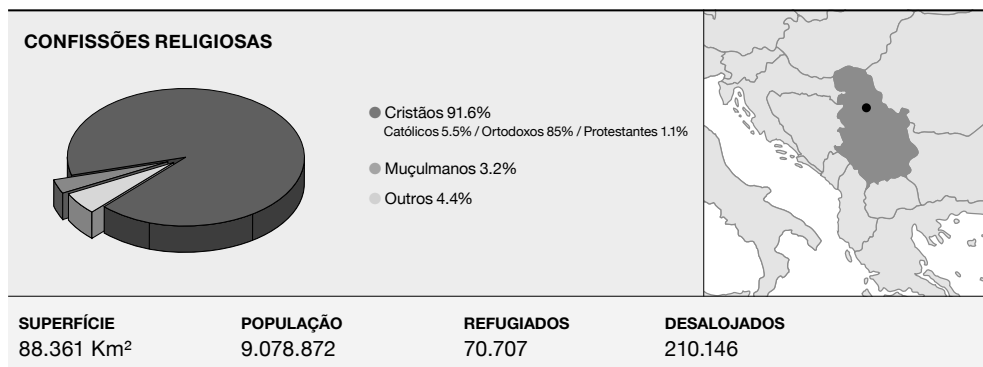
Durante o período deste relatório, não foram noticiadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ <http://www.sierra-leone.org/Laws/constitution1991.pdf>

² Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

³ Agência Fides, 15 de Janeiro de 2011

SÉRVIA E KOSOVO



SÉRVIA

O Artigo 11 da Constituição sérvia (aprovada em 2006) define a natureza secular do Estado, e os Artigos 43 e 44 garantem o direito à liberdade religiosa total.¹

Embora não seja a religião do Estado, a Igreja Ortodoxa sérvia goza de uma situação social privilegiada no país e o Estado concede-lhe favores especiais, continuando a pagar os salários dos membros do clero que desempenham o seu ministério noutros países.

Mesmo que os membros de outros grupos religiosos recebam tratamento favorável, como por exemplo pensões do Estado ou assistência financeira com cuidados de saúde, estes são acordos e casos individuais e não privilégios especiais alargados a todos os membros do grupo religioso a que pertencem.

A lei sérvia que regulamenta as actividades dos grupos religiosos tem normas diferentes para as religiões minoritárias, incluindo algumas que em tempos foram religiões reconhecidas. A lei reconhece sete comunidades religiosas tradicionais, que estão isentas de ter de voltar a registar-se. São elas a Igreja Ortodoxa sérvia, a Igreja Católica, a Igreja Evangélica eslovaca, a Igreja Reformada Cristã, a Igreja Evangélica, as comunidades muçulmana e judaica.

As outras confissões religiosas têm de se registar, mas a aprovação do seu pedido fica à discrição do Governo. Muitas organizações não-governamentais, comunidades religiosas, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o Conselho da Europa criticaram, em mais do que uma ocasião, esta lei sobre a religião, afirmando que ela invade a liberdade dos grupos religiosos. Para se registar, um grupo religioso tem de disponibilizar o seu nome, o nome dos seus membros, as suas assinaturas, o estatuto do grupo, uma descrição das suas cerimónias e das suas principais actividades.²

Embora o registo legal não seja obrigatório, os grupos religiosos não registados encontram dificuldades em diversas situações, como por exemplo a abertura de uma conta bancária, a compra e venda de propriedades ou a publicação de material religioso.

A educação religiosa é disponibilizada nas escolas primárias e secundárias. Os alunos são obrigados a participar nas aulas de uma das sete religiões reconhecidas tradicionalmente. Caso um aluno, ou a sua família, não queira receber educação religiosa, pode optar por ter aulas de educação cívica.

¹ <http://www.wipo.int/wipolex/en/details.jsp?id=7378>

² *The Review of Faith & International Affairs*, 24 de Janeiro de 2011 - www.rfiaonline.org/extras/articles/711-eu-accession-serbia-religion-policy

Mantém-se a questão da devolução dos bens confiscados às comunidades religiosas pelo antigo regime comunista. Muitas comunidades queixaram-se da fraca gestão que o Governo faz desta questão em diversos aspectos. Algumas queixaram-se de que o Governo utiliza valores patrimoniais baseados em números de 1945 para decidir se cumpre ou não com os requisitos da restituição. Os judeus queixam-se de que, ao tratar em simultâneo dos pedidos individuais e de grupo, é fácil haver atrasos na resolução dos casos.

Todas as Igrejas enfatizam o tratamento especial dado à Igreja Ortodoxa sérvia, que também apresentou o maior número de pedidos de devolução. Os grupos não reconhecidos não podem fazer pedidos de restituição. A Igreja Ortodoxa sérvia recebeu 44% dos bens devolvidos, enquanto os católicos receberam 11% e os judeus 0,5%. A comunidade muçulmana não teve qualquer propriedade devolvida.

O Ministério das Religiões continua a negar o registo legal a quatro comunidades. São elas a Igreja Baptista, a comunidade Hare Krishna, a Igreja Pentecostal e a Igreja Protestante Evangélica de Subotica.

Estão pendentes oito pedidos de registo de grupos que o Governo considera como “não tradicionais”.

Algumas organizações não-governamentais que trabalham no país criticaram a recusa do Governo em registar grupo minoritários e sobretudo a tolerância do Estado para com os que vandalizam os bens dos grupos minoritários e atacam os seus membros. A acção da polícia nesses casos raramente tem resultado em detenções ou julgamentos para os que cometem esses actos.

Persistem os obstáculos para alguns grupos obterem autorizações de construção de novos locais de culto. Até os católicos se queixam de que não conseguem obter rapidamente as autorizações necessárias para construir novas igrejas em Sabac e Belgrado. Os muçulmanos queixam-se da falta do seu próprio cemitério na capital.

Em Junho de 2010, o ministro das Religiões formou um Conselho Inter-religioso a quem foi confiada a tarefa de promover o respeito pela liberdade religiosa e discutir as questões sociais mais relevantes. O conselho é composto pelo ministro e por representantes das sete religiões “tradicionais”. As religiões que o Governo considera como “não tradicionais”, mesmo que estejam registadas, não estão autorizadas a participar.

As organizações não-governamentais que trabalham no país referem uma quebra no número de ataques baseados em razões religiosas. As religiões minoritárias continuam a relatar ataques, discriminação e vandalismo. Como as identidades étnicas e religiosas não se distinguem nesta parte do mundo, é difícil saber quais as verdadeiras motivações dos que cometem estes actos.³

KOSOVO

Dentro das suas fronteiras definidas internacionalmente, o Kosovo tem 10.908 km² e uma população de 1.733.872 habitantes (censo de 2011). De acordo com números recentes, a composição religiosa do Kosovo é a seguinte: 91,5% muçulmanos, 3,5% católicos, 4,9% ortodoxos e 0,1% protestantes.

³ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

Em Julho de 2011, uma opinião consultiva emitida pelo Tribunal Internacional de Justiça afirmou que a declaração unilateral de independência do Kosovo em 2008 não viola os padrões internacionais.⁴

A 12 de Setembro de 2012, o Comité de Supervisão Internacional terminou formalmente a sua missão quando o Kosovo se tornou num país independente.⁵

Não existem procedimentos no país para as organizações religiosas obterem reconhecimento e estatuto legal. As diversas confissões e grupos religiosos queixaram-se desta situação. Para lidar com esta situação, o Gabinete do Conselho do Provedor do Público enviou uma recomendação formal em Julho de 2011 ao Parlamento para que seja criada legislação sobre esta questão premente, mas até agora não foram tomadas quaisquer medidas.

Como os factores religiosos e étnicos estão intrinsecamente ligados, é muitas vezes difícil classificar incidentes violentos como actos de intolerância religiosa ou expressões de ódio étnico. Por exemplo, muitos albaneses do Kosovo identificam-se como muçulmanos, mas essa classificação é mais uma conotação cultural. A religião no Kosovo não é um factor determinante em termos sociais, mas tornou-se um factor determinante na mistura entre questões étnicas e culturais. Existe uma carência substancial de qualquer retórica islâmica no discurso público e a participação nas mesquitas não é alargada. Apesar de a participação religiosa ser marginal e pouco frequente, tem havido um aumento do número de pessoas com vestes islâmicas tradicionais e elementos religiosos tradicionais.

Os residentes sérvios no Kosovo identificam-se substancialmente com a Igreja Ortodoxa sérvia, mas ao mesmo tempo fazem-no num quadro de referência histórico e cultural.

Por comparação com anos anteriores, não há relatos de ataques a membros do clero ortodoxo sérvio. Ainda são feitas ameaças e tem havido roubos em edifícios religiosos e actos de vandalismo. As autoridades decidiram fortalecer as medidas de segurança de alguns eventos religiosos e cerimónias ortodoxas sérvias.

Nas vilas orientais de Pec, Decani, Djakovica, Klina e Srbica, bem como na vila de Mitrovica no sul, os sacerdotes ortodoxos solicitaram e obtiveram escoltas compostas por forças de manutenção da paz da NATO em eventos de exterior.

Por razões de segurança, é negado o acesso às irmãs e aos monges sérvio-ortodoxos de alguns mosteiros a áreas que lhes pertencem.

A Comissão de Implementação da Reconstrução (CIR) fez progressos em vários projectos, incluindo a reparação de igrejas danificadas durante a revolta de albaneses extremistas em 2004. A 14 de Julho de 2011, a CIR concluiu a construção da casa paroquial da Igreja da Virgem Santa de Ljeviska em Prizren, que é uma referência por causa dos seus valiosos frescos medievais. Ao mesmo tempo, começaram os trabalhos de reconstrução da Igreja de S. Jorge na mesma vila. As paredes do mosteiro de Devic foram reparadas e os sinos foram instalados. Tiveram igualmente início os trabalhos na Igreja da Assunção da Virgem Santa de Djakovica e na Igreja de S. João Baptista em Pec.

As autoridades governamentais locais subsidiaram e estão a pagar a reconstrução de cemitérios ortodoxos sérvios. A 8 de Outubro teve início em Prizren um projecto para restaurar o cemitério ortodoxo sérvio e os trabalhos de restauro começaram em

⁴ <http://www.balkanicaucaso.org/Dossier/Pronunciamento-Cig-sull-indipendenza-del-Kosovo>

⁵ *East Journal*, 13 de Setembro de 2012

Novembro no cemitério ortodoxo sérvio de Podujevo, que tinha sido vandalizado por atacantes desconhecidos em Junho.

Os protestantes continuam a alegar que estão a ser discriminados pelo Governo nacional e pelas autoridades locais a diversos níveis. Queixam-se sobretudo de não lhes ter sido dada autorização para criarem cemitérios para os seus membros. Para resolver este problema, são forçados a enterrar os seus mortos em cemitérios muçulmanos, em que os rituais fúnebres são orientados por membros do clero muçulmano, com todos os problemas que isso coloca. Os protestantes mantêm que o seu direito à liberdade religiosa está a ser violado, uma vez que são forçados a ser enterrados entre pessoas de outras religiões com tradições diferentes em termos de ritos funerários. Queixam-se também que as autoridades municipais recebem um acordo tácito da parte deles de que não vão exibir símbolos religiosos fora dos seus edifícios. Esta é a única forma de obterem autorização para expandirem ou construírem em terrenos de que são proprietários.⁶

A 14 de Setembro de 2010, numa atmosfera favorável às relações e à cooperação inter-religiosa, a nova igreja católica, dedicada à Beata Madre Teresa de Calcutá, foi inaugurada numa cerimónia solene em Pristina.⁷

⁶ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

⁷ *Zenit.org*, 6 de Setembro de 2010

SINGAPURA



O Artigo 15º da Constituição de Singapura, datada de 1963 e emendada em 1993 e 1994, protege explicitamente a liberdade religiosa, reconhecendo que todo o indivíduo tem o direito de professar, de praticar e de propagar a sua religião, contanto que tal não envolva nenhum acto contra a ordem pública, a saúde ou a moralidade.

Todos os grupos religiosos são obrigados a registarem-se junto das autoridades e a educação religiosa não pode ser ministrada nas escolas públicas. A presença de missionários estrangeiros é permitida, mas a Lei sobre a Manutenção da Harmonia Religiosa proíbe os grupos religiosos de se envolverem em actividades políticas. A lei também proíbe o incitamento contra o Governo, bem como actividades subversivas. As autoridades podem ordenar o fim de tais actividades e qualquer indivíduo que não cumpra a lei pode ser punido com uma pena até dois anos de prisão e uma multa.

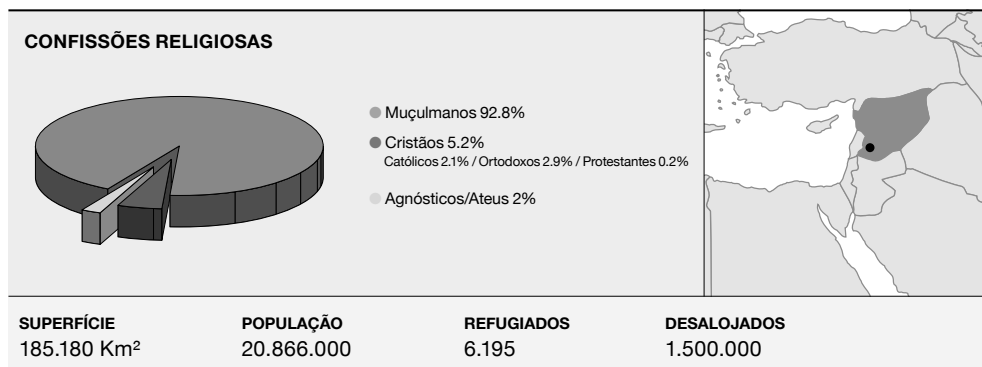
De acordo com a Lei do Ensino Obrigatório de 2000, todos os alunos devem frequentar as escolas públicas.

Os únicos grupos que sofrem discriminação são as Testemunhas de Jeová (proibidas desde 1972) e a Igreja da Unificação do Reverendo Moon (proibida desde 1982).

Apesar da proibição, não ocorreram detenções de testemunhas de Jeová; pelo contrário, elas estão autorizadas a reunir-se em habitações privadas, o que o Governo de facto tolera. Mas qualquer indivíduo que se recuse a cumprir o serviço militar pode ter de cumprir uma pena de prisão que pode ir até aos quinze meses, sentença esta que pode ser prolongada por vinte e quatro meses adicionais caso o sentenciado se recuse uma segunda vez.

As Testemunhas de Jeová ou qualquer grupo a elas associado, como a Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados ou a Associação Internacional de Estudantes da Bíblia, não estão autorizados a distribuir o seu material.

SÍRIA



Uma situação em mudança

Desde Março de 2011, a Síria tem passado por uma instabilidade extrema. A oposição ao presidente Bashar El-Assad, cujo regime ditatorial é inspirado na ideologia secularista do Partido Baas e que confia na minoria alauíta, está a ser violentamente reprimida pelo exército e pelas forças de segurança. A 26 de Fevereiro de 2012, foi pedido aos sírios que votassem num referendo sobre várias alterações constitucionais. Aprovado em 90% pelos que votaram, de acordo com dados disponibilizados pelo Governo de Damasco, o novo texto altera sobretudo o Artigo 8, que até então tinha garantido que o Partido Baas era o pilar do Estado e da sociedade, abrindo assim caminho para um sistema multipartidário.¹

Esta reforma não pôs fim ao levantamento popular ou à repressão. O movimento, que inicialmente era um protesto exigindo maior liberdade e democracia, tornou-se lentamente numa revolução islâmica e está cada vez mais a tornar-se numa guerra civil interconfessional. Esta revolução é apoiada por muitos estados sunitas no Próximo Oriente e beneficia da chegada à Síria de mercenários armados que também são sunitas.²

Embora sejam a favor de algum tipo de reforma, os cristãos na Síria não aderiram em geral aos movimentos de oposição. Os líderes religiosos avisaram o Ocidente sobre as consequências da queda do regime de Bashar El-Assad. Manter o islamismo “amordaçado” garante pelo menos que os cristãos e outras minorias (alauítas, druzes) tenham segurança e liberdade de culto. Os cristãos estão conscientes de que se arriscam a tornar-se objectos de retaliação por parte dos islamistas e a serem acusados de terem apoiado o regime.³

A situação, quando este Relatório foi elaborado, é confusa e o resultado final não é previsível.

A cidade de Homs, em particular, teve uma redução em relação aos 230.000 habitantes que tinha, por causa dos combates que duram há meses.

Numa declaração à Fundação AIS (Ajuda à Igreja que Sofre), vários membros da Igreja Síria descrevem um cenário muito mais complexo do que o que é noticiado pelos meios de comunicação ocidentais: “A situação na Síria é muito mais complexa e difícil de avaliar do que os meios de comunicação no Ocidente o fazem parecer.” Muitos meios

¹ AsiaNews, 5 de Março de 2012

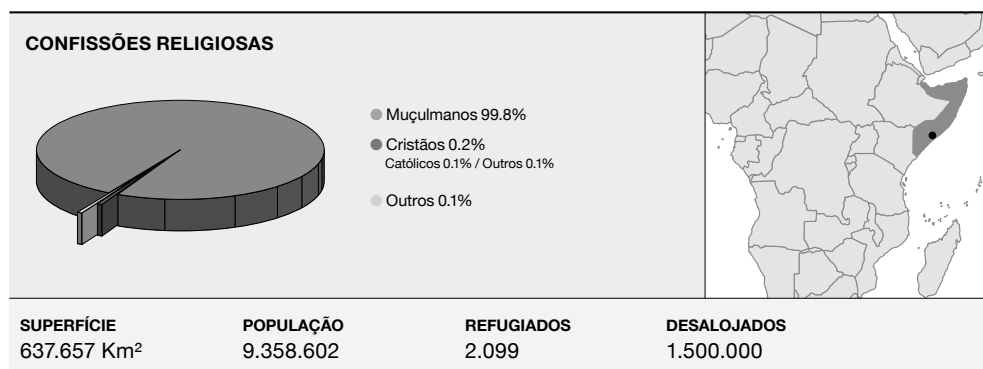
² AsiaNews, 24 de Maio de 2012

³ Agência Fides, 16 de Maio de 2011

de comunicação estão simplesmente a realizar reportagens pouco consistentes. “Eles parecem estar a ignorar que também há lutas internas de poder e tensões religiosas entre os diferentes grupos muçulmanos, feudos tribais e actos de vingança de ocorrência diária, e que o crime está a aumentar no país devido à situação instável.”⁴

⁴ www.acnuk.org/news.php/348/syria-media-not-telling-the-truth-about-conflict-says-expert

SOMÁLIA



Aspectos jurídicos e institucionais

A Somália não tem tido um governo central capaz de exercer o poder sobre todo o país desde 1991, quando um levantamento armado trouxe o colapso ao Governo do presidente Siad Barre. Actualmente, o poder é dividido e contestado por quatro entidades. No centro e sul, o conflito ocorre entre o Governo Federal de Transição (TFG) reconhecido internacionalmente, nomeado pelo presidente Sharif Ahmed, que está no poder desde 31 de Janeiro de 2009, e o grupo radical armado islamista *al-Shabaab*, que com o passar do tempo absorveu todos os grupos islâmicos que combatiam o TFG. Estes grupos eram fruto da fragmentação da União dos Tribunais Islâmicos (ICU), cujo líder era o próprio Sharif Ahmed. A ICU tomou Mogadíscio em 2006 e governou todo o centro e sul da Somália durante alguns meses, antes de ser expulsa pela coligação de forças do TFG e da Etiópia. A *al-Shabaab*, que foi oficialmente designada como organização terrorista tanto pelos Estados Unidos (a 28 de Fevereiro de 2008) como pela União Europeia, pelas suas ligações à Al Qaeda, aliou-se oficialmente com a Al Qaeda em Fevereiro de 2010 e a 9 de Fevereiro de 2012 tornou-se formalmente parte daquela organização. Alguns chefes não aceitaram esta decisão e decidiram estabelecer unidades separadas e operar numa plataforma política estritamente somali. Ao longo de 2011, a *al-Shabaab* perdeu terreno. Em Agosto foi totalmente expulsa de Mogadíscio (onde em tempos controlou quase um terço da cidade) por uma coligação entre o TFG e a AMISOM (o contingente militar da União Africana) e, sob ataque do Exército nacional e dos seus aliados etíopes e quenianos, teve de entregar outras partes do território. O TFG foi ajudado nos seus ganhos de território por uma aliança, de Março de 2010, com a *Ahlu Sunna waa Jamma* (ASWJ), uma organização sufi apolítica fundada para contra-atacar o radicalismo dos grupos islamistas. A partir de 2008, quando a *al-Shabaab* começou a destruir santuários sufis e a matar imãs sufis, a ASWJ criou uma milícia a partir de vários clãs que controlam as regiões no centro do país. Alguns dos seus apoiantes juntaram-se ao TFG. Em Junho de 2011, os mandatos do presidente Ahmed e outras instituições foram prolongados até Agosto de 2012, presumivelmente pela última vez, quando se deverão realizar eleições gerais pela primeira vez desde a queda de Siad Barre em 1991.

Há duas entidades políticas nas regiões norte do país. No extremo norte está a Somalilândia, que declarou independência desde 1991 mas não foi reconhecida por nenhum outro país. A sul da Somalilândia está a região autónoma de Puntlândia, que desde 1998 exigiu o auto-governo dentro de um estado federal somali.

A Constituição federal transitória esboçada pelo TFG garante formalmente a liberdade religiosa, ao mesmo tempo que estabelece que o Islão é a religião nacional. O Artigo 15 da Constituição afirma que “todos os cidadãos da República da Somália (...) têm direito a igual protecção e iguais benefícios da lei, sem distinção de raça, origem, língua, religião, sexo ou filiação política”. Não há nenhuma secção específica sobre liberdade religiosa e os seus limites na Constituição. O Artigo 71, parágrafo 2, estabelece que “para todas as questões não abordadas e incompatíveis com esta carta” são aplicáveis a Constituição somali de 1960 e as leis nacionais que a seguem. O Artigo 29 da Constituição de 1960 afirma que “cada pessoa terá direito à liberdade de consciência e a professar e praticar livremente a sua religião, sujeita a quaisquer limitações que possam ser prescritas por lei para fins de salvaguarda da moral, da saúde pública ou da ordem”.

Há uma nova versão preliminar da Constituição, elaborada pela Comissão Federal Independente para a Constituição (IFCC) e emitida em Agosto de 2010, que se pretende submeter a debate e a referendo popular quando as condições políticas e de segurança no país o permitirem. O primeiro artigo especifica que a nova Constituição tem por base e fundamento o Corão Sagrado e a *Suna*. O Artigo 2 estabelece o Islão como religião do Estado e afirma que o proselitismo é proibido a qualquer outra religião e que nenhuma lei contrária à *sharia* pode ser promulgada. O Artigo 3 afirma que a *sharia* deve ser a lei do país. A disposição legal anterior é reafirmada e declara que o Estado não discrimina ninguém com base na religião e que os somalis podem praticar livremente a sua fé, mas reitera que os muçulmanos não podem converter-se a outra religião. Os membros da profissão legal devem ser formados em lei islâmica, além da formação em lei civil e constitucional.

A 18 de Abril de 2009, o Parlamento aprovou uma lei para aplicar a *sharia*, a lei corânica, em toda a Somália, o que entrou em vigor quando o presidente a assinou a 10 de Maio. Na prática, no território sob controlo do TFG, os tribunais decidem com base em normas que são uma combinação entre a *sharia*, a lei tradicional, a prática estabelecida (*xeer*) e os artigos do Código Penal em vigor antes de 1991, pois não há acordo sobre o que é que de facto deve ser entendido por *sharia*. Ao assinar o decreto, o presidente Sharif estipulou que a aplicação da lei corânica deveria respeitar a democracia, os direitos humanos e os direitos das mulheres, e que ele nomearia especialistas em leis para limar as diferenças entre a *sharia* e as outras leis actualmente em vigor. Estes especialistas ainda não foram nomeados.

A Somalilândia e a Puntlândia também têm Constituições que contêm medidas relativas à religião e à liberdade religiosa. O Artigo 5 da Constituição da Somalilândia estabelece o Islão como religião oficial e proíbe a promoção de qualquer outra religião. O Artigo 313 do Código Penal estabelece penas fixas para muçulmanos que tentarem mudar de religião. Os Artigos 41 e 82 da Constituição afirmam expressamente que o presidente, o vice-presidente e o presidente das câmaras do Parlamento devem ser muçulmanos. O Artigo 15 afirma que a educação islâmica é obrigatória a todos os níveis e que a promoção de escolas corânicas é uma responsabilidade do Estado. A Constituição também afirma que as leis do país devem derivar do Islão e não devem contradizê-lo. Em relação aos partidos políticos, há uma lista de restrições aos que se baseiam num grupo religioso, credo ou interpretação específicos da doutrina islâmica.

A nova Constituição da Puntlândia, que entrou em vigor a 30 de Junho de 2009, permite a liberdade de culto, mas não a conversão de muçulmanos a outra religião. O

Artigo 8 proíbe o proselitismo da parte de qualquer outra religião que não seja o Islão. O Artigo 12 afirma que os não muçulmanos são livres de praticar a sua religião e não podem ser forçados a tornar-se muçulmanos, mas também diz que os muçulmanos não podem abandonar o Islão. A Constituição da Puntlândia permite a formação de partidos religiosos e decreta que todos os candidatos presidenciais devem ser muçulmanos.

Não há Constituição nas áreas sob controlo da *al-Shabaab*, mas é aplicada uma versão radical da *sharia* que não só não deixa espaço para a prática de religiões diferentes do Islão, como também não deixa espaço para a prática do Islão somali tradicional, que é sufi e por isso considerado herético. As pessoas suspeitas de abandonarem o Islão em favor do Cristianismo foram executadas sem julgamento, enquanto o adultério é punível por apedrejamento, o roubo por amputação das mãos e as infracções menores por uma série de chicotadas. Nas áreas sob controlo da *al-Shabaab*, os santuários sufis e os antigos cemitérios foram destruídos por razões religiosas. Assistir a filmes e espectáculos musicais, fumar, ter penteados considerados ocidentais, futebol, cantar e dançar em casamentos e ver televisão em locais públicos é tudo proibido. O código de vestuário estritamente islâmico foi imposto às mulheres, que agora têm de usar roupas para cobrir todo o corpo. As mulheres não podem ter actividades comerciais que as ponham em contacto com clientes do sexo masculino, como por exemplo vender chá. Elas não podem viajar nas mesmas viaturas que os homens e não podem cumprimentá-los com apertos de mão. Os homens estão proibidos de cortar a barba e devem usar roupas que fiquem abaixo do tornozelo. As salas de cinema foram fechadas, os mercados que vendiam *khat*, um narcótico somali tradicional, foram incendiados, os toques de telemóvel foram proibidos, excepto quando recitam versos cantados do Corão, todos os jogos de vídeo e música não islâmica foram proibidos. As estações de rádio que não seguirem estas instruções foram fechadas. Toda a actividade comercial deve parar cinco vezes ao dia para as orações.

Só em Fevereiro de 2011, e apenas na região do Baixo Juba, 150 pessoas foram detidas por violar algumas das proibições acima referidas.

A *al-Shabaab* recruta jovens educados nas escolas corânicas radicais onde a *jihad* e o martírio, incluindo os ataques suicidas, são exaltados. O objectivo político-religioso da organização é a criação de um estado islâmico, apoiado na interpretação da *sharia* que coincide com as leis acima afirmadas, que irá anexar ao estado somali internacionalmente reconhecido os territórios no Quênia, Etiópia e Djibuti que são habitados por membros da etnia somali.

Situação no terreno

Os direitos de liberdade religiosa afirmados nas Constituições do TFG e da Puntlândia não são respeitados na prática. Os governos não se equiparam com os instrumentos para assegurarem o respeito pelo que é afirmado nas suas Constituições, nem existem procedimentos legais para recurso ou queixas legais por parte de quem sinta que os seus direitos religiosos foram violados.

De facto, praticar qualquer outra fé para além do Islão provoca uma reacção intolerante em todo o país e as conversões são desencorajadas por ostracismo e marginalização social. As actividades religiosas dos cristãos, sejam eles católicos ou protestantes evangélicos – apenas uns milhares em todo o país – ocorrem em segredo, sobretudo em casas privadas. Já não há quaisquer igrejas em nenhum lugar na Somália que estejam

abertas ao público. O assassinio de cristãos e daqueles que se suspeita serem cristãos por parte da *al-Shabaab*, que começou sistematicamente em 2008 em conjunto com outras formas de perseguição, continuou ao longo de 2011. A violência também continuou contra sufis e representantes do Governo que seguiam formas do Islão diferentes das pregadas pela *al-Shabaab*. As suas actividades religiosas, incluindo peregrinações e celebrações religiosas, foram abolidas e as suas mesquitas foram encerradas.¹

Assassinio de cristãos e outros tipos de violência anti-cristã

As milícias da *al-Shabaab* mataram uma mãe de quatro filhos (com idades entre os 4 e os 12 anos) por causa da sua fé cristã, perto de Mogadíscio, a 7 de Janeiro. Asha Mberwa, de 36 anos, foi degolada perante outros membros da aldeia de Warbhigly, ao fim da tarde. Ela tinha sido levada de perto da sua casa na manhã anterior. Tinha recebido ameaças durante meses e estava a preparar-se para deixar a sua casa, juntamente com o marido e os filhos, que viviam num local diferente em segredo.²

Um muçulmano convertido ao Cristianismo, Abdirahman Hussein Roble, foi assassinado em Mogadíscio a 26 de Janeiro por milícias da *al-Shabaab*, que o acusaram de espionagem e de ser *fitna* (divisão interna da comunidade islâmica). A sua família descobriu que ele tinha sido morto através de testemunhas. Abdirahman, o seu pai e dois filhos tinham-se convertido ao Cristianismo em 2009.

Outro cristão, capturado pelas milícias da *al-Shabaab* na zona de Afgoy a 8 de Janeiro, conseguiu escapar da sua prisão improvisada a 29 de Janeiro, enquanto os seus carcereiros estavam a rezar, e passou à clandestinidade. Esta foi a primeira vez que um prisioneiro somali cristão conseguiu escapar à prisão e salvar-se depois de ser feito prisioneiro pela *al-Shabaab*.³

Na segunda metade de Janeiro, no distrito de Afgoy, membros da *al-Shabaab* confiscaram oito propriedades agrícolas pertencentes a cinco cristãos somalis que se tinham convertido do Islão, e a três muçulmanos que estavam a ter aulas sobre a Bíblia dadas por cristãos nas cidades de Afgoy e Baidoa. A maior parte dos proprietários fugiu e ainda está a monte.⁴

Hassan Aawe Adan, um jovem de 21 anos de Shalambod, na região do Baixo Shebeli, foi arrastado para fora da sua casa e morto a tiro na noite de 18 de Abril por dois membros das milícias *al-Shabaab*. Tinha sido acusado de conversão ao Cristianismo e um parente que pertencia à *al-Shabaab* tinha avisado a sua mãe. Os seus assassinos fugiram enquanto gritavam “*Allah-uAkbar*”. Hassan tinha-se convertido ao Cristianismo uns meses antes e vivia com os pais e a família, nenhum dos quais sabia que ele se tinha convertido.⁵

O corpo decapitado de um convertido ao Cristianismo, Juma Nuradin Kamil, foi encontrado nos arredores da vila de Hudur, na região de Bakool, no sudoeste da Somália, na

¹ Para mais informação sobre a situação geral, ver: *United States Commission on International Religious Freedom 2012 Annual Report*; Release International.org; Open Doors

² *Compass Direct News*, 17 de Janeiro de 2011

³ *International Christian Concern*, 23 de Fevereiro de 2011

⁴ *International Christian Concern*, 3 de Fevereiro de 2011

⁵ *Compass Direct News*, 20 de Abril de 2011

tarde de 2 de Setembro. Tinha sido raptado a 21 de Agosto por três membros suspeitos da *al-Shabaab* que o forçaram a entrar no seu veículo.⁶

A 25 de Setembro, milícias da *al-Shabaab* decapitaram um cristão somali, Guled Jama Muktar, de 17 anos, na sua casa em Deynile, a 20 km de Mogadíscio. Toda a sua família foi visada, mas na altura do ataque, às 6 horas da manhã, tinham ido à sua loja no mercado de Hamarweyne, nos arredores de Mogadíscio. A família Muktar tinha-se convertido ao Cristianismo enquanto viveu no Quénia. Tinha regressado em 2008, depois de viverem alguns anos no Quénia, e tinham organizado reuniões secretas de estudo da Bíblia em sua casa. A *al-Shabaab* mantinha a família sob observação há já algum tempo. Os sobreviventes desapareceram depois de enterrar o corpo de Guled.⁷

Numa aldeia queniana na fronteira com a Somália, um cristão somali emigrado, de 25 anos de idade, foi selvaticamente atacado por um grupo de compatriotas seus que o espancaram com ripas de madeira e barras de ferro, e o esfaquearam. Foi deixado inconsciente e nu perto da entrada de uma igreja pertencente à Igreja Presbiteriana da África Oriental, na noite de 25 de Outubro. Hassan, cujo nome completo foi mantido em segredo para sua própria protecção, é cristão desde os 7 anos de idade e foi acusado de apostasia pelos seus atacantes. Hassan pertence a uma família cristã com oito membros e faz parte de uma rede de igrejas domésticas clandestinas. A sua família mudou-se para o Quénia há dez anos, depois da morte do pai. A sua mãe tinha recebido recentemente ameaças de vizinhos somalis muçulmanos que tinham ouvido o filho mais novo a cantar hinos cristãos.⁸

Na tarde de 22 de Dezembro, Sofia Osman, uma mulher somali de 28 anos de idade que se tinha convertido ao Cristianismo, foi publicamente flagelada perante uma multidão inflamada na sua casa, na vila de Janale, na região do Baixo Shebeli, por ter abraçado “uma religião estrangeira”. Militantes da *al-Shabaab* tinham-na detido anteriormente em Novembro. Depois de receber quarenta chicotadas, foi entregue à sua família e mudou-se para um local desconhecido. Sofia tinha abandonado o Islão e abraçado o Cristianismo em 2007.⁹

Violações da liberdade religiosa contra muçulmanos

No início de Fevereiro, as milícias *al-Shabaab* detiveram o xeque sufi Mohamed Roble e oito dos seus estudantes na vila de Baidoa, quando estes se preparavam para celebrar o nascimento do Profeta Maomé.¹⁰

⁶ *Compass Direct News*, 12 de Setembro de 2011

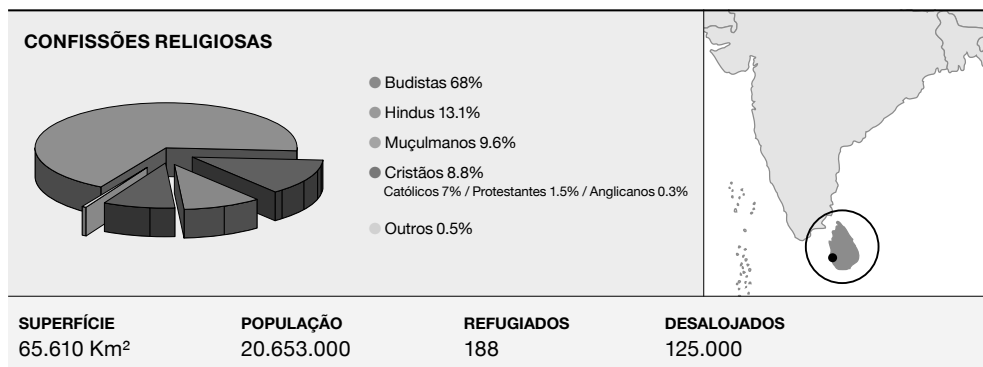
⁷ *Compass Direct News*, 19 de Outubro de 2011

⁸ *Compass Direct News*, 4 de Novembro de 2011

⁹ *Compass Direct News*, 10 de Janeiro de 2012

¹⁰ *Alshahid Network*, 15 de Fevereiro de 2011

SRI LANKA



O Sri Lanka ainda revela cicatrizes profundas, três anos após o fim da guerra civil que separou os tâmile e os cingaleses. O Governo continua a incorrer em dívida, investindo grandes somas em projectos turísticos de grande dimensão (que resultam num ecossistema arruinado e em prejuízo para milhares de camponeses e pescadores), bem como em gastos na área da defesa. De 1983 a 2009, o Sri Lanka foi palco de uma guerra sangrenta entre o Governo e os rebeldes dos Tigres Tâmil (os *Liberation Tigers of Tamil Eelam*, LTTE), uma organização militante que exigia a criação de um estado independente nas províncias a norte e leste, com uma maioria étnica tâmil. A guerra rapidamente assumiu as características de um conflito étnico, com os cingaleses budistas do sul contra os cristãos e hindus tâmiles no norte. A guerra, que acabou com os rebeldes a serem derrotados, deixou uma herança pesada e ainda hoje activistas dos direitos humanos e a Igreja Católica falam “do problema étnico”.

De acordo com o Centro de Monitorização de Deslocados Internos do Conselho Norueguês para os Refugiados, o país tem cerca de 200.000 pessoas deslocadas internamente que ainda vivem em campos de refugiados, sem a possibilidade de regressarem às suas aldeias e casas ou de serem transferidas para outros lugares. Na península de Jaffna, na província do nordeste, uma das áreas mais afectadas pela guerra, 39.000 viúvas de guerra não recebem quaisquer apoios de qualquer tipo e não têm trabalho para se sustentarem. Na zona de Mannar, as comunidades relataram que cerca de 12.000 pessoas, principalmente homens, desapareceram e o Governo não se responsabiliza.

Em Maio de 2010, confrontado com a pressão contínua dos activistas dos direitos humanos e da Igreja Católica, o presidente do Sri Lanka, Mahinda Rajapaksa, criou a Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação (LLRC), encarregada de investigar a fase final do conflito étnico. No fim de Dezembro de 2011, a LLRC publicou um relatório de 400 páginas que afirmava que “durante as fases finais da guerra civil as forças de segurança nacional não atacaram deliberadamente os civis, enquanto os rebeldes tâmiles cometeram graves violações dos direitos humanos.” O documento é, de facto, uma resposta ao relatório das Nações Unidas de 26 de Abril de 2011 que acusa o Governo do Sri Lanka de assassinar milhares de cidadãos em 2009, durante a fase final da guerra. O relatório refere especificamente um ataque aéreo em massa que alegadamente matou 40.000 pessoas. E pinta uma imagem negra da vida em Vanni, a “zona de exclusão de combates” onde o Governo juntou 330.000 civis, prisioneiros executados com um tiro na nuca, mulheres violadas e corpos de crianças aos bocados. O documento também acusa os Tigres Tâmiles de usarem os civis como escudos humanos durante os ataques aéreos.

Irmã Eliza, uma irmã das Missionárias da Caridade acusada de “vender crianças”

Nos últimos meses de 2011, um escândalo pôs em convulsão a comunidade católica romana do Sri Lanka. Pela primeira vez na história da Congregação das Missionárias da Caridade, uma irmã da congregação da Madre Teresa foi enviada para a prisão.

A meio de Novembro, um telefonema anónimo para a polícia acusou a Irmã Mary Eliza das Missionárias da Caridade de vender crianças no seu albergue Prem Nivasa para jovens mães em Moratuwa, nos arredores de Colombo. A 23 de Novembro, a polícia e representantes da Autoridade Nacional de Protecção da Criança (NCPA) cercaram o edifício para realizarem uma investigação aos hóspedes do albergue. No final da operação, o edifício foi apreendido e todas as adopções foram interrompidas. Dois dias mais tarde, na noite de 25 de Novembro, agentes de polícia levaram a Irmã Eliza e duas outras irmãs para a casa de um juiz em Ja-ela. A partir daí, em circunstâncias que não são claras, a Irmã Eliza foi levada de carro para a prisão de Welikada, enquanto as outras duas irmãs foram levadas de volta ao seu convento. De acordo com um primeiro relato da história, o mandado de detenção foi desencadeado por pressão de Anoma Dissayanake, presidente da NCPA, uma organização independente que responde directamente ao gabinete do presidente Mahinda Rajapaksa. Muitas pessoas acusaram explicitamente Dissayanake de manipular o ataque legal e dos meios de comunicação às missionárias do albergue, para dar preferência a orfanatos budistas. Depois de quatro dias na prisão, a juíza Yvonne Fernando libertou a Irmã Eliza na noite de 28 de Novembro, multando-a em 7.500 rupias (cerca de 50 euros) por cada acusação de adopção ilegal e tráfico de crianças, bem como em 50.000 rupias (cerca de 330 euros) como garantia de segurança. A Irmã Eliza recebeu ordens para se mudar para outro convento da sua congregação e para entregar o seu passaporte, estando proibida de deixar o país até o caso estar resolvido. Entretanto, a campanha de difamação dos meios de comunicação social contra ela continuou e a primeira audiência do seu caso foi transferida de 1 para 15 de Dezembro. Inúmeros artigos nos jornais locais falaram de serem vendidas crianças por 700.000 rupias (cerca de 4.500 euros) e outras por 35.000 rupias (cerca de 230 euros). O Cardeal Malcolm Ranjith, Arcebispo de Colombo e presidente da Conferência Episcopal do Sri Lanka, quebrou o silêncio da Igreja para com os meios de comunicação, mantido até esse momento, e pediu ao Governo e aos meios de comunicação nacionais que retirassem as “acusações infundadas e injustas” contra a Irmã Eliza “o mais brevemente possível”. Entretanto, o director do Gabinete de Liberdade Condicional, que responde perante o Ministério dos Assuntos Sociais e trabalha de perto com a Igreja, deu uma entrevista que confirmava que o trabalho das irmãs de Prem Nivasa estava a ser realizado de forma correcta. Os protestos do Cardeal Ranjith fizeram com que fossem apresentadas desculpas oficiais às missionárias. A 8 de Dezembro, um porta-voz do Governo considerou a situação “muito grave e delicada”, acrescentando que, “se foram cometidos erros, o Governo vai tomar medidas para os corrigir”.

A 15 de Dezembro de 2011, a juíza Yvonne Fernando absolveu a Irmã Mary Eliza das acusações de adopções ilegais e tráfico de crianças. O juiz e procurador Nevil Abeyratne admitiu que a Autoridade Nacional de Protecção da Criança estava por detrás das acusações contra a Irmã Mary Eliza. A juíza Fernando “aconselhou” a NCPA a prestar maior atenção em futuras investigações e ordenou a devolução dos documentos ao

orfanato levados durante as buscas da polícia. Falando mais directamente, o procurador do Ministério Público disse que a NCPA tinha agido “de maneira irresponsável”, conspurcando a reputação imaculada das Irmãs da Caridade, que servem a sociedade do Sri Lanka há muitos anos. Apesar da sua responsabilidade no caso Prem Nivasa, a NCPA não foi punida.

Fontes:

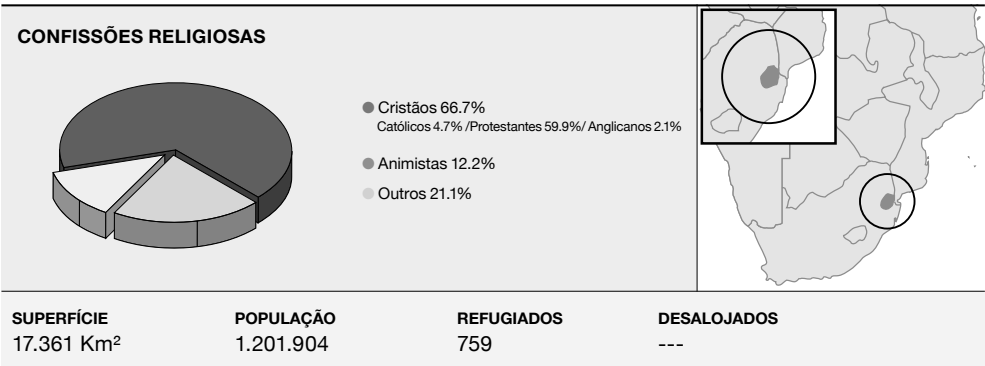
AsiaNews

Caritas Sri Lanka-Sedec

Internal Displacement Monitoring Centre of the Norwegian Refugee Council

<http://www.colombopage.com/>

SUAZILÂNDIA



O Capítulo 3, Artigo 23, da Constituição de 2006 reconhece que todos têm “o direito à liberdade de pensamento, consciência ou religião” a nível individual e de grupo.¹

Os grupos religiosos que escolherem registar-se devem fazê-lo através de uma das três principais entidades religiosas: a Liga das Igrejas da Suazilândia, a Conferência das Igrejas da Suazilândia e o Conselho das Igrejas da Suazilândia.

As organizações religiosas que não se candidatarem através das três entidades acima referidas ainda se mantêm legais, mas não gozam dos benefícios fiscais atribuídos aos grupos registados.

É necessária autorização oficial para construir locais de culto. Nas zonas rurais, os chefes de aldeia devem dar a sua permissão.

A educação religiosa é obrigatória nas escolas primárias, mas é opcional nas escolas secundárias. As organizações religiosas são autorizadas a gerir escolas privadas.

A 9 de Junho de 2011, a Conferência Episcopal Católica da África Austral (SACBC) emitiu uma declaração em que condenava a violação dos direitos políticos por parte do Governo da Suazilândia. Esta declaração seguiu-se a uma visita ao país feita por uma delegação da SACBC encabeçada pelo Cardeal Wilfrid Napier, Arcebispo de Durban.

A Suazilândia tem permanecido em estado de emergência desde 12 de Abril de 1973, “quando o Rei Sobhuza II usurpou todos os poderes legislativos, administrativos e judiciais por decreto real”, explicou o Cardeal Napier. “Através desse decreto, a autoridade suprema foi concedida solenemente à instituição da Monarquia [e] à pessoa do Rei.” Todos os partidos políticos e na realidade todas as actividades políticas continuam a ser proibidos, acrescentou o Cardeal.

Embora a Constituição garanta os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o facto de o decreto de 1973 estar incluído na Constituição “priva os cidadãos dos seus direitos fundamentais: expressão, reunião e associação”, explicou o Cardeal Napier. “Isto torna a Suazilândia num estado policial no qual os partidos políticos continuam a ser proibidos.”

Para o prelado, o ataque violento a uma manifestação de protesto realizada a 12 de Abril de 2011 é um exemplo da gravidade com que os direitos humanos são violados no país.

¹ www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=217889.

A mesma verdade se aplica à morte “em circunstâncias misteriosas” de dois activistas detidos pelas autoridades de acordo com a Lei Antiterrorismo de 2008, uma lei que tem sido “usada pelo Governo para silenciar os seus críticos”.²

Apesar da gravidade da situação política, durante o período coberto por este relatório não foram assinaladas situações de violência causadas por razões religiosas.

² Agência *Fides*, 10 de Junho de 2011.

SUDÃO

| CONFISSÕES RELIGIOSAS | | | |
|------------------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| Informação não disponível | | | |
| SUPERFÍCIE 1.861.484 km ² | POPULAÇÃO 34.900.000 | DESALOJADOS 113.439 | REFUGIADOS 2.200.000 |



Aspectos legais e institucionais

Embora o presidente Omar al-Bashir tenha afirmado oficialmente, e isto em três ocasiões diferentes (Dezembro de 2010, Outubro de 2011 e Janeiro de 2012), que, com a separação do Sudão do Sul, o Sudão iria adoptar uma nova Constituição totalmente baseada na *sharia* (lei islâmica), com o Islão como religião oficial do Estado, a Constituição nacional provisória de 2005 mantém-se em vigor na altura da elaboração deste relatório. Esta Constituição reconhece a liberdade religiosa em todo o país com base nos protocolos que gerem as relações entre o Estado e as religiões, acordados no Acordo Geral de Paz assinado em Janeiro de 2005, que pôs fim a vinte e dois anos de guerra civil entre o Exército/Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLA/SPLM) e o Governo islâmico em Cartum e os seus aliados locais. Em Junho de 2005, os partidos da oposição do norte dentro da Aliança Democrática Nacional aceitaram igualmente o acordo.

A Constituição provisória reconhece, contudo, a *sharia* como fonte legislativa nos dezasseis estados do norte, os quais após o dia 9 de Julho de 2011 constituem a totalidade do Sudão. Isto permitiu que o Governo de Unidade Nacional estabelecido em Julho de 2005 adoptasse legislação que favorece o Islão e a islamização da vida social em detrimento do pluralismo religioso nos estados acima referidos..

A *sharia*, que se aplica a todos os residentes no país independentemente da sua religião, impõe a pena de morte aos muçulmanos por apostasia do Islão. Conforme a natureza da ofensa, também aplica castigos corporais como por exemplo a flagelação e a mutilação (amputação de membros), bem como a pena de morte por crucificação. Além disso, a *sharia* proíbe as bebidas alcoólicas e não permite que as mulheres muçulmanas casem com homens não muçulmanos. Desde a independência do Sudão (1956), a pena de morte por apostasia foi aplicada apenas uma vez, em 1985, a Mahmoud Mohammad Taha, muçulmano reformista condenado como herege.

Habitualmente, os muçulmanos que se convertem a outras religiões ou que são simplesmente suspeitos de se terem convertido são detidos ou multados de acordo com a secção 125 da Lei do Crime, que proíbe os insultos à religião, o incitamento ao ódio e o desprezo pelas crenças religiosas. De uma maneira geral, os convertidos são também sujeitos a pressões extrajudiciais, incluindo ameaças, intimidação, ostracismo social, vigilância e controlos policiais. A emigração torna-se na única saída possível.

Os castigos legais e as pressões extrajudiciais também recaem sobre não muçulmanos que pratiquem proselitismo entre os muçulmanos. No entanto, converter-se ao Islão a partir de qualquer outra religião é legal e permitido.

As leis de apostasia limitam o apostolado aos missionários estrangeiros e ao clero nativo que disponibilizem cuidados pastorais aos cristãos locais, ou que trabalhem na área da educação ou a favor dos refugiados.

O pessoal missionário cristão só recebe vistos se limitar a sua actividade à esfera social. Em muitos casos, os vistos são concedidos após uma longa espera.

Durante um seminário sobre diálogo inter-religioso realizado a 20 de Setembro de 2011 em Cartum, Azahry al-Tighani Awad el Sayeed, ministro Federal da Orientação e Dotação Religiosa, disse aos líderes religiosos que a introdução da *sharia* como única lei do Sudão iria proteger os direitos dos cristãos.¹

No entanto, ao longo de 2011, nas principais vilas e cidades, o Ministério Federal da Orientação e Dotação Religiosa investigou as actividades da Igreja, concentrando-se no número e identidade dos membros de cada Igreja, bem como nas fontes de financiamento dos seus programas. Para todos os líderes cristãos, estas acções constituem uma tentativa de recolher informação sensível em nome das forças de segurança do Estado, para que seja usada como fazendo parte das políticas concebidas para impor a *sharia* no país.

Segundo a Constituição provisória, os partidos políticos que pedem a discriminação com base na religião são ilegais. Contudo, nenhum instrumento legal está disponível para os que se querem queixar quando o seu direito constitucional à liberdade religiosa é violado.

Tal como indicado, a *sharia* é aplicada a todos os residentes, independentemente da sua religião. No entanto, a Constituição permite que os tribunais decidam aplicar ou não um tratamento diferenciado com base na religião. É este o caso quando as sentenças são impostas. Por exemplo, os muçulmanos apanhados a consumir bebidas alcoólicas levam quarenta chicotadas, os cristãos levam apenas vinte.

Em 2007, no seguimento do Acordo Geral de Paz, foi criada uma comissão para os direitos dos residentes não muçulmanos na capital sudanesa que incluía representantes nomeados pelo Governo de Unidade Nacional e líderes religiosos cristãos e muçulmanos.

No seu primeiro ano, obteve com sucesso a libertação de centenas de mulheres cristãs detidas por fabricarem bebidas alcoólicas em casa. Conseguiu também garantir o retorno de parte do cemitério cristão de Cartum, que as autoridades tinham expropriado.

A comissão levantou igualmente a questão dos problemas que os cristãos enfrentam recorrentemente, como por exemplo a dificuldade em obterem autorizações de construção para os seus locais de culto, assédio policial, preconceitos a favor do Islão nos cursos de História e o número limitado de professores cristãos nas escolas.

A comissão apresentou também propostas para permitir que os restaurantes e as lojas dos cristãos ficassem abertos durante o Ramadão e durante as orações de sexta-feira. Contudo, o Governo não deu respostas às suas sugestões.

Todas as festividades muçulmanas são celebradas. O Natal é celebrado de acordo com o calendário ocidental (católico e protestante, a 25 de Dezembro), enquanto as celebrações da Páscoa seguem o rito copta. O Islão tem acesso a vários canais de rádio e televisão. Os cristãos são autorizados a realizar emissões no dia de Natal.

A lei exige que os grupos religiosos se registem como organizações não-governamentais (ONGs) se quiserem gozar de vantagens fiscais e alfandegárias. No entanto, habitualmente

¹ *Compass Direct News*, 29 de Setembro de 2011.

este requisito não se faz cumprir e os grupos religiosos funcionam muitas vezes sem se registarem como ONGs.

Para construir um local de culto, os grupos religiosos devem obter autorizações do Ministério da Orientação e Dotação Religiosa, do Ministério da Construção e do Plano, e dos gabinetes locais de planeamento urbano.

Entre 1975 e 2005, nenhum pedido de construção de uma igreja foi aprovado no norte do Sudão. Foram construídas muitas igrejas, mas sem autorização. Nalguns casos, as autoridades mandaram-nas deitar abaixo, sobretudo em campos para pessoas deslocadas pela guerra civil. Desde 2005, foram aprovados três pedidos de construção de igrejas e a sua construção está actualmente em curso.

O Estado favorece habitualmente a construção de mesquitas através de financiamento e autorizações emitidas rapidamente. Contudo, algumas mesquitas foram também construídas sem uma autorização, de modo a passar ao lado das burocracias.

A Constituição provisória proíbe explicitamente a discriminação com base na religião no caso do emprego no sector público. No entanto, na prática o processo de selecção favorece os membros e amigos do Partido do Congresso Nacional Islâmico no poder.

Além disso, embora o sistema de apoio social do país seja limitado, os muçulmanos recebem tratamento preferencial. O mesmo é verdade no sistema de justiça quando se opõem muçulmanos a não muçulmanos.

A educação religiosa islâmica obrigatória em língua árabe é incluída em todas as escolas, desde o jardim-de-infância até à universidade. Mesmo as escolas cristãs estão sujeitas a este requisito e devem contratar professores formados para este fim. No entanto, as escolas estatais não são obrigadas a disponibilizar aulas de educação religiosa a alunos não muçulmanos. Conforme a escola, estes alunos podem ficar isentos de participar nas aulas de religião islâmica.

Alguns líderes cristãos, como por exemplo o Bispo anglicano Ezekiel Kondo (Igreja Episcopal do Sudão), queixaram-se da islamização dos programas escolares. E lamentaram igualmente o facto de os cursos de História ignorarem completamente a contribuição dos cristãos para a história do país, a começar nos antigos reinos cristãos que em tempos governaram a área que agora é o Sudão.

A sexta-feira é o dia de descanso. Em teoria, os cristãos têm direito a uma pausa de duas horas nos dias santos não oficiais. Os empregadores tendem a não respeitar a norma e geralmente os trabalhadores não têm qualquer recurso à sua disposição para fazerem valer os seus direitos. Por contraste, durante o Ramadão as horas de trabalho são sempre reduzidas.

Nas escolas, a sexta-feira é também o dia de descanso. Contudo, os alunos cristãos não têm autorização para gozar um dia de descanso nos seus dias santos, que não são reconhecidos oficialmente.

Violência e actos hostis contra os cristãos

A 15 de Janeiro de 2011, indivíduos desconhecidos incendiaram uma igreja presbiteriana em Wad Madani, 138 km a sudeste de Cartum. O ataque causou prejuízos no valor aproximado de 2.000 libras sudanesas (560 euros/450 dólares americanos), incluindo literatura cristã, Bíblias em línguas locais, cadeiras, mesas e um púlpito. Antes do incêndio, extremistas muçulmanos tinham feito repetidas ameaças verbais contra os

membros da Igreja. Os autores do ataque não foram identificados e detidos. Os cristãos lamentam que a investigação não leve a lado nenhum.²

A 9 de Maio, a polícia sudanesa e os responsáveis dos serviços secretos detiveram Hawa Abdalla Muhammad Saleh, uma mulher cristã do Darfur que estava a viver num campo para refugiados internos perto de Al-Fasher. Foi acusada de realizar proselitismo cristão, que é proibido, e de possuir e distribuir Bíblias aos residentes do campo de refugiados, incluindo aos menores. Hawa acabou por ser transferida para um local secreto em Cartum. Tinha sido detida e acusada do mesmo delito em 2009. Nessa altura, apresentou queixa dizendo que tinha sido torturada durante os seis dias em que esteve detida.³

Violência no Kordofan do Sul⁴

A repressão governamental na região do Kordofan do Sul, onde os conflitos armados têm sido constantes entre as forças sudanesas e elementos do sector norte do Movimento Popular de Libertação do Sudão, tem envolvido violência contra a liberdade religiosa e perseguição dirigida contra a fé cristã de muitos dos habitantes da zona.⁵

A 8 de Junho, elementos das Forças Armadas Sudanesas (SAF) e das milícias islâmicas pró-governamentais atacaram três igrejas na capital regional de Kaduqli, roubando e incendiando duas delas.

Gritando “Allah-u-akbar”, os militantes islâmicos dispararam contra uma igreja católica do lado de fora, enquanto o Frei Abraham James Lual celebrava uma missa pela paz lá dentro. Mais tarde, os soldados detiveram o sacerdote em frente da sua congregação, acusando-o de voltar os crentes contra o Governo. Foi libertado passados dois dias, durante os quais foi torturado, tendo-lhe sido roubados os bens pessoais.

Soldados e membros das milícias islâmicas incendiaram igualmente edifícios pertencentes à Igreja (Anglicana) Episcopal do Sudão e à Igreja de Cristo do Sudão. O lar da Igreja Episcopal e a residência do Bispo Andudu Adam Elnail foram saqueados e incendiados após terem sido retirados todos os objectos de valor, incluindo um amplificador, um projector, camas, cadeiras e duas motorizadas.

Também a 8 de Junho, um seminarista católico, Nimeri Philip Kalo, do Seminário Maior de S. Paulo, foi detido pelos serviços secretos sudaneses perto da sede da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS). Acabou por ser morto a tiro e a sangue frio perante transeuntes que foram também ameaçados pelos agentes. O seminarista estava a tentar deixar a cidade na sequência dos ataques às igrejas.

No mesmo dia, militantes islâmicos auxiliados por elementos do exército sudanês atacaram Adeeb Gismalla Aksam, um motorista de autocarro de 33 anos de idade, e mataram-no com uma espada no mercado de Kaduqli, gritando “Allah-u-akbar”. O pai do falecido é um conhecido ancião da Igreja Evangélica da vila.

Nos dias seguintes, quase todos os edifícios cristãos em Kaduqli foram saqueados e depois destruídos pelo fogo, incluindo quatro igrejas pertencentes à Igreja Católica, à Igreja de Cristo do Sudão, à Igreja Episcopal do Sudão e à Igreja Presbiteriana do Sudão. Os soldados incendiaram igualmente um lar católico e uma escola com o nome de Daniel Comboni.

² *Compass Direct News*, 23 de Agosto de 2011.

³ *Compass Direct News*, 24 de Maio de 2011.

⁴ *Agência Fides*, 11 de Agosto de 2011.

⁵ *Agência Fides*, 23 de Setembro de 2011.

A 12 de Junho, o governador Mutasim Mirghani Zaki El-deen do Kordofan do Norte declarou a *jihad* contra todos os membros da etnia nuba na sua província e no vizinho Kordofan do Sul. Muitos nuba são cristãos.⁶

Uma crise humanitária ainda persiste em Abyei, outra área reivindicada tanto pelo Sudão como pelo Sudão do Sul. “A população ainda está deslocada”, disse o Mons. Roko Taban Mousa, administrador apostólico em Malakal, e apenas “recebe alguma ajuda esporádica. As chuvas continuam a assolar a área constantemente e as pessoas deslocadas não têm protecção.”

“As crianças e os idosos são os mais afectados por esta situação trágica”, explicou. “A malária e a diarreia continuam a matar pessoas. Por isso, não há melhorias significativas nas condições humanitárias.” Embora “actualmente não haja combates ou bombardeamentos” em Abyei, a cidade “ainda está ocupada pelo exército de Cartum e a população tem receio de regressar”, acrescentou o administrador apostólico.⁷

Os sobreviventes dos assassinios extrajudiciais de Junho, quando as forças armadas sudanesas assassinaram milhares de cidadãos previamente detidos no Kordofan do Sul, testemunharam que o massacre tinha sido motivado por preconceitos anticristãos. Um homem cristão de Leri do Leste, perto de Kaduqli, que tinha sido detido a 20 de Junho, conseguiu escapar aos seus captores a 8 de Julho, antes da sua execução. Enquanto falava da execução de seis cristãos detidos juntamente com ele, disse que os assassinos o tinham insultado, dizendo-lhe que “esta terra é uma terra islâmica e que nós [cristãos] não tínhamos autorização para estar nesta terra”. O homem, um muçulmano convertido ao Cristianismo em 2001, vive agora na clandestinidade.⁸

A 10 de Julho, Hiba Abdelfadil Anglo, uma mulher cristã de 16 anos de idade, reuniu-se finalmente à sua família. Tinha sido raptada a 17 de Junho de 2010 por um gangue de criminosos. Durante o período de captura, foi espancada, violada e ameaçada de morte repetidas vezes caso não se convertesse ao Islão. Raptada em plena luz do dia, enquanto se encaminhava para o Ministério da Educação em Cartum para obter os seus documentos para entrar numa escola secundária, conseguiu escapar do local onde estava detida, a cerca de duas horas de motorizada da capital. Durante o período de cativeiro, os seus captores tinham-na impedido de rezar sempre que a apanharam a tentá-lo.

A mãe de Hiba, Ikhlas Omer Anglo, uma viúva, disse que, quando foi relatar o rapto da filha à esquadra de polícia local, os polícias lhe disseram que se convertesse ao Islão para melhorar as hipóteses da investigação. As duas mulheres pertencem à Igreja Evangélica Presbiteriana do Sudão em Cartum.⁹

A 18 de Julho, um grupo de extremistas islâmicos atacou a residência do Bispo anglicano de Kaduqli, Andudu Adam Elnail, em Omdurman (em frente a Cartum, do outro lado do rio Nilo), numa tentativa de o matarem a ele e a outros dois clérigos que acusaram de apoiar o sector norte do Movimento Popular de Libertação do Sudão, um grupo da oposição no Kordofan do Sul. Como não conseguiram encontrar os homens que procuravam, deixaram uma carta com ameaças, prometendo mais ataques. No início

⁶ *Compass Direct News*, 17 de Junho de 2011.

⁷ Agência *Fides*, 20 de Junho de 2011.

⁸ *Compass Direct News*, 29 de Setembro de 2011.

⁹ *Compass Direct News*, 3 de Agosto de 2011.

de Agosto, o bispo viajou para os Estados Unidos e a 9 de Setembro pediu asilo como vítima de perseguição correndo perigo de vida.¹⁰

O P. Abraham James Lual, um sacerdote da paróquia católica de Kaduqli, foi detido e sujeito a um intenso interrogatório a 28 de Agosto e novamente a 6 de Setembro. Anteriormente, já tinha sido detido por dois dias a 6 de Junho, perante os membros da sua congregação, tendo sido torturado e tendo-lhe sido roubados os bens pessoais.¹¹

Depois de ter sido detido na manhã de 6 de Setembro, foi interrogado durante cinco horas nos escritórios das forças de segurança no El Obeid. A 28 de Agosto, tinha já sido detido e preso por dois dias em Kaduqli, Kordofan do Sul, onde tinha ido para avaliar os danos aos bens da paróquia. Durante a sua detenção, o P. Lual foi torturado novamente e foi-lhe dito que seria morto se regressasse novamente a Kaduqli. Após a terceira detenção em El Obeid, passou a viver na clandestinidade.¹²

Em Cartum, as forças de segurança deram ordens às comunidades cristãs para que não organizassem mais festivais bíblicos, os quais tinham organizado no passado até ao ano anterior sem desencadear quaisquer objecções.

Ao longo do ano de 2011, os líderes cristãos continuaram a protestar contra a linguagem anticristã da parte dos líderes muçulmanos e representantes governamentais. Nalgumas mesquitas, os imãs responsáveis pelos sermões de sexta-feira pediram aos muçulmanos que não tivessem quaisquer ligações com os cristãos, recusando-se mesmo a cumprimentá-los, por eles serem “infiéis”.


Os bispos e sacerdotes também se opuseram à linguagem usada pelos representantes governamentais que descreviam as Igrejas como sendo instituições estrangeiras que servem o Ocidente.

¹⁰ *Compass Direct News*, 13 de Setembro de 2011.

¹¹ *Zenit*, 23 de Junho de 2011.

¹² *Compass Direct News*, 19 de Setembro de 2011.

SUDÃO DO SUL

| CONFISSÕES RELIGIOSAS | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------|------------|
| Informação não disponível | | | |
|  | | | |
| SUPERFÍCIE | POPULAÇÃO | DESALOJADOS | REFUGIADOS |
| 644.329 km² | 8.260.490 | 105.023 | 350.000 |

Aspectos jurídicos e institucionais

A 9 de Julho de 2011, a República do Sudão do Sul declarou a independência com base no resultado de um referendo realizado a 9 de Janeiro de 2011. Este referendo foi organizado segundo o que foi definido no Acordo Global de Paz de 2005, assinado pelo Governo sudanês de Cartum e o SPLM/SPLA (Movimento de Libertação Popular do Sudão/Exército de Libertação Popular do Sudão). Actualmente está em vigor uma Constituição transitória aprovada a 7 de Julho pela assembleia legislativa do Sudão do Sul, que substitui a Constituição interna do sul do Sudão em vigor desde 2005.

O Artigo 8 da nova Constituição estabelece a separação entre Igreja e Estado, declarando que todas as religiões serão tratadas com igualdade e que as crenças religiosas não serão usadas para criar divisões. Os direitos religiosos estão estabelecidos no Artigo 23 e incluem liberdade de culto e assembleia, o direito a construir e possuir locais de culto e a terra sobre a qual estes são construídos, o direito a criar instituições humanitárias e de caridade de diferentes credos religiosos, a distribuir publicações religiosas, a solicitar e receber donativos e contribuições privados e/ou públicos, a observar dias de descanso do próprio credo religioso, a comunicar sobre questões religiosas com indivíduos e comunidades a nível nacional e internacional.

A Constituição contém igualmente um artigo criado para defender as religiões africanas tradicionais, afirmando que “as comunidades étnicas e culturais terão direito (...) a gozarem e desenvolverem livremente as suas culturas específicas (...), a praticarem as suas crenças (...) e a educarem as suas crianças no contexto das respectivas culturas e costumes, de acordo com esta Constituição e com a lei.”

A Constituição também estabelece que nenhum partido político pode decidir excluir alguém por razões ligadas à religião (Art.º 25) e que os serviços públicos serão prestados de modo imparcial e sem discriminação, incluindo qualquer discriminação de natureza religiosa (Art.º 139).

A nova Constituição transitória reitera, por isso, a total liberdade religiosa já estabelecida na Constituição de 2005, bem como a natureza secular do Estado. Ainda não há instrumentos legais disponíveis para os que desejem reportar violações do seu direito constitucional à liberdade religiosa.

A apostasia, a blasfémia e a difamação de uma religião não podem ser processadas criminalmente, e o proselitismo muçulmano e o cristão estão amplamente disseminados e são permitidos.

Com base na Constituição, já não se espera que os grupos religiosos se registem como ONGs para gozarem de isenções fiscais e alfandegárias, tal como estava estabelecido na anterior legislação sudanesa que agora foi abolida.

Os feriados religiosos que implicam descanso do trabalho são os cristãos. Contudo, em ocasiões oficiais, as cerimónias estão abertas a todas as expressões de oração e os cristãos e os muçulmanos participam nelas alternadamente. A coexistência pacífica entre cristãos e muçulmanos é um tema recorrente nos discursos dos ministros do Governo. O Governo não tem um Ministério dos Assuntos Religiosos e os contactos com representantes de grupos religiosos são mantidos por um dos conselheiros do chefe de Estado e pelo ministro da Justiça.

O domingo é dia de descanso. Os muçulmanos têm autorização, por lei, para fazer uma pausa de duas horas às sextas-feiras para as orações, mas os empregadores raramente respeitam esta lei. Os calendários escolares também definem que o domingo é um dia de descanso. Os estudantes muçulmanos não estão isentos das aulas quando há celebrações que não são reconhecidas localmente. A educação cristã faz parte do currículo em todas as escolas estatais e os estudantes muçulmanos podem pedir para ser dispensados, sendo-lhes automaticamente concedida essa dispensa¹.

Violações da Liberdade Religiosa

A 3 de Março de 2010, quando o Sudão do Sul ainda não era independente mas se governava autonomamente, forças policiais interromperam a emissão da Rádio Bakhita em Juba, encerrando a sede e detendo por uma hora a Irmã Cecilia Sierra Salcido, a missionária comboniana que geria a emissora católica de rádio. Na origem deste incidente esteve uma entrevista a um candidato às eleições parlamentares no sul. A Irmã recebeu ordens para restringir a emissão a questões estritamente religiosas e, caso não o fizesse, o seu equipamento seria apreendido e a estação de rádio seria permanentemente encerrada.²

A única violação da liberdade religiosa reportada em 2011 foi a suspensão temporária das actividades das testemunhas de Jeová, ordenada pelos governadores de várias regiões como punição pela sua recusa em votarem no referendo de autodeterminação.³

O conflito com o Sudão

A proclamação da independência não resolveu os problemas com a República do Sudão. Devido a reivindicações sobre áreas de fronteira e a conflitos relativos à gestão dos recursos petrolíferos, Cartum também desencadeou ataques armados e bombardeamentos contra civis no Sudão do Sul.

Os observadores internacionais subestimam frequentemente o facto de o regime militar islamista de Cartum ser o principal obstáculo à paz dentro e entre os dois Sudões.

Os sudaneses do sul (e os habitantes das regiões de Darfur, Montanhas Nuba, Blue Nile, Abyei, Sudão oriental, Núbia no extremo norte e, de facto, cidadãos comuns em todo o Sudão) conhecem a natureza do regime com o qual estão a lidar e é por isso que estão circunspectos em relação às negociações e se mantêm firmes na sua resistência militar.⁴

¹ <http://www.sudantribune.com/Draft-constitution-of-the-Republic,38679>

² www.gurtong.net, 3 de Março de 2010

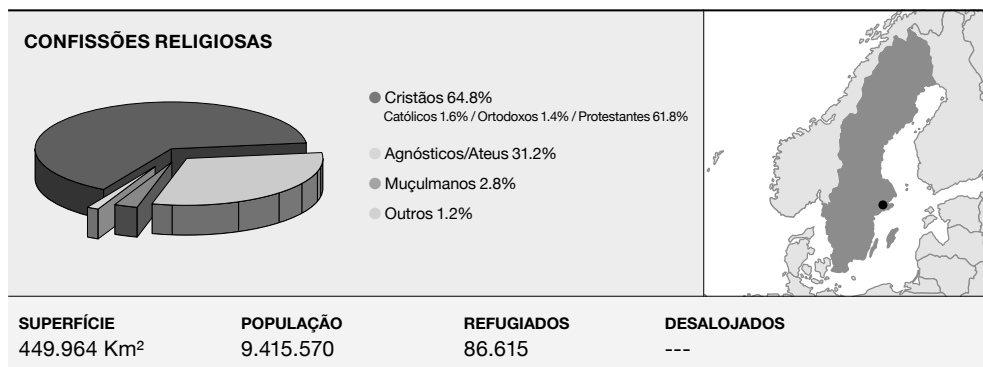
³ *United States Commission on International Religious Freedom 2012 Annual Report*

⁴ *The Citizen (Juba)*, 15 de Junho de 2012

Catorze bispos representantes das Igrejas Católica e Episcopal do Sudão do Sul encontraram-se em Yei, no Sudão do Sul, de 9 a 11 de Maio de 2012, para rezar e reflectir em conjunto sobre a relação entre as duas Igrejas, as suas responsabilidades ecuménicas mais alargadas e o papel que podem desempenhar para trazer a paz e o entendimento entre o Sudão e o Sudão do Sul. Os seus irmãos bispos da República do Sudão não conseguiram participar no encontro devido à situação política actual.⁵

⁵ http://groups.google.com/group/sudan-john-ashworth/browse_thread/thread/daec08a5b42a615f#

SUÉCIA



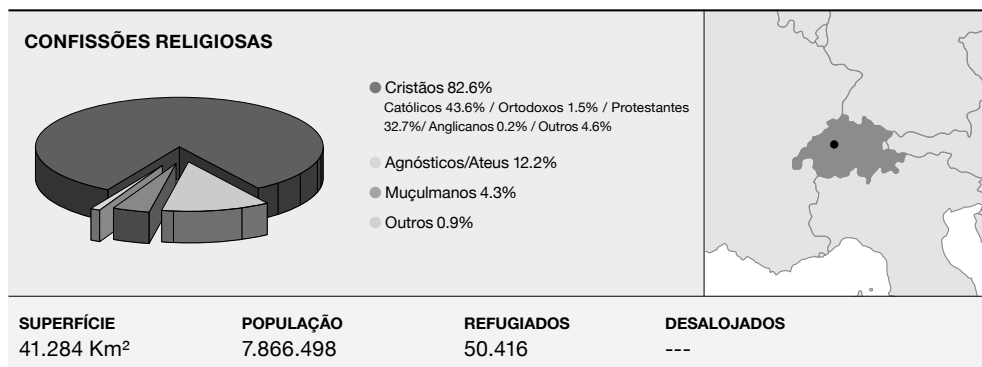
“A liberdade religiosa ou, por outras palavras, o direito de praticar, isolada ou juntamente com outros, a nossa própria religião” é declarada no Artigo 1º do Capítulo II sobre as “Liberdades Fundamentais” da Constituição promulgada em 1974. No entanto, embora os artigos que declaram a Igreja Luterana da Suécia como sendo a Igreja do Estado tenham sido abolidos, o Artigo 2º da Constituição de 1809 ainda se encontra em vigor e especifica que “o Rei deverá sempre professar a pura doutrina evangélica adoptada e explicada na Confissão de Augsburg, na sua versão original, e pelo Decreto do Sínodo de Uppsala de 1593, e os Príncipes e as Princesas da Casa Real deverão também ser educados de acordo com esta mesma fé e no seio do Reino. Qualquer membro da Família Real que não professe esta fé será excluído de todos os direitos de sucessão.”

No seguimento da separação entre a Igreja e o Estado, outras oito confissões religiosas viriam também a receber financiamento do Estado, de acordo com o número de crentes, os quais também podem contribuir com doações, sendo estas dedutíveis em termos de impostos. Estas outras Igrejas são: a Igreja Missionária Sueca, a Igreja Católica, a Aliança Missionária Sueca, a União Baptista da Suécia, o Exército de Salvação, a Igreja Metodista, a Igreja Pentecostal e a Igreja Evangélica. Ao todo, são trinta e nove os grupos religiosos que têm o direito de receber financiamento estatal.

No sector da educação, embora não façam parte do sistema estatal, existem sessenta e sete escolas primárias confessionais, e seis escolas secundárias, principalmente cristãs, que também seguem o currículo das escolas públicas. A atitude das instituições estatais face à liberdade de educação é conflituosa e tende para uma forma de controlo ideológico de índole secularista.

Durante o período de tempo considerado, não ocorreram alterações legislativas ou incidentes significativos relativamente à liberdade religiosa por parte do Governo.

SUIÇA



A questão do minarete

A questão, que começou com uma vitória no seguimento da maioria de 57,5% no referendo de 29 de Novembro de 2009, que resultou numa alteração constitucional com base na qual “A construção de minaretes é proibida” (Artigo 72.º, parágrafo 3, da Constituição), chegou a uma conclusão temporária.

A 28 de Junho de 2011, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem declarou inadmissíveis os recursos *Ouardiri v. Suíça* e *Liga dos Muçulmanos da Suíça v. Suíça* (n.º 65840/09 e n.º 66274/09), uma vez que os queixosos não podem declarar-se como “vítimas” de uma violação da convenção. Assim, nenhuma das partes pode pedir que o caso seja levado à Câmara Máxima para um julgamento final. O primeiro queixoso foi um muçulmano, anterior porta-voz da mesquita de Genebra e actualmente membro de uma fundação. No segundo caso, três associações e uma fundação estiveram envolvidas. A sua função é dar apoio social e espiritual aos muçulmanos que vivem na Suíça.

Contudo, o tribunal decidiu, com base numa decisão anterior de 21 de Janeiro de 2010, que os tribunais suíços eram capazes de rever a compatibilidade, em relação à Convenção, de cada recusa seguinte e sucessiva para permitir a construção de um minarete.

Episódios de “cristianofobia”

No clima de confrontação entre membros de várias religiões, o jornal *Aargauer Zeitung* referiu a 18 de Setembro de 2011 que a associação de imigrantes *Secondos Plus* solicitou em Agosto de 2011 que a cruz fosse retirada da bandeira suíça, pois ela “já não correspondia à Suíça multicultural dos dias de hoje” e propôs o regresso à bandeira de 1799, com barras verdes, vermelhas e amarelas.

O confronto não se tem dado exclusivamente ao nível dos símbolos. A 18 de Novembro de 2011, o jornal *Solothurner Zeitung* referiu que pessoas desconhecidas tinham profanado imagens cristãs nesse mesmo mês, na aldeia de St. Pantaleon-Nuglar. Várias esculturas retratando o corpo de Cristo foram retiradas das cruzes e destruídas ou desapareceram e, num dos casos, foram substituídas por imagens de mulheres nuas. O *La Liberté* referiu a 17 de Janeiro de 2012 que um cidadão suíço cometeu vandalismo contra três crucifixos em três picos montanhosos em 2010, depois de realizar uma campanha contra a exibição pública de símbolos religiosos.

SURINAME



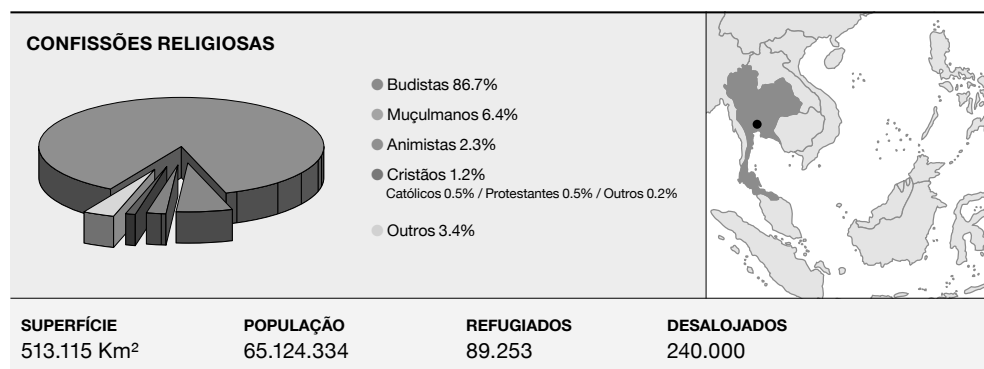
Esta ex-colônia holandesa, conhecida então como Guiana Holandesa, reflecte a sua anterior condição na sua composição étnica e religiosa. De facto, existem no Suriname grupos étnicos originários de várias áreas das anteriores colônias holandesas, tais como indianos, indonésios, etc.

O Artigo 18º da Constituição da República do Suriname, datada de 1987, declara que cada indivíduo tem o direito à liberdade de culto e de convicção religiosa, sem providenciar detalhes adicionais.

Não há relatos que indiquem eventos particulares relacionados com o livre exercício da liberdade religiosa.

Os feriados nacionais respeitam o tecido social variado e multiétnico. Na realidade, entre os feriados religiosos contam-se as datas cristãs Sexta-feira Santa, Segunda-feira de Páscoa e o Natal, assim como o aniversário islâmico do nascimento do profeta Maomé e a festividade hindu da Primavera, Holi (ou Phagwa).

TAILÂNDIA



A Constituição de 2007¹ garante total liberdade religiosa (Secção 37) e proíbe toda a discriminação baseada em crenças religiosas (Secção 30).

Não existe religião do Estado, embora a escola de pensamento budista *theravada* praticada por quase todos os cidadãos goze de especial protecção por parte das autoridades e deva ser professada pelo rei (Secção 9).

Há cinco famílias religiosas que são reconhecidas oficialmente: Budismo, Islamismo, Hinduísmo, Sikhismo e Cristianismo.

Qualquer novo grupo que deseje registar-se deve pertencer a uma destas religiões. Uma agência especial que depende do Ministério da Cultura, chamada RAD² (Departamento de Assuntos Religiosos), lida com os registos e verifica a presença do estatuto necessário. De qualquer forma, os grupos não autorizados podem operar livremente. Embora seja suposto haver uma restrição ao número de missionários estrangeiros, há muitos missionários presentes que não têm autorização oficial mas que continuam a operar sem qualquer problema.³

A Tailândia é de facto um dos países asiáticos com a melhor reputação em termos de coexistência inter-religiosa.

Apesar da instabilidade política que caracterizou o país nos últimos anos, durante o período analisado neste relatório não houve quaisquer situações de obstáculos ao exercício da liberdade religiosa.

Actividades inter-religiosas

De 11 a 13 de Janeiro realizou-se uma conferência intitulada “Diálogo entre culturas asiáticas”, que ocorreu na Universidade da Assumpção de Bangucoque, gerida pela Igreja Católica. A conferência teve a participação de cinquenta representantes importantes do Budismo, Cristianismo, Islamismo e Confucionismo, bem como de minorias étnicas. Cerca de vinte estudantes universitários participaram igualmente neste acontecimento.⁴

Violência no sul

Em cerca de sete anos de insurreição armada e guerra de guerrilha, grupos terroristas islâmicos no sul da Tailândia mataram cerca de 4.000 pessoas em três províncias na

¹ <http://www.asianlii.org/th/legis/const/2007/1.html>

² Departamento de Assuntos Religiosos: www.dra.go.th

³ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

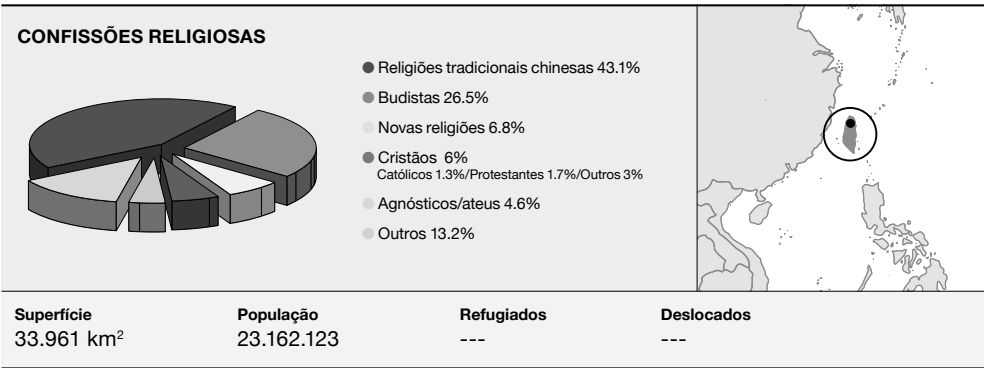
⁴ *AsiaNews*, 13 de Janeiro de 2012

fronteira com a Malásia, onde há uma maioria muçulmana (Pattani, Yala e Narathiwat). As mortes incluíram sobretudo polícias, monges budistas e professores.

Embora a violência tenha diminuído de intensidade e tenha havido menos mortes, continua a causar vítimas em ambos os lados.⁵

⁵ *Ucanews*, 20 de Janeiro de 2011; Agência *Fides*, 14 de Julho de 2011

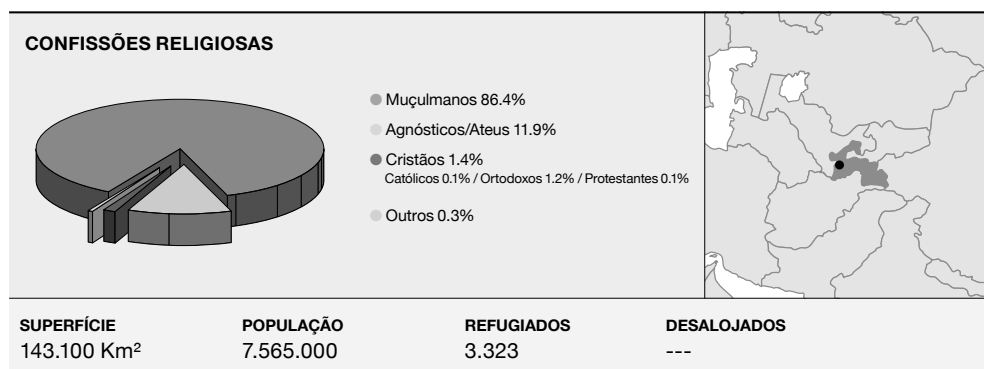
TAIWAN



A 2 de Dezembro de 2011, a Santa Sé e o Governo de Taiwan assinaram um acordo reconhecendo a equivalência entre licenciaturas oferecidas por universidades ligadas à Santa Sé em todo o mundo e licenciaturas reconhecidas pelo Ministério da Educação de Taiwan. Graças ao acordo, certificados, diplomas e licenciaturas obtidos em universidades da Igreja em todo o mundo serão reconhecidos em Taiwan. Ao mesmo tempo, os graus académicos oferecidos pelas universidades de Taiwan serão reconhecidos por todas as universidades da Igreja em todo o mundo. Localmente, o acordo tem um enorme impacto. As licenciaturas e outros graus concedidos pela Faculdade de Teologia gerida pelos Jesuítas (na Universidade Católica de Fu Ren) serão agora reconhecidos legalmente. Mais, as universidades e escolas católicas de Taiwan vão conseguir incluir programas relacionados com a fé católica no currículo dos seus cursos e não limitá-los à catequese. Até então, as autoridades de Taiwan tinham recusado programas confessionais por receio de proselitismo.

O acordo resulta de um ano de trabalho sólido. Do lado do Vaticano, a Congregação para a Educação Católica, os bispos de Taiwan, a Universidade de Fu Ren e outras faculdades católicas trabalharam no projecto. Do lado de Taiwan, o Ministério da Educação, o Ministério dos Assuntos Internos (que é responsável pelas comunidades religiosas) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros foram fundamentais para que se chegasse a um acordo. A Embaixada de Taiwan na Santa Sé e o presidente de Taiwan Ma Ying-jeou também deram um grande contributo para o resultado final.

TAJIKISTÃO



Em teoria, a Constituição do Tajiquistão protege a liberdade religiosa. Contudo, uma lei de 2009 concebida para implementar a Constituição criminaliza as actividades religiosas não registadas, proíbe a educação religiosa e o proselitismo, restringe severamente o número e o tamanho dos locais de culto, legitima a interferência do Governo na nomeação dos líderes religiosos muçulmanos, exige que as comunidades religiosas procurem o reconhecimento oficial para disponibilizar educação religiosa e comunicar com colegas crentes no estrangeiro, e impõe controlos estatais restritos à publicação e importação de literatura religiosa.

Em 2011, mais restrições foram impostas, incluindo medidas administrativas que sancionam duramente os crimes associados à religião. O Parlamento tajique alterou o Código Criminal do país, aumentando para dois anos de prisão a sentença para pessoas que organizem e participem em situações que “perturbem a ordem por dirigir e organizar reuniões, encontros de massas, manifestações, procissões de rua, piquetes de greve”, incluindo encontros religiosos. Outra nova disposição legal no Código Criminal pune com oito a doze anos de prisão as actividades orientadas por um grupo organizado que causem hostilidade religiosa.

Em Agosto de 2011, o Tajiquistão adoptou a Lei da Responsabilidade Parental. A nova lei responsabiliza os pais pelas actividades religiosas dos seus filhos. Proíbe as pessoas com menos de 18 anos de idade de participarem em quaisquer actividades religiosas, excepto funerais. As crianças só podem receber educação religiosa em escolas autorizadas pelo Governo. Num país onde metade da população tem menos de 18 anos, esta lei vai ter um impacto enorme na sociedade.

Apesar da oposição, a lei foi adoptada em tempo record por iniciativa do presidente Emomali Rahmonov, um raro acontecimento na história legislativa do Tajiquistão. Pouco depois, a lei foi alterada para impor sentenças pesadas (cinco a oito anos, mais multas severas) aos pais cujos filhos organizem ou participem em aulas “religiosas extremistas”.¹

De acordo com o Governo, estas medidas são necessárias para travar o fundamentalismo islâmico, um problema crescente no país. O Tajiquistão faz fronteira com o Afeganistão, onde os grupos terroristas são muito activos. Contudo, as medidas restritivas da liberdade religiosa afectam todas as famílias e comunidades religiosas tadjiques. As organizações religiosas cristãs, como por exemplo as missões cristãs, foram forçadas a alterar os seus planos pastorais para a juventude, pois tornaram-se literalmente ilegais.

¹ *Forum 18*, “Tajikistan: Religious activity is only banned up to the age of 18”, 21 de Julho de 2011.

Um estudo sobre a liberdade religiosa realizado pelo *Forum 18* encontrou “contínuas violações da liberdade religiosa ou de crença e dos direitos humanos fundamentais associados”.² De acordo com o estudo, o Estado visou toda a actividade independente por parte de muçulmanos, cristãos, judeus, testemunhas de Jeová e outros crentes. Além das medidas legislativas acima referidas, a lista de violações inclui: demolições e o encerramento de mesquitas, de igrejas e da única sinagoga do país; o encerramento de algumas comunidades de testemunhas de Jeová e de alguns movimentos islâmicos e protestantes; a detenção arbitrária de muçulmanos e apresentação de acusações de crime contra testemunhas de Jeová; uma proibição absoluta de toda a actividade religiosa sem a autorização do Estado; restrições ao número de mesquitas permitidas; restrições ao direito a partilhar crenças; e censura governamental rígida aos materiais religiosos.

ONGs como a *Human Rights Watch*,³ a *Freedom House*⁴ e o *World Christian Council*⁵ criticaram abertamente o Tajiquistão pela fraca reputação na área dos direitos humanos e da liberdade religiosa.

Tempos difíceis para os cristãos

Com as novas restrições e a nova lei da responsabilidade parental, a pequena comunidade cristã do país (cerca de 150.000 pessoas) pode ver-se, contudo, confrontada com ainda mais dificuldades e problemas. Apenas menos de metade de todas as Igrejas existentes conseguiu registar-se. Muitos cristãos (sobretudo os jovens) tornaram-se “proscritos” do dia para noite, simplesmente por rezarem, prestarem culto e trabalharem em conjunto em programas de apoio social. Segundo a lei, os estudos bíblicos, os grupos de oração, o culto na igreja, o catecismo e outras práticas religiosas podem ser consideradas como “reuniões ilegais” se não forem autorizados directamente pelo Estado.

Além disso, segundo uma medida aprovada em 2011, as oportunidades para os tadjiques obterem uma educação religiosa no estrangeiro foram drasticamente reduzidas.⁶ Esta mudança teve um impacto negativo nas Igrejas e comunidades cristãs, que muitas vezes beneficiaram de apoio, intercâmbios e relações com comunidades e correligionários cristãos em todo o mundo.

De acordo com a organização *Open Doors*, não é fácil para os cristãos viverem num contexto social e cultural islâmico. Frequentemente, os convertidos ao Cristianismo enfrentam ameaças, violência física, fogo posto e outras formas de perseguição por parte de *mullahs*, autoridades locais, vizinhos e parentes.

Da mesma forma, importar livros cristãos é limitado e a sua disponibilidade é mínima. A única livraria evangélica do país foi forçada a encerrar. A sociedade bíblica pode operar, mas com certas restrições. Se os cristãos se envolverem em evangelização activa, sujeitam-se a serem acusados judicialmente e multados pelas suas actividades. Também se arriscam a ser alvo de assédio e violência física. Nas áreas tribais mais remotas do país, os cristãos estão isolados e a pressão dos fundamentalistas muçulmanos ainda é

² *Forum 18*, “TAJIKISTAN: Religious freedom survey”, Março de 2011.

³ *Human Rights Watch*, *World Report 2012*.

⁴ *Freedom House*, *Freedom in the World 2011*.

⁵ O *World Christian Council* critica as políticas religiosas do Tajiquistão, *The Christian Telegraph*, 22 de Setembro de 2011.

⁶ *International Christian Concern*, 27 de Maio 2011.

maior. As actividades de todas as Igrejas e organizações cristãs são monitorizadas de perto pelas autoridades.⁷

Dados de um censo realizado no final do século XX mostram que a população cristã estava a crescer, incluindo todas as confissões e comunidades.⁸ A Igreja Ortodoxa russa tinha cerca de vinte comunidades registadas, sete templos e cerca de 70.000 membros. As Igrejas Ortodoxas búlgara e ucraniana também tinham membros. Desde o estabelecimento de uma *mission sui iuris* em 1997, a Igreja Católica tinha três igrejas registadas com cerca de 250 membros (sobretudo russos, alemães e ucranianos). A certa altura, Dushanbe, a capital, tinha registado 3.000 conversões. Protestantes, evangélicos e pentecostais, bem como cerca de 500 baptistas, estavam presentes no país. A Igreja Luterana tinha cerca de 8.600 membros. Mais recentemente, o número de cristãos, na sua maioria ortodoxos russos, caiu drasticamente como consequência da emigração, que aumentou na sequência da guerra civil e do período que se lhe seguiu.

Muçulmanos sob controlo apertado

A 28 de Maio de 2011, um tribunal ordenou o encerramento da maior e mais importante mesquita do país, a Mesquita Muhammadiya, em Vahdat, gerida pela família de Haji Akbar Turajonzoda, um famoso teólogo e líder carismático durante a guerra civil de meados da década de 1990. O encerramento “fez parte de uma campanha alargada contra a vida muçulmana não oficial em todas as suas formas”, bem como contra todas as formas de oposição política, disse John Heathershaw da Universidade de Exeter, especialista em Islamismo no Tajiquistão.⁹

Turajonzoda foi o líder do clero aprovado pelo Estado durante a era soviética e tornou-se num crítico acérrimo do presidente Emomali Rahmonov. É também uma das figuras de topo na oposição muçulmana ao Governo. A Mesquita de Vahdat atraía regularmente 15.000 homens para as orações de sexta-feira e os sermões nela gravados eram vendidos em CD em todo o país.

A decisão do tribunal faz parte de uma campanha do Governo, dos tribunais e do Parlamento para impor controlos mais apertados ao Islão, de modo a travar os grupos radicais e terroristas. O caso da Mesquita de Vahdat foi seguido de muitos outros. O Governo de facto usou um punho de ferro contra as comunidades muçulmanas não oficiais e contra as manifestações não autorizadas. Enviou as suas forças para as mesquitas, pôs os crentes na prisão sem julgamento, multou e retirou imãs, e proibiu sermões.¹⁰

Após dois anos de reorganização, o país tem agora 3.347 mesquitas autorizadas e 327 centros para as orações de sexta-feira.¹¹ Segundo a lei da religião, foram criados novos regulamentos para as mesquitas, restringindo o seu número e definindo claramente as suas actividades. Os edifícios de grande dimensão são autorizados nos distritos com 10.000 a 20.000 membros, ou 50.000 no caso da capital.

⁷ Open Doors, *Tajikistan World Watch List 2012*.

⁸ www.worldmap.org/index.php

⁹ Eurasianet, “Tajikistan: Could Showdown With Popular Cleric Backfire?”, 1 de Junho de 2012.

¹⁰ *Forum 18*, 6 de Fevereiro de 2012.

¹¹ Departamento de Estado norte-americano, *July-December, 2010 International Religious Freedom Report*, Setembro de 2011.

Segundo a lei, os imãs devem ser seleccionados pelas “entidades estatais autorizadas responsáveis pelos assuntos religiosos” e os muçulmanos apenas estão autorizados a rezar em quatro tipos de lugares: mesquitas, cemitérios, casas ou santuários.

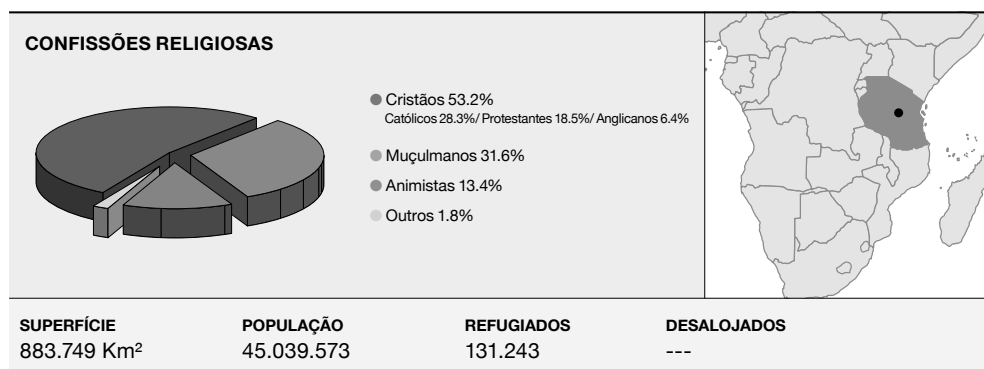
Contudo, “após décadas de secularismo forçado, o povo desta antiga república soviética empobrecida tem aderido em massa à sua religião tradicional, com todo o zelo que os movimentos de renascidos têm em qualquer parte do mundo”, escreveu recentemente um observador.¹²

Movido pelo receio do radicalismo islâmico, o Governo tentou controlar todas as formas de expressão religiosa. Pois se é verdade que os grupos extremistas muçulmanos se aproveitam de um número crescente de crianças de rua e órfãos tadjiques, como afirmam algumas ONGs, de modo a recrutarem e instigarem neles ideologias radicais e transformarem-nos em pequenos terroristas,¹³ por outro lado, demasiada pressão governamental pode igualmente ter o efeito oposto e levar muitos, sobretudo os jovens, a aderirem a “organizações ilegais”, como observa Mahmadali Hait, vice-presidente do Partido do Revivalismo Islâmico na oposição no Tadjiquistão. Isto poderá levar a um ciclo vicioso que só pode aumentar o nível de radicalização no país.

¹² *The New York Times*, “On the Rise in Tajikistan, Islam Worries an Authoritarian Government”, 17 de Julho de 2011.

¹³ Agência *Fides*, 28 de Maio de 2011

TANZÂNIA



O Artigo 19 da Constituição de 1997 reconhece a liberdade de culto, incluindo o direito a mudar de religião, além de afirmar a não interferência do Estado nos assuntos religiosos.

As organizações religiosas são obrigadas a registrar-se, provando que têm pelo menos dez seguidores, apresentando os seus estatutos e uma carta de apresentação do Comissário Distrital. Na região semiautônoma de Zanzibar, as organizações precisam de uma carta de aprovação assinada pelo Jurisconsulto Supremo.

As organizações religiosas estão proibidas de se envolverem em questões políticas.

Não houve alterações significativas desde o relatório anterior, mas existem casos de violência relatados em Zanzibar contra muçulmanos convertidos ao Cristianismo e um aumento na mesma ilha da influência dos extremistas islâmicos.¹

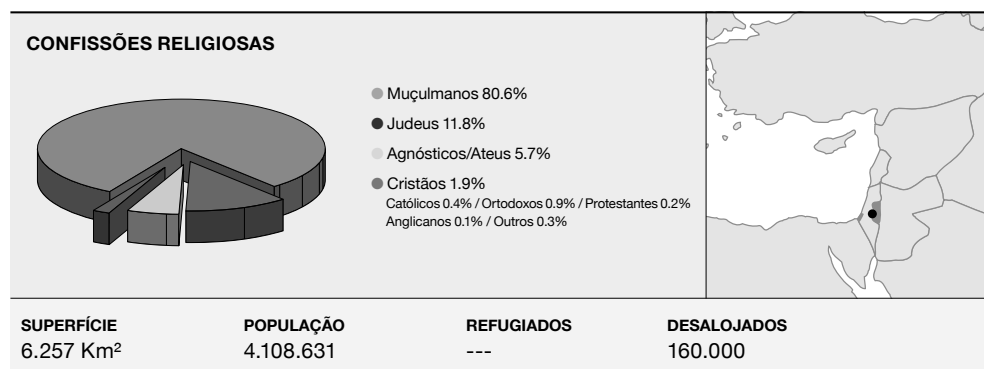
Continua a haver casos de violência causada pela superstição contra os albinos,² apesar da eleição de um deputado albino em Novembro de 2010,³ o que constituiu um acontecimento histórico na evolução da opinião pública em relação a este problema.

¹ *Compass Direct News*, 5 de Setembro de 2011.

² *www.reuters.com*, 5 de Maio de 2011.

³ <http://it.peacereporter.net/articolo/25047/Tanzania,+un+albino+entra+a+far+parte+del+parlamento>

TERRITÓRIOS PALESTINIANOS E GAZA



A Autoridade Palestina, com sede em Ramallah (Cisjordânia), não escolheu o Islão como religião oficial, embora a população muçulmana seja muito maior do que a cristã. Além disso, segundo um acordo tácito, o presidente do município de Belém, fundado em 1884, foi sempre um cristão, devido ao papel desempenhado nesta cidade na história cristã. Até agora esta tradição nunca foi questionada pela Autoridade Palestina ou pelos muçulmanos. A maior parte dos cristãos palestinos vive em Belém e nos seus arredores.

Contudo, o movimento para a re-islamização dos costumes e as provocações anticristãs que o acompanham colocam os cristãos numa situação muito difícil e por vezes insustentável, sobretudo nos sectores em que a coexistência entre muçulmanos e cristãos está cada vez mais comprometida. Os comportamentos anticristãos incluem pressão aplicada às mulheres por causa do seu modo de vestir, orações públicas contra santuários cristãos, incluindo a Basílica da Natividade, recusa de vender propriedades a cristãos uma vez que estes não estão autorizados a ser donos de qualquer “terra do Islão”, etc.

Os cristãos também temem a possibilidade de a lei islâmica, a *sharia*, poder ser imposta a todos os cidadãos palestinos, uma possibilidade que não pode ser excluída perante os desenvolvimentos que ocorreram nos países vizinhos durante o ano de 2011. Os cristãos sentem-se cada vez mais cercados, encurralados entre o muro de segurança israelita que os rodeia e um Islão cada vez mais forte e radical. Por isso, preocupados com o seu futuro e a sua liberdade, muitos cristãos emigram para a Europa e as Américas.

Em Gaza, que é governada pelo movimento islâmico Hamas, os cristãos (2.500 em 1,5 milhões de habitantes) têm de lidar com o estatuto de *dhimmi* (cidadãos protegidos), que estabelece direitos e deveres diferentes em desfavor dos cristãos. No entanto, as autoridades locais da Igreja são respeitadas pelas autoridades policiais, em especial devido aos serviços que a Igreja presta a toda a população, sobretudo com as suas escolas católicas que gozam de excelente reputação. Contudo, isto não protege os cristãos da violência. A 26 de Fevereiro de 2011, o director do Hospital Anglicano de Gaza, Maher Ayyad, sofreu um ataque mas não ficou ferido. Anteriormente tinha recebido cartas ameaçadoras nas quais era ordenado a parar com as suas “actividades missionárias”.¹

A 8 de Janeiro de 2012, a pequena comunidade católica de Gaza acolheu a visita de oito bispos europeus e norte-americanos para o encontro anual do Grupo de Coordenação

¹ CBNNews.com, 28 de Fevereiro de 2011.

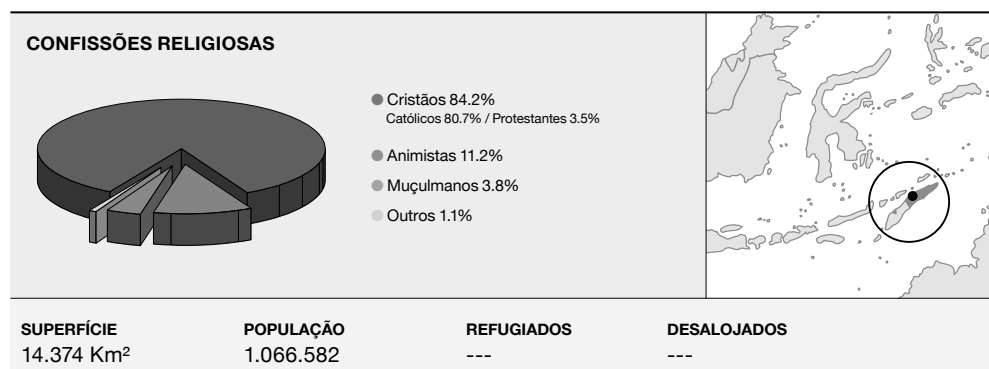
das Igrejas Locais na Terra Santa. Acompanhados numa visita à cidade por um grupo de quarenta escuteiros, os prelados trouxeram mensagens de apoio à comunidade cristã palestina provenientes das suas dioceses e conferências episcopais. O Mons. William Kenney, Bispo Auxiliar de Birmingham (Reino Unido), disse aos fiéis: “Vocês não estão sozinhos, ninguém vos abandonou, coloquem a vossa esperança e confiança em Deus e na Igreja.”²

Nos Territórios Palestinos, os muçulmanos também têm de lidar com vários obstáculos à liberdade de expressão devido a uma lei que proíbe toda a crítica à religião islâmica. Esta lei foi introduzida em 1960 pela Jordânia, que controlou a Cisjordânia até Junho de 1967, após a Guerra dos Seis Dias quando Israel ocupou a região. Nunca questionada pela Autoridade Palestina, esta lei implica uma pena de prisão de três a seis anos para os que forem acusados de blasfémia. Com base nesta lei, a 31 de Outubro de 2010, um jovem ateu militante escritor de blogues chamado Walid Husayin foi preso por ter criticado o Islão em público.³

² *AsiaNews*, 9 de Janeiro de 2012.

³ www.hrw.org, 5 de Dezembro de 2010.

TIMOR LESTE



A Constituição¹ deste país, que tem uma grande maioria católica, garante o respeito pela liberdade religiosa na Parte I, Secção 12 (*Estado e confissões religiosas*) e na Parte II, Título II, Secção 45 (*Liberdade de consciência, religião e culto*) e a lei protege este direito fundamental dos cidadãos a todos os níveis.

As minorias cristãs protestantes e muçulmanas gozam igualmente de plenos direitos e não há relatos de discriminação política ou social. Pelo contrário, representantes destas comunidades são nomeados para cargos importantes tanto no Governo como nas forças armadas.²

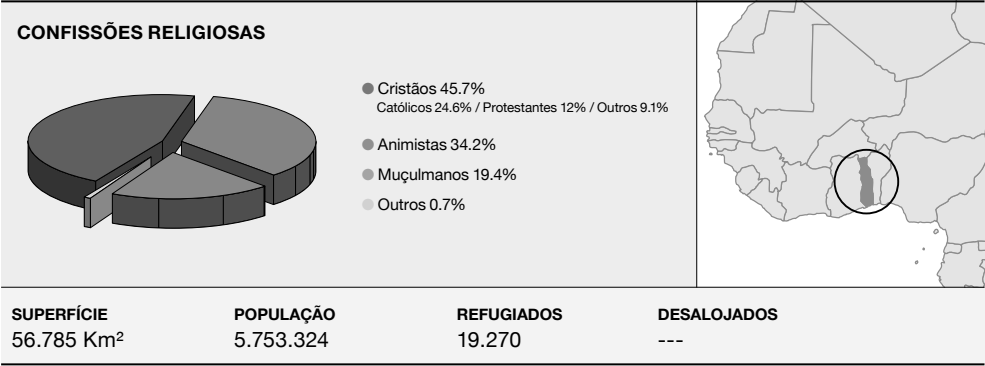
Além das festividades cristãs, como o Natal, a Páscoa, o Dia de Todos os Santos, a Sexta-feira Santa, a Assunção e a Imaculada Conceição, os dias sagrados muçulmanos de Eid al-Fitr e Eid al-Adha são também feriados nacionais.

No período a que este relatório diz respeito, não foram relatadas quaisquer alterações institucionais consideráveis, nem houve episódios significativos relativos à questão da liberdade religiosa.

¹ <http://www.gov.east-timor.org/constitution/constitution-Timor-Leste.pdf>

² *AsiaNews*, 17 de Abril de 2012

TOGO



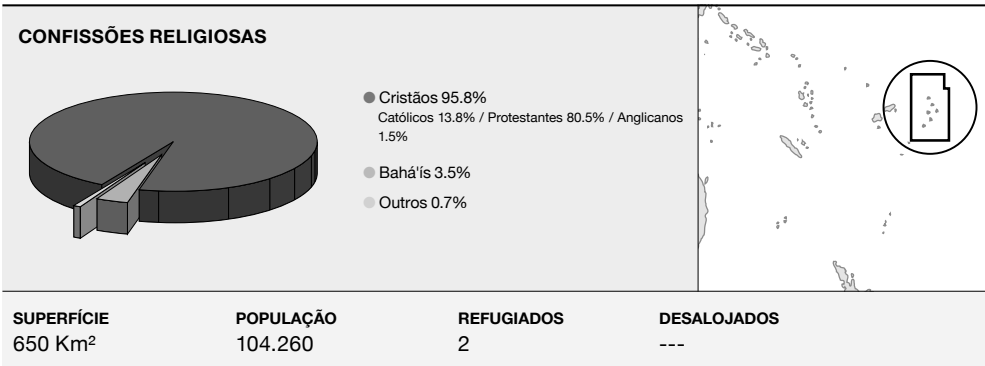
A Constituição decreta a liberdade religiosa e, na prática, as autoridades públicas respeitam geralmente este direito.

Além disso, a Constituição proíbe a formação de partidos políticos com base na religião e declara que “nenhum partido político se deve identificar em função de uma região, de um grupo étnico ou de uma religião”. Isto não impede, porém, os cidadãos católicos, protestantes ou muçulmanos de ocupar cargos importantes nas administrações locais e nacionais.

O Estado reconhece três religiões oficiais – o Catolicismo, o Protestantismo e o Islão – e exige a todos os outros grupos religiosos que se registem enquanto associações. O registo e, por sua vez, o reconhecimento oficial, traz vantagens fiscais em importações, por via de um pedido para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Para obter o registo, uma associação religiosa tem de apresentar os seus estatutos, uma declaração sobre a sua doutrina, os nomes e endereços dos membros do seu conselho directivo, o diploma do sacerdote, um contrato, um mapa da localização da sede e ainda uma declaração respeitante à sua situação financeira. O comportamento ético do grupo religioso é extremamente importante para obter o estatuto jurídico e não deve nunca, em qualquer circunstância, ameaçar a ordem pública.

TONGA

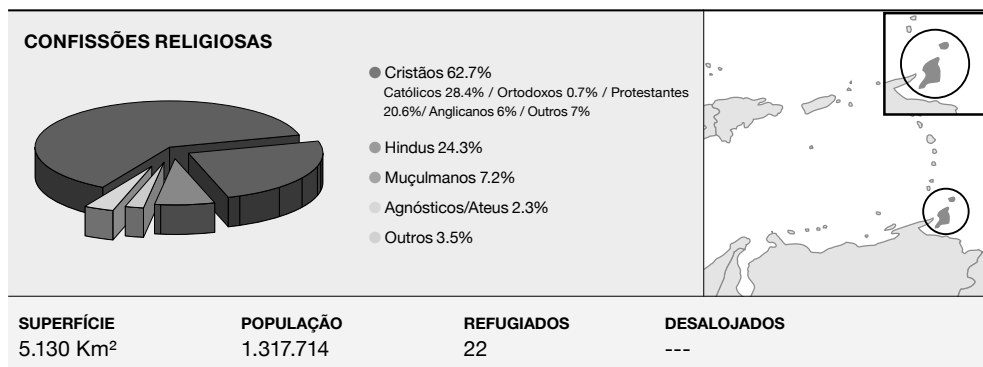


No pequeno arquipélago de Tonga, o direito à liberdade religiosa é reconhecido no Artigo 5º da Constituição de 1875, que foi revista em várias ocasiões até 1990. Os missionários encontram-se presentes e activos, e é permitido a todos os grupos trabalhar sem que seja necessário registarem-se.

Quase todas as escolas são geridas por grupos religiosos.

Durante o período abrangido por este relatório, não houve registo de casos de violação da liberdade religiosa.

TRINDADE E TOBAGO



A Constituição da República de Trindade e Tobago, datada de 1976 e várias vezes emendada até ao ano 2000, lista no seu Artigo 4º uma série de direitos fundamentais dos cidadãos e, entre eles, no parágrafo H, a liberdade de consciência, de convicção religiosa e de observância religiosa.

A religião principal é o Cristianismo nas suas várias confissões, mas existem também minorias islâmicas e hindus.

A vida religiosa das várias comunidades decorre sem problemas e é totalmente autónoma das autoridades governamentais. Representantes do Governo tomam parte nas várias festividades religiosas, o que contribui para o bom desenvolvimento das relações inter-religiosas.

Não há relatos de eventos envolvendo intolerância ou de violações dos direitos individuais ou associativos à liberdade religiosa.

TUNÍSIA



A revolução de Dezembro de 2010, que pôs fim ao regime do Presidente Ben Ali em Janeiro de 2011, deixou os cristãos tunisinos numa posição incerta em relação ao seu futuro, sobretudo uma vez que a maioria dos lugares nas eleições gerais de 23 de Outubro foi ganha por partidos islâmicos. O Islão sempre foi a religião de Estado da Tunísia, que ganhou independência em relação à França em 1956. Ben Ali, que seguiu o regime de Bourguiba, modernizou as leis do país, pondo de lado algumas práticas da *sharia* (lei islâmica), que permitem que os que querem viver vidas seculares mantenham a sua identidade muçulmana. Proclamar o Evangelho e mudar de religião eram oficialmente proibidos, mas não condenados por lei. Além disso, importar livros cristãos, especialmente em língua árabe, estava sujeito a fortes restrições. Os tunisinos que se convertessem ao Cristianismo encontravam grandes dificuldades junto das suas famílias e frequentemente perdiam o emprego.

A Igreja Católica é a única religião cristã com estatuto oficial, enquanto as outras religiões minoritárias, como por exemplo a Cristandade Evangélica, não são reconhecidas pelo Estado. A maior parte dos 25.000/30.000 cristãos na Tunísia são estrangeiros, mas há alguns convertidos entre eles. A vitória da Ennahda Islâmica (Renascença) e a emergência dos salafitas (islamistas radicais) vão sem dúvida ser seguidas pela elaboração de uma nova Constituição que ameaça restaurar a primazia da *sharia*, colocando em questão as vantagens de que os tunisinos muçulmanos gozam actualmente e trazendo consequências negativas para os muçulmanos não praticantes e novos cristãos.

Alguns convertidos cristãos expressaram as suas preocupações. “Sob a liderança de Ben Ali, a situação não era boa, mas gozávamos de um certo nível de liberdade para praticar a nossa religião. Temos de rezar para que haja maior liberdade religiosa no futuro e para conseguirmos partilhar a nossa fé com os muçulmanos sem termos consequências graves.”¹

Durante a revolução ocorreram dois acontecimentos que podem reforçar estes medos.

A 18 de Fevereiro de 2011, um sacerdote salesiano polaco, o P. Marek Rybinski, foi assassinado na sua casa em Tunes. O assassino tinha pedido emprestado 2.000 dinares ao sacerdote para comprar equipamento profissional, mas tinha usado o dinheiro para outros fins. A razão para o assassinio pode ter sido a recusa do indivíduo em devolver o dinheiro ao P. Rybinski, mas a maneira como foi encontrado após a sua morte, com a

¹ *Zenit*, 31 de Janeiro de 2011

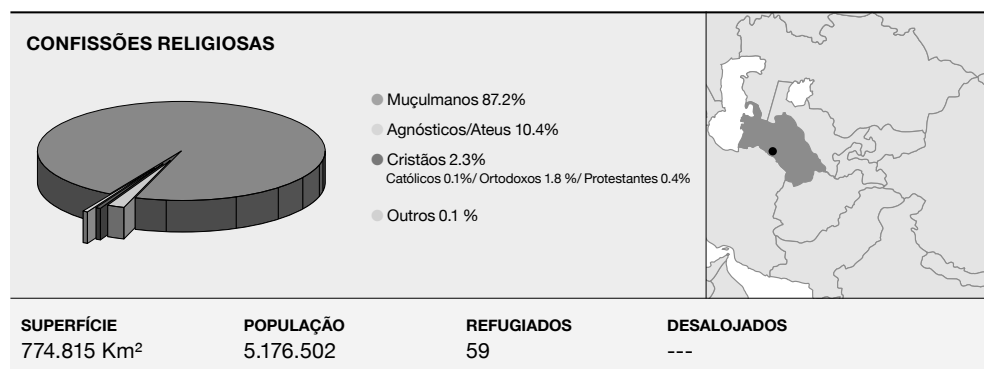
garganta cortada, sugere que este assassinio pode ter tido alguma conotação religiosa. Está em curso um processo para trazer luz a este trágico acontecimento.²

Em Setembro de 2011, cerca de vinte militantes salafitas ocuparam a basílica românica de Kef, no noroeste do país, de modo a realizarem as orações muçulmanas de sexta-feira. A basílica foi construída no século VI e foi transformada em mesquita no século XVII, antes de ser novamente convertida à sua função original e se transformar num destino cultural e turístico.³

² *Fides*, 22 de Fevereiro de 2011

³ *El Watan*, 17 de Setembro de 2011

TURQUEMENISTÃO



Embora garantida pela Constituição, a liberdade religiosa no Turquemenistão está sujeita a uma série de restrições legais que podem resultar em abusos. Todas as organizações religiosas devem registrar-se e obter autorização, ou serão acusadas de ofensa criminal. Os grupos de crentes estão sujeitos a assédio por parte das autoridades e, por vezes, os registos são cancelados com base em razões infundadas. Os grupos religiosos não registados não podem realizar quaisquer actividades religiosas, participar em encontros, distribuir literatura religiosa ou falar da sua fé.

Não há religião do Estado no Turquemenistão, mas as instituições islâmicas e os imãs recebem apoio financeiro do Estado. Os estudos islâmicos estão incluídos nos programas das escolas estatais. A instrução religiosa privada não é permitida e as minorias religiosas não podem dar instrução legalmente sem autorização das instituições¹.

Um estudo sobre liberdade religiosa no país, encomendado pela agência noticiosa *Fórum 18*, indicou que a liberdade religiosa no Turquemenistão permanece muito restrita². As violações sistemáticas noticiadas incluem a existência de prisioneiros de consciência, incluindo objectores de consciência presos por terem exercido liberdade religiosa, a falta de julgamentos e apoio judicial justos, o controlo do Estado sobre os líderes religiosos e as comunidades, graves restrições à instrução religiosa, a lei que proíbe as mulheres de estudarem teologia, o sistema de registo imposto às comunidades religiosas planeado para impor o controlo do Estado, problemas graves na obtenção dos registos, incursões policiais a grupos registados e não registados, impedimentos à obtenção de locais de culto mesmo para grupos registados, restrições à liberdade de movimentos dos crentes e censura a livros religiosos e outros materiais.

Deve ter-se em conta que, apesar das restrições acima referidas ainda em vigor, o quadro geral de respeito pelos direitos humanos e liberdades melhorou no entanto desde 2007, quando, no seguimento da morte do presidente autoritário Saparmurat Niyazov em 2006, Gurbanguly Berdimukhamedov se tornou chefe de Estado. Tem havido algumas melhorias sob o Governo do novo presidente, com a criação de duas novas comissões de direitos humanos, a intenção expressa de alterar leis rígidas sobre liberdade de consciência e um grau de abertura ao mundo exterior que pela primeira vez permitiu que observadores das Nações Unidas e da OSCE tivessem acesso ao país.

¹ Instituto de Religião e Política Pública, 27 de Julho de 2011

² Fórum 18, 8 de Março de 2012

Dificuldades e restrições para cristãos

Os cristãos têm experimentado dificuldades devido à falta de locais de culto. Não podem fazer evangelização e só podem prestar culto em edifícios e comunidades estritamente autorizados.

Embora reconhecendo que o Governo do Turquemenistão aliviou o controlo sobre os materiais religiosos importados para as paróquias cristãs ortodoxas, o Patriarca Ortodoxo russo Kirill enfatizou que a Igreja Ortodoxa ainda não obteve permissão para construir uma nova catedral na capital Ashgabad e que a comunidade iniciou conversações com o Governo sobre esta questão. Concebida em 1990, a igreja nunca foi construída e o terreno que lhe foi atribuído foi agora usado para a construção de outro edifício³.

Quase dezoito meses após a sua detenção em Agosto de 2010, o Pastor protestante Ilmurad Nurliev, condenado a quatro anos de prisão por liderar uma comunidade cristã não registada, foi agora libertado. A sua libertação resultou de uma amnistia a 18 de Fevereiro de 2012 para cerca de 230 presos detidos em campos de trabalhos forçados⁴. Contudo, o pastor é mantido sob estreita supervisão da polícia e deve reportar as suas actividades todas as semanas.

Em Janeiro de 2011, agentes da polícia realizaram uma incursão a um apartamento privado em Turquemenabade, onde um grupo de cristãos protestantes estava a rezar. O tribunal impôs pesadas multas a pelo menos cinco dos presentes por actividades religiosas não autorizadas⁵.

Detenções de testemunhas de Jeová

No final de 2011 havia oito testemunhas de Jeová na prisão por razões de consciência, por se recusarem a prestar o serviço militar obrigatório. As detenções continuaram durante os primeiros meses de 2012. Em Setembro, Mahmud Hudaybergenov, testemunha de Jeová, foi condenado a dois anos num campo de trabalhos forçados por se ter recusado a cumprir o serviço militar obrigatório⁶. Outra testemunha de Jeová foi condenada em Julho a um ano pelas mesmas acusações e foi depois libertada na sequência de uma amnistia no final de Agosto.

Restrições aplicadas a muçulmanos

Embora o Islão seja a religião professada pela maioria dos cinco milhões de habitantes do país, e haja um comité especial de controlo, o “*Gengeshi*” (Conselho para os Assuntos Religiosos), que nomeia o Grande Mufti e os imãs mais importantes, os muçulmanos também sofrem restrições e problemas. Em Novembro de 2011, as autoridades do Turquemenistão autorizaram cerca de 180 crentes a viajarem para as celebrações do *Haj*, a peregrinação a Meca, embora a quota estabelecida pelo próprio Governo tenha sido de 5.000 muçulmanos.

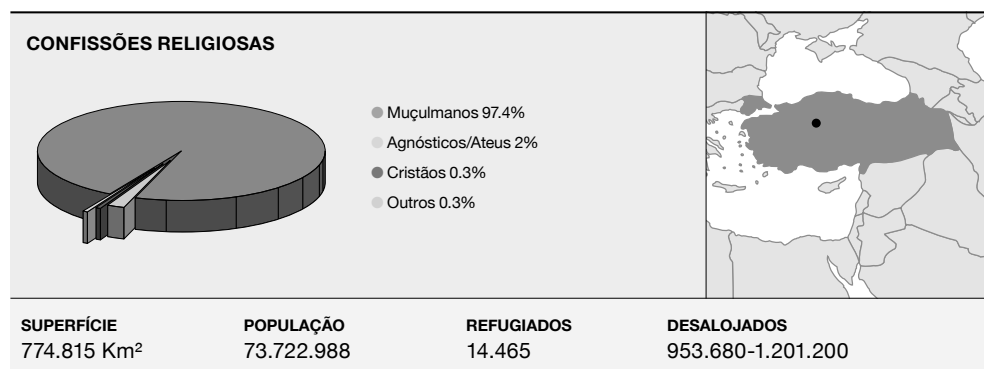
³ Fórum 18, 11 de Março de 2011

⁴ Fórum 18, 20 de Fevereiro de 2012

⁵ Fórum 18, 28 de Janeiro de 2011

⁶ Fórum 18, 22 de Setembro de 2011

TURQUIA



Na sequência da pressão aplicada pelas organizações internacionais, as autoridades turcas expressaram em mais do que uma ocasião a sua intenção de melhorar o estatuto de algumas minorias religiosas. Por exemplo, a resolução adoptada em Veneza em Março de 2010 pela Comissão para a Liberdade Religiosa do Conselho da Europa pediu à Turquia que reconhecesse legalmente as minorias religiosas que ainda não tinham sido reconhecidas, como por exemplo a Igreja Católica Latina, e que tomasse medidas firmes contra todas as formas de discriminação.¹

A 27 de Agosto, o primeiro-ministro Recep Tayip Erdogan anunciou a restituição de todos os bens apreendidos às minorias religiosas na altura da criação da moderna República da Turquia (1923), e novamente após 1936 e após 1960. Este anúncio, confirmado por um decreto publicado no Diário Oficial do país, foi dirigido a representantes de 161 fundações religiosas afectadas pela questão. Estas fundações pertencem às três minorias não islâmicas reconhecidas pelo Tratado de Lausanne (1923), a comunidade grega ortodoxa (dependente do Patriarcado Ecuménico de Constantinopla), os arménios apostólicos e os judeus. Em Novembro, o Conselho de Administração Geral das fundações, uma entidade governamental, decidiu equipar estas fundações com um estatuto jurídico.²

O primeiro-ministro deu-lhes um ano para apresentarem os pedidos de restituição ou indemnização, independentemente de estes bens, constituídos por igrejas, mosteiros, cemitérios, hospitais, escolas, edifícios desabitados, fontes ou terrenos, se terem tornado propriedade do Estado ou terem sido vendidos a indivíduos privados. Mais de 1.000 bens foram confiscados à Igreja Ortodoxa grega (representada pelo Patriarcado Ecuménico de Constantinopla) e cerca de trinta à Igreja Apostólica Arménia. A comunidade judaica espera recuperar todos os cemitérios que possuía antes de 1930.

O Mons. François Yakan, o vigário patriarca caldeu em Istambul, protestou, uma vez que a Igreja que ele encabeça foi excluída de beneficiar deste decreto. De facto, como não é mencionada no Tratado de Lausanne, não tem estatuto jurídico na Turquia. Apesar disto, o Mons. Yakan anunciou a intenção de apresentar um pedido de restituição de todos os bens da sua Igreja confiscados pelo Estado. O mesmo se aplica à Igreja Católica Síria, que também não foi referida no Tratado de Lausanne e que pretende igualmente pedir a devolução dos seus bens, que incluem a Igreja do Sagrado Coração em Istambul, o Mosteiro de Santo Efraim e alguns bens em Mardine.

¹ *The Tablet*, 27 de Março de 2010

² Agência *Fides*, 19 de Novembro de 2011

O Governo anunciou a intenção de devolver várias igrejas, sinagogas e mosteiros na Turquia. A Conferência Episcopal turca considerou a publicação do decreto sobre a restituição de bens pertencentes às minorias religiosas “mais um passo na direcção certa”. As autoridades governamentais decidiram restaurar locais de culto, como por exemplo a igreja católica arménia na província de Diyarbakir, a maior sinagoga na província de Edirne, a igreja grega de Taksiyarhis na ilha de Cunda, muitas igrejas e mosteiros gregos na ilha de Imbro, a igreja síria de Antioquia e a igreja greco-católica em Iskenderun. Além disso, a Igreja Ortodoxa grega de São Nicolau, destruída em 1960, vai ser reconstruída em Bodrum (um destino turístico famoso no sudoeste da Turquia), de acordo com um acordo assinado pelo presidente da câmara de Bodrum e por membros da assembleia municipal.³

Finalmente, a restituição proposta pelo Governo não tem em conta bens apreendidos aos arménios na altura do genocídio de 1915. É por esta razão que Aram I, Patriarca da Igreja Apostólica Arménia, em tempos com sede em Cilícia, no sul da Turquia, e transferida para o Líbano na sequência dos massacres, dirigiu uma carta aberta ao Primeiro-Ministro Erdogan, na qual põe ênfase na desadequação da sua decisão. Aram I escreveu igualmente: “Enquanto chefe espiritual e jurídico do Patriarcado dos Ortodoxos Arménios, desenraizado do seu lugar histórico e transferido para o Líbano, e enquanto representante dos filhos da Igreja Arménia expulsos da Turquia e espalhados por todo o mundo, acredito que o seu decreto datado de 27 de Agosto de 2011 é um decreto parcial e injusto.”

A 21 de Fevereiro de 2012, o Patriarca Bartolomeu I foi convidado a depor à porta fechada perante uma comissão parlamentar nomeada para preparar o esboço de uma nova Constituição. Foi a primeira vez que o Estado turco tomou uma iniciativa deste tipo desde o advento da república. O Patriarca entregou um documento de dezoito páginas com o resumo dos pedidos das comunidades não muçulmanas, que contam com cerca de 100.000 membros – das comunidades grega ortodoxa, arménia, caldeia, síria, latina e judaica. Ajudados por vários juristas, os representantes de todas estas comunidades participaram na elaboração deste documento.⁴

No mesmo dia, Kuryakos Ergün, presidente da fundação dos sírios de S. Gabriel, foi também ouvido pela comissão parlamentar. Embora se espere que vários líderes das comunidades arménia e judaica sejam ouvidos, nada foi anunciado relativamente a possíveis audiências envolvendo representantes das Igrejas Caldeia e Latina ou das comunidades protestantes presentes na Turquia.

Os pedidos inseridos no documento apresentado à comissão parlamentar incluem o desejo de tratamento igual para todos os cidadãos turcos e uma distribuição justa dos fundos públicos atribuídos a serviços religiosos e educativos. O documento também insiste em reabrir o seminário arménio em Istambul e o seminário ortodoxo grego em Halki, encerrados pelas autoridades respectivamente em 1970 e em 1971, quando a educação superior se tornou monopólio do Estado. Uma vez que a lei afirma que é obrigatório que o Patriarca Grego, para quem o governo rejeita o título de Ecuménico, seja um cidadão turco, nascido e criado na Turquia, este requisito coloca sérios problemas em caso de sucessão. Contudo, esta posição melhorou quando em 2010 passou a ser possível que os metropolitanos a residir no estrangeiro adquirissem a nacionalidade turca.

³ Agência *Fides*, 22 de Outubro de 2011

⁴ Agência *Fides*, 6 de Fevereiro de 2012

No final da audiência, Bartolomeu I disse: “Desejamos que esta Constituição seja a carta de todos os cidadãos. Não desejamos ser considerados cidadãos de segunda classe. Não desejamos ser tratados de maneira diferente, mas sim de maneira igual. Queremos que as escolas teológicas sejam reabertas, queremos liberdade de consciência e religião. No passado, visitei muitos ministros e até mesmo o primeiro-ministro, e fui sempre recebido com boas intenções, mas as promessas nem sempre foram cumpridas.”⁵

O Estado aprovou várias disposições específicas em nome das Igrejas. Em Setembro de 2010, a Igreja Apostólica Arménia foi autorizada a celebrar missa na igreja da Santa Cruz, situada na ilha de Aghtamar (Lago Van, Turquia oriental). Contudo, as autoridades proibiram que fosse colocada uma cruz na cúpula deste santuário, que, após ter sido encerrado na altura do genocídio de 1915, foi restaurado e transformado em museu em 2007. Em Junho e em Julho de 2011, os sírios (não reconhecidos pelo Tratado de Lausanne) também obtiveram permissão para uma vez mais prestar culto em duas das suas igrejas, que tinham sido encerradas desde os dias do genocídio – uma em Alexandrette (*Iskenderun* em turco), capital da província com o mesmo nome, e outra em Adiyaman, também uma capital provincial e catedral metropolitana da Igreja Católica Síria. Esta foi a primeira vez desde os dias do Império Otomano que os cristãos sírios puderam reabrir as suas igrejas. As igrejas foram imediatamente consagradas de novo.

Apesar disto, nenhuma decisão foi tomada quanto ao destino do mosteiro ortodoxo sírio Mar-Gabriel (do século IV), na região de Tour-Abdine, na Turquia ocidental, onde existem três monges, catorze irmãs e cerca de quarenta estudantes cristãos. Desde 2008, eles têm lutado contra procedimentos que desafiam a posse desta propriedade por parte da Igreja Ortodoxa síria. Em 2009, os tribunais de registo de propriedade em Mydiat decidiram a favor da fundação Mar-Gabriel e depois, a 26 de Janeiro de 2011, o Tribunal de Cassação de Ancara aprovou uma sentença que ordena que a terra propriedade do mosteiro seja registada em nome do erário público.

Além disso, a Igreja de Santa Sofia em Niceia (*Izmit* em turco), o local onde foram realizados dois Concílios Ecuménicos em 325 e em 787, que tinha sido transformada em mesquita em 1331 e depois em museu em 2007, foi uma vez mais transformada em mesquita em Novembro de 2011.

A Igreja Latina não está envolvida nestas disposições e nestas promessas, pois não é mencionada no Tratado de Lausanne e assim é privada de qualquer estatuto jurídico. Além disso, por vezes tem sido arbitrariamente privada de alguns dos seus bens, que são geridos por leigos – com orfanatos confiscados e edifícios paroquiais demolidos para dar espaço à construção de hotéis. O Mons. Louis Pelâtre, Vigário Apostólico de Istambul, disse: “O nosso verdadeiro problema continuam a ser os nossos bens básicos, não temos papéis de propriedade e nunca chegámos a tê-los. Esta não é uma situação fácil. Eu não sou reconhecido como bispo, posso abrir uma conta bancária em meu nome, mas não em nome da minha diocese.”⁶

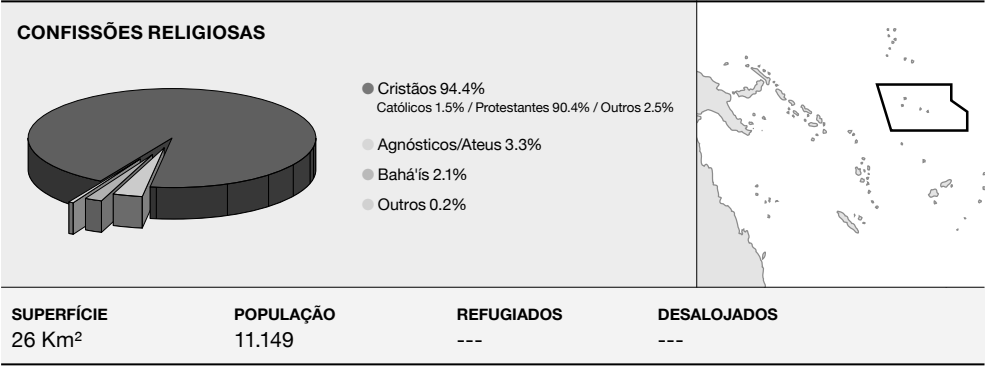
Finalmente, vale a pena mencionar que, pela primeira vez nos últimos cinquenta anos, um cristão foi eleito para o Parlamento turco. É um protestante evangélico chamado Erol Dora, eleito pelo círculo eleitoral de Mardine (sudeste da Turquia) quando o Parlamento foi renovado em Junho de 2011.⁷

⁵ *La Croix*, 21 de Fevereiro de 2012

⁶ Entrevista com *L'œuvre d'Orient*, 1 de Julho de 2011

⁷ Agência *Fides*, 14 de Julho de 2011

TUVALU



Como declara o preâmbulo da Constituição, este país é “um estado independente fundado sobre princípios cristãos, um estado de direito e baseado nos costumes e tradições de Tuvalu”.

A liberdade religiosa é reconhecida em pormenor no Artigo 23º da Constituição de 1978, revista em 1990.

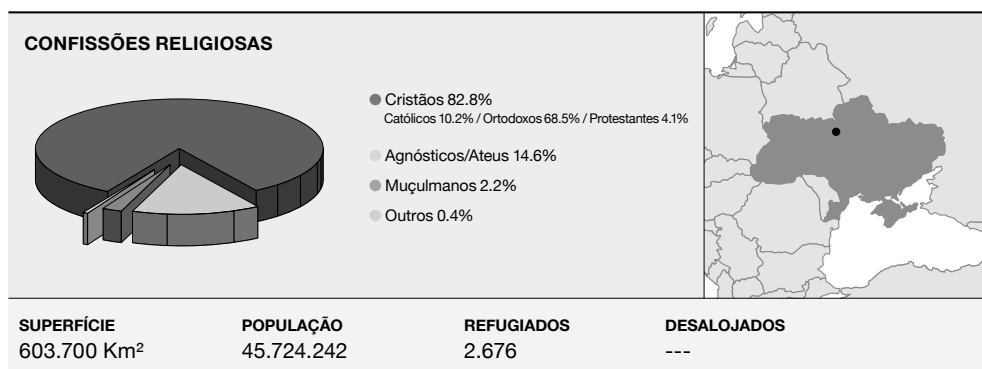
Todos os grupos com mais de cinquenta membros têm de se registar. As actividades missionárias são admitidas sem restrições.

Na prática, porém, nesta pequeníssima nação, a profissão de um credo religioso contrário às convicções geralmente reconhecidas resultou por vezes em discriminação.

Nas várias ilhas, o Conselho de Anciões possui tradicionalmente o poder de restringir a liberdade de culto, se tal for considerado contrário aos actuais costumes e tradições.

Durante o período abrangido por este relatório, não há registo de ocorrências de violações da liberdade religiosa.

UCRÂNIA



Situação geral

Numa conferência de imprensa sobre liberdade religiosa realizada em Março de 2012, o secretário-geral da Associação Ucraniana para a Liberdade Religiosa, Petr Ganulich, disse que o principal problema no país estava relacionado com as relações com as igrejas e comunidades protestantes. Na sua opinião, “há uma base jurídica e legislativa suficientemente desenvolvida na Ucrânia. Em várias áreas, contudo, há restrições à liberdade de consciência aplicadas a todas as confissões religiosas, à liberdade religiosa de várias minorias e aos direitos económicos e de propriedade de várias associações religiosas.”

Especificamente, após a eleição do presidente Viktor Yanukovich, politicamente próximo do Kremlin, as relações entre as autoridades e a Igreja Greco-Católica deterioraram-se. A 11 de Fevereiro de 2011, na apresentação da sua resignação ao Arcebispo de Kiev por razões de saúde, o Cardeal Lubomyr Husar disse: “As autoridades não querem falar connosco. Durante um ano inteiro não houve reuniões com o presidente ou com outros representantes do Governo para discutir a nossa situação. Este é um problema que deve ser resolvido com calma e sem especulação.”

Medidas legislativas

Durante o ano de 2011, o Governo ucraniano implementou várias disposições legais para melhorar as condições das associações religiosas, concedendo-lhes o direito ao uso livre e perpétuo da terra, e dando-lhes permissão para pagarem o mesmo preço pelo gás que os cidadãos comuns, em vez do preço pago pelas empresas, como tinha sido definido anteriormente.

A 22 de Setembro, a Verkhovna Rada (Parlamento) da Ucrânia aprovou uma versão corrigida da lei sobre o estatuto jurídico dos estrangeiros. A nova lei simplifica os procedimentos para a obtenção de vistos por parte de sacerdotes estrangeiros, que podem agora permanecer no país “para pregar doutrinas religiosas, praticar ritos religiosos ou outras actividades a convite das associações religiosas”.

Em Abril de 2011, o Ministério da Defesa ucraniano aprovou o “Projecto de cuidados pastorais” das Forças Armadas ucranianas, que pretende garantir que as tropas tenham liberdade de consciência e de expressão religiosa. O conceito de capelão militar foi introduzido, embora vá implicar mais trabalho com as várias igrejas e associações religiosas envolvidas antes de poder ser implementado.

Ao nível do Governo, as relações com as confissões religiosas foram confiadas ao Ministério da Cultura, que assumiu as funções do agora dissolvido Comité Estatal para

os Assuntos Religiosos. O registo estatal das associações religiosas foi delegado no Gabinete Estatal de Registo. No seguimento destas decisões, foram feitas alterações à lei das associações religiosas. Em 2011 houve igualmente um debate no encerramento da Comissão Nacional para promover a defesa da moral pública, com associações a defenderem que esta comissão permaneça activa.

Problemas

De acordo com as organizações de direitos humanos, são os Governos locais na Ucrânia que estão a criar obstáculos ao desenvolvimento das confissões religiosas minoritárias, a favor das confissões maioritárias nas várias regiões. Isto foi afirmado no relatório intitulado “Direitos Humanos na Ucrânia em 2011”, apresentado a 13 de Março de 2012 pelo Instituto para a Liberdade Religiosa em Kiev. Estes problemas dizem respeito sobretudo à concessão de terrenos para construir locais de culto, à restituição aos legítimos proprietários de igrejas confiscadas durante a época soviética e a outras questões semelhantes. Além disso, o relatório enfatiza que a predominância de várias confissões religiosas de região para região torna difícil a avaliação de uma tendência nacional neste sector. Para garantir o apoio eleitoral, os políticos locais propõem-se habitualmente a apoiar a religião local mais popular.

Fontes:

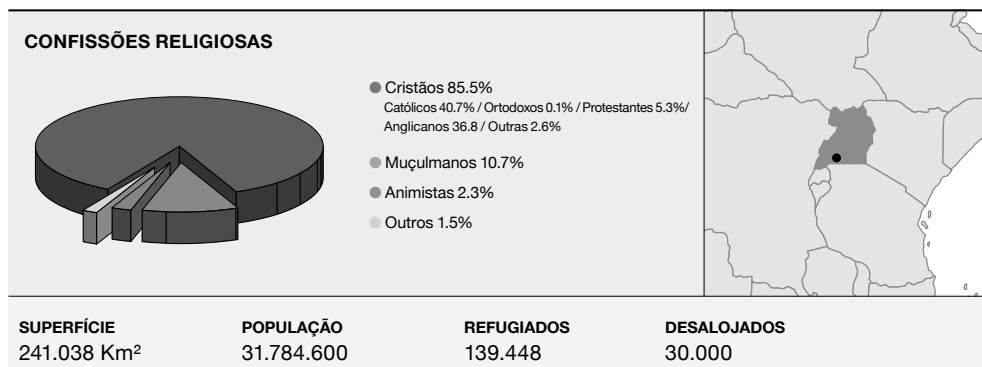
Associação Ucrâniana para a Liberdade Religiosa (UARS)

Instituto para a Liberdade Religiosa, Kiev

Agência de notícias “Ukrinform”

Agência de notícias CNL-News

UGANDA



O Artigo 7 da Constituição de 1995¹ afirma que o Uganda não reconhece qualquer religião como religião do Estado e o Artigo 29 garante a todos os cidadãos liberdade religiosa plena, tanto para os indivíduos como para os grupos.

Além disso, a lei proíbe a formação de partidos políticos com base na religião ou na etnicidade. Algumas festividades cristãs e muçulmanas são reconhecidas como feriados nacionais.

Para obter estatuto legal, as comunidades religiosas devem registar-se. As Igrejas de maior dimensão, como por exemplo a Igreja Católica, a Igreja Ortodoxa, a Igreja Anglicana e o Conselho Supremo Muçulmano do Uganda, beneficiam de legislação estabelecida na lei *Trustees Incorporation Act*, que garante autonomia organizacional, benefícios fiscais e total liberdade de funcionamento.²

Outros grupos, como por exemplo as comunidades evangélica e pentecostal, estão ao mesmo nível das ONGs e, embora gozem das mesmas condições operacionais que as Igrejas acima referidas, estão sujeitas a uma renovação anual do seu registo e a uma verificação das doações que recebem.

A educação religiosa nas escolas estatais é opcional. Há muitas escolas privadas cristãs e madraças islâmicas no país.³

As relações entre as diversas comunidades religiosas são cordiais e não foram relatados problemas significativos. Muitas iniciativas partilhadas são realizadas com o objectivo de trazer paz ao país e de pôr fim à tragédia que envolveu o rapto de crianças e o seu uso como crianças-soldado por parte de movimentos armados sectários.

Desde 1986, na região de Acholiland, no norte do Uganda, que tem havido uma guerra civil feroz entre forças governamentais e o Exército de Resistência do Senhor (LRA), um movimento tipo seita, de autoproclamada inspiração cristã, liderado por Joseph Kony. O Exército de Resistência do Senhor espalhou o terror entre as pessoas da região durante mais de vinte anos, com massacres, raides e o rapto de crianças forçadas a lutar por ele. Kony foi acusado pelo Tribunal Penal Internacional devido a esta violência. A guerra resultou em cerca de 300.000 mortos e mais de um milhão e meio de refugiados.

¹ <http://www.ugandalawlibrary.com/ull/lawlib/constitution.asp>

² <http://www.usig.org/countryinfo/laws/Uganda/The%20Trustees%20Incorporation%20Act%20Cap%20165.pdf>

³ Departamento de Estado Norte-Americano – *International Religious Freedom Report for 2011*

As forças do LRA foram finalmente forçadas a deixar o Uganda e actualmente grassam na República Democrática do Congo, na República Centro-Africana e no oeste do Sudão do Sul.⁴

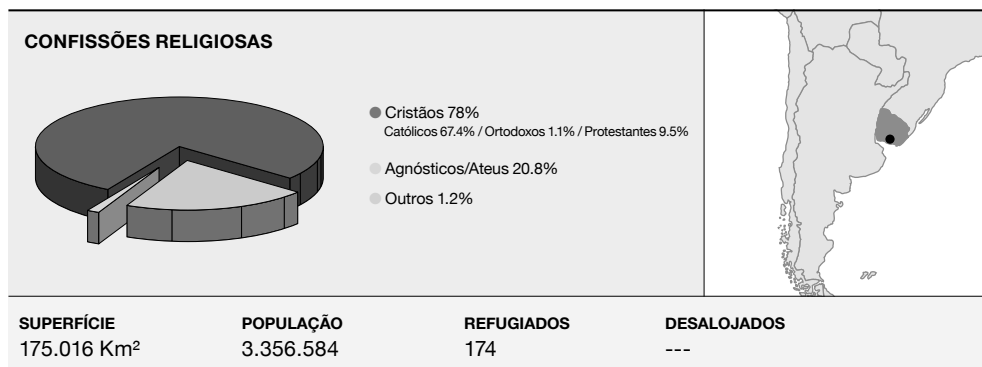
As relações entre cristãos e muçulmanos são também geridas de forma amigável. Desde 2003 que existe um Programa para as Relações entre Cristãos e Muçulmanos, que procura promover as boas relações entre os membros das duas comunidades e incentivar a consciência da necessidade de tolerância recíproca entre os jovens. Esta entidade é constituída por representantes das comunidades católica, ortodoxa e anglicana, bem como por representantes do Conselho Supremo Muçulmano do Uganda.

Mesmo assim, o desenvolvimento cultural e político do Islão levanta grandes preocupações. Durante uma visita à sede da Fundação Pontifícia Ajuda à Igreja que Sofre, em Königstein, Alemanha, o Bispo Matthias Ssekamanya de Lugazi, centro do Uganda, disse que os muçulmanos assumiram papéis-chave em diversos grandes ministérios no Uganda, incluindo Economia e Educação.⁵

⁴ Agência *Fides*, 3 de Setembro de 2011

⁵ Agência *Fides*, 8 de Junho de 2011

URUGUAI



Alterações legislativas

Quando uma proposta de lei sobre liberdade de consciência e expressão foi apresentada ao Comité de Direitos Humanos da Câmara dos Representantes do Uruguai (processo n.º 559/2010, Doc. n.º 467), o presidente do Parlamento, Luis Lacalle Pou, em conjunto com o Instituto Estatal sobre Lei Religiosa e o Consórcio Latino-Americano sobre Liberdade Religiosa, organizou um dia parlamentar sobre “Liberdade de Consciência”.

Durante o encontro, realizado em Abril de 2011 na Câmara dos Representantes do Palácio Legislativo do Uruguai, os participantes estudaram a liberdade de consciência como um direito fundamental. Discutiram igualmente os desafios que surgem quando a lei e a consciência pessoal entram em conflito, bem como possíveis soluções que possam ser incluídas na proposta de lei acima referida.¹

Igreja Católica

A 15 de Novembro de 2011, a Conferência Episcopal tornou pública uma carta pastoral assinada pelos bispos no bicentenário da independência do país intitulada “A nossa pátria: gratidão e esperança”. A carta destacava todas as contribuições passadas feitas pela Igreja na República Oriental do Uruguai, bem como os desafios que enfrenta actualmente, como por exemplo a promoção da vida e da família, e a necessidade de liberdade religiosa, sobretudo no campo da educação.²

Outras comunidades cristãs / Outras religiões

O Terceiro Fórum Interconfessional do Uruguai realizou-se em Agosto de 2011. Criado em 2009, o fórum pretende juntar diversos grupos religiosos num único espaço, para que possam ultrapassar diferenças específicas e promover o diálogo e possíveis acções conjuntas. Outro dos seus objectivos foi o de criar um espaço para envolver o Estado em diálogo no qual os diversos grupos religiosos tinham pontos em comum sobre questões específicas.

Assim, o fórum propôs a criação de um mecanismo oficial dentro do Estado que irá permitir a interacção sobre questões religiosas e fazer cumprir a separação entre Estado e religião de forma coerente e harmoniosa, com legislação, e acções positivas e inclusivas na área da educação.³

¹ *Sociedad Uruguaya*, 24 de Abril de 2011

² *Iglesiauruguay.com*, 15 de Novembro de 2011

³ *Iglesiaenmarcha.net*, 23 de Junho de 2011

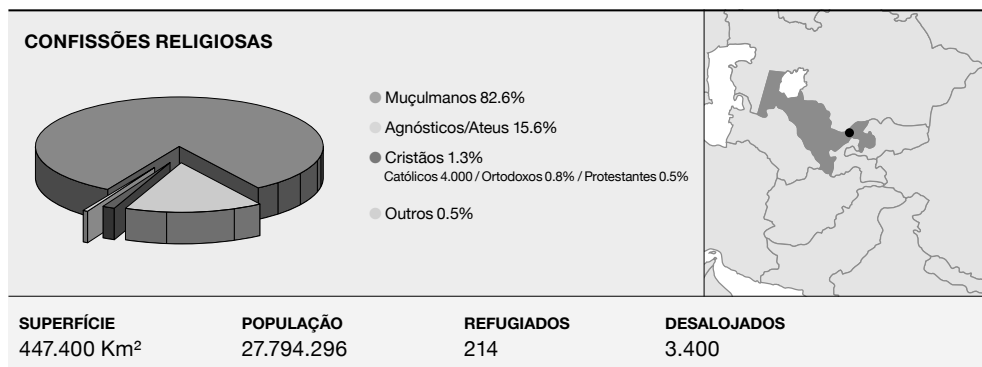
Quando dois enfermeiros foram acusados de matar (pelo menos) quinze pacientes, os meios de comunicação noticiaram que eram seguidores de *umbanda*, um ritual afro-brasileiro. Por esta razão, a polícia encarregada da investigação procurou quaisquer ligações entre as suas crenças religiosas e os assassinios.⁴

A Federação Afro-Umbanda do Uruguai, a quem foi concedido estatuto legal em 2000, negou categoricamente qualquer ligação entre a sua religião e os crimes. Numa declaração, disse que os seus membros sentiam que estavam a ser discriminados por causa de as suas crenças serem de alguma forma associadas aos assassinios sob investigação.⁵

⁴ *Perfil*, 24 de Março de 2012

⁵ *El Diario*, 26 de Março de 2012

USBEQUISTÃO



Infelizmente, as violações sistemáticas dos direitos humanos e da liberdade religiosa continuaram no Usbequistão. O Estado pune cruelmente quem quer que realize actividades religiosas. De acordo com relatórios de organizações governamentais e não-governamentais, como por exemplo o relatório da USCIRF¹ ou o relatório da ONG *Open Doors*², o Usbequistão é um “país que merece especial preocupação” por causa das suas violações generalizadas dos padrões internacionais de liberdade religiosa. Activistas dos direitos humanos confirmam que em 2011 o Governo fortaleceu o seu controlo, que já era pesado, sobre as comunidades religiosas, temendo repercussões na sequência das revoltas antigovernamentais da Primavera Árabe no Médio Oriente.

A ONG *Human Rights Watch* classificou a situação de direitos humanos no Usbequistão como “assustadora”, citando o uso frequente da tortura e as graves restrições ao trabalho de activistas de direitos humanos, opositores ao Governo, jornalistas, líderes religiosos e crentes. Esta ONG afirmou que as liberdades continuam a estar gravemente limitadas.³ Em resposta a estas declarações, o Supremo Tribunal do Usbequistão ordenou o encerramento dos escritórios da *Human Rights Watch* na capital, Tashkent, e a expulsão dos seus activistas, obviamente considerados como “indesejáveis”.⁴

A violação do direito à liberdade religiosa no Usbequistão “representa uma das piores violações de direitos humanos e uma das piores ameaças ao futuro do Usbequistão”, disse Sukhrobjon Ismoilov, o director uzbeque de um grupo de especialistas no encontro anual da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), realizado em Varsóvia, na Polónia, em Setembro de 2011. Reforçando que o controlo do Estado é comparável ao tipo de controlo exercido durante o período da União Soviética, Ismoilov explicou que o Governo estava a tentar controlar o crescimento e o nível de sentimento religioso na sociedade, impondo uma “secularização forçada da consciência pública”. O resultado, segundo ele, é que as prisões uzbeques têm mais de 7.000 presos de consciência, detidos por causa das suas convicções religiosas.⁵

O Governo uzbeque continua a afirmar que a liberdade religiosa está garantida, declarando que “no Usbequistão, há 2.226 organizações religiosas, pertencentes a dezasseis religiões diferentes, das quais 2.051 são organizações muçulmanas. Neste

¹ *United States Commission on International Religious Freedom*, Relatório Anual de 2012.

² *Open Doors*, Relatório Anual de 2011.

³ *Human Rights Watch*, Relatório Anual de 2011.

⁴ *New York Times*, 15 de Março de 2011.

⁵ OSCE, *Human Dimension Implementation Meeting*, 26-27 de Setembro de 2011.

momento estão registadas 159 organizações cristãs, oito comunidades judaicas, seis comunidades bahá'ís, uma sociedade Gaudily Vaishnavism e um templo budista. O sistema educativo religioso no Usbequistão inclui o Instituto Islâmico de Tashkent, nove escolas islâmicas, um seminário ortodoxo e um seminário protestante.⁶

Leis sobre liberdade religiosa

Uma lei de 1998 sobre a liberdade de consciência e as organizações religiosas limita fortemente os direitos de todas as comunidades religiosas e impõe controlos governamentais rigorosos. O texto da lei que refere a liberdade religiosa criminaliza “a actividade religiosa não registada”, proíbe a produção e distribuição de publicações religiosas não oficiais, proíbe os menores de pertencerem a organizações religiosas e proíbe o público de usar roupas de cariz religioso. Embora muitos grupos religiosos satisfaçam os requisitos de registo, muitos outros estão impedidos de o fazer e tornam-se assim ilegais. Em Novembro de 2010, ao promulgar um novo código administrativo, o presidente Islam Karimov aumentou as sanções e introduziu novas penas por actividade religiosa ilegal. Uma nova lei adoptada em Setembro de 2011 autoriza a prisão preventiva de “alegados criminosos no decurso dos procedimentos de investigação”, de modo a limitar os seus movimentos. Esta disposição legal facilita as detenções dos que são acusados de “actividades religiosas ilegais”. Por outro lado, dizem alguns advogados, ela regulamenta o acto da detenção, que no passado era completamente arbitrário, e assim pode ser considerada, apesar de tudo, como “um passo em frente”.⁷

O Conselho governamental para os Assuntos Religiosos revê e aprova toda a literatura religiosa de acordo com critérios de censura rígidos. A importação, produção e distribuição de material religioso é proibida. Apenas oito organizações religiosas registadas estão autorizadas a publicar, importar e distribuir literatura religiosa. A educação religiosa é rigorosamente limitada e os ensinamentos religiosos estão restritos às escolas religiosas e aos educadores estatais reconhecidos pelo Estado, sendo proibidas as “aulas privadas”.

Uma das razões dadas pelo Governo para justificar as restrições à liberdade religiosa é a necessidade de combater o extremismo e o terrorismo religiosos. Nos últimos dez anos, usando as leis restritivas em vigor, o Governo deteve e aprisionou milhares de crentes que se recusaram a submeter-se ao controlo estatal sobre as práticas religiosas, condenando-os a penas de até vinte anos. Entre estes, o Governo classificou os muçulmanos de “wahhabis” ou “jihadistas”. O Governo não hesitou em atribuir essas classificações a um vasto espectro de indivíduos e grupos, entre os quais se encontram opositores políticos ao regime. As testemunhas de Jeová são muitas vezes definidas como “extremistas”, porque praticam a sua religião fora das organizações autorizadas pelo Estado. Por esta razão, são detidos e presos por “actividades religiosas ilegais”. De acordo com Martin Scheinin, primeiro enviado especial das Nações Unidas para os direitos humanos e o antiterrorismo, “a definição de terrorismo (ou extremismo violento) é usada pelo Governo de maneira selectiva, de forma política ou abusiva, como instrumento para estigmatizar os indesejáveis, como por exemplo as minorias, os sindicalistas, os movimentos religiosos”.⁸

⁶ Embaixada do Usbequistão em Itália, 7 de Outubro de 2010.

⁷ *Eurasia Lift*, 17 de Outubro de 2011.

⁸ *Eurasia Lift*, 19 de Março de 2011.

A Igreja Católica

Restabelecida com um *missione sui iuris* em 1997, a Igreja Católica tem actualmente uma “administração apostólica” no Usbequistão, dependente directamente da Santa Sé e confiada aos Franciscanos Conventuais, que abarca todo o Usbequistão e tem cinco paróquias. A Igreja é reconhecida oficialmente, mas, tal como disse o Bispo Jerzy Maculewicz OFM Conv, “a evangelização é um problema, porque a lei proíbe todas as actividades missionárias. Por esta razão, somos forçados a limitar-nos e a trabalhar dentro das nossas igrejas. Acolhemos e catequizamos as pessoas que vêm ter connosco, mas não podemos anunciar o Evangelho em público.”⁹

Situação vivida pelas comunidades cristãs

Uma delegação da Aliança Baptista Mundial que se deslocou ao Usbequistão de 8 a 12 de Setembro de 2011 reuniu com diversos líderes religiosos e mais tarde elaborou um relatório sobre a liberdade religiosa e a situação vivida pelas comunidades cristãs no Usbequistão, que foi apresentado perante uma assembleia do Conselho Nacional das Igrejas realizada em Istambul.¹⁰

A União Baptista está registada no Usbequistão juntamente com outras vinte Igrejas cristãs, mas cerca de trinta comunidades a ela ligadas não estão registadas e não possuem os requisitos para se registarem (é exigido um mínimo de 100 membros, por exemplo). A delegação falou diversas vezes de intimidação por parte da polícia contra os cristãos baptistas.

A Igreja Pentecostal Cristã tem 138 comunidades locais, mas apenas vinte e uma estão registadas oficialmente. A maior parte das comunidades prestam culto na língua uzbeque. Os encontros realizados pelos cristãos pentecostais enfrentam graves problemas, são muitas vezes dispersados pela polícia e é-lhes muito difícil registarem-se, mesmo que queiram obter o reconhecimento oficial.

De todas as comunidades cristãs, a Igreja Ortodoxa russa é a que está mais profundamente enraizada no país. Em 2011, o novo Arcebispo Metropolitano Vikentiy foi nomeado responsável da Igreja Ortodoxa russa no Turquemenistão, Quirguistão, Tajiquistão e Usbequistão. Vikentiy referiu reuniões regulares com os representantes governamentais nestes países, bem como o facto de eles estarem abertos à cooperação na área da liberdade religiosa. No entanto, uma visita ao Usbequistão do Patriarca Russo Ortodoxo Kirill, marcada para Novembro de 2011, foi cancelada pelas autoridades uzbeques. A razão para este insulto foi a decisão do Patriarca de Moscovo de modificar as suas organizações na Ásia Central e nomear o novo arcebispo de Tashkent sem ter primeiro consultado e obtido a aprovação do Governo uzbeque. Por esta razão, a Diocese russa ortodoxa do Usbequistão, que agora faz parte da Região Metropolitana da Ásia Central, não conseguiu registar oficialmente a sua nova estrutura.¹¹

Perseguição de cristãos

Ao longo de 2011, a polícia invadiu muitos encontros de grupos cristãos registados e não registados. Os meios de comunicação social, que são controlados pelo Estado, incentivaram igualmente os preconceitos contra algumas minorias religiosas, especifi-

⁹ *L'Osservatore Romano*, 2 de Outubro de 2008.

¹⁰ Conselho Mundial de Consulta às Igrejas sobre Liberdade Religiosa, 28 de Novembro a 1 de Dezembro.

¹¹ *Forum* 18, 2 de Novembro de 2011.

camente os cristãos protestantes, classificando os seus missionários como “extremistas religiosos”. As autoridades municipais na cidade de Angren avisaram todas as comunidades religiosas que não podiam “praticar o proselitismo” e “as actividades missionárias”.

A comunidade baptista registou vários incidentes. Em Abril de 2011, uma igreja baptista em Tashkent foi revistada pela polícia, que os acusou de terem dado início a uma “escola bíblica” sem autorização, bem como de posse ilegal, impressão e venda de livros cristãos. A polícia confiscou mais de 53.000 livros e panfletos, juntamente com computadores e outros equipamentos de escritório. Foram passadas multas equivalentes a cinquenta e cem vezes o salário mínimo a três líderes e ao guarda da igreja.¹² No mesmo mês, um membro da Igreja Baptista na capital foi agredido fisicamente pela polícia e multado por ter dado uma Bíblia para crianças a um colega de trabalho.¹³ Konstantin Malchikovsky, o pastor de uma comunidade baptista registada, foi acusado de não usar uma máquina registadora para registar as vendas e donativos à sua igreja e enfrenta uma possível condenação de dois anos de prisão. Lidiya Guseva, uma mulher baptista, não teve autorização para deixar o país, sete meses após ter pago uma multa por ter “trazido ilegalmente revistas cristãs para o Usbequistão”.¹⁴

Outras confissões protestantes foram sujeitas a controlos e restrições. Em Janeiro de 2011, o Pastor Dmitry Shestakov, líder da Igreja Pentecostal do Evangelho Completo, foi libertado. Detido em 2007, foi condenado por um tribunal a quatro anos num campo de reeducação por “fazer proselitismo ilegal com muçulmanos” e por “incitar inimizade nacional, racial e religiosa”. O Pastor Shestakov está sujeito a restrições rigorosas contínuas de “controlo administrativo” e tem de submeter-se a apresentar-se semanalmente à polícia.¹⁵ Em Maio, dez polícias invadiram a casa de um cristão protestante, Anvar Rajapov, e multaram-no o equivalente a oitenta vezes o salário mínimo mensal por suspeitas de proselitismo, encontros religiosos ilegais e posse de literatura ilegal. O juiz ordenou que os livros confiscados durante o raide fossem destruídos.¹⁶

Em Agosto de 2011, a polícia invadiu a casa privada de uma família protestante em Fergana, atacando o pai e confiscando uma Bíblia e um Novo Testamento. Noutros episódios semelhantes em Tashkent e na região oriental de Syrdarya, a polícia aplicou multas de até 100 vezes o salário mínimo mensal a dez protestantes por “actividades religiosas não autorizadas”.¹⁷

Além disso, as autoridades continuam a investigar e inibir as actividades da Sociedade Bíblica do Usbequistão, que está registada oficialmente. Em Fevereiro de 2011, a polícia forçou a Assembleia Geral da sociedade a reunir no exterior, impedindo que as igrejas a acolhessem. Os representantes do Governo também informaram a Sociedade Bíblica do Usbequistão que “não é necessário importar Bíblias para o Usbequistão”.¹⁸ No mesmo mês, Natalya Pitirimova, a contabilista da Sociedade, foi multada por ter violado os procedimentos de importação de Bíblias. O Conselho para os Assuntos Religiosos recusou-se a devolver 15.000 Bíblias que tinha retido, apesar dos apelos de outras

¹² *Forum 18*, 19 de Abril de 2011.

¹³ *Forum 18*, 15 de Abril de 2011.

¹⁴ *Forum 18*, 9 de Setembro de 2011.

¹⁵ *Voice of Martyrs Canada*, 27 de Janeiro de 2011.

¹⁶ *Forum 18*, 12 de Maio de 2011.

¹⁷ *Forum 18*, 26 de Agosto de 2011.

¹⁸ *Forum 18*, 28 de Fevereiro de 2011.

confissões cristãs. Um tribunal ordenou que a Sociedade Bíblica as reenviasse para a Rússia, de onde tinham vindo, a expensas da organização.¹⁹

Vinte livrarias da “Mundo dos Livros” foram revistas pela polícia secreta uzbeque, por representantes dos impostos e do Conselho para os Assuntos Religiosos, e forçadas a encerrar. De acordo com os seus gerentes, as livrarias apenas vendiam livros aprovados pelo Estado.²⁰

Ao Parlamento Europeu chegou uma situação grave da comunidade cristã, como se pode ver por dois inquéritos parlamentares. Um destes inquéritos foi apresentado a 13 de Maio de 2011 com o título “Intimidação de Cristãos no Usbequistão”, e o segundo foi apresentado a 12 de Julho de 2011 com o título “Novas Perseguições de Cristãos no Usbequistão”. Os dois relatórios referiam graves violações dos direitos dos cristãos uzbeques em 2011, citando vários casos. A Baronesa Catherine Ashton, Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, respondeu em nome da Comissão Europeia que “a questão da liberdade religiosa em geral e das condições da minoria cristã em particular tem sido constantemente levantada pela União Europeia junto das autoridades uzbeques durante o diálogo político com esse país, sobretudo no diálogo anual sobre direitos humanos”.²¹

Restrições aplicadas aos muçulmanos

O Governo controla as instituições islâmicas e proíbe os muçulmanos de praticarem de forma independente a sua religião. No vale Fergana, uma região onde a actividade religiosa é mais activa no país, o Governo tem confiscado e encerrado inúmeras mesquitas nos últimos anos e tem proibido as crianças de as frequentarem. O Governo controla o Conselho Islâmico, que supervisiona a formação e a nomeação de líderes muçulmanos. E controla também o conteúdo dos sermões feitos pelos imãs, e a quantidade e o conteúdo das publicações religiosas islâmicas. Através do Conselho para os Assuntos Religiosos, as autoridades uzbeques impuseram restrições rigorosas ao número de pessoas autorizadas a participarem no *Haj*, a peregrinação a Meca, em 2011 e nos anos anteriores. Apenas autorizaram 5.080 fiéis a irem a Meca, em cerca de 28.000 candidatos.²²

Em Fevereiro de 2011, treze pessoas foram condenadas a entre seis a dez anos de prisão por supostamente serem membros de um grupo terrorista islâmico. Muitos dos condenados eram pequenos agricultores e um era um imã. Os homens foram considerados culpados numa sessão à porta fechada do Tribunal da região sul de Qashqadaryo por “subverterem a ordem constitucional” e “distribuírem material prejudicial para a segurança e a ordem públicas”. Organizações locais e internacionais calculam que mais de 10.000 muçulmanos praticantes uzbeques estão a servir longas penas de prisão, a maior parte deles acusados de tentativa de subversão da ordem constitucional e de imposição de uma teocracia.²³

Em Março de 2011, um tribunal condenou três homens uzbeques, que tinham fugido para o Cazaquistão mas que foram enviados de volta ao Usbequistão, a penas de prisão que iam de quatro a treze anos por “actividades religiosas ilegais” e “extremismo religioso”.²⁴

¹⁹ *Forum 18*, 18 de Fevereiro de 2011.

²⁰ *Eurasia Lift*, 31 de Março de 2011.

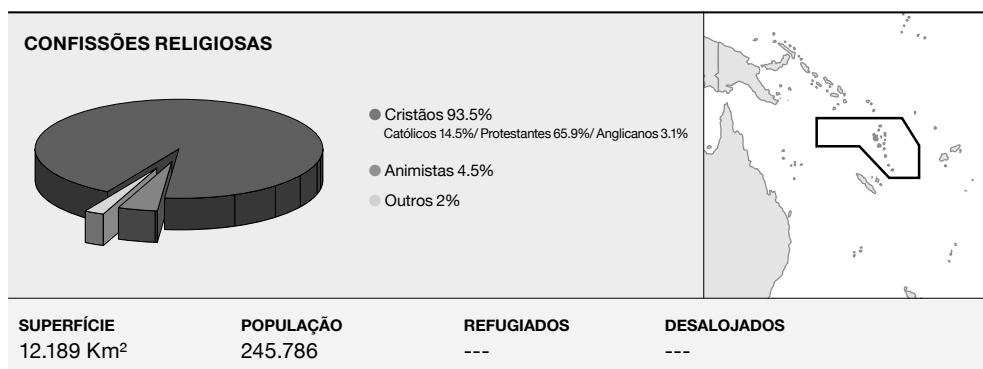
²¹ Parlamento Europeu, Inquéritos parlamentares de 13 de Maio de 2011 e 12 de Julho de 2011.

²² *Forum 18*, 17 de Novembro de 2011.

²³ *Eurasia Lift*, 19 de Fevereiro de 2011

²⁴ *Eurasia Lift*, 10 de Março de 2011

VANUATU



A Constituição de 1980 reconhece a liberdade religiosa (Artigo 5º) e a introdução refere-se aos “valores tradicionais Melanésios, à fé em Deus e aos princípios cristãos”. Os grupos religiosos têm de se registar, mas o facto de não o fazerem não tem qualquer consequência adversa.

O Governo financia as escolas cristãs, mas não financia as poucas escolas religiosas não cristãs existentes, as quais estão, no entanto, autorizadas a funcionar.

Durante o período abrangido por este relatório, não há registo de ocorrências de violações da liberdade religiosa.

VENEZUELA



Alterações legislativas

Nos últimos anos, foram discutidas diversas propostas para substituir a legislação existente sobre religião. A actual lei, que data de 1834, e a Concordata com a Igreja Católica, que data de 1961, são consideradas incompatíveis com o Artigo 59 da nova Constituição que estabelece liberdade e igualdade para todas as religiões. As iniciativas para realizar alterações surgiram das comunidades evangélicas. Está agendada para 2013 a apresentação de uma proposta de lei sobre religião e crenças religiosas à Assembleia Nacional da Venezuela.¹

Igreja Católica

Imagens sacras foram atacadas em diversos locais da Venezuela, em propriedades da Igreja Católica. Na madrugada de 27 de Maio de 2011, uma imagem da Divina Pastora da cidade de Barquisimeto (estado de Lara) foi vandalizada e perfurada com balas.² Esta é uma das imagens mais importantes do país e o local onde se encontra é considerado o segundo centro de peregrinação a seguir a Guadalupe, no México. No dia seguinte, na mesma cidade, outra imagem famosa, a de Nossa Senhora de Coromoto, padroeira da Venezuela, foi encontrada igualmente desfigurada.

Uns dias antes, outras imagens tinham sido danificadas e pintadas com tinta vermelha na praça onde a Divina Pastora se encontra. A 1 de Junho, no estado de Yaracuy, uma estátua do Servo de Deus José Hernandez teve destino igual, tendo-lhe sido cortados as mãos, os pés e a cabeça. O Arcebispo Baltazar Porras de Mérida afirmou na altura que os ataques recentes a imagens sacras eram fruto de uma “cegueira” violenta. Na sua perspectiva, não eram simples actos de vandalismo.³

A 3 de Junho do mesmo ano, a Conferência Episcopal emitiu um comunicado sobre os ataques a imagens sacras. Nele o bispo reforçava: “Estes ataques sucedem-se a outros incidentes semelhantes que ocorreram nos últimos anos contra o povo, os lugares e os símbolos católicos, bem como contra outras confissões cristãs. Estes actos ferem os sentimentos católicos da maioria do povo Venezuelano, vão contra o espírito de respeito, tolerância e ligação à religião que se encontra tradicionalmente entre o nosso

¹ www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=18322&lang=e; <http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/politica/ley-de-religiones-y-cultos-sera-discutida-en-2013.aspx>

² <http://www.marthacolmenares.com/2011/05/26/horror-aparece-figura-de-la-virgen-con-un-tiro-en-el-pomulo-izquierdo-vandalismo-religioso/>

³ <http://eltiempo.com.ve/venezuela/religion/decapitaron-en-yaracuy-imagen-de-jose-gregorio-hernandez/22647>

povo, e ameaçam a coexistência pacífica. Eles têm igualmente um impacto negativo no sentimento de segurança dos cidadãos e são um perigo para o direito básico à liberdade religiosa e à liberdade de consciência que estão consagradas na Constituição.”

A declaração continua: “Pedimos às autoridades competentes que prossigam com as diversas investigações em curso de forma diligente, de modo a encontrar e punir os culpados e assim demonstrar a sua oposição à impunidade e o seu compromisso para com um Estado de Direito eficaz neste país.”⁴

A 22 de Fevereiro de 2012, a Conferência Episcopal e a Cáritas da Venezuela deram início a uma campanha para sensibilizar os venezuelanos para os problemas que afligem a sua sociedade, bem como para as formas de os resolver.

À luz da insegurança generalizada que toca a população e constitui uma ameaça para todas as famílias, a Igreja Católica decidiu que, ao longo de 2012, delegados da Cáritas iriam trabalhar pela paz, tolerância e resolução pacífica dos conflitos a nível nacional através de diversos canais de comunicação, incluindo estações de rádio locais, encontros de bairro, programas de formação nas escolas, e actividades desportivas e culturais em todo o país.⁵

Outras confissões religiosas

A 20 de Setembro de 2011, o Governo emitiu uma declaração na Assembleia Nacional da Venezuela no seguimento da publicação por parte do Departamento Norte-Americano do seu relatório anual sobre liberdade religiosa. Nessa declaração, as autoridades venezuelanas alegaram que os missionários evangélicos norte-americanos que tinham sido expulsos do país eram membros de um grupo que se tinha aproveitado das populações indígenas para exportar recursos naturais e recolher informação político-estratégica.⁶

Embora as autoridades ainda estejam a procurar os autores dos ataques a uma sinagoga em Maio de 2011,⁷ estão também a promover livros com conteúdo antijudaico na rádio estatal.⁸

⁴ http://www.cev.org.ve/noticias_det.php?id=3726

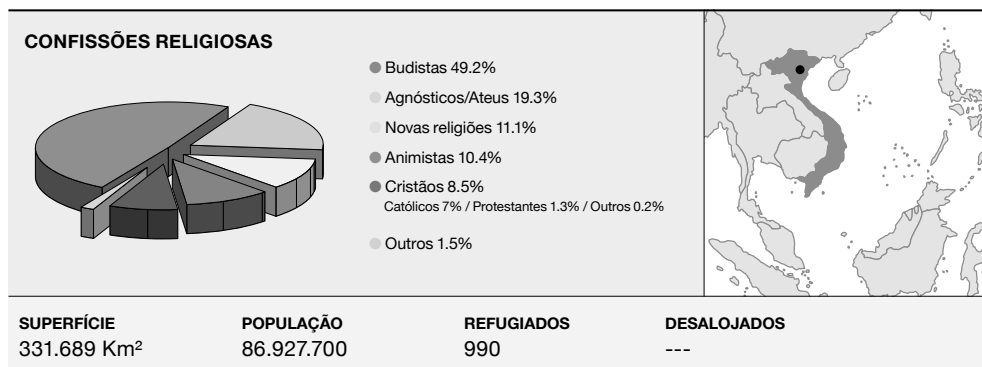
⁵ http://www.cev.org.ve/noticias_det.php?id=3754

⁶ <http://iblnews.com/story.php?id=5411>

⁷ <http://www.marthacolmenares.com/2011/05/30/invaden-sinagoga-en-caracas-video>

⁸ <http://itongadol.com/noticias/val/61667/antisemitismo-venezuela-la-daia-tambien-se-sumo-a-las-quejas-por-los-actos-de-antisemitismo-en-venezuela.html>

VIETNAME



Aspectos legais e institucionais

As leis e a Constituição do Estado garantem a liberdade religiosa. No entanto, o Governo comunista de partido único do Vietname interfere e reprime as actividades que não estejam sob o seu controlo. Tal como na China, as autoridades toleram e respeitam apenas os grupos religiosos que estão registados e que aceitam as restrições do Governo. A lei de 2004 sobre religião permite que as pessoas pratiquem a sua religião livremente, mas pune qualquer actividade que seja prejudicial para a harmonia, as tradições e a cultura do país.

Em 2011, as autoridades começaram a rever o decreto governamental n.º 22/2005, que regulamenta as actividades das organizações religiosas. A 20 de Maio de 2011, o Cardeal Jean Baptiste Pham Minh Man, da Arquidiocese de Saigão, tornou pública uma carta que escreveu ao primeiro-ministro do Vietname, expressando dúvidas sobre as mudanças propostas que iriam reintroduzir o registo obrigatório e assim destruir na prática as melhorias que este continha.¹

Apesar das limitações, tem havido alguns sinais positivos no período em consideração. O Governo autorizou a construção de centenas de novos locais de culto e permitiu a expansão das actividades caritativas, bem como as celebrações religiosas com mais de 100.000 participantes.²

Passados mais de trinta anos, a Santa Sé e o Vietname restabeleceram contactos diplomáticos em 2011. A 10 de Janeiro de 2011, o Papa nomeou o Mons. Leopoldo Girelli, núncio apostólico de Singapura e delegado apostólico da Malásia e do Brunei, como representante papal não residencial do Vietname. Durante o ano, o Mons. Girelli visitou todas as dioceses do país. A sua nomeação coincidiu com o fim do Jubileu da Igreja Católica Vietnamita, a 6 de Janeiro de 2011, marcado por uma cerimónia de encerramento no Santuário Mariano Nacional em La Vang que atraiu mais de 500.000 fiéis.³

Minorias religiosas no país

O Catolicismo está vivo e de boa saúde. Foram construídos novos locais de culto nos últimos anos e cada vez mais pessoas entram nos seminários e conventos. Os dados da Santa Sé indicam que nos últimos cinco anos mais de 1.500 jovens entraram para a vida consagrada em seminários e centros vocacionais, um aumento de 50%.

¹ AsiaNews, 23 de Maio de 2011.

² Cf. Departamento de Estado Norte-Americano, *International Religious Freedom Report 2011, Vietnam*.

³ *Eglises d'Asie*, 7 de Janeiro de 2011; AsiaNews, 10 de Janeiro de 2011.

O país tem um cardeal, dois arcebispos, vinte e três bispos diocesanos, dois bispos coadjutores, quatro bispos auxiliares, doze bispos eméritos e cerca de 4.000 sacerdotes, em vinte e seis dioceses. Há mais de 10.000 locais de culto, sete seminários e alguns centros de formação do clero.

A Igreja Evangélica do Sul do Vietname (SECV) e a Igreja Evangélica do Vietname (ECVN) constituem dois dos principais grupos protestantes reconhecidos pelo Governo, que também tolera a Convenção Baptista do Vietname, a Igreja Missionária do Mundo Unido, a Igreja Presbiteriana do Vietname, a Sociedade Baptista do Vietname, a Igreja Adventista do Sétimo Dia e a Irmandade Cristã do Vietname. A Assembleia de Deus também está presente, mas apenas está registada a nível local, não a nível nacional.

O Governo reconhece também as Testemunhas de Jeová, que têm cerca de 3.000 membros em cinquenta e cinco congregações e dezoito províncias.

Existe uma sinagoga na cidade de Ho Chi Minh com cerca de 150 judeus, quase todos eles estrangeiros naturalizados.

Casos de violência e restrições à liberdade religiosa

Enquanto grupos alargados envolvidos em importante trabalho cultural e social na sociedade, os católicos e os protestantes são os grupos mais perseguidos pelo Governo comunista. Os exemplos de violação da liberdade de culto incluem a interrupção de missas, a detenção de sacerdotes, a destruição de edifícios religiosos, a apreensão de terrenos da Igreja, o ataque aos fiéis e o forçar seminaristas e sacerdotes a participarem em sessões de estudo do Partido Comunista.

O ano de 2010 começou com a destruição do crucifixo no cemitério da Paróquia de Dong Chiem (70 km a sul de Hanói) e terminou com uma série de ataques contra cristãos que celebravam o Natal.

A 19 de Dezembro, cerca de 2.000 protestantes planearam celebrar o Natal no Centro da Convenção Nacional, no distrito de Tu Liem (Hanói), que tinham arrendado para a ocasião. Contudo, à última hora, as autoridades locais não os autorizaram a usar o lugar. Quando as pessoas começaram a rezar e a cantar na praça em frente do edifício, a polícia começou a bater-lhes, usando bastões. Seis pessoas, incluindo o Reverendo Nguyen Huu Bao, que deveria liderar o encontro, foram detidas.⁴ Incidentes semelhantes foram relatados em Thanh Hoa, Nghe An e Da Nang.

Os católicos passaram pelo mesmo tipo de hostilidade. Na cidade de Ho Chi Minh, as autoridades irromperam em diversas ocasiões pela Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que pertence aos Padres Redentoristas.

Na aldeia de Son Lang, condado de K'Bang (Diocese de Kontum, Vietname central), a polícia impediu o Bispo Michael Hoang Duc Oanh de celebrar a missa de Natal com os habitantes das montanhas, apesar de ter permissão por parte das autoridades, que o tinham autorizado a celebrar missa numa aldeia vizinha a 21 de Dezembro.⁵

Os actos de violência, as detenções e discriminações continuaram ao longo de 2011. Os casos mais frequentes envolveram bens da Igreja Católica, muitas vezes reivindicados pelo Estado para saciar a sede de dinheiro que o Governo tem e para alimentar o desenvolvimento sem entraves do país.

⁴ *Eglises d'Asie*, December 22nd 2010

⁵ *AsiaNews*, December 27th 2010

Governo destrói igrejas e conventos para se apropriar dos terrenos

Com base no princípio comunista de que “toda a terra pertence ao povo e é gerida pelo Estado para bem do povo”, as autoridades locais apreendem regularmente as propriedades dos grupos religiosos e transformam-nas em hotéis, restaurantes e clubes nocturnos, sendo as vítimas incapazes de reagir. Todas as minorias étnicas e religiosas que tentaram tornar-se independentes através da posse de terra passaram por esta experiência.

Depois de verem o seu cemitério e casas apreendidos para darem lugar a uma estância turística de luxo, os católicos da Paróquia de Con Dau, na cidade de Da Nang, foram sujeitos a mais actos de violência em 2011.

A 26 de Janeiro, o Tribunal do Povo de Da Nang confirmou a prisão de seis católicos, vítimas de expropriação, que tinham sido condenados por participarem em confrontos entre cidadãos comuns e a polícia em Maio de 2010, durante uma tentativa de expropriação de terrenos da paróquia.

De acordo com fontes locais, o julgamento foi uma farsa, pois o tribunal rejeitou um pedido do advogado que representava os seis acusados para apresentar provas já rejeitadas por um tribunal de menor instância. Nos dias que precederam o recurso, os católicos vietnamitas realizaram vigílias de oração, sobretudo na Paróquia de Thai Ha, em Hanói, que também tinha sido vítima das confiscações por parte do Governo.⁶

A 26 de Junho, os paroquianos de Con Dau enviaram uma carta à Conferência Episcopal católica do Vietname, pedindo-lhes que informassem os católicos da sua situação. Além do cemitério, que já tinha sido confiscado, o Governo confirmou a decisão de demolir todas as casas vizinhas à igreja paroquial do século XIX, que está programada para demolição de modo a permitir a construção de uma estância de luxo.

A Paróquia de Thai Ha foi novamente atacada em Outubro de 2011. Anteriormente tinha estado no centro de uma disputa com as autoridades municipais que acabou com a expropriação de terras que a Igreja tinha possuído desde 1928 e um julgamento fictício que levou à condenação de oito católicos.

A 8 de Outubro de 2011, o P. Joseph Nguyễn Văn Phụng, pároco de Thai Ha, foi convocado pelo Comité Popular do Bairro de Dong Da. Foi informado de que seria construída uma estação de tratamento de águas do hospital local em terrenos da ordem redentorista.

Nos dias que se seguiram, cerca de cinquenta católicos locais organizaram um protesto contra a expropriação dos terrenos em causa. O pároco escreveu ao Comité Popular do Bairro de Dong Da pedindo-lhes que desistissem do projecto e devolvessem a terra confiscada à Igreja. Mais manifestações e apelos se seguiram durante o mês de Outubro.

A 3 de Novembro de 2011, centenas de polícias e soldados com cães e um grupo de bandidos, seguidos por uma equipa da televisão estatal, irromperam pelo Mosteiro de Thai Ha, depois de terem partido a porta de entrada. O P. John Luu Ngoc Quynh, o Irmão Vincent Vu Van Bang e o Irmão Nguyen Van Tang tentaram impedir o ataque violento, mas foram espancados e insultados pela polícia. O ataque apenas parou quando milhares de católicos das paróquias vizinhas intervieram.

⁶ AsiaNews, 27 de Janeiro de 2011.

Embora a Arquidiocese de Hanói tenha condenado a violência⁷ e apelado à calma por diversas vezes, a polícia bloqueou as estradas que levam ao mosteiro a 16 de Novembro.

Na noite anterior, as autoridades locais e os responsáveis do hospital tinham convidado representantes da comunidade de Thai Ha para uma reunião para resolver a disputa. Em poucas horas, cerca de 600 polícias e responsáveis governamentais deslocaram-se à paróquia redentorista e ocuparam os seus terrenos. Para impedir que houvesse manifestações, a polícia ameaçou quem quer que se aproximasse da igreja, mandando-os embora. No entanto, centenas de fiéis continuaram a deslocar-se a Thai Ha para rezar e prestar culto a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Para intimidar a comunidade católica, os representantes do partido comunista local irromperam novamente pelo mosteiro adentro. Partiram o crucifixo de Đồng Chiêm, deitaram lixo sobre a estátua da Virgem e profanaram as hóstias consagradas trazidas da catedral de Hanói.⁸

A 18 de Novembro, em Hanói, milhares de pessoas protestaram em frente ao edifício do Comité Popular. Exigiam justiça para a Paróquia de Thai Ha e para o mosteiro redentorista vizinho e denunciaram a campanha de difamação lançada pela televisão estatal contra a Igreja Católica.⁹

A 2 de Dezembro, o P. Joseph Nguyễn Văn Phụng e centenas de paroquianos de Thai Ha deslocaram-se ao Comité Popular de Hanói para apresentar uma queixa formal contra os actos de vandalismo e as confiscações ilegais. As autoridades receberam-nos e ouviram o seu pedido. Contudo, assim que saíram do edifício foram rodeados pela polícia que deteve o P. Joseph Nguyễn Văn Phụng, o P. Lương Văn Long e o Irmão Vũ Văn Bằng, além de cerca de trinta paroquianos. Estes últimos foram empurrados para um autocarro e levados para o Centro de Reabilitação Humana de Đồng Anh. Outro grupo de leigos foi detido perto do Lago Hoàn Kiếm.

O abuso de poder contra os Padres Redentoristas e os paroquianos de Thai Ha deu origem a uma onda de solidariedade em relação a eles tanto no Vietname como no estrangeiro. O Mons. Peter Nguyen Van Nhon, Arcebispo de Hanói, escreveu uma carta na qual defendeu os direitos dos monges. O Mons. Michael Hoang Duc Oanh, Bispo de Kontum, afirmou o mesmo. O Mons. Francis Nguyen Van Sang, Bispo Emérito de Thai Binh, deslocou-se pessoalmente à igreja de Thai Ha. Foram realizadas vigílias de oração em vários locais no Vietname, nos Estados Unidos e na Austrália.

A Paróquia de Cau Ram, na Diocese de Vinh (norte do Vietname), é outro caso no qual a liberdade religiosa foi violada através da confiscação de terrenos da Igreja Católica. Em 2009, as autoridades apreenderam terrenos para construir um parque que iria incluir um monumento dedicado aos soldados do Exército Popular do Vietname. Durante a Guerra do Vietname, a igreja de Cau Ram tinha sido transformada em base militar, o que a tornou num alvo para a Força Aérea norte-americana. No final do conflito, o Governo vietnamita declara a área como um “lugar de memória” para “preservar e proteger para as gerações futuras, em memória dos crimes de guerra norte-americanos”.

O Governo ignorou sempre os pedidos dos católicos para que o terreno fosse devolvido. Em vez disso, o terreno foi dividido em secções para construir uma estrada de ligação entre Hanói e o local de nascimento de Ho Chi Minh, cerca de 330 km a norte

⁷ *Eglises d'Asie*, 7 de Novembro de 2011.

⁸ *AsiaNews*, 24 de Novembro de 2011.

⁹ *Eglises d'Asie*, 9 de Novembro de 2011.

da capital. Com o passar do tempo, as autoridades locais aprovaram a construção de um complexo habitacional que incluía apartamentos privados no valor de milhões de dólares, para alojar representantes governamentais.

Dois anos de protestos por parte dos católicos conseguiram fazer com que o projecto fosse embargado¹⁰ mas, após anos de recursos e manifestações, o Governo provincial de Nghe An decidiu a 27 de Julho de 2011 construir um parque público com um monumento aos soldados.

Tal como aconteceu em Con Dau e Thai Ha, a atitude do Governo levou os católicos a manifestarem-se a favor da liberdade religiosa e dos direitos humanos. A 8 de Agosto, mais de 5.000 católicos das Paróquias de Cau Ram, Yen Dai e Ke Gai organizaram uma grande manifestação em Hanói para porem fim às confiscações e exigirem a devolução dos bens da Igreja. Ao mesmo tempo, criticaram as operações da polícia secreta destinadas a deter jovens activistas sem mandado de captura.¹¹

A Congregação das Irmãs de S. Paulo também foi afectada pelas expropriações e demolições. O seu convento, que se localiza no centro de Hanói, foi tomado pelo Governo comunista em 1954. Há alguns anos, as autoridades concederam às irmãs o uso de uma pequena parte da estrutura. Aqui, as irmãs abriram um pequeno hospital para os pobres, um orfanato e uma casa de abrigo para mulheres jovens.

No entanto, em Maio de 2011, o Governo ameaçou demolir todo o complexo e substituí-lo por um hospital de quatro andares. Nos últimos anos, as irmãs pediram às autoridades que lhes devolvessem a estrutura, mas nunca receberam uma resposta.¹²

Os cidadãos comuns são especialmente afectados pelas expropriações, ficando muitas vezes impotentes perante a arrogância das autoridades.

A construção de uma nova igreja católica em Tam Toa foi o único acontecimento positivo em 2011. A antiga igreja histórica tinha sido deixada em ruínas no final da guerra e mais tarde tinha sido declarada como “monumento em memória dos crimes norte-americanos”. Em 2009, presenciou repetidos ataques contra os fiéis, com várias pessoas feridas e outras detidas. Em Fevereiro de 2011, o Comité Popular Provincial concedeu o terreno para a diocese na parte central da cidade.

Para combater a Igreja Católica e desencorajar o seu trabalho em prol da liberdade religiosa e dos direitos humanos, o Governo vietnamita adoptou a estratégia da China e criou uma Igreja Patriótica independentemente da Igreja de Roma.

Para os católicos vietnamitas, a existência de “sacerdotes estatais” é um problema preocupante. Os sacerdotes e as autoridades da Igreja fizeram o possível para se oporem a esta situação, de modo a preservarem a unidade católica e a lealdade ao Papa.

Os sacerdotes estatais usam de maneira injusta os bens da Igreja e aproveitam-se do seu papel para apoiarem o Partido Comunista, que em troca lhes dá todo o tipo de benefícios. O resultado prático do seu comportamento tem sido a alienação de muitos crentes.

Em cerca de 4.000 sacerdotes no Vietname, perto de 300 aderiram ao Comité de Solidariedade Católica do Vietname (VCCS), uma organização pró-regime que procura criar uma Igreja separada de Roma, na linha do que é feito na China.

¹⁰ *AsiaNews*, 25 de Maio de 2010.

¹¹ *Eglises d'Asie ; AsiaNews*, 8 de Agosto de 2011.

¹² *AsiaNews*, 18 de Maio de 2011.

As provas mais óbvias desta situação foram a decisão de vários sacerdotes de concorrerem a um lugar no Parlamento nas eleições de Maio de 2011. Em Março, três sacerdotes disseram que iriam candidatar-se a um lugar. São eles o P. Tran Manh Cuong, da Diocese de Ban Me Thuot; o P. Ngoc Hoan, de Bui Chu, que já foi membro do Parlamento; e o P. Phan Khac Tu, da Arquidiocese de Saigão, que tenta ser eleito pela primeira vez.¹³

A candidatura deste último chamou mais a atenção porque o P. Tu é o editor da *Catholics and People*, uma revista apoiada pelo Governo, fundada em 1975, na altura da reunificação, que foi extremamente crítica de João Paulo II e do Vaticano.

Durante a campanha eleitoral, o P. Tu enfatizou a sua experiência do tempo da guerra, alegando que geria uma pequena fábrica que fez granadas usadas contra os norte-americanos. Numa entrevista ao *Vietnam Net*, um jornal pró-governamental, vangloriou-se do facto de a sua fábrica se localizar dentro da igreja de Saigão e de ter escapado à detecção dos responsáveis governamentais sul-vietnamitas e mesmo da CIA.

O sacerdote, que também é membro do Partido Comunista, tem estado encarregado da Igreja dos Mártires Vietnamitas em Vuon Xoai, uma das maiores igrejas da cidade de Ho Chi Minh. Após pressões para que fossem tomadas medidas disciplinares contra o sacerdote, a arquidiocese libertou-o de todos os seus deveres paroquiais em Abril.¹⁴

Apesar dos apelos por parte dos bispos e dos protestos por parte dos fiéis, que abandonaram as missas celebradas pelos “sacerdotes estatais”, mais sacerdotes vieram apoiar os colegas que se candidataram ao Parlamento. Um deles, o P. Vincent Pham Van Tuyen, da Diocese de Thai Binh (norte do Vietname), suspendeu a oração do terço para incitar os paroquianos a participarem num comício eleitoral. O sacerdote é um membro proeminente da Frente Popular provincial. Num posto anterior, foi pároco em Pho Hien, província de Hung Yen, até que todos os paroquianos abandonaram a igreja.

“Desde que o P. Tuyen trabalhou para o Governo”, disse um dos seus paroquianos à *AsiaNews*, “ninguém quis confessar-se a ele, com receio de ser denunciado à polícia. Nós perguntávamo-nos se os sacramentos administrados por ele eram válidos ou não. Ficámos anos sem confissão e comunhão”, e “aos poucos deixámos a igreja”.

Sete sacerdotes foram eleitos para o Parlamento e para os conselhos provinciais nas eleições de 22 de Maio de 2011. Entre eles estão o P. Do Quang Chi da cidade de Chi Minh e o P. Phan Dinh Son de Can Tho, eleito no sul; e o P. Nguyen Van Vinh, o P. Nguyen Van Hau e o P. Hoang Thai Lan, respectivamente das Dioceses de Nha Trang, Ba Ria e Vinh, reeleitos em Khanh Hoa, Ba Ria-Vung Tau e Quang Binh. Outros vinte sacerdotes foram eleitos para postos de nível mais baixo.

Nem todos os sacerdotes que se candidataram chegaram ao Parlamento e aos conselhos locais. Além do P. Phan Khac Tu, o P. Tran Van Qui perdeu em Hue por causa da intensa campanha de católicos locais que se opuseram aos sacerdotes candidatos.

Para criar um fosso entre os sacerdotes jovens e a Igreja leal ao Papa, o Governo não só acenou com a cenoura do dinheiro e do poder, como também usou as sessões de estudo no Partido Comunista e os argumentos da segurança nacional, do patriotismo e do papel dos cidadãos na sociedade. A 6 de Abril, o jornal *Dai Doan Ket* (Grande Unidade), voz da Frente Patriótica Vietnamita, colocou uma história sobre “mais de 191

¹³ *AsiaNews*, 28 de Abril de 2011.

¹⁴ *AsiaNews*, 3 de Maio de 2011.

seminaristas em S. Quy, província de Can Tho, [que] deram início a programas-piloto sobre segurança nacional, os quais vão funcionar até 8 de Maio”.

O objectivo do Governo é encontrar um contraponto ao aumento dos jovens que entraram nos seminários após o Governo ter assumido uma linha mais suave contra estas instituições. Desde 2005, o Seminário Maior de S. José em Hanói admitiu um número crescente de alunos por ano, muito mais do que os dois ou três previamente autorizados. Ao Seminário Maior de S. José na cidade de Ho Chi Minh, que foi reaberto em 1986, passados onze anos, foi concedido o mesmo “privilegio” em 2007. De acordo com os últimos números (2009), o número de jovens alunos dos seis principais seminários do país aumentou de 1.580 em 2002 para 2.186 em 2009.

Detenções arbitrárias

Em 2011, continuou o combate sob todas as formas às exigências dissidentes e pacíficas de reformas democráticas e respeito pelos direitos humanos. As detenções, buscas e raids intensificaram-se por altura do 11.º congresso do Partido Comunista de 12 a 17 de Janeiro.

Durante este período, a polícia deteve dezenas de activistas dos direitos humanos, escritores de blogues e jornalistas, incluindo Cu Huy Has Vu, um advogado e defensor dos direitos humanos acusado de fazer propaganda contra o Estado nos seus artigos e entrevistas a jornais estrangeiros, com o objectivo de “difamar a autoridade do Governo popular, realizar uma guerra psicológica com o objectivo de fazer cair o regime e pedir um sistema multipartidário”.

O advogado e a sua mulher são famosos entre os católicos vietnamitas porque em 2010 se ofereceram para representar os paroquianos detidos durante os confrontos em Con Dau. No final, foram impedidos pelo Governo.

Durante este julgamento fictício, foram realizadas vigílias de oração e manifestações pacíficas em todo o Vietname. Ca Huy Ha Vu foi condenado a sete anos de prisão a 4 de Abril, após uma audição de quatro horas à porta fechada.

Fora do tribunal, milhares de pessoas, incluindo muitos católicos, protestaram contra a sentença. Para evitar distúrbios, a polícia atacou os manifestantes e deteve vinte e nove activistas católicos que tinham vindo para o julgamento. Le Quoc Quan, um advogado conhecido, estava entre os que foram detidos. Na altura, tinha acabado de se candidatar para ser um candidato católico no congresso do partido.

No fim, todos foram libertados a 13 de Abril de 2011.¹⁵ Durante a estada do advogado na prisão, os Padres Redentoristas celebraram missas e vigílias de oração em todo o país, exigindo justiça para Ca Huy Ha Vu e para os jovens activistas detidos e espancados apenas porque queriam participar neste julgamento.

A 26 de Abril, as autoridades detiveram o P. Nguyen Van Ly pela segunda vez. Ele é um dos fundadores do ‘Bloco 8406’, um movimento que exige o fim do sistema de partido único no Vietname.

Condenado a oito anos de prisão em 2007, o sacerdote foi libertado em Março de 2010 devido a problemas de saúde e foi colocado em prisão domiciliária durante um ano na residência episcopal. A partir daqui, continuou a escrever cartas criticando o Partido Comunista e o Governo vietnamita por violações graves dos direitos humanos. No final

¹⁵ *Eglises d’Asie*, 8 de Abril de 2011.

do período de um ano, a polícia levou-o para a prisão de Ha Nam, no distrito de Kim Bang, província de Ha Nam.¹⁶

A 24 de Dezembro de 2011, Pierre Nguyễn Đình Cuong, um jovem membro de uma paróquia na Diocese de Vinh, foi raptado a caminho da casa de um amigo médico. Três homens com roupas à paisana algemaram-no, enfiaram-no num táxi e seguiram viagem.

De acordo com os amigos, o rapto do jovem tem de estar relacionado com os serviços de Segurança Pública, que não têm receio de raptar pessoas. A sua detenção foi feita sem mandado de captura. A família de Pierre também não foi informada do seu paradeiro. O jovem tinha estado envolvido em actividades caritativas e sociais no Centro João Paulo II para a Defesa da Vida. O caso de Pierre Cuong é semelhante ao de outras quinze pessoas raptadas, nove das quais também vêm da Diocese de Vinh. Algumas delas expressaram o seu apoio a Cu Huy Ha Vu.¹⁷

Além dos cristãos e de outros grupos religiosos, o Estado perseguiu budistas, a religião maioritária no Vietname, bem como membros de seitas religiosas consideradas subversivas pelas autoridades, como por exemplo o Falun Gong. Este movimento espiritual mistura elementos budistas, taoistas e confucionistas e tem uma centena de seguidores no país.

O Governo vietnamita não reconhece o grupo. Pressionada pelo Governo chinês, a polícia vietnamita combateu os seus seguidores nos últimos anos.

A 12 de Novembro de 2011, um tribunal de Hanói condenou dois activistas do Falun Gong a dois e três anos de prisão, respectivamente. Foram condenados por colaborarem com um programa de rádio que transmitia notícias sobre a China. Vu Duc Trung, de 31 anos de idade, e o seu cunhado Le Van Thanh, de 36 anos de idade, tinham sido detidos em Junho. Uns dias antes de serem condenados, a polícia deteve quarenta membros do Falun Gong que protestavam em frente ao tribunal.¹⁸

A 14 de Dezembro de 2011, na província de An Giang (sul do Vietname), dois activistas budistas foram condenados a cinco e três anos de prisão, respectivamente, por defenderem a liberdade religiosa.

Nguyen Van Lia e Tran Hoai An são membros da Igreja Budista de Hoa Hao, um grupo religioso reconhecido pelo Estado vietnamita e autorizado a praticar a sua forma de culto, foram detidos em Abril durante um raide da polícia. Contudo, nos últimos anos, alguns dos seus membros decidiram abandonar o movimento oficial para protestarem contra o controlo governamental da religião. De acordo com a Rádio *Free Asia*, os dois activistas distribuíram material no qual acusavam as autoridades comunistas de perseguirem todas as formas de religião fora do seu controlo.¹⁹

A repressão comunista não está limitada por detenções arbitrárias, julgamentos fictícios e expropriações forçadas. As pessoas que são perseguidas ou encarceradas também são privadas dos seus direitos humanos mais básicos, como por exemplo o direito a cuidados médicos e o direito a estarem com os membros da sua família.

Um caso envolve três cristãos da Igreja Baptista Ágape (ABC), na aldeia de Lai Tao (My Duc, Hanói). Depois de terem ficado feridos durante um ataque de um grupo de bandidos, foram autorizados a ir a um hospital.

¹⁶ *AsiaNews*, 26 de Julho de 2011.

¹⁷ *Eglises d'Asie*, 28 de Dezembro de 2011.

¹⁸ *AsiaNews*, 12 de Novembro de 2011.

¹⁹ *Radio Free Asia*, 13 de Dezembro de 2011; *AsiaNews*, 14 de Dezembro de 2011.

Um dos três é uma mulher chamada Nguyen Thi Lan, que partiu a bacia e sofreu feridas internas. Ela é uma antiga responsável do Partido Comunista que se converteu ao Cristianismo em 2010. Ao ouvir a sua história, cerca de cinquenta pessoas pediram para ser baptizadas.

No entanto, o seu trabalho e dedicação a proclamar a palavra de Deus também chamou a atenção de Khoan, um líder de aldeia envolvido com criminosos e membros do partido.

Acompanhado pelo seu filho, Khoan liderou um raide punidor contra uma casa de oração cristã onde espancaram gravemente os ocupantes: uma mulher, o Reverendo Nguyen Danh Chau e uma terceira pessoa. Os três sofreram ferimentos graves e a casa foi saqueada. Três hospitais de Hanói recusaram-se a admitir os três cristãos, forçando-os a fazerem uma longa viagem até à cidade de Ho Chi Minh.

Campanha de repressão contra os cristãos *hmong*

Os 790.000 *hmong* do Vietname são um dos cinquenta a três grupos étnicos do país e estão concentrados no noroeste do Vietname e no Laos.

Durante a Guerra do Vietname, colaboraram com os militares norte-americanos e muitos deles mudaram-se para os Estados Unidos no fim da guerra. Os que ficaram para trás vivem abaixo da linha da pobreza.

Tal como outras minorias étnicas, os *hmong* foram educados por missionários católicos e protestantes, e muitos converteram-se.

Durante anos, o Governo perseguiu-os, acusando-os de serem separatistas, instigados por “reaccionários que se aproveitam da ingenuidade das pessoas espalhando rumores sobre a presença de um poder sobrenatural e pedindo um império *hmong* separado”.

Ao longo de 2011, as autoridades levaram a cabo uma campanha de detenções e violência que teve o seu pico em Abril e Maio com um combate violento contra manifestações pacíficas em Muong Nhe, província de Dien Bien.

A 30 de Abril, cerca de 8.500 *hmongs* protestantes e animistas juntaram-se para rezar e exigir reformas e liberdade religiosa. A sua manifestação teve um fim violento quando as forças de segurança e os soldados do Exército Popular do Vietname intervieram. No total, quarenta e nove pessoas foram mortas e centenas foram detidas.

Muitos dos detidos foram levados para locais incertos no Vietname e no Laos, onde “podem ser torturados ou mortos, ou simplesmente desaparecer”, isto de acordo com Christy Lee, director executivo da *Hmong Advance Inc* (HAI), sediada em Washington, DC.

Vários ministros da comunhão extraordinários que servem quatro comunidades católicas locais estavam entre os detidos.

Cerca de 1.000 católicos estão registados na área, que é considerada como uma ‘Zona Branca’, uma área assim chamada por causa do seu elevado grau de restrições à liberdade religiosa no país.²⁰

²⁰ *AsiaNews*, 9 de Maio de 2011.

ZÂMBIA



O Artigo 19 da Constituição estabelece a liberdade de consciência e religião, bem como o direito a mudar de religião e a expressar e promover publicamente a própria fé. Uma alteração à Constituição de 1996 estabelece o Cristianismo como religião oficial da Zâmbia, embora isto não interfira com a liberdade de professar e praticar outras religiões.

As organizações religiosas devem registar-se e as actividades de grupos não registados podem resultar em multas ou condenações de prisão. Não há indicação de que o Governo tenha recusado pedidos de registo.

O Cristianismo é ensinado nas escolas governamentais, enquanto o Islão e outras religiões não o são, mas podem ser ensinados em escolas privadas.

A Igreja Católica foi afectada pelas tensões ligadas às eleições presidenciais de 20 de Setembro de 2011, tal como relatado numa carta dos bispos que foi lida em todas as paróquias a 5 de Junho de 2011. A Igreja Católica foi acusada de expressar opiniões políticas e de apoiar o seu candidato presidencial em oposição ao actual presidente, Ruphia Banda.¹

Apesar destas tensões, as eleições presidenciais realizaram-se pacificamente e as relações entre a Igreja Católica e o Governo regressaram ao normal, tal como indicado pelos bispos na sua carta pastoral publicada em Janeiro de 2012.²

¹ www.radiovaticana.org/en3/articulo.asp?c=490330

² Agência Fides, 30 de Janeiro de 2012

ZIMBABUÉ



Legislação

A Constituição garante a liberdade religiosa, mas a lei de 2002 sobre Ordem e Segurança Públicas ainda está em vigor, colocando sérias restrições à liberdade de reunião, a expressar opiniões e a formar associações. Esta lei é muitas vezes usada pelo Governo para interferir igualmente nas actividades das organizações religiosas.

Os grupos religiosos não precisam de se registar, excepto aqueles que gerem escolas e prestam cuidados de saúde. As escolas cristãs constituem cerca de um terço das escolas do país, mas também há escolas islâmicas, hindus e judaicas, sobretudo nas grandes cidades. Muitas escolas secundárias estatais disponibilizam educação religiosa.

As actividades missionárias são olhadas com suspeita devido aos receios de que possam ter objectivos políticos. Nestes casos, a polícia intervém para impedir todas as actividades, incluindo a distribuição de alimentos e roupas, ou outras formas de ajuda humanitária.

Controvérsia com o presidente Robert Mugabe

Os grupos cristãos são extremamente críticos em relação ao Governo do presidente Mugabe, que é acusado de abuso contínuo dos direitos humanos e de uma política económica desastrosa que levou literalmente o país a viver à fome. O Governo não aceita estas críticas e ataca estes grupos religiosos com difamação, intimidação, abusos e violência.

Numa declaração feita em Janeiro de 2009, a Assembleia Plenária dos Bispos do Botsuana, África do Sul e Suazilândia afirmou que “Dez meses após as eleições de Março de 2008, consideradas por todos como a expressão dos desejos do povo do Zimbabué, o presidente Mugabe e o seu círculo pessoal estão agarrados ao poder ilegalmente.” “Nós, os bispos católicos da África Austral, convidamos Mugabe a demitir-se imediatamente. Apelamos a que se forme um governo de coligação para liderar um renascimento nacional e para preparar, tão depressa quanto possível, eleições presidenciais a serem realizadas com supervisão internacional.”

Em Fevereiro de 2009, os líderes da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), comunidade que inclui vários países na região, reuniram-se em Pretória e, após longas negociações, chegaram a acordo sobre a formação de um Governo de unidade nacional no qual Robert Mugabe manteve o papel de presidente e Morgan Tsvangirai, o líder do principal partido da oposição, o Movimento para a Mudança Democrática, tornou-se primeiro-ministro. Esta foi uma tentativa de resolver um conflito

político longo que tinha frequentemente resultado em confrontos e violência entre o presidente Mugabe e Tsvangirai, que tinha desafiado a vitória de Mugabe na primeira volta das eleições presidenciais de Março de 2008.

Católicos

Um sacerdote católico, o P. Mark Mkandla, foi detido em Abril de 2011, em Lupane, imediatamente após ter realizado um momento de oração pela paz e reconciliação no país¹.

A grave situação política e social do Zimbabué foi também o assunto de uma declaração dos bispos do IMBISA, o Encontro Inter-Regional de Bispos da África Austral, que inclui os bispos de Angola, Botsuana, Lesotho, Namíbia, Moçambique, São Tomé e Príncipe, África do Sul e Zimbabué. No final da sua 9.ª Sessão Plenária, os membros do IMBISA pediram à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral que interviesse “num momento crítico na vida do Zimbabué”. A mensagem lembrou igualmente “o papel importante desempenhado pela SADC em possibilitar o Acordo Político Global (APG) que resultou num Governo de unidade nacional”. O Governo de unidade nacional é formado pelo partido do presidente Robert Mugabe e pelo movimento liderado pelo primeiro-ministro Morgan Tsvangirai. O primeiro-ministro é o principal opositor de Mugabe e os graves confrontos políticos entre os dois tinham levado a uma crise grave que resultou na negociação do acordo e na formação de um Governo de unidade nacional.

“Contudo, dois anos após a assinatura deste acordo, estamos preocupados com a falta de progressos significativos”, escreveram os bispos do IMBISA, pois “nem todos os aspectos do acordo foram respeitados nos prazos acordados. Apesar de algumas melhorias, observamos que os cidadãos do Zimbabué continuam a ser extremamente pobres, com elevados níveis de desemprego, serviços de saúde e educação desadequados, falta de investimentos e confiança na economia do país. Esta é uma forma grave de injustiça, tendo em conta a riqueza do país e os seus recursos humanos e materiais.”²

Anglicanos

Os abusos, a intimidação e a violência efectiva infligidos pelas autoridades e pela polícia aos anglicanos continuaram em 2011, com incursões policiais durante eventos religiosos, detenções de sacerdotes e crentes, e encerramento arbitrário de igrejas. O Governo apoia o anterior Bispo anglicano de Harare, Nolbert Kunonga, que é membro do partido ZANU-PF, numa tentativa de substituir a Igreja Anglicana legítima do Zimbabué. Em 2007, Kunonga criou a Igreja da Província do Zimbabué (CPZ), uma organização que é mais política do que religiosa.

Nos últimos anos, esta organização deu continuidade às suas tentativas de tomar os bens e edifícios pertencentes à Igreja Anglicana. Devido a este comportamento, Nolbert Kunonga foi formalmente expulso e excomungado pela Igreja Anglicana. No entanto, de acordo com fontes locais, a polícia ajudou muitas vezes a CPZ.

Kunonga controla agora 40% de todas as igrejas anglicanas no Zimbabué, incluindo trinta igrejas só em Harare. Os anglicanos suspeitam que em Fevereiro de 2011 Nolbert Kunonga esteve envolvido no assassinio de Jessica Mandeya, uma líder leiga com pelo menos 80 anos de idade que vivia na paróquia rural do leste de Mashonaland e que foi violada, mutilada e estrangulada após ter-se recusado a aderir ao movimento de Kunonga.

¹ *Zimbabwe Inclusive Government Watch*, n.º 27, 25 de Maio de 2011.

² Agência Fides, 22 de Fevereiro de 2011.

Este nega ter tido algo a ver com este assassinio, reiterando que, se tivesse a intenção de matar alguém, seria o seu inimigo, o Bispo Chad Gandiya, eleito pela Igreja Anglicana para substituir Kunonga como bispo de Harare³.

Outras confissões cristãs

Outras confissões cristãs foram também objecto de graves intimidações. Em Abril de 2011, por exemplo, a polícia usou de violência para interromper a “Oração pela paz para salvar o serviço religioso no Zimbabué” na Igreja do Nazareno, na qual participaram 500 pessoas, incluindo quatro bispos e trinta e seis sacerdotes de Harare, Mutare, Bulawayo e Gweru. A intervenção da polícia, usando bastões e gás lacrimogénio para dispersar os fiéis, lançou o pânico entre os presentes e alguns acabaram por ficar feridos. Entre os detidos que mais tarde foram libertados estavam dois bispos da Aliança Cristã do Zimbabué, o Bispo Paul Isaya de 73 anos de idade e o Reverendo Paul Mukome de 65 anos de idade, que foram gravemente espancados e sofreram ferimentos sérios.⁴

Para lidar com a crise vivida pelas escolas estatais, várias escolas não registadas foram criadas e são alvo de represálias por parte do regime. Muitas destas escolas são acolhidas nos locais de culto.⁵

³ *Religious Liberty Monitoring*, <http://elizabethkendal.blogspot.it/2011/05/zimbabwe-churches-targeted-for.html>

⁴ Declaração de imprensa sobre a violência policial: “Crushed But Not Destroyed” [Esmagados mas não destruídos], Aliança Cristã do Zimbabwe, www.swradioafrica.com/Documents/Press%20Statement%20on%20Police%20Violence%202_.pdf

⁵ *NewsDay*, 24 de Maio de 2011.

ENDEREÇOS

AJUDA À IGREJA QUE SOFRE

Sede Central – AIS Internacional

Bischof-Kindermann-Str. 23 - D-61462 Königstein im Taunus (Alemanha)

Tel. 0049.6174.2910 – e-mail: kinoph@acn-intl.org

SECRETARIADOS NACIONAIS

Alemanha

Kirche in Not

Lorenzonistr. 62

D - 81545

München

tel. 0049.89.64.24.888

Austrália

Aid to the Church in Need

P.O. Box 6245 – Blacktown DC, NSW. 2148

Tel. 0061.2.9679.1929 – e-mail: info@aidtochurch.org

Áustria

Kirche in Not

Hernalser Hauptstr. 55 - A-1172 Vienna

Tel. 0043.1.405.2553 - e-mail: kin@kircheinnot.at

Bélgica

Kerk in Nood

Abdij van Park 5 - B-3001 Leuven

Tel. 0032.1639.50.50 – e-mail: info@kin-aed-be.org

Brasil

Ajuda à Igreja que Sofre

Rua Carlos Vitor Coccozza 149 - São Paulo - 04017-090

Tel. 0055.11.5904.3740 – e-mail: aisbr@ais-br.org

Canadá

Aid to the Church in Need

P. O. Box 670, STN H Montreal, QC - H3G 2M6

Tel. 001.514.932.0552 – e-mail: info@acn-aed-ca.org

Chile

Ayuda a la Iglesia que Sufre

Román Díaz 97 – Providencia - Santiago

Tel. 00562.23.50.660 – e-mail: ais@aischile.cl

Espanha

Ayuda a la Iglesia Necesitada

Ferrer del Rio 14 - E-28028 Madrid

Tel. 0034.91.72.59.212 – e-mail: ain@ain-es.org

Estados

Unidos da América Aid to the Church in Need

725 Leonard Street - P.O. Box 220384 - Brooklyn, NY 11222

Tel. 001.718.609.09.39 - e-mail: info@acnusa.org

França

Aide à l'Eglise en Détresse

29, rue du Louvre - F-78750 Mareil-Marly

Tel. 0033.1.3917.3010 - e-mail: aed@aed-france.org

Holanda

Kerk in Nood

Peperstraat 11-13 - NL-5211 KM's - Hertogenbosch

Tel. 0031.73.613.0820

Irlanda

Aid to the Church in Need

151 St. Mobhi Road - Glasnevin - Dublin 9

Tel. 00353.1.83.77.516 - e-mail: churchinneed@eircom.net

Itália

Aiuto alla Chiesa che Soffre

Piazza San Calisto 16 - 00153 Rome

Tel. 06.69.89.39.11 - e-mail: acs@acs-italia.org

Polónia

Pomoc Ko'scio-lowi w Potrzebie

ul. Wiertnicza 142

PL-02-592 Warszawa

Tel. 0048.22.845.17.09 - e-mail: info@pkwp.org

Portugal

Ajuda à Igreja que Sofre

Rua Professor Orlando Ribeiro, 5 D - 1600 - 796 Lisboa

Tel. 00351.217.544.000 - e-mail: fundacao-ais@fundacao-ais.pt

Reino

Unido Aid to the Church in Need

12-14 Benhill Avenue - Sutton, Surrey SM1 4DA

Tel. 0044.20.8642.8668 - e-mail: acn@acnuk.org

Suiça

Kirche in Not

Cysatstr. 6 - CH-6000 Lucerne 5

Tel. 0041.41.410.46.70 - e-mail: mail@kirche-in-not.ch

HISTÓRIA

FUNDAÇÃO AJUDA À IGREJA QUE SOFRE

Iniciada em 1995 em Portugal, a Fundação Ajuda à Igreja que Sofre (AIS) é a secção portuguesa de uma Instituição internacional católica com o mesmo nome. Recebeu o carisma próprio do seu fundador, P. Werenfried Van Straaten, que em 1947 começou a ajudar os refugiados do Leste europeu que fugiam à perseguição religiosa de então. Pouco a pouco, estendeu a sua actividade a outras partes do mundo, onde quer que houvesse Igrejas em dificuldade. A queda do muro de Berlim diminuiu a intensidade das perseguições nesse lado da Europa, mas não se imagine que elas acabaram no mundo. Os mártires do século XX, cujo número ultrapassa a dezena de milhar, são o testemunho vivo de uma Igreja que não teme as duas últimas bem-aventuranças do Evangelho de S. Mateus: “Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus; bem-aventurados sereis quando vos maltratarem, vos perseguirem e disserem contra vós toda a espécie de mentiras por minha causa. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque a vossa recompensa será grande nos céus” (Mt 5, 10-11). Século aparentemente mais civilizado do que o do império romano, produziu o maior número de mártires de que há memória: os que foram mártires em sentido estrito – os que deram a vida por causa da sua fé – e os que o foram em sentido mais amplo – os que deram a vida na defesa da justiça, os que defenderam os mais pobres e mais fracos, e que de alguma forma se opuseram aos grandes e poderosos deste mundo, ou os que simplesmente foram apanhados na onda de violências em que foi pródigo o século XX.

Se os mártires são glória de Deus e da Igreja, essa glória não dispensa o cristão de ajudar os que continuam a ser perseguidos ou refazem a vida depois das perseguições. Infelizmente, as religiões em geral e o Cristianismo em particular continuam a ser perseguidas em muitas partes do mundo, onde forças despóticas ainda desencadeiam fúrias contra os Cristãos e não só. Prisões, repressões, maus-tratos contra padres e bispos ou mesmo comunidades cristãs inteiras, no interior da China e muitos outros casos parecidos em África e na América Latina, no Vietname e na Coreia do Norte são ainda notícia frequente em pleno século XXI. Ao seu lado e para os ajudar nas suas angústias, está a Fundação AIS: mais de 8.000 pedidos de ajuda têm sido satisfeitos todos os anos, em cerca de 150 países. Infelizmente, muitos ficam por satisfazer.

A AIS tem como objectivo evangelizar. Este não é o lugar apropriado para descrever as características de uma nova evangelização, proposta pelo Papa João Paulo II. Basta-nos saber que evangelizar é missão dada por Jesus Cristo à Sua Igreja e significa levar a salvação de Deus ao homem perdido, no presente e no futuro, em todas as suas dimensões. Significa anunciar a Palavra de Deus com o que ela tem de sentido libertador do homem todo, e agir em favor dos que mais precisam de libertação do pecado e das suas consequências, bem conhecidas de todos nós. Pertence ao carisma fundacional da AIS ajudar directamente os agentes dessa evangelização imensamente carenciados, em muitos casos, de condições e de meios apropriados à missão que lhes foi confiada.

O carisma fundacional da AIS tem evoluído, naturalmente, como todas as coisas e instituições, com o andar dos tempos e das necessidades. Entende-se hoje por perse-

guição qualquer forma de infortúnio ou de carência espiritual e material. Há homens e mulheres perseguidos por outros homens e há muitos perseguidos pela sorte. Situações habituais de carências de toda a ordem, fruto das injustiças no mundo, de calamidades naturais, ou simplesmente de ausência de meios para evangelizar não são alheias às preocupações da AIS. O seu carisma fundacional é profundamente evangélico: “o que fizeste a um dos meus mais pequeninos, a Mim o fizeste», diz a alegoria do juízo final” (Mt 25, 40); “Vai, e faz tu o mesmo” (Lc 10, 37), disse Jesus depois de contar a parábola do bom samaritano a quem lhe perguntou quem era o seu próximo (v. 29). Tudo o que diga respeito ao homem ou à mulher e atinja a sua dignidade de filhos de Deus, maltratada pela maldade do mundo, ou tudo o que seja feito com a intenção de salvar quem anda perdido – no pleno sentido evangélico – pertence às intenções da AIS.

Desde a sua fundação, também é próprio dela que a ajuda espiritual e material, levada a cabo em qualquer parte do mundo, venha de outros homens e mulheres, cristãos ou não. O P. Werenfried andava de chapéu na mão, a pedir; intitulava-se a si próprio “o maior pedinte do mundo”, movido pela compaixão de ver os seus irmãos em sofrimento. Mais de 50 anos depois, esse dado mantém-se. As ajudas enviadas para as igrejas necessitadas provêm daqueles a quem chamamos os nossos benfeitores. De facto, são benfeitores dos que sofrem perseguição por causa da justiça ou dos que sofrem, simplesmente.

Em Portugal, a Fundação AIS tem dado especial atenção às necessidades das Igrejas dos países de língua oficial portuguesa, dadas as anteriores relações que teve com todos eles. Mas pertence à Igreja de Cristo que é Universal.

COMO FAZER UM DONATIVO

Através do seu donativo poderá ajudar qualquer um dos projectos ou campanhas apoiadas pela Fundação AIS. Basta enviar o seu donativo através de cheque ou vale postal passado à ordem da Fundação AIS ou através de uma transferência bancária para o NIB 0032.010900200029160.73 do Banco Barclays.

Poderá também ajudar os Sacerdotes mais carenciados através do envio de Estipêndios de Missa (10,00 euros por cada MISSA ou 350,00 euros por cada TRINTÁRIO GREGORIANO; se este valor for superior ao da sua Paróquia, fica ao seu critério o Estipêndio a enviar).

BENEFÍCIOS FISCAIS

A Fundação AIS é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de utilidade pública por Declaração de 28 de Agosto de 2000, publicada no Diário da República, de 26 de Novembro de 2001, N° 274, III Série.

Os donativos feitos à Fundação AIS são dedutíveis em sede de IRS nos termos do Artigo 56º

– E, nº 2 e em termos de IRC nos termos do Artigo 56º – D, nº 3, alínea a) dos Estatutos dos Benefícios Fiscais.

PRECISAMOS DE SI

Sempre que lançamos uma campanha, precisamos de benfeitores, mas principalmente de pessoas que rezem connosco, por estas pessoas e necessidades.

Cada um de nós é convidado a ser um colaborador da Fundação AIS.

Colaborar é ajudar. No seu prédio, na sua rua, na sua terra, no emprego, na escola, no mercado, todos podemos ajudar a divulgar a Fundação.

Pedimos-lhe ajuda para ajudar.

Para mais informações, contacte a Fundação AIS e ser-lhe-á enviada documentação gratuita.

FONTES CONSULTADAS

Relatórios

Comissão Norte-Americana sobre Liberdade Religiosa Internacional, *Connecting the dots: education and religious discrimination in Pakistan*, 9 de Novembro de 2011

Departamento de Estado Norte-Americano – Relatório Internacional sobre Liberdade Religiosa de 2011 – www.state.gov/g/drl/irf/

Human Rights Watch – Relatório Internacional 2009 / Relatório Internacional 2010 – www.hrw.org

Relatório Anual da Comissão Norte-Americana sobre Liberdade Religiosa Internacional 2012 – Release International.org – HRWF, www.uscifr.gov

www.intoleranceagainstchristians.eu/fileadmin/user_upload/Five-Year_Report_Intolerance_against_Christians_in_Europe_-_online_version.pdf

www.intoleranceagainstchristians.eu/publications/report-2011.html

www.wahidinstitute.org, Executive summary report on religious freedom and tolerance 2010

Revistas

ABC – www.abc.es

Análisisdigital – www.analisisdigital.com

Christian Freedom International – www.christianfreedom.org

El Periódico de Extremadura

El-Ahram hebdo – Rue Galaa, Cairo – www.hebdo.ahram.org.eg

Guyana Times – <http://www.guyanatimesgy.com/>

La Vie

Mindanao Examiner Unit 15 – 3F Fair Land Building, Nuñez St., cidade de Zamboanga, Filipinas 7000

Netgazeta – www.glospasleka.pl

Nigrizia – Vicolo del Pozzo 1 – 37129 Verona – Itália – www.nigrizia.it

South Asia Intelligence Review

Tablet – Tower House – Lathkill Street, Market Harborough, LE16 9EF, Reino Unido – www.thetablet.co.uk

The Eurasia Lift – www.eurasialift.wordpress.com

Jornais

Al-Khalij

Asia Times Online – www.atimes.com

Austrian Times – www.austriantimes.at

Avvenire – Piazza Carbonari 3, 20125 Milão, Itália – www.avvenire.it

Centralasia online – www.centralasiaonline.com

China Daily – www.europe.chinadaily.com.cn

Daily Mail – Northcliffe House, 2 Derry Street, Londres W8 5T, Reino Unido – www.dailymail.co.uk

De Morgen

East Journal – www.eastjournal.net

El 19 Digital – www.el19digital.com
El Comercio – www.elcomercio.pe – Peru
El Correo – www.elcorreo.com
El Diario – www.eldiario.net – Bolívia
El Mundo – www.elmundo.es
El País – www.elpais.com
El Watan – www.elwatan.com
Haaretz – www.haaretz.com
Il Manifesto – www.ilmanifesto.it
L'Osservatore Romano – Via del Pellegrino, 00120 Cidade do Vaticano – www.vatican.va/news_services/or
La Croix – Rue Bayard 3/5, 75393 Paris, França – www.la-croix.com
La Razon – C/ Josefa Valcarcel 42, 28027 Madrid, Espanha – www.larazon.es
Le Figaro-Magazine
Le Monde – 80, bd Auguste Blanqui, 75707 Paris Cedex 13, França – www.lemonde.fr
New York Times – www.nytimes.com
NoticiaCristiana.com – www.noticiacristiana.com
Noticias.terra.com.mx – noticias.terra.com.mx
Pakistan Christian Post – www.pakistanchristianpost.com
Pakistan Observer – www.pakobserver.net
Phayul – www.phayul.com
Público – www.publico.pt
RPP Noticias – www.rpp.com.pe; Peru
Sociedad Uruguay – www.sociedaduruguay.org
South China Morning Post – www.scmp.com
The Christian Telegraph – www.christiantelegraph.com
The Citizen (Juba) – www.thecitizen.info
The Daily Telegraph – www.telegraph.co.uk
The Express Tribune
The Guardian – www.guardian.co.uk
The Huffington Post – www.huffingtonpost.com
The Prague Post – www.praguepost.com
The Tibet Post – www.thetibetpost.com
The Times of India – www.timesofindia.indiatimes.com
Tiroler Tageszeitung online

Agências de notícias

ACI Prensa – Apartado postal 040062, Lima 4, Peru – www.aciprensa.com
ACN News – Aid to the Church in Need Int., Bischof-Kindermann-Str.23, 61462 Königstein, Alemanha – www.acn-intl.org
Adnkronos – www.adnkronos.com
AFP (Agence France-Presse) – 11, 15 Place de la Bourse, 75002 Paris, França – www.afp.com
African Spotlight
Agência AINA
Agência Nova

Alshahid Network
 AsiaNews – Via Guerrazzi 11, 00152 Roma, Itália – www.asianews.it
 Assist News Service
 Associated Press – 50 Rockefeller Plaza, Nova Iorque, N.Y. 10020, EUA – www.ap.org
 Baha'i World News Service
 Belgium – www.hrwf.org
 Catholic Herald
 Catholic News Service – 3211 Fourth Street, NE, Washington, DC 20017, EUA – www.catholicnews.com
 China – www.xinhuanet.com
 CNL-News
 Compass Direct News – P.O. Box 27250, Santa Ana, CA 92799, EUA – www.compass-direct.org
 Deutsche Presse-Agentur
 Eglises d'Asie – 128 Rue de Bac, 75007 Paris
 Eni News
 Europa Press – www.europapress.es
 Fides – Palazzo de Propaganda Fide, 00120 Cidade do Vaticano – www.fides.org
 Forum 18 News Service – Postboks 6663, Rodelokka, 0502 Oslo, Noruega – www.forum18.org
 Gabinete de Imprensa do Vaticano
 Human Rights Without Frontiers – Av. Winston Churchill 11/33, 1180 Bruxelas
 Kaiteur News
 Mizzima News - www.mizzima.com
 Qiu Shi
 Rádio Vaticano
 Reuters – 85 Fleet Street, Londres, EC4P 4AJ, Reino Unido – www.reuters.com
 Reuters Africa
 Taqrib News Agency (TNA)
 The Gainesville Sun
 The Nigerian Voice
 UCA News (Union of Catholic Asian News) – www.ucanews.com
 Ukrinform
 World Magazine
 WorldWide Religious News - www.wwrn.org
 Worthy News
 Xinhua News Agency – 20F, Dacheng Plaza, 127 Xuanwumen St. (W), Pequim
 ZENIT – C.P. 18356, 00164 Roma, Itália – www.zenit.org

Sítios da Internet

www.3.lrs.it
www.7sur7.be
www.abc.com.py
www.abc.es
www.abs-cbnnews.com
www.aceproject.org

www.acnuk.org
www.acs-italia.org
www.ahiworld.org
www.africanlegislaturesproject.org
www.africa.upenn.edu
www.allafrica.com
www.andina.com.pe
www.arhiv.uvs.gov.si
www.armhels.com
www.asambleanacional.gob.ve
www.avvenire.it
www.balcanicaucaso.org
www.bbc.co.uk
www.beit-salam.km
www.bilgesam.org
www.blog-sin-dioses.blogspot.com
www.Blogs.state.gov
www.bonoc.files.wordpress.com
www.buongiornoslovacchia.sk
www.c4m.org.uk
www.cambio.bo
www.calir.org.ar
www.catholic-ew.org.uk
www.cbcisite.com
www.cdep.ro
www.celir.cl
www.cem.org.mx
www.cev.org.ve
www.christianophobie.fr
www.cnbb.org.br
www.coe.int
www.commonlii.org
www.comparativeconstitutionsproject.org
www.comres.co.uk
www.confinder.richmond.edu
www.congres.gob.per
www.constitution.bt
www.constitution.ie
www.constitutionnet.org
www.corriere.it
www.cypnet.co.uk
www.defend.ht
www.democratie.francophonie.org
www.denederlandsegrondwet.nl
www.diariopolitico.com
www.dicid.org

www.diocesissanisidro.org
www.documentos.iglesia.cl
www.droit-afrique.com
www.echr.coe.int
www.e-cristians.net
www.ecuanex.net.ec
www.ekkleisia.co.uk
www.eldia.com.do
www.elizabethkendal.blogspot.de
www.eltiempo.com.ve
www.en.paperblog.com
www.epoint.fr
www.es.catholic.net
www.eu-oplysningen.dk
www.euresisnet.eu
www.eurasianet.org
www.finanzas.com
www.german-times.com
www.ghanadistricts.com
www.ghanareview.com
www.gov.east-timor.org
www.government.is
www.gov.mu
www.governo.gov.ao/Constituicao.aspx
www.groups.google.com
www.grupdereligions.org
www.guardian.co.uk
www.gurtong.net
www.hri.org
www.hrw.org
www.iblnews.com
www.iglesia.org.bo
www.iglesiakatolica.ec
www.iglesiacr.org
www.iglesiaenmarcha.net
www.iglesiauruguay.com
www.imparcial.es
www.info.gov.za
www.interno.it
www.intoleranceagainstchristians.eu
www.inquirer.net
www.ipr.kz
www.itongadol.com
www.it.peacereporter.net
www.judiciary.gov.uk
www.kenyaembassy.com

www.kirken.no
www.kituoachakatiba.org
www.korea.assembly.go.kr
www.labussolaquotidiana.it
www.lainformación.com
www.lapatriaenlinea.com
www.laprensa.com.ni
www.lasextanoticias.com
www.legislationline.org
www.liberianlegal.com
www.libertadreligiosa.es
www.makedonija.name/government/constitution-of-macedonia
www.maldivesinfo.gov.mv
www.maroc.ma
www.marthacolmenares.com
www.mec.gov.py
www.mjp.univ-perp.fr
www.minsempres.gob.cl
www.modernghana.com
www.mpil.de
www.nacion.com
www.news.va
www.noticiacristiana.com
www.noticias.r7.com
www.nyidanmark.dk
www.ohchr.org
www.onar.gob.cl
www.opnew.op.gv.gy
www.parliament.bg
www.presidence.dj
www.presidentialactivism.wordpress.com
www.proceso.com.mx
www.profetas.blogspot.com
www.prolades.com
www.público.es
www.qatarembassy.net
www.religiebi.info
www.religiónconfidencial.com
www.religions.am/eng
www.rfiaonline.org
www.rtve.es
www.rwandaparliament.gov.rw
www.sconews.co.uk
www.scotland.gov.uk
www.scribd.com
www.sedac.info

www.secularism.org.uk
www.senado.cl
www.servat.unibe.ch
www.sierra-leone.org
spcp.prf.cuni.cz/aj/2-93en.htm
www.sta.si
www.state.gov
www.stjornarskrarfelagid.is
www.stortinget.no
www.sudantribune.com
www.suprema.com.do
www.swradioafrica.com
www.tc.gob.pe
www.tempi.it
www.ultimasnoticias.com.ve
www.undp-gha.org
www.unficyp.org
www.unhcr.org
www.usccb.org
www.vision.de
www.wipo.int
www.wcl.american.edu
www.worldmap.org

Outras fontes

Aida-Associazione Interamericana per la Difesa dell'Ambiente
All Indian Christian Council
Associazione per la Libertà Religiosa dell'Ucraina (UARS)
Barnabas Fund – 9 Priory Row Coventry, Reino Unido
BBC – www.bbc.co.uk
Becket Fund
Campanha Internacional pelo Tibete
Centro de Informação sobre Direitos Humanos e Democracia, Hong Kong
Centro Tibetano para os Direitos Humanos e a Democracia – www.tchrd.org
China Aid
Christian Solidarity Worldwide – www.csw.org.uk
CNN – www.cnn.com
Comissão Nacional de Justiça e Paz, Human Rights Monitor 2011
Comunicado da Província Eclesiástica de Madrid
Constituição da República Popular do Bangladesh
Constituição do Afeganistão
Embaixada do Usbequistão em Itália
EUA – www.freedomhouse.org
Eurasia Lift – eurasialift.wordpress.com
Forum Libertas
Freedom House – 1301 Connecticut Ave. NW, Floor 6, Washington D.C. 20036,

Hazte Oír
 Human Right Watch
 Human Rights Commission of Pakistan, Perils of Faith
 Human Rights Watch for Lao Religious Freedom, HRWLRF
 Informação da Santa Sé NPC
 Instituto de Religião e Políticas Públicas
 Interfax – www.interfax.com
 International Christian Concern – www.persecution.org
 INTROVIGNE, Massimo. “La difesa dei cristiani perseguitati nelle istituzioni europee” (A defesa dos cristãos perseguidos pelas instituições europeias). Conferência de encerramento do 2.º dia sobre Liberdade Religiosa no Mundo), Madrid, 11 de Maio de 2012
 Istituto per la libertà religiosa (IRS), Kiev
 Jama’at Ahmadiyya Pakistan, “Persecution of Ahmadis in Pakistan during the Year 2011”
 Jinnah Institute, *A Question of Faith*
 Kung Foundation
 La lettre du droit des religions – www.droitdesreligions.net/ldr.htm
 La Misión
 Legal Evangelical Association Development, 20 de Novembro de 2011
 ONG “Nessuno Tocchi Caino”
 Open Doors USA – PO Box 27001, Santa Ana, CA 92799, EUA – www.opendoorsUSA.org
 OSCE, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – Wallnerstrasse 6, 1010 Viena, Áustria – www.osce.org
 Parlamento Europeu
 Perfil
 Pontificia Università della Santa Croce – José T. Martín de Agar, I Concordati dal 2000 al 2009
 Rádio Free Asia – 2025 M Street NW, Suite 300, Washington, DC 20036, EUA – www.rfa.org
 Rádio Free Europe / Rádio Liberty – Vinohradská 159, 100 00 Prague 10
 Rádio Vaticana – Piazza Pia 3, 00120 Cidade do Vaticano – www.radiovaticana.org
 Release International – PO Box 54, Orpington BR5 9RT, Reino Unido – www.releaseinternational.org
 Release-Eritrea – www.release-eritrea.com
 Serving in Mission
 Voice of Martyrs Canada
 Voice of the Martyrs – www.persecution.com
 William Mallinson, *Partition through Foreign Aggression. The Case of Turkey in Cyprus*, Modern Greek Studies
 Wise Men Center for Strategic Studies
 World Council of Churches Consultation on Religious Freedom
 Yearbook Supplement Number 20 (2010)
 Zimbabwe Inclusive Government Watch – www.sokwanele.com/zigwatch